



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA

SIMONE GANEM ASSMAR SANTOS



MAPEANDO OS CORPOS FEMININOS NA HISTÓRIA DO TEMPO
PRESENTE: DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES

Salvador
2014

SIMONE GANEM ASSMAR SANTOS

**MAPEANDO OS CORPOS FEMININOS NA HISTÓRIA DO TEMPO
PRESENTE: DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES**

Tese apresentada à Universidade Católica do Salvador ao Programa de Pós-Graduação Em Família Na Sociedade Contemporânea como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

**Salvador
2014**

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S237 Santos, Simone Ganem Assmar.

Mapeando os corpos femininos na história do tempo presente: diálogos e representações/ Simone Ganem Assmar Santos . – Salvador, 2014.
362 f.

Tese (doutorado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Mulher 2. Corpo Feminino – História 3. Subjetividade feminina - Beleza
4. Feminismo - Mídia - Consumo 5. Performance – Gênero 6. Ética I. Título.

CDU 159.923.2:396

TERMO DE APROVAÇÃO

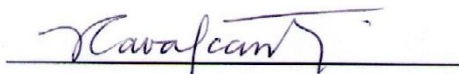
Simone Ganem Assmar Santos

**“Mapeando os Corpos Femininos na História do Tempo Presente:
Diálogos e Representações”.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 21 de outubro de 2014.

Banca Examinadora:



Prof.^a Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – UCSAL


Orientador



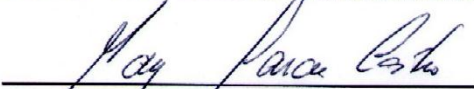
Prof. Doutor Carlos Francisco Linhares de Albuquerque – Universidade Salvador



Prof. Doutor José Antonio Saja Ramos Neves dos Santos - UFBA



Prof.^a. Dr.^a. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos – UCSAL



Prof.^a Dr.^a Mary Castro Garcia Castro - UCSAL

Para Isaias e Tomaz, meus aliados na luta por
um mundo masculino-feminino-plural.

AGRADECIMENTOS

A Prof^ª. Dra^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, que me ensinou a trilhar novos caminhos, sempre presente em todas as etapas dessa jornada, pontuando as minhas angústias e dando direção as minhas ideias, quando elas se movimentavam entre os erros e os acertos. Sua ética, seus conhecimentos e seu senso humanístico, é um exemplo para nós.

À Prof^ª. Dra^a. Mary Garcia Castro, pelas suas ponderações, neste trabalho, fazendo-me entender a importância de atrelar o meu caminho acadêmico à humildade científica e à vigilância epistemológica.

Às Professoras Dr^ªs. Ana Cecília de Souza Bittencourt e Dulce Galvão e, aos Professores Doutores José Antônio Saja Ramos Neves dos Santos e Carlos Francisco Linhares de Albuquerque, pelas valiosas e competentes ponderações.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI), pelo trabalho conjunto, impresso nas diversas formas dos nossos debates quinzenais, encontros que contribuíram para o processo de ampliação do meu conhecimento.

A todas as mulheres e homens, desdobráveis ou não, que participaram desta tese, dividindo comigo os seus prazeres e as suas dores, seus amores e desamores. A elas e eles o meu respeito e admiração.

Com Licença Poética

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

Adélia Prado, 1993.

SANTOS, Simone Ganem Assmar. **MAPEANDO OS CORPOS FEMININOS NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES**. 362 f. Tese (Doutor em Família na Sociedade Contemporânea) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2014

RESUMO

Esta tese nasce de uma inquietação com relação às representações sociais do corpo feminino na História do Tempo Presente, conceito que não se detém no imediatismo dos fatos, mas na articulação entre o passado, o presente e o futuro. Decolando da maiêutica e, tendo como base teórica as representações sociais, a argumentação que referencia as ideias, aqui expostas, parte de um trabalho ensaístico que se volta em direção tanto ao conceito de emancipação quanto ao de subordinação, nas vivências corporais do feminino. Para tanto, ancorada em uma perspectiva interdisciplinar, pautada nas áreas da Medicina, da Antropologia, da História, da Psicologia Analítica, da Sociologia, da Ética e da Filosofia, a pesquisa demarca como objetivo principal, investigar se o corpo da mulher, brasileira, contemporânea, diante das conquistas alcançadas, fundamentalmente, nessas últimas seis décadas, vem atuando como um dos pilares da construção da autonomia do eu, ou como um fator de anulação, frente aos cerceamentos sociais, culturais, midiáticos e estéticos, que nele desaguam. Em frente aos problemas metodológicos, epistemológicos e, de certa forma, deontológicos, ponderamos também, com base no pensamento de que na espécie humana existem machos e fêmeas, se essa distinção é fruto de realidades naturais, sociais, ou de ambas. Tais questionamentos, ao se articularem, fixaram como referências as ideias defendidas por Carole Pateman (1993) e Heleieth B. Saffioti (2001, 2004), com relação à persistência do patriarcado, e os pressupostos de Judith Butler (2010), e Beatriz Preciado (2008), entre outros autores e autoras os quais, na atualidade, se debruçam nos estudos de e sobre gêneros, sexualidade e performances. Com igual valor, as críticas das sociedades de consumo, inseridas no espetáculo social integrado, impressas nas ideias de Guy Debord (1997), foram relevantes pontos de análises, neste trabalho plural que, ao se movimentar entre a tirania das imagens e a submissão dos corpos femininos, colocou à reflexão o poder exercido pelas mídias, sobre o objeto investigado, e o fetichismo daí advindo.

Palavras-chave: Mulher. Corpo. Subjetividade. Beleza. Mídia. Consumo. Performance. Ética.

SANTOS, Simone Ganem Assmar. **MAPPING THE FEMALE BODY IN THE HISTORY OF THE PRESENT TENSE: DIALOGUE AND REPRESENTATION.** 362 f. Thesis (Doctor of Family in Contemporary Society) Catholic University of Salvador (UCSAL), 2014

ABSTRACT

This thesis rises from a restlessness considering the social representations of the female body in History of Present Time, concept that not only holds the immediacy of facts, but to articulation between past, present and future. Taking from Maieutics and having as theoretic basis the social representations, the argumentation that references the ideas here exposed, part of an essayistic work turned to the concept of emancipation as well as the concept of subordination, on the bodily experiences of the feminine body. In order to do so, harbored in an interdisciplinary work, guided in the fields of Medicine, Anthropology, History, Analytic Psychology, Sociology, Ethics and Philosophy – the research pinpoints as its main objective, to investigate if the contemporary Brazilian woman's body, facing the conquests reached mainly in the last six decades, has been acting as one of the pillars of the autonomy of the "self", or as a factor of annulment, starting the social, cultural, media and aesthetic boundaries. Methodological, epistemological, and somewhat deontological problems were pondered with basis on the thought that in human species there are males and females, if this distinction is fruit of natural realities, social realities or both. Such questions, were articulated, were fixed as reference to ideas defended by Carole Pateman (1993) and Heleieth B. Saffioti (2001, 2011), regarding the persistency of patriarchy, and Judith Butler's (2010) assumptions, and Beatriz Preciado (2008), among other authors which pore over gender, sexuality and performances studies. With the same value, the critics of consumerist society, inserted in the integrated social spectacle, in Guy Debord's ideas (1997), were relevant analysis points, in this plural work, that while moving between tyranny of images and submission of feminine bodies, brought to reflection the power exercised by the media over the investigated object, hence fetichism.

Key-words: Woman. Body. Subjectivity. Beauty. Media. Consumerism. Performance. Ethics.

LISTAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Propaganda de sabonete	167
Figura 2: Integrantes do grupo Femen protestam contra o turismo sexual na Candelária, no Centro do Rio, na manhã de 9 de dezembro de 2013.	199
Figura 3: A Revolução do Topless	200
Figura 4: O seio não é um objeto sexual. É uma arma de protesto.	201
Figura 5: A Marcha das Vadias, no Brasil.	202
Figura 6: Femen faz protesto em apoio ao Greenpeace. Foto de Fred Dufour/AFP	203
Figura 7: “A defesa das mulheres foi a tônica da Marcha das Vadias” Marcha das Vadias recebe apoio ao longo do cortejo.....	205
Figura 8: UOL e a Marcha das vadias.	206
Figura 9: Preconceitos nas charges do Pasquim: Mulheres e a luta pelo controle do corpo. .	208
Figura 10: Preconceitos nas charges de <i>O Pasquim</i> : mulheres e a luta pelo controle do corpo.	210
Figura 11: Manifestantes do Femen realizam atos seminuas em Paris. Foto (AFP).....	217
Figura 12: A Mulher Descasada	227
Figura 13: Marcados para a Vida: Um murro no estômago. IN: Cicatrizes para a vida.	241
Figura 14: Menina de 12 anos, na Etiópia, após a escarificação.	247
Figura 15: Mulher tatuada da tribo Surma, da Etiópia.	248
Figura 16: Mulher tatuada da tribo Surma, da Etiópia.	249
Figura 17: O corpo como um templo.	251
Figura 18 e 19: Intervenções radicais: As Bonecas Humanas.....	271
Figura 20: “Desde que assumiu a persona feminina, Laerte só politizou a sua atitude: o papel de “ursinho carinhoso” o incomoda, mas ele acredita que pode ajudar a condição travesti com sua projeção”.....	302
Figura 21: Laerte em carne, osso e minissaia.....	303
Figura 22: Ela vendeu sua virgindade. Tudo se compra?.....	308
Figura 23: Catarina: Sold.....	309

LISTA DE SIGLAS

ACO	Anticoncepcional Oral
ADE	Vitamina A, D3 e E para bovinos e equinos
AFP	Associação de Fotógrafos profissionais
AI5	Ato Institucional 5
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AZT	Azidomitidina
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLADEM	Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher
CLam	Centro Latino – Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CIDH /OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FEMEN	Feminist Moviment.
FDA	Food And Drug Administration
FGTS	Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
FLACSO	Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais
GNT	Globo News Television
GPH	Grupo de Pais de Homossexuais
HIV	Human Immunodeficient Virus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional do Câncer
ISAPS	International Society of Aesthetic Plastic Surgery
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LLL	La Leche League
OEA	Organização dos Estados Americanos

ONG	Organização Não Governamental
OMS	Organização Mundial de Saúde
PACS	Pacto Civil de Solidariedade
PACs	Práticas Alternativas e Complementares
PEC	Proposta de Emenda da Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PSC-SP	Partido Social Cristão /São Paulo
PSDG-GO	Partido da Social Democracia de Goiás
SBPC	Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
STFB	Supremo Tribunal Federal do Brasil
SUS	Sistema único de Saúde
TDC	Transtornos dismórficos corporais
TOCs	Transtornos Obsessivos Compulsivos
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	14
1	INTRODUÇÃO	23
1.1	O ENGAJAMENTO E A PSICOLOGIA ANALÍTICA: A CONSCIÊNCIA DE E PARA SI – EU, VOCÊS, NÓS.	23
1.2	RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: OS CENÁRIOS E AS CENAS	38
2	O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	55
2.1	O UNIVERSO DA PESQUISA	63
2.2	O PERCURSO METODOLÓGICO: O DIÁLOGO ENTRE A MAIÊUTICA SOCRÁTICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	87
2.3	INDAGAÇÕES	101
2.4	OBJETIVOS.....	103
2.5	SUPOSIÇÕES	105
3	EPISTEMES E PRÁXIS: CAMINHOS DA TRANSGRESSÃO	107
3.1	CORPO E HISTÓRIA: MEDICINA E EPISTEMOLOGIA	132
3.2	MITOS E MODELOS: O CORPO DO DIVINO, O CORPO DO SEXO ÚNICO, O CORPO MECANICISTA	136
3.3	DO CORPO DA HISTÉRICA AO CORPO DA PÍLULA: DO ESPAÇO DA RENÚNCIA AO ESPAÇO DO DESEJO	144
4	OS LAÇOS E OS ENTRELAÇOS DA PÍLULA: DO FEMINISMO DE FRIEDAN AO FEMINISMO DO FEMEN	184
4.1	FEMINISMOS, DESEJOS E MÍDIAS: MEU CORPO, MINHA ARMA	196
5	O CORPO FEMININO COMO TERRITÓRIO, SIGNO E SIGNIFICADO: O OLHAR DO DITO E DO “NÃO DITO”.	231
5.1	O TERRITÓRIO DESFIGURADO: O CORPO MUTILADO E ESTIGMATIZADO	236
5.2	O TERRITÓRIO ORNAMENTADO, ESCARIFICADO, TATUADO: O CORPO COMO UM TEMPLO	244
5.3	O TERRITÓRIO DISMÓRFICO: O CORPO DOMADO PELA ESCASSEZ E PELO EXCESSO	254
5.4	O TERRITÓRIO CORPORAL E AS INTERVENÇÕES RADICAIS: AS BONECAS HUMANAS.	270

6	AS IDENTIDADES E AS CULTURAS EM TRÂNSITOS: GÊNERO, PERFORMANCE, VOLATILIDADE, SUBVERSÃO.....	279
6.1	AS IDENTIDADES COISIFICADAS: O CORPO CAPITALIZADO, FETICHIZADO, MERCANTILIZADO.....	305
6.2	AS IDENTIDADES DOMINADAS - EXPLORADAS, VIOLENTADAS, SEVICIADAS: FEMINICÍDIOS?	313
6.3	DIÁLOGOS FEMINISTAS: AS IDENTIDADES NA DIMENSÃO DO CONTRATO SEXUAL E DA ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO	326
7	(IN) QUIETUDES, (IN) CERTEZAS, (IN) CONCLUSÕES	338
	REFERÊNCIAS	347

APRESENTAÇÃO

A minha consciência de ser e viver aqui e agora é sempre, duma ou doutra forma, consciência do meu corpo, experiência duma atividade da qual o corpo é parte essencial (PEDRO LAIN ENTRALGO, 1989, p. 122).

O estudo que ora se introduz nasce de uma inquietação com relação às representações sociais do corpo feminino na História do Tempo Presente. Tal marco temporal visa, sobretudo, analisar os fatos sem imediatismo e mantê-los vinculados ao passado, ao presente e ao futuro. Por esse viés conceitual que, atualmente, vem sendo debatido e polemizado por historiadores de várias correntes, apreende-se que, se a História é estudo das transformações pelas quais as sociedades e os indivíduos passam, é preciso que o/a pesquisador (a), no uso do rigor científico, possa esclarecer o presente pelo passado.

No que diz respeito ao tema, intuo que o discurso que o rodeia é perpassado por diferenciadas contradições e ambiguidades. Desse modo, o caminho escolhido para o desenvolvimento do assunto implica defender que o existir está atrelado às experiências corporais e é por intermédio delas que o ser humano percebe a consciência da sua própria existência, conhecendo-se e sendo reconhecido.

Ao iniciar o trabalho, foi pertinente refletir sobre o significado da palavra “projeto”. Constatou que ele traz no seu bojo o sentido de um tempo no qual é relevante organizar as ideias em torno das experiências vividas, quer individuais, quer coletivas. Todavia, torna-se necessário atentar para o caminho escolhido, e esse deve estar consoante com objetivos que produzam significados às indagações e às suposições que, constantemente, emergem das questões expostas.

Com tal perspectiva, convido o/a leitor (a) a um diálogo, cuja intenção é a de analisar, investigar e compreender as representações sociais do corpo feminino, no imaginário brasileiro, e o significado relacional a ele outorgado, nos dias atuais. A conversa proposta tem como estilo o ensaio e esse caminha ao lado da maiêutica socrática – conceito descrito no segundo capítulo da tese –, contudo, a base teórica para os diálogos se aporta nas representações sociais.

Na escolha dessa tríade – ensaio, maiêutica e representações sociais –, muitos questionamentos vieram à tona construindo e reconstruindo posicionamentos. Entretanto, tanto a construção quanto a reconstrução, estão pautadas em uma modelagem dialética na qual o

amado e o renegado, a atração e a repulsão, o dito e o não dito, transitam a todo o momento no “corpo” da tese.

A escolha do tema se consolida nas experiências por mim vividas ao optar pela Medicina como ofício. Nessa profissão atuei como ginecologista durante três décadas e, nos últimos quinze anos, conciliei a referida especialidade com a Psicoterapia Analítica, campo no qual, na atualidade, exerço a profissão.

Desse modo, um conjunto de ideias pautadas nesta teoria se uniu à ginecologia, possibilitando o entendimento das dores e dos conflitos, condições presentes nas histórias de muitas mulheres que procuram um consultório médico. A escolha do tema, para a defesa desta tese, foi determinada diante da percepção de que havia, no universo feminino, uma constante insatisfação entre o corpo desejado - idealizado e o corpo da vida real. Esse último, por estar sujeito às ações do tempo, evidencia as dificuldades do ser humano em lidar com as diferentes fases da vida e, igualmente revela que, nos laços e nos entrelaços dos avanços das ciências e das técnicas, os limites entre a natureza e a cultura, cada vez mais, se aproximam.

Neste contexto, no embaralhar dos desejos, certas escolhas do feminino vêm possibilitando desencadear atitudes de subordinação nas quais o corpo, como protagonista de tal processo, passa a se sujeitar às normas de beleza, padronizadas e homogêneas. Tal modelo, proclamado sob a égide das sociedades espetacularizadas, contemporâneas, mostra-se paradoxal diante das incontestáveis conquistas femininas e feministas, fundamentalmente, das últimas seis décadas. Com esse proceder, os retrocessos se evidenciam possibilitando prejudicar as bandeiras revolucionárias desfraldadas pelos movimentos feministas que, em busca da almejada emancipação da mulher, caminham no sentido de garantir autonomia e justiça social em prol da solidificação da cidadania e de direitos específicos.

Nesse período de tempo, no qual o corpo da mulher vem sendo o meu objeto de estudo, apreendo quão importante são as narrativas trazidas por cada interlocutora, no cotidiano do meu trabalho, com relação às suas vivências corporais. Com tal perspectiva, na prática desse percurso, foi preciso (des) construir alguns comportamentos arraigados no cientificismo da Medicina, (re) discutir modelos, quebrar paradigmas e repensar a forma de ação do saber e do poder médico.

Diante dessa singular instância, percebo a relevância em estar atenta ao dito e ao “não dito”, compreendendo as razões manifestadas nas demandas clínicas e, da mesma forma, naquilo que foi omitido com relação às queixas externadas.

Tais histórias ou representações, não podem ser interpretadas com ajuizamentos e/ou ideias pré-concebidas, pois, tanto em frente ao cientificismo da Medicina quanto perante as ideias e autores/as escolhidos (as) para dar suporte a esta pesquisa, o corpo feminino se expõe como um objeto instável, que se posiciona a depender do contexto no qual a mulher se insere e se movimenta. É um elemento enredado nas normas, nos cenários, nos rituais, nas inscrições simbólicas e nos dessemelhantes códigos das diversas sociedades.

Considerando os distintos matizes que circundam em torno do tema, se por um lado voltei às minhas memórias relembrando fatos e diálogos, vividos na profissão, por outro lado, ao consultar as diferentes áreas do conhecimento, nas suas particularidades – a exemplo da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia, da História, das Ciências, da Tecnologia, da Ética, da Estética, etc. –, estabeleci identificar *locus* específicos para alicerçar o trabalho, ora elaborado. Dessa maneira, a Medicina, de mãos dadas com outras tantas disciplinas, conduziu esta tese a buscar o bom senso, para subsidiar o conjunto de argumentos e das inquietações, aqui expostas.

Ancoro-me neste trajeto, por entender que essa linha de discussão alarga as fronteiras do conhecimento, visto que, o objeto investigado se movimenta em vários espaços nos quais o cientificismo da ciência médica, de modo isolado, não daria conta das tantas questões que aí se interpõem.

Mas, por onde começar? Esta dúvida se impôs ao perceber que, por uma dimensão, muitas das narrativas, advindas das minhas interlocutoras, evidenciam os prazeres com relação às suas vivências corporais. Entretanto, por outra dimensão, são igualmente visíveis os dramas e as tragédias contidos nas histórias trazidas ao consultório, por mulheres das diferentes classes sociais, gerações, raças/etnias, quando na abordagem das suas experiências corporais/sexuais. Tal visão me remete à questão nuclear que reúne os textos expostos: a quem pertence o corpo e que corpo ou corpos aqui se revelam? Foi assim que a tese nasceu, dando lugar ao confronto com tema-objeto- problema tão atual e paradoxal.

Por conseguinte, justifico a concentração dos meus estudos nos fatos, nas narrativas e nas referências selecionadas. Com esses instrumentos, instituo os desafios que emergem das várias interpelações aqui à mostra.

Com vistas a entender a amplitude e as particularidades do tema abordado, esta tese compõe-se de sete capítulos.

No primeiro capítulo, estabeleço um paralelo entre a questão do engajamento, em qualquer pesquisa, ao tempo em que ressalto o uso da Psicologia Analítica, como ferramenta, para a construção das ideias, aqui elencadas. Para tanto, tomo como parâmetro o pensamento do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), relacionado ao comprometimento do pesquisador com seu tema e, igualmente, argumento a favor das concepções do médico e psicanalista Carl Gustav Jung (1875 - 1961), no sentido de fazer ver, ao/ leitor (a), o valor da vida subjetiva, porquanto, é na união entre os opostos, ou seja, nos elementos externos e os de sua interioridade, que o ser humano caminha na busca de si mesmo, isso é, da sua individuação. Descrevo o marco temporal da pesquisa, que se pauta na História do Tempo Presente, e prossigo relatando a minha trajetória como mulher, cidadã e médica, entrelaçando-a as vivências femininas e feministas dos anos de 1960/1980. Coloco em pauta a importância dos métodos contraceptivos, com as suas manifestações e expressões, na vida da mulher, ao tempo em que ressalto como a globalização, fenômeno que, desde os anos de 1980, vem unido e, igualmente, afastando os corpos humanos. Neste contexto, o pressuposto de Saffioti (2004), sobre a “ordem patriarcal de gênero”, ocupa um espaço de destaque, haja vista que, tal noção, sustenta muitas das argumentações presentes nesta tese.

Introduzo as ideias relacionadas à assimetria entre o feminino e o masculino, corroborando para “as injustiças domésticas” (BADINTER, 2011), e as interponho com os conceitos impressos no *Segundo Sexo* de Beauvoir (1960, 1980), produção na qual a autora faz uma análise biológica, sócio-cultural e histórica com relação às vivências do feminino, nas sociedades ocidentais. Do mesmo modo, insiro, preliminarmente, as questões sobre gênero, situando os estudos *Queer*,¹ no contexto das mudanças corporais em curso, apreendendo como um relevante campo de pesquisa sobre as sexualidades, as individualidades, as performances.

No segundo capítulo, justifico a escolha do tema e as razões que me levaram a lançar mão da interdisciplinaridade, no sentido de sustentar as argumentações expostas. Elaboro um diálogo entre diferentes fontes (ALMEIDA FILHO, 1997; CASANOVA, 2006; CASTRO, 2010; MORIN, 2010), na perspectiva de revelar o valor da união das disciplinas, diante da complexidade do objeto. Evidencio o cuidado na irrestrita atenção à vigilância epistemológica

¹ Movimento que surgiu em torno dos anos de 1990, desenvolvido por um grupo de intelectuais, pesquisadores e ativistas das diferentes áreas do conhecimento, no sentido de defender uma política não normativa relacionada à sexualidade humana. Inclui-se, nessa teoria, um conjunto de pensamentos que se contrapõem a uma situação compulsória da heterossexualidade, como condição de normalidade social, nas experiências sexuais, entre os sujeitos. A discussão central se opõe a ideia do binarismo de gênero, entendendo que as identidades devem flutuar de forma livre, não se atando a um modelo fixo, mas, a uma essência, isso é a uma *performance*.

(BOURDIEU; CHAMBERODON; PASSERON, 2002) e revelo o universo a ser trabalhado, abordando questões relacionadas à noção do belo e do feio (ECO 2007).

Prossigo com a Antropologia Médica Clinicamente Aplicada (CECIL HELMAN, 2006), na qual o conceito do corpo “individual, fisiológico” e do “corpo social e político”, se destacam. Discuto as implicações do olhar da Antropologia (MIRIAN GOLDENBERG) e da Medicina sobre o objeto, considerando as diferentes linguagens, com seus dispositivos de controle (FOUCAULT, 2008), construindo concepções e subjetividades. Discuto as implicações da cultura (CORRÊA, 2008), ao se manifestar na produção da vida do sujeito social. Apresento a metodologia escolhida, na qual a maiêutica (SÓCRATES, 470/ 469 - 399 a. C) se evidencia. Posiciono a base teórica nas representações sociais, pautando-me nas ideias de Serge Moscovici e Denise Jodelet, (2001). Ordeno as indagações, as suposições e os objetivos.

No terceiro capítulo, ganham lugar de investigação às questões vinculadas à emancipação e a subordinação do feminino. Analiso a lógica do capitalismo e do fetichismo, condições imersas nas sociedades ocidentais espetacularizadas, sob a ótica das ideias marxistas relativas à alienação. Problematizo o assunto na dicotomia liberdade *versus* sujeição, entendendo que, no estudo do corpo feminino, tanto os elementos libertadores quanto os cerceadores estão presentes, revelando as contradições próprias ao objeto. Decolo de uma ampla revisão da literatura, na qual as ideias de autores marxistas ancoram os pressupostos delineados (DAVID HARVEY, 2012; GUY DEBORD, 1977; ISTVÁN MÉSZÁROS, 2011). Do mesmo modo, utilizo como ferramenta de análise, as ideias relacionadas ao “princípio da radicalidade” (LORETA VALADARES, 2007), conceito que, igualmente as ideias de Saffioti (2004) vinculadas “a ordem patriarcal de gênero”, está inserido em várias partes, da pesquisa. Os pensamentos de Pierre Bourdieu (2010), vinculados à violência simbólica e ao conceito de *habitus*, não ficaram à deriva, sobretudo, por considerar os diferentes matizes nos quais o corpo feminino se movimenta e se situa. Trago à tona a noção dos “problemas retorcidos” (RITTEL; WEBBER, 1973), no sentido de identificar em que medida, a busca obsessiva pela perfeição, advinda tanto da biotecnologia quanto da ilusão da “mercadoria”, interfere nas vivências corporais femininas. Sob os matizes antropológicos de Le Breton (2009), indago sobre as ambiguidades concernentes ao objeto, quando envolto no véu das representações. Estabeleço uma relação entre a noção de força e de poder (CHAUÍ, 1985), e as relaciono com o filme *A Pele que habito* (ALMODÓVAR, 2011), atrelando tais vocábulos, ao domínio exercido pela Medicina, sobre o corpo dos seres humanos.

Posiciono o corpo na História e na Epistemologia, trazendo noções elaboradas por autores e autoras que, em épocas e em contextos históricos diferentes, influenciaram, com os seus estudos, o olhar para o corpo. Exponho as perspectivas históricas que recaem sobre as ideias hipocráticas e, igualmente, sobre a noção do sexo único e do olhar cartesiano, sobre o corpo, essencialmente o feminino.

Os pressupostos de Michelle Perrot (2009), com relação aos ideais da Revolução Francesa (1789 – 1799) foram também delineados. Destaco a atuação das mulheres durante as duas Grandes Guerras e, trago à tona, o corpo insurgente das mulheres *garçonnes*, subvertendo a ordem hegemônica masculina.

Prossigo com o corpo da mulher histórica (SIGMUND FREUD, 1856 - 1939), ao tempo em que analiso o objeto sob a égide da medicina higienista. Coloco à reflexão a atuação de mulheres feministas que, em tempos históricos e contextos diferentes, enfrentaram as ideias patriarcais, protagonizando embates significativos na busca da autonomia feminina.

Ao longo do texto, convoco as ideias de autores e autoras estrangeiras (os) e brasileiras (os), das diferentes áreas do conhecimento e orientação, no sentido de subsidiar tanto os questionamentos quanto as incertezas que aí se revelam.

No quarto capítulo, intitulado *Entrelaço ou Entre Os Laços: Do Feminismo de Friedan ao Feminismo do Femen*, volto à pílula anticoncepcional, destacando como certas ações interdisciplinares podem contribuir para a evolução da humanidade. Neste parte, ao referir as ações feministas, me detenho aos anos de 1960/1970, no sentido de enfatizar como tais fármacos foram agentes propulsores da libertação do corpo da mulher, ao proporcionar a separação da dimensão sexual com a dimensão da reprodução.

Transito pela *Mística Feminina* (FRIEDAN, 1964; MURARO, 1971) e pela *Arte de ser mulher* (CARMEN DA SILVA, 1963), com o objetivo de demonstrar que tanto as ações feministas, protagonizadas pelas mulheres do passado, como as da contemporaneidade, com as suas diferentes correntes reivindicatórias, incluindo as mulheres do *Femen* (2008), seguem, de passo em passo, contribuindo na busca da autonomia da referida categoria. Nessa parte, o *slogan* apregoado por Studart (1990) e outras feministas, de então, isso é, “nossos corpos nos pertencem”, bem ilustra a pergunta da tese, ou seja: é possível dizer que o corpo da mulher brasileira, na história do tempo presente, é, de fato, só seu?

Ao entabular tal questionamento, focalizo as tensões sociais/culturais entre o feminino e o masculino abordando as consequências das ações do patriarcado, nas relações entre os sexos.

No quinto capítulo, intitulado *O Corpo Feminino Como Território, Signos e Significados: O Olhar Do Dito e Do Não Dito*, tenho o propósito de expor os diferentes territórios, com as suas implicações, nos quais o meu objeto de pesquisa se insere e se identifica. Evidencio o olhar do dito e do “não dito” movimentando-se entre o corpo desfigurado, mastectomizado e, da mesma forma, focalizo as diversas configurações do território corporal ornamentado, escarificado, tatuado, com seus signos e significações, revelando que tanto a orientação moderna quanto as que mantêm a tradição, constroem identidades, codificam e categorizam o elemento corpo. Adentro aos espaços *ciborgues* (HARAWAY, 2009), com os seus corpos híbridos, fabricados, determinando, na contemporaneidade, uma nova perspectiva política. Caminho em torno das dismorfias corporais, advindas do excesso e da escassez e prossigo expondo as estruturas físicas das “bonecas humanas”, modelos corporais inusitados e estranhos, próprios dessa era paradoxal.

Por conta dos tópicos discutidos, elaboro uma vinculação entre a ética e a estética, discutindo os pressupostos relacionados à lógica do *dever-ser* (MAFFESOLI, 2009), conceito que expõe a polissemia do objeto com suas possíveis conexões.

No sexto capítulo, *As Identidades e As Culturas Em Trânsito: Gênero, Performance, Volatilidade, Subversão*, o próprio título já denota o debate proposto.

As alterações sobre o corpo “abjeto” e performático, defendido pela Teoria *Queer* de Judith Butler (2010) e Beatriz Preciado (2004, 2008, 2014), se sobressaem na perspectiva de demonstrar quão transitórias são os modelos corporais nas quais o objeto se posiciona. Nesta parte da tese, intercalo as questões das identidades e da sexualidade ao conceito dos roteiros sexuais (GAGNON, 2006), espaços nos quais as ambiguidades se declaram entre os prazeres e as dores, as incertezas e as incompletudes, condições próprias às experiências eróticas.

Elaboro um diálogo entre Judith Butler (2010) e Roswitha Scholz (2011), problematizando as discordâncias que circulam entre as ideias feministas, visto que, as desavenças não permitem, ainda, um modo homogêneo de compreender quem é mesmo o sujeito do feminismo.

Neste ponto, o corpo ao se deslocar ao lado das suas identidades e das suas subjetividades, revela como tal objeto pode ser coisificado, mercantilizado, comercializado, vendido, objetivado, explorado, violentado e seveciado. Por se inserir no território da violência, trago à discussão o conceito de feminicídio (SEGATO, 2005, 2006), noção na qual o poder do corpo masculino, sobre o corpo feminino, se estabelece entre as relações.

Em frente à dominação-exploração, emerge o pensamento de Carole Pateman (1993), que, ao colocar em cena a ideia do “patriarcado moderno”, traz à tona o engodo embutido no *contrato original*. Ao apelar para uma nova perspectiva o seu pensamento dialoga com os pressupostos defendidos por Heleieth B. Saffioti (2004), nos quais a “ordem patriarcal de gênero”, de mãos dadas ao *contrato sexual*, espelha a força do sistema patriarcal demonstrando que, enquanto atuante, a sujeição se insere no espaço do feminino.

As ideias reunidas neste capítulo tem como meta demonstrar que tal ordem – a despeito de ter uma indumentária diferente do passado –, continua viva e atuante, visto que, as suas proposições hegemônicas, insistem em outorgar poderes aos homens em detrimento das mulheres.

No sétimo e último capítulo, coloco as minhas (in) quietudes, (in) certezas, (in) conclusões, diante das ambiguidades próprias ao assunto, já que tanto as permanências quanto os avanços se adentram e se entrelaçam demonstrando o quão complexo e polêmico é o tema, daí a necessidade de constante reflexão em torno dele.

Atribuo a devida importância ao método e aos diálogos, elaborados entre as diferentes fontes escolhidas para dar sustentação a esta tese, ao tempo em que defendo que para entender os diversificados itinerários, estatutos, polaridades, conflitos e negociações, nesse tema presentes, é preciso a mobilização de toda a sociedade no sentido de apreender os malefícios advindos da banalização do corpo e da sexualidade da mulher, condições que colocam tanto o objeto quanto os atos eróticos, dele advindo, em área de eterno conflito entre o limite do erotismo e da pornografia. Com tal a direção, retomo a pergunta da tese e a agrego às argumentações advindas dos vários questionamentos, aqui presentes.

Concluo que, enquanto pautado no espetáculo das representações, o objeto se torna refém e, em tal condição, o gozo e o prazer podem ser profanados pela dor da violência que, comumente, desagua na morte desse corpo, tanto física quanto emocionalmente.

A cada capítulo emergem questionamentos nos quais são muitas as possibilidades de reflexão por intermédio de livros, textos de revistas, jornais e artigos, explanações sobre filmes e fotografias, e, ainda, do uso apropriado dos meios eletrônicos, a exemplo da *Internet*, ferramentas que ampliam o uso de recursos orais, textuais e visuais. Nas fontes consultadas, as imagens ou representações sociais, falam por si só.

Essas ideias validam o porquê da escolha das autoras e autores elencados e revelam como a pesquisa se manteve aberta às diferentes conexões, nas quais o objeto está absorto. As

articulações, com as diferentes fontes, objetivaram debates interdisciplinares no sentido de promover conhecimento, sobre o tema, para além do cientificismo da Medicina. Todavia, por conta dos tantos paradoxos, concernentes ao objeto, outros referenciais teóricos foram convocados, no sentido de subsidiar tanto as afirmativas quanto às dúvidas e indecisões, que se apresentaram sob o meu olhar.

Nesses tempos híbridos, nos quais os embates entre a liberdade e a submissão da mulher constituem motivo tanto de diálogos acalorados quanto de produções literárias, esta tese, no seu estilo ensaístico, nada pretende provar como verdade. Contudo, tem a intenção de fazer constar como as metamorfoses culturais, sociais, científicas e tecnológicas, vêm influenciando o estilo de vida do sujeito social.

Na escolha desse caminho encontrei a possibilidade de alertar para o entendimento de que, se de um lado a busca pelo bem-estar, por intermédio das práticas advindas das inovações saudáveis, da contemporaneidade, se alinha à saúde corporal. Por outro lado, a fluidez e a vulgaridade, de certas escolhas e roteiros, vêm prejudicando uma das mais importantes conquistas da mulher, isto é, a sua liberdade.

Tal condição, perseguida as duras penas, ao longo da história, tem sido o vetor defendido nas lutas feministas, com o objetivo de destituir o poder que ainda circula em meio aos tabus e as discriminações, condições que cerceiam o corpo, o prazer, a vida erótica da mulher.

Na elaboração deste trabalho acadêmico procurei trilhar caminhos que me conduzissem a construir uma perspectiva crítica, capaz de perscrutar as tantas mediações imbricadas no conjunto das imagens e linguagens diferenciadas, que abrigam as representações corporais do feminino. Ao propor uma gama de olhares, que se movimentam entre o olhar para mim mesma e o olhar para o outro, é preciso esclarecer que tal desafio se pauta em pensamentos e atitudes afastados do isolamento comum ao olhar unilateral. É dessa maneira que almejo vislumbrar as interpelações que vão dar o tom a pesquisa, já que deduzo que as ideias que podem beneficiar à humanidade entram, sempre, em conflito com posições sectárias, intolerantes.

Desejo, na construção deste trabalho acadêmico – levando em conta a experiência vivida na lida diária com o corpo feminino – o meu, o seu, o do outro –, contribuir com ideias que possam vislumbrar um panorama mais promissor no modo de as mulheres viverem seu corpo, sem interferir na saúde física, mental e emocional.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O ENGAJAMENTO E A PSICOLOGIA ANALÍTICA: A CONSCIÊNCIA DE E PARA SI – EU, VOCÊS, NÓS.

É quase indiscutível que esta fertilização do debate científico por estímulo e desafio de fora do campo específico de pesquisa foi imensamente benéfica ao avanço científico. Isso é hoje amplamente reconhecido, embora o incentivo externo seja normalmente concebido como oriundo de outras ciências, e, em partes por isso mesmo, incentiva-se toda forma de contatos e iniciativas “interdisciplinares”. Não obstante, nas ciências sociais, e provavelmente em todas as ciências nas quais se vislumbram implicações para a sociedade humana (que talvez não sejam meramente tecnológicas), “externas” são, em grande parte, e de fato primordialmente, a experiência, as ideias e a atividade do cientista como pessoa e como cidadão, como filho de seu tempo (HOBSBAWM, 1998, p. 150).

O presente texto tem como objetivos discutir o valor do engajamento na elaboração de uma pesquisa e, da mesma forma, justificar o porquê da inclusão da Psicologia Analítica como ferramenta de trabalho.

Com tal perspectiva, lanço mão dos pressupostos do historiador Eric Hobsbawm (1995, 1998) e das ideias do médico, psicanalista e psicoterapeuta, Carl Gustav Jung (1985, 1982, 2000).

Ao fazer referências ao comprometimento do indivíduo diante dos fatos, o historiador, defende que, na medida em que os acontecimentos se fazem presentes, sejam eles triviais ou não – e mesmo quando se situam fora das perguntas ou das teorias formuladas para relacioná-los a outros episódios sociais –, eles ainda permanecem presos na rede possível do engajamento. Exemplifica tal assertiva mencionando que, até as questões matemáticas podem se tornar objeto de interpelações e de interesses, porque é comum o ser humano estabelecer vínculos entre elas e outras partes do universo, por ele vivido.

Em frente à atmosfera individualista, baseada no consumismo e nas ações fugazes que a presente “era dos extremos” (HOBSBAWM, 1995) vem imprimindo às sociedades atuais, percebo a importância de estar implicada no tema escolhido, porquanto, como já foi aqui entendido, ele faz parte da minha vida, na condição de mulher, cidadã, médica e pesquisadora do presente.

Diante das polêmicas que envolvem o tema, necessária se faz uma atitude vigilante com relação aos territórios conquistados e, da mesma forma, àqueles que permanecem envoltos no silêncio perturbador, que posiciona essa categoria cúmplice das inúmeras ações coercitivas as quais está exposta, nesta era cibernética e paradoxal, porquanto transgressora, mas, igualmente, normatizadora.

Todavia, como é preciso delimitar o assunto, a pesquisa ao se firmar no estudo das transformações que ocorreram a partir dos anos de 1960 – fundamentalmente aquelas advindas das ações feministas, as quais deram origem a um dos mais importantes movimentos sociais do século XX –, entende quão irreversíveis são às alterações no que diz respeito ao mercado de trabalho, ao comportamento sexual e às relações pessoais dos indivíduos. Exponho dessa forma levando em consideração que, ao demarcar esse período, tomo como parâmetro o uso dos contraceptivos em todo o mundo, fato social de grande alcance, com relação às mudanças na sexualidade das pessoas, essencialmente das mulheres.

A pílula anticoncepcional foi uma conquista de grande monta na vida do feminino, possibilitando, para às mulheres certo domínio sobre o seu corpo. Nesse intervalo de tempo, o pequeno e eficaz fármaco, tornou possível a separação da dimensão da reprodução com a dimensão do desejo, presentes nas experiências corporais, dessa categoria. A escolha se fez e esse processo biológico passou a ser por ela controlado, modificando, doravante, o modo de se situarem em vários campos de atuação, isto é, do privado (a casa) ao público (a rua).

A partir desse acontecimento, as discussões concernentes aos direitos reprodutivos tomaram impulso e, baseadas na opção de querer ou não engravidar, as mulheres passaram a reivindicar a posse do seu corpo utilizando um *slogan* que se configurou como chave dos movimentos feministas, ou seja: “Nossos corpos nos pertencem” (STUDART, 1990, p. 5). Novas identidades, psíquicas e sexuais daí emanaram já que, do corpo reprodutivo ao corpo da pílula e desse ao corpo da Teoria *Queer*, a emancipação e a subordinação – dois conceitos teóricos cujas noções estão expostas no terceiro capítulo desta tese –, se fizeram presentes, problematizando, cada vez mais, o entendimento do objeto.

Preliminarmente, exponho algumas considerações a respeito da referida teoria, visto que, ao introduzir a palavra *queer*, é preciso decompor o significado de tal termo, analisado e criticado, na atualidade, com relação às questões concernentes ao gênero.

O referido vocábulo, quando entendido como excêntrico, estranho ou mesmo ridículo, imprime uma conotação negativa no modo de designar os corpos dos seres humanos que não

contemplam o modo heteronormativo de viver a sexualidade. Contudo, mesmo diante desse entendimento, o termo vem sendo adotado por uma parte dos movimentos homossexuais no sentido de marcar uma posição contestatória com relação a tal normatização, articulada pela defesa do corpo binário, ou seja, o masculino-feminino. O corpo *queer* representa aquilo que é essência e não estética. É o corpo performático cuja configuração se imbrica nas posições as quais recusam à estabilidade padronizada pela cultura heterossexual. “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546). O uso do vocábulo revela a ressignificação e as desobediências e/ou insurgências de um pensamento que vai de encontro às regulações sexuais.

Esse quadro teórico, e ao mesmo tempo crítico, abalou os estudos da sexualidade e das subjetividades, não somente nas ciências sociais, mas em outras áreas do conhecimento, subvertendo e desconstruindo categorias dantes nomeadas – homem, mulher, heterossexualidade, homossexualidade.

Por ora, não vou me ater a tal noção, porquanto, ela está delineada, com mais profundidade no quinto capítulo, quando elaboro uma análise do corpo como território. Todavia, devido a sua importância com relação ao tema, a ela retornarei em várias partes desta tese.

Entretanto, desde já é preciso me manifestar no sentido de que as trajetórias humanas e os estereótipos criados ao redor delas, podem significar que ainda no século XXI existem padrões corporais considerados como “normais” e outros como desviantes.

Vê-se que, ao transitar entre o prazer do gozo, a dor da violência e a rebeldia da subversão, o corpo feminino se transformou, em motivo de pesquisa e reflexão no campo das diversas áreas do conhecimento e orientação, trazendo à mostra as interconexões entre as disciplinas. Ao se posicionar de modo fronteiro entre as ciências naturais e as sociais, se fixou como um potencial instrumento de discussão nas polêmicas agendas social, cultural e política, dos dias atuais. Tal fato o assentou no centro do debate, visto que, comportamentos, hábitos, práticas sociais e sexuais foram revistos e modificados.

No mundo contemporâneo, globalizado, a biotecnologia unida às avançadas tecnologias de informação e comunicação, seguem ocupando espaços significativos vinculados às experiências corporais. As relações de parceria entre as subjetividades e os cuidados com o corpo daí emanam, mediadas, muitas vezes, pelo consumismo e pelas atitudes espetacularizadas, condições concernentes ao domínio do capital. A globalização foi um

acontecimento de interesse social que contribuiu para as transformações corporais do feminino. Tal fenômeno, desde os anos de 1980, vem integrando o mundo nas mais diversas esferas, a exemplo, entre outras, da econômica e comunicacional. Ao encurtar as distâncias físicas e comunicativas, entre os povos, muitas reviravoltas se inseriram. Os encontros dos corpos, tantos reais quanto virtuais, em um mundo globalizado, tornaram-se mais fáceis e mais frequentes. Espaços diferentes, então interconectados, permitiam aos corpos, agora plugados, que se movessem por intermédio de uma máquina, em busca de informações e emoções.

Assim, as relações sociais se transformaram, trazendo no seu bojo uma diversidade de identidades que se configuraram em rupturas e desarticulações de muitas concepções tradicionais. Por conta de tal tendência, novos tempos e novas dinâmicas fizeram-se presentes.

Considerando tais mudanças, a ideia do engajamento se fortalece já que é preciso adentrar no âmago dessas transformações, diante da polissemia contida no tema.

Logo, é inquietante e desafiador elaborar uma análise que põe ou expõe o ser feminino diante do seu corpo, decolando de uma fundamentação que tenha como foco a autonomia e a subordinação, perante o tema investigado. É preciso, por conta da provocação que o assunto insere, decompor cada tópico apresentado.

Se esse cenário assim se descortina, o engajamento sempre se faz pertinente. Isso porque, diante do mundo espetacularizado do presente, a necessidade de um posicionamento reflexivo, mas com igual valor crítico e atitudinal, se aplica, na busca de trazer à luz – no exercício da “humildade científica”, por Eco (1977) sugerido – algum tom a mais com relação ao assunto. Por conseguinte, entendo que o comprometimento se dá por intermédio das ações, comportamentos e proposições, e não apenas em atitudes reflexivas ou conjecturas, no que concerne aos acontecimentos. Explico tal pensamento na compreensão de que as teorias são relevantes e indispensáveis para sistematizar as nossas intenções isto é, as ideias, contudo, são as atitudes que as confirmam e as legitimam.

Na aproximação com o meu tema de estudo, percebo que os discursos que se formam ao seu redor não podem se situar em um campo que abarque palavras soltas, pois, eles devem ter coerência e continuidade. Muitos são os estudos e os títulos acerca do corpo do ser humano, e, essa realidade, por uma dimensão, ajuda a pesquisa, por conta das inúmeras suposições aí contidas; entretanto, por outra dimensão, dificulta as nossas escolhas, igualmente pelas várias sugestões elencadas e elaboradas nas diferentes áreas do conhecimento.

Mas, é preciso deixar claro que, uma atitude engajada não quer dizer discordância dos fatos verificados, e sim sabedoria em escolher e combinar os acontecimentos, atentando, sobretudo, para aquilo que se pode inferir, a partir deles (HOBSBAWM, 1988). Assim posto, as combinações dos fatos sociais, vinculadas ao exercício da escuta, me fizeram entender como as doenças que adentram o meu espaço laboral, se situam em um campo que vai além do cientificismo médico. São pensamentos nos quais estão impressas as ideias de Martin Buber (2001, p. 51) do “EU-ISSO” e do “EU- VOCÊ”, ou seja: a primeira concepção se relaciona com o objeto e nunca contém o ser completo – “ela não pode jamais ser proferida pelo ser na sua totalidade”; a segunda se vincula ao sujeito, à alteridade e se expressa com o ser completo, “ela só pode ser proferida pelo ser na sua totalidade”.

Engajada no “EU-VOCÊ”, percebo que, se a minha lida diária com as mulheres, foi a ponte e o caminho para a escolha do tema ora em discussão, me amparo na noção de sincronicidade², oriunda das ideias de Carl Gustav Jung (1875 - 1961), médico psiquiatra e psicoterapeuta suíço, criador da Psicologia Analítica³. Tal método entende que o sujeito não escolhe o seu tema de pesquisa, porquanto, é por ele escolhido; também vejo como pertinente parafrasear Saffioti (2004, p. 43) quando declina sob tal pensamento, explicitando que: “o próprio interesse pela temática já revela um compromisso político-ideológico com ela”.

Tal percepção ocorreu tanto no âmbito do serviço público – refiro-me ao trabalho que desenvolvi, por vinte e oito anos no Serviço Estadual de Oncologia (CICAN), órgão de referência oncológica, do Estado da Bahia, voltado para as (os) pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), do qual estou aposentada –, onde pude acompanhar, de perto, as dificuldades vividas por mulheres pobres, principalmente, na experiência com o câncer, quanto no âmbito do privado, em consultório particular, por três décadas, agora não mais como ginecologista, mas no exercício da Psicoterapia Junguiana ouvindo mulheres das classes mais privilegiadas, muitas delas, da mesma forma, acometidas por essa doença.

As minhas observâncias levaram ao entendimento de que as variadas representações sociais, advindas das narrativas dessas protagonistas, resvalam nas incompletudes e nas dores, comuns às experiências corporais e/ou sexuais, independentemente da classe social a qual tal

² A sincronicidade é entendida como uma vinculação entre os estados interiores vividos pelo sujeito e os fatos exteriores, isto é, um paralelismo temporal, espacial e de significado entre a condição psíquica e um acontecimento físico.

³ A Psicologia Analítica ao adotar a teoria dos opostos, considera que a vida psíquica pertence a um sistema que se autorregula pelo princípio da compensação. Nessa dinâmica estão implícitos os conceitos de consciência e de inconsciente, opostos que se referem a um jogo contínuo de contrastes e polaridades e que estão sempre em estado de tensão.

categoria está inserida. Entendo que tais imagens são elaborações discursivas, construídas e formuladas nas diferentes instâncias sociais, contextos nas quais são inevitavelmente produzidas. Este tema – o das representações sociais – é explorado com profundidade, no segundo capítulo, quando descrevo o método e a base teórica, escolhidos para sustentar a presente pesquisa.

Ao falar sobre engajamento, reporto-me a uma atitude política, comprometida com o tema discutido, assimilando que a concepção de Hobsbawm (1998, p. 150) se coaduna com os objetivos da pesquisa: “o argumento em favor das vantagens do engajamento deve ser o de que faz a ciência avançar”.

Compreendo, entretanto, que os avanços devem seguir caminhos que suportem a carga dos acontecimentos, nos quais a importância não se limita, apenas, às novas descobertas das ciências e das tecnologias, mas, na mesma proporção, na ordem dos sentimentos, dos afetos e das emoções. Com tal entendimento é que pretendo organizar as ideias, engajando-me aos fatos, com suas transformações científicas, políticas, tecnológicas, sociais, culturais e psicológicas, em busca de apreender como as mudanças exercem influências sobre o comportamento do sujeito social.

A essas alturas, é de bom alvitre descrever o que se entende por História do Tempo Presente, já que esse é o marco temporal da pesquisa.

Como já me posicionei, na apresentação, a tese visa, sobretudo, sair do imediatismo dos fatos e manter a relação entre passado, presente e futuro. Conforme Hobsbawm (2009, p. 6) o ser humano, na medida do possível, tenta sempre prever o futuro e, tal conduta, deve, “necessariamente basear-se no conhecimento do passado”. Para o pensador, os acontecimentos futuros sempre estão relacionados aos do passado e, é nesse ponto que o historiador intervém, contudo, adverte: “por isso, é preciso que nos arrisquemos a fazer previsões, mas tomando certos cuidados”.

Neste rumo, pautada na vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2002), e na observação da precisão científica, o narrador e o sujeito narrado se unem em um objetivo comum.

Na abordagem dessa noção, é esclarecedora a importância dada à memória, já que, sob a sua égide, normalmente os fatos se interligam gerando representações, visões e conceitos sobre determinado período histórico. Em consequência, todo conhecimento novo mantém, de certo modo, uma relação com o conjunto de conhecimentos anteriores. Porém, não é intenção dessa pesquisa questionar tal conceito de uma forma que esgote toda a sua temática, pois, para

isso, seria indispensável um aprofundamento e um conhecimento mais vasto da História, fato que não faz parte do meu saber. É dessa maneira que justifico também a escolha em situar esse estudo, inserindo-o em um registro de tempo que se inicia nos anos de 1960 e que segue o seu curso até os dias atuais, entrelaçando os acontecimentos do passado, de modo que se possa entender as transformações e os nós que recaíram, e ainda recaem, sobre as experiências corporais do feminino.

Vê-se que, é objetivo dessa conduta analisar épocas anteriores ao tempo presente vivido, visando elaborar uma comparação com a finalidade de, se possível, esboçar uma resposta com relação aos sentidos do corpo da mulher, cujas oscilações vêm sendo contadas e fazendo parte da sua própria história.

Acerca dessa abordagem, Hobsbawm (1995), ao se reconhecer como um historiador que se interessa em escrever sobre os acontecimentos do seu tempo, admite que as descobertas originadas das revoluções científicas, das novas linguagens que emergem dos meios midiáticos e comunicativos e dos acontecimentos do cotidiano possibilitaram uma nova forma de perceber e interpretar o tempo presente. Adverte que, mesmo existindo um recuo de tempo entre o pesquisador e o objeto estudado, a visão que o historiador tem do seu objeto está inserida no seu próprio tempo. Ao discorrer sobre esse conceito, aponta três fatos que podem problematizar essa questão, a saber: 1- a data do nascimento do pesquisador, modelando a análise dos fatos; 2- o ponto de vista do historiador com relação ao passado que se modifica com o seguimento da história; e 3- a dificuldade com que o historiador se defronta para escapar às suposições da época, já que essas são partilhadas por todos nós. Exemplifica, mencionando que a história escrita em um determinado momento é diferente de qualquer outra história antes elaborada e isso se deve às novas descobertas e aos novos trabalhos de pesquisa os quais surgem a todo momento, trazendo ideias renovadoras e inovadoras.

Dessa forma, é preciso ficar atenta para o tempo presente, pois, tal período, ao se configurar como fugaz, efêmero, possibilita que, na elaboração retroativa com a qual as pesquisas confrontam as suas hipóteses de trabalho, a dura realidade da documentação e dos arquivos recebidos venha à tona. Relevante, para melhor compreensão dessa intenção, mencionar Rioux (1999, p. 40 - 41) quando elabora a seguinte questão: “A formulação mais brutal da questão, aquela que suporta a carga epistemológica mais forte, é evidentemente esta: pode o presente ser objeto de História”? Parafraseando o autor, esse marco temporal é entendido como um momento que favorece a ação do tempo passado sobre o presente, isso é: “uma permuta tangível entre memória e acontecimento”.

Como nessa parte da tese inscrevo-me a favor do engajamento, da História e da memória, percebo, com relação aos três fatos acima referidos o quão é intencional relacioná-los à minha experiência na condição de mulher, de profissional da Medicina e, agora, de pesquisadora. Essa concepção adveio da sensação de que me encontro implicada, tanto como sujeito quanto como objeto, dentro do meu próprio estudo.

Tal compreensão impõe um “engajamento objetivo” (HOBSBAWM, 1998, p. 140) no qual, a escolha e a organização dos acontecimentos conduzam à pesquisa a se posicionar a partir deles. Nesse percurso, tanto faz se os episódios são ordinários ou extraordinários, já que o essencial é construir as devidas conexões entre eles e o mundo no qual, os fatos se tornam significantes para nós.

Por conseguinte, é bom esclarecer que, se me empenho em investigar um tema no qual discorro acerca das diferentes representações sociais do corpo feminino, não interessa ao estudo seguir por um caminho de mão única, que elabore juízos de valores ou identifique condições nas quais haja: por um lado, uma “suposta normalidade corporal”, ou por outro lado, uma noção de “beleza” regularizada e normatizada, pelas leis do mercado. A primeira concepção, ao abraçar a lógica binária, calcada no masculino e no feminino – pensamento, ainda propagado por algumas instâncias sociais, a exemplo, dentre outras, de determinadas religiões e certos partidos políticos conservadores –, entende a heterossexualidade como condição normativa. Em consequência dessa noção, advoga que as outras situações – a exemplo da homossexualidade, da transexualidade, do corpo *queer*, ou dos outros tantos modelos corporais, mesmo a despeito dos inúmeros estudos de gêneros na contemporaneidade –, devam ser consideradas como uma doença, ou seja, um distúrbio, uma anormalidade. A segunda proposição, ao se situar na reprodução, na falsificação, na cópia, põe à tona certo ideal contemporâneo no qual o corpo da “beleza” é aquele magro, esbelto, musculoso, jovem e amparado pelos sinais do tempo, porquanto, controlado, na maioria das vezes, pelos severos regimes alimentares, pelas academias de ginásticas, pelas cirurgias plásticas e outros “milagres” da medicina estética e cosmética.

Essa compreensão me leva ao entendimento de que o fundamental, no trabalho que realizo com esses seres, não está somente calcado nos conceitos teóricos ou biomédicos, mas, igualmente, no emergir do processo simbólico e do sentido que cada uma delas lhes confere, e, do mesmo modo, no relacionamento dessas interlocutoras com o contexto vivido, levando-as a buscar o valor verdadeiro das suas atitudes e escolhas.

Por isso que, antes de prosseguir com a minha trajetória, vejo como pertinente, fazer um parêntese, no sentido de me manifestar com alguns conceitos próprios à teoria junguiana,

visto que, por intermédio dela me movimento, na atualidade, no exercício da profissão. No bojo dos seus ensinamentos aprendi a importância de lançar meu olhar para as minhas interlocutoras e, engajando-me nas suas dores, passei a compreender melhor as alegrias e as tristezas, que permeiam suas existências.

Ao elaborar, nesta parte da tese, um texto descritivo, e igualmente reflexivo, viso situar melhor o leitor, no âmbito de algumas noções concernentes à referida teoria. Nessa perspectiva, os pressupostos daí advindos se entremeiam às razões da sua presença nesta pesquisa, ao tempo em que, explico como os utilizo, na prática clínica, ao observar a importância de trazer os símbolos para a prática do meu dia a dia, no trabalho que realizo com mulheres.

Entendo como símbolo uma palavra ou uma imagem que implica em algo além do seu significado manifesto e/ou imediato. Assim, tanto os ditos quanto os “não ditos” estão sempre em torno desse processo. Com tal atitude tento penetrar naquilo que, de mais profundo, está contido na alma humana.

Por conseguinte, é relevante expor o conceito central da Psicologia Analítica, ou seja, a individuação, processo pelo qual a pessoa se torna um “in-divíduo” psicológico. A meta desse procedimento é a de fazer com que a pessoa se conheça da forma mais intensa quanto possível, isto é, tornar-se um ser único, singular, “tornar-se si-mesmo ou o realizar-se do si-mesmo” (JUNG, 1982, p. 49).

Tal conceito passa pelo processo psicológico de integração dos opostos, ou seja, da união do consciente com o inconsciente. Nessa dinâmica opositora está presente um jogo contínuo de contrastes e de polaridades nas quais o ser humano pode desenvolver a capacidade de distinguir entre o que parece ser bom para si mesmo e o que parece ser bom para os outros. É o sujeito se posicionando em estado de tensão e, dessa conscientização, pode resultar o aparecimento de um terceiro elemento, ou seja, a função transcendente, condição que pode levar o indivíduo a se afastar de posições extremas. “Atravessando várias etapas, integrando opostos, chegar-se-á, através desse embate, à individuação, o que significa cada um tornar-se o indivíduo que realmente é em seu rascunho original” (NISE DA SILVEIRA, 2001, p. 87).

Contudo, para se aproximar desse estágio mental – já que nunca ele é concluído, no curso de vida do sujeito –, a vontade e a participação ativa da pessoa, são requisitos essenciais, com vistas a confrontar e encarar os acontecimentos que fazem parte da sua trajetória. Nessa experiência não existe mágica, mas, disposição e desejo de transformar conteúdos inconscientes em conscientes. Logo, a Psicologia Analítica é um método dialético, cujo objetivo consiste na

busca da verdade, por intermédio dos diálogos elaborados entre as estruturas básicas da psique humana – consciência e inconsciente –, e como estas estão sempre em embates, em constantes enfrentamentos, é aí que as contradições se evidenciam. Tal processo evita o entorpecimento do sujeito em uma direção unilateral e, ainda os fascínios das falsas proposições, muitas vezes, contidas em imagens e/ou representações sociais.

Mas, o que tem tudo isso a ver com a tese aqui defendida? Como os conceitos e as vivências clínicas colaboram com as ideias investigadas? Em que medida tal procedimento auxilia aos sujeitos sociais a se afastarem de certas verdades coletivas, que podem funcionar como possíveis influências hostis para as suas vidas?

A meu ver essas ideias corroboram com a inclusão da Psicologia Analítica, neste trabalho de pesquisa, já que o tema escolhido implica em compreender os opostos que se fixam entre o manifesto (o dito) e o não manifesto (o não dito).

Nesse conjunto de conceitos que a sistematizam, a parte mental do ser humano é composta de três níveis ou camadas: *a consciência, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo*. Do processo de individuação da consciência, surge um novo elemento, denominado de *ego*. Este é um termo relativo à organização da mente consciente. É nele que se situam as percepções conscientes, as recordações, pensamentos e sentimentos; daí é preciso que os fatos se tornem conscientes, para que o processo de individuação prossiga no seu caminho. Este fato é essencial para qualquer processo analítico referente à evolução da psique humana.

Com relação ao *inconsciente pessoal* admite-se que ele se localiza em um nível adjacente ao *ego*. Seu conceito está relacionado às experiências que não são aceitas pela consciência. Tais vivências, por vários motivos – a exemplo de um conflito moral ou pessoal –, ao serem reprimidas, desconsideradas ou esquecidas não deixam de existir na psique humana. Ele é o depósito das nossas atividades psíquicas e seus conteúdos são pessoais, na medida em que todos eles são obtidos por intermédio das diferentes vivências do sujeito, ao longo da sua vida. Esse espaço da psique funciona como um banco de memória. É dele que emergem os *complexos*, isto é, um aglomerado de conteúdos autônomos, constituído por uma estrutura psíquica com forte carga afetiva. Por conseguinte, os sentidos inconscientes, de natureza pessoal, integram à personalidade do sujeito e constituem o seu inventário, a sua história. De um modo geral, eles têm acesso à consciência, quando, inevitavelmente, por algum motivo de grande valor eles surgem à tona.

É nesse nível da psique que a pessoa se torna consciente daquilo que, comumente, admite ser uma atitude do outro, mas não dela própria ou em si mesmo. Dessa forma, em frente as insatisfações e as incompletudes que desaguardam sobre a estrutura corporal, do indivíduo, é preciso saber lidar com essas formações autônomas, compreendendo que, no corpo, os complexos se evidenciam e, se não trabalhados podem seguir seu curso, dando lugar às neuroses e as psicoses.

Por isso que, na visão junguiana, a psique não é uma unidade. Ela é formada por uma estrutura pluralista, contraditória e compensatória, constituída por numerosos e diferenciados complexos que interagem entre si.

O inconsciente não contém apenas os componentes pessoais; habitam, em seus níveis mais profundos, elementos coletivos que integram o *Inconsciente Coletivo ou Psique Coletiva*. É nesse *locus* que, tanto as virtudes quanto os vícios da humanidade, se encontram e se abrigam. Segundo tal visão, essa parte da psique humana repousa sobre uma camada profunda herdada e universal. Ele é um fragmento comum do qual, em princípio, todos os seres humanos partilham. Dessa forma, os sentimentos humanos – o amor, o ódio, o ciúme, o poder, a sedução, etc. –, e as formas fundamentais do pensamento, ou seja, todos os instintos básicos encontram aí a sua morada. Todos eles são inerentes à condição humana. “As maçãs de ouro provêm da mesma árvore, quer sejam recolhidas por um aprendiz ou por um Schopenhauer” (JUNG, 1982, p. 119).

Por intermédio do “conhece-te a ti mesmo”, emanam as possibilidades de cada indivíduo se decifrar, e entender os anjos e os demônios que habitam em sua alma. Insisto nessa descrição para esclarecer que é nesse enfrentamento dual que surge a possibilidade de uma escolha livre das imposições castradoras da liberdade do sujeito. Em frente aos apelos fantasiosos, da atualidade, toda essa explanação faz sentido, diante do tema investigado. Isso porque, a conscientização das fantasias – advinda, na maioria das vezes, por intermédio de um trabalho analítico gradativo, unido à participação ativa das interlocutoras aos acontecimentos – beneficia o indivíduo, porque delimita a assimilação das funções inferiores e inconscientes.

Ao assimilar que a psique coletiva é o lastro do indivíduo, não se pode deixar de distinguir os conteúdos pessoais dos coletivos, a fim de evitar uma distorção da personalidade ou a “fusão do indivíduo no coletivo” (JUNG, 1982, p. 26).

Esta é uma distinção complicada e difícil, desde quando, é nesse espaço que estão os arquétipos, ou seja, as imagens primordiais que se originam de uma constante repetição das experiências vividas, durante muitas gerações. São formas típicas e universais de pensar e de

agir do ser humano, portanto, uma possibilidade inata de representação. Entender a força desses elementos é essencial no trabalho analítico, pois, eles encerram motivos mitológicos, que surgem nos contos de fadas, nas lendas e no folclore, componentes comuns ao ser humano. “Eles indicam a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar” (JUNG, 2000, p. 53).

Como são estruturas autônomas elas não podem ser integradas por meios racionais; elas requerem um processo dialético, um confronto, que se realiza, muitas vezes, pelo paciente, em forma de diálogo, nos embates consigo mesmo. De novo, os opostos – consciência – inconscientes – se fazem presentes e, nessa dinâmica opositória as escolhas emergem, podendo colocar o ser humano, com seu corpo, imerso em um determinado processo de coletivização negativa no qual as representações corporais podem ir em busca do irreal, do inalcançável.

São quatro os principais arquétipos que exercem papéis importantes na vida do indivíduo: *A Persona, a Sombra, o Animus e a Anima e o Self*.

1) a *Persona* ou a face externa da psique, isto é, as máscaras ou fachadas que todo sujeito usa para compor personagens, com a intenção de provocar uma impressão satisfatória à sociedade. Também denominada do arquétipo da *conformidade*, visto que intermedeia as relações sociais. No dia a dia do exercício da profissão, percebo que, se na construção de uma *persona* o sujeito se adequa e se subordina ao coletivo, realizando sacrifícios e concessões consideráveis ao mundo exterior, é possível que o seu ego se identifique e se imbrique de tal forma a esse arquétipo, que o indivíduo passe a acreditar que é o que imagina ser.

Mesmo evitando andar por trilhas deterministas, ou ainda por caminhos que possam construir juízos com relação ao tema estudado, essas identificações, quando artificiais e oriundas de um autossufrimento, funcionam como fontes de insatisfações pessoais que, em casos mais graves, podem desencadear conflitos tão severos que impossibilitam o sujeito de viver sua vida real, em benefício de uma personalidade artificial. Esse comportamento pode conduzir o indivíduo a um existir ambíguo, dentro de um mundo vago e indefinido. São reflexões que, diante do tema estudado, não devem ser negligenciadas. Esses pensamentos delineados nos pressupostos de Jung (1982, p. 69) se traduzem da seguinte maneira: “se observarmos criticamente casos dessa espécie, descobriremos que a máscara perfeita é compensada, no interior, por uma vida particular”.

Não raro, é nessa “vida particular”, formatada por algumas mulheres, que o corpo do “real” passa a buscar, de forma obsessiva, o corpo do “ideal”, demonstrando o quão é difícil lidar

com uma *persona* que se afasta da sua condição de “in-divíduo”; 2) O segundo arquétipo é o da *Sombra*, que corresponde ao lado obscuro que cada um de nós carrega consigo, mas que, comumente, negamos ter e apontamos no outro; por conter uma natureza animal exacerbada esse arquétipo mostra que a consciência tem limites e, mesmo quando ampliada por conta de um trabalho terapêutico, sempre conterà no seu interior uma zona desconhecida que acompanhará o ser humano em toda a sua existência. Com tal entendimento, ao trabalhar com a teoria ora em exposição, é preciso entender a importância de domesticar os ímpetos animais, contidos no interior de cada um de nós, para que possamos ser um membro essencial à comunidade; 3) Seguem-se a *Anima* e o *Animus*. Esses são considerados como modelos compensatórios, isso é, a *anima*, ou a face interna masculina, é o lado feminino da psique do homem. Do mesmo modo, o *animus*, semelhantemente a *anima*, se personifica como o lado masculino da mulher. Logo, *anima* e *animus* configuram o “Outro interno” reprimido. Por conta desse entendimento, é fundamental esclarecer que, para a Psicologia Analítica, a *anima* é concebida como uma parte feminina ctônica – isto é, subterrânea – da alma masculina; o mesmo se aplica ao *animus*, ou seja, arquétipo, igualmente criado como a parte masculina, também, ctônica da alma feminina. Ao decompor arquétipo da *anima*, Jung (2000) considerava que o homem herda a sua imagem de mulher, estabelecendo, inconscientemente, alguns modelos que provocam sentimentos positivos ou negativos. Essas sensações subjetivas podem influenciar na forma do masculino aceitar ou rejeitar as mulheres. A mesma conduta se sobrepõe ao *Animus*, com relação à mulher.

No cerne desses arquétipos, o poder e a força do masculino constituem o núcleo central do *animus*; o mesmo se aplica a *anima* com a sua fragilidade e sujeição.

Como esses dois pares de opostos, na visão junguiana (1985), são componentes tanto do homem quanto da mulher, o grande problema é quando esses eles não se desenvolvem de forma equânime. O homem ao ser estimulado, pela cultura a expor o seu lado *animus*, não progride, satisfatoriamente, com a sua *anima*. “Homem tem que forte”; “homem não chora”; “homem é o provedor”, com os seus desejos, o homem, pode se apropriar do corpo da mulher. Todos esses são jargões que passam de geração em geração e a sociedade a eles se habituou. O mesmo acontece com a mulher. Com o seu *animus* reprimido, atrofiado, ela é a parte fraca, sensível, frágil, e com tal conduta, de uma maneira geral, são treinadas para a vida, por vezes, silenciando-se diante das subordinações a ela imposta. Contudo, é relevante entender que, mesmo sendo símbolos do inconsciente, esses pares intermedeiam as relações com a consciência, do mesmo modo que a *persona* intermedeia as relações com mundo social. Dessa

forma, as ideias, ao serem produzidas e reproduzidas, abarcam os preconceitos tão comuns à cultura patriarcal. 4) Por fim, o *Self*, o princípio organizador da personalidade, o arquétipo da unificação e da ordem da psique, sendo considerado como a meta da nossa existência. É ele que atrai e harmoniza os outros arquétipos, conferindo-lhes um senso de unidade. É dele a responsabilidade de entender a relatividade do ponto de vista do inconsciente, abandonando a ilusão da unilateralidade, como poder decisório nas questões humanas. Ele é o *Si-Mesmo* do indivíduo, a sua verdade.

Em frente às evidências que tal teoria tem demonstrado, relacionadas à minha atividade na prática médica, apreendo que é imprescindível, no trabalho com os arquétipos, ampliar o campo de visão e entender que, ao falar sobre eles, estamos falando sobre as representações coletivas. Na visão junguiana, isto se traduz como: “Um ser humano sem uma *représentation collective* dominante seria um fenômeno anormal (...). Ninguém escapa do preconceito da condição humana”. (JUNG, 2000, p. 75).

Vê-se que, lidar com os arquétipos é conviver com os conflitos internos poderosos da personalidade do indivíduo. Por conta disso, o desenvolvimento de um processo analítico, pelo viés da Psicologia Analítica, implica, sobretudo, a responsabilidade e a relação com a sociedade e com as realidades nas quais o sujeito social se insere.

Considero, entretanto, que somos seres prisioneiros do reino simbólico da psique, daí a importância de cada pessoa trabalhar, no sentido de viver a sua apologia subjetiva e com ela trazer, para a consciência, as realidades que emergem das imagens daí advindas.

Ao descrever alguns conceitos da Psicologia Analítica – já que não é objetivo da tese esquadrihá-la na sua totalidade –, como ferramenta de trabalho, procuro demonstrar que, por intermédio das escutas, advindas das narrativas e dos sonhos das minhas interlocutoras, é possível identificar os arquétipos, com seus mitos, nos quais se fixam muitas das representações sociais contidas no imaginário de todos os seres humanos.

Nesse processo da conscientização, o sujeito em frente às experiências fetichizadas⁴ – advindas de um mercado ávido pelo espetáculo social – ao tempo em que percebe o seu corpo como condutor das imagens que as conectam com o mundo, pode buscar um caminho que o afaste das opressões aí instaladas e da escalada contagiante de certos avanços técnicos –

⁴ Tais ideias serão discutidas no terceiro capítulo desta tese, intitulado *Episteme e práxis: Caminhos para a Emancipação*, quando abordo a “*Sociedade do Espetáculo*”, e a vinculo ao valor fetichizado atribuído ao corpo, como uma “coisa” e/ou uma “mercadoria”.

científicos, também espetacularizados, os quais interferem nas atitudes e seu no modo de vida. Esse é o movimento em direção à individuação na qual, por meio do “conhece-te a ti mesmo”, a pessoa se torna ela mesma.

É nesse patamar, que a minha responsabilidade, como profissional e cidadã, recai em uma atitude que defenda uma ética responsável com relação às mudanças, tanto as científicas, quanto as tecnológicas e culturais, e que o bom senso possa sair vitorioso em frente às determinadas condutas impensadas e irresponsáveis, comumente, presentes na era da aparência, na qual o sujeito social vive, na atualidade.

Compreendo que os fatores conscientes e inconscientes são realidades determinantes na atitude de cada pessoa. Ambos têm um caráter coletivo, “daí a necessidade de distinguir entre o que eu quero e o que o inconsciente me impõe, como perceber o que o meu cargo exige de mim e o que *eu* desejo” (JUNG, 1982, p. 72).

Se ato o engajamento à Psicologia Analítica é porque, no trabalho realizado na busca da individuação, eles se complementam. Essa direção possibilita que, diante da reflexão e da ação, no exercício do trabalho com o ser feminino, possa a ele me unir – já que dele sou parte integrante, tanto nos prazeres, quanto nas dores –, no sentido de buscar aquilo que de melhor tenho a oferecer à humanidade. Vejo esse comportamento como o meu próprio espelho, visto que, assimilo que tudo aquilo que acontece com o outro, pode repercutir em minha própria vida.

Para situar melhor as ideias junguianas, admito que exista, nas subjetividades, um hipotético “como se” que o ser humano jamais conseguirá ultrapassar, na sua totalidade.

Com esse entender, situo os sentidos necessários à inserção da Psicologia Analítica, como uma fonte motivadora para a elaboração desta tese. Muitas interpelações podem emergir dessa exposição, porém, pela complexidade delas, nada me garante que, no curso da construção dessa pesquisa, elas possam ser respondidas, mas, desde já, ficam aqui algumas das ponderações que podem ser razões para outros diálogos.

Assim: é ilusão admitir que uma teoria psicológica possa ter descoberto a natureza desses processos tão subjetivos? Ou ainda, é possível saber como eles se formam e como emergem, na consciência de cada um de nós?

1.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: OS CENÁRIOS E AS CENAS

La peculiar *philia* entre el médico y el enfermo no poseería carácter “técnicos” si no se manifestase, ante todo, em um conocer; um médico que no supiera el “qué” y el “por qué” do lo que hace, no merecería el nombre de *tekhnitês*, no pasaría de ser um empeirós rutinario (ENTRALGO, 1983, p.62).⁵

Nasci em 1948, ano em que, dentre muitos outros fatos históricos, cita-se a promulgação da *Declaração dos Direitos Humanos Universais*. Tal documento, elaborado por diferentes instâncias jurídicas e culturais de várias regiões do mundo, teve como sentido estabelecer, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos do ser humano. Suas postulações foram um marco na história da humanidade.

Ao modelar a análise dos fatos, a memória mostra que cresci em uma família na qual as mulheres – mães, avós, tias, primas e outras personagens aderentes – tinham como papel cuidar do lar, dos filhos e do companheiro. Poucas eram as que exerciam profissão fora do seu ninho doméstico e, quando isso raramente acontecia, era costume se referir a essa mulher com a expressão “ela trabalha fora” e “não o que ela faz ou produz”. O trabalho masculino não precisava desse tipo de explicação, pois era comum e de bom tom que o homem trabalhasse “fora do lar”. Essas duas atitudes comportamentais legitimavam o homem como o “provedor da família” e a mulher como a “cuidadora da prole e do lar”. A economia do cuidado estava a cargo das mulheres. Esse era o velho modelo do viver o feminino naquelas alturas dos anos 1950, período no qual a casa, com o seu corpo feminino, era um espaço comum para as mulheres; já a rua, um espaço de exclusão para tal categoria. O trabalho doméstico não era importante para “a rua”, pois esta não o valorizava ou não o reconhecia como uma verdadeira ocupação.

Lembro-me que era comum encontrar certo elemento decorativo, azulejado e fixo, na porta da entrada principal de muitas residências, com a seguinte inscrição: “O dono da casa sou eu, mas quem manda é minha mulher”. Estava ali explícita, em uma simples moldura a desproporção de gêneros, visto que a noção do “cuidar” era atribuída ao feminino, e a de “propriedade”, ao masculino, ou seja, ao provedor. “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual alicerça”

⁵ Pedro Lain Entralgo leva em consideração os ensinamentos do *Corpus Hippocraticum* (século II a. C) e menciona como deve se processar a relação entre o médico e o paciente, na visão de Hipócrates, ou seja: “A peculiar amizade entre o médico e o doente não possuiria caráter técnico, se não se manifestasse antes em um conhecer; um médico que não supera o “que” e o “por que” não mereceria a arte do saber médico, não passaria de fazer algo rotineiro” (Versão livre da autora).

(BOURDIEU, 2010, p. 18). Para o autor, a força androcêntrica se impõe sem qualquer necessidade de justificativa, porquanto, ela já é “naturalmente” legitimada.

Com esses pressupostos, Bourdieu (2010) advoga que, na ordem social, o corpo do ser humano é construído como uma realidade sexuada. O elemento corpo determina a diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre o masculino e o feminino. A diferença anatômica cria a injusta medida entre os gêneros, na qual a divisão de trabalho segue a ideia da casa e da rua.

DaMatta (1985, p. 12), ao fazer alusão a esses dois diferentes vocábulos, compreende que eles não significam apenas espaços geográficos, mas, sobretudo, “ entidades morais, esfera de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados”. Assim percebidos, esses termos contrastantes despertam emoções, reações, moralidades. Com essas ideias, quando na referência à economia do cuidado, a presença feminina, normalmente, fica em evidência. Essa conduta não é ao acaso, já que “casa” e “rua” são lugares de oposição que representam espaços de dominação relativos ao masculino e ao feminino⁶, nos quais não comportam medidas geométricas, mas uma dimensão de princípios e regras.

São dinâmicas nas quais persistem um descompasso e uma assimetria de gênero que favorece o masculino⁷. Estão aqui expostas as questões concernentes à alteridade que, nos tempos atuais, mesmo diante das conquistas, ainda desconsideram e desfavorecem o feminino. Apreende-se, diante dessa visão androcêntrica, que casa e rua, ou seja, o privado e o público, não podem se misturar, sem conflitos. São normas relacionais que trazem à tona a célebre ideia “do mais e do menos”, entrelaçada, respectivamente, na ordem social de ser homem e de ser mulher.

Nesse particular, a tese segue com os pressupostos de Saffioti (2004), quando alerta que o patriarcado ou a “ordem patriarcal de gênero” é uma entidade poderosa que perpassa todas as instituições. A autora admite que o poder patriarcal abarca tanto a potência quanto a impotência, ou seja, se, por um lado, os homens foram criados para conviverem com a força, isto é, para o exercício do poder, por outro lado, as mulheres, são adestradas para a impotência,

⁶ Refiro-me à violência simbólica, condição que se insere, definitivamente, no bojo dessas argumentações. A cumplicidade presente, entre as partes, desde então se consolidava e ainda se sustenta, nos dias atuais, alicerçada na força das pressões exercidas pelo dominador à submissão consentida do ser dominado. Voltaremos a esse conceito no terceiro capítulo, no qual ele está delineado de forma mais profunda.

⁷ Sobre esse assunto, ver artigo intitulado *Ética do Cuidar e Relações de Gênero? Práticas Familiares e Representações da Divisão do Tempo* (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, p.195). Nessa pesquisa, os dados empíricos com casais soteropolitanos, concluíram que apesar de certa inserção do masculino, no papel de cuidador, ainda existe uma distância considerável no que se refere às questões de gênero.

a submissão. Apresenta uma discussão com relação aos conceitos dos vocábulos igualdade, diferença, desigualdade e identidade. Parafraseando a socióloga, adoto a ideia de que o par da palavra diferença, por ela proposta, não é a palavra igualdade como, habitualmente, costuma-se falar, mas sim, o vocábulo identidade, pois, diante do poder real, os seres humanos não são iguais nas suas representações, nem nos seus direitos elementares. Portanto, a igualdade é um conceito de ordem política, que faz par com a desigualdade e não à diferença. Esta se opõe à identidade, considerando que ainda existe uma inflexibilidade enorme com relação às diferenças, nas quais o ser homem e o ser mulher se enquadram, nas questões das hierarquias. São os corpos sexuados se inserindo nas relações entre o público e o privado, gerando as desproporções, nas relações sociais e nas acepções cristalizadas, ao longo da história.

Em frente a tal visão opositora, a economia do cuidado, na grande maioria das vezes, é imposta às mulheres, independentemente de elas, na contemporaneidade, terem suas obrigações com “a rua”, na mesma proporção que os homens.

São muitas as vozes, femininas – e, por justiça, também as masculinas, que seguem com novas proposições relacionadas ao princípio da equidade entre os sexos, tanto na ordem cultural, quanto na ordem jurídica. É fato que o trabalho fora do lar instituiu um novo modelo das relações entre as famílias, contudo, os limites se interpõem, e ainda persiste uma “identidade social” relativa ao feminino e ao masculino que se fixa, deixando à mostra as diferenças entre essas duas categorias.

O feminino continua se responsabilizando pela esfera doméstica. Seu corpo nutre, cuida, educa, silencia, e é “comido” pelo outro; para o masculino, as regras são de outra ordem, mas, igualmente impositivas, ou seja, o homem tem que ser viril, não “falhar”, se portar como um “eficaz comedor” e reprodutor. Socializado para as lutas, detém o poder, e, outorga para si o papel da autoridade familiar e do principal provedor das necessidades da sua família, mesmo que os seus proventos estejam em um patamar abaixo da sua companheira. Nesse particular, tal situação não pode ser divulgada, o macho tem que manter a linha e não ser inferiorizado no seu papel do benfeitor familiar. São condições que, muitas vezes, são compactuadas pela cumplicidade do ser feminino. As mulheres, essencialmente aquelas pertencentes as classes mais favorecidas – média e médio-alta – em geral ocultam esse fato, por entenderem que a referida situação traz um desconforto social, para elas próprias.

Tudo isso mostra o quão conflituoso é andar por essas searas, quando na referência à categoria mulher, diante dos avanços conquistados e das permanências estabelecidas. As argumentações mostram que esses pares de opostos trazem, no bojo da prática das relações

corporais, emocionais, psicológicas, sociais, um conflito abissal, na ordem das desigualdades de gênero. São corpos que se posicionam em sentidos opostos, nos quais as diferenças e as identidades evidenciam esse descompasso.

É com tal sentimento que Badinter (2011, p. 25), ao se referir à “injustiça doméstica”, menciona a dificuldade que as mulheres vivem no âmbito da sua vida conjugal, já que essa sempre teve um custo, nos aspectos social e cultural, para o ser feminino “tanto no que diz respeito à divisão das tarefas entre domésticas e à educação dos filhos, quanto à evolução da carreira profissional e à remuneração”.

Contudo, se inicialmente fui apenas espectadora dos fatos, com o passar dos anos, principalmente após a quinta e a sexta década do século XX, passei a ser protagonista deles. Ao relacionar o meu ponto de vista, no que diz respeito às tantas mulheres que antecederam a minha existência, fica clara a percepção das visíveis transformações com relação à rua e à casa, ou seja, o diferente movimento entre o público e o privado vivido pelas diferentes gerações.

Como universitária, durante o período de 1968 até 1974, as mudanças em minha vida foram acontecendo sem que eu pudesse detê-las. Parte da minha geração vivia a indignação com a ditadura militar, o que se evidenciava na participação dos movimentos políticos estudantis e dos festivais culturais. Além disso, vigorava o movimento Hippie de uma juventude escolarizada, que pregava a paz, defendia o amor livre de amarras e os valores da natureza, porém desconfiava dos poderes econômico, militar e familiar. Se, por um lado, os corpos contestadores se defrontavam com o medo – pelo terror dos castigos impostos por um regime de exceção –, situando-se no mundo como “corpos torturados”, por outro lado, eram corpos que dançavam embalados por fenômenos musicais, como os *Beatles*, os *Rollings Stones* e a *Tropicália*.⁸ Eram “corpos liberados”, já que nessa mesma trilha entra em cena a descoberta das novas técnicas contraceptivas, reforçando o direito das mulheres às suas escolhas vinculadas à maternidade e ao modo de vivenciarem a sua sexualidade. Com a definitiva separação do desejo com a reprodução, o corpo feminino se afastou do seu “destino” biológico, e, entre as torturas,

⁸ Fenômenos musicais surgidos nas décadas de 1960/1970, respectivamente no Reino Unido e Brasil. Os *Beatles* faziam parte de uma banda de rock, originada na cidade de Liverpool, em 1960. Sua musicalidade foi considerada como uma das maiores influências para as gerações desses anos contestadores. Os *Rollings Stones*, igualmente uma banda de rock britânica, nasceu em 1962 e continua ativa, nos dias atuais. A *Tropicália* ou *Tropicalismo* foi um movimento musical originado no Brasil, no final de 1960, que influenciou tanto a cultura pop de vanguarda brasileira quanto a cultura internacional. A força do Tropicalismo foi além da música, atingindo outras esferas culturais, a exemplo do cinema, da poesia, das artes plásticas.

as músicas e as danças, se situou em um panorama no qual a opção de ser reprodutor ou não, também, se fez presente.

Antes dos anos de 1970, ou seja, antes da pílula, sexo e reprodução se atavam impondo à mulher um determinismo. A reprodução era um dever e, igualmente, uma dívida social e religiosa, para o feminino, já que o seu corpo estava implicado na condição de naturalização, de ser mãe. “Era evidente que toda mulher normal desejava ter filhos” (BADINTER, 2011, p. 17).

Os contraceptivos foram um divisor de água, vez que fortaleceram a autonomia dessa categoria. A mulher passou a carregar o seu corpo não apenas como instrumento físico, mas, igualmente, como uma ferramenta política. Com ele foi às ruas, às praças, às instituições, reivindicando paridade de direitos com o ser masculino. Em vista dos fatos, o ser feminino passou a ter uma vinculação mais independente com o seu corpo e com os seus desejos. Liberdade era o lema daqueles tempos, entretanto, os comportamentos se movimentavam entre os riscos e as incertezas. Muitos elos conjugais foram se afrouxando, visto que àquela altura, o “nós”, mesmo que apenas idealmente, somente deveria existir se houvesse respeito mútuo, no qual um sexo não sobrepujasse o outro. E isso nem sempre era ou é a realidade, nos dias atuais. O dito impasse levou o indivíduo a uma nova maneira de pertença. Nesse particular, ela passa, idealmente a ser uma opção, não mais uma imposição. Dessa maneira, o sujeito contemporâneo transita entre o comprometimento e o descomprometimento, entre a formação de laços e o desprendimento de muitas das amarras opressoras. Estabeleceu-se o que se denominou do “compromisso do indivíduo descomprometido” (SINGLY, 2003, p. 69), isto é, o indivíduo, na contemporaneidade, quer as suas portas abertas, contudo, não preza a interdição do compromisso; ele deseja se vincular pela escolha e não pelas coações. No desejo de alçar novos voos, ele, igualmente, não abre mãos das suas raízes. Defrontando-me com tais pressupostos, entendia que essas condutas eram muito mais que uma concordância a um princípio moral ou jurídico, mas, sobretudo, uma forma do indivíduo se posicionar com relação à (s) sua (s) identidade (s).

Foi nesse cenário de questionamentos, conflitos e hesitações que as reivindicações se fizeram presentes. Eram os anos de 1970, os chamados “anos de chumbo” da ditadura no Brasil, tempos de insurgências, prisões, torturas, mortes. Muitos foram os interditos, seja no plano político seja no plano individual. Uma parte da população reagia com vigor, diante das imposições do regime militar, ora em vigência no nosso país. As consequências daí advindas atingiram as pessoas na sua individualidade e do mesmo modo na coletividade. Todos esses episódios faziam parte do meu universo.

Éramos uma juventude que, ao se sentir acuada pelo sistema político coercitivo, buscava uma via de escape, entre os protestos, nas passeatas e nas ações de guerrilha, ou experimentava as novas sensações advindas do rock' n'roll, do tropicalismo, das drogas e do sexo. Este último, agora, considerado como “livre”, visto que o poder revolucionário dos contraceptivos tinha lhe outorgado essa condição. Aqui se instala outro movimento dual: o corpo feminino, ao tempo em que se exibia para o mundo, igualmente, se escondia, para o domínio político, então ditatorial.

Foi nesse panorama que, em 1974, ao receber o diploma legitimador do ofício, adentrei a vida profissional. Vivia, na minha vida particular e na lida do meu trabalho cotidiano, os novos comportamentos da revolução instituída pelo domínio da pílula anticoncepcional. Dessa maneira, comecei a exercer a medicina e, vigilante, compreendia que muitas das patologias, trazidas ao meu espaço profissional, faziam parte das representações corporais e sociais, das minhas interlocutoras. No percurso da prática médica era nítida a percepção de que, a partir daquele ponto, não poderia viver apenas para mim, porquanto o Outro se fazia presente em todas as instâncias da minha existência, quer pessoal, quer profissional.

Configurava-se uma vivência instituída em novas dimensões, porquanto, sentia, a toda hora, o desejo de realizar um movimento no qual pudesse auxiliar o ser doente a compreender a sua doença e, do mesmo modo, situar a dor desse distúrbio em sua vida. Deduzia que as minhas interpelações, e também as queixas, as quais chegavam de um modo geral aos consultórios ginecológicos, não passavam mais pela questão da “pureza” de um hímen íntegro, pois a virgindade já não era mais valorada por grande parte das mulheres entre os 15 e os 30 anos de idade. O “corpo santo ou puro” não era mais um tema que fazia parte das preocupações de uma parcela significativa da população feminina dos anos 1960/70, na qual eu me incluía. A inquietude vigente era a de saber qual o meio mais eficaz para evitar a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis, as famosas DSTs, cujas estatísticas, por conta da liberação sexual, aumentavam, a passos largos, nesse período. Agora, o “corpo livre”, de certa forma, tinha o domínio sobre si mesmo e sabia como evitar situações indesejáveis. O poder transformador da pílula, cúmplice dessa conquista, mudava costumes e comportamentos, fato que repercutiu, culturalmente, em todo o mundo.

Na mesma época, presenciei as separações judiciais de muitas mulheres e, com a legitimação do divórcio em 1977, a quebra da conjugalidade (mesmo a despeito do sofrimento originado da condição de “mulher separada”) caminhava no sentido de não ser mais uma proibição na vida do ser feminino.

Eram os “corpos separados”, que passaram a ser objeto do meu estudo historicizado.

Da mesma maneira, os livros de Simone de Beauvoir⁹ (1908-1986), nos quais se desfez o “mito do destino biológico da mulher”, eram lidos, avidamente, pela geração contestadora, de então.

Faço um parêntese na descrição da minha trajetória, já que, ao citar a filósofa francesa circulando nesse universo, é preciso explicar a influência por ela exercida sobre as gerações daqueles anos questionadores.

Discorrer sobre Simone de Beauvoir, famosa intelectual de origem francesa do século XX, é falar de uma autora cuja obra desmistificou e desnaturalizou a condição feminina. Seu posicionamento exerceu forte ascendência nas ideias de um conjunto de pessoas que viviam as mudanças daqueles tempos.

Em *O Segundo Sexo*, livro cuja primeira edição foi em 1949, fez uma análise biológica, sócio cultural e histórica com relação ao papel da mulher na sociedade, rebatendo, sobretudo, a ideia de uma suposta natureza feminina. Sabe-se que, nos anos em que construía a sua obra, já havia um prenúncio de liberdade do ser feminino a respeito do domínio do masculino. Entretanto, muitos obstáculos se mantinham presentes, haja vista que a mulher era o “outro sexo”. No primeiro volume do livro, ao fazer uso da Mitologia, daí ser nominado de *Fatos e Mitos* analisa a condição de a mulher ser o *Outro*. Considerava a categoria do *Outro* tão original quanto a própria consciência do ser humano. Para a pensadora, “nenhuma coletividade se define como *Uma* sem colocar imediatamente a *Outra* diante de si” (BEAUVOIR, 1980, p. 11)

Por carregar a culpa primal, representada pela história bíblica da serpente, essa categoria foi, de certa maneira, considerada como o símbolo do pecado e responsável pelos males que afligiam a sociedade. Ao viver pautada nas resoluções do masculino, perdeu a sua força e a sua liberdade. Sem o seu poder de autonomia, sua voz não ecoava, seu corpo não lutava, sua mente não refletia, daí ser considerada como o “segundo sexo”. Os tais instintos biológicos femininos, tidos então como um pressuposto natural e imutável eram, para Beauvoir, uma situação construída culturalmente. A gravidez, o parto, a amamentação, a menstruação, a força física menor que a do masculino, o hímen vaginal íntegro e o tabu da virgindade que o

⁹ Filósofa francesa, feminista, integrante de um grupo de escritores existencialistas, movimento que exerceu grande influência na cultura européia nos meados do século passado, cujas ideias repercutiram em todo o mundo. Tal movimento foi propagado, principalmente, por intermédio das produções literárias de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. A ideia básica, dessa corrente filosófica, tinha como conduta a afirmação da liberdade humana. O sujeito, no uso da razão, deveria ser livre para realizar as suas escolhas. Beauvoir publicou, em 1949, *O Segundo Sexo*, livro que foi considerado como o manifesto pioneiro do feminismo.

rodeava, todos eram fatos biológicos que não foram negados pela filósofa existencialista. Eles constituem realidades indiscutíveis, contudo, entendia que as desvantagens naturais das mulheres, apenas faziam sentido dentro de um universo estabelecido pelo homem. Somente inserido em uma perspectiva humana é que se poderia comparar o macho com a fêmea, ou seja, o homem com a mulher.

Assim posto, a recusa de ser o *Outro* estava na compreensão de que o ser humano é uma ideia histórica e, diferentemente dos animais, não está limitado a uma programação. E, como não existe uma realidade imóvel, as tais desvantagens do feminino, com relação ao masculino, são invalidadas, se anulam. Por isso que ela não declinava dos dados biológicos. Estes eram situações reais, de extrema importância, na vida dessa categoria e estavam impressos nos corpos das mulheres, comportando-se como se fossem chaves de compreensão desses seres. Entretanto, tais dados não eram suficientes para definir uma hierarquia de sexos, ou seja, não constituíam um destino imutável, não as condenavam a conservar a condição de subordinada, de sujeição, e, acima de qualquer argumento, eles não explicavam “porque a mulher é o Outro” (BEAUVOIR, 1980, p. 52).

Destarte, o que determinou a condição de ser “o outro” foi a condescendência do ser feminino, com relação ao masculino, independentemente do papel desempenhado, já que não importava em ser mãe, esposa pudica ou prostituta. Essa condição, na visão da escritora, somente poderia ser revertida por intermédio da formação de uma consciência autônoma e da capacidade de a mulher se governar no plano econômico. Caminhando nesse sentido, poderia ter o poder sobre o seu corpo e sobre o seu destino.

Portanto, ao tentar desconstruir os mitos assimilados ao longo dos anos, no que se refere à natureza feminina – o mito da maternidade, do amor, da mulher “santificada e pura”, construída pela Igreja Católica – declarou que ser mulher não é algo dado pela natureza, mas, ao contrário, é alguma coisa ensinada, assimilada e transmitida entre as gerações.

A célebre citação “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher” – frase que inicia o segundo volume do referido livro, intitulado *O Segundo sexo: A Experiência vivida* (BEAUVOIR, 1960, p. 9), foi, e ainda continua sendo, o carro-chefe para muitas das discussões feministas, principalmente nas interpelações sobre gêneros.

Dessa forma, o corpo “tornado”, “transformado”, na sua ótica, traduzia a hierarquia entre masculino/feminino. No mesmo âmbito situou a oposição natureza/cultura, defendendo, que o masculino e a cultura se inserem na parte mais privilegiada dessa condição assimétrica,

enquanto que o feminino e a natureza se situam na parte inferior desta. Prosseguindo com os seus pressupostos, menciona que a desproporção entre o homem e a mulher está embasada na cultura, e esta se inicia desde a experiência familiar, continua na educação veiculada pelas escolas e se consolida na tradição e na religião. Para a filósofa, nada no ser humano deveria ser considerado como natural, já que a força da cultura sobrepujava a biologia.

Desse pensamento posso inferir que o “Outro”, de Beauvoir, não é apenas definido pela diferenciação dos corpos sexuais, haja vista que, nas sociedades ocidentais, da contemporaneidade, nas quais a assimetria e a hierarquia estão presentes, temos igualmente, como “Outro”, a representação de um modelo de corporal considerado como “desviante”. Esse transita em diferentes territórios e, na maioria das vezes, é considerado como um corpo abjeto já que não traz, na sua pele, a marca da “normalidade”.

Talvez, ao elaborar o *Segundo Sexo*, em junho de 1949, a escritora não pudesse imaginar que dessa produção literária surgiria um novo modo de formular e questionar as diversificadas questões relativas ao gênero. Conforme Roudinesco (2003, p. 140), essa famosa produção da escritora francesa, “causou escândalo não por seu conteúdo, de uma pujante erudição, mas porque fora escrito por uma mulher e invertia o olhar que o gênero humano havia lançado sobre o sexo e o corpo das mulheres, até então”.

A sexualidade feminina, a partir de Beauvoir, toma um novo rumo e começa a ser pensada não pela anatomia como destino, mas compreendendo que o sexo da mulher era uma questão política. O problema não estava apenas na sociedade das mulheres, mas também nas sociedades falocêntricas, porque estas, aos olhos da filósofa, eram as responsáveis pela sujeição do feminino ao masculino. Ademais, enfatizava ser necessário que o ser feminino tivesse consciência da sua importância no mundo e se comportasse dentro de uma perspectiva na qual as suas singularidades fisiológicas não fossem motivo para as imposições machistas. O caminho da vitimização, incrustado desde tenra idade, deveria ser superado já que “os seus ovários” não justificavam a sua secular submissão. “A mulher só se sente tão profundamente passiva no ato amoroso porque já então se *pensa* como tal” (BEAUVOIR, 1960, p. 496).

Por conseguinte, era preciso a mulheres pensar diferente para se situar como sujeito de desejos. Não se pode “esperar dos opressores um movimento gratuito de generosidade” (BEAUVOIR, 1960, p. 497). Com essa visão, surgiria o entendimento de que, para reivindicar sua autonomia, o ser feminino não deveria ancorar a sua vida a partir de uma tradição de servidão ou escravidão. Era imprescindível quebrar o círculo da sujeição, de modo que essa categoria pudesse ter a oportunidade de expressão. “É essa ambivalência do Outro, da Mulher,

que irá refletir-se na história; permanecerá até os nossos dias submetida à vontade dos homens” (BEAUVOIR, 1980, p. 102).

Acreditava que, diante da igualdade econômica e social, surgiria um movimento que implicaria uma metamorfose interior. Ao falar sobre as mulheres, Beauvoir mobiliza as suas experiências amorosas. Perseguiu a liberdade e a felicidade, mas nunca quis abrir mão ou renunciar ao amor que dedicava a Jean Paul Sartre (1905 – 1980), escritor existencialista francês, de quem a escritora feminista foi mulher. Viveu durante toda a sua vida ao lado dele, mas se recusou a ter uma união tradicional, baseada no casamento e na monogamia.

A filósofa feminista não cansava de dizer que, se, por um lado, a história do pensamento ocidental era a história da filosofia do masculino, do dominante, por outro lado, a existência da mulher é a existência de um “Outro”. Com relação ao destino do feminino vinculado ao lar, a pensadora era firme nas suas concepções e compreendia que se tal direção estava atrelada à propriedade privada, durante séculos, era porque a história das mulheres confundia-se com a história da herança. E, como esta pertencia e era regulada pela mão do masculino, este, como proprietário da mulher, alienava a existência e o corpo feminino, na ideia de posse. Beauvoir tece uma crítica feroz ao patriarcado, ao mencionar que, no casamento, a mulher é retirada do seu grupo de origem e incorporada ao do marido; nessa troca ou nessa “compra”, de um lado, ele lhe impõe as prendas domésticas; do outro lado, os filhos por ela engendrados no seu ventre e paridos com as suas dores, estão na dependência financeira e moral do esposo. Era difícil para as mulheres reagirem às imposições sociais, pois, qualquer passo em falso, era motivo para que perdessem o direito à sua herança e aos seus filhos.

Nesse singular campo de estudo, infiro que são tantas as transformações e as permanências, que o corpo do feminino, ou a sua biologia, não pode ser vistos apenas como elementos físicos. Ele, o corpo, abrange situações, normas sociais e, mesmo situado no campo do biológico – já que sentimos fome, frio, temos as nossas doenças e os nossos sentimentos –, é pela maneira com a qual lidamos com esse biológico que construímos a nossa existência.

É fato que, o contexto da vida de Beauvoir era outro que não o dos tempos atuais, contudo, as suas ideias ainda são pertinentes, em frente à “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004), condição na qual o corpo feminino, de certa forma, está mergulhado. Talvez, hoje, diante das inovações tecnológicas, dos clones dos ciborgues, da redesignação sexual, nome dado à cirurgia de mudança de sexo, e de tantas outras construções científicas e tecnológicas, a filósofa existencialista repensasse o conceito de um “eu” feminino.

Diante de novas concepções e, apesar do inegável valor, a obra de Beauvoir – reconhecida e aceita como um marco para os estudos feministas – não foi incondicionalmente absorvida. As ideias do feminismo, mesmo entre as feministas, demonstram quão complexo e polêmico é o assunto, já que, a partir de um mesmo problema, surgem diferentes correntes de pensamento relacionadas ao tema. As críticas emitidas pela filósofa Judith Butler (2010) são um exemplo dessa afirmativa. Butler contestou os pressupostos da pensadora francesa no que tange ao domínio que deve ser exercido pela mulher sobre o seu corpo e sobre o seu destino. Igualmente, depreciou a ideia da distinção entre sexo (natureza) e gênero (cultura) defendida pela autora de *O Segundo Sexo*.¹⁰

Observo que, nesse campo particular, as discordâncias e as concordâncias se instalam. Por conta disso, é pertinente unir as ideias de Beauvoir (1980), com os seus instintos biológicos, ao pensamento de Badinter (2011, p.21) quando esta última menciona o “dilema hedonista, ou a maternidade contra a liberdade”. Ao colocar à reflexão o porquê de muitas mulheres contemporâneas – em frente ao individualismo e a busca da completude pessoal –, se questionarem sobre a importância da maternidade em suas vidas, a autora defende que as perguntas por elas formuladas, levam em consideração que tal condição não é mais a única maneira dessa categoria se afirmar. “Em uma civilização em que “primeiro o meu” se erige como princípio, a maternidade é um desafio, ou mesmo uma contradição”.

Na minha prática profissional, percebo que existe um sentimento ambíguo, conflituoso, em torno do sentimento da maternidade para as mulheres, dos dias atuais. Se de um lado, muitas delas, enxergam somente o amor e a doação ao outro ser; por outro lado, outras tantas, encontram, nessa condição, a sua outra face, isto é, a solidão, o enfraquecimento ou o esgotamento físico, corporal, e até a culpa de não ser “boa mãe”. A verdade é que, o feminino não é e nunca foi preparado para a realidade inerente a essa situação, pois, as transformações, no modo de vida das “mulheres – mães” as encaminham para mudanças radicais nas suas prioridades. Nesse espaço, algumas conseguem – mesmo abrindo mão dos seus desejos pessoais –, conciliar as exigências privadas com a pública, em frente às contradições trazidas pelo seu novo modo de existir; outras, por não se sentirem aptas para tanto, jamais mencionam ou confessam o quão fracassada é tal experiência materna. “Reconhecer que se enganou, que não

¹⁰ Por considerar relevantes as questões postas por Butler, a elas retornaremos no sexto capítulo, quando o tema exposto recai sobre corpo e identidades.

era feita para ser mãe, e que obteve com isso poucas satisfações faria de você uma espécie de monstro irreparável” (BADINTER, 2011, p. 24).

A maternidade, dessa forma pensada, não evidencia apenas o seu lado bom. É fato que, nem na atualidade, nem no passado – quando o corpo feminino era, de forma obrigatória, objeto de reprodução –, ser mãe não garantia e não garante, à mulher e ao seu corpo, a felicidade ou a plenitude. Conforme Badinter (2011, p. 25), se levar em consideração o peso das responsabilidades que recai sobre as fêmeas – em um tempo no qual o “individualismo e a paixão de si” estão presentes, com seus poderes, permeando as vidas humanas – a escolha por tal condição pode ser um embuste, diante dos sacrifícios daí advindos.

O que posso aferir com essas exposições de ideias é que a vinda de um novo ser em um lar, dificulta, sobremaneira, o cotidiano das mulheres mães, enquanto que, os homens, como pais – mesmo a despeito das mudanças ora em curso – continuam, na maioria das vezes, se dedicando aos seus afazeres profissionais. Essas evidências põem à mostra as desigualdades de gênero, enfraquecendo, fundamentalmente para muitas mulheres, o desejo e/ ou a condição de ser mãe. O declínio da fertilidade, diante do aumento das mulheres no mercado de trabalho, a mudança da idade média para a maternidade, isto é, as mulheres “agendam” a sua primeira gestação para a terceira ou quarta década de vida, o modelo de casais ou de mulheres solteiras sem filhos, são reflexos que apontam para essa realidade.

Desde então, emergiu no bojo dessas significativas mudanças o grande dilema do século XX, com continuidade no século XXI, já mencionado nas ideias de Badinter (2011), aqui expostas, qual seja: cuidar dos filhos ou ascender na profissão? Esse embate impõe um novo posicionamento, visto que, nos dias atuais, maternidade e carreira profissional são, para muitas mulheres, termos conflitantes que se colidem na vivência do seu cotidiano.

Nessa parte da tese, na qual elaboro um relato das minhas experiências como mulher e profissional, entendo a obriedade da pílula anticoncepcional como o vetor dessas mudanças. O ser feminino, pouco a pouco, adentrava tanto nas universidades quanto em outras áreas “fora do lar”. Ao se inserir no mercado de trabalho, passa a atuar não apenas como coadjuvante, mas também como protagonista. Esse era o cenário vivido, no qual as atividades como lavar, cozinhar e cuidar do ninho já não satisfaziam às aspirações de uma parte do feminino, pois a mulher queria exercer o papel de esposa e de mãe, mas não lhe bastava, unicamente essas atribuições.

Todos esses fatos seguiam manifestando uma verdade incontestável, desde quando, a despeito das transformações sociais, políticas e culturais em curso, eram evidentes as diferenças

entre as classes sociais. Enquanto as mulheres das classes mais abastadas contratavam aquelas das classes sociais inferiorizadas, em geral negras e pobres, para exercerem o trabalho doméstico, braçal, no qual as exigências do labor, no dia a dia, não davam tréguas aos seus corpos, tais objetos, entendidos como subalternos, se situavam nas mais diferenciadas e humilhantes atividades, inserindo-se em um espaço que não era e que nunca será seu.

Dessa forma, essa categoria continuava trabalhando dentro e fora dos seus lares, gozando de escassos benefícios, com o mesmo tratamento que fora dispensado às suas ancestrais. Tal situação não se difere muito, no tempo presente.

Essa constatação é um dos tantos paradoxos ainda manifestos nos dias atuais, com relação às conquistas do feminino. Fala-se aqui da descontinuidade, mas, igualmente, da continuidade, visto que certas condutas do passado persistem na contemporaneidade. É visível que, mesmo diante da PEC 478/10¹¹ – lei que regulariza o trabalho das empregadas domésticas –, e de toda a importância dada a esse contributo, intuo que o tempo é mais longo que o marco legal para as mudanças. Contudo, muitos desses direitos, a exemplo da garantia por tempo de serviços, até então, mesmo constando em lei, não foi sancionada pelos poderes legais, provavelmente, devido à pressão contrária advinda de parte de alguns setores da sociedade, nos quais muitas mulheres empregadoras estão inclusas.

Tais seres continuam subalternos às mulheres “patroas”, demonstrando que no século XXI o “poder do pai” se mantém vivo e atuante, mesmo a despeito de as muitas amarras terem sido rompidas e enfrentadas, com determinação, por essas protagonistas. Suscita, de novo, a discussão sobre o conceito de dominação-exploração, que, nos pressupostos de Saffioti (2001, p. 117) é, igualmente, entendido como dominação-exploração ou exploração-dominação. “A ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe”. Ao expor tal tema, a autora enfatiza que se pautou nessas ideias ao perceber que, mesmo na ausência, o patriarca permanece presente. Isso é, sempre há de ter pessoas que o auxiliem para prosseguir com a “ordem patriarcal de gênero”, condição que o beneficia no seu projeto de dominação-exploração.

¹¹ A PEC 478/10, das Empregadas Domésticas, é uma lei que passou a vigorar no país, desde abril de 2013, e que veio para beneficiar as (os) trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Ela estende a esses profissionais os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores contratados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre esses direitos, estão os pagamentos obrigatórios do seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, hora-extra e jornada de trabalho de 44 horas semanais.

As ideias da socióloga reforçam e explicam o porquê, de em texto anterior a este, ao falar sobre a violência simbólica, mencionei que dentro dessas condições, o processo de sujeição, de uma categoria – aqui mulher, negra, empregada doméstica –, não admite dois territórios distintos. A dominação e a exploração se imbricam mutuamente, sem qualquer distinção. São corpos dominados-explorados, mal tratados, “assujeitados” e subordinados aos ditames do patriarca, não importando a diretriz, já que as determinações emitidas, por tal poder podem ser exercidas por um homem ou por uma mulher.

Em frente a esse assunto, Castro (1992, p. 59), ao mencionar a alquimia das categorias sociais e a produção do sujeito político, se posiciona, admitindo que as estruturas de classes condicionem as práticas, mas, não “as determinam nem limita alianças construídas em nome de interesse de algumas categorias sociais”.

Aqui mais um diálogo se estabelece. Se, para Castro (1992) a alquimia das categorias sociais, apesar de estar presente na construção de subjetividades, deveria ser utilizada, na sua especificidade, apenas para fins analíticos, Saffioti (2001), por sua vez, ao se referir à “ordem das bicadas na sociedade humana”, insere a discussão na ideia de gênero, classe e etnia, corroborando com as subjetividades de classe, inclusas nos pensamentos acima expostos.

Na justificativa da sua assertiva, Castro defende que no plano da subjetividade coletiva deveriam ser elaboradas seleções quanto a referências, desde quando as empregadas domésticas estão inclusas em uma categoria que carrega o estigma do desrespeito social, com relação ao seu trabalho. Portanto, para a autora, a reflexão deve recair em uma orientação que vise a uma subjetividade de classe, e esta, a respeito do referido tema, mantém, até então, uma enorme distância daquilo que se convencionou chamar “classe”. Seguindo tal pensamento, a verdade é que, mesmo após a lei sancionada, ela se transformou em um conflito para tal categoria. O estigma, com relação à inferioridade desse ofício, é manifesto nas expressões ameaçadoras de muitas “patroas”. Esses discursos se traduzem em uma suposta diminuição das contratações dessas mulheres, por conta dos “benefícios” da referida lei.

A reflexão deve mesmo passar pelas subjetividades coletivas, que estão inclusas no dito assunto e essa deve abranger o respeito e não as discriminações que rodeiam e desaguardam nos corpos “servis” dessas mulheres coadjuvantes, porquanto ainda desconsiderados, no panorama excludente da sociedade do espetáculo que se estruturara de forma perversa, sob a égide do capital. Vê-se o quão complicado é trilhar por tais caminhos, visto que, nele, os corpos dessa categoria, comumente femininos, negros e escravizados pelas sujeições a eles impostas, sofrem as suas discriminações.

Portanto, são ideias em consonância, pois, classe, raça/etnia e gênero são temas relevantes nas alterações dos problemas sociais.

Esses são diálogos instigantes, visto que põem à mostra – mesmo diante dos avanços da lei – os sistemas de privilégios que continuam vigentes. As colocações aqui expostas demonstram que a modelagem dessa singular discussão tem uma pluralidade de tradução nas quais não cabem essencialismos, entretanto, se localiza em uma ordem histórica na qual as regalias se solidificaram ao longo do tempo, distinguindo, sobretudo, as classes sociais mais bem providas.

Esses diversificados caminhos configuram as dificuldades com as quais o (a) pesquisador (a) ou o (a) historiador (a) do presente tem que se defrontar para, segundo Hobsbawm (1998), se afastar das suposições da época que, por serem coletivas, podem levar a caminhos excludentes, condições que devem ser evitadas em todas as fases da investigação. Por conseguinte, não interessa rotular apenas a mídia e os outros meios de comunicação apenas como “bode expiatório” dessas tais transformações. É fato que os veículos comunicativos têm grande influência na espetacularização adotada pelas sociedades, mas cabe pontuar que cada ser humano tem responsabilidade sobre suas escolhas, sobre suas ações e seus atos.

Acerca dessa ideia, é relevante compreender que entre o nós e os outros, ou seja, entre os semelhantes e os diferentes, constroem-se conceitos, acepções. “As noções que construímos socialmente de igualdade e diferença são a moeda do jogo de construção das identidades” (KEMP 2001, p. 66). É no bojo das diferentes culturas que os referenciais tomam corpo e é também a partir delas que o indivíduo tem acesso a um determinado cenário, no qual desempenha os seus papéis.

Com os elementos referenciais acessados, e nessa mutável construção identitária cultural, o corpo feminino foi, aos poucos, se transformando e se inserindo em diferentes territórios, transitando entre a liberdade e a submissão, nos quais os prazeres e as dores se confundiram e se entrelaçaram, subvertendo os limites civilizatórios, técnicos, biológicos e estéticos.

É essencial mencionar que, imerso nesse cenário, instaura-se um constante e incessante movimento que dialoga com vários símbolos os quais fazem parte do jogo social. Logo, são diversas as identidades assimiladas pela mulher no curso da sua vida e, todas elas estão na dependência dos diferentes fatores que interferem a todo momento na construção da sua *persona*. É a identidade de classe, de gênero, de grupo, de etnia, de nação, de corporeidade, de

família, de sexualidade, de geração, entre outras, intervindo no modo como o ser feminino percebe e apreende as suas experiências culturais e corporais.

Com essa abrangência, é certo perceber que a identidade cultural não está atrelada somente ao biológico, de modo que as ideias de Kemp (2001, p. 70) são mais uma vez chamadas a intervir, ou seja, “é no cotidiano do grupo social que se reproduzem aprendizados e se produzem habilidades”.

Reforçando essa reflexão, Le Breton (2009, p.7), ao se referir à sociologia do corpo¹² se reporta à relação desse elemento com as referências culturais das diferentes sociedades. Com tal compreensão menciona que esse objeto é um termo do doxa e que o uso desse significante, em se tratando do pensamento sociológico, deve ser esclarecido por intermédio de uma “história presente”.

É evidente que essas ideias não condizem com qualquer fragmentação ou dualismo, por isso na pesquisa em questão é impensável colocar de um lado o ser humano (o sujeito) e do outro lado o corpo (o objeto). Fica o entendimento de que, ao falar em corporeidade me remeto, sobretudo, às experiências de cada ser humano inseridas em seu próprio mundo, já que o existir significa, antes de qualquer coisa, mover-se em um determinado espaço e tempo.

Ao mesclar a minha vida com o tema da tese, vejo que os conhecimentos relativos ao meu corpo, como mulher e médica, se misturam ao corpo da “Outra”, transitando entre as incompletudes da profissão escolhida, que, muitas vezes, insiste em não considerar os sentidos advindos desse elemento híbrido. São muitas as incertezas e as indecisões, que o estudo da corporeidade vem impondo na elaboração desta pesquisa. E, mesmo diante da minha vivência profissional, posso inferir como as leituras realizadas foram fundamentais para a elaboração deste estudo acadêmico. Nesse meu percurso, elas me fizeram entender, a todo momento, a importância do diálogo, isto é, da alternância das ideias. Ademais, vigilante e adepta à humildade científica, pude assimilar novos conhecimentos, articular os pensamentos, rever posições, estabelecer categorias, tanto nos campos simbólicos, quanto no concretismo dos pressupostos discutidos.

Munida dessas ideias, observo como o ato de aprender vem da curiosidade ou da vontade de saber o que ainda não se sabe. Ele é pessoal, individual, mas depende da associação com um conjunto de obras preexistentes. Percebo que, a dialética da aprendizagem se fez

¹² Ramo da sociologia que vem se dedicando à compreensão simbólica da corporeidade humana como fenômeno cultural e social.

presente na relação entre a informação e o conhecimento, mostrando-me que, a ação que corporiza o ato de aprender e de contestar está imbricada na prática dos roteiros ou repertórios entre as partes envolvidas. Por isso que, nesse exercício, importou muito mais para mim a quantidade das informações processadas, apreendidas, do que a quantidade das informações emitidas. Essa noção me despertou, no sentido de compreender que talvez seja este o caminho pelo qual o ser humano pode produzir ações, por vezes, não previstas.

Neste contexto, no qual expus a trajetória e os cenários por mim vividos e os entrelacei às ideias aqui elaboradas, algumas questões devem ser consideradas:

É possível atribuir uma identidade ao corpo? E se isso for possível, essa identidade emerge de uma única instância ou de instâncias múltiplas? Biológica? Tecnológica? Sociocultural? Midiáticas?

2 O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

A história é feita, para além da nossa vontade, não pela “astúcia da razão”, mas pela “astúcia do desejo”. Não creio que se possa falar do projeto sem falar de desejo. O projeto é o modo através do qual intentamos transformar em ato a satisfação de um desejo nosso (GREGOTTI, 1975, p. 11).

Considerando que o interesse se constrói a partir das escolhas – as quais estão, na maioria das vezes, vinculadas à história e às vivências do indivíduo –, a opção pelo estudo do tema está, visivelmente, relacionada ao meu trabalho na área da saúde. A perspectiva adotada perpassa pelo olhar de uma médica que, ao longo da sua experiência profissional, vem presenciando as inúmeras mudanças no modo de as mulheres brasileiras viverem o feminino e se posicionarem com relação à sua corporeidade e à sua sexualidade.

Ao me graduar em 1974, e mesmo impúbere para exercer a profissão, nunca ignorei a importância de exercer o trabalho escolhido, caminhando por duas trilhas: aquela ensinada pelos saberes biomédicos – na qual a prioridade recaía na etiologia, no diagnóstico e no tratamento das doenças – e aquela que, igualmente, dava primazia às dores individualizadas do sujeito, requisito que nem sempre faz parte dos currículos elaborados para a formação do profissional de saúde. Sob essa ótica, procurei construir um caminho profissional baseado em um dos muitos pressupostos de Hipócrates (430-429 a. C),¹³ ou seja, valorizar a observação global e acurada do ser humano, na qual se deveria apurar os ouvidos, aguçar os sentidos e não ter pressa para as conclusões.

Ao entender o valor das narrativas, visto que nelas se expunham as representações sociais das doenças, prosseguiu no sentido de unir as ciências às humanidades. Na busca de um ponto comum entre essas duas instâncias, os conceitos foram discutidos e rediscutidos, objetivando a união do cientificismo aprendido na escola médica com o humanismo advindo das áreas das Ciências Humanas.

Foi com essa visão que, ao lidar com as moléstias ginecológicas e com suas idiossincrasias, me debrucei cientificamente sobre os corpos femininos, com o intuito de perscrutar o que na instância do físico eles diziam e, de igual modo, no campo da alma.

¹³ Considerado o “pai da Medicina”, Hipócrates elaborou um rigoroso código de ética – presente até os dias atuais –, para o juramento prestado por todo médico, ao receber o diploma legitimador do seu ofício.

Dessa forma, estabeleci atuar no campo do diálogo das ideias já que o movimento entre o eu e o outro transitava, a toda hora, no meu exercício profissional. Ao perceber que a Medicina não daria conta das demandas que desaguavam no meu espaço laboral, busquei auxílio em outras áreas do conhecimento – as quais já foram mencionadas, na apresentação desta tese –, para poder trabalhar com as inquietações, tanto as minhas quanto as das minhas interlocutoras. Surgiam, dessa maneira, novas escrituras e interfaces a serem descortinadas, estabelecendo, cada vez mais, os desafios interdisciplinares a serem enfrentados.

Nesse caminhar, o conhecimento passa a buscar objetivos humanistas, sem se esquecer de que os processos cognitivos são acumulativos. Ao enveredar no sentido do diálogo, o passado se entrelaça com o presente, os clássicos com os contemporâneos, a disciplina com a interdisciplina, os textos com os contextos sociais e culturais. Cria-se, desse modo, uma nova forma de fazer ciência, calcada na cooperação e articulação, e “dentro deste vasto e compreensível universo de *uma nova cultura geral* se desenvolverão as *especialidades* do pensar-fazer em determinados tipos de fenômenos complexos” (CASANOVA, 2006, p. 61).

Instaura-se, pois, aquilo que Casanova denominou de “organizações complexas”, que são os vínculos entre *o saber, o dizer e o fazer*. É provável que tais estruturas sejam as ações sugeridas por certos espaços acadêmicos¹⁴, os quais consideram que fazer ciência é realizar pesquisa, ou seja, produzir trabalhos que possam conduzir os indivíduos a refletirem sobre o seu papel na sociedade. Essa atuação, quase sempre exercida com conflito, deve ter um olhar voltado para uma produção que organize conceitos, decodifique signos, busque entender o dito e o “não dito”, ou seja, a realidade presente no contexto em questão.

Mas, vale lembrar, tudo que é complexo é desafiador.

¹⁴ Com essa compreensão, menciono quão importante tem sido fazer parte de um grupo de pesquisadores que vem priorizando o debate das ideias, no qual o saber/poder está sempre se movimentando, de forma ética e prazerosa, no campo da alteridade e do (re) conhecimento. Tal comportamento, adotado pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Cultura, Identidades e Cidadania/NPEJI, exige dos seus membros a constante atualização dos conhecimentos. Esse modo de atuar tem como via de acesso a abordagem em diferentes campos do conhecimento, contribuindo e fortalecendo o exercício da interdisciplinaridade, independentemente da área de graduação dos seus participantes. Tal participação foi um desafio por mim, porquanto, nas polêmicas discussões quinzenais, fica evidente o valor dado ao ponto de vista exposto individualmente pelos participantes, não importando se convergentes ou divergentes. Pelas mesmas razões, não interessa de onde vem a sua conjugação – já que nem todos os pensamentos estão alinhados com as formulações propostas –, pois o que move o grupo é o sentimento de que nos debates/diálogos emergem novas reflexões que, seguramente, levarão à busca de um saber sem falsificações, mas sempre marcado por dúvidas e inquietações. Intuo que seja esse o caminho para a ampliação do real conhecimento, ou seja, aquele que, no entender de Casanova (2006), foi denominado de “o conhecimento complexo”, no qual a preocupação com o todo supera a banalização do tão propagado fracionamento dos dias atuais.

Morin (2010, p. 189) dá o seu testemunho: “a complexidade é um desafio ao conhecimento, não uma solução. Quando dizemos “isso é complexo”, confessamos nossa incapacidade de dar uma descrição ou uma explicação simples, clara e precisa”.

Assim sendo, o diálogo construído entre “as organizações complexas” de Casanova e “o conhecimento complexo” de Morin sinalizam a revisão e a ampliação da cultura, isto é, de uma nova forma de assimilar o saber. É por intermédio deles que as contribuições das diversas áreas se integram, emergindo uma nova maneira de pensar e/ou repensar os fatos. Falo aqui, do modo interdisciplinar de lidar com certas questões emblemáticas, simbólicas. O corpo feminino, sem dúvida, é uma delas.

Todavia, é preciso entender que o protagonismo diante da interdisciplinaridade exige a “humildade científica”, com a qual não se pode desprezar nenhuma fonte na elaboração de uma pesquisa. “Talvez, seja uma definição hipócrita, na medida em que acoberta muito orgulho, mas não é hora de colocarmos problemas morais: orgulho ou humildade, pratiquem-na” (ECO, 1997, p. 112).

Retomo as ideias de Casanova (2006), quando menciona que, a partir do século XIX, sobremaneira nos anos de 1830, se delineou um movimento contra o excesso de especialização em uma só disciplina, suscitando a interação dos conhecimentos. O autor, ao enfatizar a necessidade de dar um passo à frente, em todos os sentidos, na busca da totalidade, menciona as dificuldades em cruzar a linha que divide as categorias “da opressão, da apropriação e da crítica sem alternativa para articulá-las ao conjunto da pesquisa científica e tecnológica”. Prossegue nas suas ideias e defende que, tal atitude “parece ser um problema tão importante quanto superar a separação escolar das ciências e das humanidades” (CASANOVA, 2006, p. 64).

Aproprio-me desses pensamentos considerando que, no trabalho realizado com inúmeras mulheres de várias gerações, classes sociais, credos, raças/etnias, intuo quão essencial é entender à percepção que elas têm da imagem do seu próprio corpo e das suas representações nas sociedades às quais pertencem.

Ao escutar os relatos de muitas delas, fui observando como o corpo humano exerce um papel preponderante na vida do indivíduo, uma vez que o corpo, espetacularizado ou não, carrega consigo significados e representações repletas de símbolos, os quais são tradutores dos hábitos, costumes e reflexos dos sentimentos por ele expressados.

Sabe-se que, uma conduta usual, adotada pelo indivíduo, põe em pauta o conceito de *habitus* (BOURDIEU; CHAMBERODON; PASSERON, 2002). Essa definição incorpora uma

determinada estrutura social que influencia as pessoas, no modo de agir, sentir e pensar. Esse comportamento tende a ser confirmado e reproduzido, nem sempre, de forma consciente. Portanto, é fundamental compreender o lugar das diferenças individuais, sociais e culturais, haja vista que, se a conduta humana é complexa, necessário se faz discernir, a todo momento, que o sujeito e o objeto do conhecimento se confundem, polemizando a discussão.

E, como esse caminho requer a cooperação entre os diferenciados saberes, prossigo lançando mão dele, na tese que ora elaboro.

No uso da interdisciplinaridade busco subsídios que possam me auxiliar no percurso escolhido. Esta, além de possibilitar o diálogo e a interação entre as disciplinas, considera, entre outros fatores, os contextos biológico, histórico, tecnológico e sócio-cultural. Mas, nesse caminho é preciso estar atenta aos novos modelos com relação ao conhecimento e ao domínio de certo tema. Nesse espaço, as ideias de Castro (2010, p. 4) servem de referência ao considerar os novos paradigmas do conhecimento e a importância deles vinculados ao uso adequado da interdisciplinaridade.

Também se sublinharia a importância da interdisciplinaridade, considerando os novos paradigmas do conhecimento, que enfatizam a relatividades de verdades absolutas, da neutralidade do pesquisador na interação saber/poder; questionam a supremacia da objetividade, ou a ênfase exclusivas em subjetividades e identidades não ancoradas em condicionamento histórico e materiais, e apontam para o avanço de um conhecimento complexo que relativize, mas sem obscurecer códigos entre saber científico, tecnologia, em particular do campo das comunicações, e saber das ciências humanas, se acercando dos ideais de compreensão de totalidades e o saber de intervenção (CASTRO, 2010, p. 4).

A autora ao por à tona “as relatividades de verdades absolutas”, convida à reflexão do leitor, tanto a supremacia da objetividade, quanto a ênfase exclusivas em subjetividades e identidades quando essas não se subsidiam em um condicionamento histórico e materiais. As ideias de Castro (2010, p.2) vão mais além e, no bojo delas, é visível que tal posição exige uma epistemologia “que questione hegemonias ou a equação saber/poder”. Logo, no diálogo das ideias não interessa apenas unir as disciplinas, visto que esses aprendizados não se efetuam misturando ou adicionando novos conceitos ao sabor dos ventos. É necessário que eles sejam decodificados, gerando conhecimentos os quais funcionem como uma ponte que conduza a um caminho no qual o trabalho conjunto e integrado alcance os objetivos propostos. Talvez seja por esse trajeto que, no mundo das ciências, pode dar origem ao tão almejado encontro com o todo, desviando-se da fragmentação e da bricolagem, condições não favoráveis à argumentação de qualquer tema.

Foi, portanto, no desejo de dialogar com duas áreas do conhecimento as quais sempre me interessaram, isto é, as Ciências Naturais (Medicina) e as Ciências Humanas (Psicologia Analítica), que mergulhei nesse caminho. “Somente a quem já se encontra “dentro” de um dado paradigma, e que por isso já o incorpora (traz no seu corpo, faz dele seu corpo, é por ele possuído, etc.), é dado ver o seu objeto privilegiado” (ALMEIDA FILHO, 2005).

Tal visão me remete a ideia do engajamento, já aqui exposta. Assim, parafraseando o autor, percebo o quanto o trabalho desenvolvido na prática médica com mulheres me faz estar “dentro” da problemática que envolve a corporeidade do ser feminino.

Logo, defender uma tese é muito mais do que fazer combinações disciplinares, visto que, os sentimentos que emanam da experiência vivida em muitos anos de profissão não podem, simplesmente, serem decodificados, traduzidos e recombinações, levando-se em consideração apenas métodos, axiomas ou conceitos generalizados. Deduzo que, se, por um lado, fui privilegiada com a escolha do meu tema de estudo – porquanto venho com ele lidando desde 1974, período no qual me graduei em Medicina –, por outro lado, percebo que, no confronto com ele, fica evidente a complexidade do assunto. Isso porque, a cada passo dado, se estabelece um emaranhado de linguagens e de estruturas simbólicas nas quais as fronteiras disciplinares esvaziam os seus sentidos.

Imbuída dessas ideias, vejo quão necessário é discutir tanto as questões vinculadas ao âmbito científico, quanto os problemas que emergem das outras áreas do conhecimento, já que estes também carregam em si um alto grau de complexidade.

Como o assunto escolhido incidiu sobre o corpo feminino e seus desdobramentos na História do Tempo Presente, as questões sociais, culturais, de gêneros e de geração estarão sempre envoltas neste trabalho, coadunando, pois, com o pensamento de Harding (1993, p. 212): “Como las mujeres y las relaciones sociales entre los géneros están en todas partes, la matéria em cuestión no puede encerrarse em um único marco disciplinario de referencia ni em ningún conjunto concreto de disciplinas”.¹⁵

Resgatando o texto de Castro (2010), fica evidente que esse modo de fazer ciências deve recorrer a uma epistemologia pautada na alteridade, e esta deve questionar hegemonias, priorizando os problemas sociais, ecológicos e existenciais na escolha e na construção dos objetos a serem pesquisados. Tal compreensão coloca em pauta as provocações a que devo

¹⁵ “Como as mulheres e as relações sociais entre os gêneros estão em toda parte, a matéria em questão não pode se encerrar em um único marco disciplinar de referência, nem em nenhum conjunto concreto de disciplinas” (HARDING, 1993, p. 212). Tradução livre da pesquisadora.

responder, se isso for possível. Entretanto, nas idas e vindas das questões expostas, é fundamental buscar equilíbrio e idoneidade nas fontes pesquisadas, sem ideias canônicas ou resultados imediatos, já que não existe consenso sobre o que é, de fato, uma postura interdisciplinar.

Ao me apoiar nos pressupostos de Casanova (2006), Castro (2010) e Almeida Filho (1997) com relação à união das disciplinas, foi no intuito de construir um trabalho cujo processo venha a ser um contributo para um conhecimento que me conduza, sobretudo, a uma conduta que se aproxime da totalidade do objeto, visto que, este se posiciona no terreno das inconstâncias e das incompletudes.

Destarte, se as diversificadas representações corporais classificam, identificam, excluem e incluem o sujeito com relação ao seu meio social e cultural, defendo que as variadas formas de expressões, que surgem das experiências oriundas das vivências corporais das mulheres, não devem ser consideradas como opositoras, nem como verdadeiras ou falsas, corretas ou incorretas, belas ou feias, hodiernas ou antigas. Elas precisam ser apreendidas, essencialmente, como a forma de manifestação do grupo que as produzem.

Diante dessa visão, a inclusão das ideias platônica, nas quais os contrários e as contradições vêm à tona, ao abordar o pensamento de Sócrates, Platão¹⁶ [c. 428/7 – 348/7 a. C], em *Fédon*, assim se posicionou: “a única coisa que o homem deve procurar é aquilo que é melhor e mais perfeito, porque desde que ele tenha encontrado isso, necessariamente terá encontrado o pior, visto que são objetos da mesma ciência” (PLATÃO, 1979, p.104).

Munida desses aportes que, ao me matricular em 2009 como aluna regular no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), elegi um tema para defender a minha pesquisa, em coerência com o trajeto percorrido durante a minha vivência profissional. A Dissertação por mim defendida, em junho de 2010, intitulada *Dores no Corpo/Dores na Alma: Uma reflexão sobre a experiência corporal e familiar de mulheres mastectomizadas* –, visou identificar as representações sociais que incidem sobre o câncer mamário feminino e que se traduzem num sofrimento que vai além da dor física imposta pelas consequências dos tratamentos que lhe são associados. Discorri sobre a vinculação presente em um conjunto de experiências de padecimento que se expressa tanto no aspecto corporal quanto,

¹⁶ Filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga. Foi discípulo de Sócrates, e fundou a primeira Academia de educação superior, em Atenas, sendo esta a primeira instituição de ensino superior do mundo Ocidental, com o propósito de desenvolver as ideias socráticas.

comumente, no adoecimento psíquico. Partindo, igualmente, de um referencial ancorado nas diferentes disciplinas, lancei mão de entrevistas com oito mulheres acometidas por essa patologia. Os resultados obtidos e analisados revelaram uma forte associação do câncer com a culpa, a punição, o desfiguramento físico e a morte. O corpo culpado e punido fazia parte desse contexto.

Eram dores duais que estavam ali explícitas, configuradas em movimentos que seguiam várias direções, por vezes opostas, outras vezes confluentes, mas que mantinham um ponto de fusão, ou seja, “o idioma da aflição” (IRIART, 2003).

Foi nesse ponto que traduzi a minha preocupação. Afinal, optei pela Medicina com o propósito de cuidar do sofrimento do outro. A experiência vivida me fez compreender como tais sentimentos são ambivalentes, pois trazem no seu bojo a vida e a morte, a coragem e o medo, o acolhimento e o abandono, a esperança e a desesperança. São dores cujo percurso conduzia as mulheres ao encontro da incerteza, isto é, a um cotidiano enigmático, já que até mesmo os simples resultados de exames laboratoriais as amedrontavam.

Esse pensamento, traduzido na minha dissertação de mestrado, uniu a Medicina aos outros campos do conhecimento, e, no uso da interdisciplinaridade, construir uma abordagem ampliada com relação ao assunto, na possibilidade de circunscrever as contradições e enumerar os paradoxos referentes ao objeto.

Porém, por continuar imersa na busca de entender o mundo feminino e suas idiossincrasias, trago essa ideia para a tese de doutorado, transcrevendo e assumindo o meu posicionamento firmado desde aquela fase inicial dos meus estudos acadêmicos, a fim de que haja melhor apreciação acerca do que ora proponho:

Nesse modo de caminhar ficou clara a importância de estar atenta ao “dito e ao não dito”, ou seja, perceber o que foi omitido ou supostamente desvalorizado pela paciente, mas que estava implícito nas entrelinhas, na subjetividade de uma queixa externada. (...) A partir dessa percepção me propus estar atenta às diferenças individuais e considerar a importância delas na influência das respostas aos tratamentos e na evolução das doenças (SANTOS, 2010, p. 11).

Admito que, em frente ao trabalho ora construído, elaboro uma catarse da minha própria experiência com o feminino, vez que o olhar para mim e para o Outro se evidencia, nessa pesquisa. Ademais, ao mesmo tempo, pautada na humildade científica, tenho a esperança de que a presente tese possa servir para o Outro. A atividade aqui desenvolvida, consiste “em esclarecer as zonas escuras, sem ilusão nem ideia fantasiosa de supremacia” (LE BRETON,

2009, p. 93). No entanto, vejo a importância de manter, em todas as suas etapas o entusiasmo, que qualquer pesquisa deve conter, mesclando-o as reflexões à imaginação e à prudência, em frente às ideias elencadas.

Entretanto, a vigilância e o rigor epistemológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002) devem estar presentes em todas as etapas do processo investigativo, unindo a razão teórica, a razão prática, a razão estética e a razão ética. Na elaboração de uma tese sobre o corpo feminino, tomando como um dos pontos de ancoragem a análise da subordinação e da emancipação desse objeto, do mesmo modo surge a necessidade de inquirir sobre as condições, os poderes, os silêncios e as diversidades das representações aí contidas. Todas essas observações requerem especial atenção tanto para as permanências quanto para as conquistas. Tal noção me leva a apreender o quanto é essencial estar atento aos juízos excessivos.

Com essas ideias, defendo que, para entender as transformações corporais pelas quais as mulheres contemporâneas vêm passando – seja ela acometida pelo câncer, seja por muitos outros fatores –, é essencial se construir uma ampla rede de pensamento. Esse trançado deve se posicionar no intuito de minimizar a força das opiniões, evitando a escravidão da comparação. Talvez seja essa a trajetória que pode orientar o sujeito a governar a si próprio, sem ser governado pelo olhar e pela fala do outro.

Vê-se que, na justificativa para defender este doutoramento, a escolha desse tema, tão controverso e ambíguo, impõe um espaço de indecisão, de incerteza, de instabilidade e de inquietude, tanto na ordem do real, quanto na ordem simbólica. O caminho é dúbio e cheio de percalços. Nele, a permanência e a ruptura se entrelaçam, e, como esta tese se enquadra no campo do “talvez”, melhor é admitir que esse estudo, com as suas representações sociais, se incluem em diversificadas formatações. Por isso que, diante das tantas imagens relacionadas ao corpo da mulher, um questionamento pode ser elaborado: que corpo se quer investigar e quais os procedimentos epistemológicos que devem ser apreendidos, para o desenvolvimento satisfatório deste projeto? É o corpo da ciência, da estética, da ética, da arte, da robótica, da juventude, da senectude, da mídia, do consumo, do espetáculo das imagens, daquele formatado pela natureza, pela cultura, pela religião, pela política ou pelas leis?

2.1 O UNIVERSO DA PESQUISA

Narra Hesíodo que nas núpcias entre Cadmo e Harmonia, em Tebas, as Musas cantaram em honra aos esposos estes versos, de imediato repetidos pelos presentes: Quem é belo é caro, quem não é belo não é caro (ECO, 2010, p. 37).

É fato que, em todas as épocas, desde a Antiguidade ao tempo atual, a beleza foi sempre cultuada pelos humanos. Como um signo, ela tem suas formas singulares e estas podem ser apreciadas nas inúmeras manifestações que envolvam as experiências humanas. Não importa se romântica, sensual, erótica, maternal, contemplativa, interiorizada ou exteriorizada, a verdade é que seu conceito é elástico, já que a depender do tempo histórico e, mesmo dentro de uma mesma cultura, ele se modifica. Entretanto, tal vocábulo, em diversas épocas da história vem sendo atrelado àquilo que agrada que é bom, que provoca o nosso olhar e a nossa admiração. Assim, “seja a história do feio, seja a história do belo, é que devemos nos limitar a registrar a trajetória destes dois valores na civilização ocidental” (ECO, 2007, p. 10).

O autor põe à mostra a relatividade desses dois conceitos – beleza e feiura – e os conectam aos diferentes períodos históricos, às diversificadas culturas e ao olhar crítico de cada sujeito, em particular. Logo, nessas duas condições opostas, não existe o “absoluto”. Todavia, mesmo diante da relatividade entre o que é belo e o que é feio, na história da humanidade, sempre houve um modelo estável com padrões definidos para conceituar essas duas diferentes situações.

Na contemporaneidade, em frente a certos comportamentos confinados ao decorativo, ao efêmero ou ao descartável, a beleza pode atuar como uma máscara da realidade, na qual as imagens espetaculosas sobrepõem a harmonia do elemento admirado. O corpo feminino, em algumas instâncias e para certas protagonistas – já que aqui tanto as generalizações, quanto o determinismo não se enquadram –, não fogem a esse esquadramento. Ao escolher se posicionar no âmbito do espetáculo, visando se adaptar a certos padrões culturalmente prescritos e ambicionados por uma parcela da população, o objeto altera a sua forma e, até mesmo, a sua própria fisiologia.

Pouco a pouco, ele faz suas conexões, inserindo-se em outros *locus* com diferenciadas inferências, como as éticas, as legais, as sociais, as culturais, as antropológicas, as midiáticas, etc., nas quais, os desejos e as ações se põem à mostra. Nessa era tecnológica,

segue instalando-se dentro de um cenário no qual tem sido difícil prever os limites das suas possibilidades futuras.

É com tal procedimento que a beleza, de mãos dadas com o consumismo, pode seguir as regras opressoras que nascem de um segmento da mídia, as quais, ao desaguar nas revistas, nos cinemas, nas televisões, nas rádios, nos livros, nas músicas, nas danças, nas redes sociais, caminham no sentido de interferir no comprometimento do sujeito que, atado ao fetiche do consumo pode a ele se escravizar. Mas, como existe um mercado em pleno desenvolvimento que, continuamente, renova conceitos e padrões, é preciso, em qualquer análise sobre o objeto, discernir aquelas noções que trazem no seu âmbito a renovação continuada da valorização da aparência espetacularizada, daqueles que valoram uma comunicação consciente da beleza e da saúde corporal. O primeiro procedimento, calcado na desmesura das ideias reguladoras e modeladoras, compreende sistemas organizados de produção e difusão de ideias, cuja direção, motiva a construção física dos corpos sexuados, na procura da perfeição. O objetivo dessa estrutura planejadora – a “indústria de cultura” (ADORNO, 2003) – é o de atingir um público que se pauta nas noções ou em ideais de beleza por ela impostos. Esta lógica, baseada na cópia ou na replicação, funciona sem qualquer originalidade. Desse modo, os desejos conflituosos se relacionam com o efêmero, com o supérfluo e se adaptam aos interesses de um mercado ávido por resultados imediatos. Manuseados e manipulados, os produtos e serviços, dos mais variados tipos, conseguem a aprovação de uma parcela dos consumidores. Convertem-se em imagens luxuosas e luxuriantes, posicionando-se em um espaço no qual não há interesse em questionar as consequências ou os procedimentos. Com essa conduta solidificada, não há mais escolha ou predileção. As perguntas não são feitas, elas não interessam e “ninguém pede a justificação subjetiva das convenções” (ADORNO, 2003, p. 21). É o magnetismo exercido pelas imagens que, ao unir os corpos femininos formata uma espécie de beleza erotizada, globalizada, criando agregações ou guetos singulares.

Ademais, se as formas ou as estéticas multiculturalizadas impregnam o imaginário coletivo, elas podem seguir duas direções: de um lado podem trazer as suas estranhezas, porém, do outro lado, elas suscitam o advento de novas epistemologias, nas quais novos pressupostos emergem, servindo de motivo de discussão, nas várias instâncias do conhecimento. “A forma (objeto, imagem, corpo) só é, nesse sentido, a anamnese da força societal, lembrando o vai e vem constante que une o cosmo e o microcosmo” (MAFFESOLI, 2010, p. 132).

Assim, a força das imagens, com os seus valores, nos permite entender e observar melhor o presente, em frente ao hedonismo e, igualmente à anedonia. Na vida prática, é aqui

que os arquétipos se evidenciam, trazendo à superfície, particularmente o arquétipo da *persona*. Essa, no exercício da conformidade e no uso da sua habitual máscara, se protagoniza e, em cena, exerce o seu poder sobre as modulações corporais, tanto individuais quanto coletivas. O reino do espetáculo se instala no social que, ao desempenhar o seu domínio alienante, ilude as pessoas a caminharem pelo terreno da aparência. Aproprio-me, mais uma vez, da observação de Maffesoli (2010) e defendo que é necessário prestar a atenção a esses fatos, porquanto, eles não são acontecimentos frívolos, ao contrário, são condutores de conhecimentos, ou seja, instrumentos metodológicos nos quais podemos reconhecer estilos, ritos, signos e significados, que servem para distinguir determinados grupos sociais.

Nesse cenário, Scholz (1992, p. 17 - 18), admite que os homens – não como seres biológicos, mas como os “depositários históricos da objectivação valorativa” –, foram os autores e, igualmente, os executores da socialização pelo valor. Foi essa categoria que, mesmo sem ter consciência de tal fato, pôs em movimento os mecanismos fetichistas que adquiriram vida própria, independentemente das suas vontades e, mais ainda, pelas costas do feminino.

Com as ideias postuladas, deduzo que, como a mulher foi sempre colocada como antípoda do homem e condicionadas a lhe dar sustentação e cuidado, tal categoria sempre se posicionou de forma silenciada, sentindo-se como um ser inferior ao masculino. Dessa forma, a questão valorativa do fetiche, na sua própria estrutura, sempre foi assimétrica e segue o seu percurso, ainda na contemporaneidade, na qual as conquistas do feminino se evidenciam.

Tais ideias, revelam como se manifesta a alienação feminina em frente ao fetiche da mercadoria. Entretanto, essa condição também se passa inserida em um movimento dual. Por conta desse entendimento a autora acresce: “as vantagens ‘neuróticas’ que as mulheres podem tirar dos seus papéis são contrastadas hoje pela possibilidade de distanciamento feminino em relação a estes mesmos papéis” (SCHOLZ, 1992, p. 19). Isso é mesmo que dizer que as mulheres, cada vez mais, tomam posição nos embates sociais que surgem entre os sexos. Esse acontecimento é fácil de constatar, diante dos movimentos feministas que crescem dia após dia, e que se configuram em múltiplos formatos, na defesa da igualdade entre os seres humanos.

Mas, a realidade é que, vendem-se ideias, nas quais se dispensam as críticas, ou os critérios avaliativos. O corpo do ser humano, com seus orifícios relacionais, assume as suas características, vinculando-se aos excessos advindos do exagero do consumo. Muitas dessas vinculações se transformam em modelo e esse em estilo de vida. Na magia sedutora exercida pelos produtos, o objeto se insere como um especial consumidor e pode se posicionar entre “o luxo e o lixo” (VILLAÇA, 2011, p. 26). Dessa forma, segue se imbricando em várias redes,

possibilitando heterogêneas imagens representativas das pessoas, algumas delas incrustadas nos incessantes apelos da produção de serviços, podendo se destinar a forjar e controlar os desejos individuais e coletivos.

Nesse particular, as ideias do médico e antropólogo Cecil Helman (2006, p.27) são de obrigatória referencialidade para a pesquisa que ora se inicia. Na sua “Antropologia Médica Clinicamente Aplicada”, ao discorrer sobre o corpo do ser humano e sua estreita relação com o mundo, deu a luz para puxar o fio da meada deste trabalho acadêmico. No território dessa complicada matéria, considera que o ser humano, ao nascer, simbolicamente traz dois corpos: o “corpo individual” (físico e psicológico) e o “corpo social”, que é o “corpo político”, denominado por ele “da sociedade maior ou a essência da imagem corporal”. Essa sociedade maior fornece aos seus participantes mecanismos para perceber e interpretar as experiências físicas, bem como as psicológicas.

Vê-se que, o corpo social ou político é fundamental à convivência em determinado grupo. Por intermédio dele a pessoa interage com o seu mundo, criando hábitos, comportamentos e rituais, de acordo com as diferentes culturas. Deduz-se, dessa forma, a força que essa “sociedade maior” ou “corpo político” tem sobre o corpo individual, físico. As peças são montadas em uma íntima relação entre o domínio imaginário do corpo físico e do corpo social. Na mão, e também na contra mão, o elemento mergulha nas novas concepções culturais, influenciando e sendo influenciado pelas imagens que daí emergem. O mercado consumista passa a comunicar as novidades, a última moda, ou seja, o que se deve e o que não se deve ter, fazer ou ser. A fantasia se instala. Estabelecida, age com o vigor próprio da sua sedução, submetendo o indivíduo às suas verdades. Os desejos oníricos, virtuais seguem céleres. Não é a toa que, de um modo geral, para a publicidade “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Tal força, revelada, inclusa e imposta na ideologia da dominação de certos anúncios publicitários, com suas múltiplas representações – veiculadas pelas diversas instâncias comunicativas, midiáticas –, abrange, dentre outros temas, o magnetismo das formas corporais, tanto femininas, quanto masculinas, com as suas medidas perfeitas e atraentes; as dietas milagrosas, cujos resultados são, normalmente, propagados como mágicos, levando o sujeito à ilusão de que, em poucos dias, o seu corpo será “enxugado” ou “editado”, na obediência servil dos seus métodos; os “benefícios” dos fármacos energéticos, que podem levar o indivíduo às fórmulas mágicas dos prazeres sexuais; a adição de drogas, lícitas ou não, como ainda de certos

hormônios, que se transformaram em mais um modismo da atualidade, a exemplo da testosterona e da ocitocina¹⁷.

São os corpos se situando como espaços de desejos, de prazeres e de realizações, não importando qualquer postura crítica e/ou consciente das consequências negativas, que possam surgir dessas ações.

Retomo as ideias de Helman (2006) com relação ao termo “imagem corporal”. O autor considera que o referido termo é empregado para “descrever todas as formas com as quais um indivíduo conceitua e experimenta seu corpo de modo consciente ou não”. Entende-se que essa definição abrange tanto as atitudes individuais quanto as atitudes coletivas que atuam influenciando o ser humano nos seus sentimentos e nas suas fantasias. É visto que o papel da cultura, na qual o indivíduo cresce, o ensina a perceber as mudanças processadas no transcorrer do tempo, com relação ao seu corpo e ao corpo do outro. Ou seja, por intermédio da cultura, o sujeito pode interpretar as várias transformações corporais impostas pelo tempo. Esse fato oportuniza distinguir um corpo hígido de um corpo doente, um corpo jovem de um corpo envelhecido, um corpo “habilitado” de outro “desabilitado”, um corpo “mastectomizado” do corpo “inteiro”, um corpo que pode ser exposto de outro que deve ser ocultado. Enfim, é o fator cultural possibilitando entender que certas funções corporais são socialmente aceitas, enquanto que outras são imorais e/ou eticamente inaceitáveis. É a linguagem da deontologia corpórea/sexual, configurando a crucial tensão vivida pelo ser humano, no sentido de administrar a relação entre a casa (privado) e a rua (público).

Tendo em vista que, as diversas representações do corpo feminino na sociedade contemporânea se protagonizam é pertinente que a linguagem própria da Antropologia Médica esteja presente, como uma das áreas de investigação do conhecimento. Esta, mesmo a despeito de ser um ramo da antropologia social e cultural, se mantém comprometida ou enraizada na medicina e em outras ciências naturais, já que estuda uma infinidade de fenômenos biológicos relacionados tanto com a saúde quanto com a doença.

¹⁷A ocitocina é um fármaco prescrito, comumente, pelos ginecologistas e obstetras para a indução do trabalho de parto, porquanto acelera as contrações uterinas. Também utilizado no pós-parto, com o objetivo de estimular a lactação. Na atualidade, vem sendo utilizada pelas mulheres, como tônico sexual, visto que tal medicamento possibilita orgasmos intensos e múltiplos, daí ser considerada como “a droga do amor”. Nas festas, nas baladas, nas mesas dos bares, é consumida em forma de *spray* nasal, sendo inalada vorazmente, pelas novas gerações. São vários os sites que trazem as suas vantagens expostas, sem o menor cuidado com as suas contraindicações enfatizando que, por seu poder de “gerar profundas conexões e a sua capacidade de combustão de sentimentos, intimidade e desejo sexual culminando com orgasmos poderosos, a ocitocina é, realmente a coisa mais próxima da droga do amor”. Disponível em: <http://www.farmapotheka.com.br/noticias/ocitocina_a_verdadeira_droga_do_amor_4e2d>. Acesso em: 27 out.2014.

A Antropologia Médica “é uma disciplina biocultural, preocupada tanto com os aspectos biológicos como com os aspectos socioculturais do comportamento humano” (HELMAN, 2006, p. 15). O autor, ao mencionar tal área do conhecimento, chama a atenção para as formas pelas quais os sujeitos interagem no curso da História, influenciando tanto a saúde quanto a doença.

Ao falar sobre o corpo feminino, na contemporaneidade, pautada nessa singular disciplina, ou seja, na Antropologia Médica, um posicionamento de se fixa, neste trabalho acadêmico. Na sociedade contemporânea na qual o consumo se instala ela não vende apenas coisas, mas, “principalmente modelos de beleza, sucesso profissional, casamento, entre outros, defende-se os investimentos no corpo como garantia de ganhos nesses diferentes campos” (GOLDENBERG, 2010, p. 26).

Esses são os modelos corporais idealmente perseguidos, vendidos e difundidos em grande escala. Tais padrões de “beleza normatizada” passam a ser vistos como símbolos de felicidade, por uma parcela da população. É o corpo se situando e se expressando como capital físico, social e econômico, na cultura globalizada da contemporaneidade. Com esse proceder, ele se torna cada vez mais valorizado como um objeto fetichizado, capaz de realizar os mais desejados sonhos, independentemente do preço a ser pago. É o corpo domesticado e conquistado por meio dos inúmeros sacrifícios tanto físico como financeiro.

Com tais pensamentos, é preciso considerar a relevância do olhar médico (FOUCAULT, 2008). Esse deve penetrar espaços plurais os quais, objetivamente, a Ciência deve percorrer. A meu ver, tal perspectiva abrange o “dito” e o “não dito”, isto é, o manifesto e o subjacente.

Ao interpretar essa premissa, percebe-se que a leitura ancorada na prática médica deve ir além do exterior, do visível, porquanto existe um sujeito social que circula em um território interno, e este deve ser analisado e decifrado sem fragmentações. Por isso que os pensamentos foucaultiano, com relação ao olhar médico em direção à corporeidade, são oportunos aos desdobramentos postos em questão. Para o autor, as moléstias não se traduzem apenas como “uma espécie patológica inserindo-se no corpo, onde é possível; é o próprio corpo tornando-se doente” (FOUCAULT, 2008, p. 150).

Infere-se, portanto, que o olhar médico é um olhar político – tal ideia está encravada, nesta tese, desde o início da sua elaboração –, considerando, sobremaneira, as distintas linguagens emanadas pelo objeto. Nesse âmbito, pode-se adicionar a linguagem do espetáculo

(DEBORD, 1997) que, na atualidade, está definitivamente inserida no cotidiano das sociedades ocidentais e consumistas. Por isso que, Foucault (2008) ao demonstrar, por intermédio da sua arqueologia¹⁸, a importância do olhar, aponta para a validade dos muitos olhares – insere-se nessa discussão o olhar da Família, do Estado, do Direito, da Escola, da Igreja – e atribui igual intensidade ao olhar da Medicina. Este vem se mantendo presente, em diferentes épocas da história, normatizando, regulando e acompanhando as transformações que, constantemente, incidem sobre o corpo humano.

No Nascimento da Clínica (FOUCAULT, 2008) – produção na qual se preocupou em discorrer como ocorreu a configuração da medicina moderna –, demonstrou que a constituição implicava, sobremaneira, as mudanças de certos paradigmas. Esses deveriam considerar novos objetivos, novas formas de conhecimento e novas práticas, tanto médicas quanto institucionais. Ao descrever como o surgimento da anatomoclínica, no século XIX, fez com que novos conhecimentos científicos emergissem, demonstrou como estes, de um lado, singularizavam a doença, mas, de outro lado, a coletivizavam. Para o autor, no âmbito institucional, aflorou um novo conceito, de modo que o hospital – até então um local reservado para a assistência ao doente e à morte – passou a ser um espaço de ensino, no qual o exercício da prática do ofício médico se pautava na busca da saúde e não somente na salvação do enfermo. Instaurava-se a medicina social, que imprimia a seguinte característica: considerar a doença como um problema político; o médico, como o indivíduo responsável pelo saber, ancorado nos conhecimentos empírico e científico; e o corpo, como o espaço de intervenção e apropriação desses conhecimentos.

Expõe, portanto, uma linguagem científica, mas também simbólica e política, nas quais transitam vários signos, visto que o espaço exercido pela Medicina abrange não somente o campo explícito das expressões verbais, vez que abarca, igualmente, o da percepção e dos sentimentos. Nesse sistema simbólico, cifrado, o existir, vinculado às experiências corporais, faz com que o sujeito social atrelado ao seu corpo assimile para si um estilo pessoal, sendo que este pode possibilitar, ou não, a renovação consigo próprio e o diálogo com o Outro. É o corpo se coletivizando e se representando nos discursos políticos/sociais, trilhando paisagens variadas, que se movem em distintas situações. “O corpo é uma ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói

¹⁸ O termo arqueologia foi utilizado por Foucault para descrever os discursos que, ao longo do tempo, se dão em um determinado campo do saber, a exemplo da Medicina, da Economia Política ou mesmo da Biologia. Para ele, essas unidades, apesar de não serem independentes, formam domínios autônomos e seguem, com os seus dispositivos, normatizando o comportamento do corpo do ser humano.

através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos (FAURE, 2008, p. 9).

Logo, se adoto tais pensamentos com relação ao objeto investigado, é porque neles estão as diversas linguagens, científicas ou não, e as variadas dimensões nas quais o elemento se posiciona. A Medicina, com sua anatomoclínica, mudando a compreensão das ciências; o nascimento da sexologia, demarcando os corpos, essencialmente o feminino; a Revolução Industrial, inserindo os corpos das mulheres no mercado de trabalho, modificando os hábitos e as vivências familiares; os exercícios físicos das academias de ginásticas; as cirurgias plásticas; a medicina estética e cosmética, criando e recriando novos padrões corporais; as transgressões das políticas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTTs); a Teoria *Queer*; o marxismo e o feminismo debatendo pressupostos. São apenas alguns exemplos dessas transformações aqui investigadas, inqueridas e discutidas, no campo de uma dialética na qual as ideias possam ser “paridas”, sem preconceitos ou injustas acepções. Vê-se que, a linguagem médica não está apartada da sociedade e da corporeidade, por assim ser, ela é comprometida com os novos códigos de leitura corporal, impostos pelas sociedades espetacularizadas, ou não, do tempo presente.

Vive-se um tempo no qual a mistura entre o natural e o artificial – configurada nas ações transformadoras e inovadoras da tecnologia e da ciência, por vezes necessárias, mas igualmente, por vezes extremas e inadequadas –, interfere, na ontologia dos corpos (SANTAELLA, 2004). São performances e instalações nas quais a ciência médica se insere e muitas vezes, conduz a exacerbação de estereótipos nas representações corporais. Dessa forma, a cada momento, os corpos incorporam determinado contexto, apreendendo, tanto simbolicamente, quanto na prática, as manifestações culturais nas quais os sujeitos se enquadram. Nesse sistema transitório, criam valores que interagem com o Outro. “O corpo também é preso no espelho do social, objeto concreto de investimento coletivo, suporte de ações e significações, motivo de reunião e de distinção pelas práticas e discursos que suscita” (LE BRETON, 2009, p. 77).

É o mito de Narciso, descrevendo a tragédia humana. Ao se apaixonar por sua própria imagem, refletida na fonte, extasiou-se com a sua beleza esquecendo-se do cuidado com a sua própria vida. Tal figura mitológica revela o drama incrustado na beleza, quando o ser humano caminha na busca obsessiva de uma representação, muitas vezes, a ele inacessível. Percebo, no cotidiano da minha profissão, como a imagem, com o seu poder de persuasão, pode gerar medos, fobias, insatisfações, hierarquias na comunicação entre os seres. Nesse sentido,

compreendo que, na legítima procura da almejada beleza, é salutar trilhar caminhos nos quais o bom senso das escolhas demarque metas que incluam as devidas responsabilidades com o corpo e, igualmente, com a psique.

Dessa forma, fascinada pelo mundo intrapsíquico advindo das imagens, aprendi a respeitar os símbolos, configurados nesse universo. É por intermédio delas – das imagens – que se estruturam formas diversas de culturas, entre as pessoas e entre os povos, fabricando e estabelecendo símbolos que dão sentido à existência do indivíduo. Neles, as representações são formatadas, podendo gerar estereótipos, nascidos das idealizações de cada mente humana, com seus valores e suas regras. São reflexos que, ao perpassarem o imaginário cultural e social demonstram que as mutações prosseguem transformando significados culturais e sociais. “A tarefa do terapeuta será estabelecer conexões entre as imagens e a situação emocional do indivíduo” (NISE DA SILVEIRA, 2001, p. 82). Na Psicologia Junguiana isso quer dizer que, quando a imagem se configura, a significação dela, comumente, se esclarece.

Como os espelhos não são inofensivos, já que refletem a verdade das imagens, neles reproduzidas, me estímulo por tal ideia e adentro a era do “*selfie*”. Tal fenômeno contemporâneo, adotado tanto pelas celebridades quanto por pessoas anônimas, se distingue, em tempos espetacularizados, como uma prática de comportamento comum aos indivíduos. Derivado do termo “*self*” – termo já explicado no primeiro capítulo, quando discorri sobre alguns pressupostos concernentes à teoria junguiana –, esse vocábulo se refere ao conhecimento da pessoa sobre si própria, ou seja, sobre a sua inteireza. Contudo, ao tomar distância do seu significado original, se transformou em “*selfie*” passando a ser entendido como uma prática imagética de representação, repetida de maneira compulsiva, no ato de clicar autorretratos por intermédio dos avançados meios de comunicação, a exemplo dos *smartphones*, *tablets*, *câmaras de laptops*.

Esses hábitos, advindos das avançadas tecnologias, trazem muitos dos aspectos revelados por Guy Debord (1997) no seu conceito da *sociedade do espetáculo*¹⁹. Ao se encaixarem no perfil dos novos e modernos produtos, por vezes, descartáveis, trazem à tona a onda dos *selfies* caracterizando certas condutas da cultura contemporânea que, ao serem compartilhadas entre os seres humanos, virtualmente ou não, podem conduzir à sociedade a um vazio existencial, condição não favorável à liberdade humana.

¹⁹ Tema exposto no terceiro capítulo.

Esses autorretratos funcionam como uma espécie de estética particular para os sujeitos que, de certa maneira, querem controlar a forma como são vistos por si mesmos e pelos outros. Talvez, por conta desse procedimento, tal exposição se estabeleça com relação ao ser, ao estar e ao desejar. Esta é uma reflexão no sentido de entender quais os sentimentos que se exacerbam na experiência individual e coletiva corporal, para que o indivíduo busque, de forma recorrente, sua autoimagem.

Mais uma vez os corpos humanos se protagonizam. Sempre submetidos a um enquadramento e policiamento, tais elementos, ao se posicionarem entre a biologia e a cultura, transitam nos seus espaços duais. No espelho social, seus autorretratos se movimentam em meio aos olhares que lhes imprimem diferentes sentidos. Muitos são eles, a exemplo do olhar biomédico, que perscruta as suas entranhas; o olhar do *voyeur*, incentivado pelo prazer da contemplação ou mesmo o olhar divagador de um *flanêur* ou do vagabundo, na apreensão inebriada de um determinado panorama urbano; o olhar vigilante das câmeras de vídeo, nos vários espaços públicos e privados, dos quais nenhuma pessoa pode fugir ao seu controle; o olhar dos *realitys shows*, expondo, sem pudores, as intimidades, do indivíduo “moderno”; o olhar dos saberes populares, com seus rituais sagrados e profanos; o olhar dos diferentes, com seus corpos “desviantes”, muitas vezes, apartados do convívio da sociedade, e muitos outros olhares, que entram e saem da moda, então vigente. Todos eles colocam os corpos, essencialmente os femininos, entre os prazeres e as coações físicas e simbólicas, tornando possível que emanem desse movimento dos contrários, os sentidos que os constituem.

“O olhar é hoje a figura hegemônica da socialidade urbana” (LE BRETON, 2011, p. 159). Para o autor, com o ser humano, em movimento, importa apenas o olhar; entretanto, é seu próprio corpo que constrói as condições que impedem o seu avanço.

Daí ser um espaço simbólico produtor e transmissor de ritos que estabelecem as relações sociais. São eles que contribuem para os polêmicos embates os quais se movem entre a perspectiva naturalizada – que se fixa, na maioria das vezes, como o estandarte que resiste às modernas técnicas de intervenção corporal – e o viés tecnológico e científico, que entende como legítimas, as representações projetadas em um corpo biônico. Natureza e cultura se entrelaçam. As lógicas defendidas são discutíveis nas duas vertentes. Por isso que, pertinente se faz o olhar de Villaça (2011, p. 56) que, ao traduzir tal dicotomia, menciona que é preciso tomar cuidado nas armadilhas impostas tanto pelo “neoludismo reacionário” quanto pelo “neo-iluminismo tecnológico”.

Em outras palavras: é de bom alvitre deixar de lado as extremidades e discutir os limites. Talvez, não seja saudável, para a humanidade, caminhar pela ilusão conservadora que coloca o objeto apenas como “naturalizado” ou, ao contrário, abraçar, cega e unilateralmente, os progressos da ciência e da tecnologia.

Observa-se, que tais objetos não podem ser esquadrihados fora do contexto sociocultural no qual estão enquadrados. É relevante, ao expor o universo dessa pesquisa, enfatizar que, os corpos aqui estudados são entendidos como elementos híbridos cujos códigos, ao emergirem dos espaços biológicos e culturais, se manifestam no cotidiano social de cada indivíduo. Suas posturas, vestimentas, gestos, ações, sentimentos, percepções e emoções, se movimentam entre o corpo físico e as experiências culturalmente apreendidas e padronizadas. Remeto-me as essas estruturas emblemáticas vivas e com diversas linguagens, (verbais, não verbais, visuais e tecnológicas). Todavia, todas elas são ambíguas e indeterminadas, já que estão na dependência das culturas que as incorporam. É com sua estrutura corporal que o sujeito se apresenta e se faz representar. Logo, ela é o capital simbólico de cada sujeito social (GOLDENBERG, 2010) e, como tal, deve ser cuidada com o objetivo de proporcionar vantagens para quem o carrega.

Nesse contorno, o corpo adquire seu valor, sua centralidade, sempre em busca de requisitos que o transforme do “natural” em “construído e/ou cultivado” artificialmente. É dessa maneira, que o objeto prossegue seu caminho distinguindo-se como instrumento que não quer envelhecer já que as marcas do tempo, nas sociedades dos “selfies” e das imagens espetacularizadas, o desvaloriza, porquanto, elas permanecem instaladas e submetidas às normas estéticas da eterna juventude. Nos pressupostos de tais regras, é preciso envelhecer jovem, ter o corpo aprumado, ereto, dinâmico, flexível. São pensamentos que põem em evidência os traços de vida, dos sujeitos sociais, banalizados ou não.

Seguindo essas trilhas, a leitura do corpo feminino elaborada como um texto ou uma linguagem biopsicocultural, significa dizer que, se por um lado, ele circula na esfera do biológico, por outro lado, há uma ansiedade, de certa forma generalizada, nas sociedades ocidentais e consumistas, em separar tal corpo do seu âmbito orgânico, moldando-o de acordo com as suas conveniências. Assim, ele é enquadrado como magro, esbelto, obeso e flácido; jovem e sedutor, senil e frígido; feio e bonito; atrativo e repulsivo; anoréxico e bulímico; natural e construído; masculino, feminino; dócil e subversivo, adjetivado e condicionado, “normal”, performático e “abjeto”, entre outras tantas categorizações. Todas elas se entrelaçam mutuamente, porquanto, movediças, ao transitarem entre a autonomia e a subordinação.

Com tais pressupostos, fica evidente a influência desempenhada pelas diferentes sociedades, já que os valores por elas construídos exercem ascendência sobre as representações corporais dos indivíduos. É ela que, com seu poderoso comando, interfere na maneira de o ser social se situar diante da vida. Por isso, volto as ideias de Helman (2006, p. 27) as quais, no meu entendimento, são relevantes, para esta tese. O autor polemiza ao afirmar que não somente a ordem social molda e controla o corpo, mas o corpo também doa a ela “símbolos naturais” dos quais a pessoa lança mão, para entender como cada grupo se organiza. Exemplifica essa assertiva, citando frases como: “a cabeça do governo”, o “coração de uma comunidade” e até mesmo “os lados direito e esquerdo do espectro político”.

Com as ideias postuladas, na prática, o corpo físico e o corpo cultural ou político e social estão unidos, acoplados um ao outro. Eles estão na dependência dos seus laços e dos seus entrelaços. Nessa troca simbólica, as imagens físicas medeiam às experiências sociais. Desse modo, o elemento se torna vulnerável aos inúmeros domínios doutrinários, a exemplo daqueles advindos da Igreja, da Escola, do Estado, do Direito, da Medicina, da Família, das Mídias e das muitas outras agências sociais que insistem em produzir modelos classificatórios. Esses, ao se incorporarem à vida do sujeito são, comumente, reproduzidos possibilitando a sua naturalização e universalização. Por conseguinte, confrontando-se com essas lógicas sociais e culturais, o corpo feminino se torna *locus* de representações, cujas expressões reforçam as estruturas de controle com as quais ele interage. Com esse quadro manifesto, é imprescindível repensar as relações, essencialmente àquelas relacionadas às questões de gênero, de sexualidade, de subjetividade e das identidades.

Destarte, se o corpo feminino segue se posicionando como palco significativo ao longo da história das sociedades e nos registros dos costumes, a inclinação de construir esses domínios vem se consolidando desde épocas mais remotas da sua história. Talvez, por conta desse procedimento, a monopolização social de certas imagens do feminino venha impondo a violência, nas suas diversas representações e modelando o comportamento dessas protagonistas. São normas que levam às experiências com as inúmeras interconexões sociais, por vezes, cerceadoras e ameaçadoras que desempenham um papel de constante vigilância em suas vidas.

Da juventude às marcas do tempo, o corpo humano, aqui o feminino, está sempre circulando entre o imaginário e o real, o interdito e o prazer. Logo, o discurso que o circunda é perpassado por fantasmas e fantasias, criando com isso o ideal de um “eu”. Tal linguagem entrelaça as lógicas das avançadas transformações biotecnológicas aos princípios

mercadológicos, ávidos por lucros. Tais condições, ao se unirem, definem e redefinem conceitos e atitudes.

Diante dos pensamentos expostos, é fundamental atentar para o conceito de cultura, visto que, semanticamente, se atribui a esse vocábulo toda a produção da ação do ser humano sob o meio. Nela estão manifestadas as várias teias de significados nas quais emergem os signos que se traduzem em expressões configuradas nas esferas das heranças e tradições. São acepções que passam de geração em geração, cristalizando as marcas ou as singularidades das diferentes sociedades. Pode-se afirmar, portanto, a cultura, ao se manifestar na produção da vida, de um modo geral e global, imprime sentido à existência do indivíduo, “ela se confunde com esse existir, à medida que o significa e o marca como seu criador, mas também como o sentido ou os sentidos do seu existir” (CORRÊA, 2008. p. 19).

Constitui-se, desse modo, o poder que as expressões culturais exercem sobre as sociedades, vez que simbolizam, traduzem e valoram as diferentes vivências coletivas. Ancoradas nelas, o indivíduo pode se sujeitar a certas práticas, comportamentos e escolhas. Assim, seja lá onde a cultura se origina, continua mantendo o vínculo entre o passado e o presente, nas diversificadas áreas de atuação do sujeito. Tal fato me leva a pensar o quão é relevante olhar para trás, no sentido de entender melhor o presente e construir o futuro, já que este, de alguma maneira, está relacionado com o que se passa e com o que se passou.

Essas reflexões me levam a pensar que, do corpo da *Mulher Reprodutora* ao corpo da *Vedete do Teatro de Revista*; das curvas das *Mulatas de Sargentelli* às *Certinhas de Stanislav*; do corpo anoréxico da *Barbie* ao corpo avantajado da *Mulher Melancia*; do corpo *lipoaspirado idealizado* ao corpo *natural* ou *real*, do corpo *binário*, ao corpo *queer*, a diversidade cultural tem mostrado que o imaginário corporal das mulheres brasileiras é marcado por diferentes fisionomias e que estas possibilitam um cenário de transformações e trocas infindáveis. Entretanto, como tem sido comum o indivíduo se defrontar com provocações das mais distintas ordens, as manifestações vêm sendo invadidas, continuamente, por elementos de outras culturas do processo de globalização. Mas, esta também é ambígua, visto que, se por um lado ela oprime, por outro lado, igualmente, ela liberta o sujeito social. Por esses motivos, é importante refletir acerca dessas diferenças, porquanto os desafios da vida contemporânea requerem uma visão plural e uma abordagem flexível que proporcione investigar o tema aqui exposto como um processo de hibridização cultural. Tais processos, ao misturar diferentes matrizes culturais – já que com a globalização não há como evitar esse procedimento –, traz, no seu bojo, aspectos positivos e negativos. Positivos, ao possibilitar uma abertura, no que concerne uma maior

tolerância com relação às diferenças culturais. Emergem daí novas identidades e estas se posicionam em permanentes transformações. Negativos, porque se corre o risco de apagar antigas tradições culturais, nas quais as suas validades devem ser repensadas. Falo aqui das interconexões que recaem em diversos pontos de contato e rupturas, vinculados a certos paradigmas que ostentam e afetam tal objeto em determinados ambientes, situações, rituais e momentos, sejam eles ordinários ou extraordinários.

São inúmeras as manifestações e as interpretações com relação à exposição do corpo da mulher, na História do Tempo Presente. Tais postulações chamam a nossa atenção, mais uma vez, para o cuidado com juízos etnocêntricos, já que se essa consideração não for levada a contento, a pesquisa pode transitar por caminhos repletos de noções pré-concebidas e discriminatórias.

Nessa perspectiva, suscita-se a possibilidade de entender certas especificidades que, ao longo dos anos, se consolidaram de acordo com as diferentes culturas. As modificações do objeto – quer por uma intervenção cirúrgica, quer pelo uso de adornos ou de substâncias químicas – se traduzem em uma forma de linguagem que, ao se apropriar do corpo biológico, o transforma em corpo cultural. Mas, mesmo existindo regularidade ou igualdade em certa sociedade, o corpo humano é uma estrutura ambígua, indeterminada, indecisa, sempre em mudanças, flutuando nos seus desejos, nos seus símbolos, nas suas incompletudes.

Com tal pensamento, adentro na análise das diferentes expressões de ideias e sentimentos ora vigentes e, do mesmo modo, nos estudos teóricos culturais e de gênero, enfatizando, que as representações sociais devem ser entendidas como uma forma de criar significados, sendo por isso que elas não estão desvencilhadas do mundo social do sujeito. São acepções que emergem, em geral, por intermédio dos diversos códigos corporais e visuais, pelo domínio das imagens – veiculadas pelos poderes comunicativos e midiáticos – e estão imbricadas em um campo no qual as relações de força se manifestam. Estas estão circunscritas nas questões sexistas, nas quais o medo e a violência, normalmente, demarcam as suas ações.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 2010, p. 22).

Assim sendo, é relevante a abordagem da responsabilidade da cultura – particularmente da cultura patriarcal que, ao exercer o seu poder e o seu controle sobre as

mulheres, se sustenta na “*ordem patriarcal de gênero*” (SAFFIOTI, 2004, p. 105) Para a autora, faz parte dessa conjuntura uma economia doméstica, organizada no âmbito do privado, que orienta tal condição. No regime imposto por tal poder, as mulheres, como categoria social, “são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”. Para a pensadora, essa conduta difere dos homens, como categoria social, visto que, na subordinação das mulheres, ainda como grupo, estão implícitos os serviços sexuais por elas prestados, ao sexo dominador.

Tal ordem transpõe todas as instâncias sociais e impõe a hierarquia do masculino, sob o feminino, como requisito incontestável de força, não importando com os avanços alcançados pela categoria mulher, principalmente aqueles que tomaram formas nas últimas seis décadas.

Esse tema, delineado no sexto capítulo, no qual as dimensões do regime patriarcal estão delineadas, entende que, quando as reivindicações advindas das lutas feministas, adquiriram novas configurações, libertando as mulheres de certas amarras próprias do patriarcado, mesmo a despeito dos avanços sociais e culturais contemplados na atualidade, elas, ainda, permanecem envoltas nas idiosincrasias pertinentes ao tema estudado.

Calcada na ideia de que é na relação entre o sujeito, o objeto, as normas e os códigos, que aparecem culturas tão dessemelhantes e, por vezes, tão semelhantes, intuo que é no domínio desse sistema de sinais, carregado de mensagem, que surgem formas diferentes de perceber a realidade. Interessa, sobretudo, em investigar se é possível entender, interpretar ou deduzir o que se passa entre aquilo que não se sabe, isto é, aquilo que se ignora, e o que será representado na pergunta a ser formulada nessa pesquisa. É a questão da consciência em contraponto à alienação, que se coloca em discussão.

No caminhar das mudanças culturais e sociais, dos avanços tecnológicos, científicos e biológicos vão surgindo novas influências e novas paisagens. Mas, se essas paisagens se modificam a todo instante, o corpo feminino com a sua história, segue se movimentando seguindo os ventos que sopram por intermédio dessas tantas transformações. E, como são vários os signos que eclodem das mutáveis formatações corporais do feminino, enfatizo, mais uma vez, a importância da Psicologia Analítica auxiliando-me na compreensão dos problemas, com as suas significações, aqui delineados.

Por conta disso, é impossível ter o domínio completo sobre o corpo, haja vista que ele é “diariamente descoberto por nós, com o auxílio das ciências e das técnicas, e, ao mesmo tempo, jamais revelado. Conhecer o corpo é, portanto, uma tarefa sem fim” (SANT’ANNA

2005, p. 127). Apreende-se que, para discorrer sobre as transformações que recaem sobre o corpo feminino, é necessário mergulhar nos paradoxos. Ademais, as ambiguidades que transitam em torno do referido objeto mostram que o seu conhecimento e o seu controle pelo sujeito são sempre pautados pela incompletude e pelos riscos, sendo, portanto, um exercício sem fim, no qual, “não há tentativa de controle sem riscos de descontrole” (SANT’ANNA, 2005, p. 129).

Munida dessas ideias, outras questões emergem já que o estudo pretende interrogar como se estabelece as mulheres no seu estar no mundo, com relação às suas experiências corporais e às vulnerabilidades e às transfigurações por que passam tais corpos no decorrer da vida desses seres. Dessa forma, corpo, objeto, coisa, desejo, mercadoria, fetiche, sejam substantivos que se mantêm presentes durante toda a elaboração desta tese, visto serem vocábulos correspondentes.

Destarte, entre o caminho e os atalhos, a pesquisa se interessa em estudar tanto as dificuldades que as mulheres contemporâneas têm em aceitar os limites indesejáveis das aparências e a perecividade inerente à condição humana quanto o modo de vida e o comportamento, dessas protagonistas. Esses pensamentos advêm da percepção de que a produção do estatuto corporal nos desiguais meios de comunicação vem construindo inúmeras redes de conexões, possibilitando a estruturação de estratégias em favor das metamorfoses corporais pelas quais os corpos femininos ultrapassam, de tempos em tempos, tanto no âmbito do biológico, quanto nas esferas dos avanços científicos, tecnológicos, sociais e culturais nos quais as sociedades ocidentais vão se ajustando, com o passar dos anos.

No cerne dessa discussão circulam tanto um arsenal terapêutico e químico – formado por produtos especializados, que simbolizam a dependência e/ou a sujeição social – quanto à atuação de uma parcela de profissionais, inclusive da Medicina, que agem, muitas vezes, prometendo, corpos perfeitos e moldados em desejos nem sempre atingíveis. Se o conceito do belo dessa maneira se estrutura, a realidade se transforma nas imagens homogeneizadas e estas podem se tornar verdades imediatas e incontestáveis.

Se assim me situo é porque defendo que condutas como essas contradizem o desejo de autonomia e de liberdade. Essas foram condições evidenciadas nos protestos dos movimentos feministas que balizaram o século XX e que dão continuidade no século vigente. “O que se vende é um consenso geral e acrítico, fazendo-se publicidade para o mundo de tal modo que cada produto da indústria cultural é um anúncio publicitário de si próprio” (ADORNO, 2003,

p. 99). De certa forma, este procedimento possibilita a estruturação de corpos inertes projetados, a todo instante, nos dias atuais.

Um exemplo desse comportamento está na compreensão de que a beleza e a juventude são sinônimas. Tal conceito tornou um imperativo fundamental, para certa parte da população brasileira – tanto feminina, quanto masculina –, que vem assimilando o discurso veiculado por alguns segmentos da indústria dos fármacos, cosmética, médica e esportiva dentre outros, ao prometer “a felicidade da juventude duradoura”.

Aqui me remeto à história idealizada por Oscar Wilde (2012), ao descrever a beleza de *Dorian Grey*. Nesse conto, o autor revela como, em um simples retrato estampado em um espelho, pode revelar as deformações de personalidade, de uma pessoa. Retomo a questão das imagens, projetadas em uma superfície refletora, e tento compreender as modalidades de produção de sentidos, advindas do emergir dos signos, nos quais as representações se distinguem.

Na história desse belo e jovem homem que, por um pacto inexplicável, com o passar dos anos, consegue manter a sua juventude, mostra que, o protagonista, seduzido pelo mundo da aparência, tem a sua existência pautada no universo dos prazeres efêmeros. Com a sua alma aprisionada na pintura narcísica, sempre oculta aos olhares alheios, apaixona-se por si próprio e se entrega à vaidade, fazendo do seu *selfie* um reflexo da sua imagem real. Na hipocrisia social, a superficialidade e a obsessiva luta por fazer desaparecer as marcas da idade, se fazem presentes. *Gray* e o retrato tornam-se duplos e, dessa maneira, se transforma em um indivíduo desprovido de sentimento, de emoção.

A imagem retratada traduz as marcas das violações, da ética e dos pecados cometidos por tal personagem que, ao agir sem qualquer pudor ou senso crítico, passa a não se interessar com as consequências advindas das suas atitudes egoístas, centradas em sua própria pessoa. O autor, na construção de tal personagem, elabora uma crítica às sociedades que se estruturam sob a égide da aparência nas quais, o que se reporta no espelho tem mais importância do que os valores reais.

É a questão da aparência e da essência que novamente põe à mostra certa liquidez do viver. Nesse aspecto, ao promover a contradição entre os termos, a ideia nietzschiana propõe uma nova ótica para a temática da existência humana: “Os fundamentos, em vista dos quais “este” mundo foi designado como aparente, fundam, em vez disso, sua realidade – uma outra espécie de realidade é absolutamente indemonstrável” (NIETZSCHE, 1978, p. 331-332). O filósofo admite que não exista diferença entre aparência e realidade, visto que o mundo está

forjado no ideal, e é este modelo que determina, efetivamente, a existência humana. Por isso que, para ele, “o verdadeiro mundo”, quando construído nas aparências, se torna uma fábula, uma ilusão. A pergunta a ser feita é: se o ser humano expulsa da sua vida o verdadeiro mundo, que mundo resta para ele?

É fato, que desde o período industrial, emergiu certo modismo relacionado à formação das personalidades recaindo na noção de que tudo que é belo é bom para todos.

Na contemporaneidade espetacularizada, o corpo magro, hígido, “sarado” é apresentado, nos inúmeros discursos, como o ideal da perfeição. Ele é capaz de seduzir e de ser seduzido e, igualmente, de conquistar a ascensão social. Nesse cenário, o ser gordo ou ser flácido, são fatores, dentre outros, atribuídos à feiura e a responsabilização do indivíduo com a sua aparência desleixada.

Tais comportamentos me levam a inferir que a corrida alucinada pela perfeição corporal e a tão comum e corriqueira exposição do dito objeto exigem dos indivíduos não somente o controle dos seus desejos, mas também o controle da sua aparência física. Dessa forma, intuo que o controle que existia em épocas anteriores, e que limitava o corpo a não exposição, se transforma, nos dias de hoje, em uma nova atitude que recai na obediência das normas impostas pelos padrões de beleza vigentes. São regras que incluem não apenas a flacidez e a gordura, mas até um pequeno “desvio não tratado,” em símbolos de indisciplina ou de desleixo do indivíduo consigo mesmo. Nesse processo de autorresponsabilização, a mídia e especialmente a publicidade têm papéis fundamentais, já que influenciam “a união do consumo com o estilo de vida” (GOLDENBERG, 2011, p. 35).

Por isso que, no sentido de propagar um modelo de perfeição tais linguagens culturais eclodem a todo o momento, com o objetivo de liberar o corpo das suas amarras do passado. Ao analisar a dita liberação, faço minhas as ideias de Goldenberg (2011), entendendo que o “aparente relaxamento moral”, tão apregoado está inserido em um contexto com alto grau de controle – advindo da publicidade, da mídia, das relações sociais do cotidiano –, que, ao legitimar essas imagens, traz à baila uma nova moral.

Esse tema tem sua importância social, já que as consequências com relação à busca obsessiva do corpo ideal atingem uma considerável parcela da população feminina, podendo levar aos vários distúrbios da personalidade e até à morte aquelas mulheres que fazem uso, habitualmente, dos inúmeros tratamentos “milagrosos”, sem o acompanhamento devido.

Considerando tais questionamentos, foi que, como médica e pesquisadora, adveio a necessidade de adentra nesse assunto, no qual surgiu a oportunidade de discorrer sobre a vinculação e/ou da aproximação das ciências com as humanidades. Com essas ideias, firmo a importância de entender a união do eu e do “não eu”, e sua ordenação com relação aos diversos poderes disciplinares, nos quais tanto a autonomia quanto a subordinação dos corpos femininos, continuam presentes e atuantes na vida das mulheres contemporâneas. Exponho aqui, a guerra entre as Ciências.

Com tal perspectiva, prossigo caminhando em trilhas que unem as “ciências duras” às humanidades, ou melhor, às áreas das “perfumarias” (SAFFIOTI, 2004, p. 39). Parafrazeando a socióloga, as “áreas das perfumarias”, ou seja, as Ciências Humanas, de certa forma, estão situadas em espaços que, ainda são desconsiderados por algumas disciplinas, principalmente aquelas na qual o conhecimento está pautado na eficácia das “ciências duras”. Ao trazer este assunto à discussão, procuro relacioná-lo ao contexto, diante do tema escolhido. Destarte, se por um lado observo como tais áreas foram fundamentais na elaboração do presente estudo, por outro lado deduzo como os currículos médicos ficam a dever as “áreas das perfumarias”, com relação às vivências do ser humano. Reconheço que a pesquisa nesse campo é complicada para o profissional da Medicina e reforço que essa é uma das suas grandes limitações, já que nem sempre as escolas médicas costumam preparar os seus alunos para o exercício da escuta ou mesmo para uma reflexão mais profunda no que tange aos sentimentos e as dores do Outro.

Nesse campo, os pensamentos de Heilborn (2002, p. 2), traduzem a minha crítica ao “corpo da saúde”, quando menciona que continua operando “com uma concepção essencialista e biologizante da condição humana”. São poucas, até então, as pesquisas nessa área, elaboradas pelos profissionais da saúde, essencialmente da Medicina. São igualmente escassos, os artigos que versam sobre os aspectos subjetivos os quais incluem fantasias, idealizações, expectativas, autoafirmação, fatores sociais, culturais, singularidades, além de outros elementos presentes nos temas vinculados ao corpo feminino, suas dores e suas incompletudes. É comum o cientificismo embotar tais questões. Essa possível omissão torna evidente que as subjetividades envolvidas nas transformações corporais têm sido, muitas vezes, colocadas de lado por uma parcela dessa categoria que continua exercendo a profissão categorizando sentimentos e sensações.

Todas essas incertezas reconhecem a necessidade de um estudo crítico e reflexivo que vise à dinâmica existente, de um lado entre identidade e diferença, ou seja, alteridade e, de outro lado, à oposição entre natureza / cultura.

Insisto em esclarecer que não se trata de colocar o que é certo ou o que é errado e, igualmente, não interessa trabalhar com o “isso” ou com o “aquilo”. Contudo, para melhor apreender as diferentes configurações e transformações pelas quais o corpo da mulher vem se expondo, no decorrer dos tempos, é preciso atentar para as diferentes concepções, ora em pauta, dos conceitos de saúde, doença e cuidados com relação ao objeto.

É de bom alvitre considerar que, essas concepções vêm ao lado de fatores como o narcisismo, o consumo, a moda, a estética e a ética, entre outros tantos mais que vão produzindo subjetividades. Dessa forma, a geração de conceitos e de conhecimentos em diferentes discursos, acerca do tema escolhido, pode atuar, mantendo um conjunto de ideias já estabelecidas e estabelecer ou introduzir ideias reformuladoras. Esses discursos ou essas ideias vão desde as inclusões, as exclusões, os interditos, até o *vale tudo* ou o *nada deve ser proibido*.

Nessa trajetória, vejo que, se por uma dimensão é preciso desgarrar da noção de unicidade e organicidade corporal, me permitindo um olhar ampliado, leituras diversificadas, afastada das visões estereotipadas, comprometidas com preconceitos e/ou identificações classificatórias. São vários os campos temáticos trilhados, mas, com uma ideia central que se orienta com vistas a investigar as diversificadas representações sociais advindas do corpo da mulher. Dessa maneira, os estudos sobre gêneros se incluem e se ancoram em uma abordagem interdisciplinar que inclui tanto as perspectivas normatizadoras quanto as atitudes de resistência, transgressoras, de não submissão a certas normas opressoras as quais reafirmam, de alguma forma, o lugar social e sexual da mulher, na sociedade brasileira contemporânea. Por outra dimensão, é imperativo caminhar de mãos dadas com a ética, no sentido de entender a estética inserida nos diferentes contextos vividos pelo feminino. É fundamental o empenho, sobretudo, em conhecer as diferenças individuais que permeiam nesse campo e interpretar as práticas impositivas, ainda vigentes, no século XXI, mesmo com os avanços que acontecem a todo o momento, tanto nas esferas científicas e tecnológicas quanto nas culturais e sociais.

Nessa linha de pensamento estão envolvidas as diversas vozes femininas, masculinas, as performáticas da política *Queer*, aquelas dos corpos ditos socialmente como “abjetos”, as quais seguem se levantando contra os discursos dominantes, hegemônicos no que concerne à corporeidade e/ou à sexualidade. Por isso que, ao falar sobre gênero adoto os pensamentos de Butler (2010, p. 37): “O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”.

Os pressupostos acima expostos mostram a necessidade de uma aliança que discuta, sem discriminações, isto é, sem obediência a uma hierarquia normativa, questões vinculadas às

identidades. Essa união deve se ater às realidades impressas no cerne desse assunto, não importando se as ideias que surgem desse diálogo sejam convergentes ou não.

Muitas dessas mensagens dominantes presentes em parte da população brasileira, independentemente do sexo, da etnia ou da classe social, ainda denotam que a heterossexualidade é o “modo correto” de o indivíduo exercer a sua corporeidade e/ou sua sexualidade.

Por conta de todos esses questionamentos é relevante esclarecer que a ideia do corpo feminino, a ser estudada, nessa pesquisa, são aqueles que todos ou quase todos já conhecem por intermédio de fotos, de artigos, do cinema, da televisão, da imprensa etc. Aqui, no entanto, a visão do corpo real e do corpo ideal se mostrará recortada e remontada, na síntese da minha experiência profissional. Nesse ponto, a prática do ofício me encaminhará, certamente, tanto a uma visão anatômica quanto a uma visão filosófica, psicológica, social e histórica das representações sociais provenientes do estudo, em questão.

Nesse pensar, é visto que dois caminhos opostos estruturam a tese. O primeiro, versa sobre o comprometimento do feminino ao se enredar nos laços opressores do fetichismo das imagens ao compactuar com o caminho do espetáculo social; o segundo, oposto a esse, mostra que, apesar da instigação do consumismo ou das pressões exercidas pelas mídias e seus anunciantes, para vender produtos ou serviços – os quais contam tanto com a cumplicidade feminina quanto com a masculina, para se alimentar –, existem, ações contrárias e de rejeição a essa conduta da “coisificação” corporal que contrapõem à cultura da perfeição. Trata-se de indivíduos que lutam contra esses processos impositivos e/ou opressores. São procedimentos que se posicionam em espaços que demonstram as ambiguidades próprias ao assunto. Este é mais um campo no qual as multiplicidades de sentidos, com relação ao corpo feminino, também estão presentes.

Vê-se que a tese se movimenta entre muitos questionamentos, ao entender que o objeto entra e sai da moda, a depender da cumplicidade de um *ethos* ao qual ele se habituou. Nessa ótica busco, sobretudo, compreender, interpretar e interrogar sobre as razões das escolhas realizadas nas diversas imagens corporais do feminino. Tais opções, certamente, trilharam caminhos diferentes, na dependência da predileção e da conveniência de cada uma dessas interlocutoras.

Ao me posicionar nessa perspectiva, insisto em estudar tais representações em um plano de discussão no qual a primeira lição a seguir é a de reforçar a atenção em não compactuar com as visões preconcebidas, porquanto tal conduta evita a elaboração de projetos excludentes

e discriminatórios. Compreendo, contudo, que esse movimento se situa em um campo minado, no qual o paradoxo permeia a todo instante o tema em questão. É nessa perspectiva que, ao se afastar do caminho da exclusão e da vitimização, para melhor compreensão das ideias aqui elencadas, o trabalho lança mão de alguns versos da música de autoria de Rita Lee – cantora e compositora brasileira –, intitulada *Todas as mulheres do mundo* (1993).

(...) Toda mulher quer ser amada,
 Toda mulher quer ser feliz,
 Toda mulher se faz de coitada,
 Toda mulher é meio Leila Diniz.
 Garotas de Ipanema, minas de Minas,
 Loiras, morenas, messalinas,
 Santas sinistras, ministras malvadas...
 Imeldas, Evitas, Benditas estupradas...

Assim, volto ao tema com o qual iniciei essa explanação: a beleza.

(...) seja a história do feio, seja a história do belo, é que devemos nos limitar a registrar destes dois valores na civilização ocidental (...). Para um ocidental, uma máscara ritual africana poderia parecer horripilante – enquanto para o nativo poderia representar uma divindade benévola (ECO, 2007, p. 10).

Esses pressupostos põem à mostra a relatividade desses dois conceitos, beleza e feiura, e os conectam aos diferentes períodos históricos, às diversificadas culturas e ao olhar crítico de cada sujeito, em particular.

Vê-se que os juízos de beleza estão nas instâncias das subjetividades. Dessa forma, criticar o gosto de alguém é dar eco ao gosto do outro. Entretanto, seja lá como for, a noção do belo e do feio tem um papel importante em todo o mundo. Nela, as metáforas se estabelecem e, com elas, as conexões são construídas. Essas se originam da forma com a qual cada ser humano faz as suas próprias associações e, estão presentes mesmo quando não fazem parte da vida real. Talvez, daí se origine a ideia do corpo “ideal”. Nesse particular, ao falar sobre beleza e feiura, revisito Platão (1979, p. 15), no seu *Banquete*, apreendendo que: “é sem dúvida preciso louvar todos os deuses, mas o dom que a um e a outro coube deve-se procurar dizer”.

Foi com esse olhar que, ao empreender uma reflexão metodológica e epistemológica, me coloco, mais uma vez, atenta aos “ditos e aos não ditos”, presentes no tema ora apresentado. O percurso escolhido exige a constante aplicação a essa díade e, igualmente, à crítica aos tais

poderes e saberes, tão em voga na atualidade. Esses, certamente, surgem nas interpelações expostas no curso da pesquisa. É com essa direção que pretendo alcançar os objetivos propostos.

Ademais, há uma justificativa pessoal que paira em torno da tese. Por compreender que as representações se estruturam nas relações sociais, nas quais o *manifesto* e o *não manifesto* estão sempre em pauta, é preciso esclarecer que tenho desenvolvido um interesse particular por esse tema, e pelo modo como ele vem inserindo na minha vida pessoal e profissional. Como as transformações tornaram-se fontes de pesquisas e de polêmicos debates ao longo do tempo, é fato que em todos os acontecimentos históricos dessa magnitude – principalmente por se tratar das mudanças nas sociedades humanas – há sempre uma espécie de mistério que interessa ser descortinado pelo (a) autor (a) da pesquisa, se lhe for permitido. Com relação a esse mistério, penso que quando negado ou mesmo rejeitado no imaginário social, a vulgaridade pode vir à tona e passar a fazer parte ativa da sociedade que o negou ou o rechaçou.

Se a tese se detém em estudar movimentos duais, em ambos os movimentos, o rigor se impõe, caminhando entre o acerto e o erro, como norma na concepção das ideias. Por conseguinte, entre a prática do dia a dia do meu ofício e a polêmica da razão epistemológica, uma condição se estabelece com o objetivo de “definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrá-lo um dos meios de superá-lo” (BOURDIEU, 2002, p. 11, 12). Tal posicionamento possibilita a construção da “lógica da descoberta da verdade como polêmica contra o erro”.

Pautada nessa ideia, empenho-me, neste estudo, em expor os princípios de uma prática profissional, cuidando-me, para não cair em qualquer atitude essencialista, submetendo-me ao diálogo das ideias, sem a pretensão de apresentar uma teoria geral e universal com relação aos sentidos do corpo da mulher. Vejo que, para o correto exercício do ofício, é necessário individualizar as dores, objetivando poder avaliar, com o máximo de fidedignidade, o contexto vivido. Com vista nesse pensamento, é preciso “dar a cada emoção uma personalidade, a cada estado de alma uma alma” (PESSOA, 2006, p. 59).

São inúmeras as dificuldades enfrentadas durante todo o curso do trabalho e, para tanto, é imprescindível o discernimento dos fatos, para que estes não se afoguem na abundância das imagens, na ênfase das palavras e dos documentos, sem que seja utilizado um método fidedigno de análise. O bom senso me mostra que, se de um lado, como pesquisadora da atualidade, sou privilegiada com os tantos documentos já produzidos por diferentes autores, relativos ao tema; por outro lado, “a moeda tem seu reverso”, Bernstein e Milza (1999, p. 129), pois, tais vantagens colocam no meu percurso a necessidade de eleger, com precisão, aquilo

que, se tem de verdadeiro, nos acontecimentos históricos narrados, ao longo dos anos. Diante da complexidade do tema, e ancorada tanto na vigilância epistemológica quanto na riqueza dos discursos e dos conceitos a ele outorgados, é apropriado entender, sobretudo, os riscos e as vantagens em inserir a tese na História do Tempo presente, como o seu marco temporal.

Discorrer sobre o corpo feminino, suas dores, seus temores, seus anseios e desejos é também falar sobre as lógicas sociais e culturais e referenciá-las a um sistema social que se enlaça à dinâmica da ação corporal, ao longo da vida da mulher. São lógicas que não devem ser desprezadas, quando na análise dos problemas aqui manifestados. Como um trabalho desse teor exige tanto a compreensão quanto a problematização dos processos, dos ethos culturais e sociais, relevante se faz as interpelações, contidas nesse estudo. Com elas emergem novas questões por intermédio dos diálogos entre as partes, visando à alteridade nas preposições.

Ao transitar pelo tema, insisto em indagar quais os conhecimentos críticos possíveis de serem aferidos, seja na condição de mulher e médica, seja na condição de pesquisadora do presente.

Enfim, alguns questionamentos se introduzem vinculados ao ponto inicial dessa exposição, isto é, a beleza:

O que o vocábulo beleza quer exatamente dizer? Como explicar o lugar de tal condição em nossas vidas se ela se vincula ao gosto de cada pessoa? Mas, se é da natureza do gosto contradizer, como a preferência de um pode julgar a predileção do outro? O feio significa o oposto do belo ou, será que, ao colocar esses questionamentos, estou fazendo referências às minhas inquietudes e incertezas, com relação ao tema “mulher”? Que pretensão está embutida nas subjetividades desses seres, ao refletirem numa tela, isto é, em um espelho, representações de si próprio? A vontade de serem vistos e admirados pelo outro? Narcisismo ou apenas um prazer exibicionista? Será que tal comportamento denota os laços enfraquecidos de uma “modernidade líquida”? (BAUMAN, 2001).

2.2 O PERCURSO METODOLÓGICO: O DIÁLOGO ENTRE A MAIÊUTICA SOCRÁTICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Eis, pois o que devemos examinar: será que necessariamente, em todos os casos em que existe um contrário, este não nasce de outra coisa que não seja o seu próprio contrário? Exemplo: quando uma coisa se torna *maior*, não é necessário que anteriormente ela tenha sido *menor*, para em seguida se tornar *maior*? (PLATÃO, 1979, p. 73).

Considerando que a base teórica da pesquisa se situa no campo das representações sociais, Jodelet (2001) e Moscovici (2001) são os autores aqui eleitos. Justifica-se essa escolha, levando-se em consideração que as ideias atuantes no pensamento desses dois teóricos progridem sempre na direção de incorporar as representações sociais aos significados que delas se originam. Entretanto, fala-se, igualmente, do paradoxo existente entre a emancipação e a subordinação do corpo da mulher brasileira, condições duais que polemizam os pensamentos, aqui expostos.

Diante das reflexões, o diálogo das ideias terá uma participação efetiva neste estudo.

A abordagem dialética se interpõe, visto que muitas são as perguntas e, provavelmente, nem todas as respostas – se é que elas podem ser refutadas –, são satisfatórias. Por considerar a importância dos diferentes conceitos, e, levando em consideração a proposta advinda do método utilizado, a escolha sob essa ótica se deu no sentido de me levar à descoberta de caminhos, ou até mesmo de atalhos, os quais possam dar conta das evidências e das ambiguidades com relação à corporeidade feminina. Torna-se, pois, pertinente, a utilização da maiêutica socrática, ao lado das representações sociais do corpo feminino, na elaboração deste neste trabalho ensaístico, de caráter investigativo, mas, ao mesmo tempo, questionador.

Ao me pautar no método socrático, vejo a pertinência de procurar, nos diferentes mananciais, os subsídios necessários para defender as ideias ora propostas.

Na criação da maiêutica, o filósofo grego Sócrates, [c. 470 – 399 a.C.] se espelhou na profissão materna. Fenareta, sua mãe, era parteira. Tal fato levou-o a mencionar que praticava a mesma habilidade dela, pois a maiêutica tinha as características apresentadas no trabalho, ou seja, na “arte” das parteiras, na medida em que fazia nascer as ideias.

Ao utilizar tal método, Sócrates buscava as evidências dos fatos, isto é, a verdade no interior do próprio ser humano. Com esse objetivo, o filósofo dava início a um diálogo no qual

formulava perguntas ao seu ouvinte, e este lhe respondia de acordo com o seu próprio pensar. Ao estimular o pensamento do seu interlocutor, com muitos questionamentos, Sócrates o levava a descobrir as respostas e, com essa atitude, permitia ao aluno ver que o conhecimento estava dentro dele próprio, mesmo sem que ele disso soubesse. As respostas ou as ideias eram paridas, pelo próprio ouvinte. Por conseguinte, com tal método dialético, o filósofo induzia a pessoa a enunciar conceitos, por intermédio de uma sequência lógica de interlocuções e de respostas.

A maiêutica-*maieutike*, que em grego significa “a arte de partejar”, isto é de dar à luz – era a arte de parir conhecimentos. Com o seu senso de humor e sensatez, o filósofo usava a *ironia* para desorientar seus interlocutores. Nesse contraste, entre o que se dizia e o que se pensava, a ironia se evidenciava, ou seja, os diálogos eram envoltos em dois movimentos. No primeiro, nas suas conversas com um adversário, assumia que “nada sabia” e continuava produzindo e multiplicando as suas perguntas. Nesse multiplicar, o competidor, vaidoso do seu saber, normalmente caía em contradição e acabava admitindo o seu desconhecimento, passando a ser seu discípulo. Instalava-se, dessa maneira, o segundo movimento da maiêutica, porquanto no curso dessas “conversas paridas” é que nascia um novo conhecimento.

Interpelações, Interlocuções, Contradição, Conhecimento, e Sabedoria, tudo isso constituía a tônica do método socrático. Por meio dele, e no uso da *ironia*, as ideias brotavam e o diálogo aí parido seria o componente fundamental para a busca do real. Em outras palavras: Sócrates acreditava que o conhecimento estava oculto na mente dos seus interlocutores e podia vir à tona, por intermédio das perguntas e das reflexões. Era por meio dessa estratégia que os alunos aprendiam consigo próprio, visto que, o exercício do pensar, realizado por cada um deles, os conduzia a descobrir, por si mesmos, as respostas às formulações socráticas. Portanto, como é percebido, o método da maiêutica não fazia apenas perguntas, mas de igual forma induzia às respostas, no exercício do pensar diante das trocas das ideias.

Destarte, era na indução das respostas, que o sujeito podia chegar a uma definição mais profunda e aproximada do seu objeto, por intermédio da sua própria reflexão e raciocínio. Aproximada porque, o filósofo nunca aceitava uma definição conclusiva, daí as perguntas serem multiplicadas, continuamente, visto que no uso da maiêutica sempre havia algo a mais para aprender sobre a temática discutida. Isso porque o seu objetivo era o de auxiliar os indivíduos a pensarem, com sabedoria, sobre os valores que guiam a vida do ser humano.

Percebe-se que, tanto em *A República* (2011), quanto em outros diálogos de Platão, Sócrates, como protagonista, traz sempre à baila a existência da essência dos objetos, mesmo que estes estejam sob a manifestação de variados conceitos, a exemplo do belo, do feio, da

justiça, da injustiça, da dignidade, da indignidade etc. Nessa perspectiva dialética, é que a ideia ou a *ironia socrática*, se inseriam. Ao adotar a conversa como linha mestra, e obrigando o (a) interlocutor (a) a se comportar com humildade, ciente da sua ignorância, a maiêutica passa a buscar as verdades em fontes diferenciadas. Por conta dessa visão, esse caminho também foi denominado de “obstetrícia do espírito”, já que facilitava o “parto das ideias”.

No entanto, como o método da maiêutica se pauta na força do discurso, com vasta fundamentação na sua investigação, ele estabelece uma clara correspondência com os fatos e com o uso correto e bem definido das palavras. Ao inquirir, interrogar, indagar, ou seja, ao fazer perguntas, o mestre demonstrava que o saber dogmático não conduzia o sujeito ao verdadeiro conhecimento. Com vistas nesse pensar, o filósofo sempre procurava convencer aos seus alunos da necessidade de um aprofundamento nas questões, pois, sem uma reflexão mais apurada os equívocos seriam mais fáceis de serem cometidos. Logo, vê-se, mais uma vez, que o método da maiêutica não somente fazia as perguntas, mas, essencialmente, induzia às respostas, no intercâmbio das ideias.

Tal método era diferente daquele usado pelos sofistas, oradores e educadores gregos do século V a.C., os quais auxiliavam as pessoas a defenderem suas ideias, para que elas pudessem conquistar seu próprio espaço na vida pública. Diferentemente dos comportamentos socráticos eles cobravam pelos seus ensinamentos. Contudo, a história narra que Sócrates além de não cobrar pelos seus ensinamentos, atendia a qualquer pessoa que manifestasse situação psicológica favorável para realizar o processo do autoconhecimento. Com essa conduta, demonstrava que o orgulho, a arrogância e a presunção do saber não eram orientações apropriadas para a aquisição do conhecimento.

Por isso que, como o propósito de tal método era fazer com que o indivíduo pensasse, com essa diretriz se dizia estéril, ou seja, “só sabia que nada sabia” (SÓCRATES, 1980, p.20).

Essa pedagogia, por um lado, visava libertar seus discípulos de três condições – orgulho, arrogância, presunção –; por outro lado, ela se pautava no entendimento de uma eterna construção, sem qualquer posição canônica.

Talvez seja essa a grande provocação desse método, visto que, ao criar novos desafios, ele amplia a reflexão, oportunizando o entendimento mais profundo da discussão aqui posta em nosso debate.

Tais ideias estão em conformidade com a intenção da pesquisa, porquanto nela as incertezas estarão sempre circulando e buscando uma interlocução contínua, seja de autores,

seja de representações, com as dificuldades que pairam sobre o tema escolhido. O uso da maiêutica é relevante nesta tese, desde quando ele assume um lugar de evidência no ato de pensar, uma vez que ela – a tese – está imbricada em uma perspectiva platônica que aborda o paradoxo. Nesse particular, como condutora dessa pesquisa, na qual os diálogos se fazem presentes, nada me leva a acreditar que as inúmeras interlocuções aqui inseridas, serão decifradas. Não é essa a minha pretensão e, como afirmei anteriormente, o que me interessa, de fato, é que o presente trabalho, por intermédio do exercício da reflexão e da alteridade, possa ter utilidade para as pessoas, no curso da sua existência. Por isso, na minha escrita, evidencio que a experiência vivida é, similarmente, um saber investigativo, por isso que: “o verdadeiro conhecimento é a capacidade de distinguir entre a unidade e a pluralidade, entre a ideia e os objetos que dela participam” (SÓCRATES 2011, p. 229 - 230).

Nesse caminhar, entendo que a ideia do conhecimento não pode ser colocada no plano singular; tal noção, somente faz sentido se for vinculada à relação com o Outro. A ideia da importância da alteridade, diante da unidade e da pluralidade, se impõe. Nela, os significados são determinados, as deduções são construídas, os fatos são relacionados. Dessa forma, ao tempo em que o sujeito é o receptor, ele é, igualmente, o emissor do conhecimento. Situando melhor a minha participação neste projeto de pesquisa, a analogia me mostra que, nele atuo tanto como sujeito, quanto como objeto do meu estudo. É relevante estar atenta às informações obtidas e, delas não me afastar. Entretanto, é transitando entre elas e o meu posicionamento crítico, que devo relacionar os múltiplos códigos que estruturam esta tese. Por isso, convém buscar, entre esses dois pólos, as muitas possibilidades que existem entre o aprender e o comunicar.

Desse modo, é ilustrativo, para melhor compreensão, relatar um dos tantos diálogos descritos por Platão, dessa vez, entre os filósofos Sócrates e Gláucon. A conversa exposta abaixo, se processa no Livro V de *A República* (2011, p. 229-230), no qual eles abordam o paradoxo do conhecimento.

Gláucon:

- Que queres dizer com isto?

Sócrates

- Que os amigos de audições e espetáculos gostam das belas vozes, cores e formas e de todas as coisas elaboradas com esses elementos, mas que **sua mente é incapaz de perceber e apreciar a natureza do belo em si mesmo** (Grifo da autora).

Gláucon

- É verdade.

Sócrates

- Raros são os que têm a capacidade de contemplar o belo em si mesmo.

Gláucon

- Por certo.

Sócrates

- E aquele que possui o sentimento das coisas belas, porém não o da própria beleza, e tampouco é capaz de seguir quem procure guiá-lo ao conhecimento desta que te parece? Vive ele desperto ou em sonhos? Reflete bem: que outra coisa é sonhar, seja dormindo, seja com os olhos abertos, senão identificar coisas diversas, **tomando a cópia pelo objeto real?** (Grifo da autora).

Gláucon

- Eu, pelo menos – respondeu – diria que estava sonhando quem o fizesse.

Sócrates

- Mas considera o caso do outro, que reconhece a natureza do belo em si e sabe distinguir a ideia dos objetos que delas participam, sem tomar os objetos pela ideia nem está por aqueles. Achas que esse vive acordado ou em sonhos?

Gláucon

- Bem acordado – respondeu.

Sócrates

- E não será acertado dizer que o pensamento deste é saber de quem verdadeiramente conhece, enquanto o do outro é parecer de quem opina?

Gláucon

- Sem dúvida

Sócrates

- Mas suponhamos que este último se agaste conosco e conteste a verdade do que afirmamos: teremos meios de exortá-lo e convencê-lo com bons modos, sem lhe revelar a lastimável desordem que reina em seu espírito?

Gláucon

- Sim, devemos achar um meio de convencê-lo – disse Gláucon.

Sócrates

- Vejamos, pois, o que havemos de lhe dizer. Não começaremos por asseverar que não invejamos qualquer conhecimento que ele possa possuir, mas, pelo contrário, vemos com prazer alguém que sabe alguma coisa? Mas, desejaríamos fazer-lhe uma pergunta: “Aquele que conhece, conhece alguma coisa ou não conhece nada”? Responde tu por ele.

Gláucon

- Responderei que conhece alguma coisa

Sócrates

- Algo que existe ou não existe?

Gláucon

- Algo que existe. Como se pode conhecer o que não existe...?

Tal conversa é um exemplo de como funciona o método maiêutico, no qual os questionamentos e as reflexões sempre se fazem presentes, visto que as representações, reais ou imaginárias, se interpõem, atuando como elementos de grande valor no avanço do conhecimento. Esse método mostra a necessidade de uma profunda comunhão com aquilo que o ser humano traz no interior da sua alma. Nesse caminho, o debate entre a consciência e a alienação se fazem presentes. Esse comportamento me conduz a decifrar, se possível, os significados das minhas inquietações, criando argumentações, no sentido de me aproximar das variadas vertentes que transitam em torno do objeto, tomando os devidos cuidados de não excluir nenhuma delas.

Levando em consideração as ideias inclusas na filosofia socrática, é relevante que se faça a distinção entre o saber e a opinião. Nos pressupostos do filósofo, a diferença entre os

dois vocábulos está em compreender que “a opinião erra, e o saber é infalível”. O saber se movimenta em um território “cognoscível”, ou seja, no “*ser*”, e a opinião, em um território diferente daquele. Deduz-se que, levando em conta esse pensamento, o cognoscível e o opinável se situam em âmbitos desiguais, distintos. Advém dessa ideia outro questionamento, no qual Sócrates põe em pauta a seguinte discussão: “se o cognoscível é o *ser*, o opinável não será o *ser*, mas outra coisa”? (PLATÃO, 2011, p. 232).

Com Gláucon, Sócrates segue mencionando que “há um termo médio entre o *ser* e o não *ser*; a opinião é o correspondente termo médio entre o conhecimento e a ignorância”. O pensador grego vai mais adiante, ao afirmar que “a opinião não se encontra fora ou além do conhecimento e da ignorância, mas entre as duas” (PLATÃO, 2011, p. 230). Logo, mostra a importância de investigar que objeto é esse o qual participa igualmente da natureza do *ser* e do não *ser*.

Justifica-se, mais uma vez, o uso desse método, na medida em que o assunto a ser investigado será considerado a partir de variados pontos de vista e sob a égide dos questionamentos. Nele, o *saber* e a *opinião* estarão sempre de mãos dadas com o rigor científico e dele não se afastará. Diante disso, se a vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2002) é a âncora de todas as etapas desta tese, tenho consciência de que, quando o opinável se fizer presente, é imperativo que esteja embasado em um saber dialético, de modo a compreender que o *ser* e o não *ser* são características comuns em todas as coisas.

Por conta de tal entendimento, o belo se mostrará feio sob algum ponto de vista; e o mesmo acontecerá com todas as outras coisas a serem mencionadas neste trabalho. É provável que, baseada nessas tantas interrogações, a pesquisa possa demonstrar que as múltiplas ideias que tem o ser humano, com relação ao belo e ao feio, se situem nas regiões intermediárias entre o *ser* e o não *ser*, porquanto “a opinião é algo, em grande medida, mais obscuro que o conhecimento, porém, mais luminoso que a ignorância” (PLATÃO 2011, p. 233).

Na ótica de Sócrates e Gláucon, todos os objetos a serem questionados – sejam eles pequenos ou grandes, leves ou pesados, bonitos ou feios –, participam sempre de um movimento de mão dupla o qual incorpora ambas as qualidades. Cabe mais uma argumentação por parte da filosofia socrática, qual seja: “e cada uma dessas coisas será mais propriamente aquilo que se diz que é ou o que se diz que não é”? (PLATÃO, 2011, p.235).

Como a escolha do método se deu nessa direção, é apropriado considerar que as dores, as inquietações e as incertezas possibilitam a geração de ideias. Assim, os pensamentos

expostos estão em consonância com os pressupostos de Sócrates e Platão, pois, o ato de exortar, conhecer, refutar os objetos, demanda uma perspectiva própria da retórica da aporia, ou seja, da dificuldade teórica que se traduz em uma manifestação de dúvidas e hesitações. Talvez, aqui se configure uma situação sem solução.

Entretanto, explicado o método maiêutico e o porquê da sua utilização nesta tese é pertinente voltar às representações sociais, já que elas constituem a base teórica da pesquisa.

Ao iniciar o presente capítulo, mencionamos que Jodelet e Moscovici (2001) foram os autores escolhidos para ancorar os estudos das representações sociais com relação ao tema investigado. Tal opção foi sustentada levando em consideração os pressupostos dos referidos pensadores, quando na articulação das ditas representações com as expressões que delas se originam. Nesse particular, Jodelet (2001) admite que, diante desse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, nós não somos apenas automatismos, tampouco estamos isolados num vazio social, porquanto o indivíduo partilha esse mundo com os outros, e estes nos servem de apoio, de forma convergente, ou mesmo pelo conflito.

Essa afirmativa se constitui em uma referência importante para este estudo, visto que as imagens sociais são de grande valia na vida cotidiana. Entendo que elas são fenômenos que devem ser observados e estudados cuidadosamente, quer em um trabalho acadêmico ou não. É importante estarmos atentos aos acontecimentos que se passam em nossa volta, já que eles intervêm no curso do nosso pensar, das nossas ações, e, da mesma forma, na construção das informações e reproduções que se incorporam à nossa existência. Ademais, se por um lado, para o estudo de um tema, a relação se dá no ato de seu conhecimento; por outro lado, as informações sobre o dito devem corresponder a um conjunto sistematizado de leis ou de normas, que estruturam a sua comunicação, isto é, as mensagens nele elaboradas. Estas se encontram embutidas em uma rede de significações e imprimem coerência aos valores sociais. São acepções que colocam em evidência a instrumentalização do saber e da reflexão crítica. Logo, as representações sociais compreendem a realidade, simbolizam e interpretam o objeto, possibilitando virem à superfície as significações. “Circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 17-18).

São apropriadas a uma determinada sociedade e se prestam ao entendimento da cultura aí estabelecida, visto ser diante da sua força prescritiva ou não, sobre a realidade, que as ideias do cotidiano, revelam a personificação do contexto vivido pelas pessoas. Em face de tal entendimento, é o mesmo que dizer que existe um emaranhado de relações vinculadas à percepção

e à manifestação dos comportamentos sociais dos indivíduos. Entretanto, tais atitudes têm seu próprio dinamismo, já que as suas regras ou normas são, constantemente, reelaboradas, em cujas reformulações criam-se expectativas, desejos, inquietações, incompreensões, posicionamentos. Todas essas condições fazem parte da construção dos sujeitos sociais, pois nas expressões imagéticas estão embutidos os processos que constroem os sentidos, de cada grupo social. É dessa forma que, as representações sociais, ao mesmo tempo, processam e compreendem as informações, situando a realidade como um produto de ações e de reações.

Por isso que, é preciso, igualmente, atentar para as ideias de Moscovici (2001), quando o autor defende que, ao sofrer a pressão das representações dominantes na sociedade, o indivíduo reage a elas, pensando e exprimindo o seu pensamento. Portanto, se as imagens são moldadas de acordo com o tipo de sociedade a qual o sujeito pertence, por conta dessa diferenciação, o tipo de mentalidade é também distinto, bem como as práticas e as instituições que lhe são próprias.

Como são muitos os rastros abertos em relação ao tema investigado, resta perseguir algumas pistas que mostrem, de certo modo, o percurso a ser trilhado. Nesse particular, é essencial, neste estudo, sinalizar como as várias agências sociais se apropriaram dos discursos sobre o corpo da mulher, objeto repleto de símbolos, tanto com relação ao tempo quanto ao espaço. Essas agências seguem, no século XXI, construindo identidades e acepções, muitas delas pautadas na vinculação de força que continuam acompanhando as diversas linguagens, simbólicas ou não, acerca do dito elementos e das representações daí formuladas.

Se a base metodológica, deste trabalho ensaístico, se assenta, na maiêutica e a base teórica nas representações sociais, é porque entre as interpelações e as imagens, sobre o corpo feminino, continuam presentes as incertezas e as inquietações, mesmo nesses tempos de tantas conquistas e transgressões. Contudo, elas são percebidas de acordo com a visão de cada sujeito ou de cada grupo, em particular.

Se a eficácia dos discursos continua a ser produzida e reproduzida, com objetivos distintos e em áreas diferenciadas, esses elementos requerem uma abordagem que se situe na contemporaneidade, dando significação aos diversos modelos ora vigentes. Como o que se busca é compreender sob quais requisitos o corpo feminino obtém os sentidos que vêm adquirindo, é preciso admitir que tanto a linguagem quanto as imagens relacionadas às práticas que recaem sobre o objeto, têm a intenção de produzir sentidos. Se nos dias atuais há uma marca corporal do feminino, é provável que esta se situe em um campo sem um território fixo, mas ainda pautado na herança deixada no decurso do tempo. Contudo, ao tempo em que esse legado

se remete à tradição, ele, também, se orienta por uma cultura flutuante a qual, na contemporaneidade, se imbrica em várias redes que transitam entre o real, o ideal e o virtual. Dessa forma, visto como instrumento de representações, tal elemento não se insere apenas no âmbito do natural, já que pode operar lançando mão de dispositivos artificiais na composição da sua imagem.

Objetivando uma maior aproximação com a experiência vivida, vejo como a escuta tem sido uma ferramenta constante, no meu ofício profissional. Epistemologicamente, ao me situar nesse ponto de vista, percebo o quanto esse universo me possibilita elaborar os registros dos fatos produzidos e relatados. Por conseguinte, existe uma necessidade de entender sobre o mundo que me rodeia. Jodelet (2001, p. 17), ao mencionar a importância de estarmos informados sobre ele, explicita: “Precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações”.

Considerando que as representações levam à observação dos fenômenos sociais, e que as imagens estabelecidas não somente circulam nos discursos, mas também nas palavras e nas mensagens midiáticas (JODELET, 2001), é fato que, quando uma sociedade vive sob a proteção do capital, essas informações comumente se cristalizam e se traduzem em comportamentos que podem originar estigmas, provocando rejeição, ou mesmo a exclusão do indivíduo diante do meio em que vive. Nesse sentido, nada melhor do que exemplos para ilustrar o domínio das ditas reproduções e estigmatizações.

Validando as ideias, a autora cita o aparecimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), nos anos de 1980. A patologia, por ser então desconhecida, se constituiu em um mal “cujas histórias médica e social se desenvolveram juntas” (JODELET, 2001, p. 18).

Tal exemplo é oportuno. Nessa fase da história, vivi, como médica, as complexidades que emergiram nos espaços das representações, da referida moléstia. Por isso que, ao tomar o exemplo da autora para explicar como são formadas as representações sociais, nele me identifico.

Na minha experiência profissional, nos anos de 1980, nos quais, a síndrome, até então, era mais desconhecida do que conhecida, nos próprios meios científicos presenciei como o poder das imagens, estigmatizava os corpos atingidos pela doença. Eram tempos nos quais os informes veiculados pela mídia e por outros poderes comunicativos – as revistas, os jornais, as emissoras de televisão, do rádio, e até mesmo, uma parcela da ciência –, cristalizavam as

emoções e, conseqüentemente, as relações sociais. Essas, polarizadas, se defrontavam com as teorias que tentavam explicar a sua etiologia. As pessoas, apoiadas pelas informações, algumas delas sem o menor embasamento científico, arquitetavam teorias sobre a “peste” que estava assolando a humanidade.

Atingindo o conjunto social, a doença foi construída tanto pelo saber científico – ainda em desenvolvimento com relação as suas causas –, quanto pela opinião do senso comum. Nesses campos opostos, e quase que ao mesmo tempo unidos, articularam-se as dimensões biológicas, políticas e sociais, nas quais o conhecimento científico e o conhecimento comum interferiam, de forma evidente, na vida dos indivíduos infectados.

Muitas foram as conjecturas e as interpretações vinculadas aos comportamentos das pessoas contaminadas. As causas da doença e o modo de vida dos seus portadores mobilizaram não somente médicos e pesquisadores, mas, da mesma forma, artistas, políticos e pessoas comuns. Os indivíduos marcados pela síndrome eram apontados como promíscuos, desviantes, que deveriam ser alijados da sociedade, devido ao contágio trazido em consequência da patologia.

Digo conjecturar porque, naquelas alturas, as “certezas” maldosas, sem uma consistência científica, surgiram e se estabeleceram na vida social, tanto do sujeito infectado quanto naqueles que não eram portadores desse organismo estranho e assustador. Tais corpos se tornaram objetos coletivos, públicos, alvos de doenças e discriminações. As representações sociais, advindas da AIDS, traziam no seu bojo, não somente o infortúnio da doença, mas, essencialmente, a culpa e a vergonha da moléstia, estampadas nos corpos esqueléticos e “desonrados” daqueles e daquelas protagonistas. A sociedade e, de certo modo, a ciência apontavam as pessoas que portavam esse mal.

Foram enquadrados a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero e simpatizantes (LGBTs), os drogados, sobretudo, os que compartilhavam as seringas, no uso das drogas injetáveis, os usuários de crack, por exemplo, e até os hemofílicos, como vetores de transmissão da praga maldita. O sexo promíscuo foi o grande vilão. A verdade é que pouco se sabia sobre a doença, no entanto, ela já carimbava suas marcas biológicas, morais e sociais nos corpos dos indivíduos que com ela conviviam. O mal era moral, punitivo, advindo da licenciosidade sexual instalada no seio da sociedade. A transmissão poderia se dar não somente pelo intercuro sexual, mas ainda pelo beijo, pela pele, pelo suor, pela saliva, pelo contato pele a pele com o portador e até mesmo em um aperto de mão. “Doutora, minha filha,

tem a doença das pessoas pervertidas, como ela pode morar comigo”? Essa foi uma, dentre tantas outras frases que ouvi, quando no meu percurso médico com a doença.

No meio profissional, as luvas, as máscaras, a limpeza dos instrumentos cirúrgicos foram reforçados, por conta do contágio. Trabalhar com objetos perfuro-cortantes era uma ameaça. Uma agulha mal posicionada ou um simples corte na pele, por conta de uma manobra instrumental mal feita, de certa forma, nos aterrorizavam. Instaurou-se o medo, reativando crenças arcaicas.

Entretanto, esse comportamento não foi novidade com o advento da AIDS. Ele esteve presente na doença mental, na sífilis, na hanseníase, na tuberculose, e é ainda dessa forma que, mesmo a despeito dos avanços científicos, tecnológicos e sociais do século XXI, o câncer vem sendo visto por grande parcela da população brasileira. É a metáfora da doença que, segundo Sontag (1984, p.11), “é o lado sombrio da vida, uma espécie de cidadania mais onerosa”.

Vê-se que, é nas interações entre as pessoas que as representações se evidenciam. As doenças trazem no seu bojo as imagens sociais embutidas nas suas metáforas. Por isso que, no passado, a tuberculose era considerada a moléstia que estava a “serviço de uma visão romântica do mundo” (SONTAG, 1984, p. 88). Ela era a patologia do ego doente, quando o indivíduo não era correspondido na sua paixão. Os poetas, os cancioneiros, os boêmios, enfim, eram as pessoas predestinadas a contraírem tal patologia. Entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, ela equivalia a uma sentença de morte. O contato com uma pessoa acometida por esse mal era considerado como uma transgressão, uma quebra de tabu. O sujeito que trazia, no seu corpo frágil, essa enfermidade era alijado do seu mundo e confinado em espaços especiais, os sanatórios ou preventórios, espécie de internatos para onde eram encaminhados esses doentes. Relatos nos mostram que, nessa fase da história, os médicos prescreviam o isolamento desses seres, tal qual para os doentes mentais ou outras enfermidades que, igualmente, pudessem acarretar um mal maior para a sociedade. Nesse *locus*, os iguais se encontravam e trocavam as suas dores. As imagens sociais da tuberculose traziam à tona os corpos tísicos, pálidos, definhados e repelidos, socialmente, por conta das constantes hemoptises, ou seja, da expectoração sanguinolenta, consequência advinda de uma hemorragia do trato respiratório.

Tal como a tuberculose, o câncer, também se situou e ainda se situa nos espaços dos preconceitos, do terror. Sontag, (1984, p. 83 - 84) expõe a linguagem metafórica, pautada no autoritarismo do léxico militar, utilizada, até os dias atuais para exprimir essa doença. O tumor “invade” e “infiltra” os órgãos, e por conta disso, deve ser “bombardeado” com raios tóxicos; o tratamento quimioterápico institui uma “guerra química,” com o

objetivo de “matar” as células cancerosas. É preciso, pois, “destruir” as células do próprio corpo para “salvar” a vida do paciente. Tais termos denotam que certas doenças, como as aqui referidas, podem constituir uma ideia de perigo social, que deve ser combatido da mesma forma que se combate uma guerra. Todas elas, ao trazerem suas representações corporais desprezíveis socialmente, se situam como uma espécie de possessão coletiva, demoníaca, que devem ser exorcizadas, já que esses corpos mutilados, também podem ser considerados elementos abjetos, passíveis de rejeições.

Dessa forma, as imagens corporais, seguem seu curso e, muitas vezes, calcadas na falta de consistência ou de conhecimento dos meios científicos e dos midiáticos originam as representações. Ao se movimentaram no campo das significações fazem com que os preconceitos emerjam, colocando como vetor o corpo abjeto, desabilitado e estigmatizado pelo infortúnio causado pelas patologias, então mortais. No manejo social, “as instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração, abrindo caminhos a processo de influência” (JODELET, 2001, p. 21).

Diante de um inconsciente coletivo distorcido, as concepções compartilhadas por pessoas de um mesmo grupo passam a ter um olhar consensual da realidade. É nesse âmbito que a Psicologia Analítica chama atenção para o quão perigoso é a fusão do indivíduo no coletivo. Esse todo, ao entrar em conflito com outro de visão desigual, evidencia o quanto as representações sociais são relativas nas suas funções e como se posicionam, por vezes de forma, equivocadas, no campo da alteridade. No bojo das questões, trazem na sua significação um valor simbólico que se vincula às experiências humanas. No caso das doenças comentadas, os símbolos elaborados, ao atingirem a sociedade no seu conjunto, construíram conceitos que interferiram tanto na vivência individual quanto na esfera coletiva dos sujeitos.

O corpo excluído se movimentava entre seus sinais, selando o destino da pessoa que, ao ser “escolhida”, se via interdita de interagir com o mundo no qual estava inserida.

Por conseguinte, as representações sociais se estabelecem de mãos dadas com os discursos que as produzem e que, igualmente, são por elas produzidos.

Contudo, se as doenças produzem representações, a associação saúde-beleza também se incumbe dessa construção. Do corpo real ao corpo artificial, elas sempre estarão presentes. O padrão estético, estabelecido pelas sociedades consumistas, funciona como um código daquilo que é bom ou não para o objeto, ou seja, daquilo que pode se constituir em “felicidade” para o sujeito e sua estrutura corpórea. São condições que revelam como as mensagens sociais

são mutantes e, mais ainda, nos mostram que as representações dos corpos femininos encontram os seus espaços nos locais nos quais a lógica consumista também se fixa.

O mundo contemporâneo segue reforçando o arquétipo da imagem do feminino como objeto de desejo, de modo que o mito da beleza e da juventude, unido ao da felicidade, vem oferecendo à sociedade imagens de corpos trabalhados, sexualizados, medicalizados e encarnados em um padrão de perfeição no qual o anseio do Outro pode ser respondido e valorado, muitas vezes mais que os anseios do próprio sujeito.

O simulacro se instala e posiciona os indivíduos como *voyeur* e consumidores do espetáculo das representações. Ao lado delas, a publicidade e os diversos meios midiáticos se consolidam e formam opiniões. Nesse âmbito, não apenas divulgam, mas, sobretudo, constroem uma estrutura particular de veicular suas ideias. São construções propositadamente elaboradas, nas quais, o indivíduo, fascinado pela força advinda das imagens, minimiza cada vez mais a possibilidade de reflexão, incorporando o aqui e agora, isto é, o imediato, como valor. A propaganda com os seus produtos formatam as tendências, e a vida das pessoas passa a transitar em torno delas. As promessas e as exigências se mesclam ao imediatismo dos resultados e das ditas “necessidades”, estas que dão a ilusão do prazer e da satisfação. “Todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade” (BAUDRILLARD, 2010, p. 49).

Se a imagem da mulher, nas culturas espetacularizadas, é constantemente atrelada a um modelo de beleza engendrado na aparência estereotipada das protagonistas dos reclames publicitários, das novelas das televisões e dos outros setores midiáticos, os conceitos do que é emancipação e do que é subordinação devem ser repensados.

Ao se referir às sociedades de consumo, Baudrillard (2010, p. 86) admite que o fruto da produção não se pauta nas necessidades, e sim no “*sistema das necessidades*”, pois, é ele que constitui o produto do “*sistema de produção*”.

Vê-se que tal ideia faz uma enorme diferença para entender a exacerbação consumista dos dias atuais. Compreendo que exista uma relação de intimidade das necessidades com os objetos finitos, descartáveis, talvez porque, diante desse *sistema das necessidades*, há uma ordem produtiva que se calca na força alienante do capital, determinando que os objetos sejam produzidos e reproduzidos como elementos desse tal sistema e não na relação real, do ser humano, com o objeto. São os corpos em série e seria ingenuidade pensar que tudo isso passa despercebido para o sujeito.

A prática profissional, na maioria das vezes, tem me mostrado que o indivíduo não vive tais experiências de forma passiva. A procura obsessiva do corpo ideal é um palco de paradoxos, já que nele, o corpo ou o indivíduo que busca a particularização, isto é, a singularização corporal, é o mesmo que, geralmente, não tem olhos para a alteridade ou para as diferenças. Essa contradição acarreta conflitos, visto que, como já mencionamos no primeiro capítulo, o arquétipo inadequado da persona pode incorporar modelos irrealis, portanto, nunca alcançados. Enfim, se inserido dentro de um modelo “ideal”, o corpo feminino – definido, esculpido, domesticado e subordinado – se constitui em cenários e palcos das atuais representações sociais. Assim, as assertivas baseadas nos pressupostos de Jodelet (2001) e Moscovici (2001) justificam a inserção das representações sociais, no desenvolvimento deste estudo acadêmico. Por meio das várias significações, “as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado” (JODELET, 2001, p. 21). Já a perspectiva de Moscovici (2001, p. 63), igualmente concernente com a proposta desta tese, explicita que: “trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação: não mais uma vida social já feita, mas uma vida social em via de se fazer”.

Relevante entender que modelos culturais são esses que epifanizam os corpos femininos, firmam um hedonismo coletivo, elaboram sistemas, tanto de inclusão quanto de exclusão, e trazem, no seu cerne, as angústias e as incompreensões.

Por isso que, na esperança de um novo devir – em frente aos reclames publicitários espetacularizados, às fantasiosas imagens televisivas e pictóricas, às mensagens erotizadas das danças e das músicas –, algumas questões podem ser aqui relacionadas. São elas: É possível, para o feminino, construir a sua imagem corporal sem a interferência do olhar espelhado do Outro, do sacrifício inerente a tal modelagem e do dispêndio, tanto da energia psíquica quanto financeira, considerando, sobretudo, o desejo da emancipação? Em frente aos efeitos encenados no palco do espetáculo social e, considerando os dogmas relacionados à obsessão pela perfeição estética, o que leva o feminino, diante das suas reais conquistas, a encobrir as suas verdadeiras necessidades?

2.3 INDAGAÇÕES

Se o nosso corpo fosse realmente nosso e nossa sexualidade autônoma, poderíamos nos reconciliar com nossa aparência física. (...) Se o nosso corpo realmente nos pertencesse, poderíamos tratar de valorizá-lo, segundo os nossos próprios critérios (STUDART, 1990, p. 35- 36).

Se, nos dias atuais, a percepção desse corpo – arquitetado e construído socialmente, por vários poderes e saberes – não se mantém isenta das ações mercantilizadas, é suposto que o sistema de dominação-exploração vem influenciando a imagem do feminino e o modo de viver o público e o privado.

É a cultura do corpo humano se entrelaçando e possibilitando ao indivíduo transformar o objeto em fetiches. Tal termo, segundo Marx [1818-1883], traduz o caráter alienado de um mundo no qual as “coisas” se movem como pessoas e estas passam a ser dominadas pelo poder mágico dos objetos e/ou produtos criados por elas próprias. Ao adotar esse vocábulo, indicou como os objetos inanimados adquirem um caráter enfeitiçado, revestidos de qualidade mágica e de ilusão. Tal assunto, atrela a questão da autonomia e da submissão, ao fetichismo emanado, dos corpos em discussão.

Por um lado, esses fetiches, com seus valores ou poderes mágicos, “permitem o espetáculo constante da celebração do objeto” (BAUDRILLARD, 2010, p. 13). Tal louvação se concretiza por um engendrado sistema de comunicação – televisão, imprensa, rádio, cinema, etc. – que leva, todos os dias, à casa dos consumidores, inúmeras mensagens repletas de condicionamentos. Todas essas ações fazem parte de um intrincado jogo social, no qual o desmoronamento da autonomia do sujeito conduz a uma hipocrisia relacional que pode se manifestar no servilismo, situação contraditória a uma prática democrática.

Por outro lado, seguindo o pressuposto de Le Breton (2009), admite-se que é do corpo que surgem e se propagam as significações as quais imprimem sentido à existência individual e coletiva do ser humano. Ele – o corpo – faz a conexão com o mundo e é o lugar e o tempo nos quais a vida adquire uma forma, por intermédio de uma fisionomia singular e própria de um determinado ator ou atriz. “O corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (LE BRETON, 2009, p.7).

Volta à cena a questão do olhar. É pelo corpo que o olhar do ser humano se apropria da substância da sua vida e, nessa apropriação, a traduz para os outros olhares, lançando mão dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da sua comunidade. Diante dessa

lógica, quando o indivíduo se manifesta corporalmente, está não somente se manifestando para ele mesmo, mas, do mesmo modo, está se exprimindo para os outros. Os sentimentos por ele vivenciados repercutem adiante, já que estão enraizados em regras implícitas coletivamente. Entretanto, esses sentimentos “não são espontâneos, mas ritualmente organizados e significados visando os outros. Eles inscrevem-se no rosto, no corpo, nos gestos, nas posturas etc.” (LE BRETON, 2009, p. 52).

Diante do exposto – e levando em consideração o paradigma advogado pelas feministas dos anos 1970, ou seja, “esse corpo é meu” ou “nossos corpos nos pertencem” –, a problemática que delineou essa pesquisa pautou-se na tentativa de responder à seguinte indagação: é possível dizer que o corpo da mulher brasileira, na história do tempo presente, é, de fato, só seu?

Como responder a tão ambíguo questionamento?

A primeira reflexão em frente a essa interpelação é elaborar o que é ser proprietário de algo, visto que somos seres sociais em interação. Essa indagação, vinculada ao tema estudado, tem a sua justificação no fato de que as novidades as quais estão revolucionando o corpo humano são reais e estão sendo desenvolvidas nos mais diversos laboratórios de pesquisas em todo o mundo. Na combinação da robótica com a genética, com a neurologia, com a cosmética, com a nutrição, com os exercícios físicos, com o bisturi transformador e com todo o arsenal farmacológico da atualidade, os corpos são reinventados a cada momento. Com essa mutante construção, as mais diversas representações sociais vêm surgindo de mãos dadas às subjetividades que emanam desse contexto.

Na ideia da contínua reinvenção do corpo, Sant’Anna (2000, p. 237) se posiciona:

As descobertas do corpo possuem uma história secular e vasta, pontuada pelos avanços e limites do conhecimento humano. Pois se o corpo não cessa de ser descoberto, é preciso não perder de vista a provisoriedade de cada conhecimento produzido a seu respeito: constantemente redescoberto, nunca, porém completamente revelado! Cada tentativa feita para conhecer o funcionamento do corpo, incluindo os seus significados biológicos e culturais, é desencadeadora de esclarecimentos e de dúvidas inusitadas a seu respeito. Da medicina dos humores à biotecnologia contemporâneas, passando pela invenção dos regimes, cirurgias, cosméticos e técnicas disciplinares, o conhecimento do corpo é por excelência histórico, relacionado aos receios e sonhos de cada época, cultura e grupo social.

Na ponderação das ideias expostas, e levando em consideração a história do corpo, o trabalho se movimentará indagando, ainda, os seguintes tópicos:

Existe, de fato, um feminino emancipado ou vive-se um tempo de “suposta emancipação”, ancorado nas imposições consumistas das sociedades ocidentais espetacularizadas? (DEBORD, 1997).

É possível que o corpo da mulher brasileira, inserido em um mundo globalizado, possa produzir sentidos seguindo princípios éticos e de beleza que privilegiem a dignidade do ser humano?

De que modo a cultura brasileira vem atuando na produção de fetiches, diante dos novos impactos causados pelas tecnologias comunicativas, midiáticas, científicas e biológicas, considerando, sobretudo, a crise de distanciamento entre os sujeitos (a mulher) e o objeto (o corpo)?

É notório que este estudo se estabelece com mais perguntas do que com soluções ou respostas. Ao expor as indagações, certo silêncio as rodeia e já que me posicionei no campo das inquietações, as indagações, postas à tona, mostram que muitas são as situações que suscitam as diferentes formulações, e estas possibilitam certo desconforto. No caso do corpo feminino, essa aflição se torna evidente para mim. Na condição de mulher, médica e psicoterapeuta, procuro entender e avaliar a natureza das diversas alternativas, na tentativa de, se possível, responder às enunciações. Assim sendo, a análise crítica deve ter seu lugar, no entendimento de que as possibilidades de existência não se esgotam na própria existência, haja vista que sempre há alternativas para superar o que é criticável.

Portanto, o desconforto, advindo de um trabalho analítico, pode funcionar como a mola mestra para as produções de ideias e, com elas poder seguir propondo novas alternativas com relação às vivências corporais, do feminino, colocando nas pautas das discussões e das reflexões, as verdadeiras necessidades para a vida do ser humano.

2.4 OBJETIVOS

Deixarei de lado tudo o que diz respeito do “Eu”, à personalidade consciente como tal. Direi apenas: É evidente, sobretudo, para nós, que nunca houve ser humano que não tenha tido o senso, não apenas do seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal (MAUSS, 2003, p. 371).

Dando continuidade às ideias já percorridas na dissertação de Mestrado sobre feminilidade, corporeidade e sexualidade, o presente trabalho de pesquisa, ao analisar as transformações do corpo feminino, suas múltiplas identidades e as representações sociais

daí advindas, atenta para os vários cenários e para as diferentes circunstâncias nos quais a tríade se insere.

Conforme já exposto anteriormente, o advento da pílula foi um o marco na vida das mulheres. A mudança radical, que se instalou na instância da sexualidade, criou as condições necessárias para que as mulheres desatassem o nó que recaía sobre o seu “destino”, então vinculado à maternidade e ao cuidado com a prole. Tudo isso desaguou nas relações familiares, afetando o mundo do “natural”. Nesse campo de investigação, Sarti (2004) admite que a partir desse momento histórico, o mundo subjetivo do feminino veio à tona, criando e recriando novos comportamentos, cujo acontecimento aproximou o espaço público do espaço privado. A pílula foi um fenômeno social e, aliado a ela, surgiu outro fato de grande alcance na vida do feminino: a inserção das mulheres no mercado do trabalho remunerado.

Entretanto, em outra dimensão, porém, profetizando a evolução dos costumes – que veio a ser concretizada com a comercialização, em larga escala, do poderoso fármaco – a frase emitida em 1968, pela escritora Pearl S. Buck, Nobel de Literatura de 1938 (RUBIN, 2010), correspondeu a uma profecia: “Todo mundo sabe que a pílula é um objeto pequeno, mas que pode ter um efeito mais devastador em nossa sociedade que a bomba atômica”. Nessa fase da história, o mundo vivia o auge da contracultura²⁰, tempo no qual a liberdade sexual estava em voga nas sociedades ocidentais. Importante, desde já, mencionar que fatos iguais a estes mostram como teve início a dimensão da “escolha” na existência do feminino, transformando, definitivamente, o modo de conduta da família brasileira.

Em torno de todos esses pressupostos, portanto, foi definido o objetivo principal da pesquisa, a saber:

Investigar se o corpo feminino – diante das conquistas alcançadas – pode atuar como um dos pilares da construção da autonomia do eu, ou como um fator de anulação, frente às imposições sociais, culturais, midiáticas e estéticas.

Como objetivos específicos, foram eleitos os seguintes tópicos:

1 Compreender em que medida a mulher brasileira contemporânea vem vivendo, por um lado, a experiência da ação natural do tempo sobre seu corpo e, por outro lado, a experiência

²⁰ A contracultura foi um movimento de caráter cultural e social que se fortaleceu nas atitudes dos jovens dos anos 1960/1980. O termo surgiu nos Estados Unidos da América do Norte, nos idos de 1960 e, ao adquirir força, passou a ser usado, ainda nos dias atuais, para referenciar tal período no qual era comum, à juventude, enfrentar aos cânones comportamentais, instituídos e regidos pelas diferentes agências sociais, a exemplo, dentre outras, da família, do Estado, da Igreja e das Leis.

da ação arquitetada do corpo sobre o tempo, valorizando certos parâmetros como definidores de saúde, bem-estar e beleza;

2 Indagar quais as razões que levam as mulheres, por uma direção, a serem cúmplices na construção social da sua imagem corporal, por vezes objetivada e “*coisificada*”, mas, por outro caminho, a reagirem a esses processos impositivos, mesmo diante do desejo legítimo de se sentirem bonitas e atraentes.

3 Investigar em que medida o elo entre o indivíduo e o coletivo vem originando representações sociais, com relação ao corpo feminino, que se movimentam entre a autonomia e a subordinação, calcada na ideia de dominação e exploração ou liberdade e não sujeição.

4 Entender, com base no pensamento de que na espécie humana existem machos e fêmeas, se essa distinção é fruto de realidades naturais, sociais, ou de ambas. Tal entendimento se ancorou nas ideias defendidas por Carole Pateman (1993) e Heleieth B. Saffioti (2001, 2004), com relação à persistência do patriarcado, e, igualmente de Judith Butler (2010), e Beatriz Preciado (2008), entre outros autores e autoras os quais, na atualidade, se debruçam nos estudos de gêneros.

2.5 SUPOSIÇÕES

Sabemos que o mundo de significações humanas não tem uma relação mecânica com as possibilidades materiais, mas é mediado, pelas “traduções” sociais, culturais e psíquicas dessas possibilidades, ou seja, depende de como são incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos (SARTI, 2004, p. 196).

Considerando que o conceito de beleza pode ser construído a partir de valores padronizados e normatizados – e avaliando que as formas e as funções corporais possam se confundir, em frente às mudanças atuais, vejo pertinência em defender que essa indistinção possibilita ao corpo feminino sua transformação em um objeto homogeneizado e descartável, pronto para o consumo, a depender da situação com a qual ele se defronta e se situa.

No confronto com as diferentes formas de experiências corporais, a humanidade está sendo levada a enfrentar um polêmico debate entre a ética e a estética, entre a aparência e a essência. Essa discussão levará a decidir o que poderá ser, ou não, socialmente aceitável. Trata-se, agora, não somente de argumentar as formas de controle do corpo, mas de vislumbrar mecanismos que possam afastá-lo dos controles opressores sociais. Esses controles ou domínios são, por vezes, contrários à vontade do indivíduo; em outros momentos, eles advêm da sua

própria imposição. Vive-se um tempo no qual a dominação-exploração, com relação aos sentidos do corpo, fundamentalmente do feminino, é visível e se expressa na conduta das variadas agências sociais inseridas nas sociedades consumistas, do presente. Ressaltam-se, por um lado, os canais midiáticos com os seus poderes comunicativos modificando os vínculos sociais; a revolução tecnológica, transformando e influenciando a estética identitária que se apresenta, nos dias atuais, em constante mutação; a sociedade dos indivíduos que ora exalta o poder da tecnologia, ora se levanta pedindo mais ética e cautela diante dos inusitados resultados. Por outro lado, atuam as indústrias da moda, dos fármacos, do fetiche, do luxo, das Ciências, da Medicina, da estética e outras tantas mais, que vêm possibilitando o advento de sociedades ávidas pelo espetáculo.

Com esse olhar, as ideias de Debord (1997) não ficarão à margem. Ao abordar o comportamento das sociedades ocidentais espetacularizadas, o autor menciona como a mídia pode influenciar o sujeito social, trazendo à baila uma reflexão de grande alcance, ou seja, o papel dos meios comunicativos na sua função da “boa comunicação”. Contudo, chama a atenção do leitor para os exageros ou os “excessos midiáticos”, que vêm contribuindo para construir uma *“política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo”* (DEBORD, 1997, p. 171). Esses veículos, ao se movimentarem em várias direções, agem em nome da eficiência e da importância da informação. Doravante, estabelecida a conduta, surge uma dominação que segue educando uma geração submissa às suas normas. É a encenação social circulando ao redor do corpo da mulher, da sexualidade, da individualidade e da subjetividade. Essas condições são traduzidas no pensamento de Debord (1997, p. 30) como o momento em que “a mercadoria ocupou totalmente a vida social”.

Levando em conta a pergunta da pesquisa e na compreensão de que existe um conjunto de saberes e poderes relacionados ao objeto indagado, é provável que, por intermédio deles, o estudo em questão, diante dos diversos olhares aqui presentes, possa confirmar a indagação formulada. Essa direção escolhida, ao entrelaçar o passado com a contemporaneidade e vice-versa, produz e reproduz representações sociais e identidades construídas em múltiplas imagens e em diferentes conceitos. Supomos que algumas dessas definições se situam tanto na permanência do comportamento quanto na ruptura dele. Todas elas, de uma forma ou de outra, devem operar transformações nas imagens femininas, essencialmente, na relação intrínseca entre o conceito de saúde, bem-estar e beleza.

3 EPISTEMES E PRÁXIS: CAMINHOS DA TRANSGRESSÃO

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar (Marx, 1985, p. 45).

A epígrafe escolhida bem delinea as ideias a serem aqui defendidas. Marx (1985), defende que cada mercadoria ou cada “coisa” tem o seu valor duplo, podendo ser útil sob vários aspectos, contudo, é a forma com que ela é utilizada que fornece ao indivíduo a sua dimensão, ou seja, o seu valor e a necessidade para servir às suas conveniências. Ao se referir à lógica do capitalismo assinala que sob a sua égide a acumulação se constrói estruturando uma cadeia produtiva na qual a ideia do lucro, advindo de um mercantilismo sem limites, se insere nas relações sociais estabelecendo os mais diversos comportamentos. O corpo não fica livre desse domínio.

É, portanto, com esse entendimento que, neste capítulo, entre o desejo e a necessidade, a episteme e a *práxis* se dão as mãos com o objetivo de tentar compreender o que se passa entre a emancipação e a subordinação do corpo feminino.

Exponho os conceitos dos vocábulos emancipação e subordinação, no sentido de vinculá-los às experiências corporais da mulher. Dessa forma, as situações em pauta, até então, caminham, na perspectiva de demonstrar que tanto as rupturas quanto as continuidades são comuns, no curso da história do feminismo.

Para falar sobre esses dois termos teóricos, a tese se detém em investigar o real caráter de opressão, comumente imposto às questões das diferenças entre os corpos sexuais sob a influência do consumismo, do fetiche da mercadoria e do capital, categorias basilares que sustentam o sistema capitalista. Com esse entendimento, abordo o conceito da dominação-exploração, na vida do ser humano, essencialmente do homem sobre a mulher. Na cristalização dos conceitos e atitudes, nos quais a ordem social do masculino se evidencia, as ideias marxistas se incorporam ao processo da emancipação e da subordinação.

Assimilo que, para discorrer sobre esses dois conceitos, é preciso que emergjam novos paradigmas, nova concepção de mundo na qual a lei do mais forte – implícita tanto no quadro normativo hegemônico, entre os sexos, quanto nas questões atreladas à raça/etnia, às classes

sociais e ao gênero – não seja considerada como o modelo corporal fundante, já que tal norma não vem dando conta das diversificadas representações corporais, nos dias atuais.

Já vimos que, as representações socialmente elaboradas e compartilhadas, ao longo da história, relacionadas ao corpo feminino, vêm demarcando imagens diferenciadas que abraçam desde o corpo considerado como “normal”, passam pelo docilizado, educado e subalterno, recaem no formatado e editado, de acordo com a “moda” vigente e desaguam naquele considerado como performático, desviante, julgado, por muitos, como “corpo abjeto”. Tais identidades são, por um lado, legitimadas, mas, por outro lado, toleradas ou abominadas, provocando risos, zombarias, atitudes violentas de repúdio e também de represálias. São representações que posicionam o corpo no hoje, no agora, categorizando-o de acordo com as suas referências, mas que o coloca como um objeto em movimento, no qual o amanhã se torna difícil de ser visualizado.

Nesse percurso, as multiplicações e as variações se expõem a todo o momento e, nelas, a desconstrução da oposição masculino/feminino aponta para os debates acalorados que incluem, entre outro corpo, igualmente o negro, o performático e o “pós-orgânico”.

Se aqui me refiro ao estudo de tal elemento, pretendo, essencialmente, entender os seus discursos na procura da sua própria identidade ou identidades, transitando pelos diferentes territórios, conquistados ou não, e vinculá-lo aos dois vocábulos, aqui abordados: emancipação, subordinação.

Como já foram aqui explicitados, desde a apresentação desta tese, os questionamentos éticos que brotam dessas condições opostas, evidenciam que existem caminhos duais para falar sobre o tema. É preciso levar em conta, tanto o modelo pasteurizado, acatado por uma parcela da população, e modelado pelas normas da suposta “perfeição da forma corporal”, quanto os modelos transgressores, que subvertem não somente a busca das formas “ideais”, mas, de modo semelhante, a hegemonia do masculino sobre o feminino. São concepções que estão vinculadas aos problemas centrais da pesquisa, nos quais se colocam tanto a autonomia quanto a sujeição, em frente a padronização dos costumes e dos procedimentos. São condutas que vêm levando aos processos de massificação, os quais interferem no modo da informação e da comunicação entre as pessoas. Tais condições expõe o corpo à sua eterna contradição, já que ele se embaralha nas suas transformações, prosseguindo nas suas ações continuadas e trazendo, à tona, identidades variadas. O sujeito e o objeto se intercambiam, continuamente, e, quase sempre, em terrenos movediços, gelatinosos.

Nesta parte da tese, cabe ressaltar que, essencialmente, tomo como parâmetro as ideias de três autores marxistas contemporâneos. São eles: István Mészáros (2011), sobre o feminino e a igualdade substantiva, diante da circulação do capital; Guy Debord (1997) com a sua “sociedade do espetáculo”, elaborando uma crítica contundente ao poder fetichista do dinheiro e do valor a este outorgado, pelas sociedades estruturadas sobre a égide da mercadoria; David Harvey (2012) demonstrando como o corpo do ser humano capta fluxos difusos de energia e de informações, por intermédio dos seus orifícios porosos, comunicativos. Contudo, convoco Pierre Bourdieu (2010), com o conceito de violência simbólica atrelada às questões da dominação do masculino sobre o feminino.

Complemento às argumentações, com algumas contribuições do pensamento de Loreta Valadares (2007), na defesa das ideias marxistas, no que se refere à igualdade entre os sexos e a noção de “radicalidade” e de Rittel e Weber (1973), autores que se discorrem sobre as questões dos “problemas retorcidos”, noção exposta mais adiante, ainda neste capítulo. Ademais, o filme *La Piel que habito* (*A Pele que habito*), do cineasta espanhol Pedro Augustin Almodóvar (2011) tem, também, seu peso, neste espaço da tese.

Todavia, antes de prosseguir, ressalto que não é proposta da tese elaborar uma explanação detalhada das teorias desses autores, sobre o consumismo moderno, ou ainda me adentrar a teoria marxista, seus processos e seus pressupostos, até porque, não é o objetivo dessa pesquisa. Reconheço o mérito das noções por elas formuladas no sentido de denunciar a perversa lógica social do consumismo, sob os auspícios sedutores do capital e da mercadoria, conduzindo à subordinação do indivíduo em frente ao fetiche por ela emanado, advindo das condições ilusionista da “coisa”.

Assim, me proponho a colocar algumas considerações, na ótica dos autores elencados, porquanto, esse também é o meu olhar, com relação às influências advindas do consumo e da alienação, condições presentes no âmbito do capitalismo contemporâneo.

Como o ser humano, na atualidade, vive uma era de progresso proclamada pelo espetáculo irreal da mercadoria, os pressupostos desses autores são pertinentes, no sentido de expor o que entendo por emancipação e subordinação, do corpo feminino. Ao me vincular ao pensamento marxista por eles delineados, com relação à questão da alienação, procuro, a partir desse ponto, construir o conceito desses dois termos, como categorias, e refletir sobre os resultados deles, na vida do sujeito social.

E, se a “coisa” atrai o sujeito com o seu poder de sedução, o desejo de possuí-la pode se transformar em uma necessidade ou em uma obsessão, não importando de onde se origine tal ambição, se da fantasia magnética dela emanada, ou da importância a ela atribuída. A mercadoria e o sujeito social se imbricam de tal forma que, muitas vezes, esse último, se aliena em frente a ela, independentemente de lhe acarretar, muito ou pouco sacrifício.

Tal relação muda constantemente, a depender dos seus préstimos, tanto no tempo, quanto no espaço. É nesses *locus* que o seu valor se põe à mostra. Dessa forma, se cada “coisa” tem o seu valor calcado na ambiguidade que a rodeia a mercadoria se estabelece na tese, como um elemento que, ao se atrelar à vida do indivíduo, com as suas “vantagens e fantasias”, pode afastar o sujeito das suas reais necessidades.

Existe, pois, um objetivo aqui intrínseco, desde quando, a lógica desta exposição é a de demonstrar que, enquanto as sociedades se edificarem sob o poder do capital, fica complicada a ideia de emancipação. Ademais, outra razão para a elaboração desse tópico é a de apresentar uma perspectiva para as reflexões aqui expostas, evitando a banalização dos termos.

Nessa discussão, recorro inicialmente aos significados etimológicos dos referidos vocábulos, para um melhor entendimento das questões.

Entende-se por emancipação “o ato ou efeito de emancipar (-se), qualquer libertação, alforria, independência. *ETIM lat. emancipatio, ãnis*” (HOUAISS, 2001, p. 1114); enquanto que subordinação é “o ato ou efeito de se subordinar (-se); ordem estabelecida entre as pessoas e segundo a qual umas dependem das outras, das quais recebem ordens ou incumbências. *ETIM lat. subordinatio, ãnis*, sujeição, submissão” (HOUAISS, 2001, p. 2626).

É fato, que o conceito de emancipação se relaciona com a liberdade e, tal condição, somente pode ser assim considerada se estiver atada à desmascaração do fetichismo, originada da mercadoria e do capital. Já, o de subordinação, contrapõe-se à liberdade, à emancipação, fazendo eco com o pensamento do filósofo húngaro István Mészáros (2011).

Tal pensador, ao se pronunciar sobre os ditames reguladores sociais, vai mais além ao situar os conceitos de liberdade e de submissão. Defendendo uma articulação hegemônica entre os seres, coloca a família como centro de discussão, entendendo que os procedimentos, discriminatórios e hierárquicos, aí presentes, afetam “o microcosmo da reprodução e do consumo, habitualmente, teorizado sob o nome de “família” (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

Diante dos ditames socioeconômicos, de ordem metabólica, que insistem em desaguar nas relações sociais entre os seres, particularmente, sobre o microcosmo, fica impossível falar

na emancipação da sociedade. E, mesmo que tal estrutura seja considerada como “autônoma”, ela não exerce o seu papel, independentemente das ordens sociais a ela impostas.

Nesse percurso, não somente apreendo, mas também endosso o pensamento de Mészáros, pois, apesar de todos os avanços alcançados na produtividade, as relações interpessoais estabelecidas entre os sexos não são, atualmente, muito diferente daquilo que foram em séculos atrás. Fica aqui estabelecido que, enquanto as imposições alienantes, pelo sistema assimétrico entre os seres humanos permanecerem atuantes, todo o complexo social está consequentemente, abalado, isto é, afastado de uma condição emancipatória.

São observações apropriadas, porquanto, tais relações ainda se mantêm pautadas em uma liberdade civil não universal, calcada, essencialmente, no “contrato sexual” (PATEMAN, 1993). Este, conforme a autora instituiu o “patriarcado moderno” outorgando aos homens, de forma hierárquica, assimétrica, o acesso aos corpos das mulheres²¹.

As ideias de Mészáros, com base no “microcosmo”, evidenciam duas condições que podem aí se manifestar: por uma dimensão, é provável que pares isolados possam assegurar relacionamentos pessoais com condições de igualdade; mas, por outra dimensão, é possível que existam territórios utópicos de pessoas que interagem de forma comunitária. Assim sendo, a conduta de alguns desses grupos pode estar engajada em relações interpessoais não hierarquizadas, ou seja, humanizadas. Esse comportamento, estando presente, possibilita novas formas de criar filhos, diferentes de modelos utilizadas por certas famílias nucleares as quais fragmentam a educação e a compreensão de um mundo real, visto que, nessas últimas, as relações desproporcionais, hierárquicas, permanecem ativas, atuantes.

Não obstante, entendo que a crise estrutural da sociedade é tão complexa que requer um olhar plural, baseado no todo e não nas partes de um todo, já que tais processos normatizadores estão emaranhados em uma rede complicada de relacionamentos que se situam entre as diferenças e as identidades, situações que abalam tanto o microcosmo, a exemplo da família, quanto o macrocosmo, ou seja, a conexão contínua com todo o processo sociometabólico²².

²¹Esse tema, devido a sua relevância nesta tese, está exposto no sétimo capítulo, no qual discuto a questão do patriarcado sob a ótica de Carole Pateman (1993) e Heleieth Saffioti (2004).

²² Com relação a tais observações, em 13 de julho de 2012, ao ser convidado para proferir uma conferência intitulada *Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural*, em Salvador, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mészáros ao ser entrevistado pelo Jornal A TARDE / SALVADOR/ BA (CADERNO + 2, 2012, p. 3, 13 jul. 2013), assim se posicionou: “naturalmente, a grande causa

Por isso que, para falar sobre emancipação feminina é preciso atentar para certas condições que envolvam o princípio da igualdade, entre homens e mulheres o qual continua calcado nas assimetrias, desde a remuneração para o mesmo trabalho – condição ainda ignorada em muitos países democráticos –, quanto para àquelas da economia do cuidado e das questões inerentes aos direitos reprodutivos e sexuais, dentre outros tantos questionamentos. Se essas condições ainda permanecem no campo das pendências sociais, a igualdade substantiva está longe de ser alcançada.

Os pressupostos de Cavalcanti (2005, p. 85-86), são relevantes para a análise:

Dentro dessa perspectiva, um tema é o divisor de águas e que impõe outro ritmo aos avanços conquistados pelo movimento de mulheres no Brasil: violência contra a mulher (física e psicológica) e a exploração exacerbada da mulher-objeto (através do tráfico, indústria do sexo e imprensa) não permitem mais nenhum tipo de silenciamento.

Tornam-se visíveis os elementos que vão na contramão da emancipação do feminino: a mercantilização do corpo feminino transformando a mulher em escrava sexual; a violência de gênero, engendrada tanto no âmbito doméstico quanto no público trazendo à tona o silêncio do feminino; a mídia, com os seus poderes comunicativos mercando os seus fetiches, a exemplo dos reclames estereotipados das propagandas de cervejas; a indústria do fármaco, com os seus produtos de beleza rejuvenescedores e milagrosos; as sociedades dos espetáculos, nas quais o corpo da mulher é exposto como se fosse uma coisa a ser digerida e consumida; as academias de ginástica, com os seus suplementos alimentares e farmacológicos, formatando e, ao mesmo tempo, deformando os corpos; as dietas milagrosas, que agem visando ao emagrecimento em prazo de poucas semanas ou dias; os silicones, as intervenções plásticas cirúrgicas, nem sempre necessárias. Enfim, muitas outras ofertas e situações nas quais tanto o excesso quanto a escassez caminham de mãos dadas.

Nesse constante dinamismo entre a sujeição e a emancipação, o corpo feminino demonstra a força do seu poder de mudança e, igualmente, de criatividade e produção. Tanto na subordinação, quanto na autonomia, ele paga o seu preço, entretanto, é nas resistências e subversões que encontra um modo alternativo, não convencional, de atuação. Com as suas

da emancipação da mulher tem ainda um longo caminho a percorrer. Ela envolve uma radical transformação da nossa sociedade”.

capacidades transformadoras e inventivas, enfrenta a autoridade do capital, afirmando ações, vontades e desejos.

Por conta dessa visão, Harvey (2012, p. 178), explicita que “o corpo que deve ser “a medida de todas as coisas” é ele mesmo sede de contestação das forças que o criam”. Mesmo estando inserido na sua própria interioridade, o objeto se abre para o mundo na forma de uma relação porosa. Os aportes de Harvey (2012) são pertinentes, na medida em que menciona o quão relacional é o corpo. Ao se pronunciar a esse respeito e, colocando em pauta a estratégia da acumulação, defende que o consumo não é uma mera forma de manutenção dos corpos, mas a confirmação e o controle dos relacionamentos. “O corpo (tal como a pessoa e o eu) nada mais é do que uma relação interior” (HARVEY, 2012, p.178).

Portanto, é por intermédio de seus orifícios, que os corpos se vinculam ao mundo externo, posicionando-se entre os laços e os entrelaços sociais e culturais, que aí se formam, estabelecendo os modelos escolhidos que atuam em cada sociedade.

Nessa porosidade, espaço e tempo traz à superfície as práticas materiais, as representações, as relações imaginárias, todas elas imbricadas nas instituições e nas relações sociais vigentes, do poder político e econômico. Ao se estabelecer, nas suas ações relacionais, é possível que possa ser interpretado como espaço de acumulação, tanto dos saberes, quanto das “coisas”, mas, igualmente, como lugar de resistência política. “Corpos imersos num processo social como a circulação do capital variável nunca devem ser concebidos como dóceis ou passivos” (HARVEY, 2012, p. 161).

Vê-se que, tanto nas ações de sujeição, quanto nas reativas e contestatórias, surgem as oportunidades de o elemento por à mostra as suas reais capacidades tanto de discernimento quanto de reconhecimento. É assim que, a indocilidade do corpo, quando se põe à mostra, possibilita estabelecer um propósito emancipatório.

Como nesse campo nada permanece estático, docilidade e indocilidade se estabelecem por entre as vivências corporais femininas. Dessa forma, é preciso manter o diálogo na busca da real condição de cada ser humano, sem ajuizamentos ou críticas que se movimentem aos sabores dos ventos. É desse movimento de mão e de contramão que, diante de certas vantagens, privilégios, desejos e prazeres, podem emergir submissões abjetas, ancoradas na força do fetichismo. Tal situação, unida ao consumismo e ao poder hegemônico do homem sobre a mulher, fixa o objeto como *locus* das experiências e experimentações, muitas delas

posicionadas nas instâncias das violências, condições que profanam e transformam o corpo feminino como um elemento inerte, sem voz, sem eco e sem razão.

A partir dessas reflexões, nas quais ficam evidentes as interconexões do corpo feminino, quer com a circulação do capital, quer com o poder de dominação hierárquica, entendo o quão distinta é tal ideia imbricada na produção, na troca e no consumo.

Considerar o corpo como local de ações políticas é trilhar pela noção daquilo que as pessoas, as instituições, os movimentos sociais são capazes de realizar diante das sociedades espetacularizadas, do presente, cristalizadas e legitimadas na orientação do lucro e da renda. Torna-se relevante entender em que espaços e momentos as questões individuais de cada sujeito deixam de ser apenas suas e se transformam em questões coletivas. Contudo, essa não é uma tarefa fácil, porquanto, a sociedade, na imagem feliz da unificação pelo consumo, fica sempre à espera das “novas necessidades”, ou seja, dos novos produtos. Esses são apresentados e celebrados como singulares e decisivos, em determinado instante da vida do indivíduo. Assim que uma nova “coisa” surge, com sua sedução e o seu fetiche, revela, imediatamente, a insignificância da “coisa” anterior. São produtos líquidos, fugazes que, na ideia globalizada de que tudo é descartável, não deixa o espetáculo parar. “Cada nova mentira da publicidade é também a confissão da mentira anterior” (DEBORD, 1997, p. 47).

Na crença de que o espetáculo subordina a sociedade com suas imagens distanciadas da realidade, ao viver na condição do alheamento, o ser humano pode tomar a cópia pelo real, ou melhor, a falsificação faz desaparecer aquilo que é o verdadeiro, o autêntico, na vida individual e coletiva das pessoas.

Dessa maneira, motivado pelas transformações dos costumes e embalado pelas novidades mercadológicas que surgem, no dia a dia, o corpo feminino segue se movimentando em torno das suas próprias idiossincrasias. Ao caminhar conscientes da sua autonomia, prossegue no sentido de não reduzir às tantas descobertas a um movimento vulgarizado e comercializado, tão comum à contemporaneidade; mas, ao viver o espetáculo integrado, ele se insere como organização social fetichizada e circula, por entre a sua história, denotando uma perturbação própria tão bem instalada, nos tempos atuais. Tal distanciamento tem no seu estilo a separação do indivíduo com a sua real condição de existência, de modo que, consoante Debord (1997, p. 110), “o mundo já possui o sonho de um tempo. Para vivê-lo de fato, deve agora possuir consciência dele”.

Ao lado das novidades, descortinadas no século atual, muitas questões são suscitadas, cobrindo e descobrindo o corpo da mulher. São tempos que se embaralham entre a nudez e as burcas; a virgindade vendida e as genitálias expostas; o silêncio e a violência; o hedonismo e a anedonia. Mostrar ou não mostrar, essa é a proposta das sociedades ocidentais, sob a égide do espetáculo. O cobrir e o descobrir o velar e o revelar. Mas, o que existe, de fato, entre tais contrastes? São os dois lados da intolerância, do pudor, da pornografia? Volto, com essas interpelações, à pergunta: de quem é o corpo, afinal?

Quando nomeio um corpo sexuado e digo que esse corpo é de uma “mulher”, adoto certos atributos sociais a ele vinculados. Falo de um elemento possuidor de vontade, de autonomia, de consciência de si, mas, vejo também como um objeto vulnerável às violências físicas e simbólicas, porquanto vem, ao longo dos anos, sofrendo as coerções sociais que determinam as regras de conduta elaboradas, com relação ao seu comportamento.

As verdades históricas que criaram um destino biológico para a mulher continuam, de certa forma, atuantes e ancoradas no sexo biológico, trazendo à mostra a construção da diferença sexual como premissa binária, eixo que define uma identidade modelada pela cultura e pelo social. A imagem e os sentidos que recaem sobre esse singular corpo propõem uma reflexão tanto da sua nudez quanto do pudor e do acobertamento corporal.

A distância entre esses dois mundos tem levado a um debate muito constante, na atualidade: onde começa e onde termina a opressão feminina no que se refere ao modo de exhibir seu corpo? Entra em cena mais uma dúvida, advinda de um olhar estrangeiro: as mulheres muçulmanas se sentem oprimidas por não terem a liberdade de exibirem seus corpos? E as mulheres ocidentais, no caso as brasileiras, por não sofrerem tal proibição, se tornaram objetos sexuais? Como se elevar para responder tais questões?

Decompondo, por ora, um estudo sobre o corpo feminino e, levando em conta a força do consumo e do capital, um pressuposto relevante surge no caminho, constituindo-se em mais razões para refletir o que entendo por emancipação e subordinação. É nesse patamar que o pensamento de Valadares (2007), se evidencia. Como os autores, elencados neste capítulo, ela também declina tanto sobre os ditames da alienação consumista quanto com relação à questão da exploração-dominação, relacionada à categoria mulher. Ao enredar as mulheres nas armadilhas das “coisas”, sedutoras e alheias à sua realidade, a exemplo da sociedade do espetáculo de Debord (1997), a autora nos faz atentar para o conceito de radicalidade. Em análises desse porte, a ideia de “radicalidade”, sugerida pela autora, tem um valor relevante, isso é, é preciso ir até as raízes para compreender os fatos sociais e relacioná-los à condição

humana. Desde já chamo a atenção para a importância da inserção deste conceito. Por assim considerar, ele retornará em outras partes desta tese.

Ao analisar, a condição real do feminismo, admitia que, independentemente da positividade dos importantes avanços alcançados, era necessário ir além, em busca da verdadeira emancipação, visto que a mulher continuava sendo propriedade do homem. Nessa visão, a luta do ser feminino por sua libertação, está entrelaçada às lutas em prol de um novo modelo de sociedade. Tal modelo, deve se pautar, na sua estruturação, pela ideia de que todos os seus componentes merecem ser assistidos de forma igualitária. Por conta dessas ideias, Valadares (2007, p. 40) se expressava, não somente na defesa das ideias marxistas, mas, igualmente com sua visão feminista, no que concerne à liberdade da mulher.

O marxismo não ignora a opressão de sexos por “embuti-la” em meio a fatores econômicos que seriam os únicos a determiná-la diretamente. Entende-a, isto sim, entrelaçada com o processo de desenvolvimento da história que, em última instância, é determinado pela produção e a reprodução da vida real. Ao analisar o processo de produção e reprodução da vida real, desde as primeiras obras, Marx e Engels dedicaram explícita atenção às raízes da opressão da mulher e sua relação com a própria origem da exploração e opressão social. Nem uma só vez disseram que a opressão da mulher era coisa secundária, que não necessitava ser analisada e indicadas as formas de luta para a sua superação.

Esses pressupostos aqui delineados e atrelados à teoria da alienação têm o seu sentido. Eles não apenas traduzem apenas as ideias marxistas, embutidas nas consequências maléficas do uso exasperado e indiscriminado da mercadoria, mas, da mesma maneira, leva à compreensão de que é possível lançar mão deles para construir uma noção de sociedades mais justas, baseadas em uma teoria mais abrangente aos diferentes problemas sociais. Com essas noções, tenho a esperança de que, o alheamento, as hierarquias e as assimetrias, não encontrem espaços, nos variados âmbitos das relações entre os seres humanos e, que assim, a emancipação possa se instalar, sem medos ou rodeios, na vida do feminino, independentemente da ideologia.

Como enfatiza Saffioti (2000), a lealdade a uma teoria deve estar pautada nas suas premissas e não, “necessariamente, com todos os seus achados”. Portanto, é diante de uma postura crítica que se pode avaliar, sem radicalismo, as proposições. Ao prosseguir com esse entendimento, é necessário tornar o não manifesto em manifesto, isto é, transformar a invisibilidade histórica do feminino, ainda presente em várias situações no contexto de gênero. Tomam-se como exemplo a economia do cuidado doméstico cuja responsabilidade, estabelecida e cristalizada, ao longo dos tempos, recai sobre essa categoria, mesmo diante das

conquistas alcançadas; o redimensionamento da questão da defasagem salarial entre os sexos, que, mesmo em tempos de lutas, pela simetria entre eles, continua privilegiando o masculino; a luta contra a violência de gênero que, não apenas normatiza e legisla a sexualidade feminina, mas, igualmente a espetaculariza, na dominação do corpo; enfim, a sujeição à lei do mais forte, a qual pode se estruturar com a cumplicidade ou não dessas protagonistas, dentre outras condições que estão expostas, ao longo da tese.

Deve-se, pois, vincular essa invisibilidade às lutas emancipatórias sociais, nas quais não somente o sexo, mas, também a classe, a raça, o gênero, sejam, com igual intensidade, motivo de diálogos e ações.

Por conseguinte, na convergência das ideias, se, por um lado a tese não prioriza o essencialismo e a vitimização, que ainda circulam em torno do feminino, por outro lado, tampouco deixará de investir no entendimento de que “até o momento, portanto, as vitórias feministas não extrapolaram os limites impostos pelo modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p.5).

Todos esses pressupostos me conduzem a ideia de que, para falar em emancipação não é possível excluir os embates que constituem essas assimetrias. Portanto, o conceito de autonomia remete ao conceito de alteridade. Diante dessa compreensão, a tão propagada emancipação feminina somente pode ser conquistada, na sua totalidade, quando as relações se pautarem em um comportamento no qual o Eu e o Outro, estiverem presentes, em formas de comportamentos e ações, nas relações partilhadas entre os seres humanos. Esta é uma ideia longínqua, haja vista que a prática da subordinação está amparada na exploração e na opressão social, condições presentes nas sociedades ocidentais, as quais deixam a porta aberta tanto para a violência física, quanto para a violência institucional e simbólica dos corpos. São fatos que mantêm forte relação com a questão da emancipação e subordinação.

Por isso que, nesta parte da tese, retorno e me atenho à violência simbólica, já que no âmbito dela o corpo feminino, muitas vezes, estrutura as suas vivências e experimentações. Tal conceito, elaborado por Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2002), pensadores franceses do século XX, descreve as relações de dominação que ocorrem entre os indivíduos ou entre grupos sociais na qual não está presente a coerção física. Essa condição se instala de modo invisível para as suas próprias vítimas e é um tipo de violência que, em parte, é exercida com o consentimento da pessoa ou do grupo social que sofre as sanções imputadas pelo elemento dominador, isto é, as diferentes instituições sociais como a Escola, a Família, a Igreja, o Estado e outros campos, a exemplo das várias instâncias midiáticas e comunicativas. São espaços que,

com os seus poderes, criam e recriam representações que reproduzem não somente as imagens, mas, da mesma forma, influenciam sentimentos e crenças.

Sua aplicação se dá, sobretudo, pela atuação das forças culturais que estruturam normas para o mundo social no qual o indivíduo se insere. Logo, sendo ela uma lógica de dominação que, comumente, se movimenta em torno de uma simbiose entre o dominado e o dominador, se traduz em uma atitude que se desenrola em torno de regras e condutas simbólicas, instituindo um estilo de vida, um modo de se relacionar, de agir e até mesmo de pensar. São vias simbólicas que se apresentam sobre as formas de “comunicação e conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância do sentimento” (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBOREDON 2002, p. 8). Como essa situação não se institui aleatoriamente, e sim pela concordância do dominado ao dominador, essa relação passa a ser vista como natural, habitual, minando a autoestima do sujeito que, por ela oprimido, passa a desprezar a si próprio, sem encontrar as saídas necessárias para reagir à dominação a ele estabelecida.

Os pressupostos marxistas vinculados à emancipação e à subordinação, com base na alienação do indivíduo, se unem, aqui, à ideia da violência simbólica, sendo que tais condições incidem na “eternização do arbitrário” (BOURDIEU, 2011, p. 5) nas relações entre os sexos. Ademais, entendo que os princípios de visão e de divisão que os sujeitos assumem, nos seus espaços sociais, são sistematizados e apreendidos constituindo aquilo que o autor conceitua como *habitus*, conceito exposto no segundo capítulo, capítulo. São regras morais que podem estabelecer as práticas de vida de cada pessoa ou de cada grupo e os esquemas classificatórios, nos quais estão instituídas as diferenças entre o que é bom e o que não é bom, ou mesmo, o que é elegante ou o que é vulgar.

Todas essas noções nos dão a ideia de quão complexo é o tema discutido, pois, tais visões não têm o mesmo significado para todas as pessoas, isto é, não são apreendidas ou vistas da mesma forma, até mesmo, pelos indivíduos de um mesmo grupo. No entanto, seja como for, elas não estão isoladas do contexto social; muito pelo contrário, são representações que reproduzem criam e indicam e/ou ordenam valores. Por conseguinte, a violência simbólica, com seus *habitus*, ao se estabelecerem no seio das representações imagéticas corporais, categorizam o objeto e o sujeito, estabelecendo conceitos, a depender da visão de cada pessoa, daquilo que se fixa como liberdade ou opressão.

Nesse sentido, é preciso analisar as estruturas sociais, determinadas entre as objetividades e as subjetividades do corpo feminino, já que é nelas que tanto as emancipações quanto as subordinações se mantêm em permanentes atividades.

É nesse percurso que a violência simbólica pode penetrar no corpo das categorias dominadas, a exemplo das mulheres, das crianças, dos idosos, dos diferentes, etc., fornecendo esboços classificatórios e os legitimando, socialmente, conforme o grau de hierarquia no qual o indivíduo está situado. São contextos que, de acordo com a direção, estabelecem a diferença, já que por um lado, ao compactuar com as forças dominantes, eles dão espaços à violência de gênero; mas, por outro lado, ao resistir ao perverso processo de dominação-exploração (BOURDIEU, 2010; SAFFIOTI, 2001), eles se colocam como um espaço de resistência, dando lugar a uma ideologia na qual a concepção relacional do corpo pode se aprofundar, possibilitando ao indivíduo o poder de regular a sua vida, levando em consideração seus desejos e suas crenças.

As violações do corpo feminino – os estupros em massa ou não; as virgindades retaliadas e vendidas, com ou sem o consentimento das atrizes sociais; o corpo mastectomizado, alijado da sua sexualidade e da sua feminilidade; o flagelado e aidético; o da criança e fêmeas negras e pobres; da feminista, “vadia” ou não, ainda carregando, historicamente, as suas bandeiras; do rebelde tatuado; o indignado das caras pintadas; o liberto e o condenado; o desnudo e o vestido, o pudico e o pornográfico; o do “dito e o do não dito” das subjetividades, entre outras condições – mostram que, enquanto persistirem a dominação e a domesticação do referido objeto, tanto física quanto simbolicamente, pela força ou pelo consentimento, o mundo está muito longe de se posicionar com um projeto humanístico, que acene para a tão propalada emancipação.

Por tudo isso, ou por todos esses corpos, é que os orifícios de conexões do dito elemento com o mundo, pressupostos anunciados e defendidos por Harvey (2012), são condições reais que se interpõem entre o sujeito e a sociedade, situando-o no âmbito biológico, físico, assim como no espaço cultural e simbólico. Por se tratar de um arquivo vivo, vê-se que, tanto a violência física, quanto a institucional e simbólica transitaram, em todo tempo histórico, em torno do corpo feminino, revelando ou escondendo as suas subjetividades.

Nesse particular, Sant’Anna, (2006, p. 3) admite que “o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida”. Assim situado, ele é pretérito na sua genética e futuro na sua modelagem, haja vista as suas maleabilidades. Nessa perspectiva, não se tem um futuro eterno, talvez, daí advenham às dificuldades que o ser humano tem em aceitar a perecibilidade do corpo, com seus limites desejáveis e indesejáveis.

Como são muitos os questionamentos, é provável que tudo isso esteja conectado aos “problemas retorcidos” (RITTEL; WEBBER, 1973) e se configure como uma espécie de compulsão, conduzindo os seres humanos às ilusões advindas da biotecnologia, do consumo, da ilusão da mercadoria, induzindo o sujeito a uma cultura de crescente desaparecimento da individualidade original, marcada pela sua biografia.

A noção de “problemas retorcidos”, delineada por esses dois autores, é aqui descrita, no intuito de vincular tais ideias ao tema ora defendido. Ela versa sobre os dilemas existentes em uma teoria geral do Planejamento e se enquadra na visão de que a sociedade moderna tem tido, quase sempre, um posicionamento plural para tolerar certas situações impostas artificialmente. Prosseguem com os seus pensamentos, sugerindo que os problemas matemáticos são relativamente fáceis de serem resolvidos, mas que o mesmo não acontece com os problemas sociais da atualidade. Explicam a assertiva, manifestando que estes dependem de políticas públicas, ou melhor, de critérios políticos, nos quais a maioria das questões são “*torcidas*,” isto é, “*perversas*”.

Para os teóricos, as questões sociais nunca se solucionam e, nos melhores casos, elas se resolvem uma em cada vez. Defendem que, planejar ações implica ter uma atitude de consenso e, ao mesmo tempo, se voltar para uma nova reflexão sobre as variadas causas e os vários caminhos que podem levar à solução. Nessa perspectiva, é preciso que se desenhem novas ações para se chegar a novas metas. Não há mais espaço para a ingenuidade e, em seu lugar, nasce uma nova concepção da história futura. Com esse olhar, viabilizam-se novas formas de desenvolver as capacidades intelectuais e criativas do sujeito social.

Nota-se que as diferentes ações de planejamento indicam movimentos os quais podem estar motivados por uma busca comum, contudo, todos eles têm estilos particulares e peculiares. Os propósitos devem ser claros, os problemas redefinidos, as prioridades reordenadas, no sentido de ajustá-las aos objetivos estabelecidos. Essa teoria deixa claro que os problemas enfrentados pelos planejadores, ou seja, os problemas sociais, são diferentes daqueles de que tratam os cientistas e os engenheiros. Por isso é que consideram os problemas de planejamento como “retorcidos, enredados, rebeldes, manhosos, isto é, *wicked*”²³ (RITTEL; WEBBER, 1973, p.170).

Levando em conta as ideias dos dois pesquisadores, as vinculo à inquietude que incide sobre a corporeidade humana, nos dias atuais. Tal angústia pode ser um sintoma de outro

²³ O vocábulo *wicked* significa, na língua inglesa, malvado, perverso. (Tradução livre da pesquisadora).

problema, e este tem um grande número de explicações. É provável que a categoria mulher, a depender do modo como compreenda a sua existência, pode torcer ou mesmo retorcer os fatos, adulterando-os e se afastando da real dimensão do que é viver o prazer advindo do corpo. Vê-se que tal objeto, sempre, está incluso nas representações e no imaginário do espelho social.

Em um estudo que, dentre outros temas, aborda, essencialmente o corpo feminino, seus modelos e suas idiossincrasias, a valorização de um determinado padrão de beleza e forma física pode estar enquadrada nos “problemas retorcidos enredados e rebeldes”, apregoados pelos autores acima citados. Essas colocações corroboram com a trajetória escolhida para a concepção da tese, pois, como aqui já foi dito, o que distingue o método maiêutico (base metodológica da pesquisa em questão) são as interpelações e as reflexões delas advindas. São condições que se manterão presentes ao longo de todo o seu percurso, e essas intervenções ou questionamentos, no caso do assunto investigado, se enquadram em questões de difíceis soluções, porquanto, enredadas em esquemas de percepção e de ação que constituem os *habitus*. Como estes, muitas vezes, estão aquém do controle dos seres humanos, se expressam, em nosso corpo, em forma de sentimentos, aptidões ou mesmo de dever e de culpa.

Contudo, os referidos autores, advertem que não existe uma formulação para os problemas retorcidos, visto que todas as informações necessárias para a sua dedução estão na dependência do domínio que cada um tem do seu problema e de como solucioná-lo. Em outras palavras: todas as perguntas que são enunciadas para obter as informações dependem da percepção que cada pessoa tem do seu problema e da resolução deste em um determinado momento. O entendimento e a resolução da difícil situação são questões concomitantes.

São ideias que corroboram com esta tese, visto que, se a controvérsia está na imagem, é notório que, em se falando do feminino, um mercado em crescimento acelerado renova, no dia a dia, a valorização da aparência sob a anuência da sedução. Os últimos produtos lançados pela indústria da moda são destinados, segundo Le Breton (2009, p. 78), “a fornecer a ‘morada’ na qual o ator social toma conta do que demonstra dele mesmo como se fosse um cartão de visita”. Em vista desse pensamento, é de grande valia realçar que a existência efêmera das aparências e as estruturas simbólicas que cercam o objeto estão modeladas pelas relações sociais que se inscrevem na história pessoal de cada sujeito.

Como o caminho é dúbio e repleto de atalhos, consoante com a ideia marxista da alienação, deduzo que o caráter alienado de certas representações imagéticas, do mundo contemporâneo, subordina o objeto e domina o sujeito aos poderes mágicos, fetichistas, emanados pela “coisa”. Por isso que, Marx (1985, p. 70), ao se referir a tal fetichismo já dizia

que, à primeira vista, a mercadoria se apresenta como uma “coisa trivial, evidente”, mas à proporção que é analisada, vê-se que essa “coisa” é complicada, cheia de sutilezas “metafísicas e manhas teológicas”. Diante desses pensamentos, é preciso deixar de lado o caráter alienador da mercadoria para que se possa exercitar, de fato, o almejado encontro do eu com o Outro e, nessa união, cada indivíduo possa exercer a liberdade das suas escolhas. São ações que possibilitam a existência do sujeito e da sua produção, seja ela qual for, sem exploração ou dominação. Dessa forma, o indivíduo adquire uma importância social, emancipatória. Nesse “espaço de esperança” (HARVEY, 2012) é que se situa a emancipação.

A realidade vivida aponta para as diversas mudanças nas questões corporais. Na atualidade, nada é negado, tudo pode ser incluído na ordem das experiências, até mesmo as científicas; entretanto, tudo é veementemente questionado nos embates entre as ideias conservadoras e as contemporâneas. São vários os modelos que vêm se agregando aos diversificados estilos imagísticos, compondo as hibridizações. O bonito e o feio, o “moderno”, ou o *in*, considerado como dentro da moda ou o “antigo” ou o *out*, julgado fora dos padrões da moda. Todas essas são condições e contradições que perpassam o tempo histórico. Na contemporaneidade, tudo isso se revela em um corpo fractal, que se movimenta em formatos variados de comunicação, na qual as representações se evidenciam e se destacam nas relações humanas. “O movimento inconsciente do tempo se manifesta e se torna *verdadeiro* na consciência histórica” (DEBORD, 1997, p. 87).

Ao posicionar o corpo feminino como um espaço de valores e de significações, no qual tanto a liberdade quanto a submissão se evidenciam, deduzo que tal situação não é um incomum. Sem considerar a cronologia dos fatos, e, a título de referência, alguns exemplos dessa premissa foram manifestados nos discursos de muitos autores, em tempos históricos e áreas do conhecimento diferentes. Senão vejamos: desde a Antiguidade Grega, a ideia do corpo se traduzia em considerar o elemento como a “medida de todas as coisas”. Era, por intermédio dele, com os seus sentidos e com a mente, que o sujeito percebia a essência das coisas e as realidades do mundo. Essa percepção podia levar a pessoa a uma vida harmoniosa, organizada; já a filosofia cartesiana²⁴ o comparou a uma máquina que podia funcionar, independentemente,

²⁴ Método aplicado pelo filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650), fazia a distinção entre corpo e mente defendendo que a matéria era uma realidade separada da atividade da mente. Com esses pressupostos, considerava que a mente estava separada do corpo físico, já que o corpo humano era uma máquina que podia funcionar sem o auxílio dela. Descartes revolucionou a filosofia e as suas ideias passaram a ser consideradas como a raiz do pensamento moderno. Para ele, o conhecimento se daria por intermédio do pensamento lógico, racional que instituiu a *Dúvida Metódica*. Esta deveria ser rigorosa e usada como um caminho para o conhecimento. Esse método foi o objeto da sua obra mais conhecida e intitulada como “O Discurso do Método”.

ou não, da mente; logo, diferentemente dos gregos, o corpo cartesiano era um objeto sem muita importância, já que a mente era responsável pelos sentidos e pelas ações das pessoas, isto é, pelo pensar e pelo existir dos indivíduos. Nessa forma de entender, os corpos estavam submissos à mente e compreendido como um instrumento inferior a esta. No final do século XIX e já iniciando o Século XX, a Psicanálise fez da linguagem o seu privilegiado *locus* no entendimento das representações corporais. Do recalque às representações, o objeto foi exposto, socialmente, ao colocar o corpo doente e excluído da mulher histérica, nas pautas das discussões científicas. Desenvolviam as complexas relações advindas da fala e das imagens, personificadas entre o psíquico e o corpo somático (FREUD, 1996) ²⁵. Na escuta das históricas o conceito do inconsciente emergiu e nele, o desejo sexual reprimido, se fez presente na ordem do feminino. Nessa fase, o ego era, antes de qualquer coisa, uma instância corporal. Nesse movimento dual, as evidências das subjetividades no corpo feminino, ora eram desconsideradas, ora eram identificadas como patológicas, porquanto, registradas nas somatizações das doenças, das neuroses, enfim.

Nos anos de 1950, o sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (2003, p. 401) ao analisar as técnicas do corpo, mencionava que essa expressão era, por ele entendida, o modo pelo qual o ser humano, “de sociedade a sociedade” e de forma conservadora, sabia “servir-se de seu corpo”. A análise de Mauss defende que, desde sempre, diferenciadas técnicas sociais intervêm sobre o corpo humano no sentido de transformá-lo. Essas ideias conduzem ao entendimento de que o corpo se situa como uma construção social, representada por técnicas que se perpetuam de cultura em cultura, ao longo do tempo. Outrossim, se as técnicas mudam o corpo humano, também, as acompanham. É dessa maneira que os limites e as incontáveis possibilidades de transmutações fascinam o imaginário contemporâneo, diante desses tempos tecnológicos, contudo, paradoxais. Talvez, por isso, cada vez mais, se multipliquem os interesses em definir as suas fronteiras.

Le Breton (2009, p.87), na sua sociologia contemporânea, ao mencionar as ambiguidades do corpo e o véu das representações que o envolve, considera que o ser humano somente será emancipado “quando qualquer preocupação com o corpo tiver desaparecido”. Prossegue com os seus pressupostos defendendo que o ponto de análise dessa preocupação recai na ocultação da realidade do objeto e no destino que as sociedades vêm impondo a ele. Qualquer ideia fixa com relação à aparência pode ser motivo de subordinação.

²⁵ Abordaremos a importância dos estudos de Freud, oportunamente, ainda neste terceiro capítulo.

Logo, o corpo da pessoa idosa, do moribundo, do deficiente ou do desabilitado, dentre outros, não classificados pelas instâncias da perfeição, trazem à tona o medo da comparação e da irrealdade, porquanto, a visão do corpo do “outro” embota a visão do meu próprio corpo. Nesse contexto se institui, igualmente, o medo com o envelhecer. “O velho já não é sua história, já não é sujeito, mas um corpo desfeito, cuja higiene e sobrevivência é preciso cuidar” (LE BRETON, 2011, p. 225).

Vê-se que a consciência do corpo muda e se transforma dentro de uma multiplicidade de registros e de experiências corporais que podem se situar em uma determinada desconexão com o mundo, por conta dos infortúnios comuns à condição humana, a exemplo das doenças, dos preconceitos, das discriminações.

Observa-se que os dois vocábulo aqui estudados têm a sua vinculação na história do corpo, marcadamente nesta tese, no corpo feminino. Isso porque, tal objeto, ao longo dos anos, sempre se atrelou aos poderes e saberes sociais. Da Medicina Higienista à Igreja, do Estado ao Direito, tais poderes, essencialmente na contemporaneidade, se ampliaram recaindo nos âmbitos das tecnologias e das comunicações midiáticas. Entretanto, se posicionando como elemento contestador, o corpo feminino, mesmo no passado, submetido a tais instâncias, mostrou a sua rebeldia subvertendo as ordens e as normas impostas pelas agências normatizadoras.²⁶

Ademais, se o corpo sempre foi o reflexo das diferentes e múltiplas mudanças e das pressões sociais estabelecidas, deduz-se que tanto a emancipação quanto a subordinação estão relacionadas às crenças e valores das diferentes sociedades, e isso não mudou, ao longo dos anos. Daí a importância de entender quão simbólicos é o objeto, inserido tanto na instância individual, quanto coletiva.

Percebo, diante dessa explanação, o quão difícil é falar em emancipação, autonomia e/ou liberdade, sem que haja um pacto coletivo, no qual as escolhas sejam acatas, socialmente. Como tais acordos estão, ainda, longe de serem entendidos pelas sociedades contemporâneas, as predileções, quando fogem à normatização social, ficam comumente estigmatizadas. “*Mutatis mutantes*”, embora a globalização tenha produzido processos e produtos inovadores, fato que não

²⁶ Desenvolvido mais adiante neste capítulo, esse tema, mostra o quão arriscado e trabalhoso é realizar uma história do corpo. Nos dias atuais, as representações corporais buscam novas formas iconográficas, e estas se renovam, continuamente, tanto nas expressões artísticas, de um modo geral, quanto no cotidiano dos sujeitos sociais. Entretanto, as mesmas instâncias as quais, no passado, regulavam o objeto, continuam, no presente, o examinando minuciosamente e, igualmente, o desorganizando, ao tempo em que também o restabelece, possibilitando ao elemento prosseguir com seus significados e suas significações.

pode ser desconhecido ou desconsiderado, “a lógica da dominação - exploração entre países e entre classes sociais, nos limites de cada nação continua a mesma” (SAFFIOTI, 2004, p. 15).

Vejo como relevante revisitar as ideias de Debord (1997). Nelas estão manifestas a sua indignação com relação às representações fetichizadas da mercadoria e a alienação que daí se origina. Em uma crítica elaborada aos ditames tirânicos de certa parcela da mídia, defende que essas instâncias sociais compactuam com o visível “espetáculo integrado” inseridos nas sociedades que se estruturam, de modo contínuo e desenfreado, em torno da falsificação e do embuste, dos tempos atuais. O espetáculo se integrou à realidade, de tal forma que já não se parece tão estranha a essa. Tal condição perpassa as diferenciadas instâncias, da política à midiática, da genética à tecnológica, das ciências às artes, da economia à cultura e assim por diante. “O Devir-mundo da falsificação era também o devir falsificação do mundo” (DEBORD, 1997, p. 173). É o espetáculo se situando como uma organização social que, com as suas técnicas de normatizações, percorrem caminhos históricos, mas, sempre trazendo consigo um empobrecimento e um alheamento, próprios dos tempos presentes. Todos esses são fatos impressos nessa era “hipermoderna,” (LIPOVETSKY, 2004), produzindo, ao mesmo tempo, a emancipação e a sujeição, a ordem e a subversão, a objetivação e a subjetivação, a liberdade e a repressão.

Tudo isso me leva a apreender como são problemáticas as representações corporais do feminino, situado no fetichismo global e mediado pelo poder dizimador e alienante do capital. Tal força pode exercer uma ação predadora, na psique humana, se esta a ela não estiver atenta. Esse fogo destrutivo faz com que o sujeito se alimente das propagandas enganosas, das filosofias por atacado, das representações impostas coletivamente, incluindo aí, até mesmo, aquelas de natureza patológicas, coercitivas, que normatizam comportamentos e valores. Logo, todos esses são motivos que dificultam falar de emancipação, diante dos corpos escravizados pelo fetiche magnético do espetáculo da mercadoria.

Se as diferenças e as similitudes existentes entre as diversas sociedades a cerca desse objeto, tanto no espaço quanto no tempo, seguem construindo imagens na dependência do produto que cada sociedade produz, culturalmente, nas sociedades ocidentais, da atualidade, têm sido frequentes considerar o corpo humano – particularmente o corpo da mulher - como objeto fragmentado, pensado e estudado de acordo com as suas diferentes partes ou órgãos. Assim sendo, ele pode ser manipulado, transplantado, removido, construído e desconstruído e passa a fornecer uma gama de símbolos os quais são incorporados pelo sujeito, nas suas vivências cotidianas. Cria-

se o hábito e este pode vir no bojo dos comportamentos obsessivos. É o corpo da subordinação, tão comum no universo humano, na contemporaneidade dos extremos.

É com tal posicionamento que Debord (1997), ao analisar os arroubos do fetichismo, com base nas sociedades espetacularizadas, moderniza e atualiza a ideia marxista da mercadoria, trazendo, para a contemporaneidade, as expressões imagéticas, que, na maioria das vezes, foram elaboradas por um conjunto de leis e normas comumente construídas e escolhidas pelo Outro. Defende que o espetáculo substitui ou mesmo se comporta como um sucessor do fetichismo religioso, que, igualmente, aliena e subordina o sujeito com seus dogmas canônicos. Tal comportamento anula o poder e/ou a estima que o indivíduo tem sobre si mesmo, prejudicando-o nas suas escolhas e nos acontecimentos que regem a sua própria vida. Por conta dessas ideias, vai mais além, afirmando que, nos dias atuais, a veneração do sujeito pela mercadoria é de tal ordem que esta se incumbe dos lazes e dos prazeres da humanidade. “Todo o trabalho vendido de uma sociedade se torna globalmente *a mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir” (DEBORD, 1997, p. 31).

Com tal premissa, percebo como as imagens espetacularizadas e veiculadas pelos diversos meios midiáticos, podem seguir essa direção. O indivíduo passa a consumir ilusões e a mercadoria com o seu capital, assume esse papel artificial, falso, ilusório. Parafraseando Debord (1997) já que nas suas ideias me subsidio, se a mercadoria é a ilusão verdadeira, o espetáculo passa a ser a sua manifestação global.

Uma assertiva aqui toma corpo, ou seja, é complexo lidar com o paradoxo existente entre as conquistas (emancipação) e o espetáculo (subordinação), pois, é nessa ambiguidade de perspectivas que o corpo feminino se configura como o mais desejado e o mais belo objeto de consumo, isto é, ele se torna produto a ser consumido, dentre tantos outros. Esses resultados se estabelecem com fisionomias idealizadas que priorizam, sobremaneira, o que vem do exterior. Torna-se, objeto exposto aos julgamentos sociais, sendo, cada vez mais sujeito a constrangimentos. Ele não pode fraquejar em frente as suas diferenciadas performances. Porém, as suas construções não emergem somente da esfera externa, visto que nesse território, também se localizam os prazeres e as dores. Talvez, diante desse entendimento, o corpo da mulher seja, de fato seu corpo, e não objeto que se esconde por trás dos disfarces e dos artifícios. Ele é antes de tudo uma coisa, mas ao mesmo tempo é “uma coisa que é minha, ou antes, que eu sou” (PARISOLI, 2004, p. 14).

Por conseguinte, são várias, as formatações corporais e, as verdades e os mitos que nelas se entrelaçam, continuamente, produzem diferentes sentidos acerca das subjetividades e

da sexualidade do corpo feminino. As direções se renovam, mas, ao mesmo tempo, permanecem retidas nas teias do arbítrio, da dominação.

São muitas as estratégias que vêm sendo utilizadas, principalmente nos discursos publicitários, enfatizando o fetichismo e a sedução, quando o tema é o “corpo ideal”. A espetacularização social é uma “permanente Guerra do Ópio para fazer com que se aceite identificar bens a mercadorias; e conseguir que a satisfação com a sobrevivência aumente de acordo com as leis do próprio espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 32).

Percebe-se que são tantas as formas e as definições com relação ao objeto, que para a completa tradução ou compreensão – se é que isso é possível – necessário se faz um aprofundamento mais completo das culturas nele materializadas.

Sabe-se que, a valorização da perfeição corporal do feminino não é um fato do presente. Um passeio pela história nos mostra que, já no final da época vitoriana, muitas pessoas que tinham o privilégio de acesso a uma boa alimentação começaram a privar-se dela em busca de um ideal estético. Esse contexto possibilitou o surgimento tanto da tirania da magreza quanto a submissão do corpo a uma disciplina rígida. Como um fato social, ele se fixou, independentemente das consequências a que esse comportamento poderia levar.

Os regimes alimentares sempre tiveram o seu lugar nas sociedades. Porém, foi no século XX que o controle do corpo, advindo da ação fiscalizadora na ordem da alimentação, começou a ser visto como um fato legítimo e comum que proporcionava, ao indivíduo, não apenas uma ascensão social, mas igualmente uma ascensão moral.

Vê-se o quão difícil é um posicionamento, já que tento me afastar dos ajuizamentos os quais, invariavelmente, permeiam o tema. Contudo, endossando a base de abordagem de Debord (1997, p. 18), se a mercadoria é a mola mestre do fetiche e da ilusão da realidade, houve, de fato, uma degradação do “*ser para o ter*”. Seguindo tal pensamento, e pautada na vida social tomada pelo espetáculo integrado – social econômico, cultural, midiático e científico, entre outras tantas instâncias –, há “um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*”. Todas essas situações fazem parte do corpo como entidade domada, comercializada, docilizada, indocilizada e imersa nas sociedades consumistas e fetichizadas, da atualidade.

Revisito os pensamentos junguianos, e vejo a pertinência em lembrar o arquétipo da *persona*, ou seja, um recorte ou uma máscara de que o ser humano necessita para o convívio social. Tal elemento, descrito no primeiro capítulo, se mostra como uma proteção, um amparo, uma necessidade arquetípica, que auxilia o indivíduo a se adaptar socialmente. É bom enfatizar

que tal figura primordial, ao se enrijecer, possibilita uma identificação do sujeito com esse disfarce, levando-o a uma vida irreal, na qual a aparência mantém, quase sempre, a primazia sobre a sua verdade ou a sua essência. São condutas que se baseiam na contemplação passiva dos acontecimentos, e dessa forma, não há reflexão, já que o irrealismo aí se instala. O sujeito, ao invés de viver a sua vida, se concentra na vida do outro e nela se identifica, lançando mão, de modo habitual, dos mais variados artifícios atualmente disponíveis. Aí se localiza a instância da sujeição, comumente presente, nos dias atuais.

Logo, a subordinação requer uma adesão ao espetáculo, uma atitude passiva, uma alienação e um empobrecimento do indivíduo o qual, exposto a essa condição ilusória, torna-se um mero espectador da vida do Outro. Dominado pelo poder da produção “*espetaculoísta*” (DEBORD, 1997, p. 17) “o espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. Isso nada mais é do que tomar como parâmetro as ideias marxistas, visto que, na alienação, a pessoa deixa de ser sujeito para se transformar naquele que se sujeita aos canones da mercadoria, da “coisa”, do capital, do dinheiro. É assim que, “assujeitado”, se afasta da condição de “in-divíduo”. Por conseguinte, estruturada e sedimentada no poder da imagem, muitas vezes alienador, a sociedade induz os seus componentes a se afastarem das suas responsabilidades como cidadãos ou cidadãs. A manada prossegue o seu caminho e, ao se estabelecer em uma magia fetichista televisual, a transforma em global, compactuando e se habituando a um *ethos* modelado e padronizado pelas agências normatizadoras.

Esse comportamento se calca em uma instância na qual Baudrillard (2004, p. 14) denomina de “o crime perfeito”, e este desagua na banalização cometida “contra o mundo, contra o corpo, contra o tempo”. Instala-se uma forma de pensar homogeneizada. O autor vai adiante com sua crítica à pasteurização dos costumes e das imagens, admitindo que: “o crime só é de fato perfeito quando consegue apagar os seus próprios traços, para nos fazer esquecer que todos nós somos, ao mesmo tempo, criminosos e vítimas”.

Para abordar esse tópico tão instigante, ambíguo e ameaçador – emancipação e subordinação – penso que é preciso trabalhar, com os pensamentos e as ações pautados na desconstruir da sujeição. Nessa abordagem é possível que possamos transformar tal condição, em uma relação de trocas entre as pessoas. Entendo que estas não se traduzem como pacíficas, mas, essencialmente, nos embates dialógicos que podem levar à conscientização dos paradoxos, e esses se movimentam entre os encantos, diante das conquistas, e os desencantos em frente às permanências e/ou aos retrocessos, nas vivências do feminino.

Se é nas contradições que emergem os significados e com eles os processos de subjetivação/objetivação, as vivências corporais, como ações continuadas, são polissêmicas, plurais, inferindo desde a “normatização” até as transgressões e/ou as subversões, e estas vão de encontro aos inúmeros procedimentos naturalizados, cristalizados. São atitudes que podem conduzir o ser humano, mesmo diante das dificuldades aí instaladas, a uma tomada de posição. Intuo, que é diante do real, isto é, munido daquilo que de fato é seu, que ele pode suportar a carga pesada dos acontecimentos relativos às suas escolhas.

Nesse trânsito entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o indivíduo e o corpo no qual ele habita, as experiências corporais circulam, mais uma vez, entre a emancipação e a sujeição.

Assim, defrontando com esses dois termos – emancipação e sujeição –, é pertinente relembrar o filme *La piel que habito* (*A pele que habito*), do cineasta espanhol Pedro Almodóvar (2011).

Nessa obra, a atitude paradoxal vem da própria ciência. Nela, o protagonista, o cirurgião plástico Dr. Robert Legard (interpretado pelo ator Antônio Bandejas), ao vestir o discurso outorgado pela sua diplomação, se sente no direito de criar um novo corpo, ao seu bel prazer. Com o poder que lhe foi dado pela Medicina, passa a modificar a imagem corporal do outro, de forma real, a partir das suas idealizações. Ao intervir cirurgicamente sobre um corpo por ele escolhido, deu-lhe novas formas e novas funções, transformando-o naquilo que, diante das suas fantasias e referências, corresponderia à imagem, por ele projetada, da “mulher ideal”. Vicente, a sua vítima (interpretado pelo ator Jan Cornet), passa a ser o seu objeto de manipulação e de gozo. Ao perder a sua identidade, assujeita-se ao seu carrasco, tornando-se objeto deste. Nas mãos do médico, e a partir de várias intervenções cirúrgicas e hormonais, ele vê modificado o seu sexo, e agora transformando em uma mulher com todos os adornos e fetiches próprios ao feminino. Com esse proceder, dentre outros questionamentos – que não compete aqui mencionar –, o cineasta evidencia como o poder da ciência, se mal utilizado, pode enclausurar, escravizar e alienar o indivíduo. Foi assim que, na coação física e psíquica, Vicente sacrificou o seu corpo, subordinando-se às excentricidades do seu criador.

O filme segue o seu curso, o qual não é pertinente, ser narrado nos seus pormenores. Enfatiza-se, entretanto, que são muitos os simbolismos presentes na película. O autor põe à mostra os valores morais que, ao se embaraçar com a força exercida pelo poder torturador do Dr. Legard, expõem o quão nulo é o lugar da ética quando o desejo se vincula à violência.

A essas alturas, para prosseguir com a análise, necessário se faz dar sentido ao conceito de força e poder. Nesse particular, os pressupostos de Chauí (1985), dão o tom às essas ideias quando entende o poder como a expressão dos direitos de uma sociedade que não quer ser coagida, ou seja, escravizada. Dessa forma, ele deve ser usado para o bem comum. Com tal pensar é, no uso outorgado do poder, que o ser humano tem a possibilidade de tomar decisões que beneficiem uma coletividade. Emerge daí um espaço de justiça e de criação de direitos iguais para todos. Todavia, no seu bojo está sempre a possibilidade do conflito, de diálogo, de intervenções. Quanto ao conceito de força, a filósofa a vincula à violência e essa exclui a luta, visto que ela aniquila uma das partes envolvidas na ação. “Entenderemos por força, portanto, as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica” (CHAUI, 1985, p. 34-35).

Almodóvar, no seu filme, traz à tona esses dois vocábulos, nos quais está inclusa a necessidade de um pensar mais profundo. O personagem Vicente, ao se calar, torna-se cúmplice, silencia o seu sofrimento – comportamento comum na vida da (o) dominada (o) –, seu corpo não é mais por ele comandado, e passa a ser o desejo abjeto do Outro. Na assimetria da relação hierárquica, isto é, na relação de desigualdade entre ele e o Dr. Legard, a dominação e a exploração estão continuamente presentes. A violência exercida, pela força do algoz, estrutura as ações consentidas pela inércia e supressão da vontade do ser sacrificado e objetivado. No caso exposto, o poder como expressão de direito se esvai, já que ele se confunde com o interesse particular do protagonista.

Portanto, como a pesquisa se volta em analisar os dois conceitos teóricos, no que concerne às conquistas do feminino, isto é, o da emancipação e o da subordinação, as ideias adotadas por Chauí sobre o conceito de poder, força e liberdade devem ser consideradas. Essas definições, conforme a filósofa, estão imbricadas na ideia de liberdade concernente aos pressupostos de Spinoza [1632-1677] visto que o pensador distingue dois tipos de “causalidade ou de relação entre o exterior e o interior”. Existe a causalidade adequada na qual a própria protagonista, ou agente da ação, é causa interna das suas ações e volições, e, de acordo com as suas determinações e desejos, pode manter, dentro da realidade e de forma saudável as relações consigo mesma e com os outros; e a causalidade inadequada, que se situa em um campo no qual o sujeito executa as ações de acordo com as causas advindas das forças externas, e essas definem as suas atitudes, seus comportamentos, independentemente da sua vontade. Portanto, “a liberdade não é, pois, a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUI, 1985, p. 36). Na elucidação sobre

o conceito de liberdade, ainda consoante a autora, esse termo não deve estar vinculado apenas ao ato volitivo do sim ou do não, mas à capacidade de refletir e transformar os dados brutos das nossas vivências, conferindo-lhes novos sentidos.

Liberdade é determinação, insubmissão. Ela se vincula as necessidades reais e vai de encontro ao autoritarismo e as pressões constrangedoras que se movimentam em torno de um corpo feminino, causando implicações psicológicas profundas na vida da pessoa.

Esses pressupostos levam ao entendimento de que ser sujeito é exercitar a autonomia, de modo que as coisas e/ou os outros demais não sejam determinantes daquilo que somos ou daquilo que fazemos. É a não submissão ou sujeição à força ou à violência, impostas pelo consumismo, pela última moda, ou pelo espetáculo social. Enfim, ser sujeito é ter poder sobre si próprio, independentemente do fetichismo sedutor que permeia a vida do ser humano.

A meu ver, essas são conversas que devem ser pensadas e elaboradas no âmbito das diferenciadas disciplinas, em espaços que se entrecruzem, sobretudo, nos quais impere o entendimento do todo e não apenas das partes. Como toda cultura produz certa moral, na qual o bem e o mal, o permitido e o interdito são valores presentes, vê-se a necessidade de conhecer as estruturas nas quais as mulheres estão comprometidas e inseridas, para que se forme um campo de intervenção saudável e estruturante com relação às suas experiências corporais. Contudo, apreendo que, ser sujeito é, sobretudo, dar ouvidos a alteridade, ao eu-outro, ao eu-você.

Introduzo essas ponderações porque elas servirão de fio da meada à questão aqui exposta, visto que o corpo feminino, sob a égide do espetáculo, vem colocando à prova o conceito de autonomia tão desejado pelo feminino e pelo feminismo, ao longo dos anos. Analisa-se, neste estudo, não somente a violência que recai sobre a sua corporeidade, mas, igualmente, as coações que essas protagonistas exercem umas sobre as outras quando na comparação dos corpos. O compositor já dizia: “É que Narciso acha feio o que não é espelho, e à mente apavora o que ainda não é mesmo velho” (VELOSO, 1978).²⁷

Mas, o que o filme do cineasta espanhol, os pressupostos da filósofa e os versos do compositor têm a ver com os corpos das mulheres e com as características que daí se originam?

Talvez a resposta possa estar no fato de que a corporeidade feminina, nunca se debruçou apenas no âmbito do privado – ela é, do mesmo modo, pública. É um instrumento político que vem assumindo as mais variadas conexões, incluindo ou não a cumplicidade com

²⁷ Música intitulada *Sampa*, da autoria do baiano Caetano Emanuel Viana Veloso, composta em 1978. A referida melodia traduz a cidade brasileira de São Paulo, no primeiro olhar dos milhares de imigrantes que chegam por lá.

o espetáculo social. É pelas suas expressões que a autonomia ou a subordinação se exercitam, decifrando, quando possível, o que é real e o que se deseja como o ideal. Essas ações envolvem os movimentos que se passam entre a força e o poder, condições delineadas nos pressupostos da filósofa brasileira e expostas no filme espanhol. Ademais, se os versos do compositor nos levam às questões que abarcam as representações corporais, talvez, seja porque, a ideia do mito venha nos mostrar quão narciso é o ser humano, seja pela imagem que faz de si próprio, ou por aquela vinda do exterior, testemunhando aquilo que gostaria de ser.

Acredito que a conquista da emancipação feminina será real, quando, efetivamente, houver uma consciência, global, de que nada poderá ser mudado enquanto as sujeições aos cânones do capital, estiverem presentes na vida da mulher, transformando o seu corpo em mercadoria, isso é, em uma “coisa” manipulável e comercializável.

Enfim, os argumentos expostos permitem alguns questionamentos: o que é mesmo ser emancipada ou ser subordinada? Será que ser livre é viver como se quer, ou viver com os valores que possam construir uma existência dentro dos parâmetros reais de cada um? Por onde passam esses valores? Pela questão moral? Ética? Corporal? Ou ainda pela tríade obrigatória da beleza, juventude e saúde? E a subordinação, em que *locus* se coloca diante da propalada “revolução sexual” que abalou costumes e hábitos?

3.1 CORPO E HISTÓRIA: MEDICINA E EPISTEMOLOGIA

Jamais o organismo foi tão penetrado antes como vai sê-lo pelas tecnologias de visualização médica, jamais o corpo íntimo, sexuado, conheceu uma superexposição tão obsessiva, jamais as imagens das brutalidades sofridas pelo corpo na guerra e nos campos de concentração tiveram equivalente em nossa cultura visual, jamais os espetáculos de que foi objeto se aproximaram das reviravoltas que a pintura, a fotografia, os cinemas contemporâneos vão trazer à sua imagem (COURTINE, 2008, p.10 -11).

As ideias expostas na citação acima, já denotam as pluralidades e as complexidades nas quais o corpo está mergulhado. Por isso que, neste tópico, tomo como referências os pensamentos de Courtine (2008), com relação à história do corpo e às mutações do olhar, de Le Breton (2009, 2011), com a sociologia e antropologia do corpo, e Laquer (2003) decompondo a ideia do sexo único, advinda da anatomia de Claudius Galeno [130 – 200 d.C]. Contudo, os

pressupostos do corpo somático, inseridos no pensamento freudiano, também estão aqui expostos. Tal corpo, ao revelar a presença do inconsciente atrelado a uma linguagem expressa pela atividade mental, auxiliou o ser humano na descoberta de si mesmo.

Ao se referir ao processo histórico de transformação que se estabeleceu ao longo dos anos, entre o sujeito contemporâneo e o seu corpo, Courtine (2008, p. 7) elabora uma pergunta que merece ser investigada: “A questão é de natureza epistemológica e diz respeito aos fundamentos do próprio projeto: como é que o corpo se tornou, em nossos dias, um objeto de investigação histórica”?

Tal questionamento conduz a uma reflexão de que a epistemologia requer uma análise e, frente a esse entendimento, é preciso inquirir de que maneira os fatos foram registrados, diante do objeto investigado.

Nesse sentido, posicionando a História nas tramas que envolvem tais estudos, não é pretensão dessa pesquisa discorrer sobre esse assunto, considerando-o desde os primórdios da humanidade. Enfatizo, mais uma vez, a necessidade de delimitação do tema e a impossibilidade do esquadramento de toda essa narrativa – até por conta do recorte temporal escolhido –, porquanto esse é um campo prolixo, espinhoso, no qual são muitos os discursos ou as correntes de pensamentos que por aí desaguam. Mas, apesar das dificuldades, algumas observações tornam-se apropriadas para conhecer melhor as mudanças que ocorreram e que estabeleceram as tensões entre os desejos do corpo sexuado e os controles sociais nele exercidos. Essas transformações, de certa forma, na contemporaneidade, estão vinculadas à força exercida pelo domínio do capital que, ao mercantilizar o corpo o transformou em elemento globalizado, por vezes, reduzido a mero artefato “coisificado” e alienado.

Talvez, por conta desse processo, os registros dos fatos não se detenham em limites ou regiões. Em vista dessas ideias, não existem limites ou mesmo fronteiras quando nos referimos à história do corpo, daí a dificuldade de aprofundar na sua entranha.

Desse modo submetido, o corpo feminino é portador de identidades e subjetividades múltiplas, nessa era destinada às representações e às intervenções. Diante de tal compreensão, os pressupostos de Courtine (2008), demonstram como as imagens e os discursos fazem do corpo um objeto de manipulação cultural.

Na prática, tanto as representações quanto as intervenções estão imbricadas nas relações de dominação – econômica, cultural, ideológica, física e psíquica – que coexistem exprimindo os interesses particulares de categorias, ou instâncias sociais, que se pautam no caráter autoritário das condutas. Mais uma vez, em frente a um elemento orgânico, cultural,

subjetivo, carne, sangue e órgãos, as ideias sobre força e poder (CHAUÍ, 1985) fazem sentido para as nossas reflexões.

Os dois grandes conflitos mundiais do passado são exemplos do protagonismo do corpo do ser humano e da “força” exercida sobre ele. Nesse particular, os fatos mostraram que, diante dos fenômenos bélicos, “toda experiência de guerra é, antes de tudo, experiência do corpo” (ROUZEAU, 2008, p. 365). Foram vivências traduzidas não somente em mortes, mas também em torturas físicas e coações psíquicas as quais agiam no sentido de exaurir o objeto, privando-o material e emocionalmente, com a clara intenção de exterminá-lo. Foram acontecimentos que não passaram a distância dos séculos XX e do XXI. Vietnã, Bósnia, Iraque, 11 de Setembro, Síria, entre outros tantos embates da atualidade – a exemplo das últimas barbáries que envolveram os habitantes palestinos da emblemática Faixa de Gaza –, testemunham a onipresença e a força das imagens corporais expostas, aos nossos olhos. Talvez, com as deduções do passado, um olhar crítico para o futuro possa levar o mundo a uma nova história que possibilite estabelecer um cenário mais humano. Percebo que a via para modificar tal trama deve se localizar, sobretudo, no entendimento do uso constante da ética da alteridade, fornecendo um sentido para a vida humana. Tal compreensão situa o existir, se vinculando ao Outro e assumindo a responsabilidade do poder como um bem comum (CHAUÍ, 1985).

Insisto que não interessa a este trabalho a ideia das generalizações dos conceitos, visto que as representações corpóreas, marcadamente do feminino, se diferenciam, estabelecendo variações. E, como são inúmeras as diferenças e as especificidades nelas contidas, não podem ser percebidas de forma isolada.

O corpo, com sua história é, epistemologicamente, um espaço de cultura e, como tal, submete-se às regras originadas por um processo de adestramento, seja para educar ou para reeducar, seja para punir ou para perdoar. Esse caminho não se estabelece apenas pelas palavras, mas, também, nas ações, nos gestuais, nos olhares, nas ambições, nos medos, nos receios, nas técnicas, entre outras tantas condições que desaguam na “carne” do indivíduo. Natureza e cultura se imbricam trazendo à mostra o objeto como um elemento histórico de investigação e discussões.

Se, o percurso científico vem criando e recriando o objeto, com as suas técnicas particulares, os mistérios que o circundam estão presentes desde os tempos mais remotos da humanidade. Considerando esta premissa, seria contraditório afirmar que as representações do corpo do sujeito sejam somente uma leitura médica, científica ou fisiologista, tendo em vista que, no imaginário social, alguns dos conceitos, que não o fisiológico ou o biológico, essencialmente aqueles que envolvem a saúde e a doença, estão vinculados às crendices e a certas práticas, ainda

tão usuais. Se, no passado, as doenças contraídas estavam associadas à maldição, à culpa, e à expiação dos pecados, nos dias atuais, muitas vezes, dessa maneira são entendidas.

Aqui cabe uma observação, no sentido de lembrar que, nesse particular, a culpa se impõe, em torno dos infortúnios que recaem sobre os corpos. Na contemporaneidade, as ciências, de um modo geral, têm as devidas explicações para as doenças, contudo, tem sido comum, em frente a uma concepção religiosa, dogmática, o ser humano, ao ser portador de determinada patologia, se culpabilizar por algo que fez ou que deixou de fazer. Na prática profissional, ao lidar com mulheres acometidas por doenças amedrontadoras – a exemplo do câncer da mama –, os símbolos culpados se evidenciam. Observo, diante das dores – sejam elas físicas, sejam emocionais, vividas pela gravidade do fato –, que, para algumas mulheres, a moléstia é sentida como uma entidade punitiva e entendida como um desvio das normas sociais. Essa concepção coloca o corpo adoecido em direção a uma causa reducionista.

Ao se autopunir por seu infortúnio, a pessoa passa a admitir, para si e para os outros, que, por não ter conseguido reprimir os seus desejos, foi, punida pelos “deuses”. Tal situação remete ao comportamento dos povos primitivos. São os símbolos do *Self*, que nascem da profundidade do corpo. Por conta dessa compreensão, Jung (2000) defendia que, quanto mais arcaico for o símbolo, mais coletivo e universal ele se torna.

São acontecimentos que, com as suas faces simbólicas, se revelaram e ainda se revelam sobre o corpo. Como temos visto, nesse espaço, as inscrições são carimbadas, se transformam e se internalizam, circunscrevendo os códigos, as práticas, ou seja, a mentalidade de cada civilização. O retrato de cada grupo social se expõe.

Ademais, nesse contexto, a prática médica também corrobora com as ideias não biologizantes da doença ou da saúde, já que faz do corpo um instrumento dependente do meio ambiente em que ele circula e do comportamento do indivíduo que o possui.

Desse modo, falar sobre a corporeidade e das práticas que nela se inserem, sejam estas científicas ou não é, de novo, chamar a atenção para as lógicas culturais e sociais que influenciam inúmeros aspectos da vida da pessoa. Com essas assertivas, reforço que é no espaço corporal que se movem crenças, mitos e significados, transitando entre os espaços sociais, culturais e psicológicos, com relação aos seus aspectos estruturais e funcionais.

Vê-se que, ao se interessar por um código de leitura referente à corporeidade, é preciso estar atenta à formação histórica e cultural do sujeito. Ademais, é importante lembrar como os fatores individuais – a exemplo da idade, do gênero, da personalidade, da orientação sexual, da

religião, da etnia, da classe social, etc. – exercem fortes influências, cada um deles nas suas diferentes proporções.

Neste capítulo, no qual a história e a epistemologia se inscrevem e, em uma investigação na qual muitas indagações e investigações demarcam o entendimento do tema, é necessário diferenciar as regras de uma determinada cultura, evitando cair nas generalizações ou no etnocentrismo que podem levar ao desencadeamento de estereótipos, discriminações e preconceitos.

Nesse particular, é importante atentar para os acontecimentos históricos na tentativa de compreender de onde vem a sujeição na qual o corpo humano, por vezes, se inclui.

3.2 MITOS E MODELOS: O CORPO DO DIVINO, O CORPO DO SEXO ÚNICO, O CORPO MECANICISTA

(...) Desejo mostrar, com base em evidências históricas, que quase tudo que se queria *dizer* sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (LAQUEUR, 2003, p. 23).

Os fatos históricos narram que, na unicidade original das inúmeras culturas do passado, o elemento humano, subjugado ao poder das forças naturais, explicava a realidade vivida, por intermédio dos poderes divinos. As divindades uniam o sujeito ao objeto. Esse processo de integração foi designado de “participação mística”, termo introduzido por Levy-Bruhl, filósofo e sociólogo franceses (1857–1939), para descrever a mentalidade dos assim chamados povos primitivos. Os acontecimentos naturais tinham um caráter pessoal; a matéria tinha vida. O ser humano e a natureza se confundiam, eram apenas UM. A explicação da vida não era dada pelo material, mas pelas forças divinas, invisíveis. A cura das doenças estava na ligação do ser com o divino, e esta se dava em função do arrependimento e da expiação das culpas.

Os aportes de Le Breton (2011, p.53) traduzem e explicam essa antropologia cósmica: “O corpo social é unitário, como o é o homem. De um a outro, um continuum se estende, englobando a condição humana e o mundo natural sob os auspícios da Revelação”. Na dita revelação os eventos naturais eram personalizados e, ao considerar a natureza como transcendente, tanto os povos primitivos quanto várias religiões mais arcaicas permitiram o

desenvolvimento de uma medicina na qual o curador se situava entre as forças cósmicas e o doente, em busca da cura. Era assim que o curador ou o xamã ouvia a história que o doente lhe contava, não voltado para os sintomas, como se faz na medicina convencional, e sim com o objetivo de descobrir em que circunstância tal sujeito tinha errado. Instalava-se aí a ideia de um corpo culpado, pecador, visto que, a doença contraída advinha da ofensa aos deuses ou da violação de um tabu.

As concepções formuladas entendiam que a cura era possível quando o sujeito restabelecia a sua vinculação com o divino, cuja condição se efetivava por intermédio dos inúmeros sacrifícios impostos ao penitente.

Essa liturgia se estabeleceu nas muitas civilizações que sucederam as sociedades ditas como “primitivas”. Os rituais dedicados aos deuses para aplacar as suas iras, simbolizavam o corpo da transgressão como uma dádiva que deveria ser ofertada em favor de outrem. Era o corpo expiatório, culpado, punido, que, ao expurgar a sua culpa, por intermédio dos sacrifícios, restabelecia a união do ser humano com o divino. O xamã, com sua postura de curador, tinha o poder de sarar o corpo ou adiar a sua morte.

Logo, a vida era explicada por uma força invisível, não materializada. Na certeza de que não poderia dominar a natureza, a necessidade espiritual tinha um significado relevante. Dessa forma, se o mito era vivido de forma coletiva, possibilitava que cada indivíduo pudesse encontrar o seu mito pessoal, visto que, havia um estado no qual um “espírito de totalidade” unia todos os elementos responsáveis pela existência humana (RAMOS, 1994, p. 15).

Nesse entrelaço, entre a religião e a cultura, a História narra que, muitas civilizações antigas que sucederam à sociedade primitiva, a exemplo da persa, da hindu, da babilônica e outras mais, continuaram com essas concepções, construindo suas crenças, nas quais tinham nos corpos o espaço entre “a habilidade empírica e a crença espiritual” (RAMOS, 1994, p. 16).

Dando um salto no tempo, no século V. a. C, surge Hipócrates de Cós (460 a. C). O médico grego se posicionou contrário ao pensamento mágico e supersticioso dos primitivos. Com tal atitude deu à Medicina e à corporeidade humana um espírito científico, visando à busca do conhecimento da natureza e não do seu domínio. Foi um humanista e se interessava pelos benefícios que os seus métodos podiam prestar aos enfermos e, da mesma maneira, aos seus colegas de profissão. Com as suas deduções e observações, iniciou a ciência médica moderna, daí ser considerado o “pai da medicina”. Em uma coletânea de textos denominada de *Corpus Hippocraticum* (século III a.C) estão as suas ideias e os seus conceitos. Nessa obra versava

sobre a conduta do médico, a análise dos fatos clínicos correlacionados às causas e aos efeitos, a vinculação da Filosofia com a Medicina e com a Arte. As suas abordagens serviam de base para a boa prática da medicina, já que o fundamento das ideias hipocráticas era com o ser humano, isto é, as pessoas que adoeciam. A preocupação maior era, primordialmente, com o indivíduo e seu corpo e não com a terapêutica. A ideia do corpo hipocrático se pauta na *physis*, enquanto princípio organizador. É pela *physis* que as boas qualidades são projetadas no corpo do ser humano – a beleza, a harmonia, a saúde –, mas, é igualmente, em razão dela que surgem as doenças com seus sintomas e sinais. Por isso que, as patologias, na perspectiva hipocrática, eram fatos naturais e não punitivas ou sagradas, como pensavam os povos primitivos.

Cinco séculos se passaram até surgir o grego Claudius Galeno (130 - 200 d.C), que, como Hipócrates, também foi médico. Conta a história que Galeno considerava o corpo humano como um instrumento da alma. Essa visão religiosa aproximou os seus conceitos da Igreja Católica, que os chancelou por muitos anos. Acreditava que a anatomia era a senha para o estudo do ser humano. O desconhecimento desse campo levava à ignorância dos males do corpo e o médico não podia atuar na cura deles. Mas, uma particularidade nos seus conceitos chamou a atenção, isso porque ele, baseado nas ideias aristotélicas admitiu o modelo do sexo único, ou seja, as mulheres eram fundamentalmente homens. “Nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como um prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (LAQUEUR, 2001, p. 16).

Galeno construiu o modelo do “sexo único” forjado pelas ideias de Aristóteles (384 - 322 a. C), visto que este erigiu a base desse paradigma.

A ideia aristotélica, ao formular, na Antiguidade, a teoria das quatro causas – *material*, *formal*, *eficiente e final* –, estabeleceu que a ação de geração de um novo ser sob a responsabilidade dos homens e das mulheres estaria distribuída de maneira diferenciada. Às mulheres estaria reservada a causa *material*, pois elas seriam os vetores; já aos homens caberia a causa *formal*. Mas, desde então, tais causas se configuraram em ordem hierárquica. A formal (atribuída ao masculino) era considerada a superior; enquanto que a material (atribuída ao feminino) era a inferior. Na ótica aristotélica, a geração se daria por intermédio da forma, ou seja, do masculino. Era ela – a forma – que tinha possibilidade de transmitir seus traços à matéria e, conseqüentemente, a matéria sem o poder da forma era estéril. Esses conceitos situavam o corpo masculino como o protagonista responsável pela ação, isto é, pela geração da vida; o corpo feminino era coadjuvante, na geração da vida.

Inferre-se, diante dessa premissa aristotélica, que a forma, ou seja, o masculino, enquanto essência seria a função primordial, visto que, atrelada à perfeição, transmitia a “marca do divino” (BIRMAN, 2001, p. 38). Em Aristóteles, entende-se que, ontologicamente, o masculino seria o princípio gerador, e o feminino, apenas a sede do ato. Inscreveu-se, mais uma vez, a visão da superioridade dos corpos dos machos, com as suas atividades, e a inferioridade dos corpos das fêmeas, com as suas passividades. Imbuído de tais pensamentos, Aristóteles admitia que os machos, se fossem castrados, assumiriam “muito bem a forma das fêmeas ou não muito longe disso” (LAQUEUR, 2001, p. 46). No entanto, o contrário não era possível de acontecer, visto que o perfeito (o masculino) não poderia se transformar em imperfeito (o feminino). Configurava-se, diante das ideias expostas, a condição hierárquica dos homens sobre as mulheres.

Naquela época os ovários, órgãos reprodutores femininos, não tinham uma denominação própria, e Galeno os denominava de *orcheis*, ou seja, o mesmo vocábulo usado para os testículos masculinos. Laqueur (2001), ao analisar tal visão, explicita que apenas o contexto esclarecia a qual sexo o indivíduo pertencia e não a linguagem. Outro aspecto a ser considerado é que, mesmo se dizendo discípulo de Hipócrates, Galeno, aos poucos, foi reduzindo à técnica a prática da medicina ocidental, afastando-se das ideias hipocráticas, nas quais a arte estava atrelada.

Foi diante desse entendimento que Galeno criou a teoria dos humores. O humor quente produziria o masculino, e sua ausência, o feminino. Este último seria fundido pela ausência do humor quente e, mais ainda, ele estaria sob as ordens da circulação dos humores. A morfologia corporal/sexual estava por conta da circulação dos humores, e o equilíbrio entre eles era vital para decidir a forma genital do sexo. O humor quente teria a vantagem de se responsabilizar por tal equilíbrio, que resultaria na morfologia dos órgãos genitais. Por supor que haveria uma correspondência nos elementos presentes nos aparelhos genitais do macho e da fêmea, o anatomista aventou a ideia de que existiria uma semelhança, de origem e de estrutura, entre os órgãos genitais masculinos e os femininos. Com esses pressupostos cunhou o paradigma do sexo único: os sexos não eram determinados pela anatomia, mas sim pelos humores.

Ainda no que tange à estrutura corporal do feminino e do masculino, Galeno afirmava que o humor quente, com o seu poder, era responsável pela projeção exterior do órgão sexual masculino, enquanto que a forma anatômica da genitália feminina, interiorizada no corpo, advinha da ausência do humor quente na estrutura corpórea feminina. Luz e escuridão, opostos que determinavam a hierarquia entre os sexos. O masculino se projetava na luminosidade, daí

a sua exterioridade; o feminino, por sua vez, se escondia na obscuridade, se invaginava, se escondia. As proposições de Galeno, sobre a interioridade e a exterioridade dos órgãos genitais, conduziam novamente às ideias da superioridade do masculino e da inferioridade do feminino.

Com tal premissa outro desdobramento se fez: “a **verdade** estaria no pólo masculino, considerando-se que a luminosidade se articulava com a via da verdade, enquanto o feminino pela escuridão, isto é com a **não-verdade**” (BIRMAN, 2001, p. 39 - 40).

Em frente à assimétrica visão, o masculino, no exterior, estaria representado pela ação, pela atividade, pela perfeição do humor quente; o feminino, no interior, seria a passividade, a recepção, a imperfeição da ausência do referido humor.

Instala-se, novamente, a visão arquetípica do feminino: Acolhimento, Interioridade, Apatia, Submissão, Defeito, Imperfeição.

A história nos mostra que Galeno, defendia a superioridade do masculino, admitindo que, mesmo o sexo sendo considerado único, haveria a possibilidade de transformação de um sexo em outro. Ao assimilar os princípios de Aristóteles (384 -322. C), defendia que essa condição era passível de acontecer, se fosse mantida a hierarquia. Acreditava que o feminino poderia se transformar no masculino, desde que o humor quente pudesse ser o dominante no corpo feminino. A morfologia corporal se dava de acordo com a circulação dos humores. A invaginação da genitália feminina se projetaria para o exterior, fazendo com que a fêmea se tornasse macho. O princípio da passividade, atribuído às fêmeas, se transmutaria em atividade. A recepção e a escuridão se transformavam, respectivamente, em ação e luminosidade.

Vê-se que tal modelo e a construção da relação assimétrica e hierárquica entre os homens e as mulheres foram estabelecidos desde a Antiguidade. Se, com Aristóteles, tal ideia surgiu; com Galeno a parte final desse paradigma foi elaborada. Fica explícita que, as lógicas sociais as quais circulam em torno do corpo feminino não foram estabelecidas na contemporaneidade, pois elas datam de muitos séculos atrás e perpassaram o tempo.

Dessa maneira instituída, a ideia do “sexo único” e dos humores perdurou por um longo período de tempo. Sabe-se que, pelo menos até o início do século XVII, os livros médicos de anatomia traziam apenas o corpo masculino nas suas representações, e o elemento, assim delineado, era o modelo da perfeição anatômica. Somente a partir daquela época foi que os atlas anatômicos passaram a mostrar as imagens dos corpos femininos e dos masculinos, com as suas diferenças morfológicas. Com o advento da microscopia, as distinções entre a morfologia sexual tornaram-se uma realidade cientificamente demonstrável.

De posse das novas informações científicas e/ou biológicas, as diferenças foram percebidas, e essas concepções se traduziram em novas formas de representações das diversidades entre os sexos, influenciando nas relações sociais. Por volta do final do século XVIII e início do século XIX as ideias sobre tais diferenças começaram a tomar forma e, uma expressão sistemática passou a circular defendendo tais desigualdades.

A apreensão dessas ideias levou à reflexão de que as mulheres e os homens não tinham a mesma essência. Tais pensamentos foram fundantes na relação entre o masculino e o feminino, marcando a modernidade ocidental, porquanto essa era uma leitura naturalista, de ordem biológica, que explicava a causa do ser mulher ou do ser homem. Tal concepção tornava evidente que, desde então, já havia uma construção social com relação a certa ideologia na qual os homens são ativos, fortes na sua forma, enquanto que as mulheres são passivas, fracas na sua matéria.

Na análise das questões, apreende-se que, a essa altura, os papéis sociais dos sexos foram reconhecidas pelo determinismo natural dos corpos os quais, ao circularem por diversas dimensões, delinearam horizontes diferentes para o masculino e para o feminino. Entretanto, o relevante era que a ideia do sexo único, da Antiguidade, caiu por terra e, por conseguinte, outro discurso deveria ser construído.

Outros séculos se passaram até surgir René Descartes (1596 - 1650), filósofo e matemático francês, que, ao fazer a distinção entre corpo e mente, defendia que a matéria era uma realidade separada da atividade da mente. O corpo, forjado nos pressupostos cartesianos do “Penso, logo existo”, pelo menos até o fim do século XIX, era elemento secundário na vida de cada sujeito. Sob esse prisma, o objeto, ao ser equiparado a uma máquina criada por Deus, tinha a capacidade de funcionar com ou sem a psique. A filosofia cartesiana tomou impulso e passou a representar um dos mais importantes momentos no âmbito do racionalismo. Essa concepção contribuía para que o corpo exercesse um papel de menor relevância, visto que, não havia um lugar que lhe outorgasse importância, já que a mente era reconhecida como a verdadeira condutora das ações. Por conta dessa formulação, Descartes foi considerado o artesão do pensamento dualista, fato que, até os dias atuais, de certo modo, não o favorece. “Descartes pertence a uma época na qual o indivíduo começa a tornar-se uma estrutura significativa da sociedade, não em seu conjunto, certamente, mas em suas franjas mais ativas” (LE BRETON, 2011, p. 104).

Ao fazer alusão à vida desse pensador, o autor constrói uma hipótese no sentido de justificar os seus pressupostos Tal entendimento está fundado na ideia de que, como um viajante

errante por toda a Europa, ele se confrontava com o seu corpo cansado e com os seus hábitos, continuamente modificados. Ao se reconhecer como um sujeito livre da matéria, situava e eternizava a ambiguidade no seu modo de ser. Ao viver com o seu corpo fatigado, no seu dia a dia, sentia que, independentemente dessa estrutura física, podia pensar e elaborar as suas ideias.

Nada ratifica tal suposição, mas, é possível pensar que, por conta dessa experiência corporal, penosa e sacrificada, privilegiasse o polo espiritual, explorando a dualidade nas suas ideias, de modo incontestado.

Com os pensamentos cartesianos as causas miraculosas se desarticularam e, diante das causalidades físicas, o que acontecia no mundo era concebido segundo o modelo do mecanicismo. As percepções teológicas se apagavam e as ambiguidades vinham à tona, haja vista que, diante da realidade do viver social, o sujeito se dividia ontologicamente em duas partes distintas: o corpo e o espírito, duas instâncias de diferente natureza que se mantinham unidas pela glândula pineal²⁸. Mas, mesmo estando o sujeito cindido, a parcela humana da divindade continuava presente, pois a alma permanecia sob a proteção de Deus.

Descartes, nos seus escritos, nunca duvidou de que espírito e matéria estivessem em um só campo, isto é, no divino. Os argumentos cartesianos se ancoravam na relação entre a *res infinita* (Deus) e a *res cogitans* (pensamento). No *Cogito, ergo sum* (*Penso, logo existo*), evidenciou que toda existência do eu era absolutamente dependente do pensamento, ou seja, “se deixasse de pensar, deixaria totalmente de existir” (DESCARTES, 1979, p. 19).

Por defender o dualismo, tal método ficou marcado, tanto no sentido positivo, já que promoveu um pensamento científico, quanto no negativo, ao dificultar o entendimento global do ser humano. Desse modo, com Descartes, a razão se instaurou no século XVII, englobando o social e modificando os sistemas simbólicos, anteriormente acreditados.

Não se trata aqui de defender ou acusar, mas de colocar a justeza e o valor dos pressupostos cartesianos com relação às ciências e às humanidades. O dualismo cartesiano, ao cindir o corpo (matéria) da alma (espírito), se afastou da compreensão religiosa e recaiu em um aspecto social visível, acentuando a tendência de separar a ciência da religião, isto é, do misticismo, condição relevante, para o conhecimento e, do mesmo modo, para as humanidades. Nessa separação, mais um processo coletivo se instaurou e a razão se estabeleceu, reconhecendo

²⁸ A glândula pineal ou epífise neural é uma glândula endócrina, localizada no centro do cérebro. Sua função tem sido motivo de discussões entre os estudiosos, mas acredita-se que ela seja responsável pela regulação dos ciclos vitais do ser humano. Descartes defendia que nesse sítio estava a morada da alma.

o conhecimento advindo por intermédio do intelecto. Por conseguinte, sua filosofia fez parte de uma época e, dessa forma, nela se manifestou. “Não é um ato de um só homem, mas a cristalização, a partir da palavra de um homem, de uma *weltanschauung*²⁹ difusa nas camadas sociais mais avançadas” (LE BRETON, 2011, p. 105).

O sociólogo francês prossegue com as suas deduções, ao elaborar uma reflexão sobre o abismo criado entre a dualidade e o dualismo. Se a primeira condição se assenta pela presença do ser humano, daí ser instável, o mesmo não acontece com a segunda, pois esta, ao admitir a existência de dois polos, torna o corpo um elemento autônomo. A unidade do sujeito se rompe, desaparece e o objeto torna-se uma realidade que não faz parte do pensamento.

Descartes admitia que, se os objetos externos estivessem presentes, o pensamento, ao traçar as imagens, chegaria às ideias; caso contrário, os olhos do espírito não eram capazes de captá-las ou, se as captassem, o faziam de modo confuso, tornando-as indiferenciadas. Formulando a onipotência do pensamento que a fratura se deu, visto que, ao apartar o corpo da razão fez com que a estrutura física se tornasse insignificante.

Porém, se nos séculos em que o cartesianismo vigorou – XVII e XVIII e parte do século XIX – corpo e alma eram entidades isoladas, a ideia da carne ou do “corpo animado” (MERLEAU-PONTY, 1991) foi instituída e revigorada no século XX.

Foi na virada do século XIX que a relação do indivíduo com o seu corpo se modificou, passando a ser entendida em outra proporção. Nela, a linha divisória entre corpo e espírito se apagou, definindo-se uma nova compreensão de existência, na qual as duas instâncias passaram à condição de indissociáveis. Tais fatos mantiveram uma relação de intimidade com a história do corpo, visto que, na concepção da sua união com a alma, a cisão não encontrava espaço para atuar.

Sendo assim, Courtine (2008, p. 7) defende que “o corpo foi teoricamente inventado no século XX” e que tal fato se deu “no momento em que Freud, na sua Psicanálise, decifrou a histeria da conversão”. A partir daí muitos questionamentos surgiram, visto que a ideia de que o corpo se exprimia pelo inconsciente e evidenciava as questões vinculadas às somatizações. Instituíam-se uma íntima relação com as representações corporais na constituição do sujeito social. “A Psicanálise efetua um deslocamento do eixo das pesquisas científicas das origens,

²⁹ O vocábulo *weltanschauung* significa ideologia, cosmovisão, na língua alemã.

centrando suas buscas não na história das sociedades, mas no nível da história das pessoas” (SAFFIOTI, 1976, p. 290).

Tal assertiva se pauta nos estudos do neurologista austríaco, Sigmund Freud (1856-1939), considerado o pai da psicanálise, ao compreender que o inconsciente falava por intermédio do corpo.

3.3 DO CORPO DA HISTÉRICA AO CORPO DA PÍLULA: DO ESPAÇO DA RENÚNCIA AO ESPAÇO DO DESEJO

Pela natureza das coisas que compõem o material da psicanálise, compete-nos o dever, em nossos casos clínicos, de prestar tanta atenção às circunstâncias puramente humanas e sociais dos enfermos quanto aos dados somáticos e aos sintomas patológicos (FREUD, 1996, p. 29).

Apesar de não ser objetivo desta tese discorrer sobre a teoria freudiana, firmo que não tenho a ousadia de dar conta de todas elas, mas, vejo como relevante me ocupar, um pouco mais, dos seus pensamentos e vinculá-los às questões relativas ao corpo feminino, visto que, ao falar sobre corpo e inconsciente, não se pode deixar de lado a relevância de tais ideias.

Embora as suas primeiras pesquisas estejam datadas no final do século XIX, as suas formulações marcaram o século XX no que diz respeito à investigação da psique humana. Pela relevância, portanto, é que seus pressupostos continuam presentes no século vigente, visto serem alvo de fortes polêmicas nas quais tanto a aceitação quanto a recusa no seu consenso, se fazem presentes.

Interessado pelos estudos de Jean- Martin Charcot (1825-1893) um neurologista francês do século XIX, que trabalhava no hospital Salpêtrière, em Paris, Freud para lá se dirigiu, em busca de entender como funcionava o método do referido médico. Durante os anos de 1885 e 1886 passou a observar os corpos expostos por Charcot e ficou impressionado pelo tratamento a eles instituído, diante de uma doença então nominada de histeria. Esta era uma moléstia muito difundida naquela época, cujas discussões em torno dela, concentravam-se em definir se era uma disfunção orgânica ou da mente. Até então, pouco se sabia sobre essa patologia.

A afecção teve sua origem na Grécia Antiga, com Hipócrates, e sua denominação vem do termo médico grego *hysterikos* o qual se referia ao universo feminino, isto é, às “perturbações

do útero”. Etimologicamente, a palavra *hystéra* significa útero, daí ter sido considerada, por muito tempo, como uma doença essencialmente feminina. Sua explicação era dada por uma teoria a qual admitia que o útero vagava pelo corpo e, conseqüentemente, causava disfunções e descontrole nas mulheres. Esse deslocamento uterino era ocasionado ou pela vontade não realizada de ter um filho, ou pela insatisfação erótica da mulher, por conta de não poder realizar tal desejo. Fingimento ou possessão demoníaca? Feitiçaria? Encantamento? Mágica?

Na filosofia grega, a histeria era identificada na figura da mulher, e essa concepção expressava um viés no qual havia uma íntima ligação entre as questões vinculadas à reprodução e à doença. Esse fato, desde a Antiguidade, posicionava a identidade corporal do feminino atada ao imperativo da procriação. Observa-se, mais uma vez que, historicamente, a construção das características femininas se consolidou na obrigação da maternidade. Nessa acepção, as mulheres estavam, ao mesmo tempo, atreladas tanto à condição histórica quanto à procriadora. Tal noção fazia crer que, era pela gestação e pela maternidade, “que a mulher teria algo da ordem da perfeição” (BIRMAN, 2001, p. 88).

Logo, a perspectiva grega teve um forte peso, visto que, ao manter por muito tempo a histeria no campo das doenças femininas, determinou a fixação desse pensamento no imaginário social, fato de certa forma presente, ainda nos dias atuais.

A história médica, vinculada à referida patologia, narra que Charcot percebeu que esse adoecimento estava relacionado a muitas pessoas as quais sofriam de ataques de paralisia e distúrbios da fala e emitiam sinais que vinham, geralmente, acompanhados de intensa agitação física. Não encontrando uma causa para esse comportamento, já que não havia qualquer relação da doença com causas anatômicas ou funcionais, o médico francês lançou mão da hipnose, método pelo qual ele sugestionava seus doentes a partir da fala. Com tal procedimento, conseguia, muitas vezes, desencadear alguns sintomas os quais, no estado vígil, se manifestavam de forma quase que imperceptível.

Intrigado com o que vivenciou na Salpêtrière, Freud passou a repensar o modo de ele exercer a medicina.

Nas suas práticas, notou que havia algo além do fisiológico na vida do ser humano, entendendo que os sintomas físicos da histeria não se situavam nas células nervosas. Tais fenômenos estavam localizados em outro *locus*. Intuiu que o espaço dessa patologia era o psíquico. Para o “pai da psicanálise”, a origem da histeria estava no fato esquecido ou reprimido na memória. Considerava que esse procedimento gerava um conflito, quase sempre de natureza

sexual, e incompatível com a moral do sujeito, porquanto o acontecimento esquecido era muitas vezes intencional e insuportável para a existência da pessoa. Atribuiu à moralidade repressora vigente – àquela da época vitoriana, na qual viveu – a principal causa das neuroses. Entendia que, se não houvesse uma forma de liberar as tensões sexuais, as angústias aí situadas seriam represadas, podendo desencadear os sintomas físicos. No bojo da compreensão da moléstia estava implícita uma sobrecarga de excitação não liberada, isto é, uma acumulação da tensão sexual psíquica reprimida que, ao desaguar nos corpos, evidenciava as manifestas agitações físicas.

Tais estudos, relacionados à doença, foram demarcados entre os embates daquilo que Freud (1996, p. 154), denominou das “forças pulsionais de cunho sexual” e das pressões morais, advindas do ambiente social. Essas pressões, retidas em um estado de inconsciência, têm o seu valor afetivo e essas aspiram a uma expressão, ou seja, a uma *descarga*. Essa descarga, no caso da histeria, se não efetuada, conseqüentemente, se convertia em fenômenos somáticos. Nessa maneira de entender, o corpo do ser humano, essencialmente o da mulher, por conta de um processo psíquico denominado de *recalcamento*, exprimia as suas representações.

Ressalta-se que, ainda no século XIX, a histeria era ainda identificada com os distúrbios referentes ao corpo feminino. Tal compreensão não somente marcava a dita categoria como, da mesma forma, indicava uma identidade de natureza entre ser mulher e ser histérica, ou seja, a moléstia devia acontecer em algum momento e em alguma situação da vida do feminino. Esse determinismo permitiu que qualquer reação mais acentuada de uma mulher fosse enunciada como uma atitude histérica. Entretanto, àquela época já se vislumbrava certo entendimento de que a referida patologia não se situava apenas no universo feminino. Nos seus estudos, o psicanalista demonstrou o que muitos outros estudiosos já supunham – inclusive seu mestre, Jean- Martin Charcot –, que o corpo masculino, mesmo em menor número que o corpo feminino, também podia ser acometido por esse mal. Por isso que, lhe coube o mérito da distinção.

Esse fato mudou a forma de se compreender a doença, já que tanto o senso comum quanto a comunidade científica, antes da desmistificação da afecção, acreditavam que ela era restrita ao sexo feminino. As ideias freudianas foram fixadas, inicialmente, no bojo da histeria. Esse é demarcado como o ponto de referência do percurso de Freud.

Ao adotar primeiramente a hipnose, no tratamento da doença – mais tarde, substituiu-a por outro método que ele denominou de *associação livre* –, o seu objetivo era o de buscar o acesso às lembranças mais remotas das pessoas, essencialmente das mulheres, diagnosticadas com essa enfermidade. No uso dessa estratégia, ele percebeu que, além de os indivíduos se

reportarem às lembranças reprimidas, do mesmo modo criavam algumas resistências as certas recordações.

Nesse contexto, a sexualidade, fundamentalmente a feminina, foi o espaço central da Psicanálise. Em uma época na qual eram poucas as pessoas preparadas para ouvir os problemas oriundos dessa instância, Freud a colocou nas pautas dos seus estudos e discussões, considerando, sobremaneira, os dramas daí advindos. Tal condição, fundada no *locus* do inconsciente – do psiquismo – fez com que tanto os homens quanto as mulheres, se tornassem sujeitos de desejo, condição que não se originava apenas no espaço da natureza. Com tal proceder, rompeu tabu com temas nunca postos à apreciação. Destarte, foi a partir desse ponto que o ser histórico, o qual vivia entre “os diferentes mundos dos demônios, dos nervosos e dos degenerados”, passa a ser compreendido no “mundo da psicanálise, no campo do erotismo e do inconsciente” (BIRMAN, 2001, p. 84).

Com esse entendimento, passou a observar tais reações e começou a compartilhar as experiências com o psiquiatra Joseph Breuer (1842-1925). Publicou uma coletânea denominada *Estudos Sobre a Histeria*, obra que serviu de base para a enunciação da psicanálise. Ademais, não interessava a ele somente apontar os conflitos então evidenciados, marcadamente no âmbito das expressões corporais, pois, era preciso que estes fossem entendidos e nomeados pela pessoa adoentada. Nessa perspectiva, começou a desenvolver o trabalho da “cura pela fala”, isto é, a análise dos problemas expostos pelos indivíduos.

É visível que, outro par de opostos aqui tem o seu lugar, pois, a rivalidade se fazia presente entre a permanência da pulsão e a renúncia à condição sexual. Estabelecia, dessa forma, o dilema do indivíduo que, por não conseguir dele escapar, em frente à moral opressora, o transformava em sintomas. Diante do componente sexual do conflito, a psicanálise justificava os sinais corporais manifestos os quais se posicionavam como símbolos da comunicação entre o médico, a pessoa doente e o seu universo.

Se me detenho nessas ideias, é porque, nelas são poderosas as conexões que vinculam os pensamentos freudianos ao corpo feminino.

Essa teoria, no que concerne à sexualidade do sujeito, demonstrou que, pela primeira vez, o corpo feminino, mesmo considerado como corpo doente, foi posicionado com os seus sentimentos, angústias e inquietações, no cerne das questões concernentes à sexualidade humana. Logo, estava implícito que a fala afetava o corpo do humano e vice-versa. Infere-se que, a partir desse ponto, o corpo da histórica começa a se afastar do corpo anatômico da

medicina, e se se aproxima de um corpo que tem seus significados, agora não mais com base em uma linguagem científica, mas, se pautando em outra forma de comunicação, advinda de uma instância diferenciada, a psíquica.

No momento em que Freud insistiu em considerar a linguagem desse singular corpo, não mais como uma fala mentirosa, demoníaca, constituiu-se um novo campo de estudo direcionado a essa categoria. Para ele, esse objeto somente podia ser definido quando se levasse em conta duas condições: a primeira se calcava na anatomia, realçada nas agitações físicas, nas afasias, nas paralisias; a segunda tinha como campo de estudo as representações corporais advindas do imaginário social. Nestas últimas, também estavam carimbados os preconceitos, as estigmatizações, os rótulos, os quais colocava tal corpo inserido em um universo no qual a feitiçaria, as magias, as possessões, entre outras marcas, adquiriam um *status* de verdades absolutas.

Os fenômenos ditos como “estranhos” tinham para a Psicanálise uma significação maior. Com eles, o médico percebeu que as pessoas, nas suas falas, diziam muito mais daquilo que tinha sido manifesto. O dito e o “não dito”, ao fazerem parte ativa da sua teoria, sempre eram considerados, mesmo disfarçadamente, em algo recalcado no âmbito da sexualidade. Dito de outra forma: para Freud, as queixas ditas como esquisitas, na maioria das vezes, nada mais eram do que os sentidos sexuais reprimidos, diante de uma sociedade que castrava e cerceava os desejos das pessoas. Muitas dessas demandas vinham revestidas nas suas fantasias, e estas eram para o psicanalista a essência da sexualidade. Era o corpo da infelicidade, da punição, da culpa que, sufocado pelas emoções e representado pelo inconsciente, tinha suas significações construídas nas histórias de vida do indivíduo analisado.

Dava-se a suposta passagem do corpo somático para o corpo erótico, o corpo da pulsão, dos impulsos (da *Trieb*), definido como o limite entre o psíquico e o somático. Na referida teoria, está embutido que o somático mora em um corpo que é, igualmente, espaço de realizações e de desejos inconscientes. Se o corpo, na linguagem freudiana se posiciona como lugar de representações entre o somático e o psíquico, ele não pode ser entendido ou confundido como elementos apenas biológico. Existe nele uma dupla racionalidade, isto é, a racionalidade conectada ao somático e a racionalidade vinculada ao psíquico (FERNANDES, 2006).

Se a Psicanálise, com o estudo da histeria, colocou o corpo da mulher em exposição e em comunicação com ela própria e com o mundo, talvez tenha sido porque, entre a obrigação e o desejo da reprodução presentes no imaginário social e, igualmente, na psique dessa categoria, o desequilíbrio se fez. Contudo, interpreto tal desajuste não apenas porque a

maternidade fosse um fardo, uma imposição, na vida do feminino, visto que estava na ordem do seu “destino” e também da sua vontade. Infirmo que, os espaços de movimentação oferecidos a essa categoria reprimida – no qual o corpo era qualificado e também desqualificado, dentro de uma moléstia, de certa forma, entendida como própria da sua natureza –, eram estreitos demais para conter os desejos e as aspirações. A agitação física, manifestada no corpo da mulher histérica, sem que uma causa fisiológica, orgânica, pudesse justificá-la, fez com que o médico austríaco descortinasse novos horizontes para o ser feminino.

Todavia, é bom não esquecer que, mesmo estando presente, na teoria freudiana, uma suposição da existência de uma masculinidade *a priori*, ou seja, a ideia central da inveja do falo, no inconsciente sexual, situando o feminino como “o menos”, por sua “imperfeição” em não ser detentor do falo – tema que não é objetivo da tese adentrar – foi entre o divã e a fala que, a Psicanálise, nos estudos com o corpo “imperfeito” da mulher histérica, deu voz e eco aos seus sentimentos, trazendo à tona os conflitos do inconsciente, vividos por tal categoria.

Dessa forma, entre os desejos e as obrigações da maternidade, os nós foram atados por dispositivos poderosos, causando conflitos, angústias, incompletudes, negações, condições que até os dias atuais, a despeito dos avanços alcançados pela categoria, de certo modo, ainda se mantêm na vida do ser feminino.

A Psicanálise, sem dúvida, foi um passo decisivo na compreensão das subjetividades humanas, e, o corpo feminino ao se posicionar como vetor das dualidades, se situou como o princípio das significações. Essa união se tornou uma realidade porque, “entre a vida anônima do corpo e a vida oficial da pessoa” a teoria freudiana introduziu o inconsciente, ou seja, uma instância a mais entre o “organismo e a própria pessoa” (MERLEAU- PONTY, 1991, p. 259). Consciente e inconsciente, trazendo de volta, a esta tese, a união dos opostos.

Esses acontecimentos abalaram certezas confortavelmente estabelecidas, impondo que os enfrentamentos do mundo moderno passassem a serem visto de outra maneira e diante de uma nova conotação. O corpo humano, agora, atrelado ao inconsciente, se enlaçou à cultura com suas normas e fundamentos sociais.

Entretanto, o feminino também pagou seu preço com as ideias freudianas. Não obstante o mérito de ter lhe dado um novo olhar, essencialmente com relação ao seu corpo e à sua sexualidade, nem tudo o que Freud elaborou, na sua teoria, foi favorável para essa categoria. No modo dogmático de colocar a explicação anatômica, com os traços psicológicos próprios do feminino, ele, igualmente, construiu mitos em torno do que é ser mulher. A suposição da

imperfeição, devido à ausência do falo – órgão por ele considerado como “o princípio organizador” –, no feminino, em nada colaborou para a construção de uma sociedade igualitária entre os sexos. Ao contrário, foi na imperfeição, no defeito, isto é, na negatividade de um elo faltoso, que a inferioridade se estabeleceu, na psique dessa categoria.

Nessas alturas, é importante mencionar que as conhecidas divergências entre ele e Jung (1986) – este, inicialmente, por ele considerado como seu “príncipe herdeiro” –, tiveram como causa principal o desentendimento no conceito da sexualidade, isto é, da libido.

Para o médico austríaco, a libido estava cravada nas tendências sexuais, enquanto que, para o médico suíço, tal aceção não condizia com a realidade, já que a, libido, na sua visão, era a energia psíquica que brotava de cada um dos instintos, fossem eles sexuais ou não. Na teoria junguiana, a qual eu me incorporo, a libido possibilita ao ser humano avançar nos seus projetos, realizar ações, aspirações, desejos, independentemente de onde eles decorram.

Nesse entender, Kehl (2008, p. 266) defende que a psicanálise tenha se tornado, talvez, o derradeiro “dos discursos modernos que atribui um lugar à mulher (objeto no desejo/objeto do discurso) o que pode significar que ainda está se tentando criar um significante para fazer existir A Mulher”.

Entendo que tal posição, se pauta na invisibilidade das mulheres, embora sejam visíveis as conquistas dessa categoria nos mais diferentes espaços de atuação. Aqui, revisito e incorporo os pensamentos de Cavalcanti (2005), quando, ao falar sobre cidadania e representação, menciona que, apesar dos avanços conquistados, é preciso que os embates femininos e feministas, prossigam nas lutas reivindicatórias, exigindo a elaboração de políticas públicas que visem ao direito de oportunidades iguais para os sexos, tanto na instância do público, quanto na esfera do privado.

Por conseguinte, mesmo identificando os visíveis resultados que emergem dos movimentos e das organizações feministas, as transformações se processam em passos ainda tímidos, haja vista que a estrutura da nossa sociedade se mantém preconceituosa e discriminatória, em relação às atividades, aos sentimentos e aos afetos femininos. Não é fato incomum, quando essas condições são exercidas com veemência, pela mulher, esta ser considerada como um ser histriônico, ou seja, histérico.

Dessa forma, não negando a importância da Psicanálise, já que considera essa teoria científica de valor incontestável, no conhecimento do ser humano, Saffioti (1976, p. 320) elabora sérias críticas aos pressupostos de Freud. “Fosse o binômio freudiano – *passivo*

feminino; ativo-masculino – verdadeiro, poder-se-ia afirmar, com certeza, que as mulheres se estão masculinizando enquanto os homens se feminilizam”.

Esse pensamento põe em pauta o entendimento de que não é possível pensar sobre esse assunto com base em simplificações. As mudanças econômicas, culturais, tecnológicas e científicas, vêm mostrando que houve modificações profundas, quer na ideia da masculinidade, quer na da feminilidade, tanto nos âmbitos dos conceitos quanto nos das representações.

Percebo que, embora a mulher tenha adotado para si e para os Outros uma nova imagem, na contemporaneidade, ainda está distante de ser vista como um ser emancipado. Talvez o tempo e uma consciência de classe mais determinada, na união das verdadeiras necessidades femininas, possam levar as mulheres a saírem dessa condição de imperfeição (somente biológica?) que lhes foi outorgada. Contudo, vejo como fundamental tomar distância com relação a qualquer posição de vitimização, tanto no passado, quanto nos dias atuais. O essencialismo aqui não se situa, até porque nem tudo aquilo que era exigido, em tempos atrás, ou que é hoje estabelecido, foi ou é obedecido pelas mulheres. Assim, não generalizando, se o papel da sedução e passividade do feminino, no passado, denotava uma dissimulada atitude de *“belle indifférence”* (KEHL, 2008, p. 65) por conveniência ou por temor ao patriarca, nos dias atuais – da mesma forma, não ampliando a toda a categoria –, a sedução não somente é explícita, como também a obediência à “lei do pai” se situa no âmbito das comodidades, e, igualmente, do medo.

No passado, nem sempre interessava ao feminino o conflito, já que era conveniente à mulher, a manutenção do lar e, também, a comodidade da alienação; na contemporaneidade, porém, muitas dessas situações se repetem, independentemente de as mulheres não serem apenas as mantenedoras dos seus lares, mas, junto com o homem, os provedores domésticos da família. Nos dias atuais, a violência física, simbólica e mesmo a institucional, é tolerada por muitas mulheres que se representam como emancipadas.

São os paradoxos inscritos na categoria mulher, por isso que, ao decompor esse processo, vínculo a história do corpo à história da psicanálise e do feminismo. Se, por uma dimensão, a teoria da inveja do pênis, polemiza as discussões feministas, até os dias presentes; por outra dimensão, é impossível negar que, com os seus estudos, o psicanalista percebeu que os males e as insatisfações que rondavam suas pacientes, estavam localizados na opressão e no papel social, a elas outorgadas. Por considerar relevante a compreensão de que, mesmo não sendo capaz de vencer muitos dos preconceitos existentes na época em que sua teoria foi formulada – já que nela o dualismo homem-mulher, tinha as suas características sociais e

culturais retrógradas, porquanto inferiorizava o feminino –, Freud possibilitou às mulheres um novo olhar sobre si mesmo dando oportunidade, a essa categoria, de seguir em busca do seu lugar de pertencimento, mesmo a despeito do universo falocêntrico que viveram e que, ainda, continua em ação, nos tempos atuais.

Discorrer sobre as memórias ou mesmo sobre a genealogia feminista se configura em um problema complexo. O retorno ao passado nem sempre traz informações completas. E no presente, os cenários das transformações abrem horizontes tão diversificados e amplos que podem dificultar a delimitação do problema, condição indispensável à elaboração de uma tese acadêmica.

Todavia, deixando a Psicanálise, aqui mencionada por conta do corpo feminino dito como histérico, é preciso continuar com a História. Assim, a ela retomo.

Sabe-se que na Revolução Francesa (1789-1799) os procedimentos jurídicos puseram em marcha a necessidade de igualdade, ao denunciar as dessemelhanças entre os sexos. Esta luta, na França do século XVIII, tentou remodelar as práticas sociais, por intermédio de novas leis e de organizações sociais mais justas. Esse projeto não foi de todo adiante, visto que as resistências encontradas no seio da sociedade serviram de obstáculos às ideias revolucionárias.

Perrot (2009), analisando esse período da História, defende que tal fracasso se deu porque as leis não conseguiram ser mais fortes do que os costumes. Na tentativa infrutífera de igualar a fronteira entre o público e o privado, a Revolução frustrou os seus ideais, calcados na *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Na visão da autora, é por isso que, no centro de toda a teoria política pós-revolucionária, as relações entre o público e o privado se mantêm presentes nas discussões. Na compreensão de que o pensamento político demonstra interesse em delimitar as fronteiras entre esses dois pontos, entende que, para tal, os interesses privados devem ser organizados. Com essa perspectiva, ela confere à família a importância vital como célula base da sociedade. “O doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel do deus oculto” (PERROT, 2009, p. 79 - 80).

Com essa concepção, a família francesa de então passa a ser o baluarte da moralidade; destaca, entretanto, que o pensamento francês do século XIX, pós-revolucionário, vinculado a essa organização social, se assentava nos problemas que recaíam na reconstrução política, jurídica e social. Nesse contexto, a ordem e a liberdade do sujeito estavam nas articulações do poder social, e este era o responsável pela sociedade civil e pelo poder político. Era visível que, os interditos se alargavam com relação à corporeidade feminina. Eles iam desde os rituais de

iniciação sexual, modelados no valor da virgindade e da submissão dos desejos do Outro, até aqueles atrelados à reprodução.

Por isso que, ao analisar a dimensão das transformações, a dita Revolução, com os pressupostos do Iluminismo, tem a sua importância nos estudos em questão. Se, por um lado, as ideias possibilitaram o nascer do lema da igualdade, por outro lado, persistia a dúvida de que a desigualdade e/ou submissão fosse normal e inalterável. A partir dessas constatações, o feminino, com os seus movimentos revolucionários, começou a reivindicar uma participação mais efetiva na sociedade. Nesse período da História, as mulheres, exerceram, ao seu modo, certo protagonismo, apesar de viverem com a sua corporeidade regradada e normatizada pelo poder masculino.

Nesse ponto, uma questão se efetivava: Como seria possível sustentar uma hierarquia entre o homem e a mulher diante do imperativo jurídico da igualdade de direitos? (BIRMAN, 2001, p.47). O paradoxo estava assim delineado: por um lado, as leis instituíram a condição de igualdade entre os seres, e conseqüentemente homens e mulheres deveriam ter acesso às mesmas condições sociais; contudo, por outro lado, essa situação, na prática, não se efetuava.

Compreender o universo feminino, nessa fase da história requer, antes de qualquer coisa, se debruçar sobre o estudo da sexualidade e das moralidades aí estabelecidas. Entretanto, intuo que, talvez, nas histórias das relações familiares possa se revelar com precisão o caráter dialético da questão. Isso porque a natureza dessa instituição, ou desse grupo social, considerada até então como “reprodutora”, começava a ser questionada. É fato que, mesmo a despeito da modernização dos costumes, as relações familiares ainda se mantinham sobre as rédeas de uma forte normatização de princípios, principalmente com relação ao ser feminino. Logo, se a virgindade era uma exigência para a mulher e, da mesma forma, o direito à maternidade voluntária era interdito, os códigos do comportamento corporal/sexual dessa categoria, dentro e fora do seu espaço familiar, eram severos, opressores e castradores.

Tudo isso era ambíguo, pois, enquanto a sociedade se modernizava, essencialmente, no modo de produção – já que a mulher se inseria no mercado de trabalho –, revelava, ao mesmo tempo, uma preocupação exacerbada com a moralidade feminina, tanto em relação àquelas das camadas ricas (nas quais esse controle era mais forte), quanto nas classes mais pobres da sociedade.

No entanto, embora vivendo sob as pressões normativas do seu corpo e dos seus desejos, o trabalho remunerado diminuía, aos poucos, a tolerância feminina às tantas imposições. Tal

condição era visível nos protestos, nas reclamações advindas principalmente daquelas mulheres que trabalhavam fora do seu lar. Ademais, se no final do século XIX, a reivindicação principal do ser feminino era pela educação – haja vista que este foi denominado o século “do livro” –, o século XX testemunhou a importância das “imagens” e, já adentrando a segunda década do século XXI, a discussão sobre sexualidade e corpo – gerando sentidos na ordenação dos poderes disciplinares – se posiciona na ordem do dia. Mas, para chegar até aqui, o caminho foi longo e cheio de percalços.

As estatísticas do final do século XIX e início do século XX, com relação ao modo de vida do feminino, revelam que as mulheres eram boas consumidoras. A publicidade, entendendo esse procedimento, se dirigia a essa categoria, por intermédio das representações advindas das imagens femininas, vinculando-as, essencialmente, às mulheres donas de casa, com o objetivo de fazer a união delas com a moderna economia, de então. Os publicitários, de olho nesse filão, referiam-se ao consumidor habitual, como “ela” (COTT, 1991, p. 109). Com tal conduta, o poder econômico das imagens se solidificava, ao tempo em que os reclames embalavam os sonhos, a corporeidade, enfim, a vida do feminino, sob a forma de consumo. Para o setor de publicidade, comprar demandava escolha, e as mulheres, assim procedendo, podiam exercer tanto a sua racionalidade – manifestando os seus valores – quanto os seus desejos. Nesse espaço, não eram consideradas como submissas. Ao lançar mão dos símbolos modernos, para seduzi-las, essa instância comunicativa, as retratavam como modernas, ativas, sociáveis, preocupadas com a organização do lar e, da mesma forma, com a aparência. Seus corpos já se movimentavam em torno de um ideal consumista,

Esse formato, exportado para o mundo, principalmente por intermédio da indústria cinematográfica americana, com as suas mensagens sedutoras, entendia que as mulheres eram o alvo principal. Os reclames, acoplados aos produtos modernos, e sempre veiculados por meio de uma figura feminina, alegre, sedutora e satisfeita com a vida, iam desde os aquecedores a óleo, até os perfumados sabonetes. Eram acepções que se ancoravam na ideia de “emancipação do feminino”, cujo modelo também se pautava em uma contínua aceleração econômica na qual os corpos das consumidoras tinham os seus lugares reservados.

Tais procedimentos não agradavam as feministas de então, visto que essa era uma condição irreal, perigosa, pois, diante de uma falsa ideia de liberdade, as mulheres poderiam esquecer as suas verdadeiras demandas. Vê-se que as práticas comerciais, também, já trabalhavam com o objetivo de seduzir e/ou manipular o feminino. Os publicitários usavam as

novas “necessidades” e, como as mulheres consumiam mais do que os homens, a maioria dos anúncios eram feitos para elas.

O temor das feministas foi confirmado com a crise econômica dos anos 20, já que o regresso das mulheres aos lares, durante a Grande Depressão, deu-se sob as imposições dos apelos reacionários, provenientes de várias agências sociais, e esses recaíam, principalmente em torno das mulheres casadas. Destarte, a tão propalada emancipação se mostrou como uma condição ilusória, vindo à tona a fragilidade da liberdade e da individualidade, dessa categoria.

A mudança da atuação das mulheres na sociedade ocidental tem sido um longo processo, no qual muitos fatores foram se interligando. O valor da historicidade está em demonstrar que sempre existiu uma confrontação de argumentos, fundado na valoração dos sexos, cuja pergunta que persistiu aos séculos, estava pautada em saber qual deles é o maior. Masculino ou Feminino? Se no passado interpelava-se sobre a subalternidade das mulheres, diante da superioridade dos homens, na contemporaneidade, apesar das relevantes conquistas femininas, tal interpelação mantém a sua pertinência.

É certo que, durante séculos, as mulheres ficaram à sombra na humanidade, contudo, a categoria não respeitou, de forma passiva, os tantos interditos. Aqui me reporto aos exemplos dados por duas mulheres, que tiveram atuação marcante nas lutas feministas. Apesar de posicionamentos políticos e contextos sociais diferentes, ambas enfrentaram setores conservadores, defendendo as suas ideias. Tais pensamentos estavam inclusos em uma consciência libertária, emancipacionista, transgressora, com relação à categoria mulher.

Relembro o protagonismo da médica Francisca Prager Fróes (1872-1931), considerada como precursora do feminismo no Estado da Bahia, do século XIX. Ancoro-me em tal exemplo porque, essa figura de mulher, aportada na sua profissão, enfrentou a Bahia católica e conservadora de então, expressando e agindo de acordo com as suas verdades.

Em 1888, com apenas 16 anos, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o seu diploma em 1893. Foi a única mulher, dentre tantos homens, a se diplomar. Em uma fase da História, quando não se falava comumente nas doenças femininas, Fróes, ao se dedicar à ginecologia e à obstetrícia, defendia o direito à saúde das mulheres infectadas por doenças sexualmente transmissíveis, as conhecidas DSTs, envolvendo-se em discussões polêmicas sobre as questões relativas aos corpos femininos e à moral sexual. Em 1895, publicou na *Gazeta Médica da Bahia* vários artigos científicos a favor da saúde da mulher. Tal órgão nunca antes havia publicado nenhum artigo feminino. Ao defender o corpo feminino dos

preconceitos que o rodeavam, principalmente àqueles com relação à sexualidade, Prager Fróes não somente deixou seu nome impresso nos anais da Medicina, mas, igualmente, destacou-se nas suas ações, determinadas pelas suas convicções nas questões vinculadas às lutas feministas, nas quais o corpo da mulher tinha o seu espaço de discussão. Como presidente da *União Universitária Feminina*, vinculada à *Federação Baiana pelo Progresso do Feminismo*, instituição filiada à entidade criada por Bertha Lutz – outra feminista que desempenhou um importante papel na luta sufragista, em 1918 –, se empenhou, ao lado dessa personagem, na luta pelos direitos civis das mulheres, reivindicando o direito ao voto e ao divórcio. Essa figura de mulher trazia, na sua origem, a liberdade no sangue. Seu pai, um imigrante croata e judeu, tinha fortes ligações com abolicionistas históricos; sua mãe buscou nos livros a sua libertação.

Por ter um vínculo muito forte com a mãe – uma feminista que reagia às imposições sociais, com relação à sexualidade feminina, ao defender que os maridos transformavam suas mulheres em “escravas do sexo” –, Fróes se dizia feminista por herança e por convicção. Considerava que, a inferioridade da mulher, não estava no campo da fisiologia e sim do social visto que sua dependência econômica era determinante para a sua escravidão sexual.

A importância dessa mulher se situa em uma fase da História na qual a força do feminino e do feminismo era esmaecida, visto que o poder patriarcal cerceava direitos e ações, no existir dessa categoria. A referida médica, na sua ousadia, transgrediu a moral vigente, e, ao unir a medicina às lutas feministas, soube conduzir a discussão não somente nas reivindicações sufragistas, na defesa pelo voto, mas, de modo semelhante, nos âmbitos dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, colocou o corpo feminino como vetor de desejos e aspirações.

Por outro lado, ao adentrar o século XX, a figura de outra mulher também se evidenciou. Patrícia Galvão, Pagu ou Mara Lobo (1910-1962) foi, dentre outras tantas mulheres dos anos 30, uma personalidade feminina que protagonizou embates significativos no âmbito da autonomia dessa categoria.

Em época e em contexto diferentes de médica feminista, mas, da mesma forma, imbuída do desejo de liberdade, ela não se intimidou com as forças do patriarcado. Em um período no qual a ideologia existente rechaçava as expressões das mulheres, Pagu, como era nominada no seu dia a dia, munida das suas convicções – mesmo a despeito dos prejuízos por elas causados em seu corpo –, foi à luta. Apesar de não ter conseguido cumprir com a totalidade dos seus objetivos, as ações por ela empreendidas constituíram-se em acontecimentos de importância vital para as gerações que a seguiram.

Nos seus textos, nas suas poesias, bem como nas suas ações cotidianas, transgrediu as normas vigentes com relação ao comportamento feminino, seja nas suas atitudes individuais, seja nas coletivas.

Nas “extravagâncias” pessoais, a exemplo dos cabelos bem cortados, no uso de roupas transparentes, no vício público do tabaco, no sexo sem fronteiras, ela se posicionava na sua autonomia corporal e social. No papel de militante política, assumia-se como comunista, em uma fase da História na qual tal escolha era mal vista pela sociedade. Devido à sua atividade política, foi presa e torturada entre os anos de 1935 a 1940 e, a partir desse fato, sua estrutura física foi seriamente afetada. Mesmo com a saúde abalada, em virtude das agressões sofridas na prisão e do modo de vida escolhido, ainda acometida pela tuberculose, conseguiu, com o seu corpo tísico, maltratado e fatigado, se envolver com a arte e se empenhar na campanha para a construção do Teatro Municipal.

Exponho o percurso dessas duas mulheres feministas, em épocas, contextos sociais e comportamentos diferentes, para firmar um posicionamento no qual não somente registro, mas, do mesmo modo, valido as suas ações, nas dessemelhanças e nas semelhanças das experiências vividas, sobretudo, nas resistências aos padrões sexistas, nos quais o masculino tinha os seus privilégios.

Vê-se que, apesar de não trilharem os mesmos percursos, estes foram, tanto para uma quanto para a outra, repletos de dilemas e de dificuldades, em torno de um objetivo definido, isto é, lutar contra as hierarquias entre os sexos. Para enfrentar os problemas daí advindos, elas demonstraram, nas suas práticas de vida, que é possível, diante de situações adversas, elaborar ideias e construir fatos que possam estruturar e/ ou refazer processos políticos e sociais os quais sirvam de exemplos e de desafios para o feminismo dos dias atuais.

Se essas mulheres fizeram parte de um passado, este certamente posicionou e motivou as mulheres brasileiras na luta pelo seu lugar social. Entendo que, para poder conhecer melhor os conflitos vividos pelas tantas mulheres contemporâneas, é necessário definir o percurso do protagonismo por elas exercido, ao longo dos anos. Nesse particular, tanto Fróes, quanto Pagu, servem de exemplo e modelo para a nossa reflexão e ação.

Contudo, na atualidade, muitas dessas discriminações persistem. No Brasil e no resto do mundo, tanto ocidental quanto oriental, as mulheres, no seu cotidiano, continuam sendo vítimas de violência e preconceitos. Entretanto, como em épocas anteriores, elas não se

amedrontam e continuam se movimentando, na perspectiva de vencer as opressões e as discriminações, situações comumente presentes em suas vidas.

Portanto, as lutas feministas se posicionam em um locus no qual a consciência política se destaca, elas fazem partes das ações nas quais as atitudes tomadas possibilitam conduzir a humanidade a refletir na busca de relações harmônicas entre os sexos, as etnias, as classes e as gerações.

Destarte, diante das adversidades, e tendo vivido os horrores das duas guerras mundiais, dos genocídios, nos quais muitas mulheres, judias ou não, foram violentadas e mortas, das ditaduras sangrentas, das revoluções, da fome, das repressões, quase sempre sexuadas (os estupros, as violações, as mutilações genitais) ceifando vontades e desejos – acontecimentos que situam o corpo feminino como um território dominado, conquistado, silenciado –, essa categoria atravessou os séculos sendo “espectadoras e atrizes de uma formidável modificação das relações entre os sexos”. (THÉBAUD 1991, p. 9).

Munida dessa realidade, percebo que as imagens que daí surgiram vão desde a *garçonne*, representação evidenciada como um produto da guerra e dos *anos loucos*, à mulher liberada, advinda da pílula e chegando à supermulher, produto do feminismo e da sociedade do consumo. Isso nos faz apreender que as ações realizadas no final do século XIX e, essencialmente, no século XX, pelas lutas feministas, foram fundamentais para as conquistas dessa categoria, na história política do ocidente. Ademais, se tal história não teve seu fim, ou seja, se é ainda inacabada, talvez seja porque, ela traz no seu bojo uma visível permanência que, igualmente, atravessando os séculos, vem privilegiando a força viril do masculino.

Essas imagens nos mostram como tal caminho não poderia ser concebido sem uma história das representações (THÉBAUD 1991). É preciso, pois, compreender e analisar o discurso médico, a família com o seu lugar social, a demografia, a conjugalidade, a sexualidade, o desejo e a reprodução, as relações privadas e públicas, a medicalização, as transgressões, os modelos corporais inspirados pela moda e pela mídia, evidenciando, por vezes, a importância da aparência, em detrimento da essência.

Ao percorrer os caminhos trilhados pelo ser feminino no decorrer dos séculos XIX e XX, é possível apreender que, desde esses períodos da História, as mulheres não viam de forma passiva a opressão e a dominação que recaíam sobre elas.

Foram muitas as participações do feminino em busca da propalada igualdade. Neste particular, alguns exemplos vêm à tona, como as participações nas greves por melhores salários

e pela redução de jornada de trabalho – mesmo quando o movimento masculino operário, daquele período, era desfavorável às suas presenças –, as reações advindas das intolerâncias de uma sociedade baseada em uma moral cristã, que tutelava as suas vidas e os seus corpos, fixando os seus desejos sob a égide controladora das diferentes instâncias sócias, além de outras tantas condições de identidades e de diferenças, nas quais os olhares do público e do privado se voltavam para essas protagonistas.

Todavia, foi a partir desse contexto coercitivo, que o horizonte do feminino, nessa era, apesar de emudecido, começava a mudar. Assim, o século XIX inovou o modo de viver dessa categoria que, nas leituras, nas intimidades das escritas, ou mesmo na vida familiar, encontrava uma via de protesto para as injustiças vividas.

Nada foi fácil, haja vista que as mudanças trouxeram desentendimentos, confusão de conceitos. Por um lado, o lar era o único reino; por outro, esse reino passou a ser um fardo, um grande problema para o feminino. Diante desse contexto, o preconceito da inferioridade do feminino continuava, como dantes.

Muitas das mulheres pós-guerra tornaram-se rebeldes aos seus pais, mães e maridos. Estes últimos passaram a temer por sua virilidade, porquanto a sexualidade começou a ter outro sentido para o ser feminino, já que o ato sexual corria o risco de ser vivido com prazer.

Neste contexto surgem as *garçonnes*, categoria feminina, que exercia à sua maneira, uma atitude de resistência em prol da almejada emancipação. Elas traziam à tona novas representações do feminino que se manifestavam nas condutas avançadas e ousadas para a época. Dessa forma, cortaram os seus cabelos e passaram a ter uma aparência viril, optando, até mesmo pela bissexualidade. Elas tinham como objetivo conquistar tanto a independência financeira quanto a liberdade sexual e moral. Após a guerra, com a redescoberta da alegria de viver, os símbolos dessas mulheres, de saias e cabelos curtos, impõem atitudes diferentes no modo de entender essas novas experiências.

Observa-se que, como as conquistas obtidas se movimentaram dentro das sociedades falocêntricas, a conduta adotada por uma parte do feminino, dessa época, seguia esse comportamento. Pelas suas sublimações e pela aparente liberdade sexual que conseguiram, as mulheres *garçonnes* agiam e sentiam-se como se tivessem a força do masculino. As representações corporais ajudavam na resistência às desigualdades.

A História relata que a defesa dessa liberdade era feita por poucos pensadores os quais eram considerados marginais, visto que, as regras tradicionais continuavam em pauta, e o

estereótipo de mulher “rainha ou sacerdotisa do lar” se cristaliza, cada vez mais. A natureza feminina, exaltada pela sua essência reprodutora, outorga a essa categoria um estatuto de inferioridade.

O romance *La Garçonne* (1921-1922), de Victor Margueritte, fez um contraponto a tal condição. Aplaudido por poucos e renegado por muitos, a história da *garçonne* balançou os alicerces da sociedade patriarcal. A figura do feminino, exposta no romance, trazia uma representação que não era subordinada aos ditames da época. A *garçonne* era uma mulher cuja independência corporal era irredutível, já que o seu corpo pertencia a ela própria.

Esse clichê dos “anos loucos” (THÉBAUD, 1991), vendeu aproximadamente um milhão de exemplares e foi traduzido em doze línguas. O escândalo causado por tal produção valeu o afastamento do autor da *Legião de Honra*, entidade da qual fazia parte. Muitos setores da sociedade condenaram o livro, a exemplo da imprensa, dos homens da política, da família, dos romancistas acomodados com a situação patriarcal e, até mesmo, de algumas feministas que consideraram o livro pornográfico, entendendo que aquela representação situava o corpo feminino como “objeto”.

Porém, as feministas revolucionárias, principalmente as professoras primárias sindicalizadas na Confederação Geral do Trabalho Unitário (CGTU) – uma organização sindical fundada em 1921, na França –, apoiaram as ideias impressas nessa obra de ficção, fundamentalmente porque defendiam que não deviam existir diferenças entre os sexos.

O simbólico cabelo curto e o olhar que denotava uma mistura de languidez e vigilância estavam entre as tantas representações do feminino, na resistência pela igualdade de sexo. A masculinização corporal do feminino foi a forma encontrada por um grupo de mulheres para transgredir com as leis opressoras sobre os corpos femininos.

Ao findar a guerra, as memórias moldadas pela comemoração põem cada sexo em seu devido lugar. Ao se referir à luta em prol da divisão sexual, durante a Grande Guerra, Thébaud (1991, p. 31) reconhece que “as mulheres só são referidas através de alegorias: a Vitória, a viúva triste, excepcionalmente a mãe que amaldiçoa a guerra”. No entanto, se, por um lado, a historiografia e os manuais escolares descrevem o perfume sulfuroso da *garçonne*, essa nova mulher de costumes e aparência viris, por outro lado, não lhe dão muita atenção. “A guerra: um parêntese antes do retorno à normalidade, um teatro de sombras em que as mulheres, na retaguarda, só aparentemente desempenham os papéis principais” (THÉBAUD, 1991, p. 33).

Com o passar dos anos, os pais da geração seguinte já admitiam que as suas filhas estudassem e trabalhassem; elas passaram a conquistar o seu espaço com muita luta, mas agora com novos conteúdos. O pós-guerra deu às mulheres, fundamentalmente para as mais jovens, certa liberdade corporal. Nesse “Corpo República”, os espartilhos, que eram entraves em suas vidas, foram desaparecendo, assim como as roupas compridas e apertadas e os penteados foram modificados. Muitas delas adotaram os cabelos curtos à *garçonne* e começaram a praticar esportes. O corpo feminino passa a se movimentar e se transforma, simbolizando tanto a resistência às pressões a ele impostas, quanto à transgressão. Nos gestos mais soltos, nas roupas e nos cabelos masculinizados, “A Belle Époque”³⁰ exprime uma revolução no cotidiano das mulheres com relação aos seus respectivos corpos. As danças, os novos ritmos americanos, outros costumes, os desportos, a responsabilidade com a beleza e a sexualidade, intensamente mais exploradas, são fatos novos e vão aos poucos ganhando espaços timidamente, porque, no aparente cotidiano, os corpos femininos continuavam dominados e explorados pela força patriarcal.

A guerra separou ainda mais os sexos, e as atitudes entre o masculino e o feminino se tornavam cada vez mais conservadoras. Os homens eram moldados para o combate e para as conquistas; as mulheres, para procriar e cuidar dos filhos. A rua era um espaço de tentação, de desvio para o feminino.

Expõe-se mais uma dualidade. Por uma dimensão, a vontade se faz presente e confere sentido à corporeidade da mulher; em outra dimensão, durante um longo período histórico – marcadamente no século XIX e nas primeiras quatro décadas do século XX – grande parcela do universo feminino manteve a sua existência vinculada à reprodução da espécie, tornando-se alheia às transformações políticas, sociais e culturais, que ocorriam no decorrer da história. O corpo feminino configurava-se como corpo de mãe e não de mulher. Crescia, essencialmente, nas classes médias e altas os interditos com relação às ações do feminino. Estava destinado a tal categoria, com base na mentalidade de então, o espaço doméstico. “Coadunava-se tal forma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública” (SOIHET, 2009, p. 363).

Das duras leis impostas pelo Estado, pela Igreja e pela Medicina, à vigilância ostensiva dos pais, tutores, tios e demais agregados, tudo se voltava para abafar e coagir a sexualidade feminina. O “corpo feminino intocável” se fundamentava na ideia que reinava para sustentar

³⁰ Nome dado ao período de progresso, essencialmente, no nível intelectual e artístico. Foram anos de inovações tecnológicas, a exemplo do telefone, do telégrafo sem fio, do cinema, do automóvel e do avião. Todas essas descobertas originaram novos modos de vida que repercutiram no cotidiano dos indivíduos.

tal atitude: o masculino era superior ao feminino e cabia a ele gerir a conduta do feminino, com base na sua autoridade.

Le Breton (2011, p. 58), ao explicar sobre esse “corpo intocável”, menciona que todos que ousassem transgredir os limites impostos ao corpo, não gozavam de uma estima, principalmente, aqueles seres que se colocavam em frente a certas tradições populares, enraizadas sob o signo de uma transcendência cristã. “O homem (indiscernível de seu corpo) é uma cifra do cosmos, e fazer correr o sangue, ainda que se faça como terapia, equivale a rasgar a aliança, a transgredir um tabu”.

Voltando ao título deste capítulo, no qual a História e a Epistemologia se unem, os acontecimentos, aqui relatados não condizem com a passividade do feminino, porquanto as conquistas sociais foram marcadas por intermédio dos movimentos ou de grupos feministas, por vezes contraditórios, mas, que carregavam, e ainda carregam uma bandeira na qual o carro chefe continua sendo a liberdade e o desejo de igualdade, entre os seres.

Logo, a autonomia ou a liberdade do feminino é vista como um processo e não pode ser interpretado como um fato natural, mas, “como uma elaboração social e de longa duração havendo a necessidade da conscientização de e para si como sujeitos de sua própria história” (CAVALCANTI, 2013, p. 1).

Por certo, os fatos que demarcaram as lutas feministas evidenciaram esses anseios. Embora tenha sido excluída e discriminada, a categoria seguiu em frente, reivindicando cidadania e direitos sociais. Consoante o pensamento acima exposto, nada na história é naturalmente conquistado. Para isso os embates se fazem presentes. Entremeados pelos conflitos e pautados pelas contradições eles acontecem incrustando, na consciência dos seus protagonistas, um sentimento de pertença, mesmo com as dificuldades advindas dos ditames patriarcais.

Nessa fase da História, nas classes altas e médias, poucas modificações aconteceram de imediato. Gozando dos privilégios comuns a essa condição, as classes mais abastadas deixavam manifesto que a igualdade não era para todos os segmentos sociais. Ao fazer uma análise desses anos, vê-se que nas classes mais pobres as grandes transformações começaram a tomar corpo, porque seus integrantes tinham que se unir em nome da sobrevivência. Todos eles, sem exceção de sexo, estavam limitados em seus direitos; por isso, pais, mães e filhos trabalhavam juntos, a fim de garantir a manutenção da família. “A mulher estava inserida no processo de produção caseira, mas alternou sem limites definidos com este trabalho a atenção da família e a criação e educação dos filhos” (LANGER, 1981, p. 19).

Com a Revolução Industrial, principalmente na sua segunda fase, compreendida entre os anos de 1860 e 1900, e a conseqüente ocupação dos operários nas fábricas, os homens abandonaram a produção caseira, e as mulheres os seguiram, dessa vez não por rivalidade, mas por necessidade. Os filhos não ficaram atrás e se empregaram, para que a família pudesse subsistir.

Tal situação não está muito longe dos registros contemporâneos. Os corpos “excluídos” das meninas “flanelinhas”, por vezes exibindo seus ventres prematuramente grávidos – sem nem sequer terem gozado os prazeres da infância e adolescência –, colocam às claras o disfarce da sociedade com relação a essas estruturas corpóreas, considerados por muitos como “abjetos”. Vale dizer que tal tema é uma digressão que, talvez, não convenha a esta tese, contudo, é preciso não se esquecer de denunciar certos fatos que, devido a sua permanência, validam os retrocessos sociais.

Mas, mesmo a despeito de viverem sob a ordem patriarcal, é bom lembrar que as mulheres do começo do século XX já tinham a consciência da importância em reduzir o número de filhos. Os progressos da Medicina foram essenciais para essa situação. Havia diminuído a mortalidade infantil e alguns dos métodos contraceptivos passaram a ser disponibilizados para o casal. Em 1916, na América do Norte, funda-se a primeira clínica de controle da natalidade. Tal tema está incluso no quarto capítulo.

As mulheres, já no primeiro grande conflito mundial, viram-se, de repente, convocadas a abandonarem seus lares e a trabalharem para servir ao seu país. A princípio, realizaram funções até então desacreditadas por elas mesmas, obtendo com o trabalho independência e responsabilidades. A força do trabalho feminino, colocada em serviço da pátria, passa a ser valorizada. Pertinente nesse momento revisitar Thébaud (1991, p. 47): “a enfermeira, mistura de santa e de mãe, é a personagem mais louvada: os soldados temem a *entrega* que significa submeter-se aos seus cuidados”.

A partir daí, após o término da guerra, em 1918, as transformações tornaram-se irreversíveis. Alguns homens, ao voltarem para os seus lares, se depararam com mulheres mais independentes e conscientes dos seus valores. Por serem obrigadas a trabalhar, elas saíram do seu espaço privado e se misturaram ao público; ao viverem a vida da cidade, começaram a romper com um símbolo de dominação masculina. Instituiu-se o conflito entre a casa e a rua, ainda tão presente, em muitas mulheres da sociedade contemporânea. Corpo família? Corpo mulher?

Dessa forma, as ideias higienistas dos médicos sanitaristas, entre 1890 e 1930 entraram nas pautas sociais e originaram prescrições que influenciaram, sobremaneira, muitos dos hábitos e costumes do cotidiano familiar dos indivíduos, essencialmente do feminino. A corporeidade, os prazeres e a sexualidade transitavam tanto no campo do permitido – a depender das conveniências dos sanitaristas – quanto do interdito.

Conforme essa visão era necessária que a profilaxia antimicrobiana fosse imposta nos lares, e, para tanto, foi outorgada à mulher a responsabilidade pela saúde da família, ou seja, pelo “corpo familiar”. A ela caberia controlar a higiene doméstica, educando a prole, principalmente as filhas, para serem as mães das futuras gerações do Brasil. Era a família modeladora, na qual as progenitoras tinham obrigação de vigiar o procedimento das suas meninas, zelando pela boa conduta. A vigilância e a autovigilância se impunham. As heroínas românticas ou candidatas aos casamentos eram bem cuidadas e deveriam se manter em casa, para não macular a sua imagem de pureza. A virgindade, principalmente nas classes altas, era um requisito fundamental para manter o *status* da família, já que o casamento, na maioria das vezes, se assentava no valor econômico e político, visando ao sistema de herança e garantindo a parentela.

A sexualidade se tornou um grande problema para as mães daquela época, tendo em vista que a educação feminina passou a ser de suma valia em nosso país. A sociedade falocêntrica continuava oferecendo sérias resistências às mudanças. Naquele contexto, um dado importante chamava a atenção dos médicos higienistas, isto é, as altas taxas de mortalidade das mães durante o parto e o número de crianças que morriam, ao nascerem. Por conta disso, era aconselhável uma atitude de prevenção para com esses seres em tais condições. Defrontando-se com esse problema de grande monta, a maternidade, ou melhor, o corpo feminino passou, mais uma vez, a ser monitorado pela Medicina. Tais acontecimentos levaram ao desenvolvimento da “maternologia”, e esta se vinculou ao pensamento higiênico, próprio àquele período. Por intermédio da proteção à mulher e à infância, os médicos, higienistas e reformadores sociais “profissionalizaram” a maternidade, construindo “um discurso e uma prática que tinham nas crianças e nas mães seus elementos centrais” (MATOS, 2003, p. 111).

O corpo feminino, então tutelado pelos poderes e saberes da Medicina, fazia cair sobre a mulher a responsabilidade na construção da prole, seja ela saudável ou não. Os médicos sanitaristas de então transferiram para as mães a culpa pela mortalidade infantil e pelo comportamento inadequado das crianças. Com essa visão, novas regras de procedimentos passaram a fazer parte do dia a dia do feminino. Entra em pauta, por um lado, o aleitamento

materno – uma ação fundamental de união familiar e de estreitamento dos laços entre a mãe e o filho recém-nascido. Em contrapartida, por outro lado, se a mulher recusasse a amamentar a sua criança, passava a ser mal vista, pelos diversos setores sociais.

Vê-se que o conflito entre ser mulher e ser mãe, sempre foi um problema ideológico. A modelagem e o desejo corporal do feminino não se estabeleceram pela vontade de tal categoria. Ao se submeter às leis criadas pelas imposições do masculino, a subjetividade das mulheres se posicionava em um plano determinado e dependente pela força da assimetria entre os sexos. As mulheres estavam proibidas de pensar diferente, e não cabia a elas questionar as normas vigentes. Tais normas eram dogmas construídos sobre a “natureza feminina”, de acordo com o que pregava a cultura patriarcal. A ambivalência do feminino se movimentava em um terreno no qual o silêncio e a solidão eram cúmplices dos sentimentos. As mulheres não eram compreendidas como seres singulares, visto que o baluarte da maternidade se incrustava no naturalismo e, se assim não fosse entendido, elas carregavam consigo a culpa de não ser a “boa mãe”. A visão higienista ainda excluía as mulheres que não queriam ser mães, não considerando como legítima a luta da categoria por igualdade de direitos.

A Igreja, de modo semelhante ao que acontece na atualidade, não aceitava os métodos contraceptivos, e entre os médicos não havia um pensamento unificado com relação a tais procedimentos. O aborto, portanto, era condenado, tal qual ocorre nos dias de hoje. Eram poucos os profissionais que advogavam pela “maternidade consciente” (MATOS, 2003).³¹

Nesse contexto, a maioria dos profissionais da Medicina admitia apenas o uso do coito interrompido, as famosas tabelas de controle do ciclo menstrual, as duchas de água ou as esponjas umedecidas com substâncias ácidas – a exemplo do limão, do vinagre ou mesmo dos desinfetantes, os quais, devido às suas propriedades ácidas, agiam matando os espermatozóides. Todos esses métodos eram considerados como naturais, por não provocarem danos à corporeidade feminina. Acreditava-se que somente dessa maneira se poderia impedir a degeneração da espécie humana. E, se a função da sexualidade estava atrelada à reprodução, nada poderia ser contrário à sua ação. Todas as outras condições que pudessem desviar ou competir com a função reprodutora deveriam ser combatidas, já que se configuravam em uma ameaça à sociedade. O corpo feminino se polarizava e, entre a maternidade e o desejo emergiam diferentes concepções de sexualidade. Na defesa do pudor, o espaço geográfico corporal da

³¹ Conceito relacionado à escolha do momento ideal para a maternidade, no qual se incluía o planejamento familiar, com o uso dos métodos contraceptivos em vigência. Porém, era uma ideia complicada, pois outorgava ao feminino a condição da escolha, fato que não era conveniente para os setores conservadores.

mulher era destinado apenas à procriação. Estava conseqüentemente interdito o gozo em qualquer outra dimensão. Vê-se que, era mais um corpo da família que um corpo de mulher.

E, se o prazer e o desejo estavam relacionados a uma função desviante da sexualidade, a sua prática nada tinha a acrescentar com relação à reprodução da espécie. Tal violação estava impressa no corpo da “mulher desejante” que, por não assumir o seu papel fundado na maternidade, era considerada como uma mulher possuída pelo desejo e identificada com o Mal. Destarte, por ser transgressora das normas e das imposições sociais do imaginário cristão, tinha “o diabo no corpo”. Se as associações entre corpo e prazer provocavam o castigo divino, o corpo feminino nu, desejante e luxuriante, combatido pela Medicina e pela Igreja, era pecaminoso para a sociedade. Essas agências atuavam no sentido de afastar a mulher da sua estrutura corporal.

O desejo e o gozo feminino, como condições interditas, ao incorporavam ao mundo do pecado se associavam às figuras demoníacas, e estas desviavam o dito corpo do caminho da retidão, da pureza.

Para a medicina higienista, a categoria de mulher desejante, ou seja, a prostituta, deveria ser alijada da sociedade. Para a ciência médica, em nome da higiene coletiva, era imprescindível medicalizar a vida de tal categoria, normatizar as suas ações e os seus espaços e confiná-la em um sítio próprio, visto que, considerada como perigosa, seus desejos estavam vinculados à degeneração da espécie. Nessa visão, fica manifesto que a sexologia do século XIX transferiu os princípios da moral cristã para a medicina, se pautando em um falso discurso científico com relação à sexualidade humana.

Neste espaço, os humores de Galeno voltam a prescrever as normas do feminino. Os higienistas acreditavam que, ao combinar, em medida desproporcional, os humores do organismo, como o sangue, a bile e a linfa, possibilitava acarretar doenças, principalmente a melancolia. Tal condição, considerada como demoníaca, na visão médica de então, deveria ser erradicada. O desconhecimento e a ignorância acerca da fisiologia do corpo da mulher construíam um discurso médico masculino, misógino, conduzindo a gravidez como a verdadeira cura para a indisposição e o mal-estar do feminino. “Era no papel de procriadora que a mulher escapava, da *sufocação da madre*, doença na qual vapores subiam do útero, ou mesmo o próprio útero deslocava-se até a garganta, sufocando” (DEL PRIORI, 2009, p. 84).

A medicalização do corpo feminino se processava com o objetivo, manifesto, de eliminar os seus desejos. O embate da Igreja e da Medicina, envolvendo desejo e maternidade,

já enunciado no século XIX, se enfronhava no ambiente da família e, ao recair sobre o corpo da mulher, mantinha o dedo apontado na tradição cristã. “Com o cristianismo, o erotismo foi esvaziado de suas virtudes e concebido como pura negatividade” (BIRMAN 2001, p. 64). Foram tempos nos quais era preciso frear ou enfeiar a corporeidade feminina para gozar das graças divinas e sociais.

As normas médicas e religiosas se movimentavam sobre os leitos conjugais, proibindo os cônjuges de agirem em sentido oposto à “natureza”. Entretanto, nessa obediência estava inclusa mais uma assimetria entre os sexos, já que o prazer, condição de privação para o feminino, era obrigatória para o masculino. A impotência dos machos era uma maldição e promovia humilhação. Esta última situação não difere muito nos tempos atuais, porquanto o compromisso ou imposição com a virilidade é um requisito arraigado na cultura ocidental e patriarcal.

Se, por um lado, a Igreja e a Medicina tutelavam o corpo da mulher, por outro lado, a cultura a incentivava a buscar meios de embelezamento. Com tal entendimento, as revistas femininas não perderam tempo e passaram a usar, como ferramenta de sedução, reclames cujos teores recaiam sobre o cuidado com o corpo. A *Revista Ilustração Brasileira* (Junho de 1923), editada mensalmente e pertencente à Sociedade Anônima *O Malho*, ao fazer propaganda de um determinado sabonete, instigava as mulheres para o cuidado com o corpo, diante das “suas graças pessoais”.

Figura 1: Propaganda de sabonete



Fonte: Revista Ilustração Brasileira, Anno IV, nº. 34 junho de 1923, Rio de Janeiro.

As moças sensatas não pensam só nas diversões e nas festas. A sua imaginação, às vezes, é atraída para coisas mais graves, mais práticas e mais transcendentas.

Pensam no seu noivo, porém rápida e fugitivamente, porque, no fim das contas, o noivo, enquanto não é marido, é um número de loteria, que pôde (e é quase certo) ficar convertido n'um pedaço de papel, imprestável para qualquer uso.

Conservar a sua saúde, beleza, juventude, eis ahi um pensamento que deve ser tenaz, persistente em toda a cabeça de mulher bem organizada (Grifo da autora)

Essa moça, que os srs. vêem ahi, por exemplo, em que julgam que está pensando?

N'uma nova recepção que deve ser dada à Sra. Castex?

Em outra comida diplomática que deve ser feita para a chegada d'um novo ministro?

Nos vestidos que vae usar na próxima estação balnear?

No próprio noivo?

Não senhor. Essa moça pensa que já é mais de meio dia, e que ainda não chegou o embrulho com as caixas de Sabonete de Reuter, de que necessita fornecer-se, para estar certa de que os extraordinários pedidos a que têm que atender a casa introductora, **não a prive d'este principalíssimo elemento conservador de suas graças pessoas**, pois devido ao Sabonete de Reuter, a sua tez brilha pura e lisa, e em torno de sua pessoa desenvolve-se um aroma, que parece ser desprendido de um riquíssimo "bouquet" de flores (GRIFOS DA AUTORA).

Nas afirmativas do referido reclame, acima descrito e aparentemente ingênuo, fica clara como a beleza corporal sempre foi um problema pensado como "coisas mais graves e mais transcendentas". Manter a condição de saúde de beleza e de juventude, já em 1923, era uma condição enquadrada no pensamento "persistente e tenaz da mente de toda mulher organizada".

O modo de a mulher encarar a feminilidade nas sociedades em que foi treinada para negar tal condição, principalmente com relação a sua sexualidade, o empenho em cuidar do corpo e de se manter atraente, tinha um objetivo próprio. Dentro de um ambiente de insinceridade e desfaçatez, tal proceder podia visar aos meios necessários de conquistar uma posição social a qual lhe assegurasse a união com o masculino (SAFFIOTI, 1976). Neste contexto, cuidar do corpo não era uma atitude narcísica ou mesmo alienada; era, sobretudo, uma atitude de necessidade econômica, talvez, uma saída para o ser feminino se sentir escolhido e amado. Vê-se que a vitimização passa longe desse comportamento, já que nele há um desejo e uma conservação arquitetada, da vida doméstica. Nas aspirações femininas, era conveniente "conservar as suas graças "pessoas".

E o que isso tem a ver com os dias atuais? Nesse processo de sedução, instituído pelas sociedades consumistas e veiculado pelas mídias, a autorresponsabilização encontra sempre o seu espaço de atuação. O corpo, como componente fundamental da construção das identidades,

se sente acuado diante da falta dos produtos que possibilitam a sua conexão com o *status*. Esse elemento, assim percebido, se estabelece como um capital simbólico (GOLDENBERG, 2011), que, ao se inserir nas sociedades especializadas em vender “as coisas”, vende modelos ou ideais, na maioria das vezes, irreais. Essa conduta torna as pessoas insatisfeitas, intranquilas e, como ilustra a “inocente” propaganda do sabonete, pensativas.

A representação do pensar feminino, exibida acima, manifesta uma ideia de que, na angústia da espera, a mulher estava pronta a valorizar tudo aquilo que poderia lhe conduzir a uma vida plena e feliz. Assim, afirma o reclame: “a imaginação de uma moça sensata é atraída para coisas mais graves, mais práticas e mais transcendentas”.

Nota-se que, mesmo a despeito da ampliação do horizonte feminino, as ambiguidades vinculadas à sua corporeidade se mantinham e continuavam transitando entre duas categorias, quais sejam: a mulher reprodutora, esposa e mãe e a mulher desejante, transgressora e/ou pecadora. A primeira, dita como responsável pela adequada perpetuação da espécie, se identificava com Deus; a segunda, situada como desviante social, deveria ter a sua vida alijada da sociedade, porquanto normatizada pelos preceitos e pelas normas da medicina social. A submissão, aí imposta, tinha vigor e modelava a vida desses seres.

Nesse período, cada sexo, naturalmente diferente, tinha os seus “papéis,” e a tentativa de se abstrair deles era sempre uma batalha travada com as forças que detinham o poder. A família, por exemplo, como uma dessas agências, era não apenas o sangue, ou a garantia da espécie, mas, igualmente se situava como “um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido” (PERROT, 2009, p. 91). Tal instituição, regida pelas leis dos homens, se posicionava em uma fronteira indefinida que abrangia o público e o privado, já que tinha o dever de zelar pela pureza e pela saúde da prole, essencialmente no que se referia aos respectivos corpos das meninas.

As mães se preocupavam com a sexualidade das suas filhas, principalmente porque, nessa fase da História, as meninas, aos 12 anos podiam contrair matrimônio, porém, eram os pais que decidiam quando e com quem o matrimônio podia ser realizado. Havia uma grande preocupação, por parte das famílias, se, aos 13 ou 14 anos, suas filhas não “arranjassem” um marido ou um pretendente. A Igreja não somente permitia esses precoces casamentos, como também, vigiava as meninas nos seus comportamentos, gestos e sentimentos.

Com seus corpos domados, essas pequenas mulheres se casavam, por vezes, até com homens muito mais velhos que elas. Não conheciam nada sobre o sexo e eram a ele apresentadas

de uma forma grosseira, pelo macho, no leito nupcial, quando na consumação do casamento, isto é, no rompimento abrupto do hímen vaginal. Os maridos, agora, seriam os donos dos seus corpos, e a Igreja e a Medicina, continuava a monitorá-los. O casal não podia exprimir, em público, quaisquer gestos físicos mais sensuais. Estes eram considerados como atos lascivos e não condizia com a boa moral, visto que, a “mulher oficial” não deveria ser tratada como amante. Na alcova conjugal, o corpo feminino deveria ser contido e não expor os seus desejos. Como espaço de privilégio do masculino, ele abrigava aquilo de mais secreto, que deveria ser subestimado, nos sentimentos das mulheres. Era diante das normas que, os homens e as mulheres, cumpriam com as suas obrigações conjugais, “sexuais,”. O feminino dissimulado podia, quando muito, insinuar a sua vontade. Com o impulso sexual contido e normatizado, a reprodução se efetuava. O silêncio feminino envolvia a concepção.

Ademais, as pequenas “mulheres”, ainda com os seus corpos imaturos para a procriação, muitas vezes, tinham as suas vidas ceifadas por não resistirem ao trabalho de parto. Nesse tempo, a fecundação era controlada por intermédio do coito interrompido, entretanto, tal iniciativa cabia ao homem, e esse deveria estar atento ao ato. Eram práticas, muitas vezes, aprendidas na clandestinidade dos bordéis, pelo masculino, frequentados. Nas classes mais abastadas, as lavagens eram frequentes e, os “neomalthusianos”, do início do século XX, divulgavam certos preservativos e “esponjas *absorvit*” (PERROT, 2009, p. 136). Todavia, essa prática era rechaçada pelo feminino, por nojo ou porque a mulher sentia que tal conduta era uma intromissão excessiva em sua vida.

Muitas mulheres praticavam o aborto, em caso do “infortúnio” de uma gravidez indesejada ou proibitiva. Tal procedimento era praticado e ocultado por muitas fêmeas casadas e multíparas, normalmente aquelas das classes sociais mais altas e as solteiras ou as adúlteras, principalmente, nas capitais. O aborto provocado, nesses tempos, já era utilizado como um modo de contracepção. Porém, o desejo de ter uma prole também, era manifesto. Tal fato estava na ordem tanto da importância da transmissão da linhagem quanto na compreensão de que a fêmea infecunda era considerada como “não mulher”, ideia que permanece expressa no imaginário de muitas mulheres e também de alguns homens, dos dias atuais.

O ato sexual não acontecia apenas sob os auspícios da moral religiosa. Nele, estavam contidas as regras físicas, impostas tanto pelos teólogos moralistas e, da mesma forma, pelos médicos. O coito era condenado se o homem estivesse de pé, sentado ou por baixo da mulher, isso porque se o esperma não entrasse no lugar adequado ele poderia ser gasto sem proveito e, em consequência de tal desperdício, a procriação seria prejudicada (ARAÚJO, 2009). O

corpo feminino, então estuprado, normatizado, regulado, era objeto servil aos desejos e aos prazeres do masculino.

Vê-se que, desde as mais tenras idades, as meninas tinham os seus sentimentos e os seus desejos corporais dominados e reprimidos pela força do masculino. A puberdade e a adolescência, fases consideradas como críticas, faziam com que os médicos elaborassem várias regras, tanto para as meninas, quanto para os meninos. Era uma etapa de transformações na qual os perigos rondavam os corpos femininos, daí a necessidade de eles serem controlados por remédios e por severas normas, essencialmente, naquelas ações que se relacionavam com as questões inerentes à sexualidade.

Nas sociedades ocidentais do século XIX, os estatutos vigentes enfatizavam a necessidades de a mulher exercitar ações concernentes à fêmea “honesta”. E, mesmo diante das imposições e das submissões, durante toda a História da humanidade, as transgressões sempre se fizeram presentes com relação às experiências corporais dessa categoria. A Igreja, a Medicina e a Família, mesmo de posse da questão, não conseguiam uma adesão completa, por parte da mulher, já que o fogo do desejo nem sempre podia ser controlado. As mulheres, de certa maneira, tinham consciência do seu poder e, apesar de não o manifestarem no cotidiano da sua conduta, elas intuía que, ao arrebitarem as amarras, estava ameaçado não somente o equilíbrio doméstico, mas também a ordem das instituições civis, religiosas e grupo social ao qual pertenciam. Como nesse período, a sexualidade da mulher, inicialmente, estava adestrada ao pai, passando em seguida aos irmãos e depois ao marido, a educação feminina era direcionada, essencialmente, aos trabalhos domésticos, isto é, aprender a fiar, a coser, a cozinhar. O programa de estudos para os meninos era bem diferente daquele destinado às meninas. O ler e o escrever eram subestimados para as mulheres. Essas atividades, quando se realizavam, quase sempre aconteciam “em casa ou nos *recolhimentos*, indicando estilo de vida conventual, em ambiente de clausura” (ARAÚJO, 2009, p.50). Ao tomar como base os estatutos elaborados pelo bispo Azeredo Coutinho³² (1798), o autor explicita que, quando no espaço do *recolhimento*, as meninas recebiam de suas mestras os ensinamentos concernentes apenas aos princípios da religião, visto que estas as protegiam dos efeitos maléficos do sexo.

Foi assim que lançaram mão dos mais diferentes meios e artifícios para escaparem das imposições imputadas. Por vezes, para se livrarem de certas condições indesejáveis, preferiam

³² Azeredo Coutinho foi um escritor católico brasileiro, formado em direito canônico. Ele elaborou, em 1798, os estatutos para o reconhecimento oficial do *Recolhimento da Glória*, instituição de vida religiosa e de formação feminina (FÉRRER, 1995, p. 369).

morar em instituições. Entram em cena, os conventos e os *recolhimentos*. Esses se constituíram em lugares de resistência para as mulheres que, mesmo diante da Igreja e de todas as outras instâncias sociais, cerceando as suas vidas, criaram, aí, um espaço de transgressão. “Mulheres que disputavam com eclesiásticos pelo direito de fundar mosteiros (...). Religiosas que se negavam a reformar a vida monacal segundo normas estabelecidas por autoridades clericais” (NUNES, 2009, p. 489,490).

Contudo, os conventos e os *recolhimentos*, ao tempo em que se firmavam como lugar de resistências, eram, igualmente, um espaço de desistências, nos quais a vontade e as escolhas do feminino eram embotadas e desconsideradas, visto que, muitos dos desejos, dessa categoria, foram deixados para trás por conta das imposições construídas em torno deles. Em frente aos seus conflitos, a escolha por tais locais não estava no âmbito da emancipação já que tanto um quanto o outro foram *locus* de domínio da corporeidade e da sexualidade das mulheres. Eram ambientes nos quais os dramas vividos, em certa medida, levavam esses seres a optar pelo enclausuramento. As causas dessas escolhas estavam, quase sempre, situadas nos acontecimentos, por vezes trágicos e catastróficos, que envolviam, sobremaneira, as questões corporais, isto é, uma união conjugal indesejada, a virgindade perdida, a gravidez fora do casamento, os abortos “voluntários”.

Algumas brechas foram utilizadas por muitas dessas mulheres. Por detrás das preces e das devoções, elas encontraram formas de se contrapor às forças religiosas e às masculinas. Nos seus estudos sobre tal questão, Perrot (2009) admite que nesses espaços, o ser feminino, dentre outras atitudes, lançou mão da cultura e, por intermédio dos livros, surgiu a possibilidade de se apropriar de certas condições as quais somente eram oferecidas aos homens. O estudo do Latim, por exemplo, foi uma dessas possibilidades, já que esse direito era concedido apenas ao masculino. Ao se referir às invisibilidades das mulheres, a escritora traz a nossa reflexão alguns questionamentos relacionadas a tal situação. Esses vão desde a proibição dos espaços públicos, até o silêncio das fontes relacionadas às suas atuações, exercidas fora do lar.

Justifica a assertiva na compreensão de que, como eram pouco vistas nos locais públicos, as representações femininas, nesse espaço reservado ao masculino, eram escassas ou nulas. Entretanto, intuo que, mais do que as justificativas mencionadas pela autora, tais invisibilidades estão situadas nos sentimentos anímicos desses seres, marcadamente com relação aos discursos que abarcam a assimetria entre os sexos. Por isso que, ao falar sobre o ser feminino e as suas relação com o corpo, não posso deixar de abordar o silêncio que persistiu e que ainda persiste, em torno de um objeto violentado nas suas mais diversas formas. Do tabu

do sangue menstrual que associado às impurezas corporais impingia nessas protagonistas a vergonha e o silenciamento; à virgindade, condição tida como um capital social e financeiro das mulheres solteiras; do estupro no leito conjugal à dependência sexual a um corpo reprodutor, o silenciamento se impôs e o livre acesso aos espaços públicos foi – e, de certa forma, ainda é – uma conquista recente e conflituosa para essa categoria.

Mais uma oposição no debate sobre essa questão: por um lado, a sexologia do século XIX – advinda da medicina higienista e apoiada na moral ascética do Cristianismo – possibilitou uma versão deturpada e castradora acerca da sexualidade feminina; por outro lado, os conventos ou recolhimentos nem sempre denotavam, para tal categoria, modelos de vida virtuosa. É provável que tenham se originado desses comportamentos as dificuldades, manifestada nos dias atuais, para muitas mulheres exercerem, com plenitude, a condição de seres sexuais. Esse fato é importante de ser aqui pontuado, haja vista que, a despeito dos inúmeros avanços até então conquistados, o corpo feminino e a sua sexualidade ainda continuam sendo um verdadeiro mistério para muitas dessas protagonistas. Tal condição, não é tão estranha, nos dias atuais. Muitas mulheres, que adentram aos consultórios ginecológicos, outorgam para si a condição de “mulher frígida”. É com esse corpo inerte e silenciado que se submetem aos “deveres conjugais/sexuais, nos quais o prazer está longe de ser vivido.

Nota-se que, se no passado se discutia o que poderia ser permitido, exibido ou omitido, nos tempos do agora a notória exibição pública dos corpos femininos, veiculada pelas mais diferentes instâncias, vem colocando a sexualidade e as subjetividades desses corpos no campo das controvérsias. Dessa forma, essa categoria segue problematizando a história da sua corporeidade. Em vistas dessa assertiva, o corpo se tornou, de fato, um sujeito da história (COURTINE, 2008). A sua historiografia perpassa o tempo e o espaço e demonstra a importância do seu estudo, no seio das diversificadas áreas de orientação e conhecimento. São fatos que nos conduzem à compreensão de quão ambíguas são as mudanças, pois, mesmo com as incontestáveis conquistas femininas, marcadamente nesses últimos dois séculos, permanece a ideia de que muita coisa muda, porém, do mesmo modo, outras tantas persistem, ao longo dos anos.

Fala-se aqui do corpo do ser humano se colocando entre a natureza e a cultura. Pertinente voltar a Le Breton (2011), quando admite que o avanço do individualismo ocidental foi que permitiu situar o corpo como fator de individuação. O indivíduo passou a ter um sentimento sobre si mesmo, antes desconsiderado, visto que se distingue dos seus semelhantes. Inicialmente, ele recuou, mas depois abandonou de certa forma, a visão teológica da natureza.

No mundo que o cerca, a mão do humano é que tem a autoridade de construir. Desse modo, o corpo se tornou alvo de diferentes intervenções, muitas delas fabricadas e elaboradas de acordo com as conveniências sociais. Com tal perspectiva, a natureza, mesmo perdendo o seu poder sacralizado, se enlaçou à cultura, elaborando conceitos e proposições. Nesse *ethos*, o corpo humano, cada vez mais, se situa como elemento encravado na biologia, na cultura e no psiquismo, construindo as representações do sujeito que o encarna.

Prosseguindo com a investigação histórica, o segundo conflito mundial (1939 - 1945) conduziu maior número de mulheres ao combate, em comparação com o primeiro conflito. Muitas delas, indo de encontro aos ideais fascistas, fizeram parte da Resistência ou se engajaram em ações, por intermédio da escrita, provando que eram capazes de cumprir as missões a elas conferidas. Os corpos, agora atacados de forma beligerantes, tinham na essência dessa guerra o extermínio da humanidade. Ao atacar os judeus, os homossexuais, os idosos, as crianças, as mulheres e os homens, não arianos, e do mesmo modo os doentes, os loucos, os deficientes, visava criar uma estrutura de família de raça “pura”, pretensamente livre de qualquer defeito.

Foi nesse contexto que os valores falocêntricos patriarcais se exacerbaram. A Pátria e a Medicina, ao fazerem parte de um ideal eugenista, adepto do “aperfeiçoamento da raça humana”, violentavam os direitos essenciais do sujeito. Eram as marcas da história nos e sobre os corpos humanos. As mulheres se sentiram motivadas a tomar a direção de sua condição de inferioridade.

As ideias de Beauvoir (2010, p. 564) voltam a fazer eco, e a pergunta chave da sua filosofia, com relação ao feminino, se pauta em compreender tal questão: o que é esse Outro que denominamos de mulher?

Em muitos pontos, compreendera quanto, antes da guerra, eu pecara por abstração: sabia agora que não era indiferente ser, ariano ou judeu; mas não me dera conta de que houvesse uma condição feminina. Subitamente eu encontrava bom número que tinham ultrapassado os quarenta anos e que, através da diversidade de suas oportunidades e de seus méritos, tinham todas uma experiência idêntica. Tinham vividos como “**seres relativos**”. **Porque eu escrevia, porque minha situação diferia da delas, e também, penso, porque sabia ouvir, disseram-me muitas coisas.** Eu começava a dar-me conta das dificuldades, das falsas facilidades, **das armadilhas**, dos obstáculos que a maioria das mulheres encontra em seu caminho; percebi igualmente em que medida elas se sentiam a um tempo **diminuídas e enriquecidas**. Não dava ainda muita importância a um problema que só me tocava indiretamente, mas minha atenção fora despertada (GRIFOS DA AUTORA).

Mais um paradoxo advindo do olhar de Beauvoir. A condição feminina circulava entre a inferioridade, já que as mulheres se sentiam diminuídas, isto é, “seres relativos”, logo coadjuvantes, mas, ao mesmo tempo “enriquecidas” com as artimanhas das “falsas facilidades”. Na perspectiva da filósofa francesa, foi diante de tal percepção que a fraternidade se fez presente entre as mulheres, “desencadeando seus ritos secretos ao abrigo do mundo” (BEAUVOIR, 2010, p. 565).

Os acontecimentos se sucederam e com eles os pressupostos de Beauvoir se mantiveram no cerne das discussões sobre o feminino. Ao chegarem aos anos 50, no período pós-guerra, com o fim da escassez, o consumo voltou a fazer parte da vida das pessoas. O panorama social era bem diferente daquele da Grande Guerra.

Nessa fase, considerada como os “anos dourados”, no Brasil, as mulheres – marcadamente aquelas das classes sociais mais privilegiadas, amparadas pelos avanços tecnológicos, sobretudo dos aparelhos eletro domésticos, dos cosméticos, dos novos produtos de limpeza, e de todas as outras vantagens oferecidas pelo capitalismo – viviam o crescimento urbano que ampliava, cada vez mais, o acesso à educação, à informação, ao lazer e ao consumo.

Se, por um lado, essa nova vivência, oferecia ao feminino novas oportunidades, por outro lado, as diferenças entre os sexos eram bem definidas. A feminilidade continuava marcada pelos “papéis” tradicionais outorgados a essa categoria. O corpo do ser humano, marcadamente o feminino, continuava sob a égide dos monitoramentos.

As revistas femininas divulgavam, nas suas matérias, um modelo de vida que recomendava tanto o casamento, quanto a maternidade para as mulheres, ainda entendendo que essas condições fossem o destino natural para elas. As moças de “família” não deveriam namorar ou mesmo sair com muitos rapazes, para que não fossem consideradas como levianas, ou seja, namorar e não casar; as roupas não poderiam ser ousadas ou sensuais, os gestos deveriam ser comedidos; a moral sexual do feminino continuava pautada na virgindade, exigindo das mulheres solteiras a virtude do seu hímen, que seria oferecido na noite de núpcias ao homem, agora por ela escolhido para casar.

Era, neste contexto que, o corpo virtuoso, esperava pela sua “primeira noite” com um misto de ansiedade e temor, pois, a ignorância sexual se mantinha, comumente, presente na vida dessa categoria.

Contrapondo a tal situação, o homem era incentivado, por seus próprios pais, a provar sua masculinidade, antes do casamento. Nos bordéis, com as prostitutas, nos carros ou nas areias

das praias com as *garotas fáceis*, denominadas por *programistas* ou, nos quartos do fundo, da sua própria residência, com as empregadas domésticas que, muitas vezes, eram consideradas, como *crias da casa*, igualmente como as mucamas coloniais³³. Era mais uma forma de reforçar as desigualdades sociais. O corpo das mulheres pobres ou “desonradas” eram os espaços perfeitos para aplacar o desejo dos rapazes das classes abastadas.

O namoro e o noivado eram as etapas preparatórias para o casamento. Nessa fase, como a escolha do cônjuge já não era feita pelos pais da noiva ou do noivo, o amor era romântico, mas continuava comedido e domesticado. Ademais, a ideia de casar com uma moça “deflorada” – denominação dada àquela que não era mais virgem, não passava pela cabeça da maioria dos homens.

O sangue, no lençol nupcial, era o selo de garantia da pureza da mulher. Quando esse fenômeno fisiológico não acontecia, a violência podia se instalar com a anuência da lei. O Código Civil brasileiro³⁴ era claro, isto é, se o homem percebesse, na noite de núpcias, que a mulher não era virgem, o casamento podia ser anulado, se assim ele quisesse. Mais uma violência, no âmbito do gênero, se estabelecia de forma incontestável já que não existe uma “membrana”, fixada ao corpo masculino que possa provar a sua virgindade ou a sua fidelidade.

Aqui um parêntese no sentido de denunciar que, muitas foram no passado, e continuam persistindo, na atualidade, as influências e os movimentos que sustentaram e ainda sustentam

³³ No Brasil Colonial, no que tange a corporeidade e a sexualidade das mulheres pobres e desprestigiadas, no caso das negras escravas, as discriminações já eram visíveis. O nosso país, nessa fase da História, era reconhecido como a terra sífilítica. Esta era uma doença contagiosa, sexualmente transmissível, então endêmica, que matava, cegava e deformava seus portadores. Em tempos escravocratas, a causa de tal moléstia tinha sua responsabilização nos corpos luxuriantes das mulheres escravizadas. A raça negra, ou seja, aquela considerada como a “inferior”, na sua depravação sexual, era nociva para a raça branca, a “superior”. Esta era a mentalidade dominante. Contudo, o problema não estava nos corpos negros, e sim no sistema social e econômico, (FREYRE, 2006), porquanto, em qualquer regime no qual a escravidão se mantenha presente, independentemente de onde tal situação se origine, a depravação também se manterá em atividade. Desse modo, a raça negra se sifilizou no Brasil, no ambiente doméstico, erótico e voluptuoso das casas-grandes, no qual as crias ou as negrinhas serviam, sexualmente, aos seus senhores. Essas mulheres mucamas, muitas ainda virgens, eram dadas de presente aos sinhozinhos, isto é, aos rapazes brancos, filhos das casas-grandes, muitos deles já contaminados pela doença. Nessa fase, havia uma crença que perdurou por muito tempo no Brasil, a de que “para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem” (FREYRE, 2006, p. 400).

³⁴ O antigo Código Civil Brasileiro, aprovado em 1916, vigorou até 2002. Durante esse período, a despeito das transformações sofridas pela sociedade brasileira, persistiu nele uma figura jurídica denominada da “legítima defesa de honra”, ou seja, havia uma prerrogativa que outorgava ao marido a anulação do casamento se descobrisse, na noite de nupcial, que a mulher escolhida para ser sua esposa não era virgem. A referida queixa tinha de ser proposta pelo outorgante até dez dias após tal descoberta. Durante esse período, a acusada deveria se submeter a exames ginecológicos, geralmente feitos por médicos peritos judiciais, no sentido de comprovar se seu hímen era íntegro, ou não, antes do compromisso assumido. Esse exame expunha às mulheres aos constrangimentos, visto que, a membrana, ou hímen vaginal, demanda um tempo de 12 a 15 dias para regenerar, após seu rompimento. Se os peritos concluíssem que a mesma estava cicatrizada era fácil afirmar que a mulher já tinha tido experiências sexuais, antes do casamento.

as assimetrias de gênero, na cultura ocidental. A enunciada “honra masculina” é um exemplo dessa afirmação. Tal situação, mesmo, no presente, não mais legitimada na área jurídica, particularmente no Brasil, ainda ancora situações de ambiguidades, na vida das mulheres. Se, por um lado tal formulação encontra-se em desuso, diante da lei, por outro lado, na prática e, em seu nome, muitos crimes sexistas estão sendo praticados, pondo às claras as condutas violentas dos homens contra as mulheres. Tais procedimentos continuam seguindo o seu curso, por vezes sem maiores punições, trazendo no seu bojo enunciados que podem desaguar em uma formação discursiva, atrelada a um contexto histórico, no qual a subordinação impositiva do feminino diante do masculino, continua sendo uma realidade.

Ademais, nesses tempos, também era a fase “da mulher dos trintas”, ou seja, se a “moça”, quase sempre virgem, não tivesse se casado até essa idade, comumente, era, considerada como “solteirona, titia, ou moça encalhada”.

Todavia, numa fase mais avançada dos anos 50, a educação sexual começa a ser recomendada por determinados grupos sociais, a exemplo de alguns educadores, religiosos, e artigos de revistas femininas os quais defendiam o direito de acesso das mulheres a essa temática, antes vista como tabu.

Essa conduta tinha um objetivo muito claro, por intermédio de seus preceitos, deveria evitar situações como o defloramento e a gravidez, antes do casamento. Mas, tanto os cerceamentos quanto as regras e os conselhos não impediram que muitas mulheres transgredissem os padrões estabelecidos e fossem, com seu corpo, em busca dos seus desejos. É importante mencionar que, já nessa época, mesmo diante das construções tradicionais, os jovens – mulheres e homens – já anunciavam um movimento de rebeldia. A luta pela liberdade de expressão, pela identidade, por um novo modelo de educação, se instalou na família brasileira, desses tempos dourados.

O cinema, principalmente o americano, teve uma participação efetiva nessas mudanças. E aí mais uma dualidade imprimia força no imaginário das mulheres. O corpo hollywoodiano continuava na sua “missão” de seduzi-las. Por um lado, a beleza e a docilidade de *Audrey Hepburn*, artista belga que fez fama no cinema em *Hollywood*; por outro lado *Marilyn Monroe*, artista americana que, com a sensualidade, ao lado da francesa *Brigitte Bardot*, simbolizavam a beleza e os desejos de um feminino mais libertário, dos anos 1950. Bardot, com a sua imagem corporal nas telas cinematográficas, escancarou a sua nudez infringindo a moral vigente, e, encarnada em uma ninfeta ou na *femme fatale*, levava os

espectadores à loucura. Também o garoto rebelde do ator *James Dean*, na sua *Juventude Transviada* (1955), já enunciava tempos de mudanças nos comportamentos sociais.

Destarte, foram as atitudes, consideradas “fora do limite”, que contribuíram para abrir os olhos do feminino, no sentido de ampliar os seus horizontes e demarcar o caminho para a desejada autonomia.

Um fato marcante que contribuiu, sobremaneira, para tal abertura nesta década, foi o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado, elas aproveitaram as oportunidades de emprego e investindo na escolaridade, começaram a mudar não somente “o seu destino”, mas, igualmente o seu *status* social. Contudo, ainda era comum, com a maternidade, interromperem o seu ofício, fora do lar e a este voltar, para cumprir com a missão sagrada da maternidade.

Ao chegar à sexta década do século XX, os movimentos feministas fizeram a diferença. Com eles, as mulheres foram às ruas, às praças às Instituições, a fim de reivindicarem paridade de direitos. Esses movimentos se pautaram em um terreno movediço, mas foram determinantes para muitos dos ganhos pleiteados. Apesar de as mulheres já se situarem no mundo como sujeito de direitos, as dúvidas e as ambivalências persistiam na existência feminina. Por conseguinte, a tarefa de desvendar a alma feminina tornava-se cada vez mais difícil, à proporção que as mulheres empunhavam as suas bandeiras e se situavam no âmbito das sociedades competitivas e globalizadas. Os incontestáveis avanços, tanto na esfera pública quanto na privada, estabelecidos em todo o mundo ocidental contemporâneo, fizeram com que as tradições e as ambiguidades se entrelaçassem, manifestando os contrastes e as disparidades aí presentes.

Os temas acima elencados interessam particularmente a esta tese, porque foram eles que estabeleceram os sinais das mutações do feminino, na História, essencialmente, a partir dos anos 1960, período no qual, como vimos, os contraceptivos orais mudaram o estilo de vida dos sujeitos. Entretanto, não é aconselhável apenas expor as inúmeras representações daí originadas, visto que, é relevante apreender como elas se inscreveram quer no âmbito da emancipação, advinda das resistências aos processos sociais opressores, quer no âmbito da subordinação, imposta por certas regras impositivas da cultura social. Tais normas, ao oprimir as ações e a conduta do indivíduo, pode modelar o sujeito, de acordo com as suas conveniências.

Nesse campo dos interesses, revisito Badinter (2011, p. 86), quando se refere às comodidades, tanto culturais quanto individuais, pondo em discussão “a batalha do leite”, no

sentido de demonstrar como alguns padrões delinearam as condutas dessas atrizes. Tal questão tem uma grande intimidade com o corpo feminino, já que se insere no campo da “revolução materna”.

No que tange a essa temática, é visível que, os anos de 1970 foram, de fato, tempos de importantes mudanças para as mulheres. De um modo geral, aquelas que elegeram por trabalhar fora do lar, trocaram as suas mamas pelas mamadeiras. Foi nesse proceder que o ato da amamentação teve uma ação política, porquanto, libertária, para o feminino. Ao optarem pela amamentação artificial, tais protagonistas defendiam a inconveniência da amamentação natural, já que tal conduta condicionava as suas vidas, impondo restrições nos seus direitos de ir e vir. Muitas mulheres abriram mão desse tradicional ato, fato que, com as suas devidas proporções, vigora nos dias atuais.

Ressalta-se que, também nesse espaço, se estabeleceu uma dualidade, já que há um retorno manifesto pela amamentação natural, inclusive no que se refere às mulheres que trabalham fora do seu lar. Vejo, na prática do meu dia a dia, que esse resgate também obedece à ordem das conveniências, pois seu tempo, na maioria das vezes, é definido ou determinado a partir do momento no qual a mulher, com o seu corpo nutriz, sente a necessidade ou a obrigação de voltar ao seu ofício, fora do seu espaço doméstico.

Nesta instância, um diálogo se institui, visto que Galvão (2006, p. 5) traz, no bojo do pensamento de Badinter (2011), uma reflexão vinculada às influências do modismo, no que concerne às variáveis que recaem sobre essa questão. A autora defende que, mesmo dependendo de cada pessoa, em particular, esse procedimento está de acordo com “a pressão social, o imaginário coletivo e as opiniões pessoais”.

Essas conversas, entre as autoras, evidenciam que tanto a resistência quanto a aceitação posicionam, mais uma vez, os corpos femininos na instância das ambiguidades e esses prosseguem se transmutando, de acordo com as lógicas e as conveniências culturais e sociais.

Consoante Galvão (2006), em 1900, era de 90% a percentagem de mulheres que amamentavam. Com o primeiro conflito mundial essa taxa, aos pouco, diminuiu. Tal acontecimento se deu, inicialmente, nas camadas sociais mais abastadas e, e mais tarde naquelas de menor poder aquisitivo. Vários fatores contribuíram para tal fato e, dentre eles, como já mencionamos, foi fundamental a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, mudando estilos de vida, nos seus espaços privados.

Nesse particular, os relatos históricos, revelam que até 1930, algumas mulheres, normalmente negras e pobres, eram contratadas para a função de alimentar as crianças que nasciam das famílias mais abastadas. Eram as amas de leite. Vários anúncios de oferta e procura dessas profissionais eram publicados com frequência nos jornais da época.

A obrigatoriedade pela amamentação faz sair de cena essa categoria, a qual foi também motivo de preocupação, tanto para as autoridades quanto para a medicina higienista. Para os referidos setores, existia a possibilidade de que essa categoria pudesse transmitir às crianças doenças como a sífilis e a tuberculose, patologias frequentes, naquela época. Volta à cena as discriminações impingidas a esse grupo de mulheres.

Na atualidade, existe uma tendência de crescimento em favor da amamentação, via leite materno. Esse fato, de certo modo, se deve a uma estratégia utilizada pela *La Leche League* (LLL), *Liga para o Aleitamento materno*, ou seja, uma associação de mães americanas criada em 1956 por sete mulheres católicas e tradicionalistas, com o objetivo difundir os benefícios da amamentação natural.

Com o passar dos anos, as ambições dessas mulheres, agora multiplicadas em número e ações, ultrapassaram as fronteiras dos Estados Unidos da América do Norte e ganharam penetração em outros países, a exemplo da França, da Suíça e do Canadá.

Existe uma clara conotação política na atuação dessa entidade, visto que dois princípios básicos norteiam as suas atividades. O primeiro afirma que, para ser uma “boa mãe”, a mulher deve entender que as necessidades “naturais” do filho estão na frente de qualquer outra condição; o segundo complementa o pensamento do primeiro e defende ser a natureza que estabelece as tais necessidades “naturais”. Esses dois princípios, conforme Badinter (2011) constam no livro intitulado *AT the breast* (No Busto), elaborado pela socióloga norte-americana Linda M. Blum (1999), no qual ela defende que eles caracterizam a maternidade contemporânea.

Vê-se que a base de argumentação evidencia a ideologia da referida Liga. Nela, a autoridade outorgada à natureza é inegociável e indiscutível. Nesse caso, a natureza, como baluarte da amamentação, está em oposição aos atuais tempos, nos quais as novidades científicas e industriais se evidenciam.

O conflito do amamentar ou não, portanto, está em consonância com muitos outros semelhantes a ele, vividos pela categoria mulher: as cobranças culturais que inserem, de um lado, o prazer de se desenvolver profissionalmente e, de outro lado, o desejo de exercer a escolha de “ser ou não ser” mãe; a obrigação de ser bela, sedutora, em sobreposição com a

temível crise da idade; a conquista da feminilidade sem abrir mão das individualidades; em suma, ser mulher sujeito ou mulher objeto; ser provedora ou ser provida.

Em vista disso, vários questionamentos vêm à tona: o que fazer para ser mulher/mãe e companheira, sem abrir mão dos desejos e das suas identidades? Como lidar com a ternura, com o amor, com a paixão, com o sexo livre, se posicionando diante das novas responsabilidades profissionais e livres dos ajuizamentos, próprios às sociedades falocêntricas? Qual o caminho possível para adquirir mobilidade e confiança em si própria, enfrentando situações de pressões sociais? Como subverter a ordem social constelada, na qual o masculino é o mais e o feminino o menos?

E ainda, como explicar esse corpo manifesto que insiste em viver as tensões pré-menstruais (as famosas TPMs) e suas crises de humores? A gravidez indesejada, mesmo tendo acesso aos anticoncepcionais orais? A decisão de um aborto? A esterilidade, muitas vezes sem uma causa explicada pela Medicina e que só é curada após uma adoção? O desconhecimento do prazer sexual, do orgasmo, mesmo a despeito de ter uma vida sexual ativa e, por vezes, com diversos parceiros? O que dizer dos temores e das angústias da menopausa? Do envelhecimento? Das depressões pós-parto? Do alucinado culto ao corpo? Das estatísticas cada vez mais elevadas das patologias mamárias, tireoidianas e coronarianas? E dos distúrbios alimentares, nos quais a anorexia, a bulimia, a compulsão alimentar e sexual fazem eco com a vida contemporânea? O que fazer para se distanciar dos comportamentos tirânicos que, no uso da inflexibilidade apolínea, possibilitam embotar sentimentos e emoções? Como se conscientizar de que, sendo cúmplice do silêncio, a violência de gênero se estrutura no seio da sociedade?

Em frente a essas condições, tão comuns na vida das mulheres, é visível que, mesmo com as conquistas advindas, muito das reflexões sobre o modo de ser do feminino, na contemporaneidade – a exemplo de questões sobre a vida doméstica, a vida pública e a busca da harmonia entre maternidade e profissão – ainda giram em torno da vaidade e do medo da senilidade. Surgem, de novo, os “problemas retorcidos” (RITTEL; WEBBER, 1973) que polemizam o tema e dialogam com a violência engendrada no seio da sociedade. Eles se vinculam à explosão de ações relacionadas às diversas formas de violência contra as mulheres, tanto na esfera doméstica/familiar quanto na esfera pública/social. Será que, uma parcela dessa categoria venha demonstrando que prefere lutar contra a balança e contra as rugas a lutar contra as desigualdades entre os sexos e as classes, ou mesmo contra a injusta divisão das tarefas domésticas?

Tais situações fazem com que a problemática da emancipação do feminino seja discutida e, de certa forma, contestada. Se por um lado, os corpos expostos com suas anatomias fetichistas, sugerem liberdade ou um afrouxamento das regras dantes exigidas; por outro lado, é provável que, na ilusão da apregoada libertação, venha surgindo uma nova moralidade que continuam aprisionando esses corpos, física, sexual e emocionalmente, levando-os a se sujeitarem aos padrões estéticos, em conformidade com a idealizada “perfeição”.

Na busca desse perfeccionismo e calcadas no advento das novas tecnologias, criando e recriando novos modelos corporais, as discussões em torno do que é natureza e do que é cultura cada vez mais se fazem presentes. Todas essas “novidades” possibilitaram um distanciamento entre o sujeito e o objeto, campo propício para que se instalasse, nas sociedades contemporâneas e consumistas, uma fetichização globalizada, em um cenário mundial fragmentado e caótico. Esse panorama delineia um mundo no qual as imagens fantasiosas se fazem presentes incitando-me a refletir sobre os caminhos percorridos pela estética corporal, de então, e o seu caráter social e ético.

Indubitavelmente, no contexto atual, as mulheres são protagonistas de uma vida diferente daquela vivida em séculos anteriores. Ao deflagrar um dos mais relevantes movimentos do século XX, o feminismo, aliado a pílula anticoncepcional representou, na prática, um golpe de grandes proporções para o patriarcado. Como a comercialização desse fármaco, outorgou às mulheres a escolha de engravidar ou não, casar e ter filhos se tornou uma opção e não mais uma obrigação imposta às mulheres. Surgia um novo mundo feminino, agora com a decisão de quando e com quem procriar. Recaía, na mão do feminino, a escolha de retardar ou não a maternidade, em nome das suas aspirações profissionais e do avanço na carreira escolhida. Mulher: sujeito ou família? Mais uma das tantas dúvidas no âmbito das questões que abarcavam (e ainda abarcam) a vida dessa categoria.

As intervenções tecnológicas que se seguiram, a exemplo das técnicas da reprodução assistida, imprimiram um novo valor social à maternidade. Contudo, se as novidades provenientes da tecnologia interferiram na vivência familiar, elas também possibilitaram um duplo caminho no que se refere à reprodução humana: de um lado, a quebra da identificação entre o natural e o não natural; do outro lado, “um novo suporte para essa mesma identificação, ao permitir, por meios ‘artificiais’, precisamente a atualização do modelo naturalizado de família” (SARTI, 2004, p. 196).

São dualidades que, mesmo nos tempos atuais – nos quais as mulheres se movimentam tanto na casa quanto na rua –, dificultam e, ao mesmo tempo, facilitam no modo de assumirem

sua condição de seres autônomos. Se as dificuldades ainda estão no “destino”, as facilidades, de certa forma, se posicionam no âmbito das “escolhas”, condições que se fazem presentes, denotando a impossibilidade de uma volta ao passado. De novo, as intervenções de Beauvoir (1980, p. 309): “uma volta ao passado não é mais possível nem desejável. O que se deve esperar é que os homens assumam sem reserva a situação que se vem criando; somente então a mulher poderá viver sem tragédia”.

Foi nesse contexto histórico que o químico austríaco Carl Djerassi, um dos responsáveis pela primeira síntese de um contraceptivo oral em 1951, reconheceu que a pílula ao separar o coito da concepção, desencadeou um dos mais importantes movimentos dos novos tempos, ou seja, o gradual divórcio entre sexo e reprodução (RUBIN, 2010).

E se a pílula, inicialmente tinha a intenção de ser apenas um remédio para aliviar as dores pré-menstruais das mulheres, com o passar dos anos, o seu uso adquire uma conotação diferente, já que, ao suprimir a ovulação da fêmea humana, conseqüentemente ela reduziu o tamanho das famílias. Com o seu advento muitas barreiras foram rompidas e as mulheres passaram a ocupar espaços com mais desenvoltura e oportunidades, tanto no âmbito do privado quanto na esfera do público. Contudo, mesmo assim não se desvencilharam dos seus incontáveis conflitos e culpas.

Diante dos acontecimentos, a família se viu enredada nas diversificadas tramas que modificaram seu modo de se situar no mundo, fundamentalmente, em frente às conseqüências causadas pelos avanços tecnológicos e científicos. Com as transformações em curso, era visível a existência de uma linha que dava continuidade entre o tradicional e o moderno. As mudanças ocorridas, já no século XIX, mostravam que muitas rupturas aconteceram, e que devem ser consideradas, quando na abordagem da vida das mulheres.

Dessa forma, mais questionamentos se põem em pauta:

Em frente ao respaldo da pílula, qual a concepção de corpo que as mulheres adotam, nos dias atuais, em comparação com aquelas nas quais o patriarcado tinha um forte domínio sobre elas?

Se, nessa contemporaneidade, dita como libertária, os corpos femininos ainda permanecem enovelados em uma modelagem opressora, que valores estão aí acantonados, visto que, agora, não mais a reprodução, mas a busca obsessiva pela perfeição corporal prossegue, com as suas imposições normativas, aprisionando tais objetos? Será que tais valores, ao se corporizarem, põem à tona a fluidez dos corpos, revelando que, nessa era polêmica, é preciso gozar os deleites e os sabores, daí sobrevivendo, sem perda de tempo e, de uma só vez?

4 OS LAÇOS E OS ENTRELAÇOS DA PÍLULA: DO FEMINISMO DE FRIEDAN AO FEMINISMO DO *FEMEN*

A pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe, ao permitir a autonomia da sexualidade feminina, sem sua inexorável associação com a reprodução (SARTI, 2004, p. 195).

Tal qual o corpo e as mulheres, a pílula anticoncepcional também teve sua história. Nela, a interdisciplinaridade se fez presente, demonstrando o quão importantes podem ser os laços entre as desiguais áreas do conhecimento, quando bem utilizados.

Os estudos vinculados a esse revolucionário medicamento relatam como o empenho de duas mulheres foi decisivo para a sua comercialização em larga escala. Isso porque se uniram ao biólogo Gregory Pincus, “o pai da pílula”, a enfermeira Margaret Sanger e a milionária Katharine McCormick, para lançarem a *Enovid*, ou seja, a primeira pílula anticoncepcional aprovada pela *Food and Drug Administration* (FDA) dos Estados Unidos, em maio de 1960.

Margaret Sanger foi uma enfermeira feminista e ativista norte-americana que dedicou a sua vida à legalização do controle da natalidade, sendo presa devido ao seu trabalho a favor do planejamento familiar. Ela desafiou a lei *Comstock*, ou seja, uma lei federal que criminalizava os contraceptivos na América do Norte, levando informações concernentes ao controle da natalidade e ensinando as mulheres sobre o uso deles. Em 1916, inaugurou a *Birth Control Clinic*, isto é, a primeira clínica de controle da natalidade dos Estados Unidos da América, motivada, segundo registra a sua biografia, pelo inconformismo, por sua mãe ter engravidado dezoito vezes ao longo da vida. Mais tarde, em 1921, ela fundou a *American Birth Control League* (*Liga Americana de Controle da Natalidade*), sempre no intuito de lutar a favor do direito das mulheres, com relação à decisão de querer ou não ter filhos. Antes de morrer, em 1966, aos 86 anos de idade, viu as suas ideias serem reconhecidas, visto que nessa época os estadunidenses legitimaram o direito ao Planejamento Familiar.

Já Katharine McCormick, milionária do ramo da agricultura, doou vultosa quantia para que fosse possível a fabricação da pílula, em larga escala. Esse ato foi fundamental para que a invenção do medicamento saísse do laboratório e fosse comercializado em um prazo bem menor do que aquele previsto por Gregory Pincus. Entretanto, o biólogo não era autorizado a fazer testes em seres humanos, já que essa ação, conforme previa a legislação norte-americana, cabia apenas a um profissional da Medicina. Por conta disso, outro personagem entrou na história da pílula, o ginecologista e obstetra John Rock. Mesmo sendo católico, a razão aventada para

defender o método contraceptivo era que o fármaco apenas aumentava o período não fértil da mulher. Munido dessa ideia, tentou várias vezes, porém sem êxito, obter o apoio da sua igreja, decisão que até então se mantém inabalável.

Por conseguinte, na história da comercialização da pílula é essencial a compreensão de que a sua produção, em larga escala, se consolidou pelo encontro da ciência (Gregory Pinus) com a militância feminina de uma enfermeira (Margaret Sanger), com a filantropia de uma empresária (Katharine McCormick), atenta às mudanças sociais, e do catolicismo de um médico ginecologista (John Rock). Essas quatro personalidades, cada uma no seu campo de trabalho, levaram a cabo uma ideia que reinventou o mundo, fato que foi decisivo para os avanços do feminino.

Ao longo desse percurso, realizado por personagens de atuação tão diferentes, fica evidente que a ciência pode desenvolver um saber objetivo, social, diante da complexidade e das necessidades do ser humano. Seria, desde então, a criação de uma ciência cidadã que, na ampliação do conhecimento, se aproximou das humanidades, comprometendo-se com a realidade do sujeito. Configura-se o reconhecimento de que a cooperação conjunta, sem preconceito e/ou hierarquia, possibilita ações que beneficiam a vida do sujeito social. Apreendo que, tais considerações, também, fazem parte do debate contemporâneo no qual a interdisciplinaridade se insere.

Foi nesse diálogo de ideias e de ações que a *revolução sexual*, aqui já mencionada, ao interferir nos corpos femininos e masculinos, produziu um inovador panorama em todo o mundo. Com ela, os sutiãs foram queimados³⁵, as passeatas feministas e reivindicatórias saíram às ruas e seguiram até os tribunais de direitos, e as mulheres, sem medo das represálias, tomaram como arma a palavra e os seus corpos para colocar, nas agências oficiais do poder, a igualdade entre os sexos. “Quem ama, não mata”. “Os direitos da mulher são direitos humanos”. “*Meu corpo é meu*”. Esses foram um dos tantos slogans que passaram a vigorar nas manifestações políticas das mulheres ativistas e dos poucos homens feministas daquela época tão conturbada, nas sociedades ocidentais. Eram condutas que se manifestavam no jeito de se vestir, na forma de gozar o sexo, no desejo sexual.

³⁵ “Episódio conhecido como *Bra – Burning*, ou a queima dos sutiãs, foi um evento de protesto com cerca de quatrocentas ativistas do WLM (*Women’s Liberation Movement*) contra a realização do concurso de Miss América em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City, no *Atlantic City Convention Hall*” (LINS, 2012, p. 289).

Os corpos, agora expostos, lutavam contra as imposições patriarcais, incendiando as atitudes, transformando costumes e o cotidiano das pessoas.

Nesse período, o livro *A Mística Feminina*, lançado em 1964, e escrito por Betty Friedan (1921-2006), se transformou em um marco desses movimentos provocativos e inovadores, ao elaborar uma severa crítica, denunciando como as mulheres americanas estavam sendo manipuladas pelos apelos advindos da sociedade de consumo. Tais seres, no século XX, deixavam às claras as insatisfações que pairavam em suas vidas. Na condição de donas de casa, sentiam-se sozinhas cuidando do lar e dos filhos e, à noite deitavam ao lado dos seus maridos, certamente amedrontadas em fazer a seguinte pergunta a elas mesmas: “É só isto?” (FRIEDAN, 1971, p. 17).

Na apresentação da edição brasileira, escrita por Rose Marie Muraro (1930-2014), uma das pioneiras dos movimentos feministas no Brasil, já em 1971, chamava a atenção para a denúncia de Friedan contra a manipulação consumista, na qual as mulheres estavam vivendo. Mencionava que essa revelação não se aplicava apenas às mulheres da América do Norte, desde quando a sociedade do nosso país, tal qual a estadunidense, também estava sob a égide da compra e venda dos produtos, principalmente nos grandes centros urbanos. Esse era um problema mundial, e as mulheres do Brasil estavam nele incluídas. A escritora carioca, ao contestar, nos seus polêmicos livros sobre os valores sociais e morais opressores, advogava por uma consciência emancipatória, para tal categoria. No seu prefácio, denuncia o comportamento das indústrias de produção, principalmente as estrangeiras – e aquelas brasileiras, que agiam sob o comando das primeiras –, manipulando a população, sobremaneira a feminina. Para a autora, era por intermédio dos meios de comunicação de massa que se inculcia, na classe média, o desejo de consumir produtos cada vez mais sofisticados, como símbolos de *status*. Entretanto, o problema maior não se situava no consumo desses produtos pela classe média, mas, essencialmente, na injusta distribuição de renda que marginalizava grande parte da nossa população por não terem acesso a esses bens materiais. Muraro, unindo-se as ideias da feminista americana, vai mais além e, nas suas reflexões, defende que as ações desses meios comunicativos tinham, principalmente, as mulheres como alvo e estas, por serem consumidoras contumazes, compravam tais produtos alienando-se das consequências sociais daí advindas.

Friedan (1971), ao apontar tal fato, o nominou de “a mística feminina”, porquanto, foi desse modo que as mulheres americanas – e também as brasileiras –, foram seduzidas e subjugadas pela magia dos produtos.

Diante desse poder de persuasão, os comportamentos femininos faziam a diferença, visto que, na dependência da direção escolhida por essas protagonistas, as suas atitudes podiam se situar como libertadoras ou ao contrário, isto é, alienadoras. A primeira condição estava calcada na elaboração de uma consciência feminina que pudesse auxiliar na construção de um mundo no qual o ser humano virasse as costas a tal manipulação, ou seja, a essa subordinação; o avesso desse procedimento desaguava na sujeição. Esse alheamento das mulheres era danoso à sociedade, haja vista que se pautava na manutenção de certo poder que privilegiava uma minoria abastada.

Com esse pensar, as mulheres, tinham e continuam tendo uma grande responsabilidade nessas ações, de modo que, se o caminho escolhido por tal categoria se pautar na cumplicidade da força do capital, toda a sociedade estará, também, controlada por tal visão. Vê-se que a técnica do convencimento, isto é, o *marketing*, não mudou ao longo dos anos, vez que as estratégias continuam, de modo voraz, manipulando o ser humano, com os seus reclames fetichistas.

O diálogo entre essas duas feministas era claro. Muraro (1971), na defesa à emancipação feminina, clamava por uma postura libertária das opressões, seja ela de onde se originasse; Friedan (1971), ao denunciar como os meios de comunicação de massa agiam mobilizando a classe média para o uso de produtos, por vezes, sofisticados e inúteis, alertava que nascia um plano midiático que vendia mercadorias sem avaliar os riscos. Nesse plano estava inserida a angústia da fragmentação entre a razão da ciência e os valores que se vinculavam com a ética e a estética corporal.

Durante os anos de 1980 no Brasil, por conta dos seus ideais feministas, a escritora brasileira, foi perseguida pela Igreja Católica conservadora e pelo poder militar, ora vigente; Friedan (1971) igualmente, não ficou imune às perseguições das agências sociais normatizadoras, ao denunciar a estranha discrepância entre a realidade da vida da mulher americana, e as representações as quais elas procuravam se amoldar – aquelas vinculadas pelas revistas femininas, de então, que traziam ilustrações de mulheres felizes, bonitas, despreocupadas e bem tratadas –, passou a ser conhecida como “mulher macha e feia”, categoria desprezada pelos homens e também por muitas mulheres. Na denúncia da *mística feminina*, a escritora americana, segundo seu próprio depoimento, mencionava que esse era um fato que a intrigava, daí sempre se questionava: “se outras mulheres, num círculo mais amplo, se defrontavam também com esta cisão esquizofrênica e qual seria o seu significado”? (FRIEDAN, 1971, p.11, 12).

A referida produção, advinda de uma dona de casa, causou arrepios aos setores conservadores. Porém, mesmo com as ressalvas, o livro se impôs em todo o mundo, atingindo a venda de 1,3 milhão de exemplares na sua edição de bolso. Ela não falava apenas da realidade americana, mas, do mesmo modo, das sociedades ocidentais que adotaram, de forma compulsiva, o padrão do consumo. A autora explicava que o quebra-cabeça com relação à *mística feminina* começou, de certa forma, a ser desvendado quando reuniu e entrevistou um grupo de 80 mulheres, todas elas jovens de curso secundário e universitário, as quais viviam àquela altura um momento crítico das suas vidas, enfrentando ou fugindo à célebre interrogação «*Quem sou eu*»?

Esse questionamento, feito há pelo menos seis décadas, é de difícil resposta nos dias atuais, mesmo a despeito das visíveis conquistas com relação às mulheres. São perguntas que conduzem a esta reflexão: de que modo as transformações no cotidiano, que incidiram sobre a vida do ser feminino, seguem perseguindo a sua real dimensão? A dúvida sempre se repete e se refaz. Quem sou eu ou, por outra, quem somos nós? Novas bases no ato de pensar surgem, demonstrando a necessidade de inquirir o porquê de o sistema patriarcal se manter presente nas vidas do sujeito feminino – apesar de que as fronteiras entre o masculino e o feminino, aos poucos, vão se dissolvendo, e assim diminuindo, de certo modo, a distinção entre eles.

A História, ao contar esses tempos de mudanças, evidencia que, sem conseguir responder de todo a esses questionamentos, o Ocidente vem assistindo ao crescimento das mulheres em todas as áreas, muito embora ainda enfrentem um mundo predominantemente masculino. Nesse campo da história das mulheres, a historiadora e feminista Michelle Perrot, em 1980, já advertia para os perigos em falar da história do feminismo (WOLFF; POSSAS 2005). A justificativa dada era que se poderia criar um gueto em torno do assunto. Entretanto, o que se verificou, foi o implemento dos estudos que problematizavam as questões femininas, no decorrer dos anos. As pesquisas nesse campo começaram a tomar fôlego, aumentando o interesse pelas narrativas que versavam sobre o cotidiano das mulheres, diante das mudanças, em curso.

Dessas discussões nasceu um novo olhar, e com ele a categoria gênero passou a ser problematizada e vinculada às tantas transformações sociais e culturais que daí emergiam. As interrogações, no âmbito da pesquisa histórica, levaram à percepção do quão polifônicos eram os debates já que o tema se inseria em torno dos diversificados sujeitos e das distintas temporalidades.

Eis, portanto, uma concepção que coloca a presente tese consciente da legitimidade das fontes utilizadas para a sua elaboração. Nos textos médicos, científicos, nos livros, nos jornais, nas poesias, nas músicas, nos reclames publicitários, nas interpelações e nas respostas estão implícitas as escritas de gêneros, que, de um modo ou de outro, darão um norte para investigar, discernir e/ou tentar compreender “uma história do feminismo”, tema tão contraditório, mas presente no cenário da contemporaneidade.

Dos eugenismos, do século XIX e parte do século XX, à atualidade das relações homoafetivas do século XXI, a história, ao perpassar o tempo, demonstra que as assimetrias entre os sexos persistem, mas que essas, como já vimos anteriormente, não se pautam apenas em torno da opressão ou da rebeldia, a resistência, também, nesse campo se impôs.

Volto ao Brasil de 1963 e constato que mencionar os direitos da mulher, nesse período ditatorial, era problemático. Entretanto, essa fase da história, o nosso país também vivia um período de modernização e, muitas das publicações femininas, de então, investiram em um modo diferente de elaborar as informações para o feminino. Foi nesse espaço de tempo que a jornalista e psicóloga Carmen da Silva (1919 – 1985) ao estreiar na revista feminina CLAUDIA, do grupo Abril, uma coluna denominada de *A Arte de Ser Mulher: um guia moderno para o seu comportamento* (1963), passou a defender o uso da pílula anticoncepcional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, ela defrontou com a sua vida sendo alvo de inúmeras ameaças vindas de maridos inconformados com “aquela libertinagem”.

As suas matérias priorizavam um novo contexto para as mulheres modernas, e refletiam as inquietações que rodeavam as suas vidas. Por intermédio desse meio de comunicação, insistia na desalienação do feminino, com relação à dominação masculina, auxiliando-as a refletirem acerca da exploração e da dominação dos homens sobre as mulheres, da infidelidade, das questões vinculadas à divisão do trabalho, do casamento, do divórcio, da prostituição, do tráfico de mulheres, entre outros temas, nos quais a violência contra os corpos femininos se destacavam. Fundamentada na Psicanálise, a sua coluna, já enunciava no seu próprio título, as dificuldades em ser mulher. *A Arte de Ser Mulher* indicava força, vontade, definição.

Nesse campo, a boa imprensa começou a dar eco às vozes femininas. Carmen da Silva, como vetor dessas reportagens, utilizava as cartas que recebia das leitoras, ávidas pelas suas opiniões, e dava respostas aos incômodos com os quais as mulheres se defrontavam. As correspondências remetidas pelas leitoras denotavam esse novo momento social e, desfraldando algumas bandeiras, a revista recreativa feminina, abordava assuntos que, de fato, interessavam

a essa categoria. As reportagens influenciaram comportamentos no sentido da necessidade de as mulheres tomarem consciência de si como indivíduos sociais.

Engajada com as causas feministas a jornalista fez da sua mídia um canal de informações e de diálogo com o feminino. Eram conversas de/para as mulheres. Como pioneira dessas causas, debatidas na mídia, Carmen da Silva fez sua história e, abriu brechas relevantes para a discussão do que é ser mulher. Os pressupostos de Cavalcanti (2013, p. 339) reforçam a importância da referida jornalista, nos tempos ditatoriais do Brasil: “as palavras de Carmen da Silva soam mais atuais do que se pode imaginar e refletem o processo de longa duração nas relações entre meretrício e condições econômicas, entre prostituição e tráfico de mulheres”.

Contudo, as suas ideias não imprimiam valor a vitimização feminina e, por conta disso insistia, sempre, que as pretendidas mudanças demandavam ação, determinação e consciência.

Na defesa de uma cultura feminina ela não recuou com as intimidações e continuou o seu percurso criando espaços de valores incontestáveis nos quais, os debates entre ela, a revista e as leitoras, se configuraram como um *locus* transformador na compreensão das causas feministas. Munida de tal atitude, a jornalista e psicóloga, com a sua coluna, os seus escritos e a sua lucidez, demonstrou como a mídia, comprometida com os problemas sociais, pode agir na busca das verdadeiras mudanças estruturais, sociais, sem espetacularização ou ideias fantasiosas.

Outra importante produção jornalística que circulou em nosso país durante os anos de 1966 e 1976, foi a revista REALIDADE que, do mesmo modo, sofreu as sanções da lei, por trazer a fotografia de um parto em uma das suas reportagens intitulada *Parteira Mostra na Prática Detalhes sobre o seu Ofício*, (1967, p. 68). Junto a essa imagem veiculava a informação de que uma, dentre quatro das mulheres brasileiras, já tinha optado por um aborto. Os exemplares foram retirados das bancas pelos órgãos da Censura, que atuavam, sem tréguas, durante a Ditadura Militar Brasileira (GODOY, 1967).

Mulher, sexualidade, procriação, trabalho, prostituição, eram temas considerados como provocadores para a sociedade brasileira.

Nessa fase, o Ato Institucional número 5 (AI5)³⁶ cunhou as suas regras, dentre as quais vigorava a censura prévia aos comportamentos das pessoas, tanto moral quanto sexual, e àqueles veículos de comunicação que não estivessem em consonância com a ordem social.

³⁶ Esse foi quinto decreto do governo militar brasileiro assinado pelo então presidente da República Artur da Costa e Silva, durante o período de 1964-1985, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Tal ato foi um dos

Por esse prisma, a imagem da mulher emancipada era desviante para o sistema político que dominava o Brasil. Qualquer atitude mais autônoma era considerada como uma infração, e os corpos continuaram a sofrer as duras sanções das forças opressivas, ora atuantes na Nação. As reações vinham de todos os lados conservadores, não somente do governo imposto, mas também de uma considerável parcela da sociedade. Elas atingiam as pessoas comuns, os formadores de opinião, os artistas, os políticos, os estudantes, os ativistas de esquerda, os grupos familiares.

Os corpos torturados, assassinados e desaparecidos das e dos estudantes, políticos e militantes, contrários ao regime, exibiam, nas suas carnes e na alma de uma parte da Nação, as barbáries sofridas nas torturas dos porões da Ditadura. O prazer e a liberdade estavam vetados, nesse tempo de horror e desrespeito aos Direitos Humanos. Nada passava a distância do poder militarizado.

Mesmo em sendo assim, por conta dessas ideias e ações, as mulheres, agora respaldadas pela eficiência dos métodos contraceptivos, adentraram sem recuos, as áreas públicas, algumas delas ditas como “masculinas”, a exemplo do Direito, da Medicina, da Engenharia, da Política e de tantas mais, que outorgaram a esses seres uma nova experiência de vida, dessa vez no espaço laboral e não apenas no espaço doméstico.

A realidade mostra que, em consequência desses avanços, muitos foram os nós que se ataram na vida pública e privada do feminino, independentemente da classe social. Nos movimentos entre a casa e a rua, muitas conquistas foram asseguradas.

Destarte, é fato que, ao se estruturar dentro de ações continuadas – nas quais as mulheres e os homens persistem em levar às pautas oficiais questões cruciais do cotidiano –, o feminismo não se situa como um movimento do passado, e sim como uma condição do presente, agindo com todo o vigor que a contemporaneidade exige dos seus cidadãos. São tempos em que temas polêmicos – como o aborto, o estupro, os crimes sexistas e homofóbicos e, recentemente, a escolha pelo parto domiciliar e a união homoafetiva com direito à procriação, dentre muitas outros já aqui aventados – vêm merecendo ponderação da sociedade. Essas reflexões deságuam naquilo que diz respeito aos conceitos de vida, das emoções, da corporeidade, da ética e da estética, no sentido de que todos eles possam interagir entre si na busca de um trabalho de

mais duros golpes para a democracia, porquanto, por intermédio dele o regime militar do Brasil adquiriu poderes absolutos.

construção global, de modo a possibilitar a interpretação dos acontecimentos, das expressões, das representações, as quais se renovam a todo momento, seguindo o curso da História.

No Brasil, a participação feminina cresce tanto na força de trabalho quanto na renda e na escolarização. O último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE) apurou que o número de mulheres chefes de família dobrou em uma década em nosso país, saltando de 9,048 milhões para 18,617 milhões entre 2000 e 2010. As taxas mostram que enquanto no ano 2000, 22,2% das famílias eram chefiadas por mulheres, no último censo, em 2010, o índice chegou a 37,3%. Segundo a mesma fonte (IBGE, 2010), metade das mulheres que chefiam lares tem, ainda, baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto e apenas 10% das mulheres que exercem a chefia familiar cursaram ou cursam universidade. Contudo, o nível de instrução das mulheres, ficou mais elevado que o dos homens. Enquanto que, na população masculina de 25 anos ou mais de idade, a percentagem de homens sem instrução ou com fundamental incompleto atingiu 50,8%, na população feminina os indicadores foram de 47,8%. Nos dados investigados por José Eustáquio Diniz Alves (2014), doutor em Demografia e professor da Universidade de Campinas (UNICAMP), as mulheres, em 1900, eram 48,5% da população brasileira, em 1940, chegaram a 50%, atingindo em 2010, o percentual de 51% da população total.

Nesse particular cenário, aumentam cada vez mais as responsabilidades das mulheres perante o seu núcleo familiar. Tal tendência vem se intensificando na última década, levando em consideração a necessidade de complementação da renda doméstica. Portanto, é premente o olhar do Estado para essa condição no sentido de promover meios que possam auxiliar essas famílias, no seu desenvolvimento social/ econômico e cultural.

Sabe-se que, de acordo com a esperança de vida, as mulheres vivem, em média, sete anos mais que os homens. Tais registros demonstram e corroboram com o crescimento da presença feminina nos variados espaços da vida brasileira. Por isso que, é preciso, em frente aos fatos e as informações, que se pense a equidade de gênero como uma importante questão de direito humano, mas, também, como um problema de desenvolvimento econômico. Nesse particular, Klaus Schwab (2013), fundador e chefe do *World Economic Fórum* de Davos, na Suíça, no prefácio do *Global Gender Gap*³⁷, defendeu a importância dos governantes estarem

³⁷ O *Global Gender Gap* tem como objetivo analisar os dados obtidos em pesquisas, em todo o mundo, procurando identificar as disparidades existentes entre os gêneros. Em 2011, o Brasil ocupou o 82º lugar, dentre os 134 países estudados.

atentos em criar políticas que possam dar oportunidades ao acesso das mulheres nos diferentes espaços de trabalhos, pois, dessa forma é possível florescer novos talentos.

Vê-se, mais uma vez, quão difícil é falar em emancipação social deixando à deriva a autonomia da mulher.

Exponho essas considerações no sentido de demonstrar que, também elas são ambíguas, como outras tantas já aqui mencionadas. Para uns, a exemplo de Gilson Gonçalves de Matos, chefe da coordenação de população e indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento da chefia familiar pelas mulheres traduz um avanço nos valores culturais, com relação ao papel da sociedade brasileira. Ele postula que, ao assumirem a chefia familiar, elas participam cada vez mais do mercado de trabalho, possibilitando uma melhora no nível de escolaridade da população. Com relação a esse tópico, existe uma tendência de crescimento nos próximos anos, contudo, esse otimismo não é aceito por outros estudiosos do tema, e o diálogo entre as ideias, de novo, se estabelece.

A professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Hildete Pereira de Melo (2012), menciona que há discordância em torno de tal pensamento. Para ela, esse fato é um atraso, já que a responsabilidade maior, que é a criação dos filhos, fica a cargo da mãe, delimitando, na prática, o cotidiano da mulher. Explica essa assertiva, mencionando que o pai mantém uma conexão maior com a mãe do que com os filhos, haja vista que, nas separações, as mulheres permanecem em suas casas, enquanto que, normalmente, os homens se mudam.

É fato que, os corpos femininos, se posicionam, frequentemente, nas instâncias das dualidades. Ao tempo em que se colocam disponíveis aos cuidados domésticos, familiares, eles também se movimentam nas vivências externas, nas quais a necessidade da subsistência traz, a toda hora, as realidades das sobrecargas que tais objetos carregam nos seus ombros. Parafraseando Beauvoir (1980), mesmo com toda a carga excedente que as mulheres carregam em seus ombros, é impensável voltar ao passado, visto que, tal condição não está inserida na ordem dos seus (nossos) desejos.

Tais colocações fazem com que a tese retome a questão da economia do cuidar, tema no qual a tradição e as configurações do tempo presente trazem à reflexão tanto as permanências quanto as rupturas nas relações entre os sexos. “(...) Há que se pensar: quem cuida de quem? O tempo do cuidado é mais do que simplesmente prover, avançando para as

esferas do proteger e criar as primeiras abordagens da socialização” (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, p. 192).

Nessa cultura parental, os paradoxos se destacam, porém, a realidade, do mesmo modo, se evidencia, quando se analisa como os pais e as mães contemporâneas vivem o cotidiano familiar, na sua concretude. Assim, é relevante inquirir como os corpos sexuados se comportam diante da divisão sexual do trabalho – ainda injusta, no que tange às mulheres – e, igualmente, da forma como o domínio do masculino vem sendo vivenciado entre os membros de uma mesma família. Nessa perspectiva, a economista aponta outro sério problema enfrentado pelas mulheres chefes de família, desta vez com relação à renda do trabalho – considerando a análise dos dados emitidos pelo IBGE na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD, 2011) –, e menciona que os indicadores demonstraram a persistência da assimetria com relação aos salários do masculino sobre o feminino. As pesquisas veiculadas por tal órgão exibem dados nos quais se evidenciam as diferenças, já que as mulheres receberam, no ano de 2010, em torno de 70,4% do rendimento de trabalho dos homens.

Ainda de acordo com a mesma reportagem, o IBGE divulgou, em 18 de outubro de 2012, os resultados da nupcialidade, fecundidade e migração, famílias e domicílios do Censo 2010. Os dados emitidos com relação ao índice de fecundidade apontam que os números vêm declinando com o passar dos tempos. Se nos anos 1960 havia cerca de seis filhos por mulheres, em 2010 esse índice está em níveis abaixo da reposição com 1,9 filhos. Diante desses dados, Eduardo L.G. Rios-Neto, professor no Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em artigo intitulado *Com fecundidade abaixo do nível de reposição, país fez transição demográfica*, publicado no *Jornal Folha de São Paulo*, em 18 de outubro de 2012, afirmou que a população brasileira deixará de crescer em algum ponto, a partir de 2030.

São os corpos femininos se definindo nas suas diversas territorialidades, nas quais os desejos e as vontades se atrelam às novas vivências. Nestas, o labor, o prazer e as necessidades de sobrevivência se fazem presentes, situando e ressignificando as suas vivências sociais, em uma contemporaneidade que confere um tom especial a tudo aquilo que é fugaz, descartável e não permanente, mas que também está atenta aos direitos essenciais dos indivíduos, sejam eles inclusos nas diferenciadas categorias ou identidades sociais.

Ao longo dos anos as mulheres foram construindo e ampliando os seus espaços de ação, consolidando, diante das lutas enfrentadas, inegáveis avanços, a saber: o entendimento da realidade social, ancorado em uma perspectiva política que possibilitou elaborar pautas contributivas nas relações entre os sexos; os estudos sobre gênero, sexualidades,

performances; a organização de um movimento de mulheres negras, que luta contra as discriminações racistas, nesse campo estabelecidas; a realização de encontros de mulheres e homens feministas, mesmo com as costumeiras polêmicas e as eternas divergências das ideias, já que são muitas as diferentes correntes, inclusas nesse espaço; as articulações das atividades e das agendas por intermédio das redes sociais. Enfim, essas e muitas outras ações, são exemplos de que há, na realidade, um percurso participativo que, por meio dos diversos e diferenciados grupos, lutam por um fortalecimento e uma visibilidade, na perspectiva de se construir um modo de viver feminista, no qual as narrativas, até então cristalizadas no poder falocêntrico, possam tomar outras direções. Logo, a identidade entre esses grupos ou entre essas diferentes correntes feministas – sejam as ditas como liberais, marxistas, existencialistas, desconstrucionistas e outras tantas mais – se encontra no entendimento de que, para que uma sociedade seja, de fato, democrática, justa, a luta pelos direitos de igualdade, entre os sexos, os gêneros, as classes, as raças/etnias, devem seguir seus caminhos. Portanto, mesmo diante das fortes discordâncias das concepções, há uma compreensão compactuada de que “o pessoal é político” (PATEMAN, 1993).

Fazendo eco com o pensamento de Saffioti (2001), não se trata de dar mais espaços às questões relativas ao gênero, visto que os problemas das mulheres, além de merecerem mais registros na sua história, ainda estão inacabados, por conta das várias idiosincrasias e assimetrias, aí presentes.

Ao colocar, no capítulo anterior, em discussão os termos teóricos sobre o conceito de emancipação e de subordinação, me empenhei em demonstrar o quão ambivalentes são os espaços percorridos pelo feminino. Com esse entendimento firmo a ideia de que a história das mulheres precisa fincar seu pé na luta, baseada em uma visão política contra o quadro normativo hegemônico, que continua priorizando o masculino, branco e heterossexual, visto que, sem essa consciência, o caminho fica, cada vez mais, áspero e a caminhada, cada vez mais, complicada.

Tal estudo, na contemporaneidade, se imbrica com as questões de gênero e do patriarcado, daí os pressupostos de Pateman (1993) e de Saffioti (2001, 2004) tomarem parte nas discussões sobre esse assunto. Essas noções, desenvolvidas no sexto capítulo, revelam à importância dessa conversa, entre as duas pensadoras, na pesquisa ora em pauta.

Revisito os pressupostos de Valadares (2007, p. 55), expostos no terceiro capítulo, e com ele reforço as minhas ideias de que debates dessa natureza somente devem ser levados a contento se forem expostos sob a luz do princípio da radicalidade. Dessa forma, é preciso

adentrar as encruzilhadas que sempre estiveram presentes nas lutas feministas e buscar, na sua essência, o verdadeiro caráter da opressão da mulher.

Destarte, as discordâncias advindas das opiniões indiciam o quão conflituoso é falar sobre as conquistas das mulheres, principalmente nesses últimos cinquenta anos. Se, por um lado, os avanços da ciência, da tecnologia, das transformações culturais e sociais configuram um novo modo de viver o feminino, afastando-as de certas imposições do passado, por outro lado, a força do patriarcado – principalmente no que se refere às relações internas da família, ainda que em declínio – se mantém presente, já que a violência de gênero se impõe em várias situações na vida dessas protagonistas.

São inúmeros os paradoxos que circulam em torno dessas conquistas, e em quase todas elas o corpo ocupou um lugar de destaque nos questionamentos daí originados.

É pertinente lembrar que, nos anos 1960, ao exigirem direitos iguais aos dos homens, as mulheres levaram, nos seus movimentos reivindicatórios, a sua corporeidade, carregando um slogan emblemático: “*Nosso corpo nos pertence*”. A lógica dessa reivindicação, vale a pena insistir, continua, nos dias atuais, nas pautas das discussões feministas.

Se a pergunta da tese assim se enuncia é porque, os fatos demonstram que, das representações corporais embutidas no *sexo único* de Galeno [130 -200 d.C] aos seios desnudos das feministas do *Femen*³⁸ (2008), os embates seguem seus cursos, comumente atados a essa antiga e consistente formulação.

4.1 FEMINISMOS, DESEJOS E MÍDIAS: MEU CORPO, MINHA ARMA

(...) Enfim, é preciso superar os impasses e paradoxos que herdamos da democracia ateniense e daquela forjada pela Revolução Francesa, caminhando então decididamente para a construção de uma nova ordem democrática, na qual a igualdade dos cidadãos não seja formal, mas efetivamente real (BIRMAN, 2001, p. 244).

Constata-se que, mesmo após tantas décadas, essa mensagem, exposta acima, continua presente na vida das mulheres do século XXI, haja vista as pressões impostas ao feminino,

³⁸ O *Femen* é um grupo feminino criado na Ucrânia, no ano de 2008. A organização ficou conhecida em todo o mundo por protestar, com os seios à mostra, contra o patriarcado, o machismo, o turismo sexual, o racismo, a homofobia, a democracia, o sexismo, a prostituição na *Internet* e, outras tantas questões que atingem as categorias minoritárias.

relacionadas às instâncias corporais/sexuais. Tomo como exemplo desse comportamento, um fato recente, revelado pelas reportagens e imagens veiculadas por inúmeros jornais e revistas, em âmbito nacional e internacional, ao estamparam nas suas páginas as consequências do movimento “SlutWalk”, isto é, “A Passeata das Vadias”. Esse movimento, originado em Toronto, no Canadá, em abril de 2011, tornou-se universal.

Tudo começou em resposta a um comentário de um policial quando várias mulheres foram estupradas no Campus Universitário e pediram proteção à polícia. O profissional, sentindo-se incomodado com o fato, assim se pronunciou: é melhor que as mulheres parem de se vestir como “sluts” (vadias). Afrontadas com o episódio e, sentindo-se aviltadas na condição de cidadãs, as “sluts” puseram-se em marcha. Mais de três mil mulheres foram às ruas protestando contra o discurso misógino da culpabilização, vinculado às vítimas da violência sexual. Nos seus protestos, exigiam que fossem tratadas com respeito, visto que, não abririam mão do direito de ir e vir e de se vestirem de acordo com as suas escolhas, sem a ameaça ou a ideia de serem estupradas. O protesto feminino enfatizava que as mulheres não tinham qualquer responsabilidade por esses episódios de violência. Os corpos das mulheres, então discriminados, afirmavam, nas suas insurgências, que a liberdade e a autonomia, eram condições cruciais, na vida do ser humano, independentemente do sexo. O protesto se espalhou por todo o mundo, traduzindo a indignação não somente das mulheres, mas também dos homens.

A partir desse fato diversas manifestações, semelhantes a esta, aconteceram em outras cidades e em diferentes países e, essas protagonistas levaram de novo, carimbado nos seus corpos, o slogan dos anos 1960: “*O corpo é meu*”.

Um exemplo disso foi dado pelas mulheres do Grupo *Femen* ao fazer oposição ao machismo e a outras formas de opressão ao ser feminino, passaram a usar os seus corpos como veículos de protestos.

Nas justificativas das suas ações, defendem que a sociedade patriarcal sempre se apropriou dos corpos femininos para vender produtos, logo, como protagonistas, elas se apropriam dos seus corpos nus, no intuito de venderem ideias sociais, por intermédio das mensagens escritas no peito. Nesse contexto, a ativista ucraniana Inna Shevchenko (2012, p. 73-75), uma das fundadoras do referido grupo, se pronunciou: “Nós entendemos que ninguém está pronto para falar com as mulheres ou ouvi-las, mas todos gostam de olhar para elas se estiverem nuas”.

Sara Winter (2012), a primeira mulher do Brasil e da América Latina integrante do Grupo *Femen*, usou seu corpo na luta contra a exploração sexual. A reportada ativista, quando ainda incorporada a tal grupo (atualmente não mais o integra), ao ser inquirida sobre qual mensagem se propunha a passar, na exposição das suas mamas, defendia que, mesmo sendo uma estratégia de marketing, o seio feminino é o órgão da amamentação, do acolhimento e do amor. Enquanto no homem o seio é uma parte do corpo sem utilidade, e que pode ser naturalmente exposto, se a mulher assim o fizer, será rechaçada pela sua atitude, visto que, esse comportamento, configura-se como uma ofensa à sociedade. Essa forma de expressão, segundo Winter (2012), foi um dos caminhos encontrados para lutar contra as injustiças entre os sexos; por isso que os seios são usados como uma ferramenta de protesto.

Em uma matéria, publicada pela revista *Playboy* (out. 2012), as mulheres do *Femen*, são descritas como: polêmicas, libertárias e, na maioria das vezes, muito gostosas. “As ativistas do *Femen* à PLAYBOY e contam tudo sobre o movimento feminista mais sexy desde... Bem, desde que inventaram o feminismo” (FREIRES, 2012, p. 73).

Ademais, se as militantes dos dias atuais são consideradas como “as gostosas”, àquelas do passado, não foram perdoadas pela força patriarcal. Esta ao se sentir desafiada, escolheu usar a aparência física de muitas delas no sentido de diminuir o poder que surgia por intermédio das ações e das determinações de tal categoria. Foi assim com Betty Friedan, e tantas outras mais!

As ideias preconizadas pelas mulheres do *Femen*, ao ultrapassaram as fronteiras da Ucrânia, local de onde se originou, e ao ecoaram mundo afora, fizeram nascer uma ideologia na qual as mamas femininas não são vistas apenas no seu papel erótico, aqui elas se transformam em instrumentos políticos contra as diferenciadas formas de subordinação.

Figura 2: Integrantes do grupo Femen protestam contra o turismo sexual na Candelária, no Centro do Rio, na manhã de 9 de dezembro de 2013.



Fonte: Foto de Reynaldo Vasconcelos / Futura Press/Estadão Conteúdo. Disponível em: <noticias.uol.com.br/.../grupo-femen-protesta-contr-homofobia-no-rio-d...>. Acesso em 23 dez. 2013.

Os corpos femininos, dessa maneira posicionados, já não são apenas as sedes de órgãos e tecidos, eles funcionam como representações políticas, já que conduzem as suas proprietárias a reivindicarem o direito de dispor, dessas estruturas físicas, particulares, de acordo com as suas vontades e disponibilidades.

Se, da causa negra ao orgulho *gay* as insurgências se renovam, os corpos das mulheres se mantêm presente, identificados como vetores e armas dos protestos do *Femen*. Dessa maneira, as práticas sociais ao recaírem sobre as interpretações dos acontecimentos, se pautam em determinadas ações dotadas de força, que definem lugares e posições sociais. Com tal perspectiva, os seus discursos teóricos e práticos, dotados de um aparato simbólico, criam situações que instituem os lugares e as *performances* desses seres, na sociedade.

Aí, está uma realidade na qual as representações se fazem. As bandeiras por elas desfraldadas mostram que, tanto a ocultação quanto a opressão das mulheres na história, fazem

parte de uma política de esquecimento e de silenciamento do feminino, que deu origem a um tipo de relação hierárquica, submissa, entre os sexos.

Seus corpos, ao serem expostos como armas de protestos, trazem, nas suas estampas, frases como: “Francesas desnudem-se”, “Nosso Deus é Mulher”, “Meu Corpo, minha Arma” e outras tantas mais que fazem apologia à liberdade e à autonomia da dita categoria.

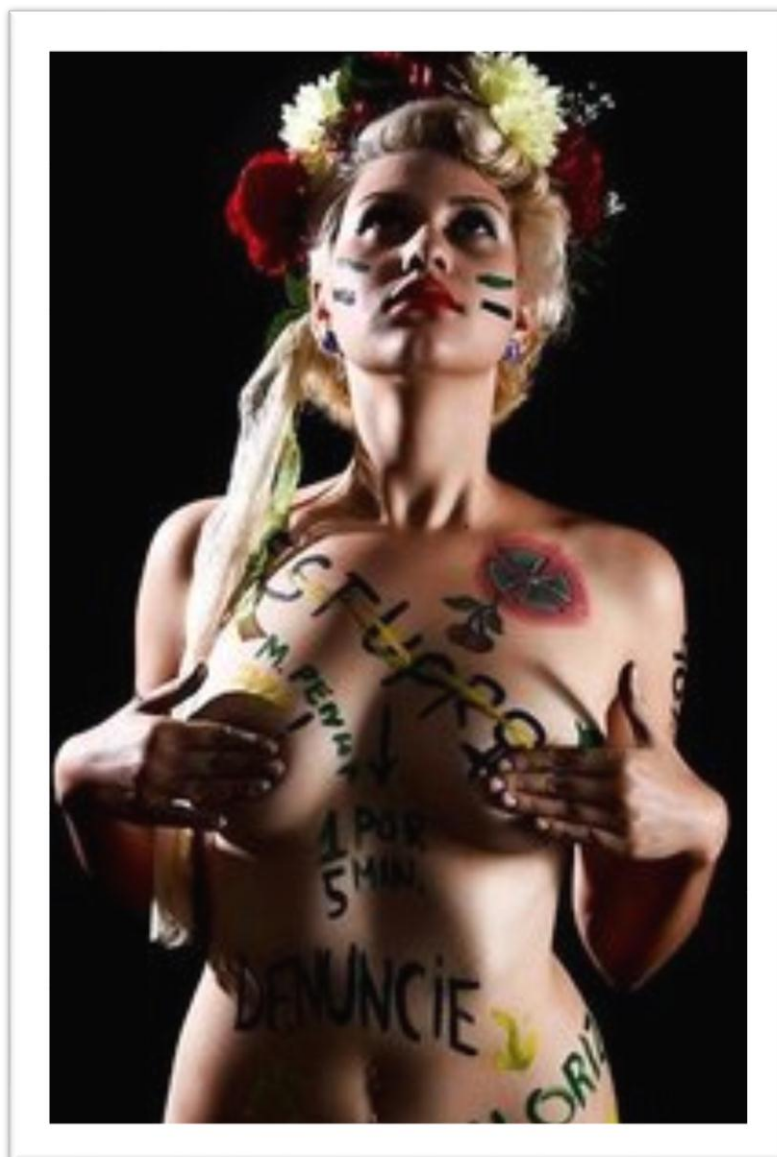
Figura 3: A Revolução do Topless



Fonte: Playboy, Ano 38- nº 449 - outubro de 2012, p. 75.

Comumente, essas ativistas cobrem as suas cabeças com coroas de flores, não por acaso um dos símbolos de Afrodite, considerada como a deusa grega da sexualidade, do amor, da sedução, mas, igualmente, da vingança e do ciúme.

Figura 4: O seio não é um objeto sexual. É uma arma de protesto.



Fonte: <[http:// veja.abril.com.br/noticia/internacional/o-seio-nao-e-um-objeto-sexual-e-uma- arma-de-protesto](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/o-seio-nao-e-um-objeto-sexual-e-uma-arma-de-protesto)>. Acesso em: 13 set. 2013.

Ao se posicionarem, como agentes comunicadores e reivindicadores, tais corpos se transmutam em informações codificadas, interagem com o social e problematizam os significados e as ações do indivíduo. Com suas reivindicações em pauta, essas mulheres esclarecem que a luta pela liberdade traz, no seu bojo, a posse dos seus corpos, revelando que podem fazer deles o que bem quiserem e, por conta dessa concepção, as suas mamas desnudas, se destacam como instrumentos das suas ações políticas, no sentido da construção de um mundo sem barreiras entre os indivíduos.

Mais uma vez, a pergunta da tese vem à tona:

Nossos corpos nos pertencem? Ou ainda: o corpo é um objeto dentre os outros objetos?

O mundo contemporâneo vem mostrando que, ainda que os corpos humanos sejam objetos dentre os outros, eles são diferentes, porquanto nos permitem viver como seres encarnados e, nessa vivência afloram os desejos, as emoções, os prazeres, as dores e as relações por eles construídas “o corpo que somos e que temos abre-se assim ao outro, ao mesmo tempo que o corpo do outro – o corpo que o outro *tem* e *é* – se abre a nós” (PARISOLI, 2004, p. 124).

Figura 5: A Marcha das Vadias, no Brasil.



Fonte: <<http://br.bing.com/images/search?q=uol+e+a+marcha+das+vadias&qpvuol+e+a+marcha+das+vadias&FORM=IGRE>>. Acesso em: 15set. 2013.

Vê-se que, as inscrições carimbadas sobre a pele, fazem dos corpos dessas mulheres espaços expressivos que projetam as significações e, nelas, as relações e as regras por elas elaboradas, se entremeiam e se reúnem no interior de outras tantas que se vinculam aos diferentes momentos e discursos enunciativos.

Com tais ideias, em 27 de setembro de 2013, as mulheres desse grupo fizeram *topless* em um dos barcos que navega pelo Rio Sena, em Paris, durante um protesto de apoio aos 22 integrantes do *Greenpeace*,³⁹ que foram presos, na Rússia, por defenderem causas

³⁹ Organização não governamental (ONG) que atua em todo o mundo defendendo as causas ambientais, como a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

ambientalistas. Segundo as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação, as ativistas foram aplaudidas pelas pessoas que também estavam neste local.

Observa-se que essa é mais uma mudança, que traduz costumes e atitudes, nas quais o privado e o público se unem em busca de novos significados, se modelando e se remodelando na produção dos fatos sociais, de acordo com o espaço e o tempo histórico.

Dessa maneira, os corpos humanos mostram as suas múltiplas particularidades demonstrando que, de uma maneira ou de outra, isso é, subordinados ou emancipados, nus ou vestidos, eles são ferramentas convertidas em estudos e reflexões das quais as ciências, quer humanas, quer científicas não podem escapar aos seus fascínios, aos seus questionamentos.

Figura 6: Femen faz protesto em apoio ao Greenpeace. Foto de Fred Dufour/AFP



Fonte: <<http://noticias.band.uol.com.br/mundo/noticia/100000634108/femen-faz-protesto-em-apoio-a-ativistas-do-greenpeace-presos-.html#foto1>> Acesso em: 13 set. 2013.

Vê-se, nas atitudes dessas ativistas que, a desigualdade, a exclusão, a violência, requerem uma política de expressão identitária que revele a importância dada ao sexo, ao gênero e a sexualidade, como eixos de representações.

Na defesa de um mundo livre das tantas opressões sociais, foi que, em 9 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro, tal grupo, postou nas redes sociais uma declaração, ou seja: (MANIFESTO – MARCHA DAS VADIAS, NO RIO DE JANEIRO, 2014)⁴⁰ no qual inseriu visibilidade aos seus princípios: “liberdade, horizontalidade e autonomia”. Ao (re) significar a expressão “vadia”, o grupo a posicionou como símbolo das suas lutas pela autonomia de ação do indivíduo. Nela, está implícita, conforme as manifestantes, que os corpos devem ter liberdade de experimentar as suas vivências, os seus afetos.

São ações que procuram demonstrar que não é mais possível conceber a ideia naturalizada dos corpos, cuja base está ancorada na divisão binária entre o masculino e o feminino.

Ao desconstruir tal pensamento, propõem um novo horizonte de possíveis relações, não apenas binárias e assimétricas, entre os seres. Nelas, os corpos como vetores, se movimentam e se distanciam da imposição de um modelo ideal, fundado nas crenças e nos valores advindos das sociedades que os estigmatizam socialmente, já que ao se posicionar como objetos “desviantes”, diante do paradigma reinante da “normalidade” binária, adquirem vigor nas suas múltiplas “transgressões” e identidades.

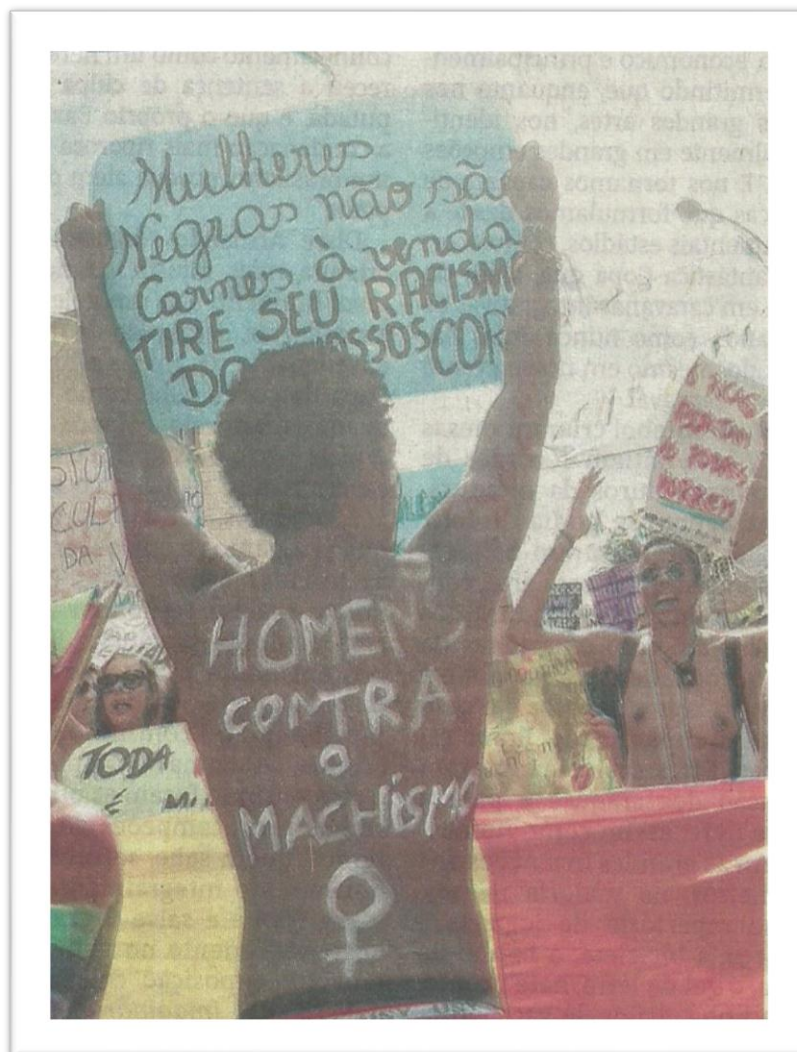
Foi assim que, em julho de 2014, os protestos então globalizados, nos seus embarques e desembarques, aportaram-se na Bahia de Todos os Santos. No desfile do 2 de julho, festa cívica da Independência da Bahia, muitas das mulheres e alguns homens, na cidade de Salvador, desfraldaram as suas bandeiras com as plurais pautas de reivindicações. Os temas abordados faziam eco às tantas reivindicações feministas, universalizadas: a defesa dos corpos das mulheres negras; dos corpos transgêneros; do combate à violência sexista; do feminicídio; da homofobia; do turismo sexual, entre outras tantas reivindicações, já anteriormente mencionadas.

Trajando roupas que deixavam os corpos à mostra, por vezes os seios desnudos, o feminino e o masculino se embaralharam carregando os seus cartazes. Neles, as frases expostas denotavam os seus desejos e aspirações: “eu defino meu corpo, meu gênero, minhas roupas. Você me respeita” (JORNAL A TARDE, CADERNO ESPECIAL, 3 DE JULHO DE 2014).

O cartaz abaixo expõe tal realidade:

⁴⁰ Disponível em: <<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/2014/08/normal-0-false-false-false-es-mx-ja-x.html>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

Figura 7: “A defesa das mulheres foi a tônica da Marcha das Vadias” Marcha das Vadias recebe apoio ao longo do cortejo.



Fonte: Jair Mendonça Filho. Jornal A TARDE. Caderno ESPECIAL. Salvador, 3 jul. 2014.

Por conta das rebeldias, das indocilidades, das transgressões e das subordinações que acompanham os corpos humanos, revisito Studart (1990, p.5), quando traz à nossa reflexão a expressão apregoada pelos movimentos feministas, no qual a tese se subsidia: “No fim da década de 70, quando no Brasil, o movimento feminista estava mais radicalizado (até porque a ditadura levava tudo à radicalização), nós costumávamos usar um slogan: “*Nosso corpo nos pertence*”.

Estamos em 2014, e tal *slogan* continua sendo colocado em pauta, nos protestos feministas, em todo o mundo. Tal formulação conduz às lógicas sociais e culturais, considerando que, como mulher e como homem, continuamos inseridos no objeto. Nesse campo, Bourdieu (2010, p, 14), formula um pensamento que justifica tais lógicas: “arriscamo-

nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação”.

Figura 8: UOL e a Marcha das vadias.



Fonte: <<http://br.bing.com/images/search?q=uol+e+a+marcha+das+vadias&qvpt=uol+e+a+marcha+das+vadias&FORM=IGRE>> Acesso em: 13 set. 2013.

Dessa forma, torna-se necessário que o feminino – ao se apropriar do seu corpo-cenário, porém real e não imaginário –, proclame os símbolos que emergem quando na defesa do seu sagrado direito de ser. Com essas ideias, os corpos, nos seus trânsitos, produzem inquietações, incertezas e também certezas, no imaginário social e cultural. São condições que, mesmo não sendo manifestadas por seus portadores, estão imbricadas no cerne da cultura, evidenciando um círculo histórico que se eterniza e se naturaliza, no consciente androcêntrico, no qual a dominação e a exploração se fazem presentes, ocupando territórios de sujeições, nas relações entre os indivíduos.

As imagens desses corpos, desnudos ou não, representam suas ações positivas, pautadas nos ideais por eles propostos. São os corpos reivindicatórios que, com seus desejos e sensações, adentram a questão do estatuto social, normativo, colocando em jogo a legitimidade de cada indivíduo.

Retomo os pensamentos de Studart (1990, p. 9), ao admitir que, de um modo geral, desde quando os homens perceberam que tinham a estrutura física mais forte que a das

mulheres, aprenderam a usar o corpo feminino de forma que esse elemento fosse conveniente às suas vontades, “ou arrastando-a pelos cabelos como nos tempos das cavernas, ou subjugando-a com uma autoridade que os códigos lhes conferiam ou, mais recentemente, acenando para ela com suas obrigações de mulher” (STUDART, 1990, p. 9).

Com tal pressuposto, defendia que a mulher, ao ter consciência do valor do seu corpo, podia realizar uma revolução, dentro de todas as outras revoluções. Entendia que, mesmo diante dos avanços feministas, das conquistas obtidas nas leis e nos costumes, essencialmente com a Constituição Brasileira de 1988, a ditadura sexual, ou seja, o poder do homem sobre o corpo da mulher, insiste na sua permanência, inferiorizando e silenciando a categoria feminina.

Se me benefico com tais os pensamentos é porque, a pergunta da tese está impressa nessas ideias. Diante de tal realidade, ainda nos anos de 1980, Studart (1990, p. 5), nos remete a um fato polêmico que, entre outras consequência envolveu um cartunista de vanguarda.

O cartunista Ziraldo publicou uma charge no Jornal do Brasil (26/09/80) onde uma ativista magrinha pichava o muro com a frase bandeira do feminismo. No mesmo desenho, uma jovem sensual rabiscava outro slogan: **Nossos corpos nus pertencem**. As feministas se indignaram e até promoveram manifestação de protesto à porta da casa de Ziraldo. **Agora, tantos anos depois, cabe fazer uma reflexão: Nosso corpo nos pertence?** (GRIFOS DA AUTORA).

A charge abaixo chama a nossa atenção não somente para as conquistas femininas e feministas, mas, igualmente para os desencantos. Esses nos revelam que, o bem comum, ainda está longe de ser alcançado com a sua liberdade plena, peculiares e particulares de cada indivíduo. O polêmico desenho, publicado no *Pasquim*⁴¹ nº 588, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1980, p. 8 (SOIHET, 2007).

⁴¹ Jornal semanário, editado em 26 de junho de 1969, por jovens intelectuais do Rio de Janeiro. Tal publicação tratava as questões sociais de forma séria, porém bem humorada e irreverente. Durante a ditadura militar do Brasil, foi o porta-voz das injustiças sociais para uma geração de jovens que viam nele uma linguagem jornalística diferenciada, porquanto crítica e anárquica, que os influenciavam na luta contra o regime militarizado. A última edição foi em 11 de novembro de 1991.

Figura 9: Preconceitos nas charges do Pasquim: Mulheres e a luta pelo controle do corpo.



Fonte: ArtCultura, Uberlândia, v.9, n.14, p.39-53, jan.-jun.2007. Disponível em : <http://www.artcultura.inhus.br/PDF14/rachel%20soihet.pdf>. Acesso em: 13ago.2013.

Contudo, com relação ao “humor” de Ziraldo, Soihet (2007, p. 50) narra os acontecimentos que precederam aos comentários do cartunista.

Um pequeno grupo decidiu se vingar pichando o muro da casa do autor, com a frase: “**Ziraldo, o Doca Street do humor**”⁴², provocando uma série de protestos do cartunista, que afirmava conhecer algumas feministas brasileiras que lhe pareciam “**apesar de profundamente neuróticas, agressivas e carentes, bastante inteligentes e até mesmo brilhantes.** São em geral, muito bem informadas, cheias de cursos e diplomas. Como, porém, **as maiorias das pessoas que se informam deformadamente, não conseguem transar bem a chamada decodificação da mensagem humorística.**” E a partir daí várias matérias se sucederam, com Ziraldo externando sua preocupação com o fato de seu endereço, que até então não figurava no catálogo telefônico, ter se tornado público. Disse sentir-se ameaçado, assim como sua família, naquele momento de tensão política. Logo a seguir, em outra crônica, ele reiterava: “**Abaixo o feminismo de Direita!!!**”, alegando “**Eu não sou contra a**

⁴² Raul Fernandes do Amaral Street, o *Doca Street*, matou a tiros Ângela Diniz, uma mulher da alta sociedade com quem ele convivia, depois de uma discussão passional, no dia 30 de dezembro de 1976, em uma casa de praia em Búzios. Esse crime teve uma grande repercussão no Brasil, principalmente, por se tratar de pessoas pertencentes a alta classe social (SOIHET, 2007).

mulher; eu sou é contra burrice!” e censurando o fato de a “ação” ter sido feita em sintonia com a revista *Isto É*.⁴³ E a “vingança” foi demolidora, presente em uma série de charges. Numa delas, um homem informa serem três os mentores da pichação: **“Duas mulheres feias e uma pessoa do sexo masculino ao volante”**... Em outra, o motorista, ao lhe perguntarem como aceitara a incumbência de “dirigir Fusca de madrugada para feminista pichar muro”, responde: “Meu sonho mesmo era trabalhar no **Lampião**”⁴⁴ Dessa forma, Ziraldo não só aproveitava para apontar o “supremo pecado das mulheres”, **a sua feiúra**, como insinuava que o homem supostamente envolvido era **homossexual, revelando igualmente o preconceito contra esses segmentos** (GRIFOS DA AUTORA).

Ao estruturar um raciocínio voltado para o dito acontecimento, entendo que ao falar em imagem refiro-me às representações, visto que elas vão além de uma mera ilustração e trazem um enunciado entrelaçado às tramas sociais.

Com tal pensamento, algumas questões ficam no ar e, certamente, serão difíceis de serem respondidas: o que Ziraldo – um intelectual de esquerda, considerado de vanguarda – que rompeu barreiras com o seu humor, enfrentando o governo militar com as suas opiniões e colaborando, de forma ativa e corajosa, com um jornal revolucionário, como *O Pasquim* –, quis mesmo dizer com as suas charges? Quais as ambiguidades – já que a tese nesse campo se situa – inclusas nas respostas do jornalista às feministas, naquele momento tão difícil na história do Brasil? O que pretendia expressar o humorista quando desenhou duas imagens de mulheres representadas de formas tão desiguais? A luta contra o patriarcado? As conquistas femininas que, no uso dos seus corpos nus, levantaram a bandeira de uma causa? A apelação advinda do fascínio do ser feminino, calcada no fetiche e na coisificação corporal da mulher? Ou, ainda, a real condição do machismo tão impregnada na cultura brasileira?

Nas respostas às feministas, ainda conforme Soihet (2007), em *O Pasquim* nº 590, veiculado no período de 1º a 16 de outubro de 1980, o cartunista continuou com as suas charges provocativas.

⁴³ A historiadora menciona um artigo intitulado *Abaixo o Feminismo de Direita* que veiculou no *Pasquim* de nº 590, Rio de Janeiro, 17 a 23 de outubro (SOIHET, 2007).

⁴⁴ *O Lampião da Esquina* era um jornal alternativo, voltado para o público homossexual, que circulou entre os anos de 1978 e 1981 (IDEM À NOTA ANTERIOR).

Figura 10: Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo.



Fonte: ArtCultura, Uberlândia, v.9,n.14, p. 39 -53, jan.- jun. 2007.
 <<http://www.artcultura.inhus.br/PDF14/rachel%20soihet.pdf>>. Aceso em 13 ago. 2013.

Talvez o fato narrado e as perguntas elaboradas, por conta do seu desdobramento, mostram como é impossível negar que, no trecho e nos desenhos do cartunista, as imagens põem à tona argumentos inaceitáveis, desrespeitosos à condição feminina. Essa categoria, mesmo diante de situações hostis, lutou no passado – e assim continua no presente – contra os preconceitos que sobre ela incidiram, e ainda incidem, mesmo a despeito da revolução sexual com as suas conquistas, advindas dos embates feministas.

A essa altura, é provável que qualquer raciocínio construído em torno do assunto seja mesmo extemporâneo. Entretanto, são reflexões que expõem a descontinuidade, diante das mudanças, mas também a continuidade vinculada à “lei do pai”, que, nos tempos atuais, se apresenta com nuances diferentes ou, por vezes, disfarçada em “benefícios e/ ou “conquistas”.

Sem dúvida, muitas amarras foram, paulatinamente, quebradas pelas mulheres, mas, ao mesmo tempo, até então, são inúmeras as reivindicações menosprezadas, esquecidas ou

interditas, e também as permanências, que transitam, sem trégua, por esse campo. Volto a Studart (1990, p. 35):

E, vejo, todos os dias, uma romaria de mulheres das mais diferentes idades, metidas em malhas, dedicando-se esforçadamente a exercícios. Buscam um determinado modelo de corpo. Querem ser assim e assado. Se estiverem cinco quilos para cima do peso ideal, perdem imediatamente a auto-estima. Se estiverem muito abaixo, acontece a mesma coisa. Ninguém aceita um pouco de celulite. Os sinais da idade são notados com desespero. Todas querem entrar dentro do molde que viram apregoado na tevê, por alguma modelo lindíssima, de pouco mais de 20 anos. E isso por motivo simples, inconfessado: se o corpo não for igual àquele estereótipo, a mulher não será desejada pelo homem. Gordas não têm vez. Mulheres de óculos não estimulam a sensualidade masculina. Seios menos rígidos desencorajam o desejo. É preciso ser eternamente jovem e eternamente bela – para ele.

Muitos anos se passaram após os pontos de vista externados por Studart (1990), todavia, na segunda década do século em que vivemos, as mesmas idiossincrasias continuam presentes e respondendo por inúmeras expressões femininas corporais, ora em pauta. Ao mesclar as fontes documentais com a minha atividade profissional os pensamentos acima, ficam explícitos e mais fáceis de serem entendidos.

Dando seguimento à história, é fato que, no decorrer dos anos, surgiram novos valores e que estes promoveram o crescimento do ser humano. Dos movimentos sociais aos marcos legais, as lutas feministas revolucionaram o século XX. Foram muitos os avanços no que tange à afirmação dos direitos das mulheres. Eles vieram das vitórias políticas, sociais, legislativas, culturais, tecnológicas, porém, é visível que a sociedade patriarcal, machista, homofóbica, racista, se nutre das suas raízes, profundamente fincadas em um solo áspero, que determina um contexto de desigualdades e injustiças. As postulações põem em evidência que os conflitos entre o feminino e o masculino – advindos da assimetria, quer física quer intelectual, entre os sexos – são atitudes construídas e estabelecidas desde os tempos mais remotos da humanidade. Suas ideias perpassaram os séculos, daí as constantes e acirradas batalhas, nos mais diferenciados períodos históricos.

Por conseguinte, essas mudanças acontecem por intermédio das lutas, dos protestos, das passeatas, dos encontros e dos desencontros, demonstrando que, as conquistas passam à distância de um processo pacífico. Considerando os acontecimentos, não se pode aceitar que a dominação masculina foi apenas acatada passivamente pelas mulheres.

As desobediências se evidenciaram e ao se manifestarem, no corpo e nas atitudes, demonstraram que as transgressões femininas sempre se fizeram presentes. Se por um lado, discussão tão complexa passa a ser interpretada dentro do contexto que traça um esquema de

significação e que afasta as protagonistas da vitimização e do essencialismo, por outro lado, esse ponto de vista tem um sentido histórico, já que os corpos e as ações das mulheres foram, desde sempre, controlados pelo patriarcado, porquanto, simbolicamente, pertencente ao homem.

O violento contraste, físico e intelectual, existente em tempos passados, entre a condição de ser homem ou de ser mulher, perpetua até os dias atuais. Não é à toa que as reivindicações feministas passam, na maioria das vezes, pelo direito de usar o corpo de acordo com a vontade de cada protagonista. Foi assim, por exemplo, no controle da reprodução, nas vivências corporais, no que se refere à sexualidade com direito ao prazer e ao gozo, e, ainda é, dessa forma, na questão do aborto e das transgressões, no que concerne às questões sexuais.

Na elaboração de um estudo no qual a história discorre sobre os corpos femininos, é preciso apreender que, nas transformações que incidiram sobre essa categoria, existe uma diversidade de perspectiva, no pensamento ocidental, que nega ou afirma a importância do corpo como elemento matriz na construção pessoal e social dos processos de objetivação/subjetivação, bem como das identidades. Essas perspectivas se consolidam dentro de um universo cuja formulação passa pela política e pela ética, se revelando ora na afirmação da igualdade sexual, ora na sua diferença. Contudo, tanto uma quanto outra sofrem constantes transmutações ao longo dos anos.

Ao me deter em tal assunto, retomo os pensamentos de Saffioti (1997, p. 60), relacionados às duas condições acima referidas – objetivação/subjetivação – enfatizando que tais condições não se separam, ou melhor, não são situações diferentes uma da outra, porquanto, o sujeito e o objeto não atuam independentes. Entendo que, a “terminologia realidade externa x realidade interna apresenta um ranço cartesiano, rejeitado pela postura aqui adotada”. (...) “O sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage”. A Psicologia Junguiana se une a essas ideias visto que, também reconhece: o que está no interior está no exterior e, o que está em cima está embaixo. Essas instâncias não agem com autonomia, daí, o pensamento dicotômico está longe de ser aplicado. Tal concepção ficou explícita, nesta tese, desde o princípio da sua elaboração. Logo, a experiência subjetiva do ser humano parte, sempre, das vivências de um senso do eu e do outro.

Em outras palavras, não se constituindo como categorias binárias, sujeito-objeto, não se posicionam dentro de uma condição dual, e, em um tempo histórico, por ambos estruturados, o individual e o coletivo, igualmente, não se separam, porquanto, o ser humano, constrói as suas relações por intermédio das suas práticas, no cotidiano social. Com os efeitos produzidos por tais experiências, os indivíduos fazem as suas histórias, diante das exterioridades e

interioridades, que daí surgem, durante o seu ciclo de vida. Esses *locus* podem funcionar como um termômetro que mede o grau de subordinação ou de emancipação do sujeito, isso porque, na prática, detecta-se que, mesmo quando o sujeito, objetivamente não se subordina a certas pressões sociais cerceadoras da sua personalidade, ele está enfronhado nas teias das subjetivações que delas se originam.

São condições perpassadas pelas inúmeras ambiguidades concernentes às questões relativas ao gênero, às classes sociais às raças/etnias.

Cabe chamar a atenção para o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte dos seus sujeitos, não somente em virtude de ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais, entrelaçam-se de modo a formar um *nó* (SAFFIOTI, 1997, p. 61).

É o nó defendido por Saffioti que, ao atravessar “as subjetivações-objetivações”, a pessoa pode optar ou não por condutas alienadas que coisificam não somente o seu corpo, mas toda a sua vida. Tal entrelaçamento, coloca em pauta e potencializa as contradições, aí inerentes, desaguando, mais uma vez, nas questões concernentes à emancipação e à subordinação.

Ao considerar tal lógica, volto ao poder do capital e reconheço que este segue obedecendo a sua vocação de dominação-exploração, tanto na exploração da força do trabalho das mulheres, quanto na dominação dos seus corpos.

Se esses dois processos – objetivação-subjetivação –, estão atados entre si, as histórias de vida de cada indivíduo dependem mesmo das relações por ele construídas. Dessa forma, possibilita desenhar o mapa biográfico de cada pessoa, diante da sua relação com a sociedade em que vive. Desse espaço emergem as diferentes identidades que o indivíduo adota, durante toda a sua existência; diversas porque, são várias as fases de vida pelas quais o sujeito passa, e sendo assim, as multiplicidades ou as variedades se efetivam no decorrer de cada etapa vivida. São condições que mostram como o nó, apregoado por Saffioti (1997), classifica e identifica as diferentes categorias sociais, com as suas demandas e as suas idiossincrasias.

Nesse campo os opostos, de novo, são trazidos à tona, já que as identidades adotadas podem se inserir tanto no campo do consciente quanto na instância do inconsciente.

Nesse movimento dual, retomo uma questão que vem sendo trabalhada desde os primeiros capítulos desta tese, ou seja: existe um comportamento que invoca as atitudes alienadas que dão as

mãos à sujeição do fetichismo das “coisas”, mas, igualmente, está presente outra conduta que trilha por um caminho contrário, na qual o indivíduo se coloca como o sujeito que não se assujeita à sedução da mercadoria, do espetáculo, mesmo que viva entre as teias por ela tecidas.

Como me subsidio nas ideias de Saffioti, é com elas que traduzo o que foi, até então, aqui defendido: as identidades se produzem e se reproduzem no campo do consciente e do inconsciente, mas, a sua presença no consciente é manifesta de forma menor ou maior, na dependência dos recursos extraídos das instâncias mais profundas da psique. Esse é o grande desafio da *persona*⁴⁵ e a luta, constante desse arquétipo em não se imolar no interior de um inconsciente coletivo catastrófico, que possibilita integrar à vida pessoal do sujeito as representações coletivas, embasadas em neuroses ou até mesmo nas psicoses. Se sobre os corpos femininos recaem os infundáveis discursos, com as suas conveniências, valem tantos as medidas irreais que estão na moda – isto é, as “necessidades” e as conveniências de uma sociedade ávida pela encenação do espetáculo –, quanto àquelas que são capazes de comunicar e dar sentidos aos verdadeiros valores éticos, estéticos.

Diante dessa concepção, reforço a relevância do processo analítico, visto que, ele é um dos caminhos que pode conduzir o indivíduo a uma diferente perspectiva para a vida. Acredito que, com esse novo olhar, as protagonistas das ações, podem refletir sobre a relação das perdas e dos ganhos e decidirem quais as condutas e os atos que serão encenados em suas vidas. Essa é uma prática na qual o exercício da alteridade se distingue. Nesse espaço, tanto o diálogo da cultura com a natureza se destaca, quanto o pensamento persistente entre os corpos reais e os corpos ideais, porquanto, permanências e resistências se representam como realidades. São configurações atreladas ao coletivo as quais determinam os diferenciados padrões com relação à aparência humana.

Se aqui há uma referência aos processos de subjetivação-objetivação, é porque é necessário entender, quais os valores reais que dão um tom a mais nas questões pertinentes à humanização, mesmo considerando a existência efetiva do espetáculo integrado social (DEBORD, 1997).

Por isso que, a exposição dos acontecimentos históricos são aqui pertinentes.

A consciência feminista garantiu, inicialmente, alguns dos direitos fundamentais às mulheres, no que se refere à igualdade de cidadania, como exemplo, o direito do voto. Essas

⁴⁵ Arquétipo mencionado no primeiro capítulo, quando abordamos a importância da Psicologia Analítica, nesta tese.

observações são importantes porque, na fase das reivindicações sufragistas, ou seja, no final do século XIX até a terceira década do século XX, o corpo, enquanto instância da subjetividade, não era, aparentemente, o motivo principal das reivindicações. No decorrer dos anos, com as atividades das diferentes correntes feministas, principalmente nos idos de 1960/1980, esse assunto começou a ser discutido, no sentido de entender o modo como as subjetividades se constroem a partir de corpos sexuados. Das mulheres do século XIX, caminhando por Beauvoir, em 1948, aos movimentos feministas do período da contracultura (1960/1980) até a política *queer*, dos dias atuais, os corpos femininos foram se transformando e se situando. Livres ou escravizados, na casa ou na rua, as suas atitudes construíram significados inseridos em territórios instáveis, repletos de referências movediças, no vai e vem das variadas direções.

Assim como os signos estão vinculados aos diferenciados regimes de força ou poder, é provável que, na contemporaneidade, a marca corporal do feminino assuma um projeto de desterritorialização, requerendo exercício de redefinição na sua construção. Ademais, se a relação com a tecnologia, com os artefatos está inserida em uma ordem ambígua, indeterminada, instável, simbólica, tal como os corpos, a estranheza se faz presente, demonstrando que tudo aquilo que simboliza é motivo de polêmica, de controvérsia e suposições.

Destarte, se o símbolo é “a união da verdade racional com a verdade irracional” (JUNG, 1993, p.22), ele contém ambos os lados, logo, implica uma situação de dualidade, que se unifica já que, etimologicamente, tal termo vem da palavra grega *symbolon*, cujo significado é pôr junto com, juntar.

Com tal entendimento, os problemas “torcidos ou retorcidos”, de Rittel e Weber (1973), têm seu lugar de destaque e retornam a esta tese, provando que os sentidos os quais o ser humano outorga à sua vida se limitam à percepção que ele tem do mundo à sua volta. Desse modo, se o presente se configura em uma época na qual o espetáculo, o ideal, o espectral mostram a transitoriedade dos corpos, é também provável que, cada vez mais, o ser humano ignore o que seja, de fato, um corpo.

Mas, o que é mesmo um corpo?

Tal questionamento não engloba qualquer resposta linear, entretanto, se os corpos com as suas porosidades se abrem para o mundo, eles estão na dependência dos moldes sociais, e esses o acatam ou o rejeitam, mostrando os nós que afetam e que lhes dão múltiplas significações. Se os corpos, vivem no nível de um determinado tempo histórico é aí que devemos traduzi-los, pois, nesses diferentes períodos, as ideias e as crenças se articulam Assim,

eles não se movimentam apenas no âmbito biológico, porquanto, ao participarem de um sistema que lhes inferem significados os ditos objetos se inserem em uma linguagem relacional, construída, na qual tudo é sentido e pensado.

Se a percepção é corporal, física, biológica, ela é, igualmente cultural, visto que, o corpo humano não pode mesmo ser entendido como objeto isolado das suas circunstâncias, visto que, ele se projeta no mundo operando dentro de um determinado sistema de linguagem “O meu corpo, esta mão que vejo, este torso que toco, é o aqui quase infinitamente pequeno de um espaço estelar quase infinitamente grande” (ENTRALGO, 2003, p. 324).

“Nesse espaço “estelar” são inevitáveis as interseções que se estabelecem com as diversas classes sociais, étnicas e sexuais, quando nas representações sobre gênero e o sujeito do feminismo (BUTLER, 2007). Tais vinculações, me fazem apreender que, por mais que haja certa união, a exemplo da heterossexualidade, da homossexualidade, da transexualidade e das gerações, haverá, contudo, uma divisão proveniente da classe e esta separará, certamente, essas categorias dentro da ordem do capital (Saffioti, 2004).

Neste capítulo, no qual algumas ideias e acontecimentos sobre o feminismo e a pílula foram delineados, fica evidente a necessidade de inserir os estudos sobre gênero, na pesquisa ora em pauta. Do mesmo modo, é relevante advertir para um ponto relativo de convergência entre essas instâncias. Isso porque, se a noção de estabilidade, com relação ao conceito de gênero, na atualidade, tem perdido o seu valor como um princípio básico, as ideias butlerianas merecem reflexão no sentido de lutar por uma política feminista que não mais considere apenas as mulheres como o sujeito do feminismo.

Por conta dessas ideias, Butler (2010) ao falar sobre a possibilidade do feminismo como política representacional, sugere que seja feito um estudo da *genealogia feminista*, como uma importante tarefa para determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo. Entretanto, vai mais além, quando explicita que “talvez, paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma” (BUTLER, 2010, p. 23, 24). Essa nova organização, assim formulada, evitaria preconceitos e exclusões.

Por conta dessa concepção, volto ao feminismo do Femen, apreendendo que, ao defender um mundo livre de imposições e violências, essa nova forma de atuação que sustenta o feminismo das suas mulheres “gostasas”, vem sendo manchete na atualidade, em todo o mundo, visto que, ao desfraldar as suas bandeiras não toma partido em uma única causa.

Um questionamento vem à tona:

É possível que, com o *Femen*, está nascendo um novo feminismo, no qual o corpo se desnuda diante das novas linguagens, performáticas ou não, da contemporaneidade?

Isso porque, ao carregam seus tentáculos ancorados em diferenciados estandartes, os embates do *Femen* se validam sobre diferenciados tipos de opressão social. Essas vão desde o uso do corpo nu, como protesto à repressão, até o corte de uma cruz com uma motosserra, simbolizando a queda da coação religiosa do alcorão.

Figura 11: Manifestantes do Femen realizam atos seminuas em Paris. Foto (AFP)



Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/09/manifestantes-do-femen-realizam-ato-seminuas-em-paris.html>. Acesso em 23 set. 2013.

As demandas feministas do referido grupo, como vimos, seguem rumos diferentes – a exemplo da luta pelo fim do turismo sexual, da mercantilização do corpo, do estupro, do direito ao aborto, da abolição da poligamia, e da clitoridectomia, isso é, a retirada do clitóris como um rito de passagem ou iniciação, ato que demonstra a violência de um adulto sobre o corpo de uma menina, seja por razões culturais ou religiosas, etc. Nos seus protestos reivindicatórios as fobias têm nomes: islamofobia, ditadurofobia, fascismofobia, e todas as outras formas de dominação e escravidão que aprisionam os corpos das mulheres.

A todos os motivos já acima referidos, juntam-se as lutas na defesa de muitas mulheres muçulmanas que seguem reagindo contra o uso impositivo das burcas. Em um documentário intitulado *As Guerreiras do Femen* (2014), veiculado pela *GLOBOSAT News Television* (GNT), as militantes ressaltaram o trabalho em prol da união solidária universal e, ao lado do apoio de outras mulheres muçulmanas, fizeram a seguinte declaração: “a burca não é uma roupa feminina, é a roupa que os homens nos faz usar”.

Inna Shevchenko, por ser uma das suas principais ativistas do *Femen*, está sempre em evidência, nas mídias. Ela enfatiza que, o objetivo do grupo é criar condições nas quais a força patriarcal possa ser extinta. No uso das suas armas pacíficas – no caso as mamas expostas – como um caminho traçado, em busca da verdadeira modernidade (assim elas entendem), as militantes do *Femen* decidiram criar campos de treinamentos para novas mulheres ativistas, de várias nacionalidades, visando mostrar ao mundo que a nudez e a liberdade andam de mãos dadas.

Para essas combatentes, tal atitude não é inconsequente, portanto, segundo o grupo, não podem ser consideradas iguais às ações do Talibã⁴⁶, por exemplo. Dessa maneira, defendem que as lutas, por elas empreendidas, estão engajadas em exercitar a solidariedade internacional. Na raiz, o *Femen* é uma coligação que, usando o corpo como instrumento de insurgência, luta contra o pertencimento e o uso do objeto pela força do patriarcado. Este, de acordo com os seus princípios, cristalizados e legitimados socialmente, vem se preocupando muito mais em esconder e explorar o corpo feminino, do que dele cuidar. Suas ações seguem o seu percurso e, carregando seus corpos transgressores, nus, adentram o século XXI na busca de melhores condições para a humanidade.

Vê-se que, o feminismo, da atualidade, se reveste das mais diferentes formas, e nelas as subversões estão presentes imprimindo sua legitimidade social. Diante dos tantos conflitos, a pergunta da tese volta a fazer eco: se o corpo pertence à mulher, ela pode fazer dele o que quiser?

É fundamental compreender o quão singular é a trajetória de cada ser humano. Com esse pensar, reflito o meu próprio percurso diante deste tema. Contudo, compreendo que, se a aproximação do assunto impõe a impossibilidade de vasculhar, de forma exaustiva, os seus meandros, é preciso assimilar como a sua configuração vem vinculando o feminino a uma

⁴⁶ Grupo fundamentalista islâmico, fundado no Paquistão em 1994. Esse movimento, geralmente, por intermédio de ações terroristas tem como objetivo recuperar os princípios do Islã, dentre os quais a anulação dos direitos das mulheres. Para tal agremiação, as mulheres são consideradas como seres inferiores aos homens, portanto, devem estar submetidas aos poderes masculinos.

trajetória na qual entre a casa e a rua a liberdade e a sujeição, essa categoria continua embaralhando as cartas, ao longo dos tempos.

Se na contemporaneidade, o respeito às diferenças ocupa as agendas das principais instâncias sociais, é suposto que a versão atual para o feminismo esteja mesmo inserida na perspectiva de Butler (2007).

Esse olhar amplia as escolhas e mostra como as lógicas sociais e culturais estão invariavelmente implícitas no tema estudado, mas, por serem elas mutantes, se amoldam aos tempos vividos. As bandeiras desfraldadas pelas diferenciadas correntes feministas, merecem ser analisadas no sentido de entender se, nos caminhos por elas percorridos, importaram mais as escolhas individuais, ou as ações que implicaram em uma perspectiva alargada, com a qual as lutas emancipatórias, empreendidas por tais movimentos sociais, puderam contemplar a todos e não a um pequeno grupo.

Nas semelhanças e nas dessemelhanças, entre os soutiens queimados dos movimentos feministas do passado, e a exposição das mamas nuas das mulheres do *Femen*, na contemporaneidade, o que está em jogo é a luta pela igualdade entre os sexos. Nesses embates o respeito às diferenças, deve compor as pautas das discussões, atuando como uma ordem política, no exercício da verdadeira democracia.

É preciso compreender como o corpo adentra as causas feministas e como a relação corpo-indivíduo pode explicar o significado da ética corporal, isto é, o que se passa entre o direito de dispor do corpo e o que se entende por moralidade.

Em vista de tal questionamento, é de bom alvitre atentar para as lutas que Friedan (1971) e suas companheiras enfrentaram no passado e se perguntar como elas puderam contribuir ao feminismo, da atualidade, do *Femen*? São reflexões que colocam em evidência como as experiências mais simples do ser humano se movimentam em um universo físico no qual o corpo, como parte fundamental desse todo, se insere nas tramas do mundo. Ao ocupar um lugar no espaço e, ao encarnar o caráter de cada um de nós, deduzo que, se somos aquilo que verdadeiramente encarnamos ser, ao tempo em que somos o nosso corpo, também o possuímos e nos posicionamos, com ele, para o mundo.

Se as ações empreendidas pelo ser humano colocam a sua corporeidade em foco, é necessário considerar que, se existe uma relação entre o corpo e a pessoa, paira, igualmente, uma vinculação entre o corpo, os desejos as sensações e as emoções, em cujos elementos a ética desempenha um papel preponderante. A vida do indivíduo é tatuada na parceria com o seu

corpo. Foi assim com a “feióra” de Friedan e tem sido assim com a beleza e a “gostosura” das mulheres do *Femen*.

É pertinente então observar como as mulheres ditas como “feias” e àquelas consideradas como “as gostosas” se introduziram na história, mudando o curso e as concepções sobre o feminino e o feminismo.

Se Friedan com seu contingente de mulheres lutaram, no passado, essencialmente, por uma causa pontual – com uma clareza generalista de combater o machismo, nas suas raízes –, pelo modo como atualmente, esse feminino de outrora é descrito parece até que tal movimento está longínquo do feminismo de hoje, proclamado tanto pelas belas mulheres do *Femen*, quanto pelas várias correntes feministas, em ação.

Não penso assim.

A história mostra a continuidade, mesmo diante de contextos tão dessemelhantes. Em um panorama no qual, com a guerra fria, o capitalismo e o socialismo se digladiavam, o feminismo de Friedan (1971), vivido em uma sociedade democrática capitalista, denunciou a infelicidade das mulheres americanas com os seus respectivos corpos, então explorados pela violência– tanto física como simbólica – do sistema patriarcal.

Nessa fase da História, as lutas feministas eram entendidas como um movimento de radicais que não apenas queimavam sutiãs para combater o machismo, mas que guerreavam, da mesma forma, combatendo a beleza das mulheres. Betty Friedan, por sempre ser mencionada em razão da sua aparência, sem qualquer *glamour*, ao ser apelidada como “a feia”, mostrava a crueza do patriarcado para com o feminino. Esses foram tempos em que “política era coisa para machos”, logo, se a mulher por ela se interessasse era porque esta não tinha arranjado nenhum homem que a desejasse. Se a imagem da feminista, para uma parcela da sociedade, era traduzida como a mulher feia, mal amada, estava assim sendo criado o estereótipo da feminista que negava fisicamente o seu corpo e a sua condição da mulher. Era a não mulher, já que a verdadeira fêmea, era aquela que trazia na sua imagem a ingenuidade, a inocência, a submissão e a inferioridade diante do masculino.

Mas, o que seria do mundo feminista de hoje sem as mulheres “desglamorizadas” do passado?

Essas pioneiras colocaram no coração do poder questões do cotidiano por elas vividas que estavam invisíveis para a esfera política. Tais posicionamentos, sem dúvida, levaram às ações governamentais, a exemplo, da Conferência Mundial da Mulher, sendo a primeira

realizada no México, em 1975, seguida daquelas em Copenhague (1980) em Nairóbi (1985) e culminando com a de Pequim (1995). Nesse particular, as palestras e as produções literárias do filósofo e economista indiano Amartya Sen (1933)⁴⁷, fizeram a diferença. Ao abordar o tema “Desenvolvimento como liberdade”, enfatiza que o progresso de uma nação está diretamente vinculado às oportunidades de liberdade dos seus cidadãos.

Vê-se que, todos esses encontros apontavam a desigualdade como o fator primordial dos embates a serem empreendidos. Nas pautas das discussões, dentre muitos temas abordados, alguns se evidenciavam: as desigualdades das mulheres em estado de pobreza (a feminização da pobreza); as desigualdades ao acesso à educação, aos serviços de saúde e, igualmente em relação à participação no poder político; as questões vinculadas às violências físicas, institucionais e simbólicas, sofridas, comumente, por essa categoria; os problemas vinculados às mulheres negras, muitas vezes com seus corpos prostituídos, por falta de opção e oportunidades e outras tantos questionamentos mais, de relevância igual a esses.

O que podemos inferir é que, nos dias atuais, a integração da humanidade em um plano global é um sonho para muitos dos habitantes do planeta. São inúmeras as campanhas em prol dos Direitos Humanos, mas estes estão na dependência dos interesses políticos das grandes potências mundiais. Não se pode negar que, após as duas Grandes Guerras Mundiais, foram criadas diferentes organizações de caráter público e privado, no intuito de difundir um sentimento de responsabilidade entre os sujeitos. Tais organismos têm como objetivo precípuo possibilitar um melhor destino para o ser humano, independentemente da etnia, dos credos e da classe social.

O importante disso tudo é que os debates promoveram caminhos que resultaram em ações. Um exemplo é a Fundação *Ford*, que, por intermédio do jornal *Mulherio*⁴⁸, patrocinado pela instituição, mostrava que, no nosso país, cerca de noventa grupos de mulheres estavam na frente das lutas pelas causas feministas, com o objetivo essencial de apontar as desigualdades entre os sexos e a violência doméstica. Tais grupos, não somente agiam socorrendo as mulheres – principalmente aquelas que sofriam violência dentro dos seus lares –, como ainda possibilitavam que esse contingente tivesse acesso à assistência jurídica e às informações sobre

⁴⁷Filósofo e economista indiano laureado com o prêmio Nobel em 1998, por seu trabalho vinculado ao desenvolvimento e as liberdades. Em 1993, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do seu relatório anual, sobre tal tema.

⁴⁸ Jornal editado pelos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, dedicado à causa feminina e que circulou, no Brasil, entre os anos de 1981 a 1988.

os métodos contraceptivos (GÓES, 2010, p. 20). Esse é, apenas, um pequeno exemplo do que se passava, no nosso país, com relação às ações em prol das mulheres.

Nessa fase, as mobilizações feministas se expressavam em *slogans* com jargões importantes para impedir a impunidade aos crimes sexistas, “quem ama não mata”, foi um deles. Vale lembrar, que se trata de um tempo no qual a honra masculina era defendida juridicamente. Era levada em consideração na hora de diminuir a pena do infrator, se o crime por ele praticado tivesse sido motivado por traição de uma mulher. A legítima defesa de honra – condição anteriormente aqui conceituada – que se fez mito no Brasil, passou a ser combatida por esses movimentos libertários e, quando se pensou em uma nova Constituição, aquela promulgada em 1988, os movimentos feministas já tinham uma formatação articulada e fortalecida para exigir, dentro da lei, condições de igualdade.

É fato que, nas últimas décadas do século XX, aconteceram mudanças tanto sociais quanto econômicas, no nosso país. Foram tempos de inquietudes e inseguranças, visto que, com a liberação sexual, o medo de as mulheres se masculinizarem, e de os homens se feminilizarem, apavorava os setores conservadores. Que bem o diga o ventre grávido e exposto da atriz Leila Diniz e a tanga de crochê do jornalista brasileiro Fernando Gabeira. Esses foram dois episódios emblemáticos, no Brasil de 1970/1980, acontecimentos que já configuravam as mudanças que viriam a acontecer, daí para frente, na corporeidade das mulheres e dos homens brasileiros.

Eram tempos nos quais as proibições se mantinham presentes em todas as instâncias sociais do nosso país. Contudo, foram, igualmente, tempos de mudanças, de enfrentamento aos cânones políticos, então ditatoriais.

A praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, representava o reduto dos artistas, dos intelectuais, das garotas e dos garotos do nosso país. Tal espaço foi o cenário ideal para Diniz (1945 - 1972) exhibir a sua barriga prenha aos olhos do mundo e, do mesmo modo, para Gabeira – ao voltar do exílio, em 1980, a ele imposto pela ditadura militar do Brasil –, chocar uma parcela conservadora da nossa sociedade desfilando com seu corpo coberto, apenas, por uma pequena tanga feminina, como traje de banho.

A figura transgressora da atriz Leila Diniz, quer por suas ideias e atitudes corporais/sexuais “avançadas”, quer pela sua linguagem, entendida pelos conservadores como irreverente e perversa, fez parte de capítulos importantes para as mulheres do Brasil, nessa época de tanta repressão. A exposição do seu corpo atentava contra a moral e os bons costumes, por isso, ela representava uma ameaça para a família brasileira. As suas atitudes, pautadas na

sua própria essência, ao quebrar convenções, auxiliou a muitas mulheres a refletirem sobre o seu lugar social, em um universo repleto de convenções, preconceituosas e discriminatórias, com relação ao seu ser no mundo.

Tendo a arte como profissão, Diniz ao expor, de biquini na praia, o seu ventre grávido, mudou costumes e comportamentos, corporizando as suas transgressões. Com as suas ideias escandalizou a sociedade do Brasil, durante a Ditadura Militar, ao se posicionar, de forma libertária, como mulher, afirmando que transava de manhã, de tarde e de noite (GOLDENBERG, 2008). Era uma mulher à frente de seu tempo, e com a ousadia e coragem, condições peculiares à sua pessoa, desafiou o *status quo* de uma sociedade dominada pelos homens, nesse período estimado.

Com suas posturas determinadas, construiu a representação de uma mulher livre, que expunha as suas ideias, a sua sexualidade e a sua corporeidade, sem se preocupar com as opiniões alheias, nem mesmo com os órgãos de censura que cerceavam todo o comportamento feminino que vivesse de forma libertária, a sexualidade. Entretanto, depois de afirmar seus desprezos pelas convenções e pelos tabus, a atriz reconhece que “não é de Marte” e que sua formação a leva a ter preconceitos, neuroses e “mil problemas burgueses” (GOLDENBERG, 2008, p. 227). Mesmo “infringindo” as leis e as regras da linguagem, confessa os seus conflitos, demonstrando que o enfrentamento é uma situação própria ao ser humano. Expondo sua barriga e, carregando um fruto de uma relação não convencional, Diniz formatou sua identidade pela luta da liberdade da mulher, contra qualquer tipo de opressão, não importando de onde se originasse.

Cito esses acontecimentos, porque no bojo dessas transgressões, naquele momento histórico que passava a nossa nação, tanto o comportamento do feminino protagonizado pela atriz, quanto à conduta do masculino, encenada pelo jornalista, se transformaram em temas de debates nos variados espaços sociais, configurando-se em atitudes progressistas, “revolucionárias”, para a geração, de então.

Por um lado – mesmo diante das barreiras, das virgindades, dos soutiens, da pílula –, o corpo das mulheres, essencialmente das grávidas, a partir dali, já não mais precisava ser encoberto, nas praias. Por outro lado, Gabeira, ao assumir um compromisso com o Jornal *Lampião* – já mencionado, anteriormente –, se posicionou a favor do direito a escolha, vinculado ao desejo ou a variedade sexual.

O estilo de vida de ambos passou a ser considerado como causas. O biquíni de Diniz e a tanga do militante foram, em anos diferentes, mas, em contextos semelhantes, uma das muitas bandeiras desfraldadas por uma juventude ávida pela liberdade, em anos de aviltamento aos direitos de ir e vir, do povo brasileiro.

Se para os segmentos sociais conservadores, tais comportamentos estavam relacionados ao fim do mundo que se aproximava, era, talvez porque, tal receio denotava que as fronteiras simbólicas entre os sexos estavam mesmo sendo desestabilizadas. Isso nada mais era do que entender que os padrões de feminilidade e de masculinidade estavam sendo abalados. Tanto os discursos normativos quanto as representações sociais, de ambos os sexos, começavam a se alterar.

Ao incluir, nesta tese, essas duas personagens foi no sentido de mostrar como elas quebraram tabus relevantes que sustentavam a hipocrisia social do nosso país. O modo singular e transgressor de Leila Diniz viver as suas experiências corporais, vislumbrou um rumo novo para as mulheres brasileiras, já que na sua maneira de ser feminina, a corporeidade, a sexualidade e a maternidade, foram condições exercitadas de modo diferente daquelas tradicionais. Ao lançar mão do seu teatro rebolado e da sua barriga prenhe, modificando o estilo e o comportamento de muitas mulheres, a atriz se transformou não somente em um ídolo, mas em um símbolo para a geração do Brasil, de então. Ao misturar liberdade com sexualidade, enlaçou sua vida particular à sua vida pública e, servindo-se do seu corpo, como veículo, fez da imagem “sagrada” da maternidade uma representação considerada como desviante para uns, mas desejante, para outras tantas fêmeas, do nosso Brasil. Na condição de procriadora, protagonizou, simbolizou e legitimou uma maneira libertária de ser mulher e de ser mãe, demonstrando que nada mais deveria ser proibido ou imposto, ao território corporal do feminino.

Se aqui faço uso da sua imagem, é porque ela é apropriada para exprimir, simbolicamente, as representações que surgiram no corpo de outras tantas mulheres brasileiras, diante de um país militarizado, repressor.

O traje usado para expor a sua gravidez, ao mundo, não era comum àqueles tempos visto que, tal liberdade, incomodava aos setores vinculados à moral tradicional. Por conseguinte, tanto as atitudes de Leila (1970) quanto às de Gabeira (1980), moldados nas transgressões, na desobediência aos padrões impostos, abalaram os paradigmas em torno de gênero.

São eventos que nos levam a pensar como certas ações individuais podem romper com os dispositivos impositivos das tantas agências normatizadoras e cerceadoras sociais.

Tais ações contribuiriam, sobretudo, para que surgissem outros padrões de comportamentos individuais e coletivos, sem as amarras das obrigações impostas por uma estética padronizada e modelada pelo poder fetichista do capital, do machismo, do consumismo e da coisificação corporal das mulheres.

Diniz foi uma mulher revolucionária nos seus costumes, assim, podemos entender que, no seu percurso pela vida, ela empreendeu uma revolução simbólica, contribuindo, sobremaneira, para o modo de reconhecer a importância dos comportamentos femininos que contestavam “a ética e a estética” (GOLDENBERG, 2008, p. 208), daqueles momentos, no Brasil.

Conforme Goldenberg (2008, p. 267), em uma entrevista concedida aos “homens de vanguarda” de *O Pasquim*, (novembro de 1969), a atriz, sempre perseguindo a sua maneira verdadeira de viver, assim se posicionou:

Jaguar: Um aviso aos navegantes: quem escolhe é você, não é?

Leila: Sei lá. Acho que a gente escolhe. Acho que sou eu que (*), sim. **Acho que eu sou um ponto fixo dentro de mim** e um círculo ao redor. **Esse ponto fixo é muito sério e as pessoas não manjam muito. Tem um negócio dentro de mim que é muito importante: a minha força, a minha verdade, a minha autopreservação** (GRIFOS DA AUTORA).

Nas palavras e nas condutas adotadas, a atriz provou que, tanto seu corpo quanto sua sexualidade eram experiências sérias a serem por ela protagonizadas. Essas condições se inseriam em territórios sagrados para o prazer, para o deleite e não para o sofrimento, daí as escolhas serem feitas de acordo com aquilo que, de fato, dava significação à sua existência. “Era o que a tornava diferente das outras mulheres, cuja programação emocional raramente separa o sexo do amor e, para ser rompida, precisa de longas e sofridas teorizações” (GOLDENBERG, 2008, p. 232).

O fato é que, tanto os soutiens queimados legitimaram um tempo de mudanças estruturais na vida das mulheres quanto à postura de Leila Diniz, no Brasil, se ratificou em um símbolo para a juventude inquieta dos anos de 1960, que queria mudar o mundo.

Tal personagem, ao personificar um padrão de transgressão do feminino, em particular no que diz respeito às práticas com o corpo, com a sexualidade, com a conjugalidade e com a maternidade, mesmo sendo considerada como um mito, entre as muitas entrevistas concedidas, assim se expressou: “Não me considero totalmente livre. Tenho muita liberdade interior, faço o que quero e não ligo para o que falem. Mas, para ser inteiramente livre, é preciso que haja também uma liberdade exterior, e esta não há” (GOLDENBERG, 2008, p. 200).

Subjetivação/objetivação, de novo, mostram as suas características, demonstrando que, mesmo não se identificando com a atuação tradicional do feminino, Diniz, com a sua liberdade, também sente o poder do olhar do outro, sobre o seu corpo e sobre as suas atitudes, perante a sexualidade.

A despeito de a atriz ter se colocado no lugar de uma mulher como todas as outras, na qual a “liberdade exterior” cerceia desejos e comportamentos, Goldenberg (2008, p. 21), no livro que escreveu em sua homenagem, formula uma pergunta que nos serve de reflexão: “como uma mulher singular é boa para pensar todas as mulheres do mundo”?

A estratégia narrativa da sua conduta, aqui exposta, pode estar enquadrada, como admite a autora, em uma linha de pensamento vinculada à Antropologia de gênero. As suas insurgências, dando direção a sua força, a sua verdade e a sua autopreservação, de acordo com a sua essência, mostram que, diante de condutas iguais a essas, não é aconselhável uma linha única de pensamento para abordar acerca do feminismo.

A realidade é que, os estereótipos sociais do que é ser mulher ou do que é ser homem, construídos nesta situação, passavam por grandes mudanças, conseqüentemente, a sociedade brasileira, por força das atitudes, também se modificou.

Foi nesse percurso que, as imagens de muitas mulheres dos anos 70 – portando suas inseparáveis calças jeans, dentro de um corpo ao modo guerrilheiro, ou com suas vestes coloridas pela influência do modo *hippie* de viver –, exercitavam os tempos de paz e amor e, igualmente, das lutas pela liberdade de ação, de expressão e de locomoção. Unidas aos seus companheiros – por vezes cabeludos, portando colares e brincos coloridos, indumentárias florais, “unissex” e outras vezes no estilo “CHE”, para imitar o ídolo da Revolução Cubana –, expressavam um corpo que vivia sob os auspícios e a proteção da pílula, do amor livre, da coragem, do enfrentamento às forças do poder. Estava aí, também configurada mais uma dualidade. Entretanto, seja com um estilo, seja com outro, havia uma liberdade no ar que revelava os corpos livres das amarras estereotipadas daquilo que podia ser concernente ao feminino e ao masculino. Eram, de fato, sinais dos novos tempos.

Essa nova imagem da mulher, e também de um novo homem, passou a ser difundida pelas revistas femininas, a exemplo da *Cláudia*, da *Nova*, da *Contigo* e outras mais. Os canais de televisão, como a TV Globo com *Malu Mulher*⁴⁹, deixavam à mostra as reivindicações

⁴⁹ Série televisiva posta ao ar entre os anos de 1979 a 1980, apresentada pela rede Globo, e encenada pela atriz brasileira Regina Duarte, durante o período de 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980. Nela, estavam retratados vários problemas vividos pelas mulheres brasileiras, durante os anos 70/80. Ao descrever o cotidiano de uma socióloga paulista, a Malu, divorciada e mãe de uma menina de 12 anos, a série abordava, nos seus vários

feministas, com os seus movimentos emancipatórios, revolucionando e quebrando barreiras entre os sexos. Naquele período, como a sociedade presenciava o crescimento do número das mulheres que rompiam com o compromisso conjugal, a Revista *Veja* (1979, p. 44) elaborou uma reportagem sobre tal série, com o seguinte comentário “A viajante solitária. Os caminhos da liberdade de *Malu Mulher*, a nova heroína da televisão, e a vida de um grupo cada vez maior: o das mulheres descasadas”.

Figura 12: A Mulher Descasada



Fonte: Revista *Veja*, nº. 567, 18 de julho de 1979. Foto: Walter Firmo.

capítulos, temas de importância vital para a emancipação feminina, dentre eles: as etapas de um processo de separação por que passa o ser feminino, ao descobrir as infidelidades do marido; as violentas brigas protagonizadas pelo casal e a insegurança da filha em viver em tal contexto, e a sexualidade da protagonista, após a separação.

A capa da referida revista trazia, à superfície, a realidade vigente, isto é, os corpos libertos das amarras conjugais, os quais aumentavam em proporção vertiginosa. Surgia uma nova personagem, na vida social do país: a mulher descasada e, de certa forma, sem medo de enfrentar a vida. Muitas delas decidiram pela separação quando perceberam que o casamento se tornara um peso insuportável. Desejavam viver uma nova relação com simetria e, subsidiadas pelos benefícios da pílula anticoncepcional, sentiram-se no direito de buscar o prazer, manifestando suas vontades. O pequeno fármaco, mais uma vez, mostrou a sua força revolucionária, não somente por ser confortável, mas, igualmente, por ser confiável, naquele contexto de trânsito de um para outro estilo de vida.

O sucesso desse folhetim, ao tempo em que revelava novos tempos e novas condutas para muitas mulheres, manifestava o quão complicado era, para tal categoria, vivenciar, essa condição.

Sair do ninho e reivindicar uma existência própria não foi fácil, porquanto essas atrizes tiveram de enfrentar o olhar do outro. Os pais, os amigos, enfim, parte da sociedade, com os seus tradicionais hábitos e costumes, as penalizavam.

Todavia, muitas dessas *Malus*, se abriram, com seus corpos, para novas experiências.

A novela da TV Globo estava dentro desse contexto e expunha a reconstrução da vida da protagonista, após a ruptura do casamento. Um dos capítulos narra as suas novas vivências sexuais. Nessa parte, uma cena revolucionária mostrava a personagem indo para a cama com o seu novo companheiro. As suas mãos contraíam-se, fechando-se e abrindo-se.

Estava no ar e no horário nobre, o primeiro gozo sexual feminino. O seu corpo, agora aberto ao prazer, sem pedir licença, entrava aos lares brasileiros e, por intermédio das imagens, propalava o primeiro orgasmo de uma mulher veiculado por uma rede de televisão nacional.

Após tal representação, a protagonista aparece, na tela, tomando uma pílula anticoncepcional e, mais tarde, conversando com uma amiga que lhe confessa ter feito um aborto em uma clínica clandestina. Em outro capítulo, intitulado *Até Sangrar*, auxilia uma prima de 31 anos, que vai se casar virgem, a lidar com a ansiedade e a angústia de perder a virgindade na sua primeira relação sexual.

O contexto feminino se transformava, a olhos vistos. Talvez, por conta disso, uma parcela do masculino começou, também, a se questionar, pois, ao tomar consciência dos espaços conquistados pelas mulheres, que antes era primordialmente dele, passou a redefinir seus comportamentos, diante das novas representações femininas. À proporção que os movimentos

feministas colocaram em discussão a ordem patriarcal vigente e, defendiam um modelo de sociedade na qual a igualdade entre os sexos fosse uma realidade, os conceitos de feminilidade e de masculinidade também foram postos em cheque. As transformações sociais e culturais advindas dos movimentos organizados das mulheres, abalaram as identidades sexuais.

Tais ações se deram passo a passo e, como todo processo as alterações não se impuseram de um dia para o outro; as mudanças foram ocorrendo e, aos poucos, foram se incorporando às pessoas, com as suas identidades sempre em construção, nunca fixas ou naturais. Os discursos normativos com as imagens, inclusive aqueles que recaiam sobre a questão da maternidade, construíram estereótipos daquilo que é ser mulher ou ser homem, representações nas quais muitas permanências ainda estão presentes, na contemporaneidade.

Se, de um lado, os corpos femininos dos anos 1960, representados pelas mulheres transgressoras de então, a exemplo de Leila Diniz, se movimentavam ao redor de territórios emancipatórios, no qual o prazer corporal era a sua expressão maior de liberdade, por outro lado muitos outros corpos continuavam submissos ao poder da “ordem patriarcal de gênero” (Saffioti, 2004).

Na atualidade, isso não é tão diferente. Percebo como é difícil entender, diante de alguns comportamentos alienadores que, após a liberdade dos anos de 1960, nos quais as lutas feministas demandaram a queda de muitos cânones patriarcais, tenhamos chegado ao século XXI, presenciando um fato estarrecedor: na atualidade, sob a égide de uma nova prisão, o ser feminino se enlaça no poder castrador do espetáculo social e, muitas vezes, por opção.

Tal ambiguidade prossegue o seu percurso, pois, se muitas mulheres clamam pelo respeito ao seu corpo, outras tantas vivem encarcerados em territórios que ostentam os padrões opressivos que os controlam e os compelem à submissão das formas, à tirania da estética. Presencio, no meu cotidiano de trabalho, como os excessos, já aqui anteriormente manifestados, podem revelar um corpo desenhado e esculpido, mas, destituído de qualquer liberdade de expressão.

O certo é que, os movimentos feministas organizados, tanto no Brasil quanto em muitos outros países ocidentais, essencialmente manifestados na década de 60, depois de idas e vindas e das acaloradas discussões no âmago das diferentes correntes feministas, talvez já tenham chegado ao século XXI com a ideia de que as mulheres e os homens são, de fato, diferentes. Se por uma dimensão essa diferença deve ser sempre lembrada, nunca anulada ou esquecida; por outra dimensão, ela deve, igualmente, ser trazida à mostra no sentido de que os

diferentes possam se encontrar, na consciência da necessidade da união e da construção de algo novo, em termo de relacionamento e, que esse novo, possa dar completude a ambos os sexos. São atitudes revestidas de significados, de símbolos e de relevâncias nas lutas contra as opressões, as hierarquias, a dominação-exploração, do ser feminino.

Talvez, das feministas “feias”, “mal amadas” – aquelas ditas no passado como as “machiadas” –, das quais Friedan estava, dentre outras, incluídas –, aos muitos homens e mulheres sensíveis e feministas, da atualidade, seja possível que, diante da compreensão da necessidade do respeito às diferenças, possamos ter um século mais equilibrado e justo. Quiçá, nem feminino, na sua sujeição, nem masculino na sua dominação-exploração, porém, híbrido na geração de um ser andrógino que, como *Tirésias* (célebre vidente da Mitologia Grega - o xamã hermafrodita), possa trazer, na sua psique e na sua representativa imagem, tanto os seus seios caídos, quanto as suas longas barbas. Quem sabe, não seja o andrógino o arquétipo que está em atividade para vir à tona em nossa cultura? Tempos dos encantos e dos desencantos, mas, também, dos possíveis, das porventuras, das esperanças.

Com tais pensamentos, os aportes de Campbell (1990, p. 19) podem iluminar as ideias aqui desenvolvidas: “O homem não deve submeter-se aos poderes de fora, mas subjugá-los. O problema é como fazê-lo”.

Por conta dessas considerações, além do comum questionamento entre a natureza e a cultura, outras questões a essa se interpõem com relação aos estatutos corporais, possibilitando que mais questionamentos venham à tona:

Quais os seus limites e fronteiras entre o social e o individual, o masculino e o feminino e o performático? Quais as características que recaem sobre o corpo da mulher, na contemporaneidade, para formataram os nós que amarram as diversas reflexões, nas diferenciadas áreas do conhecimento? Sexuais? Culturais? Sociais? Econômicas? Filosóficas? Éticas? Parafraseando Rita Lee (1993), faz sentido dizer que, na sociedade contemporânea brasileira - na qual o hedonismo, a anedonia e a busca da perfeição caminham em comunhão -, "toda mulher é meio Leila Diniz"?

5 O CORPO FEMININO COMO TERRITÓRIO, SIGNO E SIGNIFICADO: O OLHAR DO DITO E DO “NÃO DITO”

De fato, as grandes certezas desmoronam regularmente. Os acontecimentos, as mutações e as inovações fazem apelo a novas maneiras de pensar a sociedade. O conhecimento, sempre e de novo renascente, está em ligação com o estado do mundo, e é quando se esquece disso que a defasagem inevitável entre a reflexão e a realidade empírica torna-se um fosso, que é, desde então, impossível ultrapassar (MAFFESOLI, 2010, p. 9).

Neste capítulo, ao discorrer sobre o corpo como território tenho como objetivo demonstrar como tal elemento vem sendo alvo das inúmeras pressões e transformações, inseridas nos valores e nas crenças ordenadas pelas normas societais ocidentais.

Para enfrentar tal desafio, no qual o corpo do real e do “ideal” se confrontam, é preciso entender as metáforas que surgem por intermédio das representações imagéticas culturais contemporâneas. Ao ser considerado como espaço de construção das relações, o objeto se posiciona em diferenciados contextos, nos quais o dito e o “não dito” se fazem presentes.

Dessa forma, é de bom alvitre atentar não somente para o valor a ele outorgado, mas, igualmente, voltar os olhos para os conflitos e as contradições, condições que, ao desaguardarem nas diferentes vivências corporais do feminino, trazem à tona uma série de práticas e discursos vinculados a tal categoria.

Diante dos diversos questionamentos, expostos nos capítulos aqui elaborados, a pesquisa é conduzida a investigar, por um lado, como os efeitos atuais, advindos das inovações tecnológicas, dos avanços da biomedicina e da indústria dos fármacos, interferem na imagem corporal da mulher e, por outro lado, como as novas linguagens corporais e visuais, sob a influência da mídia e dos vários outros poderes comunicativos, vêm produzindo transformações no modo de o feminino viver a sua corporeidade, a sua sexualidade, as suas identidades e subjetividades, entre os inúmeros territórios nos quais tal objeto circula.

Nessa perspectiva, tenho como meta construir uma reflexão na qual a ética e a estética se manifestem. Não obstante, esclareço que, ao falar sobre esses dois vocábulos as questões aqui analisadas não estão pautadas no julgamento moral com relação as ações e aos desejos das pessoas, mas, sobretudo, em examinar os meios utilizados e os resultados obtidos, tanto físicos quanto psicológicos, de o indivíduo aceitar as regras, ou seja, os modelos ético-sociais que

normalizam certas práticas e condutas do sujeito, a elas submetido. Se em cada época surgem novas ideias, os comportamentos que aí se propagam estão inseridos no bojo das representações sociais. Essas se manifestam nas singulares expressões culturais e ideológicas, não importando se políticas, científicas ou midiáticas. São fatores que se impõem “como lógica do dever-ser” (MAFFESOLI, 2009, p. 11), condição que, de um modo geral, atravessa as sociedades, exprimindo-se e englobando, por um lado, certa moral que, por vezes, conduz o indivíduo a atitudes rígidas nas quais alguns projetos são privilegiados; mas, por outro lado, valoriza os sentimentos e a comunicação entre determinados grupos sociais, com as suas diversificadas representações. É um *ethos* ou uma *ética* que estrutura as especificidades de uma determinada categoria, possibilitando a compreensão da época vivida. Tal hipótese, segundo o autor, nada mais é do que “o marginalismo, em tempos de produtivismo” disseminando-se numa multiplicidade de marginalidades centrais, sintetizando-se em uma formulação denominada da “ética da estética”.

As novas tecnologias, ao exercerem ascendência nos parâmetros dessas duas instâncias, vêm provocando mudanças consideráveis nos diferenciados campos do conhecimento. A revolução originada demonstra que, se existe uma ética e uma estética identitária ela se posiciona no campo das mutações. Assim, nos dias atuais, talvez, não mais importe as características físicas naturais dos indivíduos, mas, os esforços despendidos no sentido de modificar a imagem corporal, de acordo com os padrões particulares, exigidos pelas sociedades as quais as pessoas se incluem.

O sujeito social, diante dos novos meios de transformação corporal, pode se tornar o que ele quer. Para tanto, é preciso corrigir, transformar e aperfeiçoar o corpo, modificando aquilo que a natureza lhe deu e que, em certo momento da sua vida se torna, socialmente, um fardo a ser carregado. Tudo isso se enquadra nos fundamentos de uma episteme moderna na qual a separação estrita entre natureza e cultura, pode ser resumida como: “a culturalização da natureza, e a naturalização da cultura”, isto é: a relação com o meio social encontra-se atada, indissolúvelmente, a tudo que se reporta ao meio natural (MAFFESOLI, 2009, p. 14). Dessa forma, a natureza não se posiciona apenas como um *locus* a ser explorado, porquanto ela é parceira da cultura. Tal fenômeno, nomeado como “vitalismo”, postula a inventividade do senso comum – mesmo que instintiva –, como sustentáculo para a criação da diversidade social.

Com tal pensamento, acentuo a importância de entender essa correspondência, compreendendo que, toda a ebulição contemporânea, em torno da estética e da ética, talvez, possa ser melhor compreendida, seguindo essa diretriz. Os procedimentos aqui expostos

mesmo, nos seus aspectos mais esdrúxulos, estão presentes na vida do sujeito contemporâneo, como realidades indiscutíveis, exigindo uma constante atenção à prática do respeito às singularidades corporal.

Ancorada em tais ideias, percebo que, a inserção da ética unida à estética pode encaminhar para uma perspectiva que introduza tal categoria para “pensar a saturação de uma episteme e compreender o momento precário situado entre o fim de um mundo e o nascimento de outro” (MAFFESOLI, 2009, p. 12). Tudo isso, novamente, deságua no bojo dos direitos e das diferenças.

É visível que, a estética foi uma das condições, dentre outras, que, ao se inserir no conjunto da existência humana, contaminou várias agências sociais, a exemplo da política, da publicidade, da comunicação, da vida empresarial, do consumo, da arte, enfim, da vida cotidiana. Tudo isso tem a ver com as formatações dos corpos e a vinculação com essas duas condições – ética e estética –, condições que podem favorecer, a depender das concepções perseguidas, a um sensualismo coletivo.

Ao lançar mão desses pensamentos, compreendo que as relações ao se enlaçarem ao social se transformam em emocionais e psicológicas, construindo um modo de ser no qual o olhar do outro pode se revelar nas condutas adotadas por cada sujeito. Dessas configurações nasce o fato existencial e, nele, é possível contextualizar os diferenciados territórios corporais, com suas particularidades, nas quais cada indivíduo ou cada grupo se insere, socialmente. O que aqui se postula é investigar como se comporta a emoção estética, não somente como um fenômeno psicológico, mas, como um acontecimento antropológico, cujo resultado ainda não foi compreendido, na sua totalidade (MAFFESOLI, 2010).

As discussões éticas, relacionadas as expressões corporais, mostram as dificuldades em lidar com temas nos quais a engenharia genética se faz presente. Por um lado, os conceitos inovadores no âmbito da concepção, da utilização dos embriões terapêuticos, da eutanásia, da morte cerebral, dos corpos pós-orgânicos – aqueles que, na linguagem de Haraway (2009), são configurados como os corpos “ciborgues” – e outros tantos mais, se evidenciam nas discussões e nas experiências contemporâneas. Por outro lado, os debates sobre gênero, como a redesignação sexual ou mudança de sexos, a adição de fármacos, como os anabolizantes testosteronizados e, de igual modo, a violência engendrada nas diversificadas causas que envolvem a assimetria entre os sexos, também se fixam na ordem do dia.

No bojo de tais questões, estão as polêmicas vinculações, tanto reais quanto virtuais dos corpos, dificultando o discernimento do indivíduo com o objeto. São realidades que trazem à tona os novos suportes comunicacionais, marcadamente a *Internet*, o *Orkut*, o *Instragram*, o *Facebook*, com as suas visibilidades, mas, igualmente, com suas vigilâncias.

Vive-se uma era na qual o objeto, com os seus diferenciados territórios, transita entre as múltiplas transformações e intervenções corporais, sejam elas científicas ou não. São tempos nos quais os seios se apresentam siliconados pelas pesadas próteses; as bocas podem ser carnudas, pela aplicação exagerada do *Botox*; a circunferência da cintura se afunila pelo uso dos espartilhos apertados; as mulheres e as crianças têm a possibilidade de portarem em seu corpo uma aparência idealizada com a *Barbie*, a emblemática boneca cinquentona – já mencionada anteriormente, neste trabalho –, que resiste ao tempo e carrega na sua estrutura o padrão de beleza esqualido, vinculado pela mídia e compactuado tanto pelo feminino quanto pelo masculino. O corpo da mulher, ao se vincular a esse brinquedo infantil, abdica da sua realidade, podendo se transformar em um elemento inane, vazio, oco, incapaz de provocar ou exercitar a emoção estética. Ao ser construído conforme a moda, a necessidade e/ou a política corporal vigente, possibilita estruturar imagens que podem se pautar em fórmulas e modalidades de dominação, traduzidas em domesticação, já que algumas das representações nas quais o sujeito, o objeto e suas interconexões se inserem, revelam o modo vulgar e ficcional de certas promessas científicas ou não, da contemporaneidade. Nelas, o corpo feminino ocupa um lugar de destaque.

Ademais, a essas condutas juntam-se as mutilações, advindas dos sacrifícios corporais voluntários ou pela ablação imposta por determinada patologia, a exemplo do câncer mamário; as virgindades mercantilizadas, consentidas ou roubadas, na violência de um ato sexual não compactuado, por ambas as partes; a escravidão dos corpos, a exemplo das mulheres cegonhas, traficadas com o objetivo de procriar ou de se prostituírem; os feminicídios já se configurando em genocídios; as escarificações e as tatuagens, que expõem as multicoloridas cicatrizes corporais, trazendo à tona às controvérsias atuais, visto que, se por um lado o indivíduo vive em função dos tempos descartáveis, inconstantes, por outro lado, os desenhos, simbólicos ou apenas decorativos, carimbados nos corpos, evidenciam que, nem tão fugazes são os tempos contemporâneos, porquanto, as figuras impressas, na pele do sujeito, revelam as permanências que serão suportadas por toda a sua existência.

É com essa lógica que as ideias de Pina Cabral (2008) são aqui apreendidas, no intuito de realizar uma aproximação com o tema escolhido na defesa do referido doutoramento. Em

um texto intitulado *Sem palavras: Etnografia, Hegemonias e Quantificação*, elabora um pensamento no qual valoriza a importância da busca, não somente do dito, mas também do “não dito” em qualquer investigação. Chama a atenção para algumas averiguações que não estão manifestas em uma determinada comunicação discursiva, ou seja, entre o sujeito que realiza a pesquisa e os seus interlocutores. Com tais pensamentos, por um lado, emerge a ideia de que o “não dito”, quando presente entre as partes, ao se configurar como condição subjacente à comunicação, merece atenção por parte do estudo elaborado; por outro lado, a desatenção a ele pode interferir, de forma negativa, na direção do processo. O estudo recai sobre as “cabaneiras” do Alto Minho em Portugal, mulheres que não são consideradas pelas comunidades as quais pertencem, por não serem proprietárias de um lar, de uma casa, e por estarem solteiras. Dessa forma, o autor discute as discriminações sofridas por essa categoria diante das atitudes pré-formadas que estigmatizaram a vivência desses seres, fazendo com que elas fossem vistas inseridas em um território das “não merecedoras”.

No seu relato, explicita que, ao prosseguir com a sua pesquisa foram surgindo novas conexões com o contexto vivido por aquela comunidade. De passo em passo ia vislumbrando outras situações nas quais os “não ditos” iam surgindo; por isso que, surgiu à necessidade de quantificar dados que pudessem comprovar quais eram as “estratégias positivas e as estratégias negativas” vividas naquela comunidade, com relação ao modo de entender as “mulheres cabaneiras”. Tal quantificação não tinha como objetivo apenas enumerar certos eventos, mas, sobretudo, “estabelecer correlações temporais entre contextos e ações, isto porque, constatou que no Alto Minho muitas coisas as pessoas sabiam, mas não diziam” (SANTOS, 2011, p. 3).

Por isso que, em um texto anterior, menciono as dificuldades que o profissional da Medicina enfrenta quando precisa sair do seu “porto seguro”. Como não fomos preparados para lidar com o exercício do “não dito” – condição, de um modo geral, restrita às especialidades vinculadas à Psicanálise e à Psiquiatria –, a escuta, que deveria ser a mola mestre do exercício da profissão, fica relegada a um plano alternativo. Daí a valorização dos pressupostos de Pina Cabral (2008), para essa pesquisa, no sentido de evitar o silenciamento ou o alheamento.

Com essas ideias é que adentramos em alguns territórios. Tais sítios não se restringem, apenas, ao terreno da História ou da Medicina, já que, também fazem parte das ciências, da cultura e das artes.

O que apresento, no texto que a este se segue, é a indicação de alguns territórios nos quais os corpos femininos se inserem com suas características próprias, ao instante vivido. Não é nossa intenção transitar por todos esses *locus*, pois são inúmeras as possibilidades. Como é

preciso delimitar a tese, procuro encontrar alguns espaços essenciais para a compreensão das descrições dos diversos espaços, nos quais os corpos das mulheres estão expostos e inseridos nos “ditos” e nos “não ditos”.

Com tal pensar, me coloco em frente de um paradoxo, no qual a autonomia individual se evidencia, ao lado do comprometimento social. Dessa forma, surgem outros tantos questionamentos que dão tom a esta tese:

Considerando a autonomia do sujeito social, em que medida é possível intervir nas suas ações quando o seu corpo, voluntariamente, se posiciona, como um espaço de experimentações? A responsabilidade no campo da Medicina pode ser tão mutante e flexível como tem sido os padrões da estética? É legítima a utilização de qualquer meio para atingir os fins, com relação à estética corporal desejada? É possível que haja sinergia, entre a ética e a estética, no campo da beleza e da juventude? Como evitar, por um lado os dogmas moralizadores e, por outro lado, o excesso da fluidez produzida e arquitetada na epifania corporal?

5.1 O TERRITÓRIO DESFIGURADO: O CORPO MUTILADO E ESTIGMATIZADO

Os cientistas que acreditam na neutralidade das ciências duras e no comprometimento político- ideológico das ciências humanas e sociais ainda não compreenderam o que é ciência. Por esta razão, se referem às ciências humanas e sociais, pejorativamente, como perfumarias. Tais estudiosos podem receber vários nomes: bons cientistas, verdadeiros cientistas, maus cientistas, cientistas preconceituosos. Parece que uma maneira não agressiva de denominá-los poderia ser cientista sem visão planetária ou cientistas de pouca leituras... (SAFFIOTI, 2004, p. 39).

Em frente à epígrafe escolhida, volto a enfatizar que não há neutralidade em fazer ciência. Ancorada em tal ideia, o texto em questão se debruça no entendimento de que é preciso, na elaboração de uma pesquisa na qual o objeto investigado recai sobre o corpo feminino, dar atenção ao mundo das associações e das metáforas. Certas expressões, trazidas pelas mulheres aos nossos espaços profissionais, põem à tona as representações, tanto no campo da saúde quanto no da doença. Como uma e outra se adentram, é preciso lançar um olhar para as condições biológicas, sociais, psicológicas que desaguam em determinadas patologias, visto que ao construir um estigma social em torno delas, pode vir à tona situações reais de rejeição, de submissão e de revolta. As histórias, narrativas ou definições, trazem consigo as inúmeras

representações das experiências corporais. Essas se laçam e se entrelaçam entre os sentimentos do ser humano e o saber e poder científico das Ciências.

Movida por essas inquietações, esta parte da tese se declina no universo das mulheres que tiveram seus seios extirpados, em consequência do câncer mamário, ou seja, em um território afetado pela violência da mutilação física simbólica e institucional. Nesse território desfigurado, muitas foram às representações sociais à mostra e, nelas, os conjuntos de sentimentos, daí emanados, conduziram-me a diferenciados caminhos, permitindo um melhor entendimento do sofrimento, relacionados ao assunto aludido.

Neste campo, revisito a minha dissertação de Mestrado e exponho um depoimento⁵⁰ emitido por uma mulher de 33 anos, nominada por Joana⁵¹, que, logo após ter parido, descobriu o diagnóstico a ela imputado. Nessa revelação, diante das marcas de sofrimento, corporal e psíquico, causados pela ablação de uma das suas mamas, narra à dor advinda da moléstia, com a sua cicatriz, que doravante, fará parte da sua vida.

Oh, primeiro que mudou tudo. Eu achei que meu mundo naquele momento havia acabado. Literalmente a vida ia ser abreviada, naquele instante, por câncer, né? O fato de ser casada, de ter um filho, também mexeu muito comigo, porque nessa hora você é mulher, não esquece que é mãe, mas tá tudo tumultuado, **o peito né, eu me senti um ET, literalmente né?** Por causa do fator peito. **Porque eu me via no espelho como mulher, e pra ser mulher tem que ter peito, né? A primeira concepção era essa. Pôxa, não tem mais peito? Mutilação? Sabe, eu me achava, sei lá, algo esquisito, porque parece não sou mais mulher, porque na minha cabeça pra ser mulher tem que ter peito, né, isso foi o que mais mexeu comigo. No caso nem foi a doença em si, o risco da doença, naquele primeiro momento foi o peito, a mutilação (...). Então a sexualidade ficou mexida, ficou! A libido, eu não tenho vontade de namorar e isso mexe comigo** (GRIFOS DA AUTORA).

Nele, pude aferir como tais dores e aflições são visíveis nas suas expressões, ao se defrontar com o seu corpo ferido e “incompleto”, em consequência dessa patologia. Na fala e no comportamento dessa interlocutora emergiram concepções rotuladas e estigmatizadas, comumente referenciadas as questões vinculadas à mutilação corporal.

O testemunho exposto traz à superfície as inquietações com as quais essa protagonista se defrontou no enfrentamento do seu infortúnio. São dores individuais, mas, que se transformam em coletivas, diante de uma patologia estigmatizante, mutiladora, que imprime marcas indeléveis no corpo das suas portadoras.

⁵⁰ Relato que consta da minha Dissertação de Mestrado – cujos teores foram aprovados pelo Comitê de ética da Universidade Católica do Salvador, em 28/10/2009, ofício nº 0047/09/CEP/UCSAL.

⁵¹ Nome fictício, preservando a confiabilidade e sigilo.

No discurso dessa protagonista, é evidente que, se por um lado, o câncer é uma ameaça à vida, visto que, de imediato fez a relação da moléstia com a finitude, por outro lado, a mutilação, com a sua cicatriz intimidante, a amedrontava mais do que a doença em si. Expõe, no bojo da violência física, a violência simbólica proveniente do mal que permeou a sua vida. Ao se referir a sua doença, evidenciou o quão difícil é conviver com um corpo marcado pela perda de tal órgão. No seu desabafo, manifestou que “uma mulher sem peito não é mais mulher”, noção ainda tão presente, nos dias atuais, essencialmente nas sociedades ocidentais, nas quais a espetacularização corporal, com a sua ideia de perfeição, se revela, a todo instante.

As angústias e as inquietações, ao se estamparem nesse território, imprimiram brutais mutações, no cotidiano dessa mulher, influenciando tanto na sua relação com o outro, quanto na relação consigo mesma. O medo da rejeição, explicitado pela lente do espelho e traduzido na figura do extraterrestre (ET), simbolizava o seu desconforto em frente à sua corporeidade e sexualidade. Ao se sentir como uma estranha, carregando aquele “corpo inadequado” para os prazeres sexuais, demonstrou uma situação de inferioridade, haja vista que, a vergonha e a insegurança, passaram a fazer parte da sua vida, a partir de tal acontecimento.

Essa passagem, na vida desses seres acometidos por essa moléstia, tem os seus símbolos. No ciclo das suas existências, a finitude sempre se impõe: a física por decorrência das consequências concernentes à doença; a psicológica e social, tanto pela mutilação, advinda da deformidade corporal quanto pelo medo das recidivas, ou pelo temor do abandono, do sofrimento moral, da exclusão social.

A contextualização da vivência corporal das mulheres é variável, de acordo com a fase de vida, por ela experimentada. As mamas, igualmente ao útero, são, para o feminino, os órgãos sexuais mais evidenciados, porém, o significado do seio quando na amamentação, se transforma e se remete ao materno, ao alimento, à proteção. Nesse contexto, essa parte externa do corpo feminino, emblemática e repleta de significações, torna-se um órgão de recursos, de abrigo, de prazer e contemplação. Contudo, tal órgão, no corpo de uma mulher mastectomizada é marcado pela violência do diagnóstico e pelo impacto da mutilação.

São muitas as representações que afloram desse sofrimento e, todas elas, são comuns na vida dessa categoria desfigurada por essa enfermidade. Ao me referir à perda da mama, apreendo que tal órgão, por um lado evocado como fonte de prazer, de sexualidade, de estética; por outro lado, entendido como fonte de vida, de nutrição e aconchego – já que por seu intermédio o ser humano recebe o seu primeiro alimento –, a conecto, simbolicamente, à Psicologia Analítica, para qual esta parte do corpo feminino está associada às imagens de

intimidade e de oferenda, também de receptáculo, de dádiva e de refúgio. Logo, independentemente da posição social que a mulher se situa, as sequelas que se fixam em sua vida, trazem as aflições e os pesares, próprios à doença, modificando, sobretudo, a maneira de viver a feminilidade e a sexualidade.

Vê-se que, as influências culturais nas quais os tratamentos médicos se inserem, podem causar impactos profundos sobre a imagem corporal do feminino. Junto à ablação da mama os tratamentos radioterápicos e quimioterápicos acompanham o sofrimento emocional desses seres. A perda dos cabelos, a diminuição da libido e outras tantas mudanças físicas e psicológicas imprimem, nessa categoria, a sensação da perda de identidade com a sua estrutura física. A estranheza ocupa o seu lugar e, na percepção de um corpo ferido, incompleto, o espelho torna-se inimigo, porquanto, é assustador se defrontar com aquela imagem, agora, deformada, desfigurada, portando uma ferida que, ao se fixar na sua vida, funciona como um mapa, lembrando-lhe a vida que tivera antes e a que está vivendo, no depois. Tatuada no corpo, a marca traduz a história do infortúnio de cada mulher e o modo como se estabelece o seu enfrentamento em frente à ablação mamária. Percebe-se que, mesmo sendo atenuada com o tempo, a cicatriz denunciadora nunca desaparece construindo, sobretudo, uma memória emotiva determinante para a vida de quem a carrega. É na pele que a ferida se fixa, mas, ao se transformar em um sinal perene, o sofrimento não se esgota na imagem visual acusadora, ela vai além da pele. Por ser memória, transforma o sofrimento emocional bem maior que a dor física.

Dessa forma, foi diante desse “idioma da aflição” que, no Mestrado, me propus a discutir como a mulher, em frente a tal doença, por vezes letal, transforma o seu modo de ser na vida. O seu corpo ferido passa a viver as sanções impostas pela imperfeição, originada da falta desse órgão externo, representado pelos simbolismos a ele pertinente. Por intermédio das histórias da enfermidade, constato as dificuldades por que passam tais sujeitos no enfrentamento do câncer, quais sejam: a quebra da ilusão da imortalidade, o comprometimento da sexualidade, diante da mutilação e a corporeidade inadaptada e estigmatizada, em virtude da doença.

Tais condições, presente na vida dessa categoria, mostram quão paradoxais são os discursos que aí afloram. Se de um lado eles proclamam a igualdade entre os seres humanos, afirmando que tal grupo não está enfraquecido por conta da “falta física”, por outro lado, essas mesmas enunciações, põem esta categoria à margem, por não ter um padrão corporal concernente à beleza padronizada. São corpos observados pelos diferenciados olhares os quais se movimentam desde o olhar da curiosidade, da compaixão, da aflição, da ansiedade, do medo,

até o olhar de nojo e de reprovação. É como se, cada mulher, ao trazer no seu corpo tal marca, “tivesse que suscitar de cada passante um comentário” (LE BRETON, 2009, p. 73).

São perspectivas que transformam essa ausência em um estigma, em marcas indeléveis, demonstrando que, ao sexualizar o corpo feminino, é visível como a importância da mama se destaca.

Observo que, se de um lado, ao sofrer a castração desse órgão, a mulher assume a condição de enlutada e de “desabilitada” nas instâncias corporal e sexual, por outro lado, a temática da violência – física, simbólica, institucional –, presente no curso da patologia, possibilita o sentimento de abandono e de exclusão para esses seres sociais.

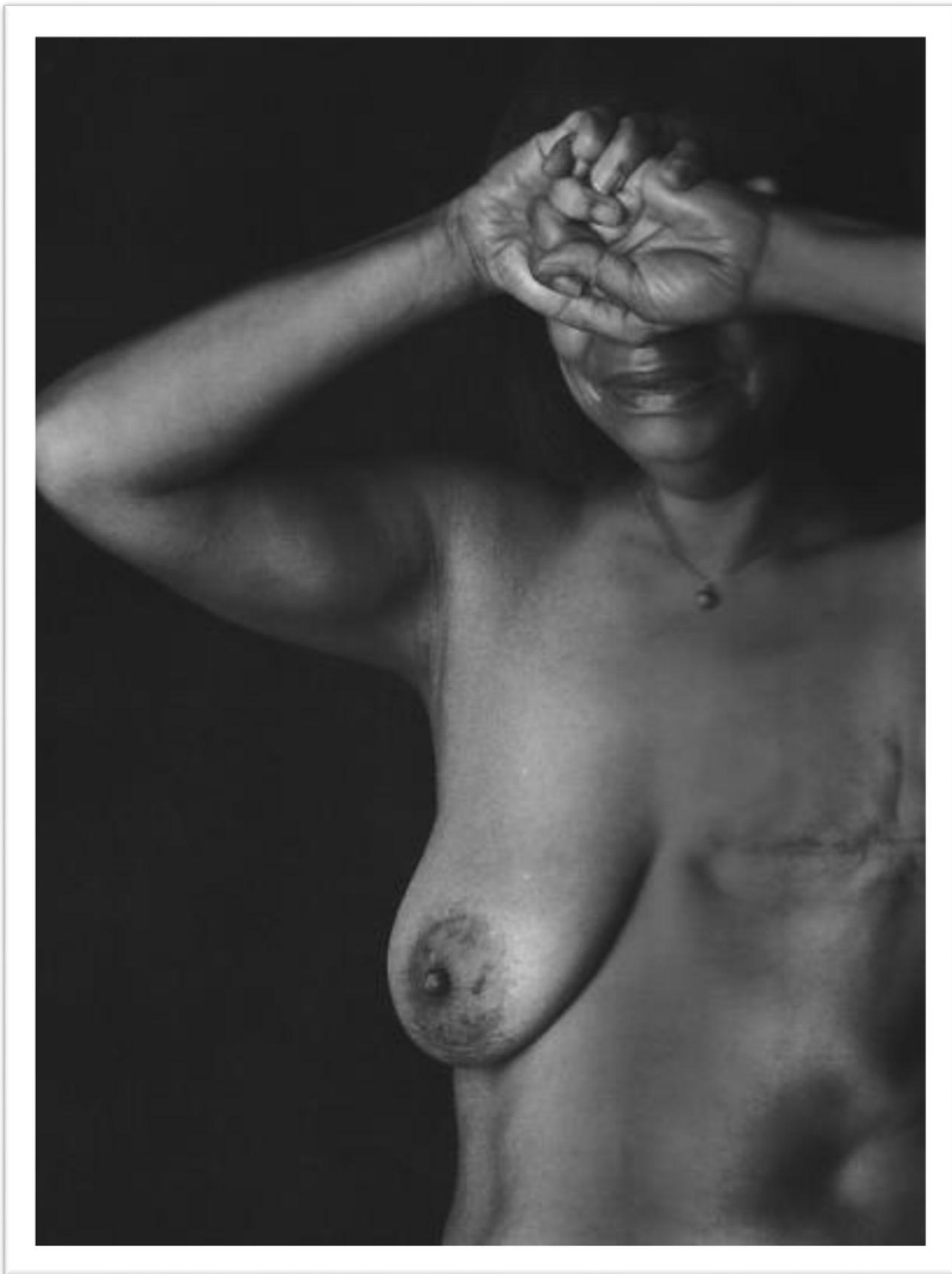
Vê-se que, as questões pertinentes ao câncer mamário não recaem apenas no âmbito do externo. A ferida física, ao carimbar a vida dessas protagonistas, traz as repressões, sobretudo as sexuais, nas quais as sociedades fetichizadas as outorgam. São realidades inclusas na consciência de um corpo que, de acordo com as regras vigentes, não as configuram como elementos habilitados ao prazer ou à exposição.

É o corpo cortado, estigmatizado, ameaçado social e sexualmente pela perda de um órgão emblemático, significante que, ao expor as suas representações embutidas em um conjunto de sentimentos, revela que tal acontecimento não se esgota na ação mutiladora, mas sim na teia das relações em que ele está mergulhado. Bloqueada na dimensão da vivência real e, igualmente, simbólica, a mulher vitimada, carrega o seu corpo imerso em um território no qual os preconceitos e as discriminações, se expõem por intermédio da “desigualdade”. São dores que, ao se associarem ao medo da degenerescência e da morte, evidenciam o mal-estar físico e psíquico, advindo do seu próprio olhar e do olhar do Outro. “A aparência corporal responde a uma ação do ator relacionada com o modo de se apresentar e de se representar” (LE BRETON, 2009, p. 77).

É o objeto sendo representado pela dimensão moral, implicada em todas as fases da referida patologia, conduzindo os seres afetados a uma condição de confronto com as suas realidades mais subjetivas.

Nesse particular, Olivieri (1993, p. 77) ao descrever a sua angústia, após se submeter à mastectomia depõe: “eu já observara o meu luto, o luto pelo meu próprio corpo. Chorara e sofrera a falta do meu peito, de um pedaço meu”.

Figura 13: Marcados para a Vida: Um murro no estômago. IN: Cicatrizes para a vida.



Fonte: REVISTA EXPRESSO. Nº 21, p. 30. Editora Imprensa Publishing. Portugal, 22 jun. 2013. Foto: Ana Baião. Reportagem: Christiana Martins.

A despeito de se defrontar com a doença e a sua vinculação com a finitude, confessa que, após algum tempo de convívio com o seu corpo mutilado, conseguiu lançar um olhar para a morte “como uma adversária qualquer.” Nesse contexto, ao abraçar a esperança, encarou a doença, com todas as suas consequências, “ao descobrir a força da vida” (OLIVIERI, 1993, p. 100).

Na prática clínica, esse é um dos tantos comportamentos trazidos aos nossos consultórios. Instruídas sobre as consequências da moléstia, visto que, ao se respaldarem nas informações advindas pelos meios de comunicação – as campanhas médicas, veiculadas pelas mídias, as pesquisas, comumente feitas por cada uma delas, por intermédio da *Internet* ou até mesmo pelas leituras especializadas –, denotam que, o percurso ou os percursos a serem percorridos, devem ser divididos pelas duas partes: profissional da saúde e a mulher afetada por essa espécie de câncer. Essa interação deve ser sempre perseguida, pois, além de ser legítima é saudável. Contudo, é necessário que ambos os lados estejam em consonância, no sentido de não prejudicar o correto andamento das prescrições, tanto médicas como sociais. Com tal entendimento, muitos profissionais que trabalham com mulheres portadoras dessa moléstia já defendem e exercitam a busca de um caminho humanizado, que leve em conta não apenas a enfermidade inserida em uma visão científica, mas que tal doença, com as suas singularidades, seja compreendida e associada às vivências pessoais de cada interlocutora, em particular.

Na análise dessas considerações, volto às questões concernentes ao engajamento e percebo, ao longo da minha caminhada, que as dores e as mutilações com as suas cicatrizes, podem, também, dar um novo sentido à vida dessas mulheres. A mama, como todo símbolo maternal, traz consigo a “promessa de regenerescência (...). Voltar ao seio da terra marca como toda morte, o prelúdio de um novo nascimento” (CHEVALIER, 2001, p. 809).

Ao mergulhar nas teias de relações, o corpo vai se adequando tanto aos deleites, quanto aos infortúnios – sejam eles particulares ou coletivos –, estados concernentes à condição humana. Logo, “o corpo que se mostra é, nas suas diversas modulações, um corpo coletivo” (MAFFESOLI, 2010, 161).

Nesse território mutilador, no qual o objeto é representado por uma cicatriz que atravessa a existência feminina, uma cirurgia de reconstrução mamária sempre é desejada pela maioria dessas mulheres. Essa não é apenas uma intervenção estética, mas uma ação reconstrutora, desde que beneficia a sua autoestima, ao tempo em que possibilita costurar a dor da ferida corporal, advinda da ablação do referido órgão.

Revisito as questões que envolvem a união da ética com a estética e percebo como, nesse campo, elas são oportunas de serem lembradas. Também é visível que, as políticas públicas, destinadas a esse amparo, não é uma realidade para as classes menos privilegiadas e, mesmo existindo uma lei⁵² que determine tal ação, na prática, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pela categoria mulher mastectomizada e pobre, para conseguir esse tipo de cirurgia plástica, entendida como reparadora. Tais dificuldades vão desde a falta de hospitais ou médicos especializados, até a baixa remuneração, paga pelo Sistema único de Saúde (SUS), aos profissionais habilitados para tal ato médico. Mais uma injustiça social é cometida com relação a essa classe de mulher.

Mas, como todos os fatos sociais têm os seus dois lados, as baixas estatísticas protetoras, relacionadas a essa realidade, fizeram com que muitas dessas mulheres se associassem⁵³, criando condições reivindicatórias, junto aos órgãos competentes, no sentido de exigirem que essa cirurgia seja disponibilizada, sem exceção de classe, de etnia/raça, de geração. Com tais atitudes, nos seus embates, trazem a exigência de que, concomitante à cirurgia reconstrutora, seja fornecida a pigmentação (tatuagem) da aréola e do bico mamário, técnica utilizada, como produto final da reparação mamária. As dificuldades são muitas e, nesse contexto, um questionamento vem à tona: como o ser adoecido pode não se deixar intimidar ou não enfraquecer quando, diante de uma situação de desfiguramento, o corpo trama contra a sua feminilidade, contra a sua vida, em vez de lhe dar resistência?

Contudo, não é somente no câncer mamário que a cicatriz se evidencia. Várias outras condições, a exemplo das escarificações e das tatuagens, trazem os seus sinais simbolizando um tempo marcado e vivido, na existência de cada ser humano.

⁵² Lei de número 12.802/2013, sancionada pela Presidência da República no ano de 2013, obrigando o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar a cirurgia de reconstrução mamária, concomitante com o ato da mastectomia, quando houver condições médicas. Segundo dados fornecidos pela Sociedade Brasileira de Mastologia, em cerca de 20 mil mulheres que se submeteram à mastectomia, apenas 10% saem dos centros cirúrgicos com as suas mamas reconstruídas. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/05/07/lei-obriga-reconstrucao-de-mama>>. Acesso em 29 de agosto de 2014.

⁵³ Como exemplo cito a Associação *Recomeçar*, das mulheres de Brasília, com o trabalho voltado às mastectomizadas, no sentido de alertá-las e orientá-las, na luta para que os seus direitos sejam cumpridos em conformidade com a Lei, então aprovada pelo Estado Brasileiro.

5.2 O TERITÓRIO ORNAMENTADO, ESCARIFICADO, TATUADO: O CORPO COMO UM TEMPLO

A pele estabelece o limite físico entre a pessoa e o ambiente e é na pele que a cicatriz se fixa. Fissura corporal, abismo emocional, a cicatriz torna-se sinal de identificação. Motivo de espanto, esconde uma história que tem de ser contada. É visual, mas não se esgota na imagem. Pede mais. É justamente a cicatriz que sutura a significação (MARTINS, 2013, p. 35).

Muitos são os indícios que mostram como a prática de marcar o corpo é uma técnica milenar, tão antiga quanto à própria humanidade. Os sinais corporais que a distingue estão atrelados às diversas situações culturais e, como as culturas são demarcadas pelas diversidades, as intervenções permanentes, praticadas no corpo humano, a exemplo das escarificações, das tatuagens, são representações que podem agregar ou desagregar o indivíduo, em um determinado grupo social. Tais práticas, comumente, envolvem por um lado crenças, hierarquias e, de igual modo, por outro lado abarcam apenas a estética e os desejos correspondentes a certa época ou a determinados acontecimentos.

Os relatos históricos, sobre esses sinais, não dizem, ao certo, quando se deu o início desse procedimento; entretanto, um dos registros mais antigos está no famoso *Homem do Gelo* (Ötzi), uma múmia descoberta em 1991, que trazia em seu corpo linhas azuis demarcando cicatrizes, provavelmente, conforme as pesquisas, advindas de algum tratamento medicinal, adotado pelos povos da Idade da Pedra.

Tal fato me remete à infância, na qual convivi com as ancestrais da minha família, de origem libanesa. Muitas delas traziam a pele do braço marcada por cicatrizes com linhas azuis, normalmente escondidas por baixo de longas mangas e, sempre, arredias às explicações. Cresci junto a elas, sem nunca ter qualquer esclarecimento sobre aqueles sinais, porquanto, tal tema, era um assunto interdito, naquele contexto. Contudo, embora não tivesse a explicação do significado daquelas linhas azuladas, percebia que, tais impressões cutâneas, não estavam ali apenas como ornamentação dos seus corpos, visto que, os subterfúgios ali presentes, mostravam a evidência de que os tais sinais faziam parte de segredos, guardados sob sete chaves, nos quais um pedaço da vida, de cada uma dessas mulheres, estava ali inscrito.

Observo, na contemporaneidade ocidental, que a simbologia dessas marcas vem sendo distorcida, visto que, muitas delas têm sido usadas apenas como ornamento estético, sem qualquer compromisso com ideologias ou princípios grupais. No entanto, acredito que, nesses

desenhos existem, mesmo de forma inconsciente, elementos que signifiquem sentimentos, filosofias, crenças, desejos, pertencimentos, universais ou individuais.

Nesse particular, em uma reportagem denominada *Cicatrizes para a vida*, Luzio (2013, p. 31), uma *bodyartist* de 20 anos, se pronunciou com relação às suas várias escarificações corporais, ilustrando tal concepção: “O meu corpo é o meu templo e posso fazer nele o que achar mais bonito”. E segue dizendo que a intenção das suas escarificações, por um lado, é para mostrar que a sua vida é um livro aberto, mas, por outro lado, sabe que as suas cicatrizes trazem curiosidade ao olhar do Outro. Desse modo, conforme seu entender, quando as pessoas a olharem e perguntarem a razão de ser dos desenhos carimbados na sua pele, ela terá todo o gosto em explicar o que cada um deles significou, no curso da sua vida.

Vê-se que, normalmente, as interferências corporais não são construídas à toa, elas assinalam uma etapa vivida pela pessoa e, cada representação impressa na sua estrutura corporal, pode ser entendida como uma “escrita do grupo” (RAMOS, 2005, p. 91) no qual o sujeito, com as suas cicatrizes, se faz representar.

O conceito de escarificação está relacionado a um estilo de arte corporal que consiste em fazer cicatrizes no corpo das pessoas, ou seja: são modificações realizadas sobre o corpo humano, nas quais vários desenhos são feitos na superfície da pele, porém, com o tecido já cicatrizado. Esse método provoca cortes com bisturi, ressaltando o desenho das feridas. Os indivíduos que fazem uso de tal técnica entendem que o dito procedimento transforma o seu corpo em arte, dando significações e identificações às suas expressões.

Já a tatuagem, apesar de ser um desenho, da mesma forma permanente, feito na pele humana, é uma aplicação subcutânea, obtida por meio da introdução de pigmentos por agulhas. Esse procedimento, além de usar tintas, é considerado como menos invasivo ou lesivo que a escarificação, porque não faz uso de cortes profundos, daí a diferenciação entre os dois métodos. Mas, tanto em uma quanto na outra, nada é acidental, tudo é meticulosamente pensado, isto é, o desenho escolhido tem a sua significação. As dores, no ato das marcas, simbolizam, para muitos, a liberdade, a desobediência, o prazer corporal, o domínio ou o não domínio de um espaço, no universo em que vivem. São requisitos que fazem parte da afirmação e da identificação do sujeito.

Por conseguinte, alguns desses traçados registram instantes relevantes da vida das pessoas, a exemplo dos ritos de passagens, que vão do nascimento à morte, nos quais estão inclusos os amores presentes ou ausentes, os acontecimentos sagrados e profanos, os mitos,

enfim, os emblemas culturais que estabelecem vínculos sociais e comunicativos. “O mito que legitima uma cultura reside na pretensão territorial e se anuncia mediante marcadores simbólicos” (RAMOS, 2005, p. 91).

É o corpo se comunicando por meio das suas imagens representativas, que desempenham um papel, tanto na vida privada quanto na vida coletiva, de uma pessoa ou de um grupo. É o objeto com seus conteúdos, por vezes, autobiográficos, usado como meio de expressão estética e possibilitando transformar a contemplação em participação.

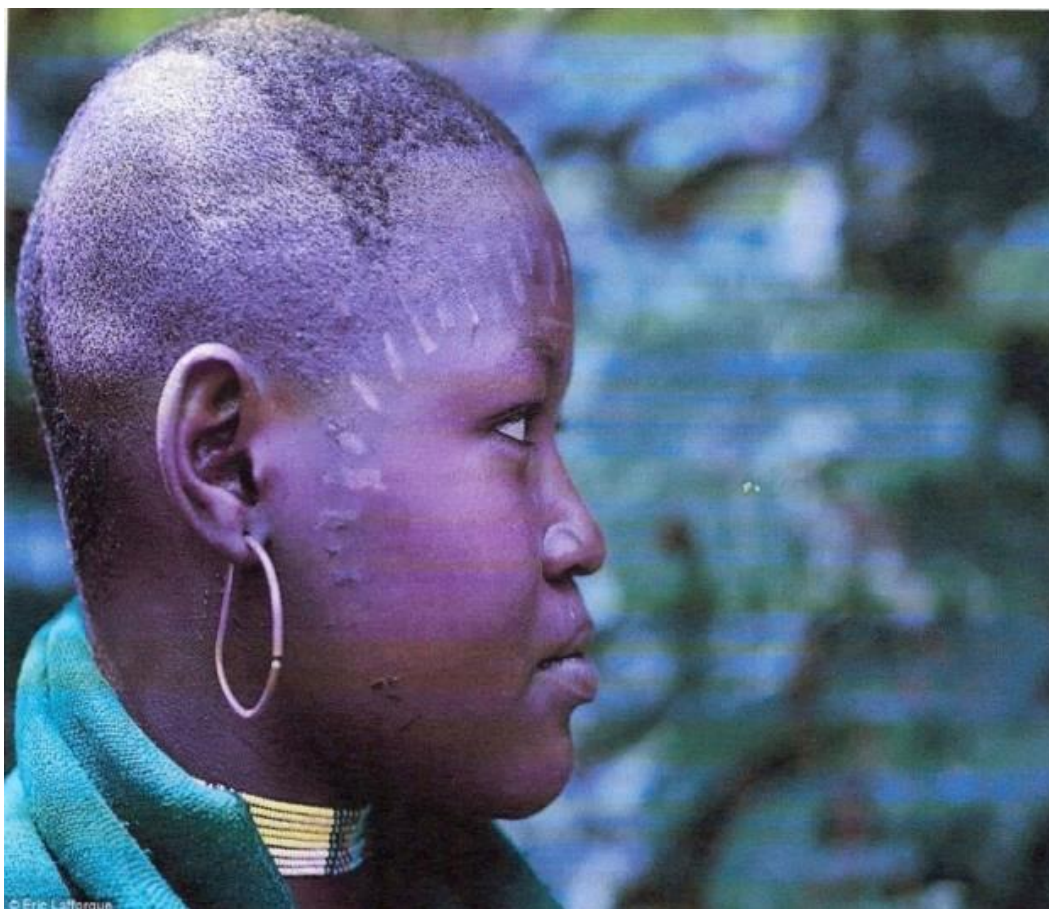
São duas as formas de escarificar-se: por cortes profundos na pele, habilidade denominada de *cutting*; ou por queimaduras com fogo, com frio e pelo uso de um agente químico, método chamado de *branding*. Muitas vezes, como acontece na primeira forma mencionada, isto é no *cutting*, algumas partes da pele são retiradas, deixando sobressair o traçado que representa o símbolo, delineado voluntariamente. Já no *branding*, a pessoa opta por um processo similar àquele usado para marcar o gado. Pode-se utilizar, ainda, um eletro cautério que vai, aos poucos e sem anestesia, queimando a pele do sujeito.

Nesse campo, o fotógrafo francês Eric Lafforgue (2011), em uma visita à tribo Surma, na Etiópia, percebeu que, muitos desses traçados carimbados em um corpo masculino, faziam parte do processo de transição de menino para homem. Enquanto que, no sexo feminino, tais sacrifícios são passíveis de serem considerados como um sinal para que as mulheres possam lidar com a dor e, assim sendo, elas já se preparam para, futuramente, aguentarem as dores do parto. Os habitantes da tribo Mursi, também na Etiópia, conforme Lafforgue, consideram as cicatrizes como um sinal de beleza e de força.

Nas suas pesquisas, relata uma cerimônia de escarificação em uma menina de 12 anos. O processo, feito pela própria mãe da protagonista, durou dez minutos e, nele, o que mais o impressionou foi o comportamento dessa pequena mulher, durante toda a ação. Nesse tempo, ela não esboçou qualquer tipo de dor. Lafforgue menciona que, quando acabou a cerimônia perguntou à menina se tal procedimento foi doloroso. E, de pronto, ela respondeu que as cicatrizes, dentro da tribo, simbolizam a beleza. E justifica: “se chorasse seria uma vergonha para a minha família”.

Com tal argumento ela encontrou forças para suportar as dores, próprias ao procedimento. Com a sua coragem e firmeza, demonstrou que as cicatrizes não significavam apenas um simples sinal corporal, mas, fundamentalmente, um símbolo de força no qual está implícito um sentimento de pertença ao grupo.

Figura 14: Menina de 12 anos, na Etiópia, após a escarificação.

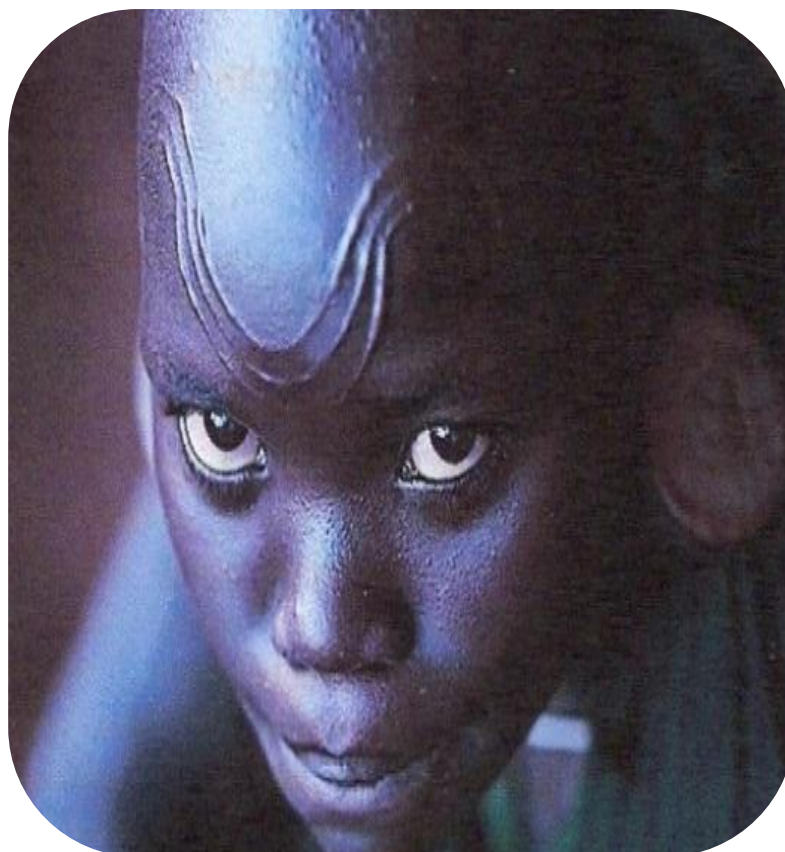


Fonte: Foto: Eric Lafforgue. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2561949/Ethiopian-Sudanese-tribes-intricate-raised-patterns-created-using-THORNS.html>>. Acesso em 19 fev. 2014.

É o objeto nas suas trocas comunicativas, particularizando o seu traçado e imprimindo um significado singular às representações. Estas, advindas das mensagens manifestadas nos desenhos gráficos, definem as suas crenças e o posicionam em um território de cultura, que traz à tona as tradições, os conteúdos ideológicos de uma sociedade, por vezes doutrinários, mas que encerram as subjetividades próprias a cada imagem e a cada grupo e/ou tribo. Nesses *locus*, as diversidades das culturas ao provocar intervenções definitivas na estrutura corporal do ser humano, situa o objeto como cúmplice das suas expressões e intencionalidades.

Diante da sua história, o corpo, por ser complexo e repleto de ambiguidades, se fixa como um elemento significante, atravessando os emaranhados das significações. Por isso que, essencialmente nas culturas tradicionais, cada tatuagem ou cada escarificação, registram e dão sentido a cada etapa da vida individual, do sujeito.

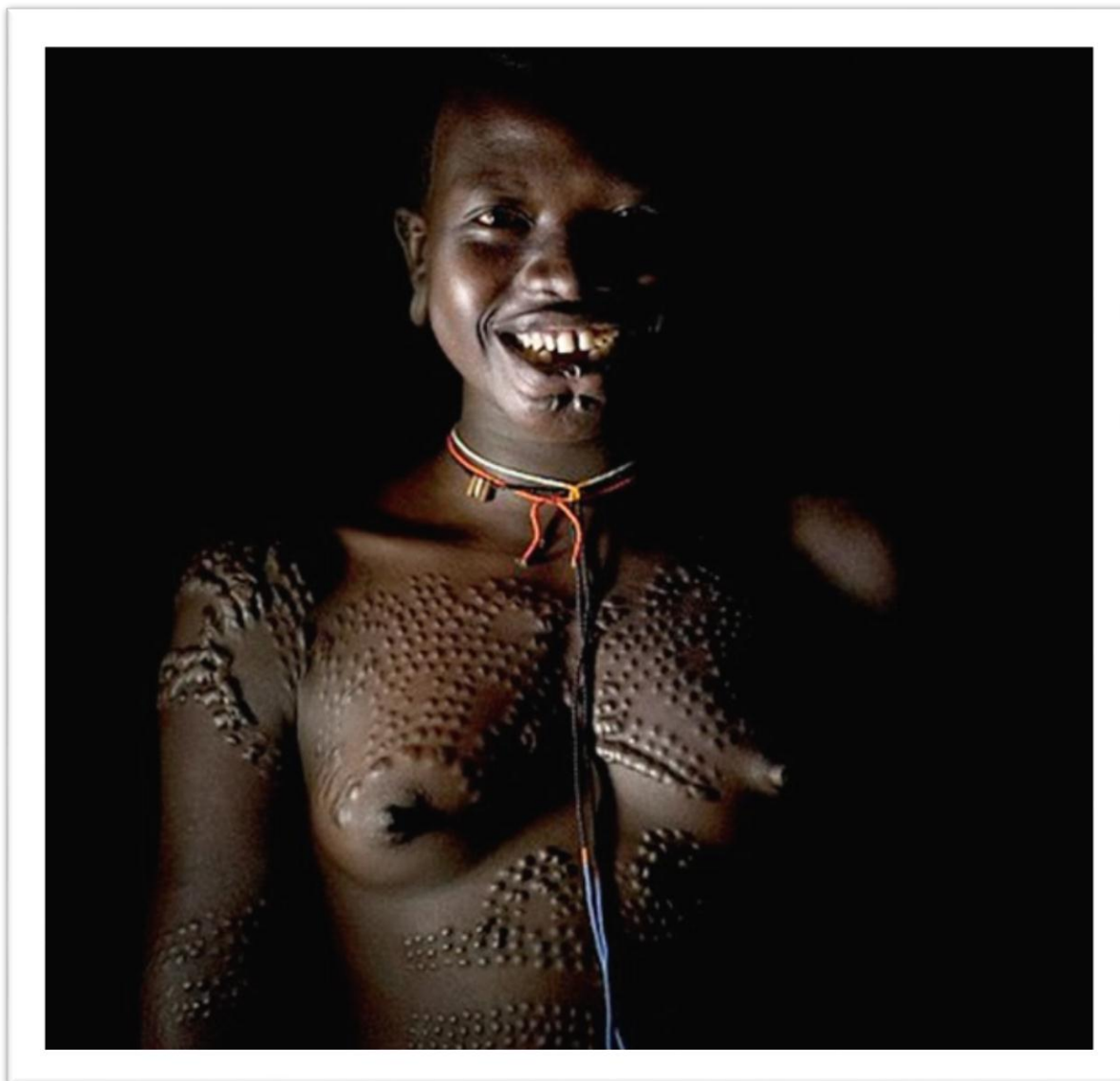
Figura 15: Mulher tatuada da tribo Surma, da Etiópia.



Fonte: Idem à figura 14.

Para alguns grupos, ou tribos, cada sítio tatuado representa uma linguagem ou uma escrita própria a cada comunidade. Vê-se que, nas diferentes culturas, ao longo da história, homens e mulheres se ornavam e, no presente, continuam ornamentando seus corpos com suas figuras, suas representações, não por razões, apenas, decorativas, pois, as imagens carimbadas, nos seus corpos, tinham e mantêm, nos dias atuais os seus significados. Se para uns, as imagens carimbadas, no passado, indicavam os acontecimentos das suas vidas, para outros, na contemporaneidade, igualmente, as tintas introduzidas na pele, dando vida às suas cicatrizes ou às suas feridas, têm uma função mágica de proteção, agindo como uma vacina para os maus olhados ou os maus pensamentos. Por um lado, elas se inscrevem na intenção de pedir perdão às suas divindades, pelas faltas cometidas, por outro lado, significavam o desejo de serem por elas aprovadas.

Figura 16: Mulher tatuada da tribo Surma, da Etiópia.



Fonte: Idem à figura 14.

Por intermédio desses rituais, a transmissão de certo sistema social e de crenças religiosas e filosóficas, se constroem em um especial tipo de sociedade. Seguindo tal lógica, o corpo, como espaço das vivências subjetivas, é um elemento comunicador. As escarificações, as tatuagens e, igualmente, as dismorfias corporais, a exemplo da anorexia e da bulimia, são fenômenos que podem indicar que não há qualquer distinção entre o que está “dentro” e o que está “fora” do sujeito, pois, eles se enquadram no processo de subjetivação/objetivação, já anteriormente mencionado.

Ao falar sobre signos e significações, para melhor entendimento, revisito Luzio (2013, p. 31), a *bodyartist* com a qual iniciei este texto, e situo o seu sentimento, com relação à

permanência do desenho tatuado em seu corpo, no curso da sua vida: “se quando tiver 80 anos não gostar do meu corpo todo tatuado, paciência. Tento levar um dia de cada vez”.

Prossegue com o seu pensamento, afirmando a intenção de posicionar sua vida, com as suas representações como um livro aberto, entendendo a importância de provocar a curiosidade das pessoas, no sentido de refletirem sobre as diferenças.

A realidade é que, na contemporaneidade, essas imagens já não se encontram impressas, apenas, nos corpos daqueles indivíduos pertencentes a um segmento social considerado como abjeto, ou inserido em uma subcultura, como foi entendido, primeiramente – os marinheiros, os *punks*, os surfistas, os *rappers*, entre outros –, mas elas já incorporam o universo de muitas pessoas, das diversas classes sociais. São representações que não mais se configuram como um procedimento usado, apenas por pessoas jovens, já que essa, também, é uma maneira de os sujeitos, exprimirem suas subjetividades, não importando a idade, a geração ou o nível de instrução.

Contudo, tais imagens, apesar de serem, no presente, mais toleradas socialmente, que no passado, ainda são passíveis aos preconceitos a elas concernentes, daí serem, ainda, consideradas, por um tradicional segmento social, como imagens periféricas. Dessa forma, continuam posicionando os corpos daqueles que as carregam, como um objeto que causa estranheza social.

Mesmo diante desse modo de pensar, o certo é que o corpo se torna, cada vez mais, um território de intervenções. As cicatrizes e/ou os desenhos fixados na pele do sujeito, se inscrevem como uma linguagem cultural, sempre em processo, visto que as diversidades, tanto de grupos quanto das imagens assinaladas, não se enquadram em qualquer generalização.

Figura 17: O corpo como um templo.



Fonte: Marcados para a Vida. In: Cicatrizes para a vida. Fonte: REVISTA EXPRESSO. n. 21, p.31. Editora Imprensa Publishing. Portugal, 22 jun. 2013. Foto: Ana Baião. Reportagem: Christiana Martins.

Talvez, sejam elas resultado do multiculturalismo que, ao criar hibridizações, inova e inventa representações partindo das mais variadas culturas, mas, integrando-as a um mundo globalizado. As atitudes, as roupas, os desenhos, as marcas, tornam-se signos, cujos conteúdos universais se transformam em individuais ou vice-versa, sendo que no meio deles se interpõe a tensão entre o individual e o coletivo, o global e o local, já que as imagens tatuadas no corpo são interpretadas de forma diferente pelas pessoas. Conforme Ramos (2005, p. 102), na contemporaneidade, os tatuados ou os escarificados pertencem às “comunidades agregadas por um novo tribalismo que não vive, necessariamente, uma identidade histórica de tradição, mas uma tradição histórica de marcar o corpo, tatuar-se”.

É fato que, na atualidade, as motivações íntimas, particulares, têm sido comuns. Dessa forma, tais representações corporais se diferem daquelas tribais, já que nem sempre perseguem uma ideologia, ou seja, uma fidelidade de grupo, uma crença ou mesmo um compromisso com qualquer causa. Cada indivíduo “é gestor de si mesmo” (RAMOS, 2005, p. 100), a escolha é livre, nada é imposto como motivo, visto que a polissemia das imagens, carimbadas no corpo do indivíduo, não tem compromisso com a cultura dominante.

Corpo, signos, tatuagens, escarificações, cicatrizes, na cultura atual, se vinculam à comunicação e ao consumo. São escolhas inseridas em uma política de corpo, nem sempre pelo desejo do poder, mas, no sentido de conquistar territórios. A comunicação realizada por essas representações imagéticas, muitas vezes, une sujeitos outrora isolados. Tudo isso está implicado nas expressões da vida contemporâneas, pois, por conta do fenômeno da globalização, os territórios não mais são fixos, eles ultrapassaram as diferenças culturais e romperam, “de fato e simbolicamente, com a sedentarização dos povos” (RAMOS, 2005, p. 93).

Portanto, nesse campo, nem tudo é sagrado. Cada procedimento pode propor uma nova interpretação, uma nova semântica e, se as imagens corporais das culturas tribais, mantêm, ainda, um discurso que se pauta nos significados coletivos dos seus rituais, das suas crenças, infere-se que, na contemporaneidade, tais representações, advindas das cicatrizes corporais, podem se comportar de forma diferente daquelas que tinham como parâmetro os rituais, as sacralidades. Também nesse espaço, existe uma motivação individual que não se traduz em um sinal de tradição ou de qualquer significado religioso, mas se trata de signos que, comumente, são impressos nos corpos dos seus protagonistas, em virtude de estes não aceitarem a homogeneização dos discursos sociais, com relação à estrutura corporal do ser humano.

Ramos (2005), ao explicar tal posicionamento menciona ter sido a partir dos desenhos nos corpos tatuados, que a centralização dominante, de certa forma, chegou ao fim. Nesse âmbito,

o que vem prevalecendo não são as imagens do segmento dominante, mas aquelas, próprias dos periféricos do sistema capitalista dominante, ou seja, os *punks*, os *skatistas*, os motociclistas, os marinheiros, visto que, foram eles os precursores na introdução dessa técnica no mundo ocidental contemporâneo. Nessa inclusão, como ponto de partida, jovens indivíduos, apropriaram-se das antigas técnicas dos povos dominados, e não dos modernos métodos digitais, e, encantados com a liberdade de escolha, relacionada à aparência estética, passaram a ornamentar seus corpos sem se preocuparem com qualquer condição vinculada às convicções políticas ou às crenças, mas como uma forma de contestação, de rebeldia, de desobediência ao *status quo*.

É certo que, ao falar de tatuagem ou de escarificação, os cruzamentos entre os mitos e os ideais se põem à mostra; entretanto, as representações existentes nos signos presentes de um corpo ornamentado, fazem parte tanto dos corpos dos dominados quanto dos dominantes, rompendo, de certa maneira, com a hierarquia cultural. “Traduzidas da história definida no passado ou em outras culturas, essas imagens pertencem às linguagens vernáculas da modernidade e produzem uma semiose aberta” (RAMOS, 2005, p. 102).

Essas representações possibilitam perceber o meu corpo e o corpo do Outro. Tal noção faz entender como as experiências corporais, na contemporaneidade, devem ser marcadas pelo respeito às diferenças. Apesar de não estar imerso em uma situação divinizada, o objeto, com suas alegorias, compõe vivências particulares distinguidas ou não por um tribalismo contemporâneo, nas quais não existem identidades inerentes a uma tradição histórica.

Inseridas em uma linguagem visual estética globalizada, as novas gerações – ao imprimirem nos seus corpos determinadas imagens que abarcam culturas tradicionais ou extintas, por intermédio dessas técnicas tradicionais –, demonstram como a identificação com a aparência e a polissemia das representações, se evidenciam, nesses tempos híbridos, repletos de conflitos e contradições. É nesse universo, no qual as transgressões e os desejos particulares ou coletivos se põem à tona, que deve se configurar uma política mergulhada em diferentes pontos de vista, na qual as diversidades culturais sejam reconhecidas, possibilitando, no interior de espaços significativos e democráticos, que as comunicações entre as pessoas se ampliem, no que diz respeito tanto às experiências corporais quanto às subjetividades e as predileções, daí decorrentes.

Enfim: Porque tatuar-se? História, identidade, rebeldia, transgressão, desejo afirmação, registros de fatos ou das ideias, vaidade, modismo, individualismo, estética? Quais as razões que explicam como, em tempos descartáveis – nos quais as “coisas” são líquidas, os corpos sarados, o consumo como atitude, o espetáculo transformado em “cultura” –, os

desenhos permanentes carimbados na pele, continuam sendo desejados? Seriam as práticas não legalizadas, como a *body art*, a *body modification*,⁵⁴ o uso de adorno na pele, como o *piercing*, mais agressivas do que aquelas legitimadas pelos poderes científicos e sociais, a exemplo das lipoaspirações, das cirurgias plásticas e dos seios fartos pelos implantes de silicone, do *Botox* e das ablações mamárias?

5.3 O TERRITÓRIO DISMÓRFICO: O CORPO DOMADO PELA ESCASSEZ E PELO EXCESSO

Determinado modelo de corpo, no Brasil de hoje, é um valor, um corpo distintivo, um corpo aprisionado e domesticado para atingir a “boa forma”, um corpo que distingue como superior àquele que o possui, um corpo conquistado por meio de muito investimento financeiro, trabalho e sacrifício (GOLDENBERG, 2010, p. 51).

Apesar de o objetivo desta pesquisa não se debruçar sobre os distúrbios alimentares, ao se falar na busca do “corpo ideal” e da “tirania da estética”, dos corpos domados e fetichizados, tal tópico não pode deixar de ser aludido. Isso porque, tais distúrbios são acontecimentos históricos, cuja cultura neles embutida, nos mostra o quão conveniente tem sido o seu exercício ao longo dos tempos, essencialmente, no século vigente. Destarte, as ideias aqui elencadas fazem com que o estudo possa dialogar com o sujeito e o objeto da questão, com os quais a complexidade e as hibridizações se fazem presentes. A produção, o consumo, as fronteiras da perfeição estética, os corpos obedientes e os rebeldes são considerações que levam a pesquisa a investigar essa nova era dominada pelas técnicas que, segundo Villaça (2011, p. 30), “acasala o ser vivo (*bio*) com o mineral (*lithos*) e torna-se necessária uma reflexão política sobre a sua utilização”.

A vivência, na prática, com as mulheres, tem mostrado a realidade de certas situações. A categoria com a qual trabalho há mais de três décadas, e na qual me incluo, vem mostrando que as conquistas, são reais, tanto no plano da corporeidade quanto no plano da sexualidade. Se, por um lado os movimentos feministas foram, no passado, e continuam sendo, nos dias atuais, fundamentais para certas propostas e demandas do “ser mulher”, por outro lado, se evidencia, do mesmo modo, uma fragilidade histórica persistente que oscila entre aquelas que conquistaram o seu espaço social e que vêm ocupando (mesmo ao lado dos conflitos) o seu

⁵⁴ Ambas são práticas que vão desde as tatuagens, passam pelo *piercing* e podem chegar a outras mais extremas, como as marcas a ferro quente, isto é, as *brandings* (RAMOS, 2005, p. 2).

lugar tanto na casa quanto na rua e, aquelas outras que se silenciam e se moldam aos padrões sociais, opressivos, dominadores, de um patriarcado ainda em ação.

Esta última condição, incrustada na força da cultura midiática e de outras tantas instâncias comunicativas, tecnológicas e científicas, seduzem e aprisionam os corpos femininos, vendendo-os, negociando-os e ofertando a ilusão de uma falsa emancipação. É o devaneio, advindo de um espelho distorcido, que, ao fazer eco com os “problemas retorcidos” (RITTEL; WEBER, 1973), revela a permanência de condutas alienadas, com relação à emancipação dessa categoria.

Nessa conjuntura, alguns medicamentos, como os anorexígenos ou moduladores de apetite⁵⁵, seguem construindo um pensamento idealizado e vinculado ao corpo “ideal”. O uso deles, por vezes, se efetua, sem a devida vigilância, podendo ser consumido sem restrições, ou até mesmo com a anuência de certa parcela de profissionais da saúde que, ao se afastarem da prudência e da ética, esquecem a responsabilidade com o usuário e com o sentido de seu ofício.

Esses fármacos estão sendo difundidos, socialmente, insisto que, por uma parcela menor da indústria, como mercadorias que podem tirar o indivíduo de um estado de insatisfação e levá-lo a um estado de satisfação e de magia. O dito fascínio se estabelece quando o resultado conseguido for, por exemplo, o emagrecimento, ou – considerando, sobretudo, a ilusão advinda dos efeitos alcançados – o afastamento do sujeito com a sua realidade. Esse comportamento se fixa na vida do usuário, apesar de as condições resultantes virem acompanhadas de um longo percurso de sofrimentos e privações. É visível que esses acontecimentos induzem à ilusão de um “bem maior”, possibilitando ao ser humano traduzi-los no conceito de beleza, de saúde e de bem-estar, físico e mental. São utopias que incluem, comumente, um corpo magro, bem torneado e modelado nas academias de ginásticas, nas salas cirúrgicas ou nos consultórios estéticos.

Entretanto, tudo tem o seu reverso, daí a importância de estar pautada na vigilância epistemológica para dar prosseguimento aos pensamentos aqui elencados e não seguir uma direção unilateral. Os prós e os contras são condições fundamentais nas polêmicas conversas aqui propostas.

⁵⁵ Substâncias que inibem a sensação de fome, e que, se usado de forma indiscriminada, podem causar sérios efeitos colaterais, como a instabilidade de humor, irritabilidade, dores de cabeça e até mesmo o óbito. Como exemplos temos a Anfepramona, o Femproporex e a Sibutramina. Todos esses fármacos são legitimados e registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Com relação a esse particular assunto, em um artigo intitulado “Proibição é contestada”, o jornalista Marcelo Casal Júnior (2011, p. 8) menciona que o Conselho Federal de Medicina (CFM) entrou com recurso, ou um agravo de instrumento, contra a decisão adotada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando, no dia 13 de outubro de 2011, a referida instituição decidiu retirar do mercado alguns produtos inibidores de apetite, alegando os prejuízos causados aos sujeitos, no uso delas.

O posicionamento do conselho médico foi o de defender a autonomia dos médicos e a responsabilidade destes com o doente, na prescrição dos medicamentos. Para essa entidade, o foco das discussões deveria incidir sobre os mecanismos de controle de uso dessas fórmulas e não sobre sua proibição, entendendo que o emprego indevido de qualquer preparado terapêutico é uma questão vinculada ao controle e à fiscalização de sua prescrição, e não, especificamente, aos remédios em si. Na justificativa dessa assertiva, coloca em pauta o valor desses produtos, quando bem utilizados sob a supervisão de um profissional qualificado, já que eles são importantes auxiliares no tratamento da obesidade, patologia própria e comum à contemporaneidade e que, se não tratada, pode ocasionar consequências letais ao indivíduo. Esse mesmo órgão de classe ressalta que os médicos que prescreverem tais fármacos, sem observar os critérios técnicos e éticos, devem ser punidos e fiscalizados pelos seus respectivos conselhos.

Com relação a essa conduta, me coloco a favor do dito conselho de classe, do qual faço parte. Explico tal ponto de vista, com base neste entendimento: por um lado, o indivíduo, ao utilizar tais medicamentos, de forma aleatória, se torna, cada vez, mais dependente desses fármacos, no sentido de conseguir a “cura” dos seus males; por outro lado, quando usados de forma apropriada, sob a orientação e a capacitação de um profissional médico, auxiliado por uma equipe multidisciplinar, funcionam como um potente aliado nos tratamentos, a exemplo daqueles prescritos contra a obesidade mórbida ou outros transtornos dismórficos corporais (TDC). Esses tipos de desordens, isso é, os chamados TDCs, se configuram como um problema de saúde mental relacionados à imagem corporal, na qual o indivíduo sofre intensamente com a sua aparência. A mídia costuma nomear tais distúrbios de “síndrome da feiura imaginada”, entretanto, esse nome é inapropriado, porque tanto a feiura, quanto o padecimento, são situações reais para o sujeito. Essas condições estão vinculadas, na maioria das vezes, à baixa autoestima e, igualmente, à fixação da pessoa em si mesma e na incompletude com sua aparência corporal.

Na minha vivência clínica, observo que existe uma função simbólica para o sujeito relacionada a essas substâncias. Os anorexígenos, por exemplo, podem ser usados, inicialmente, como uma bengala que auxilia o indivíduo no processo de emagrecimento. Com um adequado

acompanhamento, médico, psicológico e nutricional, é possível que os significados “mágicos”, comumente atribuídos aos medicamentos, sejam aos pouco, diluídos. Esse fato influencia o comportamento dessas protagonistas, junto com sua equipe de saúde, na tomada de decisão com relação ao seu tratamento e ao seu bem-estar físico e emocional. O “desmame” pode ser instituído quando os profissionais que dão assistência à usuária percebem que ela está confiante em si própria e motivada a chegar ao seu objetivo.

Ao escalar os palcos dos tempos atuais, o objeto se enquadra em um produtivo instrumento de análise e reflexão, mas também de atitude. Isso porque, o elemento, comumente, pode resvalar na escassez ou no excesso. Da anorexia (escassez) à bulimia (excesso) – patologias comuns à contemporaneidade –, o pensamento ocidental, relacionado ao corpo, vai construindo as suas imagens por intermédio de uma relação de opostos. Perfeito – imperfeito; bonito – feio; gordo – magro; sarado-flácido; disciplinado – indisciplinado; habilitado - não habilitado; masculino – feminino, e outros opostos mais.

Essas são algumas das representações que se enquadram nos corpos, nessa contemporaneidade repleta de estereótipos e estigmas. “A negação, tal como a afirmação, corresponde a um princípio de instrumentalização do corpo, à sua inserção dentro de uma máquina semiótica que governará os significados desse corpo” (BÁRTOLO, 2007, p. 19).

É fato, que nem tudo funciona seguindo a trilha do excesso ou da escassez, mas, nada é despercebido. Nessa era do consumo e da hipervalorização da “beleza” normatizada e mercantilizada, o corpo está sempre em julgamento, ele examina e é examinado. Assim, o ser humano é um corpo e está contido nesse corpo. Nas intersecções das várias áreas do conhecimento o objeto vai sendo definido e redefinido.

Diante de tal cenário, a mídia, nas suas diversificadas instâncias, exerce papel preponderante. Com atitudes duais, já que, por uma dimensão, as informações por ela veiculadas, podem favorecer aquelas comprometidas com o bem comum; mas, por outra dimensão, diante das lógicas das espetacularizações vigentes nas sociedades ocidentais – estampadas nas televisões, nos jornais, nas revistas, nas músicas, nas danças, etc. –, trazem receitas que induzem o indivíduo à busca obsessiva do corpo da perfeição. Essa conduta possibilita que o discernimento e o espírito crítico, condições a ela concernentes, possam ser substituídos pela cultura globalizada do imediatismo, do individualismo e do narcisismo. Vive-se, nos tempos atuais, uma lógica na qual o comprometimento e o não comprometimento, se fazem presentes e exercem poder nas decisões tanto individuais, quanto coletivas. Movendo-se nos extremos, os delírios do consumismo e da alienação, surgem, a toda instante.

Delineiam-se duas as tendências contraditórias. De um lado, os indivíduos, mais do que nunca, cuidam do corpo, são fanáticos por higiene e saúde, obedecem às determinações médicas e sanitárias. De outro lado, proliferam as patologias individuais, o consumo anômico, a anarquia comportamental. (...) No universo funcional da técnica, acumulam-se os comportamentos disfuncionais (LIPOVETSKY, 2004, p. 55 -56).

Por isso que, as fontes documentais dão eco a minha atividade profissional. Percebo que, nas conversas com as minhas interlocutoras, quando nas suas demandas analíticas, as insatisfações com o corpo se posicionam como tema rotineiro.

Ao enunciar o trabalho que venho desenvolvendo para o meu doutoramento, muitas delas expuseram o desejo de falar sobre o tema, aqui abordado. Uma das tantas mulheres que se interessou em fazer um depoimento sobre essa situação, evidenciou tal desprazer com o seu corpo e, dessa forma se se pronunciou:

Eu sempre detestei o meu corpo, (a propósito continuo detestando) (...) Dos 9 aos 35 anos vivi eternamente de regime, massacrando meu corpo com o efeito sanfona, tomando todos os tipos de remédios e fazendo todas as dietas possíveis e imagináveis. Fui a spas, fiz acupuntura, lipoescultura, plástica nos seios, plástica nos braços e por fim uma cirurgia bariátrica, que ao meu ver era a solução final e definitiva. (...). Esta frustração com o corpo sempre se refletiu nas minhas relações afetivas e no desempenho sexual. É extremamente constrangedor fazer sexo de luz acesa, ou ficar em determinadas posições que sei que expõem o meu corpo de forma mais intensa. Pior do que a visão é a sensação de ter certas partes muito flácidas tocadas pelo parceiro. Creio que ao longo da minha vida fui acumulando inúmeros traumas e frustrações por causa desta relação ruim com o meu corpo (DANAE, 2013) ⁵⁶.

E continua:

Quando vejo algumas mulheres com corpos bonitos eu penso: poxa como gostaria de ter um corpo assim. E penso também: aposto que mesmo com esse corpo, **ela certamente não está satisfeita** (IDEM, Grifo da autora).

Nessa dita insatisfação e enfronhada nos atos repetitivos, referencio o testemunho acima exposto aos pensamentos de Studart (1990) – mencionados no primeiro capítulo – e percebo que a pergunta da tese é, de fato, problemática no sentido de uma resposta objetiva, isto é, “mulher, a quem pertence seu corpo”? Ou ainda: “meu corpo é meu”? Como responder?

⁵⁶ Nome fictício, preservando a confidencialidade e sigilo.

Entretanto, posso compreender que, se o corpo desta mulher lhe pertencesse, na sua totalidade, talvez, ela se posicionasse, diante do *Outro* e de si própria, de forma diferente. Não se aceitando do jeito que é, segundo ela mesma, seu corpo é por ela rejeitado, na sua intimidade.

A dar espaços a que ele se transforme em um objeto de inúmeras intervenções – dietas, medicamentos, cirurgias –, a sua intimidade pode se transformar em um espetáculo, conduzindo-a a viver sob os auspícios da irrealidade, agindo como se não tivesse domínio sobre o próprio corpo. Nessa condição, ao se instalar o distanciamento entre o sujeito e o objeto, o primeiro pode assumir a condição de *subjectum*, ou seja, etimologicamente, aquele que está posto por baixo, cativo ou escravizado. Ademais, se o corpo se posiciona como um instrumento da biologia e da cultura, ele é mesmo construído, dentro do imaginário social no qual a linguagem, a sexualidade e os afetos se instalam como um resultado de valores e de crenças culturais. Esse corpo afetado, ou seja, abalado, atingido, incomodado, é um dado real e, todo ser humano tem o direito de dispor dele, contudo, diante de certas situações e parafraseando Studart (1990, p. 36) provavelmente, tem ainda que “correr muita água por baixo da ponte” para que os anseios feministas, vinculados tanto ao pertencimento do corpo, quanto à emancipação, sejam afirmações reais para todas nós, mulheres. Esse território, polêmico e ambíguo, ainda está sob a égide dos olhares do outro, e, essencialmente, de nós mesmas, as protagonistas da ação e da reação.

No sofrimento e na tirania da comparação muitas mulheres se acuam e se escondem, na escuridão da alcova. Não foi diferente com a descrição acima exposta. Ao protagonizar tal cena, diante desse limitado e ao mesmo tempo poderoso território, essa mulher confirmou que o *slogan* dos protestos femininos, marcadamente nos anos de 1960/1970 “*meu corpo me pertence*”, continua sendo motivo de embates e de aspirações.

Se na contemporaneidade, as mutações acontecem a passos largos, são mesmo infundáveis os questionamentos com relação ao que é natural e ao que é artificial, no cerne dos estudos das representações corporais. É fato que, com o advento das novas tecnologias e das novas linguagens corporais, vive-se uma era na qual os indivíduos vêm sendo influenciados no âmbito das mais diferenciadas áreas de produção e representação. São acontecimentos que imprimem a necessidade de rever os lugares do sujeito e do objeto, visto que, algumas mensagens midiáticas ou até mesmo ditas como científicas, já não mais obedecem a qualquer fronteira. Para muitas delas – ênfase, de novo, que aqui não cabem generalizações – tudo é possível, desde quando as imagens do corpo da perfeição, com a sua estética padronizada e subordinada a uma cultura fetichizada, sejam veiculadas e apresentadas como imagens de

felicidade e poder. Tais veículos, ao agirem como criadores de opiniões denotam a falsa impressão de que os objetivos dos avanços científicos são proféticos no sentido de afastar a ação do tempo sobre o corpo ou, da mesma forma, do corpo sobre o tempo.

O que temos presenciado – nesses tempos híbridos, repletos de objetos tanto obedientes quanto desobedientes e transgressores, transformistas, performáticos –, é que vivemos uma era calcada na ficção científica, no devir ser que vem produzindo os corpos domesticados, publicitados, robotizados, porquanto, prosseguem na busca daquilo que é o absoluto com relação à beleza e perfeição corporal, condições, provavelmente, nunca alcançadas.

O singular depoimento, acima exposto, mostra que o corpo dominado, insatisfeito com as suas incompletudes, cria estratégias de fuga da sua realidade que, cada vez mais, conduz o sujeito consumidor a se inserir na produção contínua de novos serviços e incontentáveis desejos.

Diante dessa visão, neste capítulo no qual alguns territórios corporais se fazem presentes, as proposições aqui formuladas, também dão sentido a outro depoimento emitido por uma mulher de 48 anos, classe média-alta, branca, católica, com nível superior de escolaridade e mãe de dois filhos adolescentes. Ao relatar a sua vida, durante quinze anos, mergulhada em uma união pautada na hierarquia do masculino, na assimetria das escolhas, na baixa estima corporal envolvendo a desilusão com a sua sexualidade, assim se pronunciou:

Muitas vezes para continuar sendo desejada pensei em cometer loucuras nele (no meu corpo). Silicone no peito que estava murcho, na bunda para ficar gostosa, toma uma série de vitaminas para estar sempre vigorosa. A cada dia uma nova exigência. [...] Descobri no meu íntimo, que havia o medo de não agradar aos homens do jeito que eu estava. Neste momento ainda me via com elemento de consumo, consequência, provavelmente, das cobranças sofridas e com certeza da minha cegueira... (DINAH, 2013).⁵⁷

Desabafos desse tipo – emitido em uma das tantas sessões de psicoterapia, nas quais atuei como condutora do processo –, denotam como a sujeição ao olhar e/ou ao desejo do Outro, ainda transita nas vivências corporais do feminino, reforçando a dificuldade em falar na totalidade da emancipação feminina. Neste caso particular, falo de um corpo “cego”, julgado pelo olhar do outro e silenciado pelo olhar da própria protagonista. Mas, ela não está sozinha nos seus sentimentos. Na sua dor, expressa uma situação comum nas experiências corporais do feminino, que, insiste em viver as sanções do comparativo e da escravidão. Nas intransigências de um ideal estético padronizado, no qual a ética, a aparência e a essência se digladiam entre

⁵⁷ Nome fictício, preservando a confidencialidade e sigilo.

si, os avanços conquistados pelo feminino, devem mesmo ser repensados. O silicone, as vitaminas, as adições de hormônios e tantas outras substâncias “milagrosas”, estabelecendo as “exigências” de cada dia, podem ser configurados como as expressões da servidão e da incompletude corporal. No caso exposto, a minha interlocutora, ao se referir à sua cegueira, enfatiza como tal experiência deixou marcas indeléveis em sua vida.

Todos esses pressupostos expõem os desafios a serem enfrentados, visto que entre a vida social e os desejos das pessoas são muitas as provocações presentes. De um lado, é preciso criar uma ordem social harmônica entre os seres humanos; do outro lado, as exigências feitas aos sujeitos sociais possibilitam que eles sejam regidos por normas opressoras. Essas imposições criam um abismo e dificultam o trânsito satisfatório nas duas instâncias, isto é, entre a sociedade e os indivíduos, de modo que “a dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam uma das duas coisas sempre leva a pior” (ELIAS, 1994, p. 17). E, mesmo aplicando conceitos diferentes para falar desse tema – indivíduo e sociedade –, o fenômeno sempre é tratado recaindo na questão do individual e do social. “Atualmente esses dois conceitos, ‘individual’ e ‘social’, exibem conotações que sugerem que estejam sendo usados para apontar não apenas diferenças, mas uma antítese” (ELIAS 1994, p. 129).

Com esse pensamento coloca em cheque a harmonia entre o indivíduo e a sociedade, evidenciando que, para que haja uma vida comunitária livre das tensões advindas das opressões sociais, é necessário que todos os indivíduos, inseridos em determinada sociedade, gozem dos mesmos direitos, das mesmas satisfações. Na comparação entre as sociedades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, menciona ser possível que a identidade do eu seja mais valorizada nas estruturas mais desenvolvidas, pois, nestas, as diferenças entre as pessoas tendem a ser mais respeitadas, enquanto que, em estágios anteriores do desenvolvimento, a “identidade do nós” tinha, comumente, precedência sobre a “identidade do eu”. Atribui à última concepção um caráter polêmico, porquanto não descarta a possibilidade de que, tanto nas sociedades mais desenvolvidas, da atualidade, quanto naquelas menos desenvolvidas, os conceitos podem ser manipulados, às vezes, sem qualquer esforço, em um elevado nível de síntese. Continuando com seu pensamento, narra que, na época do Renascimento, muitos dos humanistas que, em suas comunidades, ascenderam a uma posição social de destaque foram exemplos das oportunidades sociais de progresso. Munido desses pensamentos, justifica que, talvez venha daí a oposição entre os termos “indivíduo” e “sociedade”. “Os cânones comportamentais e especialmente o campo da identificação entre uma pessoa e outra

modificam-se de maneira específica com a transição para um novo estágio de integração. A margem de identificação aumenta” (ELIAS, 1994, p. 139).

Seja como for, intuo que esses conceitos abarcam as representações individuais e sociais e por conta disso seguem sendo modificados, continuamente, em conformidade com os fatos, daí o seu entendimento ser conflituoso.

Emerge, novamente, a questão concernente da união das Ciências com as Humanidades, situação perseguida em toda a elaboração desta tese. Contudo, o que podemos inferir é que, nos dias atuais, a integração da humanidade em um plano global é um sonho para muitos dos habitantes desse planeta. São inúmeras as campanhas em prol dos direitos humanos, mas estes estão na dependência dos interesses políticos das grandes potências mundiais. Não se pode negar que, após as duas Grandes Guerras Mundiais, foram criadas diferentes organizações de caráter público e privado, no intuito de difundir um sentimento de responsabilidade entre os sujeitos. Tais organismos têm como objetivo precípua possibilitar um melhor destino para o ser humano, independentemente da etnia, dos credos e da classe social. São as mudanças sociais regendo o mundo.

O corpo, por conseguinte, não fica isento às transições, às integrações e às identificações. Um exemplo dessa concepção está nas performances territoriais que envolvem o “corpo mulher” e o “corpo mãe”. Nessas duas instâncias, os conflitos se manifestam como ordem social. “Para a maioria das mulheres, a conciliação entre os deveres maternos, que não param de aumentar, e o próprio desenvolvimento pessoal continua problemática” (BADINTER, 2011, p. 10). Prossegue nas suas ideias, mencionando que, se, por um lado, o individualismo e o hedonismo, condições próprias das sociedades ocidentais, se constituíram nas principais causas da reprodução, por outro lado, igualmente, foram motivos para a sua recusa.

Nesse sentido, assimilo que no palco das significações, o corpo feminino é mutável, transitório, adaptado e adaptável. Corpo mãe, corpo mulher, corpo signo, corpo cego, corpo e poder (es) corpo em conjuntura, corpo político, porquanto, emblemático e místico.

No território glamorizado dos corpos perfeitos, as “informações”, veiculadas pelas revistas femininas, da atualidade, (*Vogue*, *Boa Forma*; *Quem*; *Caras* e muitas outras), trazem as mais diversificadas formas ou fórmulas de dietas rígidas, tratamentos estéticos que criam e recriam novos perfis, exercícios físicos que reconfiguram músculos, construindo novas representações, a todo instante. Todas elas se inscrevem, simbolicamente, em um sistema de código particular. E, como o vocábulo código, na sua origem, significa um conjunto de leis, é

fato que essas referências constituem um sistema de vinculação com o outro. O exemplo das revistas acima aludido, pode soar como uma mensagem que ecoa nas relações dos indivíduos e que pode sinalizar por um caminho no qual os corpos são oferecidos como mercadoria. Nas referidas publicações, as imagens da sedução corporal feminina (também masculina) se apresentam dentro de parâmetros de beleza irreais para as pessoas “comuns”.

Este é mais um campo no qual as multiplicidades de sentidos, com relação ao corpo feminino, também estão presentes, assinalando que existe um movimento que se contrapõe à cultura da perfeição. Nesse particular, uma recente pesquisa realizada pelo *Data Popular*⁵⁸ e *Instituto Patrícia Galvão*⁵⁹, nominada de *Representações das mulheres nas propagandas na TV*, revelou que existe um conflito entre o que é visto pelos espectadores e aquilo que eles gostariam de ver nas publicidades exibidas na televisão. Os dados analisados mostraram que para 56% dos entrevistados as propagandas na TV não mostram os corpos reais das brasileiras. A referida pesquisa realizou 1.501 entrevistas com homens e mulheres, todos maiores de 18 anos, em 100 municípios das diferentes regiões do país, entre os dias 10 e 18 de maio de 2014 (ARAÚJO, 2013).

O estudo, segundo o diretor do *Data Popular*, Renato Meirelles, evidenciou que por exibir o ideal e não o real os anunciantes podem se prejudicar. Acredita que a mulher, principal consumidora desse mercado, ao se sentir frustrada por comprar um produto que muitas vezes não proporcionou o resultado por ela esperado, cria uma barreira em relação ao uso. Assim, Meirelles defende que existe uma miopia nas agências que criam esses anúncios, talvez, por um agravante, isto é, seus quadros são constituídos pela maioria de profissionais do sexo masculino. Para ele, tais agências trabalham com um ideal de beleza deturpado visto que não é esse o real padrão da mulher brasileira, até porque a população está envelhecendo e assimilando novas condutas.

Tal proposta, portanto, está comprometida com as novas linguagens corporais e visuais que vêm dando forma a essa “moral estética”, ora vigente nas sociedades ocidentais que, ao escolherem o caminho da espetacularização, inseriram o corpo do ser humano – marcadamente do ser feminino – em uma mistura dos diversos tons com relação à beleza, ao erotismo e à sexualidade, na busca, sobretudo, dos novos apelos e das últimas novidades. A obsessão pela aquisição de novos recursos corporais, os quais visam à “beleza absoluta”, é sustentada, em

⁵⁸Instituto brasileiro de pesquisa, voltado para as classes C, D e E.

⁵⁹ Órgão de comunicação e mídia, cuja finalidade é a de promover e defender o direito à comunicação e o acesso à liberdade de opinião. As ações dessa instituição enfatizam a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, com o objetivo, essencialmente, voltado para os direitos da mulher.

geral, pelos meios comunicativos e midiáticos. Muitas vezes, sob a anuência do ser feminino, tal obsessão segue célere, corroborando com o espetáculo integrado, inserido nas sociedades ocidentais. É evidente que, com a consolidação de um mercado de consumo que cresce dando acesso às novas tecnologias, alguns dos tratamentos estéticos, antes privilégio de uma minoria abastada, passa agora a ser viável para grande parte da população.

As ponderações aqui empreendidas evidenciam tanto o incremento do uso dos anorexígenos quanto o crescimento exagerado do número de cirurgias plásticas realizadas no Brasil. Os dados veiculados em 2013 pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) revelam que o Brasil é o segundo mercado, em número, desses tipos de intervenções, estando apenas atrás dos Estados Unidos da América do Norte. As estatísticas divulgadas por essa associação informam que são realizadas mais de 905.000 operações desse tipo por ano, em nosso país, ao tempo em que o número de cirurgias plásticas em adolescentes entre 14 e 18 anos saltou de 37.740 procedimentos, em 2008, para 91.100, em 2012 (141% a mais). Entretanto, dados mais recentes, veiculados em agosto de 2014, pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica e Estética (ISAPS), revelaram que, pela primeira vez, o Brasil superou os Estados Unidos, em número, nesse tipo de cirurgia. De acordo com tal entidade, em 2013, mais de 23 milhões de intervenções foram realizadas em todo o planeta e deste total, 1.49 milhão, ou seja, 13% ocorreram no Brasil.

Nesse cenário, certas situações de desmedida se agravam quando, no intuito de fazer propaganda dos métodos de embelezamento e, provocando o desejo dessas atrizes, alguns profissionais da saúde fazem uso de sofisticados softwares que, a partir de uma fotografia da paciente, mostram como será o resultado da cirurgia, isso é, do corpo cortado e arquitetado. São atitudes que vão de encontro à ética médica colocando-a em uma posição de descrédito já que os anúncios do “antes e do depois”, ferem os princípios que regem o ofício da medicina. Na realidade, o que se passa no interior das salas cirúrgicas, é bem diferente daquilo que qualquer imagem computadorizada pode oferecer, como realização dos desejos e/ou das aspirações corporais de certa parcela do feminino.

Por conta dessa compreensão, tais colocações – nas quais tanto o excesso quanto a escassez estão presentes –, me incitam a mencionar um fato, por mim vivido. Vejo como pertinente essa observação, já que faço parte de um programa de pós-graduação que prioriza o estudo da família e o modo como essa agência social vive os acontecimentos, mantendo, ao longo dos anos, continuidade e descontinuidade no panorama da sua estruturação. Assim vejamos:

Eu tinha apenas seis anos, mas, talvez pelo impacto do episódio a memória não me deixa esquecer uma cena vivida no ano de 1954. Jazia, em um esquite, um corpo de mulher. Aquele era um cenário difícil de ser assimilado por uma criança de tenra idade e afetivamente relacionado àquela personagem.

A história, narrada pelos meus antepassados, conta que a referida mulher tinha sido uma advogada atuante. Foi a primeira filha, nascida no seio de uma família de quatorze irmãos, a adentrar a universidade, fato incomum às mulheres dos anos cinquenta. Cortejada por muitos dos seus colegas os quais enalteciam não somente a sua beleza física, mas igualmente a sua inteligência e os seus princípios morais, era considerada a “musa” da faculdade de Direito daquela época. Não obstante, não estava feliz. O seu corpo – não tão magro, mas, da mesma forma, não tão gordo – era o motivo principal da sua insatisfação. Levada pela ideia fixa de emagrecer, passou a se sujeitar, por vontade própria, às mais diferentes dietas e essas a fizeram, continuamente, privar-se dos prazeres da mesa e também de alguns amores, pois não se achava digna deles. Culpava-se de ser gorda e dizia que o seu corpo carregava a sua cruz. O seu objetivo de vida era ser magra e esguia; pensava que esse era o meio concebido para conquistar a felicidade. Foi em consequência dessa conduta que adoeceu pela primeira vez. O diagnóstico dado pelos médicos foi de tuberculose pulmonar, doença estigmatizante e mortal àquele período. Submeteu-se a um severo tratamento e, como era muito obstinada, seguiu as orientações médicas sem vacilar, curando-se e voltando ao seu labor do dia a dia. Contudo, a obsessão por aquilo que ela considerava como o “absoluto”, com relação ao padrão de beleza, não a deixava em paz, mesmo a despeito das ordens médicas e dos conselhos dados pelos familiares e amigos que a admiravam. As histórias que a geração mais jovem, na qual me incluo, ouviu sobre esse fato mostravam que essa protagonista fazia uso, rotineiramente, de um produto caseiro que, à época, era considerado pelo senso comum como “inibidor de apetite”. Essa substância era conhecida popularmente como o vinagre, o qual ela passou a beber como água, sempre escondido da família e em altas horas da noite. A recorrência da moléstia veio pouco tempo depois da propalada cura, mas àquela altura nada mais era possível fazer, já que o seu corpo e a sua psique se curvaram maltratados pela rigidez da sua conduta possessiva e patológica. O corpo fetichizado, domado, subordinado às normas sociais, não lhe deu sossego. Nocauteada pela tirania da estética, viveu o seu drama pessoal por acreditar que era possível buscar o impossível, e ao perder o domínio de si mesma, se afastou de uma condição real, conduzindo o seu desejo a uma situação insolúvel e irrealizável.

Esse fato se passou há seis décadas, entretanto, a obsessão pelo corpo do “ideal”, “experimentador”, unida às substâncias mágicas, emagrecedoras, continua vigorando no século XXI causando danos e consequências desastrosas –, não mais como o vinagre caseiro, mas legitimadas pela indústria farmacêutica cujo poder cresce a olhos vistos nesse século paradoxal do excesso, da escassez, da dependência, da overdose, da hiper medicalização, dos corpos.

É o novo capitalismo apontando para novas formas corporais nas quais as técnicas biomoleculares e midiáticas fazem parte do processo. São as novas subjetividades que, ao recair nos estudos sobre o objeto, traz à baila a importância de desnaturalizá-lo, abrindo espaços para as representações sociais plurais, ordenando e inserindo o corpo do ser humano como um lugar de discurso e de ação.

É o poder da mercadoria, da lei da oferta e da procura que vem aumentando com o passar dos anos. Desde o uso dos anabolizantes, prescritos, muitas vezes, nas academias de ginásticas, sem qualquer controle ou precaução, como se fossem inocentes suplementos alimentares, até as radicais dietas, são, portanto, infinitas as formas de construir o “corpo ideal”. Muitas delas estão sendo alimentadas pelos veículos de comunicação, a exemplo dos canais de televidas, das revistas especializadas que, por vezes, se utilizam da sedução dos preços promocionais, sem se importar com vida do sujeito. Infere-se que, na busca da beleza sem limites, muitas mulheres, no século atual, vêm pagando um preço muito alto, por vezes com a sua própria vida.

Diante desse cenário, o espetáculo não é apenas, um grupo de imagens expostas aos nossos deleites e aos nossos olhares, mas, uma relação social instituída e legitimada entre os sujeitos – considerando, sobretudo, as classes sociais, a etnia, o sexo, o gênero e as gerações –, e arbitrada pela força fetichizada das imagens.

Muitas são as histórias, na atualidade, que trazem essa temática, dentre os quais serve como ilustração a morte precoce da jovem modelo brasileira Ana Carolina Reston, ocorrida em 15 de novembro de 2006, cujo fato foi destaque em vários jornais e noticiários nacionais e internacionais. Esse acontecimento reabriu os debates sobre a busca alucinante pela magreza entre as profissionais da moda, colocando em evidência a polêmica presença, nas passarelas, de modelos com peso considerado abaixo da média para a profissão.

Em um desabafo emocionante a mãe da jovem modelo, fez um apelo dramático aos pais de meninas que queriam seguir a carreira, pedindo que eles cuidassem das suas filhas e que evitassem acontecimentos semelhantes. Devido a essa situação de desmedida, o fato passou a ser

considerado um motivo de autoanálise nos principais centros da moda no mundo. Episódios como esses possibilitam novas reflexões e ações, no que concerne ao modo de viver a corporeidade.

A partir desse fato, as modelos magras, porém com aparência saudáveis, invadiram os desfiles no mundo *fashion*. Essa nova silhueta vem ganhando força e é considerada como sinônimo de saúde. Essa atitude ao se transformar em um estilo, configura uma mudança estética globalizada, na qual os requisitos das medidas continuam as mesmas, porém, a exigência da perfeição vem perdendo terreno para o cuidado salutar com o corpo.

Com essa percepção, as modelos começaram a lidar com as suas aparências de uma forma mais benéfica, sem se apresentarem com uma fisionomia pálida e doentia. Conforme alguns estilistas, o que conta, na atualidade, é a elegância para usar as roupas e se exibir nas passarelas e não mais um corpo esquelético e sem vigor.

É sabido que não somente as modelos, mas também várias atrizes, cantores e pessoas comuns, isto é, aquelas que não fazem parte do *show business* enfrentam sérios problemas relacionados à alimentação. As patologias causadas pelos tais distúrbios pautados tanto no excesso quanto na escassez, têm sido rotineiras nos consultórios médicos, na atualidade. Elas criam desequilíbrios, provocando mudanças nos padrões de comportamento do ser humano e revelam, por intermédio das histórias narradas, o modo como o corpo feminino vem se expressando em nossa sociedade contemporânea.

Talvez seja esse um corpo negado que se transforma em receptáculo de pseudoterapias, ao se afastar da sua verdade. Tal modelo, assim disciplinado, por vezes, tem a pretensão de se afirmar no campo da saúde, mas essa instância se não dosada, consegue se transformar em mais uma forma de alheamento à realidade. Um outro talvez, aqui se posiciona, isto é: é provável que daí possa se instituir o espetáculo da servidão, pois, nas ações, nos gestos, nos discursos, as atrizes e os atores, nesse palco montado dentro de um cenário espetacularizado, podem assimilar e responder às condições pré-fabricadas das representações ou das figurações sociais impostas.

Aqui, volto os meus olhos para os dois velhos aforismos gregos, inscritos no oráculo de Delfos, no templo de Apolo – o deus mitológico da beleza – e aplicados nos ensinamentos e nos diálogos socráticos, conforme analisados no segundo capítulo. São eles: O primeiro diz: “conhece-te a ti mesmo”; o segundo orienta: “nada em excesso”. São duas máximas, utilizadas por Sócrates e seus seguidores, como ponto de partida no sentido de buscar o autoconhecimento e as verdades do mundo, objetivando demonstrar o quão perigoso é ultrapassar os nossos limites, isto é, a nossa essência, aquilo que é real, em cada um de nós. Intuo que, na busca da

verdade, o sujeito tem a possibilidade de gerir a sua vida, tendo em vista que, ao se afastar dos ditames opressores da última moda, por exemplo, pode construir, para si mesmo, uma existência mais autêntica, em harmonia com os seus desejos, seus afetos e por que não, com as suas conveniências.

Observa-se que, no Brasil do *business corporal*, o desejo obsessivo da “boa forma” ao se transformar em valor vai em busca de certa distinção que, muitas vezes, se faz por intermédio de um corpo aprisionado nas pasteurizações dos padrões formatados nos sacrifícios e no elevado investimento financeiro, dispendido. Se no nosso país, o corpo se tornou uma desejada aquisição, tanto para as pessoas da classe média, quanto para as camadas mais pobres, é porque, provavelmente, tal elemento, tem sido compreendido como uma ferramenta na ascensão social do sujeito e, “um importante capital no mercado de trabalho, no mercado de casamento e no mercado sexual” (GOLDENBERG, 2010, p. 51). A autora ao realizar uma pesquisa com as mulheres brasileiras, integrantes da camada social média, elaborou a seguinte pergunta, como parâmetro de estudo: “o que você mais inveja em uma mulher”. Eis as respostas: primeiro a beleza; segundo lugar o corpo; e, em terceiro a inteligência, esta, colocada como um valor menor perante as duas condições anteriores (GOLDENBERG, 2004).

Na recorrência das respostas é visível a importância da beleza e do corpo, na vida de muitas mulheres, do Brasil. Nesse particular, volto a Mauss (2003) e à sua noção sobre as técnicas do corpo na qual ao considerar o objeto como uma construção cultural, algumas qualidades são valorizadas em detrimento de outras tantas. Se a beleza e o corpo têm seu lugar de destaque, para uma parcela das mulheres brasileiras, é nessa noção de centralidade que o ato se ordena, se autoriza, se imita, forjando comportamentos condicionados, tanto na ordem do privado quanto no âmbito do público.

Nesse espaço, em março de 2013, a imprensa baiana noticiava que dois jovens, uma mulher de 22 anos e um homem de 20 anos, fizeram uso, de forma irregular, de uma substância denominada ADE, indicada como fonte de vitamina para bovinos e equinos, e considerada como anabolizante. O referido fármaco foi aplicado por um instrutor de uma academia de musculação, frequentada por essas duas vítimas. Como consequência desse ato, ambos os usuários tiveram partes dos seus corpos necrosados, em decorrência do uso indevido dessa substância. Tal medicação, facilmente encontrada em lojas de produtos veterinários, encontra-se à venda em diversos sites da *Internet*, sem que haja qualquer impedimento legal para a sua aquisição.

É a chamada *Terapia de Risco*, abordada no filme homônimo, dirigido pelo cineasta Steven Soderbergh (2013), cujo título original é *Side e Effects*. O diretor chama a atenção para os

efeitos colaterais da dependência química, na qual a sociedade norte-americana está inserida – fundamentalmente no uso dos antidepressivos –, e revela a falta de monitorização de uma parcela dos profissionais da saúde, especialmente dos médicos, que lidam com tais fármacos. Essa situação tem sido um comportamento comum em várias sociedades, inclusive a brasileira, e evidencia a realidade exposta nas tramas vorazes dos anúncios de remédios, feitas por meio de certos agentes da indústria farmacêutica e médica. Ao compactuar na prescrição dessas drogas, tais agências, têm a função de avaliar os seus resultados. A realidade é que, muitas dessas ações, são realizadas em troca de *benesses*, como por exemplo, inscrições para congressos, passagens aéreas e outros privilégios. Inserido em tal contexto, o cineasta tece contundente crítica ao capitalismo e o vincula à transformação da felicidade em mercadoria, isso é, em lucro.

O filme traz uma riqueza de possibilidades, contudo, é jogando com as variantes com relação ao estado de percepção da protagonista, alterado pelo uso das drogas, que o enredo denuncia o acordo tácito, entre o paciente, o médico e a sociedade, já que fica implícita uma situação comumente vivida nesse universo: para que o indivíduo se sinta melhor, mais feliz em viver a sua vida, é necessário ser auxiliado por tais reforços químicos. É mais um paradoxo da contemporaneidade. Isso porque, desde a “revolução sexual” – que abalou costumes e comportamentos –, até os dias atuais, os corpos vivem uma transformação sem igual: “do exercício do prazer à busca da perfeição estética, da liberdade à submissão aos modelos, do erotismo à falta de desejo” (GOLDENBERG, 2004, p. 48).⁶⁰

Devido ao desejo dos corpos em serem transformados, vejo que, tanto as técnicas consideradas como exóticas e não legitimadas pelos meios científicos, quanto àquelas autenticadas pelos saberes dos especialistas são, ambas, cada vez mais, escolhidas por um contingente de pessoas que buscam exibir uma aparência idealizada, ou seja, aquela traduzida pelo “corpo ideal”. Aflora, novamente, nessa discussão, o polêmico e ancestral diálogo entre natureza e cultura e, esse binômio se une a outro tão problemático quanto: as múltiplas questões que se interpõem entre o “inato e o adquirido”. Considero que essa pluralidade de contornos ou de matizes, está sempre direcionando este estudo às várias interpelações:

⁶⁰ Nesse contexto, no qual a construção artificial do corpo se faz presente, pelos excessos e pela escassez, a *Sophia Mind* (2009), *Agência de Pesquisa e Inteligência de Marketing Feminino*, realizou uma investigação nominada *Insatisfeita com o Espelho? Pesquisa afirma que 54% das mulheres estão insatisfeitas com o próprio corpo*. A referida pesquisa tinha como objetivo entender os hábitos e consumo das mulheres internautas brasileiras, descobrindo o que elas pensam sobre o seu corpo, os tratamentos que costumam fazer e as marcas dos produtos mais lembradas pelas mulheres.

Até onde podem ir os limites do corpo, já que neste trabalho investigativo, ele é considerado como um complexo biopsicossociológico? A busca do corpo “ideal” está enquadrada na união de uma específica ciência que, ao se envolver com certa espécie de mídia, pode correr o risco de imergir o sujeito social no espetáculo da banalização?

5.4 O TERRITÓRIO CORPORAL E AS INTERVENÇÕES RADICAIS: AS BONECAS HUMANAS.

Este ensaio é um argumento em favor do prazer da confusão de fronteiras, bem como em favor da responsabilidade em sua construção (HARAWAY, 2009, p. 37).

Na epígrafe escolhida fica manifesto o posicionamento defendido nesta pesquisa acadêmica. Entre o gozo advindo da confusão de fronteiras e, igualmente, da construção idealizada de um corpo, a responsabilidade deve se impor como projeto.

As representações que estão expostas, neste texto, não fazem parte de um fenômeno irreal. São procedimentos reais, contemporâneos, cuja revelação tem a finalidade de produzir um efeito crítico que possa levar o leitor a refletir sobre certas imagens corporais, construídas sob a égide das intervenções estéticas, inclusas na era do espetáculo.

Ao revelar tais representações, tenho a esperança de que as ponderações sugeridas não se restrinjam, apenas, no campo da minha interpretação, mas, sobretudo, que elas tomem presença no olhar do outro, isto é, dos leitores deste trabalho, que irão interpretar a natureza e as consequências advindas desses territórios.

Em uma reportagem intitulada *Intervenções Radicais* (LEONI, 2013), as mulheres fotografadas são nominadas de *As Bonecas Humanas*. Anastasiya Shpagina (figura 18), uma jovem ucraniana de 19 anos, confessa que vive em dieta extrema com o objetivo de pesar 38 quilos. Para tal, acorda às 5 horas da manhã e se submete aos tantos sacrifícios para obter os resultados almejados. Os olhos, enormes e arredondados artificialmente, demandam, pelo menos, uma hora do seu dia. Na ótica dessa atriz, ela não se parece com uma boneca, mas, são as bonecas que se parecem com ela.

Na realidade, as bonecas não falam, porém, diante de tal imagem, talvez não exista necessidade de qualquer enunciado, já que esse está carimbado no corpo da protagonista e

traduzido por uma mensagem relacionada à compulsão/obsessão que, por mais que lance mão das cirurgias estéticas, jamais se sentirá satisfeita com os resultados. Mais uma vez, os “problemas retorcidos” (RITTEL; WEBBER, 1973) mostram a razão da sua inserção, nesta tese. É com essa visão distorcida que as dismorfias corporais encontram seus espaços de atuação, submetendo corpo/psique a uma estranheza que vão desaguar muito além das questões vinculadas à beleza e/ou ao bem-estar.

A segunda imagem (figura19), retrata Michéle Köbke, uma jovem alemã de 24 anos que usou espartilho apertado – semelhante às mulheres do século XIX –, durante três anos consecutivos, no desejo de afinar a circunferência da cintura que, de 64 centímetros se transformou em 40 centímetros. No seu depoimento menciona que se acha mais sexy dessa forma e que o espartilho já faz parte do seu corpo, pois, sente-se abraçada, isso é, presa e enlaçada a ele.

Figura 18 e 19: Intervenções radicais: As Bonecas Humanas



Fonte: Revista Veja, Edição 2328- ano 46- nº27, 3 jul.2013. Foto: Phillip Toledano.

Conforme a reportagem, atualmente, essa mulher boneca, vem tendo dificuldades de andar por conta da perda dos músculos das costas e sofre com os seus problemas respiratórios já que, com o método usado, seus pulmões se fragilizaram. A despeito desses sintomas ela depõe que eles não a preocupam, visto que o seu objetivo era o de ter a cintura mais estreita do mundo.

São os meios justificando os fins e, comprovando que, em tempos de busca pela “beleza extrema”, as transformações radicais, possibilitadas pelos recursos da estética, levam as interferências corporais sem precedentes. O texto da jornalista traz à percepção o significado

dessas inusitadas representações: “Estranhas ou assustadoras? Feias ou belas? Uma mistura de tudo isso?” (LEONI, 2013, p. 100). Nesse espaço, é fácil instituir o exagero patológico das formas e essas, exigem atitudes que façam frente aos valores destrutivos, aí constituídos.

Vê-se que, os instrumentos utilizados, podem configurar as “imagens corporais do futuro”. Por acreditarem que, em pouco tempo, por intermédio desses procedimentos, legitimados ou não pela Ciência, qualquer pessoa pode parecer com o que quiser, essas personagens seguem na busca da imagem da perfeição, independentemente dos prejuízos causados à saúde física/mental. São procedimentos que configuram os diversos territórios nos quais os corpos femininos se inserem, demonstrando que, ao interferir na aparência corporal das pessoas, o objeto na sua hibridização, se posiciona como um instrumento que pode ser manipulado e formatado como uma coisa qualquer.

Nesse particular, pertinente se faz Haraway (2009, p. 37), que, na sua perspectiva “ciborgue”, adentra o umbigo dessa discussão e defende o final do século XX, como “um tempo mítico” no qual, “somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismos; somos, em suma, ciborgue. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política”.

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo (HARAWAY, 2009, p. 36).

Se o ciborgue é uma matéria de ficção e de experiência de vida, isto é, um híbrido de máquina e organismo ele é um elemento de um mundo pós-gênero que “pula o estágio da unidade original” (HARAWAY, 2009, p. 39). Logo, se assim está fixado, é preciso atenção na lida com o objeto, pois, se ele é fruto de uma construção, a realidade social e as relações nesse campo estruturadas, se localizam no âmbito de uma política ficcional que pode determinar mudanças progressistas, mas, igualmente assustadoras.

Observa-se que, nas tradições das políticas com a ciência, a vinculação entre o organismo e a máquina tem se configurado em uma guerra de fronteiras e o que está aí em jogo são os “territórios da produção, da reprodução e da imaginação” (Haraway, 2009, p. 37).

Nesse particular, a Medicina da atualidade tem mostrado como funciona tal junção. O humano e a máquina trazem no seu bojo um código a ser decifrado o qual, com o seu poder,

tanto emancipador quanto cerceador, recai sobre o corpo, influenciando a construção das identidades e subjetividades.

No mundo no qual se inserem o pós-humano e a biomecânica, tudo tem que ser mais forte, mais rápido, mais saudável. São condições que exigem resultados alcançados no menor tempo possível. Tais concepções, ao fazer parte da vida do sujeito facilitam transgredir certas fronteiras que podem se situar no seio de potentes fusões, acarretando perigosas possibilidades (HARAWAY, 2009). Nesse contexto, emerge um tradicional questionamento: onde termina o humano e começa a máquina? Ou vice-versa?

São formulações que possibilitam por em cheque a ontologia do sujeito, dessa forma configuradas, talvez não haja necessidade de perguntar o porquê dessas novas ferramentas, mas, primordialmente, quem somos nós? São constatações traduzidas nas controvérsias entre as ciências, as tecnologias e as políticas, as sociedades e as identidades, a natureza e a cultura. em tais instâncias, tudo se embaraça e se adentra encaminhando o sujeito, tanto a uma situação ameaçadora, quanto a um campo repleto de promessas e esperanças.

Nesse âmbito, nada é sagrado e as transformações podem se situar em um espaço no qual as conveniências culturais articulem uma linguagem comum, por vezes, patológica, que pode conduzir o sujeito a um esgotamento de energia, impossibilitando as relações entre as partes. Esse postulado, assim posicionado, argumenta em favor de uma “política enraizada nas demandas fundamentais nas relações de classe, raça e gênero” Haraway (2009, p. 59). São visões que me levam a perceber quão imprescindível é a unidade política, no sentido de entender as diferenciadas formas de dominação, não somente em torno da classe, de gênero e raça, mas, igualmente com relação aos corpos femininos, com suas identidades e sexualidades.

Partindo dessas miríades de ideias, as comodidades nas quais as culturas se posicionam, podem estar enquadradas em um campo no qual a ciência moderna se movimenta em torno do gênero. Tal condição implica a reflexão de que mulher, mãe, saúde, beleza, cuidado e trabalho, se entrelaçam dentro da visão do eterno conflito do feminino. Este se mantém inserido – a despeito das evidentes conquistas – no embate da conciliação entre os diferentes contextos nos quais se situam o que se costumou chamar de “experiência das mulheres” (HARAWAY, 2009, p. 36). A casa, a rua, a maternidade, o corpo, a parceria, a sexualidade, a feminilidade, a sedução, a inconformidade, a pobreza, o parto domiciliar, em contraponto ao parto hospitalar, a vitimização, a insubordinação, a subordinação, a menopausa, o envelhecimento. São condições que, ao desaguarem sobre o objeto, revelam as inúmeras obrigações, culturalmente a ele conferidas.

Os transplantes, os enxertos, as próteses, os implantes, os clones, os anabolizantes, situando-se como intervenções contemporâneas que criam seres artificiais, muitas vezes, geneticamente transformados. Os hormônios, os coquetéis antirretrovirais, não somente melhorando a qualidade de vida do sujeito, como aumentando a sua sobrevivência. Os psicofármacos, criando novas percepções, sentimentos e emoções, dentro de um estado artificialmente construído. A imagem do ciborgue, além de ser uma realidade, nos impele a pensar e a repensar as condições de subjetividades nas quais o ser humano se adentrou. Dessa maneira, o corpo como máquina ou o corpo ciborgue, se imbrica no corpo “biológico” e passa a atuar como um jogo de muitas cumplicidades no qual as cartas se embaralham e se cruzam, possibilitando uma tênue linha de fronteiras. São condições que revelam, em frente às biotecnologias e as realidades de um mundo virtual, como a contemporaneidade inseriu nas mutações em curso. Na diferença entre a máquina e o homem, de entremeio se impõe a ideia de interioridade e, esta, a máquina não tem. Parafraseando Haraway (2009, p. 23) “Estamos falando, neste caso, de formas inteiramente novas de subjetividade. Estamos falando seriamente sobre mundos em mutação (...) e não se trata simplesmente de ideias. Trata-se de uma nova carne”.

Na alusão à figura do ciborgue, a autora engloba um pensamento no qual esse elemento “está determinadamente comprometido com a parcialidade, à ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente” (HARAWAY, 2009, p. 39).

O fato é que, a corporeidade do feminino, por vezes, ao se transmutar, possibilita construir uma geografia de dominação e de opressão social nas quais a ingenuidade há muito perdeu o seu lugar. As bonecas humanas são traços dessas fronteiras sem limites.

As preocupações feministas estão dentro da tecnologia, não são um simples verniz retórico. Estamos falando de coabitação: entre diferentes ciências e diferentes formas de cultura, entre organismos e máquinas. Penso que as questões que realmente importam (quem vive quem morre e a que preço) – essas questões políticas – estão corporificadas na tecnocultura. Elas não podem ser resolvidas de nenhuma outra maneira (HARAWAY, 2009, p. 28).

Logo, podemos aferir que, na atualidade, as tradicionais oposições entre natureza e cultura estão se fragmentando, se desmanchando. “Se as mulheres (e os homens) não são naturais, mas construídos, tal como um ciborgue, então dados os instrumentos adequados, todos nós podemos ser reconstruídos” (HARAWAY, 2009, p. 25). Com tal perspectiva, o limite entre a ficção científica e a realidade social é, mesmo, uma ilusão de ótica. Diante da figura do ciborgue, os questionamentos que envolvem as dicotomias próprias da contemporaneidade

ocidental – natureza e cultura; corpo e mente; organismo e máquina; inato e adquirido; subordinação e emancipação –, é evidente que, as fronteiras estão esmaecidas entre o humano e o instrumento. Com tal concepção o ser em si mesmo deve ser repensado.

Corpo, território, signo e significado requerem, por parte da tese, um estudo com o objetivo de demonstrar como a corporeidade feminina vem conquistando, ao longo dos anos, o seu lugar na cultura, tanto na dimensão da autonomia quanto na dimensão da sujeição, conduzindo as interpelações a novas formas de subjetividades.

Tais estudos levam ao conceito de “dobra”, delineado por Santaella (2004, p. 21). Essa definição tem como objetivo evitar o tipo de individualidade imposta pelo pensar tradicional. Ao abordar a territorialidade do corpo, a “dobra” é mais uma ferramenta a ser utilizada, visto que ela orienta a pensar sem discriminações ou ideias pré-formadas. A dobra permite pensar os processos de subjetivação privando “o sujeito de toda identidade (essencialista) e de toda interioridade (absoluta) e, ao mesmo tempo, reconhecer a possibilidade de transformação e de criação que elas deixam aberta”.

Em outras palavras, a dobra nos leva a inquirir sobre os processos de subjetivação nos quais se apreende que não existe um sujeito totalmente autônomo, independente, que age, apenas, por si próprio. Em frente a tal conceito, tenho como o objetivo atentar para as multiplicidades, porquanto, são elas que me conduzem a pensar na real condição do sujeito social, na contemporaneidade. E, se é por intermédio da dobra que as conexões se expandem, evitando os obstáculos próprios às ideias pré-concebidas, tal concepção permite por à luz as diversidades que surgem tanto dentro das várias correntes feministas – com as suas crises em relação ao seu sujeito – quanto daquelas agências conservadoras, que, na atualidade, não aceitam incorporar as mudanças sociais com as visíveis transgressões em voga.

Ademais, a noção de dobra revela que as contradições não são enfrentadas com fórmulas simplificadas, já que a melhor maneira de entender o sujeito é inserir, na sua história, as mutações associadas à sua vida. Esta visão está impressa na tese, desde a sua origem.

Calcada nas ideias postuladas, defendo que é possível elaborar uma nova política para os corpos, entendendo que, esses objetos, tais como os organismos dos seres humanos, e os sujeitos que os incorporam não são entidades estabilizadas ou fixas. Esta visão reforça o entendimento de que os corpos, ao lado dos processos que os constituem – seus fluxos, seus fluidos, seus órgãos, suas sensações e afetos – são resultado da história cultural, científica e técnica, visto que as suas propriedades, como o andar, o nadar, o vestir; etc., por não serem propriedades naturais e sim

conquistas técnicas (MAUSS, 2003), possibilitam que os corpos – em permanentes cenas – se transformem no “novo fetiche da cultura” (SANTAELLA, 2004, p. 24).

A busca das mulheres pelo corpo idealizado continua formatando os corpos *made in* Brasil, admirados em várias partes do mundo. Das garotas de Ipanema, com os corpos dourados, aos corpos construídos nas academias de fisioculturas, com seus músculos fortes, vigorosos, inchados, revelando pernas torneadas e braços estilo boxeador, denotam que novos padrões de beleza vão sendo construídos e assimilados. O problema acarretado por tal construção, sobretudo, desconsidera a genética feminina, visto que, para chegar aos resultados almejados a alimentação é super controlada, sem limites, os exercícios físicos beiram à exaustão e os anabolizantes passam a fazer parte do cotidiano dessa parcela de mulheres. É a *vigorexia* se instalando como uma “nova” patologia, nos palcos montados por essas personagens. Neste contexto, uma plateia, tanto masculina quanto feminina, acompanha *os realitys* shows entendendo que, tudo aquilo que é exposto nesses programas, pode ser inserido na vida de qualquer pessoa. Assim, é preciso tomar cuidado com os diversos cenários elaborados, entendendo que, com as máquinas, as próteses, os espartilhos cerceadores, as novidades ciborgues, aumentam, cada vez mais, as insatisfações possibilitando a crise do sujeito, de modo globalizado.

Nos palcos, nas televisões, nas revistas, nas emissoras de rádio, na *Internet*, no barateamento de certas obras da literatura, na banalização das expressões musicais, nas danças, nas imagens dos cinemas e das fotografias, dos corpos jovens aos envelhecidos, tudo isso se converte em espaços que merecem a nossa capacidade crítica e o bom senso em discernir o porquê de aceitar certas superficialidades e futilidades dos “tempos modernos”, que promovem um vazio psíquico e social.

São extensões que põem em evidência o exercício de territorialidade exercido pelo corpo, mesmo inserido em um mundo “marcado pela desterritorialização” (CASTRO; BUENO, 2006, p. 10).

Tal condição se efetiva em frente a moral estética ora vigente, que vem enaltecendo o corpo da mulher, tanto pela beleza das imagens, das fotografias, das poesias e das músicas dos grandes poetas, quanto pela exposição de certas publicações – por vezes apelativas e pornográficas –, que mostram, sem pudor, as intimidades e as violações desse objeto e a sua porosidade com o universo vivido.

Nessa semântica, fascínio e aversão são, de fato, territórios nos quais os corpos femininos estão constantemente, imersos, tanto na vida privada quanto na vida pública. Daí, os caminhos por elas trilhados têm sido motivos de especulações e análises. Se nos dias atuais, os

corpos femininos transitam entre os consultórios médicos e as instâncias publicitárias – englobando áreas tão distintas, desde a medicina intervencionista e estética até a publicidade, a higiene, o mercado dos fármacos, as artes e outras tantas mais –, o habitual trânsito entre a casa e a rua assinala que, diante da diversidade do mundo, é preciso buscar formas que possam decodificar os sítios simbólicos nos quais o objeto se insere.

As averiguações aqui intermediadas visam, portanto, investigar aquilo que nem sempre é dito ou explícito, quando se aborda o estudo dos corpos femininos e as suas representações sociais na sociedade brasileira dos dias atuais, considerando, sobretudo, as inúmeras transformações ao longo dessas últimas três décadas, período que corresponde à minha vivência profissional.

Se, por um lado, as novas tecnologias, advindas das ciências e das comunicações, vêm se constituindo em objetos de estudos e ocupando espaços significativos com relação às experiências corporais dos seres humanos, é preciso pensar as vinculações entre as subjetividades e as objetividades com os cuidados concernentes aos corpos, no sentido de evitar as assimilações tão comuns aos padrões opressivos, estabelecidos desde os tempos mais remotos da humanidade. Esse posicionamento implica a compreensão de que, os corpos sempre se movimentaram em espaços plurais formatando as relações entre as pessoas. Por outro lado, se os sujeitos e os seus respectivos corpos são controlados por territórios de adequações, a exemplo do consumo e do prestígio, eles são, do mesmo modo, dominados pelas normas e coerções impostas pelas agências sociais, nas relações disciplinares das territorialidades.

As ponderações aqui apresentadas compreendem que as intervenções corporais, nas variadas culturas e nos diferenciados *locus* de representações, trazem no seu bojo uma forma de linguagem própria, que, ao interferir nos corpos biológicos, os transformam em corpos culturais. Se, de fato, os nossos sentimentos configuram o modo como nos expressamos, é possível que o nosso comportamento linguístico sejam um diagnóstico de nossas emoções e afetos, sobre os acontecimentos e as pessoas. Dessa forma, é possível interpretar nossas atitudes ou percepções de acordo com nossos desejos, “distorcendo-as conforme nossa conveniência” (LAKOFF, 2010, p. 14).

Por conseguinte, se os padrões corporais, idealizados por certa parcela da população e difundidos em grande escala, incorporam um padrão de beleza normatizada, eles podem passar a ser adotados como um modelo de felicidade. É dessa maneira que, os corpos se situam e se expressam como capital físico, social e econômico, na cultura globalizada da contemporaneidade (GOLDENBERG, 2010).

Com esse proceder, eles se tornam cada vez mais valorizados como objetos mágicos, capazes de realizarem os mais desejados sonhos, independentemente do preço a ser pago. Domados pela atual sociedade de consumo, coisificados na escravidão das suas formas, fetichizados e mercantilizados, pela força do capital, os objetos se posicionam como um canal de investimentos no qual a corrida pelos resultados lucrativos é perseguida, nas mais diferentes instâncias e classes sociais. Nos exageros das academias de musculação, da medicina intervencionista, estética, cosmética, dermatológica e da indústria milagrosa dos fármacos, na qual os anabolizantes se inserem, os inúmeros tratamentos e terapias corporais funcionam visando não somente em realizar os desejos das suas consumidoras, mas, igualmente, em aferir ganhos monetários.

Dessa forma, mais uma “realidade” pode ser aqui questionada: Será que, na contemporaneidade, as bonecas humanas realizam o poder da fantasia no qual o corpo está inserido? Ou, em frente a tais imagens, quais as conexões que podem ser elaboradas na união da ética com a estética?

6 AS IDENTIDADES E AS CULTURAS EM TRÂNSITOS: GÊNERO, PERFORMANCE, VOLATILIDADE, SUBVERSÃO

La vida no es la identidad! La vida resiste a la idea de la identidad, es necesario admitir la ambigüedad. A menudo la identidad puede ser vital para enfrentar una situación de opresión, pero sería un error utilizarla para no afrontar la complejidad. No puedes saturar la vida con la identidad (BUTLER, 2008)⁶¹.

Ao tomar como ponto de partida as ideias de Butler (2008), tenho como objetivo, nesta parte da tese, fazer uma reflexão sobre a teoria da performatividade formulada pela autora, no sentido de entender como os corpos ditos como estranhos, diferentes, bizarros, abjetos, performáticos, *queer*, se movimentam e flutuam no seio das sociedades ocidentais, nas quais a linguagem heterossexual se impõe como regra.

Contudo, creio ser relevante fazer uma observação no sentido de explicitar que, ao escolher tal autora, defronto-me, recorrentemente, com as dificuldades inerentes aos seus pensamentos. Dessa forma, as noções que aqui indago e esquadrinho, com relação à sua teoria performativa, estão atreladas as incertezas identitárias que recaem no âmbito do corpo e da sexualidade, da mulher, ou melhor, do sujeito do feminismo.

O conceito de gênero, mesmo a despeito de se referir às relações sociais entre os sexos, é problemático, porquanto são várias as concepções a seu respeito⁶². Butler (2010, p. 25), com suas ideias inovadoras, defende que o gênero não deve apenas ser assimilado como uma “inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”. Essa forma de pensar faz parte de uma concepção jurídica e não satisfaz os objetivos que se quer alcançar já que é preciso nomear “os aparatos de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”.

Percebo que, com tal pensar, a filósofa feminista traz a biologia para o campo do social, da cultura. Ao interrogar se os fatos “naturais” do sexo foram produzidos por vários discursos científicos vinculados a certos interesses sociais e políticos, fica clara sua intenção em rechaçar a ordem imutável que prima pela coerência entre um sexo, um gênero, um desejo e uma prática. Tal norma, estabelecida dessa maneira, se pauta na heterossexualidade que se traduz de forma

⁶¹ “A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade, é necessário admitir a ambigüidade. Com frequência, a identidade pode ser vital para enfrentar uma situação e opressão, mas seria um erro utilizá-la para não afrontar a complexidade. Não podes saturar a vida com a identidade” (BUTLER, 2008). Tradução livre da autora.

⁶² Nesse particular, as diferentes noções referentes ao conceito de gênero estão delineadas em um texto de Castro (Cad. CRH, Salvador, (17): 80-105, 1992) intitulado O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos.

obrigatória, tanto para as mulheres quanto para os homens, ou seja, se desde o ventre materno o ser concebido tiver vagina ele será uma fêmea e deverá ter desejo por um macho. Esse enunciado se dispõe de forma igual, para o homem: se tiver pênis deverá ter atração por uma fêmea.

É nesse discurso, ancorado pela ordem imposta, que as sociedades falocêntrica persistem em entender o gênero situado na dimensão binária do masculino-feminino. Essa concepção carrega uma ideia adulterada de estabilidade, na qual a ordem hegemônica desagua na heterossexualidade impositiva, objetivando justificar as duas condições, como fixas, intransitáveis, não abrindo espaços ou alianças com as minorias.

Nesse particular, alio-me aos pensamentos da filósofa, na medida em que se pautam em defender a necessidade de subverter essa concepção, desconstruindo a obrigatoriedade identitária, por ser ela flutuante e estar, normalmente, em trânsito. Tais pressupostos, ao rechaçar o caráter imutável do sexo, defendido pelos setores sociais conservadores, trazem à reflexão a ideia de que, supostamente, o que se chama de “sexo” seja algo, igualmente construído como o gênero, culturalmente. “A rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2010, p. 25).

Ao usar como aporte as ideias da filósofa estadunidense, para falar sobre o território corporal em trânsito, assimilo que os conceitos por ela elaborados possibilitam construir uma nova perspectiva com relação às questões feministas, visto que, mulher, corpo e performance, são vocábulos os quais devem balizar esse entendimento, e a teoria de Butler lança mão, com propriedade, desses substantivos.

No curso desse pensamento, enfatiza que é necessário identificar, nos movimentos feministas, as concepções que aí se cristalizaram, prejudicando, de certa forma, a emancipação de tal categoria. Logo, o ponto de partida dos estudos butlerianos configura uma ruptura com certas correntes feministas, ao instituir a noção de sujeito, designado pela categoria “mulher”. Tal concepção é rechaçada por Butler (2010), na medida em que propõe um sujeito em processo, e este é constituído pelos atos e discursos performáticos, a depender do contexto e das experiências vividos, no curso de vida de cada pessoa. É com tal entendimento que a autora adere à ideia da performatividade. Os corpos são performáticos, porquanto, as suas vivências reais se instalam por intermédio dos atos que tais objetos produzem. A estabilidade entre o sexo, o desejo e a sexualidade não se sustenta, pois, a performance, traz consigo a desordem, atitude que vai de encontro ao padrão normativo. Em outras palavras: a ideia de normatização, oriunda a partir do gênero, é ilusória, e serve para criar a falsa impressão de que a sexualidade pode ser regulada por normas e preceitos.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que, ao criticar as ideias defendidas por alguns desses grupos, a autora não nega a importância dos diferentes movimentos e admite que, mesmo com as dificuldades existentes nos diálogos entre as partes, as reivindicações que emanam dos diversos *locus* são fundamentais para o avanço das causas feministas. As discordâncias expostas pelas diferentes correntes de pensamento fazem parte do processo democrático e não justificam a acomodação de qualquer teoria diante delas. Ao se defrontar com os polêmicos debates contemporâneos sobre o significado do conceito de gênero, explicita que são de grande valia os questionamentos que daí emergem, considerando, sobretudo, que, por conta delas, o discernimento crítico vem à baila. “Os problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de mantê-los” (BUTLER, 2010, p. 7). Entretanto, há que se tomar cuidado com a eficiência dos diálogos produzidos nesse campo, pois, as ideias expostas por uma das partes, podem reverberar como impossíveis de serem viabilizadas ou entendidas, pela outra parte.

Decodificando tais pressupostos, percebo as complexidades em compreender, entre as diferentes correntes feministas, as características sociais e políticas que recaem nas estruturas, ditas como naturalizadas, a exemplo do corpo, do sexo, enfim, das diferenças entre o homem e a mulher. Existe uma dimensão, mesmo que limitada, de concordância, inclusa nas diferentes epistemologias, e estas se posicionam no entendimento de que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Tal consenso, tem como premissa a luta contra as estruturas assimétricas, hierárquicas, desiguais, entre as mulheres e os homens. Essas estruturas, ao se sustentarem na visão prevalente e hegemônica da heterossexualidade se baseiam na suposta compreensão naturalizada sobre os corpos. É nesse campo que a importância dos estudos sobre gênero é inquestionável, porquanto, tais análises, colocam em discussão a forma como funcionam as trocas sociais entre os sexos e, como as relações de poder se instituíram nesse espaço, demarcando os movimentos que por ele transitam.

Como a tese se detém sobre as múltiplas questões que envolvem a mulher e o seu corpo destaco que as manifestações que daí surgem interagem tanto com as desigualdades de gênero quanto com as identidades em trânsito, condições nas quais as vivências sexuais se evidenciam.

Nessa compreensão, elego os pressupostos do sociólogo norte-americano John Gagnon (2006), no sentido de fazer um entrelace entre essas condições – gênero e sexualidade –, unindo-as às controvérsias advindas das experiências sexuais dos indivíduos, tema que, neste trabalho de pesquisa, se insere nas suas diversas dimensões.

Trago para este capítulo a noção dos roteiros sexuais, na compreensão de que, esse conceito, amplia o entendimento sobre a construção social dos desejos humanos. “O roteiro é aquilo que liga os sentimentos de desejo e de prazer ou de repulsa e desintegração às atividades corporais associadas ao contato físico e aos sinais físicos de excitação” (GAGNON, 2006, p. 219, 220).

Este contexto, traz no seu cerne uma nova abordagem no que concerne a sexualidade humana. Ao unir o corpo à sexualidade, põe sobre a mesa a importância das escolhas, com relação aos roteiros selecionados. Como esse cruzamento se posiciona nos itinerários eleitos, nos sentimentos e nas motivações, existem, dentro do universo sexual do sujeito, formas que podem prever os seus comportamentos sexuais partindo de determinadas circunstâncias particulares. Nessa dependência, é possível viver o prazer ou o desprazer, o deleite ou o horror, ou seja, os caminhos duais que carimbam as vivências sexuais. São condições que recaem, a todo o momento, sobre o mundo simbólico, no qual a existência humana se pauta.

O conceito dos roteiros sexuais imprime um olhar com relação à sexualidade do sujeito e, tal situação se caracteriza como uma condição construída ou aprendida socialmente, não mais atrelada aos instintos ou a fisiologia. Neste cenário, a vida mental e a social andam de mãos dadas. “Não é uma simples questão de normas, regras ou valores, mas de como esses elementos normativos e atitudinais se integravam nas narrativas sexuais a que foi dado o nome de roteiros” (GAGNON, 2006, p. 223). Em outras palavras: o comportamento sexual, do ser humano, se pauta nos aprendizados culturais e não mais em impulsos naturalizados. Se os símbolos culturais demarcam tal atitude, é no campo do social e não da biologia ou da fisiologia, que a conduta sexual é organizada.

O resultado prático da abordagem das condutas sexuais roteirizadas foi valorizado quando no advento da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS). No momento em que as palavras sexo e risco formaram uma expressão, ou seja, “sexo de risco” (GAGNON, 2006, p. 307), as pessoas se deram conta das fragilidades e dos “perigos” nos quais a sexualidade fixava os seus respectivos corpos. Com a doença, então mortal, era indispensável determinar os riscos nela implicados e quais as possíveis estratégias sociais de prevenção, relacionadas à epidemia causada pela infecção.

Foram acontecimentos que revelaram como as investigações científicas, biológicas, unidas à sociologia, possibilitaram demonstrar como os estudos das práticas dos roteiros sexuais foram determinantes para orientar na estruturação de políticas sociais, que pudessem fazer frente à doença.

Dessa forma, o olhar roteirizado, dirigido para o estudo social das questões vinculadas à sexualidade, tem sido de grande valia haja vista que, se a conduta sexualizada está no campo do social, essa teoria possibilita uma vinculação do individual com o social e, conseqüentemente, dos símbolos culturais imersos nas atividades sexuais do sujeito.

Se, nas ideias roteirizadas de Gagnon (2006), a sequência de qualquer ato sexual depende da existência prévia de um roteiro, é por intermédio dele que o sujeito pode definir o que deve ser feito, com qual pessoa seus desejos podem ser compactuados e, em quais circunstâncias a ação pode se concretizar.

É o corpo humano se posicionando como um elemento fundamental, entre a autonomia e a dependência, nas interações sociais e sexuais. Ao definir pluralidades de compreensões e atitudes, no sistema de aprendizagem sexual das sociedades ocidentais, os roteiros diferenciados, conforme o gênero e, nas variadas situações, são aprendidos antes dos roteiros sexuais, entretanto estes se originam, em parte, nos roteiros de gênero previamente aprendidos (Gagnon, 2006). Com esses pressupostos, define três níveis de roteiros: 1) “os roteiros culturais”, isso é, os sistemas semióticos de instruções, localizados no espaço intersubjetivo do sociocultural; 2) os “roteiros interpessoais”, nos quais existem uma variação de conduta individual naquilo que parece ser uma mesma situação, socialmente estruturada; 3) os roteiros “intrapésíquicos” que é uma forma socialmente apoiada na vida mental, na qual está incorporado o “planejamento, as lembranças e as fantasias” (GAGNON, 2006, p. 410 - 411).

A ideia dos roteiros foi um recurso usado com o intuito de lidar com a tensão vivida, pelo sujeito, para administrar a relação do público com o privado. Os cenários culturais e os roteiros interpessoais são performances encenadas no domínio público; enquanto que, os intrapésíquicos, por abrangem as lembranças e as fantasias, se localizam no campo do privado.

Compreendo que, os instigantes níveis de roteiros, preconizados pelo autor, não são de todo deterministas, haja vista que, em frente aos seus desejos, o indivíduo pode ir de encontro às regras sociais estabelecidas e, sustentado pelas suas opções, traçar os seus roteiros com as suas escolhas, sejam elas transgressoras ou não.

Nesse campo, o autor elabora uma análise na qual critica as pessoas ou as Instituições que, ainda, consideram a homossexualidade como uma patologia. Defende que as Ciências, de um modo geral, devem se posicionar como importantes ferramentas na desconstrução dos pensamentos discriminatórios e excludentes, persistentes no âmbito da sexualidade, visto que, as homossexualidades e as heterossexualidades não são condições opostas como foram

entendidas, em tempos passados, pelas próprias ciências da sexualidade. O autor coloca a nossa reflexão o papel dos cientistas, e enfatiza que as descobertas científicas devem estar atentas na divulgação dos seus particulares conceitos, no sentido de evitar os preconceitos e os estereótipos que dificultam a compreensão das diferenças, entre os seres.

Assimilo que essas ponderações podem estar imersas nas ideias que passam à distância das certezas e dos determinismos, ou seja: a pretensão de querer explicar o ser humano e o seu futuro por leis que o excedem (MORIN, 1996).

Nesse particular, Sócrates (2011, p. 74), com a sua maiêutica, é solicitado a intervir. Na sua “Apologia” [399 a.C] exemplifica essa condição ao defender a seguinte ideia:

Violais as leis escritas, como tiranos, eu as violo como um homem justo...Violais vossas leis por loucura, eu as violo por sabedoria . Obedeço às vossas leis quando elas se aproximam da justiça ou quando me parecem indiferentes. Desobedeço-lhes quando são injustas. Mas aquele que desobedece assim à lei é melhor que a lei.

Ao colocar o pensamento do filósofo diante da própria condenação, é porque importante se faz demonstrar que as normas injustas devem ser violadas, para que os territórios com seus signos e significados possam ser respeitados. As palavras do pensador grego, em confronto com a morte, mostram que ele se preocupou em defender as suas verdades e não as injustas acusações a ele atribuídas. Foi esse o último ensinamento de Sócrates, visto que, ao versar sobre a verdadeira justiça, demonstrou que a compreensão humana deve trilhar caminhos que obedeçam às normas que façam jus aos Direitos Humanos e não às impiedosas imposições das “leis” criadas por homens e mulheres. Estas sempre se fizeram presentes, tanto no curso nas antigas sociedades quanto nessas discriminatórias, do tempo presente.

É com tal pensar que Gagnon defende que, mesmo diante das normas e das leis, o indivíduo não é uma réplica da ordem sociocultural. É preciso lidar com as diversidades e isto requer, tanto no âmbito social quanto no mental, um esforço simultâneo. Se o ser humano almeja viver uma relação social justa e harmônica, deve “levar em conta a diversidade dessa situação sexual em comparação com todas as outras situações sexuais em que já estivemos. E isso requer uma enorme agilidade mental nos assuntos privados” (GAGNON, 2006, p. 412).

Vê-se que, quando se trata dos roteiros sexuais nada é fixo e, mesmo sendo manipuláveis há um limite para as suas influências na vida do sujeito. As respostas do indivíduo aos roteiros são adaptativas e estão de acordo com o ciclo de vida e com as situações que se

apresentam no momento de cada experiência vivida. Com tais considerações, ao colocar as ideias dos roteiros, neste capítulo no qual as identidades são compreendidas como flutuantes, performáticas, defendo que o ser humano, ao processar e analisar as explicações culturalmente recebidas sobre seu próprio comportamento e o de terceiros, pode modificar o seu modo de ser, em frente às práticas de socialização de uma determinada comunidade. As palavras do autor, em uma entrevista concedida à Revista *ÉPOCA* (2006), esclarece esse posicionamento:

ÉPOCA: “As fantasias sexuais também são desenhadas socialmente”? *Gagnon* – “Sim. Ninguém inventa as próprias fantasias. Elas são partes de uma peça que as pessoas montam em sua cabeça, mas cujo enredo já está escrito”.

Uno-me a tais pensamentos e compreendo que a noção de sexualidade, como busca do prazer e descobertas de sensações, implica fatores diversos, a exemplo, dos genéticos, dos culturais e dos sociais. A sua manifestação física não está obrigatoriamente relacionada ao intercuro sexual e, o prazer daí advindo é a essência dela mesma, que incluem, dentre outros elementos, o afeto e a comunicação entre o “eu” e o “não eu”. Nesse âmbito, as escolhas aí se processam e, com elas, é preciso considerar o direito a liberdade, a autonomia e a responsabilidade com o outro.

Entendo que o erotismo, como elemento enriquecedor da corporeidade humana, não deve ser considerado como uma mera satisfação dos instintos, mas, como um ato criativo e compartilhado pelo prazer e, este não se estanca no gozo físico, ele vai muito além, unindo os amantes nos ritos que embelezam e dão sentido ao ato. São momentos de privacidade que se inserem no sagrado, no profano, no concreto e no imaginário, no prazer e, igualmente, no desprazer, a depender do percurso escolhido por cada pessoa. Nesse vai e vem dos roteiros sexuais, as emoções, os desejos, as percepções, ao se movimentarem entre o mental e o sócio-cultural, possibilitam que os corpos se (re) conciliam e se (re) encontram, não importando se tal união é homo, bi ou heterossexual. Nesse sentido, os perversos caminhos da fragmentação e da discriminação se mantêm distantes, condições que evitam a violência, o preconceito, o temor, os comportamentos vulgares, nos quais a pornografia estrutura a sua morada. Em frente a essa situação é pertinente parafrasear Paglia (1992, p. 15), quando entende que “o erotismo é o reino tocado por fantasmas. É o lugar além dos confins, ao mesmo tempo amaldiçoado e encantado”.

Dessa forma, é diante do amaldiçoado e do encantado, que este trabalho segue o seu percurso emaranhado nos paradoxos que recaem sobre o corpo feminino, com as suas ambíguas experiências eróticas.

Calcada nessas ideias, é de bom alvitre se ater às práticas corporais/sexuais, humanizando-as no sentido de que, na lida diária, os roteiros e os sabores que emanam da sexualidade humana, sejam enriquecidos e que se configurem em dádivas compartilhadas entre as (os) protagonistas das ações. Esse caminho pode contribuir para o gozo e o prazer, condições nas quais, as sexualidades, com as suas predileções, podem encontrar os verdadeiros valores civilizatórios, tanto na ordem da evolução biológica quanto na ordem da evolução social.

Sinto-me em frente a um campo arenoso, visto que, é fundamental saber distinguir os desejos de cada indivíduo, com as suas singularidades, não somente para superar o binarismo que, há séculos, vem configurando e categorizando os corpos sociais, mas, de forma semelhante, para não se deixar levar pelas odiosas repressões e comportamentos violentos que, nesse campo, estão fixados.

Ao unir os roteiros (Gagnon, 2006) ao corpo performático (BUTLER, 2010), busco compreender a contribuição dessas duas complexas construções teóricas que, entre outras noções, evidenciam a materialidade corporal, na qual se destacam as escolhas e as identidades flutuantes, condições que impõem resistências as estruturas hegemônicas de dominação e poder, ainda presentes nesta contemporaneidade indefinida e paradoxal.

Reconheço que as lutas feministas são complicadas no seu entendimento, os problemas comuns à causa, por vezes, se posicionam em situação de confronto, já que tanto na linguagem quanto na atitude política, o termo “feminismo” abarca diferentes perspectivas: Essencialismo? Pós-estruturalismo? Marxismo? Se assim exponho é por assimilar que, a partir de um mesmo assunto, surgem os mais diversos questionamentos e estes vão desde as causas concernentes às mulheres brancas e heterossexuais, recaem nas reivindicações das mulheres negras, desaguando nas políticas sexuais, homoafetivas, transexuais ou performáticas, nas quais a teoria *queer*, na atualidade, se põe em destaque.

Nessa parte da questão, retomo os pensamentos de Butler (2010, p. 35), ao criticar as correntes feministas que insistem em situar a categoria “mulher”, como o sujeito do feminismo:

A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço em identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferentes de termos.

Observo que a questão do sujeito é crucial para as ideias ora enunciadas, pois, ao tempo que entende a identidade de gênero como uma sucessão de atos, admite, igualmente, a

inexistência de um ator pré-existente. Com tal pensamento, ela diferencia a performance da performatividade, porquanto, a primeira tem necessidade de um sujeito pré vivido e a segunda questiona a noção de sujeito (BUTLER, 2010).

Por conta disso, ao associar a Teoria *Queer* aos roteiros sexuais, adoto os pressupostos de Butler (2010) nos quais, dentre outras afirmativas, está implícito que não precisa ser uma fêmea biológica para obter uma identidade feminina, visto que, quanto mais incompleto for o termo, maiores são as possibilidades de contestações e, conseqüentemente, da construção de um mundo mais igualitário, com relação ao gênero e, conseqüentemente, com os itinerários ou roteiros sexuais escolhidos por cada sujeito.

Decodificada as ideias dos roteiros sexuais, volto a Teoria *Queer*. Alguns pontos-chaves estão nela inseridos e, as ideias por ela estabelecidas sobre as questões vinculadas ao gênero, conduzem às novas abordagens, a saber: se as identidades são variadas, é importante atentar para a classe social, o desejo sexual, a idade, a etnia, de cada protagonista, no sentido de fazer as interligações das múltiplas performances que aí circulam; diante dessa variedade e, por conta dela, no entendimento de que não deve haver uma identidade construída em detrimento das outras, é preciso reconhecer o quão fluidos são os seus significados, porquanto abertos e sujeitos às contestações, possibilitam que as diferenças venham à tona, estabelecendo as diversidades; a postulação de uma heterossexualidade, *a priori*, evidencia a dicotomia masculino/feminino, promovendo ferramentas para a cultura hegemônica, patriarcal; por fim, é entendida como uma corrente teórica que está atenta ao modo como as sexualidades, os desejos, as atitudes corporais, transitam e circulam entre as diversas culturas e instâncias sociais.

Como já mencionamos, no primeiro capítulo, o pensamento *Queer* não se contenta em estudar as diferenças apenas relacionadas ao binarismo sexual, mas, em aprofundar os estudos sobre as minorias sexuais, compostas por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis, dando especial atenção aos processos advindos dessas condições socialmente estigmatizadas. Surgem novos roteiros e diferentes formas de entender e analisar as questões inerentes ao gênero, visto que, na perspectiva *queer* fica patente a recusa em classificar os indivíduos em grupos universalmente aceitos, tais como “homossexual ou heterossexual”, “homem ou mulher”. As estudiosas das ideias *Queer*, a exemplo de Judith Butler, desde 1990, e Beatriz Preciado, em 2008, por entenderem que nesse campo está oculto um grande número de variações culturais, defendem: “se alguém “é” uma mulher, isto certamente não é tudo o que este alguém é” (BUTLER, 2010, p. 19).

Vê-se que, é crucial discernir sobre o sujeito do feminismo e suas múltiplas representações, isso porque, as categorias sexuais entendidas como opositoras não estão mais dando conta dos vários significados e questionamentos com relação a esse entendimento. Essa questão é de natureza política, e “particularmente para a política feminista, pois, os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política” (BUTLER, 2010, p. 20). Em outras palavras, ao seguir a trilha que vai de encontro à concepção essencialista, a autora sustenta que os grupos feministas adeptos a esse conceito não devem apenas se perguntar como as mulheres podem ser representadas, tanto na linguagem quanto na política. É preciso ir além na defesa de que, ao advogarem pela particularidade para tal categoria “o sujeito do feminismo, é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” Butler (2010, p. 19).

Compreende-se que, ao posicionar a categoria “mulher” trazendo no seu âmago uma feminilidade legítima, original, as correntes feministas que assim procedem desconsideram as questões concernentes ao gênero como cultural, e estas passam a ser biológicas, ratificando a ordem binária, compulsória e hegemônica nas sociedades falocêntricas, patriarcais. Não se pautando na neutralidade, esse conjunto de normas privilegia o masculino heterossexual, dando-lhe uma identidade apropriada e de maior valor que todas as outras, cuja conduta interessa à manutenção dessa ordem social.

Na atualidade, para falar sobre feminilidades e masculinidades, é preciso ter atenção às diversificadas teorias em pauta. Na vigência das transformações sociais, culturais, políticas, corporais, educacionais, comportamentais, científicas, etc., demarcando posições e espaços, diferentes sexualidades emergem promovendo novas subjetividades e olhares. É com tal concepção que, ao romper com a hegemonia heterossexual e possibilitar o trânsito entre categorias, o gênero, em uma linguagem *queer*, afasta-se de uma perspectiva que corrobora e mantém vivos os discursos essencialistas, naturalizantes, regidos por fronteiras. Pensar sobre os princípios formulados por tal teoria é adentrar nas reflexões nas quais a sexualidade do sujeito deve se formatar como uma política social e não mais na instância do biológico ou natural. Nessa ótica, defender as mulheres como sujeito específico do feminismo é excludente e desconsidera as outras classes, a exemplo da categoria lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTs) e outras mais, tais como estas.

Essa compreensão me fez inquirir sobre os corpos considerados como bizarros, esquisitos e extravagantes e defender que as relações humanas são, de fato, complicadas, não

importa que as suas experiências sejam concebidas por intermédio dos corpos heterossexuais ou dos corpos homossexuais e performáticos. Todas elas têm as suas bizarrices, suas formas inexplicáveis e seus roteiros de conexão com o corpo do Outro.

Nesse âmbito, em um artigo intitulado *Um casal bem normal*, Calligaris (2013), analisa a peça teatral *Lou & Leo* (Nelson Baskerville; Leo Moreira Sá), cuja temática expõe a relação amorosa entre um transexual e um travesti, e enfatiza quão similar pode ser essa relação – entendida por muitos como esdrúxula –, com aquela dita “normal”, ou seja, entre um homem e uma mulher. A peça ao manifestar as dificuldades nas relações, sejam elas hetero ou homossexuais, mostra como “a maioria dos casais heterossexuais são bizarros (ou seja, singulares), a começar por aqueles que passam a vida toda sem sexo ou quase. (...) Ou seja, gays, ou hetero, somos de fato, todos anormais”.

Tal posicionamento me leva a refletir quais são as novas modalidades de política que podem surgir desse postulado, na compreensão de que, no bojo dele, a noção de identidade como base comum, perde o seu sentido.

São questionamentos que recaem nas questões que abraçam as características próprias a uma determinada classe e neles a defesa de uma identidade feminina é inadequada, já que uma mulher pode ser construída sem que isso ocorra, exclusivamente, por intermédio de um corpo feminino. A mesma perspectiva se aplica à construção de um homem. Entendendo que as identidades são flutuantes, elas se constroem e se desconstroem na dependência de cada ato ou desejo dos protagonistas. Tal concepção estabelece que é preciso tomar cuidado para não fixar uma base universal ao feminismo ou a qualquer outro segmento minoritário, visto que, na formulação de uma identidade básica, pode-se dar as mãos aos preconceitos que conferem evidências às assimetrias de gênero. Isso nada é mais do que dizer que uma atitude exclusiva, a exemplo daquela que utiliza o termo “mulher” como sujeito do feminismo, possibilita situar as questões relativas ao gênero na ordem binária, na qual a dominação entre os seres, entre os sexos, entre o gênero e os desejos, se perpetua e se consolida. Por conta desse entendimento, a filósofa menciona que a ação de “diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um dos seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo” (BUTLER, 2010, p. 45).

Essa condição dicotômica, amparada pelos dispositivos sociais normativos, teima em demonstrar que os corpos os quais fogem ao padrão imposto pela cultura patriarcal, são objetos de discriminação e aversão. Por isso que, os processos que categorizam e identificam os

indivíduos não são verdadeiros, pois, se configuram no sentido de que a coerência do binário seja estabelecida.

Vê-se que, a desconstrução da ideia de sujeito, sugerida pela autora, possibilita a estruturação de novas modelagens corporais. Estas, com as suas ações performáticas, transgridem a ordem impositiva da heterossexualidade e se instalam no seio de uma linguagem cultural que produz uma reação contrária ao sistema dominante, pautado no masculino-feminino. É com tal posicionamento que se pergunta se o corpo ou o corpo sexuado é a base sólida na qual operam o gênero e a sexualidade compulsória, e prossegue: “Ou será que o ‘corpo’ em si é modelado por forças políticas com interesses estratégicos em mantê-lo limitado e constituído pelos marcadores sexuais?” (BUTLER, 2010, p. 185).

Nas formulações expostas ficam manifestas as incertezas, mas, igualmente, a necessidade de indicar os limites dessas regras normatizadoras, no sentido de entender quais são as interdições mediadas pela natureza e pela cultura. Nesse âmbito, ao falar sobre a paródia dos corpos *drags*⁶³, admite que as atitudes debochadas desse grupo, trazem à tona uma possibilidade de romper com a identificação que lhe foi concebida na sua forma original, instaurada na vinculação entre sexo e gênero. Esse comportamento, reproduzido por tal categoria, possibilita demonstrar que o gênero pode ser vivenciado de forma diferente do binário, já que tais performances revelam e põem em discussão a naturalização e a normatização inseridas sobre os gêneros.

Talvez o entendimento advindo da “teoria performática” se paute na concepção de que essa atitude transgressora está inserida na dependência do contexto no qual e pelos quais as subversões foram produzidas. As performances, imitadas nas paródias dos *drags*, evidenciam a natureza reprodutora das identidades de gênero. Nesse contexto, podem não indicar, de antemão, um gênero original, isso porque, a própria paródia debocha da noção da originalidade. Existem seres desses grupos que, mesmo subvertendo a ordem hegemônica, contribuem com atitudes que reforçam as estruturas de poder, corroborando com os estereótipos e os preconceitos, concernentes a essas categorias.

Nota-se que as dubiedades, aí se efetivam, já que, conforme Butler (2010), a subversão advém do discurso posto em ação, de acordo com a forma e o sentido com que tal desempenho é executado. Uma pergunta me ocorre, diante dessa proposição: se o deboche *drags*, com as

⁶³ Artistas que se travestem e se fantasiam de maneira exagerada, geralmente de forma profissional, imprimindo, de modo debochado e criativo, o seu outro lado, ou sua outra identidade.

suas paródias cômicas e reprodutivas, suas performances exageradas de um ser feminino, subverte a ordem binária, como o riso das paródias pode contribuir para causar problemas ou auxiliar a desconstrução da concepção binária?

Nesse cenário, compreendo como é difícil reconhecer quais são as formas de performances que podem auxiliar a desconstrução do gênero naturalizado e, pelo contrário, quais aquelas que contribuem para ratificar a estabilização. São claras as dificuldades que permeiam tais pensamentos. As constatações manifestadas nas palavras da própria teórica, admitem que seu interesse é o de entender o porquê do paradoxo que recai no debate entre essencialismo/construtivismo, pondo à tona a dualidade na forma como o sexo e o gênero foram imputados aos corpos.

As controvérsias aí presentes não são fáceis de serem superadas, já que os argumentos que defendem a naturalidade do sexo têm uma história elaborada por um discurso científico no qual não somente a anatomia, mas também os hormônios e a genética são partes constituintes. Tudo isso colabora com posições sectárias que obedecem aos interesses políticos e sociais. Nesse caminhar, a filósofa enfatiza a materialidade da linguagem reconhecendo que o corpo se materializa e se estabiliza ao longo do tempo, produzindo comportamentos fixados ou não. Logo, as interpelações aqui expostas não ocorrem de forma unilateral, e então posso intuir que a normatização é lícita e inevitável. Para Butler, tópicos importantes devem ser postos em questão: quais são as normas, quem as produz e quais as formas como tais preceitos definem políticas e finalidades, já que elas, de modo coercitivo, estruturam as vidas dos seres humanos – homens e mulheres –, a partir de padrões que a interessam e, estes desaguam, sempre, na ordem compulsória heterossexual. Ancorando suas ideias nos mecanismos de desconstrução e construção dos corpos, nos quais pode surgir um novo ser, a filósofa se tornou referência para os estudos dos transexuais e travestis, postulando que a performatividade incomoda a coerência compulsória.

Advirto que, mais adiante, interpreto e me posiciono com as colocações aqui expostas. O que interessa, neste momento, é elaborar as possíveis interseções entre as ideias butlerianas, os roteiros e a vida real. Se a performatividade dos corpos nasce dos atos produzidos por cada pessoa ou cada grupo, é preciso atentar para as condições pelas quais os corpos sexuados, performáticos ou não, se materializam.

É nesse campo do real que as performances corporais podem dar luz a essas tantas ideias. Para isso, tomo como exemplo dois corpos em trânsito: o testosteronizado da filósofa espanhola Beatriz Preciado (2008), por ela denominado de transgênero e pansexual que,

conforme suas próprias palavras, dedica a sua vida a lutar pela desconstrução do binômio homem/mulher, já que, no seu entender, tal dicotomia é uma obsessão ocidental; e do cartunista brasileiro Laerte (2011, 2013), que, inicialmente se posicionou como *cross-dresser*⁶⁴, mas, recentemente, anuncia para o mundo que agora não é homem nem mulher e se considera um *travesti*.

Ao subverterem as identificações por intermédio dos seus corpos, tanto a filósofa quanto o cartunista, imprimem volatilidade ao gênero e, por meio de uma automeleção performática, confrontam o marco normativo da heteronormatividade, caminhando contrários às identidades assentadas na condição dual.

Adicta confessa da testosterona⁶⁵, Preciado (2008) coloca seu corpo como território de experimentação, trazendo a sua singular estrutura como uma ferramenta que resiste à normatização, tanto da feminilidade quanto da masculinidade. Tal determinação imprime força às discussões que desaguam sobre diferentes formas de desejo, de prazer e de contato, entre os seres. Essa atitude não está posicionada apenas no sentido privado, constricto, mas igualmente, como um espaço universal no qual se configura uma densidade política. Nessa experiência, o corpo é um elemento de multiplicidade, visto que, ao tempo em que é universal, é, do mesmo modo, particular, individual, nas suas formas e desempenhos.

Com essa visão, ao questionar o império do normal, defende que, na contemporaneidade, a normalização do corpo está na dependência dos diferentes fluxos de sexualização que escoam sobre o objeto. Essa sucessão acelerada de movimentos inclui os hormônios, os silicones, as inúmeras representações, as técnicas médicas cirúrgicas e, igualmente, o fluxo que desagua nas questões vinculadas ao gênero.

Percebe-se que, as ideias acima expostas evidenciam o debate entre as diferentes concepções feministas, fundamentalmente entre as essencialistas e as construtivistas, trazendo com elas não somente as discordâncias, mas também os instrumentos teóricos para o conceito de gênero na construção social, na qual o sujeito do feminismo se põe como tema central. Para Preciado (2004, p. 13) isso nada mais é do que “a fabricação histórica e cultural da diferença

⁶⁴ Homem que se veste de mulher, mas que tem uma conotação diferente dos travestis, porque tal condição não está relacionada, obrigatoriamente, à orientação sexual. Um *crossdresser* pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual e também não está relacionado com a transexualidade.

⁶⁵ Hormônio fabricado nos órgãos dos seres humanos – nos testículos dos homens e nos ovários das mulheres –, mas que, em proporções consideráveis, é fabricada nos testículos masculinos responsável pelo desenvolvimento e manutenção das características masculinas.

sexual, diante da reivindicação da “feminilidade” como substrato natural, como forma de verdade ontológica”.

A noção de gênero traz no seu âmago o conjunto de dispositivos sexuais e políticos (FOUCAULT, 2007, 2009), que possibilitam às minorias sexuais se subsidiarem na luta contra o corpo da “normalidade”, este que ainda domina tanto a ciência quanto o imaginário social. Na esteira dessas ideias a sexualidade não é algo natural, na existência humana, vez que está calcada em uma série de pressupostos fincados em raízes históricas, sociais e culturais, as quais vão além das biológicas. É dessa maneira que, o sexo biológico cria seus instrumentos e esses definem as práticas sexuais. Com esse entendimento, as “verdades” sobre o sexo não devem ser buscadas e, o que deve ser investigado são os discursos sobre os quais as práticas sexuais se estruturaram. São embates que, mais uma vez, demonstram como os corpos não são dóceis ou passivos, porquanto, se de um lado eles se posicionam formatados pelas epistemologias sexuais e políticas normatizadoras, de outro lado, os corpos desviantes, se rebelam contra a anatomia dos discursos naturalizados.

É assim que o corpo da política *queer* não se relaciona a um “terceiro gênero ou com *um além dos gêneros*”, (PRECIADO, 2004, p. 16), visto que ele se constrói sobre uma pluralidade de corpos que vão de encontro a uma identidade natural (homem/mulher) ou heterossexual/homossexual. O desafio que recai sobre tais objetos “anormais” está em saber de que forma se posicionar para resistir às opressões sociais que aí se constroem. Resistindo e subvertendo as identificações corporais, a filósofa transgênero, ao unir a teoria com a prática, mostra que os resultados refletidos no seu corpo testosteronizado não somente substanciam a sua vida, mas, igualmente procuram decodificar quais são, e o que almejam os enunciados que se subsidiam a propalada normatização. Ao rejeitar a ideia binária, defende, igualmente a Butler (2010), que o sexo e o gênero são produzidos na dependência das relações com os demais e, como toda relação, se estrutura por meio de atos, elas são polêmicas, dúbias. Com tal pensamento, uma questão enunciada por Butler (2010, p. 27) é de valor, para pensar “em que medida pode o corpo *vir a existir* na (s) marcas (s) do gênero e por meio delas?” Tal interlocução pode estar contida na teoria e na prática, vivenciadas no corpo da filósofa Beatriz Preciado (2008), que ao experimentar a adição do hormônio, no seu próprio corpo, demarca o seu objetivo, isto é, posicionar o objeto no campo da comunicação política.

Deduzo que, na rede dessas ideias, nas quais a prática da experimentação política e farmacológica se dão as mãos, é de bom proveito o sujeito entender a sua essência, no sentido de construir uma rede de significações para os seus atos e ter uma visão crítica sobre eles. Com

tal perspectiva, Preciado (2008), ao lançar mão da tecnologia, como um campo cúmplice para as políticas corporais, não somente vive sua transgressão, na realidade do seu dia a dia, mas também depõe sobre essa experiência na instigante produção da sua autoria, denominada *Testo Yonqui* (2008). Dessa forma, ao tempo que se situa como adicta do referido hormônio, evidencia os motivos desse seu ato.

Vale a transcrição das causas que a motivaram a tal ação:

Quando me administro una dose de gel de testosterona o me injecto una dosis líquida me estoy suministrando em realidade una cadena de significantes políticos que se materializa hasta adquirir la forma de una molécula asimilable por mi Cuerpo. Lo que me administro no es simplemente la hormona, la molécula; es un concepto de hormona: una serie de signos , de textos, de discursos , el proceso a través del qual la hormona ilegó a sinterizarse, la secuencia técnica a través de la qual ilegó a materializarse en el laboratorio. Me injecto una cadena carbonada esteroidey cristalina, y com ella un trozo de historia de la modernidad, me administro una serie de transacciones económicas y un conjunto de decisiones farmacéuticas, de ensayos clínicos, de grupos opinión, me conecto a las redes barrocas de intercambios y de flujos económicos y políticos que patentan la vida: la electricidad, los programas de investigación genética, la hiperurbanización, la massacre de los bosques de la biosfera, la invención de nuevas especies de laboratorio, la oveja *Dolly*, el avance del ebola que devasta o continente africano, la mutación del virus del sida, las minas antipersona y la transmisión de información broadband. Me convierto así em uno de los conectores somáticos a través de los cuales circula el poder, el deseo, la libertad, la sumisión, el capital, la basura y la rebelión (PRECIADO, 2008, p. 108-109)⁶⁶.

No depoimento acima revelado, a filósofa expõe as ações desenfreadas e embutidas no poder do capital que, ao caminhar na direção do lucro, da insensatez, mostra, de forma catastrófica, o quão prejudicial tem sido suas decisões para o mundo, para os povos, para as pessoas, para os corpos. Na trilha das atitudes encarnadas por Preciado (2008), interpreto que, mesmo estando “dentro” do processo, o seu corpo não é somente seu. É um corpo inserido nos embates contra as discriminações e os preconceitos, ou seja, a despeito de ter sua singularidade no indivíduo, o corpo transgressor é também do *Outro*. De novo, a pergunta da tese se faz presente caminhando no sentido de evidenciar como as regras normatizadoras, sejam elas

⁶⁶ “Quando me administro una dose de gel de testosterona ou me injeto una dose líquida estou me administrando na realidade uma cadeia de significados políticos que se materializa até adquirir a forma de uma molécula assimilável por meu corpo. O que eu administro não é simplesmente o hormônio, a molécula, é um conceito de hormônio: uma série de signos, de textos, de discursos, o processo através do qual o hormônio chegou a sintetizar-se, a sequência técnica através da qual chegou a materializar-se no laboratório. Injeto-me uma cadeia carbonada esteroide, cristalina, e com ela um pedaço da história da modernidade, me administro uma série de transações econômicas e um conjunto de decisões farmacêuticas, de ensaios clínicos, de grupos de opinião, conecto-me às redes barrocas de intercâmbios e de fluxos econômicos e políticos que patenteiam a vida: a eletricidade, os programas de investigação genética, hiper urbanização , o massacre dos bosques, da biosfera, a invenção de novas espécies de laboratório, a ovelha Dolly, o avanço do ebola que devasta o continente africano, a mutação do viris da sida, as minas antipessoas e a transmissão de informação banda larga. Converto-me assim em um dos conectores somáticos através dos quais circulam o poder, o desejo, a liberdade , a submissão, o capital, o lixo e a rebelião” (Tradução livre da autora).

políticas, médicas ou culturais, inserem o corpo e a sexualidade como um texto sacralizado pelo discurso hegemônico da heterossexualidade.

Não me ouse, como médica, a analisar o comportamento da filósofa espanhola, este fica por conta da sua definição e firmeza em lutar a favor de uma causa. Todavia, entendo que o comportamento transgressor, no qual a testosterona é injetada em seu corpo, não deixa nenhuma margem à dúvida, é uma atitude política de denúncia que, por intermédio de um ato corporal, subversivo, transforma a substância química em cadeias de significações. Nessas correntes de elos, nas quais a “sociedade farmacopornográfica” (PRECIADO, 2008, p. 45), cultuada pela modernidade, tem a sua responsabilização, a dualidade se torna visível: por um lado, a economia posicionando-se, a cada acontecimento, de forma assimétrica, abre espaços para as pestes e os vírus, instâncias nas quais os corpos “desiguais”, por serem habitados e fixados nos países pobres, são desconsiderados; por outro lado, o tráfico de drogas, a destruição do meio ambiente, o uso indiscriminado de antidepressivos e dos hormônios esteroides, a transformação da pornografia em cultura massificada, o trabalho sexual, tirando proveito dos corpos, dentre outros fatos, tão brutais quanto estes, são realidades que, diante das conhecidas e das ainda desconhecidas perspectivas, evidenciam como é preciso andar a passos largos no sentido de atentar para as micropolíticas de gênero e lutar por uma nova ordem social e política. Essa determinação deve ter como objetivo ações que façam frente às consequências desastrosas que prejudicam e ferem o indivíduo, tanto na sua singularidade quanto na sua coletividade.

É com esse intercâmbio que o público e o privado se entrelaçam e, entre o indivíduo e a sociedade, fica patente o quão gelatinosas são as fronteiras entre as duas condições. O “biocapitalismo farmacopornográfico”, presente na contemporaneidade e denunciado no depoimento acima, não vem produzindo coisas e sim ideias fugazes, símbolos e desejos que vão desde as adições químicas até o “estado d’alma”. “Na biotecnología y en pornocomunicación no hay objeto que producir, se trata de inventar un sujeto y producirlo a escala global” (PRECIADO, 2008, p. 45).⁶⁷

A filósofa panssexual vai além com as suas ideias. Quebrando rótulos e abrindo as gavetas da História do feminismo, critica, semelhantemente a Butler (2010), às correntes que aderiram às tiranias das políticas identitárias.

⁶⁷ “Na biotecnología e na pornocomunicação não há objeto a ser produzido, trata-se de inventar um sujeito e produzi-lo em escala global” (Versão livre da autora).

Percebo que as controvérsias entre as diversas correntes feministas demonstram que ainda estamos muito longe de um consenso. Que digam os ciborgues de Haraway (2009), os quais, assim como os seres transgressores, defendidos pelas duas feministas, acima citadas, constituem problemas para o feminismo.

Nesse âmbito, se faz pertinente o polêmico diálogo entre Butler (2010) e Scholtz (2012). Com perspectivas opostas, essas renomadas estudiosas do feminismo, analisam as preposições de Beauvoir (1960, p. 9). Para melhor entendimento retomo a frase famosa da filósofa existencialista, já aqui, no primeiro capítulo, citada, isto é, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Com essa premissa, a filósofa existencialista, nos mostra que, nenhum destino biológico, econômico ou psíquico, pode definir a forma que a mulher se assume no bojo da sociedade, já que é o conjunto da cultura de um povo que elabora tal condição.

Para Butler (2010, p.31-32), tal citação coloca o masculino, sempre, como o algoz universal da misoginia, porquanto, difere de um “Outro” feminino que não se enquadra nas normas universalizantes, binárias, constituintes da condição de indivíduo, e que coloca tais corpos invisíveis e “condenados à imanência”.

Beauvoir propõe que o **corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora**. A teoria da corporificação que impregna a análise de Beauvoir é claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana entre liberdade e corpo. Apesar dos meus esforços anteriores de argumentar o contrário, fica claro que Beauvoir mantém o dualismo mente/corpo, mesmo quando propõe uma síntese desses termos. **A preservação dessa distinção pode ser lida como sintomática do próprio falocentrismo que Beauvoir subestima**. Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquias políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação (Grifos da autora).

Prosseguindo com seus pressupostos, uma relevante questão vem à tona: “É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir?” (BUTLER, 2010, p. 27). Interpreto que tal formulação constitui o cerne da discussão, pois, coloca sobre a mesa a escolha e a subversão. Se, em determinado tempo histórico, identidades são desfeitas, em outros momentos, outras tantas são construídas. Nas alternâncias de valores as bandeiras são desfraldadas e estruturam grupos culturais particulares, guetos legitimados ou não socialmente, mas, sempre em ação e reação. Nos controvertidos, vai e vem, o determinismo e o casualismo se interpõem, podendo colocar o corpo como um elemento passivo, controlado sob a égide dos poderes e dos saberes sociais, nos quais os elementos culturais se inscrevem. Mais uma questão

se insere: ao considerar o corpo como um objeto passivo, repleto de subterfúgios e mediado por forças sociais, como ele traz em si a marca do gênero?

De novo, escolha e subversão se manifestam e me faz pensar em que medida o corpo pode ser concebido de forma passiva, sem que a vontade do ser encarnado, de fato, se materialize? Que relação de poder aí se instala? Se para Butler, desconstruir é refletir, analisar e tomar partido nas operações das exclusões, das abjeções, a pergunta que faço aqui é: será que a filósofa existencialista francesa se esqueceu de valorizar os corpos abjetos, quando levantou a sua voz em prol das mulheres?

Na defesa das ideias de Beauvoir, Scholz (2012, p. 13) vai de encontro ao pensamento de Butler e se posiciona:

Depois de uma celebração enfática De Beauvoir nos anos de 1970 a avaliação dos seus pontos de vista **mudou para o negativo, em conformidade com uma fase de feminismo da diferença, na medida em que na política queer e na teoria queer o gênero era agora considerado inteiramente contingente e algumas, num círculo de interpretação simplista da teoria de Judith Butler, hoje até pensam que mudar de gênero como se muda de roupa.** (...) De Beauvoir é criticada por não hipostasiar totalmente o trilha cultural de gênero, como Butler considera que é decisivo! Muito pelo contrário, no entanto, a análise de Beauvoir, com a sua insistência na tematização das hierarquias reais, é um pré – requisito para elucidar a constituição patriarcal do capitalismo. Isto não pode ser revogado por uma mistura desconstrutivista superficial; mesmo abstraindo de que a própria Butler sucumbe ao dualismo mente – corpo, quando assume que o sexo já é sempre o gênero e que para ela a cultura, de modo muito classicamente patriarcal, **triunfa sobre a natureza de maneira não dialética, sendo a principal mandante.** Apesar de Beauvoir, perante o seu fundo existencialista, tender na verdade em última análise para uma visão biologicamente ontológica da relação hierárquica de gênero, o que deve ser criticado, no entanto, uma vez que nessa assimetria para ela o gênero não está em harmonia inquestionável, ela tem mais razão do que Butler com a sua análise culturista demasiado suave. (Grifos da autora).

Postas em pauta as contestadoras questões, percebo o quão instigantes são tais conversas. De novo emerge a antiga e insistente discussão entre natureza e cultura. Ademais, elas me conduzem a um posicionamento crítico, no sentido de entender o que, de fato, se passa entre o sexo e o gênero. Em frente às questões expostas, tanto nas ideias de Butler (2010), quanto nas de Preciado (2008), e já me situando nelas, percebo que, mesmo a despeito de defender e concordar com a liberdade dos corpos, é de bom alvitre, não esquecer que, em tempos performáticos, nos quais as individualidades oscilam, transgridem, subvertem o *status quo*, muitos corpos femininos, naturalizados também são maltratados, violentados, ultrajados, transgredindo as questões concernentes aos Direitos Humanos. É preciso elevar as discussões e as ações no sentido de enfrentar as normas inclusas no quadro normativo hegemônico, no qual a força do masculino sobrepõe, domina, sacrifica e destrói o feminino.

Nesse entender, retomo as ideias de Segato (2005) e revisito os problemas que abrangem as violências sobre um corpo de mulher. Com esse olhar, não somente defendo, mas insisto que tais estados consolidam as premências das lutas nesse campo. As batalhas travadas no âmbito das performances não excluem aquelas “exclusivas” do campo das mulheres. Elas se complementam, se entrelaçam, se adentram, e se situam com a mesma importância. Todas elas falam de corpos insultados, estigmatizados, desconsiderados socialmente. A liberdade de um corpo – seja ele de fêmea, de macho, dos seres performáticos, ou de qualquer outra categorização – vai além da territorialização e da reterritorialização, dessa forma, a disputa pelos espaços envolvem dimensões políticas e sociais que abrem amplas possibilidades, como, por exemplo, as identidades, os *status*, os valores, enfim os significados simbólicos e reais que evidenciam as relações de poder, de dominação-exploração.

Nesse *locus*, Preciado (2014, p. 2), pautada na tese de que o feminismo deve se liberar das políticas identitárias, apela para que as correntes essencialistas se abram às novas alianças, e que reivindiquem direitos iguais para os sujeitos que resistem à normalização e à exclusão, categorias que incluem: “aos efeminados da história; aos cidadãos de segunda classe; aos expatriados e aos migrantes ensanguentados pelas cercas de arame farpado de Melilla.” Com tal pensamento considera que as minorias sexuais se tornaram multidões. “O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*” (PRECIADO, 2011, p. 14).

É com tal visão que o cartunista/quadrinista brasileiro, Laerte, se insere nessas reflexões. Não obstante seja o artista respeitado como um profissional de sucesso, socialmente, talvez, esteja categorizado “como cidadão de segunda classe” ou como “os afeminados da história”. Na sua desterritorialização as marcas do gênero vêm à tona. As roupas, o seu jeito de se portar e se posicionar, tanto no público quanto no privado, o obriga a uma resistência consciente no sentido do “não tornar-se normal” (PRECIADO, 2003, p. 14).

Mas, o que diz a biografia desse indivíduo ex *cross-dresser* e agora travesti?

Laerte Coutinho (1951), quadrinista do Brasil, criador das famosas tiras, a exemplo de *Piratas do Tietê*, *Los Três Amigos* – essa última, ao lado de Arnaldo Angeli Filho (1956), conhecido como Angeli, e de Glauco Vilas Boas (1957-2010), dois profissionais também reconhecidos nessa área de trabalho –, passou a usar roupas femininas, desde 2009. Ao anunciar a sua bissexualidade, alguns dos seus amigos, estranhando as atitudes do desenhista, passaram a acreditar que ele estava ficando louco, suspeita que se mantém até os dias atuais. Ao afirmar que seu comportamento se pauta no desejo de se libertar da cultura binária, imposta tanto para os homens, quanto para as mulheres, decidiu se vestir com roupas femininas, esclarecendo que,

se por um lado sabe que não é mulher, por outro lado já não se considera mais homem, apesar de se identificar mais com o seu lado feminino. Em plena consciência da decisão tomada, e garantindo o quão é difícil romper com o código da cultura binária, diz que entende o estranhamento das pessoas, mas, que não se sente “fora do eixo, fora do tom, fora do nada” (LOPES, 2010).

O cartunista vem sendo alvo de entrevistas em diferentes fontes jornalísticas, todas estas interessadas em saber como vive, o que pensa, com quem anda e como ele se relaciona sexualmente. Ao inserir, na sua representação corporal, uma imagem de mulher em um corpo de homem, o objeto perturbador se transformou em curiosidade, perplexidade, deboche. Laerte se tornou uma celebridade no campo “*trans*”, ao levar o seu corpo e sua sexualidade, a público, subvertendo ordens e códigos.

Em uma matéria intitulada *Laerte em trânsito* (2013, p. 16), a criatura, intelectualmente celebrada como autor de quadrinhos, passa, agora, por força das normas e das leis, a ser reconhecida como “o cara que se veste de mulher” Nessa instância, o quadrinista transgênero evidencia como tal condição é, ainda, estranha para a sociedade, por isso ele se sente como um *faits divers*⁶⁸ e, imitando a própria voz, põe em pauta algumas dessas dúvidas, advindas do olhar do Outro: “É um cartunista. Mas é gay. Não, não é bem assim. Não é? Não sei”. Sua figura se transformou em uma estranha estrutura física, indefinida, travestida e performática.

Nessa mesma matéria está descrita um dos muitos percursos por ele protagonizados, em um dos bares de São Paulo. Aqui, também, a transcrição é pertinente, no sentido de situar a questão:

Laerte se levantou da mesa e atravessou o longo salão do restaurante até o banheiro. Entrou no masculino. No caminho de volta, foi abordado por um grupo de homens e mulheres, reunidos num *happy hour* animado. Haviam reconhecido o cartunista e queriam tirar foto com ele. **Em meio a abraços, poses e cliques dos celulares, um dos rapazes arriscou um elogio. “Genial isso da sua vestimenta”. “Não é só a vestimenta, você sabe disso, né?”**, respondeu Laerte provocando risos e deixando no ar uma ponta de interrogação. No percurso, o caixa do estabelecimento o saudou em voz alta: “te vi na televisão!” (SILVA, 2013, p. 16). Grifos da autora.

A descrição de tal trajeto merece algumas considerações. A primeira delas consiste em inquirir, o porquê de Laerte ter entrado no banheiro masculino, se a sua indumentária é

⁶⁸ Expressão francesa que significa “fatos diversos”. É utilizada pelo jargão jornalístico que dá nome aos fatos inusitados e sensacionais. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/vies/comunicacao/fait-divers-o-jornalismo-sobre-o-inusitado/>>. Acesso em: 20 jun.2014.

feminina? Identificação? Transgressão? A dubiedade que aí se instala é por conveniência, coerência ou por *habitus*?

O fato é que, a personagem, em outra ocasião, usou o banheiro feminino e foi hostilizado por uma mulher. Advertido, pelo dono do estabelecimento e ancorado na Lei 10.948, que proíbe qualquer discriminação sexual, decidiu acionar a Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo contra a *Pizzaria Real*, local onde foi impedido de usar o banheiro, reservado para as mulheres. O seu objetivo confesso era o de garantir o acesso aos travestis e aos *cross-dressers*, de usar o espaço proibido e, igualmente, de manifestar a necessidade do entendimento sobre o seu direito – no caso, ferido –, e o compromisso de uma atitude positiva em relação a ele e aos seus iguais. Para o cartunista, o ideal seria que, nem os processos nem as portas lacradas, fossem necessários de serem usados (MAIA, 2012). Na atitude corajosa e quebrando paradigmas, o protagonista da ação menciona que encarar o desafio por transitar entre os gêneros é um problema menor do que a escolha do banheiro. Para ele, é uma questão antropológica e, diante da sua vida em trânsito, ou “dupla cidadania”, como afirma, “o banheiro é tão sacralizado como culto de gênero que é o altar, a igreja dos heterossexuais” (BERTOLOTTO; PIOTO, 2013).

Laerte resolveu lutar, como ativista, pelas causas dos transgêneros, no Brasil, por considerar que essa questão é muito mais complicada que as dos *gays* e, a despeito de sempre ter “pegado carona” nas causas dos homossexuais, a categoria *trans* tem suas bandeiras próprias. Deduzo que a questão do banheiro, certamente, é uma delas.

Porém, mais uma questão chama a atenção, o modo como a sua indumentária foi interpretada, pelos espectadores da sua performance. Na dificuldade de lidar com a situação e no preconceito de enfrentar as mudanças, muitos preferem levar a realidade com uma piada, jocosa e de mau gosto. A atitude de Laerte, ao ser provocado, mostra a maturidade envolta na opção tomada, ao afirmar que a roupa que usa não é nenhuma fantasia, é o seu real. Nesse espaço, afirma que é arriscado usar o humor como um instrumento ideológico: é um momento em que “a linguagem do humor perde o rebolado”. (LAERTE, 2013, p. 20 - 21). Justifica tal assertiva, no entendimento de que, mesmo que o uso da censura não seja por ele defendido, as pessoas que defendem as manifestações sob a proteção do humor, de um modo geral, são reacionárias “e contrárias a determinadas liberdades de expressão”.

A dualidade, nesse *locus*, sempre se faz presente, porquanto confessa que, talvez, os seus amigos, em frente à sua nova performance, embora levando a sério a sua escolha,

“respeitando” ou “não se incomodando”, tenham sempre uma pergunta presa na garganta, ou seja, “Será que ele está batendo bem”? (FINOTTI, 2010).

Mais uma vez, as marcas do gênero que, ao recaírem sobre tal personagem, fazem com que a ambiguidade se instale no seu cotidiano, por conta da condição escolhida. Se, por um lado, é impossível passar despercebido, por outro lado, o reconhecimento como indivíduo ou como profissional claudica com a sua transitoriedade corporal. Nas intencionalidades, em que as representações foram superexpostas, ele não assume ser o “bobo da corte”, contudo, fica patente, nas atitudes das pessoas, diante da sua nova forma de viver e de situar a sua corporeidade, que é tênue a fronteira entre a jocosidade e a realidade.

No estágio atual da sua existência, sabe que é importante sua exposição pública como travesti, já que a sua notoriedade pode levar a hastear as bandeiras, diante das demandas a serem conquistadas por essa categoria. Ao ser inquerido sobre tal possibilidade, ao tempo em que reconhece que não foi o primeiro a reivindicar direitos para os travestis, visto que, antes dele muitos foram sacrificados, identifica que, por conta da sua fama, está transformando a “travestilidade” em uma condição viável e possível.

Na direção desse pensamento, o cartunista admite que as pessoas, de certa forma, são receptivas para com ele e tem consciência de que muitas das situações nas quais tem sido acatado, socialmente, ocorrem por conta do seu sucesso na profissão.

Demarca-se, mais uma vez, que as discriminações no âmbito do gênero traz consigo uma forte relação com a classe social do indivíduo. No caso exposto, o cartunista se posicionou: “Mas o que tem sido fácil para mim é difícil para a imensa maioria dos travestis” (LAERTE, 2013, p. 16). São comportamentos que lhe causam desconforto, mas nada lhe faz recuar dos seus propósitos. A submissão e a fixação a uma identidade masculina ou feminina, para ele, é uma irrealidade, um produto da cultura.

Nas instâncias das interpelações, em uma entrevista concedida ao jornalista Guss de Lucca (26 out. 2010), o cartunista respondeu à seguinte questão:

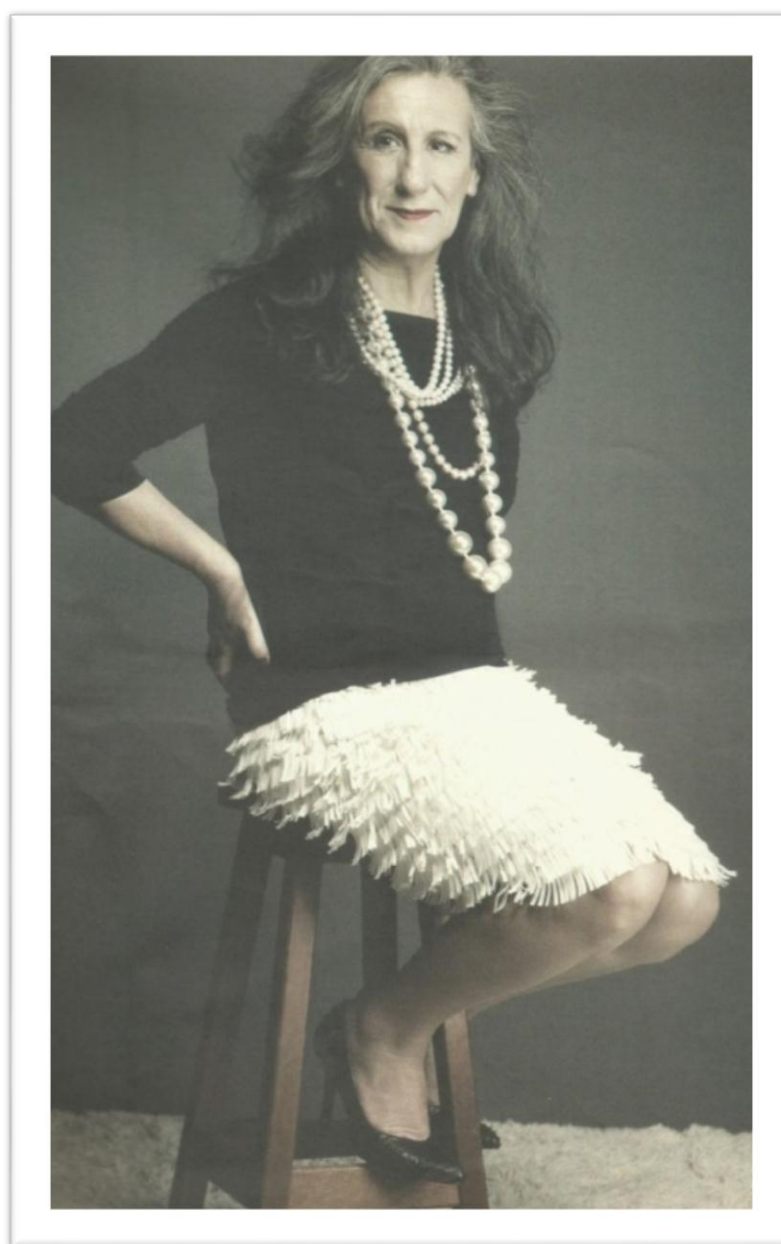
Lucca: Você não se cansa de ter de explicar ou mesmo justificar o estilo crossdresser?
Laerte: Não. Se as pessoas estão perguntando é porque alguma preocupação existe e eu acho que é legítima, por isso não tenho problema em responder o que me perguntarem.

As respostas do cartunista expõem o quão desafiador é para o indivíduo e para a sociedade conviverem com esses novos modelos corporais cujas encarnações, carimbadas nas

representações, desafiam o conservadorismo da cultura binária. São condições que não se rompem facilmente. É preciso confrontar uma série de códigos, e isso é conflituoso e provocador.

Por isso que, não se intimidando com os olhares de provocação e assombro, o cartunista, na defesa da volatilidade do gênero, se coloca em harmonia com a teoria de Butler, ao se expressar: “sou uma mulher em caráter experimental” (LAERTE, 2013, p. 22).

Figura 20: “Desde que assumiu a persona feminina, Laerte só politizou a sua atitude: o papel de “ursinho carinhoso” o incomoda, mas ele acredita que pode ajudar a condição travesti com sua projeção”.



Fonte: Revista Piauí, 79, abril 2013, p.17. Laerte em Trânsito. Reportagem de Fernando de Barros e Silva.

As personagens por ele produzidas, comumente, vivem um drama existencial por se sentirem, como o autor, desajustadas socialmente. O sucesso do *travesti Muriel*,⁶⁹ publicado na *Folha de São Paulo*, em 2004, antes da decisão de assumir a sua bissexualidade, já denotava o drama interno do seu criador. As tirinhas abaixo já expunham as dificuldades vividas, configurando que a dubiedade de sentimentos é real, porquanto a violência, por vezes, é intransponível, diante da “provocação” que, os seres considerados como “abjetos”, a exemplo de “Muriel”, impõem à sociedade.

Figura 21: Laerte em carne, osso e minissaia.



Fonte: Foto: Reprodução. Laerte em carne, osso e minissaia. Reportagem de Guss de Lucas, IG São Paulo. 26 out. 2010. Disponível em: <<http://umtimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/laerte+em+carne+osso+e+minissaia/n1237811802611.html>>. Acesso em: 20/10/11

Nas análises expostas sobre o corpo do cartunista, constato que, a despeito da dimensão da sua obra ter sido considerada como uma das mais revolucionárias no campo dos quadrinhos, após a ditadura militar no Brasil, a modelagem por ele encarnada passou a ser mais polêmica e debatida do que as suas geniais produções. Dessa forma, é necessário que a reflexão contra a normatização seja entendida, de fato, como uma questão política, embutida no cerne do regime capitalista e capitaneada pelos dispositivos opressores que naturalizam a relação entre o indivíduo, o seu corpo e a sua sexualidade.

⁶⁹ Essa foi uma das muitas personagens de sucesso de Laerte. Hugo, a figura chave da história, decidiu se travestir e se transformou em Muriel.

Vê-se que, falar sobre gêneros é se movimentar em terrenos movediços, polêmicos, os quais circulam por várias acepções e desafios. Dos corpos homossexualizados aos corpos heterossexuais “normais” ou violentados simbólica ou fisicamente; dos corpos *queers* com as suas mulheres adictas, testosteronadas, pansexuais, transgressoras, aos corpos das paródias dos *drags*, muitas são as teorias, as opiniões e as contradições que circundam o tema. Se a homossexualidade, a transexualidade e outras categorias “abjetivadas” já se estruturam como pautas nas agendas das discussões – a exemplo dos calorosos debates em torno da “cura gay” e da disseminação dos preconceitos de certos setores comunicativos e políticos –, a heterossexualidade, também, vem sendo motivo de acirrados debates, fundamentalmente, ao incidir sobre as questões das liberdades, outorgadas ou não ao corpo, seja naturalizado, seja construído ou adquirido.

Enfim, em frente a esses pressupostos, duas relevantes questões são analisadas pela teoria *queer*: a primeira se relaciona com o entendimento e a problematização que recai sobre o sujeito, defendido pelas suas ideias; a segunda é o caminho desconstrutivista por ela optado. No que tange ao sujeito, vimos que não existe um elemento dominante, estático, porquanto, o sujeito das ideias *queer* está situado em uma dinâmica flutuante, cujo espaço de ação e atuação segue o seu roteiro em sentido contrário aos dispositivos normalizadores e disciplinares sociais, que insistem em rotular e controlar a sexualidade dos humanos. Nas suas expressões transgressoras, rebeldes, defende o seu percurso desconstrutivista apreendendo uma nova perspectiva para o corpo e para a sexualidade, na qual nem a etiqueta do masculino ou do feminino, do homossexual ou do heterossexual, faz parte das suas experiências. A existência *queer* ignora rótulos, desconstrói a ideia do binarismo sexual, cria uma nova cartografia para as vivências corporais. Nesse percurso, advoga que, também, a heterossexualidade nem sempre é vivida como natural, mas como uma condição inserida e perpetuada em uma cultura opressora que traz à tona o poder e a força do patriarcado

Considerando tais pensamentos, algumas perguntas são, desde já, pertinentes:

Existe uma universalidade e uma unidade do sujeito do feminismo? É apropriado considerar uma base universal para o feminismo? Intuo que essas perguntas possam ser respondidas, se for considerada a dualidade existente entre a submissão e a emancipação, já que aqui se defende que o sujeito do feminismo é construído e/ou produzido pelas mesmas estruturas de poder que o emancipam e que o oprimem ou reprimem (BUTLER, 2010).

Talvez, essa constatação venha demonstrar que o despreparo das pessoas em lidar com esse assunto é a toda hora manifesto, mas o desenrolar dos acontecimentos pode

possibilitar que se ponha sobre a mesa a decisão de que as atitudes, adotadas pelos seres humanos, devem ultrapassar as questões normativas, isso é, as discussões sobre o controle da singularidade do corpo.

Tais debates, comumente, seguem caminhos polêmicos – fato saudável na estruturação de qualquer diálogo – contudo, é fundamental que sejam consonantes com uma perspectiva nas quais as Ciências e as Humanidades possam se dar as mãos, no sentido de vislumbrarem novos caminhos para entender e lidar com as diversidades.

Talvez...

6.1 AS IDENTIDADES COISIFICADAS: O CORPO CAPITALIZADO, FETICHIZADO, MERCANTILIZADO

Claro que à medida que o capitalismo mais apela para a “coisificação” das relações sociais, a ideologia do consumo, a micropolítica do poder e para uma ideologia narcísea, individualista, cultura e economia se retroalimentam. Mas a relevância da classe não seria pela economia, mas pelo lugar na história do capitalismo, da economia política, baseada em uma divisão social produzida e reproduzida por explorações e gerações de riquezas, modos de vida e de pensares apropriados por uma classe em detrimento de outra, a dos sem propriedades (CASTRO, 2007, p. 11,12).

A epígrafe, retirada do livro *As Faces do Feminismo* (2007), distingue o trajeto a ser aqui trilhado. Ancorada nas ideias atreladas ao fetichismo da mercadoria e do consumismo – tema anteriormente aludido, no terceiro capítulo desta tese – é, com tal perspectiva que adentro as identidades corporais capitalizadas, explorada-dominada e os vinculo as determinadas ações espetacularizadas, do presente, nas quais o feminismo se coloca como protagonista.

Desde os anos de 1960, com o protagonismo da pílula, fármaco que se fez presente nos momentos emancipatórios, mas, paradoxalmente, também nas situações de sujeição já que, o consumismo da “mercadoria”, põe em voga atitudes extremas que vão desde a comercialização da virgindade, desaguam nas violências sexuais, sexistas/homofóbicas, encontram nos *realitys shows* os espaços espetacularizados para as suas performances corporais.

É dessa maneira que o corpo da mulher, por intermédio dos incontáveis recursos, com seus poderes mágicos disponíveis nessa contemporaneidade repleta de polifonias, vem sendo

dominado-explorado, amortecido, alienado. Nesse percurso, ele se enfronha, sobremaneira, na esfera da violência do fetiche que, mercantiliza e coisifica o objeto, transformando-o sob as mais diferenciadas formas de sedução e pretextos.

Nesse contexto, Catarina Migliorini (2013) – uma jovem brasileira de 21 anos, que decidiu vender sua virgindade –, em uma entrevista concedida à Revista PLABOY (2013, p. 86), expõe o fetiche incrustado nos corpos femininos, hipervalorizados, mas, igualmente violentados, nessa contemporaneidade tão contraditória. São ações que põem às claras o tipo de relações que, certas pessoas estabelecem em sociedade e consigo mesmas.

Falo aqui, de um hímen intacto, posto em leilão, e arrematado por um empresário japonês⁷⁰.

O inusitado leilão, promovido pela *Virgins Wanted*, agência criada pelo australiano Justin Sisely, em outubro de 2012, deu como lance tanto a virgindade da brasileira quanto do jovem russo Alexandre Stepanov. A referida agência criou tal projeto em 2009 e, ao tempo em que se responsabilizava em atrair adeptos para a mencionada comercialização, do mesmo modo observava e organizava os preços oferecidos pelos eventuais compradores e, a partir desta conduta, divulgava os resultados.

Introduzia, dessa forma, uma prática de *marketing* que interessava a ambas as partes.

A agência justificava seu interesse por tal ideia, mencionando a importância de fazer um documentário social com os participantes, no sentido de retratar as transformações que deveriam ocorrer em suas vidas, antes e depois da dita experiência.

O corpo exposto à venda levou jornalistas de várias emissoras de televisão a se deslocarem até Bali, uma ilha da Indonésia, local das filmagens iniciais do projeto, com o objetivo de entrevistar os participantes, ativando, dessa maneira, a mídia global. O fato foi marcante e fez parte das reportagens midiáticas, por um período de tempo considerável, demonstrando as ligações perigosas entre mídia e as questões concernentes à violência de gênero, na qual a mulher é posta e, igualmente se põe, como objeto.

O espetáculo previsto para acontecer em novembro de 2012, foi abortado pelo governo australiano que impediu tal comércio em seu território. Os produtores resolveram que o show, encenado pela menina brasileira, aconteceria em um voo transcontinental e seria esse o espaço

⁷⁰ Conforme as informações midiáticas, o comerciante interessado desembolsou 1 milhão e 600 000 reais por tal “prenda”, expressão usada pela reportagem em questão.

onde a consumação do ato sexual deveria acontecer. Sendo assim, nenhum país se responsabilizaria por inusitado acontecimento.

No desdobramento desse episódio, a agência comercializadora, lançando mão da *Internet*, estendeu seu campo de ação e, na função própria a qualquer site de venda virtual, fez com que tal negociação desse a oportunidade a várias outras pessoas em ter o interesse por esse tipo de transação. Ao caírem na rede, tanto a virgem brasileira quanto o jovem russo, foram transformados, de imediato, em personagens midiáticas, ou seja, em celebridades. Mais uma vez, a interação via redes sociais mostra que nesse campo não existem fronteiras e sim uma linha sutil entre a vida real e a vida virtual.

Nas pautas das minhas considerações, e trilhando por esse contexto questionador, duas constatações emergiram: na concorrência, entre um homem russo e uma mulher brasileira, o lance financeiro de maior valor foi para Catarina, transformando-a na grande “vencedora” do leilão.

Tal procedimento consolida a presença da ideologia patriarcal que permanece ativa nas sociedades ocidentais contemporâneas. O hímen feminino e o seu “valor” tornaram-se assuntos debatidos nas mais diversas instâncias sociais.

Ademais, para comprovar a condição de virgem, foi preciso, que Catarina se submetesse a um exame médico, – diferentemente do que aconteceu com o jovem russo, afinal, o corpo masculino é desprovido dessa membrana fetichista –, pois, era uma das cláusulas, previamente exigida pelo contrato por ela assinado, com a agência que colocou o vantajoso “produto” à venda. O referido documento foi divulgado no editorial escrito por Edson Aran (2013, p. 10), intitulado *Desvirginando 2013: As atrações da edição e a comprovação que você queria (seu incrédulo!)*: “Uma virgem e o Ano Novo têm muita coisa em comum. Assim como ela, o ano permanece intacto, intocado, ilibado e pede para ser preenchido com muita excitação e prazer”.

São fatos que confirmam como, biológica e socialmente, a virgindade feminina, ao contrário da masculina, ainda permanece envolta em uma esfera simbólica na qual a sua legitimidade está em provar a inteireza do hímen – uma membrana dérmica que serve apenas para vedar e estigmatizar a vagina.

No site <http://virginswanted.com.au/catarina-BID.html> foram expostas as diversas propostas com diferentes preços a serem pagos. Migliorini foi capa de revistas, a exemplo das revistas *Veja* (novembro de 2012), e do *Playboy* (janeiro de 2013), entre tantas outras publicações.

Figura 22: Ela vendeu sua virgindade. Tudo se compra?



Fonte: Revista Veja 21 nov. 2012.

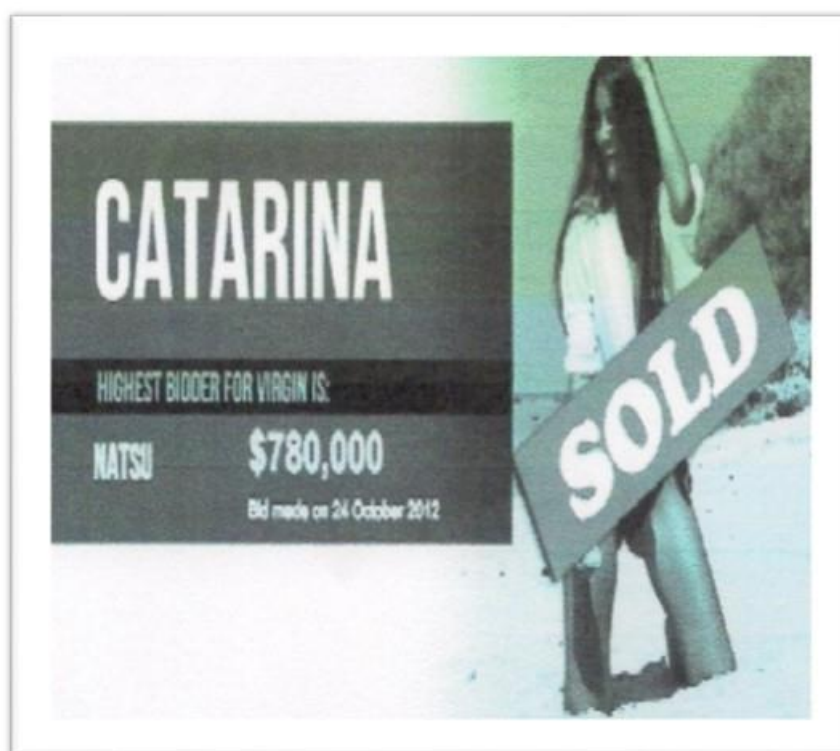
Diante desse inusitado intercâmbio financeiro, estruturou-se mais um território de comercialização, dessa vez, voluntária, de um corpo de mulher, cuja “dádiva” (MAUSS, 2003), a ser trocada entre os seus participantes, possibilitou a configuração simbólica de um arsenal fetichista vinculado à produção de identidade de gênero e de comportamento, com relação aos corpos sexuais.

Na legitimação dos seus anseios e desejos, a protagonista, ao negociar, por preço exorbitante, essa parte emblemática do corpo feminino, traz com a sua resolução, um argumento comum e externado nas várias entrevistas por ela concedidas, isto é: “o corpo é meu e faço dele

o que quiser” (MIGLIORINI, 2013). Vê-se que, a pergunta da tese, de novo, volta a se inserir nas reais experiências corporais do feminino.

A foto abaixo retrata o modo com o qual o site do leilão usou a imagem de mulher para divulgar o fato. No seu corpo foi carimbada uma tarja com a palavra *sold* (vendida). Tal vocábulo imprimia a condição de um objeto comercializado, que se posicionava em uma estrutura corporal feminina, jovem, atraente, fetichizada, daí ser inserido como uma transação comercial na qual a condição de ser virgem teve o seu alto preço financeiro.

Figura 23: Catarina: Sold



Fonte: <http://virginswanted.com.au/catarina-BID.html>>. Acesso em 28 de abril 2014.

Catarina, cuja alcunha midiática passou a ser veiculada como “a virgem vendida”, em um depoimento, concedido ao *SuperPop*,⁷¹ ao ser interrogada como se sentia em ser uma “mercadoria à venda”, ela respondeu que esse fato não tinha qualquer importância em sua vida, já que seria por uma só noite. Mas, de forma ambígua, imediatamente, afirmou que se incomodaria, “como mulher”, de ser uma mercadoria.

⁷¹ Programa da Rede *TV Record*, São Paulo. Matéria intitulada *Brasileira que vai leiloar virgindade abre o jogo no SuperPop*, em 4 out. 2012.

Ficou evidente que, ao comercializar o seu corpo por uma única noite, a protagonista dessa ação, afirmava que não se sentia explorada. Nesse contexto, a garota virgem, de classe média, se colocou como uma negociante eficaz, ao reforçar que tal ato tinha as suas regras, isto é: a “defloração” somente aconteceria mediante pagamento prévio, visto que o valor negociado deveria ser depositado em sua conta bancária antes de a relação se consumir.

O fato é que, ambos os lados jogaram as suas cartas: as de Catarina se pautavam no montante a ser recebido e na possibilidade de virar celebridade; a da agência, em exigir e explorar, com um formato espetacular, a comprovação de um hímen intacto, dentro de um corpo fetichizado de uma, ainda, quase “ninfeta”.

Talvez, o pensamento de Sant’Anna (2000) possa dar as pistas necessárias para as análises que suportam as formulações, aí inseridas. A autora defende a necessidade de o indivíduo buscar, sobretudo, aquilo que possa dar sustentação aos sentidos que daí emanam, e que, nessa busca, não se deixe sucumbir aos efeitos imponderáveis, expressos pela cultura midiática espetacularizada que, ao influenciar cada corpo, em particular, pode reduzir essas descobertas a um negócio atrativo e rentável, porém escravagista. São posições que podem ultrapassar os limites físicos e psicológicos da relação do sujeito com a sua vida e com os seus desejos.

Se, de um lado, a garota virgem, vendia um corpo “ilibado”, até então intocável, por outro lado, talvez, no desejo de subir na vida, obcecada pela fama, sua resolução demonstrou que os processos históricos, com relação às desigualdades de gêneros estão atuantes no contexto sociocultural patriarcal contemporâneo e, muitas vezes, com a anuência feminina. Assim posto, o modo de entender a sexualidade da mulher reflete, basicamente, a ordem moral na qual essa condição está inserida. Migliorini, ao priorizar tal decisão em sua vida, por vezes, até mesmo sem ter consciência, desafiou, de certa forma, a moral hegemônica, na qual o masculino detém a propriedade do sexo feminino. Entretanto, o paradoxo, também aí se instala, visto que, ao vender a sua “pureza”, põe à tona como a dominação masculina e a subordinação feminina permanecem em voga, no século XXI, evidenciando o poder androcêntrico cristalizado, tanto nos homens quanto nas mulheres. É a força simbólica violentando os corpos dos humanos que, ao exercer seu poder diretamente sobre eles, o faz “como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos” (BOURDIEU, 2010, p. 50).

No percurso da expansão capitalista, comum às organizações societárias ocidentais, os meios de produção da comunicação promovem, de certa forma, a lógica espetacularosa coletiva, e a inclui, tanto nas esferas públicas quanto nos âmbitos das esferas privadas, em um tipo de

entretenimento massificado que causa exaltação aos seus participantes. Revisito a ideia do espetáculo acumulado, integrado – igualmente delineado no terceiro capítulo – que, conforme Debord (1997) se mantém presente nas modernas condições de produção, na qual reina o Capital.

Mais uma vez, os pressupostos marxistas ocupam um espaço nesta tese. Se, por um lado, a universalização da produção de mercadorias se interpõe nas relações sociais entre as pessoas e “as coisas”, já passamos da hora de dar atenção à desmistificação do fetichismo da mercadoria e do capital. É assim que o caráter alienado de um mundo globalizado – no qual os objetos se movem como pessoas –, pode ser desvendado e repudiado, evitando que os sujeitos sociais possam ser dominados pelas “coisas” por eles produzidas. Por outro lado, se durante o processo de produção, a mercadoria ainda é dominada pelo produtor, tal matéria, inserida no processo de circulação do capital, posta à venda, permite que essa ação continuada se inverta. Dessa forma, o objeto domina o seu criador que, ao perder o domínio daquilo que produziu, passa a ser refém dos movimentos que circulam entre as “coisas” e os poderes mágicos, fetichistas, delas emanados.

Nessa venda inusitada de uma membrana corporal, o espetáculo se fixou, demonstrando que, o corpo dessa mulher, sensualizado e capitalizado, se inseriu socialmente como um capital a ser explorado. Doravante, ele já não se posiciona mais como uma mercadoria de uma só noite, porquanto, no desejo de se manter no papel de uma celebridade, provavelmente, buscará prolongar os breves momentos de fama, até então conquistados. Dessa forma, o desempenho do capital, com os seus objetivos, se expressam tanto na instância da produtividade, do lucro, do material, quanto na instância da simbolização. A violência física e simbólica se instala, e o objeto segue perseguindo resultados que se afastam da ideia da emancipação.

Os pressupostos de Goldenberg (2010, p. 9), voltam a fazer eco, nesta tese. Ao posicionar corpo como um capital, menciona que “diferentes campos colocam em jogo diferentes capitais, podendo um capital ser extremamente valioso em um campo e não ter o menor valor em outro”. E prossegue: “no Brasil contemporâneo, acredito que o corpo funciona como um importante capital nos mais diversos campos, mesmo naqueles em que, aparentemente, ele não seria um poder ou um mecanismo de distinção.”

Nesse “mecanismo de distinção”, certas condutas, por vezes ambíguas, podem possibilitar a alienação. Portanto, é na instância das controvérsias que, nos espaços políticos e midiáticos, os corpos se inserem em um *locus* o qual evidencia as vivências espetacularizadas. Nesse contexto, estão também os corpos infantis que, imersos nessa perspectiva modeladora,

se expõem aos exageros de um mundo globalizado sob a égide do fetichismo. Tomo, de novo, como exemplo o fenômeno da *Barbie* – a boneca mais vendida em todo o mundo –, que, com o seu corpo artificial e anoréxico, neutro de emoção nunca envelhece, mesmo a despeito de ter cinquenta anos. A imagem delgada, impressa na estrutura corporal desse brinquedo infantil, representa “não só a quintessência da beleza corporal feminina, mas também a quintessência do sucesso social, da felicidade e da perfeição” (PARISOLI, 2004, p. 40-41). Isso nada mais é do que dizer que, na infância se começa a formatar a ideia de uma imagem física, com suas formas perfeitas e sedutoras. Esse proceder pode induzir as crianças a pensarem que esse é o caminho para o sucesso e a distinção social.

Se esse protótipo de mulher faz tanto sucesso entre as meninas, é preciso considerar de que modo e em que medida as representações físicas, na infância, estão sendo trabalhadas. Que encanto e que magia, ou fetiche, estão imersos na silhueta da *Barbie*, para que as pequenas mulheres a desejem tanto?

Tal critério nos leva a perceber que as mulheres belas, magras, nas sociedades consumistas da contemporaneidade, gozam de privilégios que facilitam suas relações sociais. “A tendência geral se torna então fazer do corpo um parceiro a bajular ou um adversário a combater ou remanejar” (PARISOLI, 2004, p. 43).

De novo, a Psicologia Analítica, com os seus opostos, é aqui invocada, pois, o resultado de certas ações corporais, codificadas e artificializadas, evidencia a dualidade entre o ideal e o real, ou seja, existe uma dicotomia nas ações que se estabelecem entre um corpo materializado, construído sob a égide das opressões sociais, e aquele no qual está impresso *o si mesmo* de cada indivíduo. O que nos interessa diante de tal constatação, é demarcar a importância de uma reflexão nas relações que se passam entre o sujeito e o seu corpo, de acordo com o modo de assimilar, ou não, as regras e as normas ético-sociais que estão inclusas nas práticas e nas atitudes de cada pessoa, em particular.

A preocupação que aqui exponho está pautada em certo estado de decadência, por vezes homogeneizada, que se instalou não somente no âmbito cultural da mulher adulta, mas de igual modo na cultura da menina/mulher. Tais regras se inscrevem na reprodução de modelos estereotipados, nos quais uma relação de poder se estabelece. São valores que se estruturam na visão das sociedades patriarcais, machistas que, ao apresentar o feminino incluso em territórios mercantilizados, artificializados e coisificados, possibilita que o objeto possa ser consumido e vendido como qualquer mercadoria.

Com tal entendimento, retorno à virgindade vendida que, diante das altas quantias oferecidas, do emergir do fato midiático espetacularizado e, da forma sensacional que, na contemporaneidade, foi tratada e retratada a ruptura do hímen de uma mulher, questões sociais relevantes foram deixadas de lado.

São ponderações que trazem no seu bojo, por exemplo, a apropriação dos himens fetichizados pelo estupro das meninas virgens e menores de idade, por vezes impúberes; a prostituição infantil e o turismo sexual, explorando os corpos das meninas/mulheres, fatos considerados como crime pela legislação brasileira, mas que as leis e as sociedades os toleram e fingem que não existem; os frutos gerados dos abusos sexuais carregando, de modo geral, o estigma da rejeição; os hediondos crimes sexistas que, na maioria das vezes, fazem das mulheres as suas vítimas potenciais; a homofobia, demarcada por preconceitos arraigados nas sociedades, pelos que teimam em não entender o direito às diferenças; o racismo, dissimulado em uma falsa tolerância, a qual insiste em considerar a sociedade brasileira isenta de tais ideias discriminatórias; que, unidas a outras tantas coações, manifestam as vulnerabilidades sociais, do nosso país, nas quais os corpos das mulheres se protagonizam.

Algumas questões podem ser aqui cabíveis: será que, na comercialização de um hímen íntegro, a sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) se põe em ação, ou que o direito às opções seja mais relevante do que tal condição social preconizada pelo referido autor?

Cabem aqui as duas formulações? E o nosso posicionamento crítico, qual caminho pode seguir, diante das respostas, visto que a tese postula, a todo o instante, pelo respeito às diferenças, mas igualmente pela ética?

6.2 AS IDENTIDADES DOMINADAS - EXPLORADAS, VIOLENTADAS, SEVICIADAS: FEMINICÍDIOS?

La intencionalidad de matar o simplemente herir o hacer sufrir no define diferencias: en esta perspectiva, a veces el feminicidio es un resultado no deliberadamente buscado por el agresor. En este sentido, los crímenes del patriarcado o feminicidios son, claramente, crímenes de poder, es decir, crímenes cuya dupla función es, en este modelo, simultáneamente, la retención o manutención, y la reproducción del poder (SEGATO, 2006, p. 4) ⁷²

⁷² “A intencionalidade de matar, ou simplesmente ferir ou fazer sofrer, não define diferença. Nessa perspectiva: as vezes o feminicídio é um resultado não deliberadamente buscado pelo agressor. Nesse sentido, o crime do patriarcado, os feminicídios são, claramente crimes de poder, quer dizer, crime cuja dupla função é, nesse modelo,

O aumento de mulheres assassinadas, por razão de gênero, é uma realidade globalizada, e, ao lado desses crimes se evidencia o modo cruel no qual tais assassinatos estão sendo realizados. Neste contexto, o vocábulo feminicídio passa a ser usado no lugar de assassinato de mulheres, porquanto, na atualidade, tais delitos, com as brutalidades neles inseridas, vêm se tornando fatos tão corriqueiros que podem ser configurados como um verdadeiro genocídio (SEGATO, 2006).

Com tal entendimento existe, na atualidade, um consenso em torno da definição dos assassinatos das mulheres revelando que, a união do termo feminicídio a palavra genocídio é apropriada, visto que, tanto um delito quanto o outro se dirige a uma categoria específica e não a um indivíduo, em particular. Se, normalmente, no extermínio de uma comunidade os motivos são “étnicos, raciais, linguísticos”, nos feminicídios a violência é dirigida às mulheres, com o objetivo de despersonalizar a categoria como sujeito (SEGATO, 2005, p. 278 - 279).

Para tanto, a autora coloca à nossa reflexão uma das pautas de discussões polêmicas e emergentes, no feminismo de nossos dias. Nessa perspectiva, na linguagem do feminicídio, o corpo feminino significa território e, desse modo, ele se anexa como parte do país conquistado. Refiro-me a um corpo de mulher explorado, dominado, violentado, amortecido, aniquilado.

A realidade é que, se no espaço jurídico quanto em outros espaços sociais, este tipo de crime representa a violência física de um corpo feminino morto. Entendo que o significado dele vai além dessa compreensão, já que engloba os abusos verbais, psicológicos, emocionais que estão contidos em todas as formas de violações da liberdade sobre a categoria do feminino. Tal termo, também traz à tona, o conceito de violência simbólica na qual as ações perversas do patriarcado seguem controlando e punindo os corpos femininos. São considerações nas quais a violência se expressa e, sem dar trégua, os fatos veiculados pelas mídias “espetaculosas” (DEBORD, 1997), demonstram a urgência em fazer frente às práticas cristalizadas e fixadas da ideologia patriarcal.

Destarte, uma questão é posta à reflexão: como debater cidadania, se não for questionada a maneira pela qual os valores se expressam na sociedade em que vivemos? As ideias aqui delineadas podem se inserir na ordem do princípio da “radicalidade” (SAFFIOTI, 2004; VALADARES, 2007). Como tal noção defende que, para decifrar o nó que posiciona a mulher em sua condição de subalternidade, é imprescindível ir às raízes de todo tipo de

simultaneamente a retenção ou manutenção e a reprodução do poder” (SEGATO, 2006, p. 4). Tradução livre da pesquisadora.

exploração, os emaranhados que se laçam em torno das injustas diferenças biológicas e sexuais, da divisão social do trabalho entre os sexos, da economia do cuidado, do silêncio das mulheres com a banalização dos seus corpos, entre outras questões, que violentam a vida dessa categoria, devem estar inseridos em um sistema político que vise a mudanças sociais e culturais, imediatas, para esse grupo.

Algumas das ações de resistências – fundamentalmente operadas pelos diferentes movimentos de mulheres – vêm mostrando que, para alcançar a meta desejada, da liberdade e da emancipação, é conveniente tomar distância dos conhecimentos cristalizados, essencialistas, estabelecidos ao longo da História do feminismo, visto que muitos deles, ainda não deram respostas satisfatórias às questões vinculadas tanto à subordinação quanto à emancipação do feminino.

Sendo assim, nesta parte da tese, trago a noção de feminicídio (SEGATO, 2006), unida às ideias de duas outras feministas (HELEIETH B. SAFFIOTI, 1996, 2001, 2004; LORETA VALADARES, 2007), que, decolando das ideias marxistas colocam à baila questões concernentes ao capitalismo, ao patriarcado e à violência, nas suas diversas configurações. Entretanto, não poderia deixar à parte o olhar masculino de Bourdieu (2010), que, ao enveredar por tal tema, demonstra como a estrutura de dominação-exploração, do masculino sobre o feminino, se estabeleceu e se “naturalizou”, eternizando-se, ao longo do tempo.

Ao revisitar as ideias de Saffioti, busco compreender os mecanismos profundos da exploração das mulheres, no capitalismo, já que, no entendimento da autora, a relação estrutural entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, encontra-se de tal ordem enlaçado entre si que seria este eixo o responsável pelas dinâmicas de desigualdade na sociedade contemporânea. “A sociedade é uma totalidade, e a crença nisso me faz progredir teoricamente” (SAFFIOTI, 2004, p.156).

Diante de tal visão, a socióloga entendia que o interesse em estudar o tema violência, tinha como finalidade elaborar ideias que possibilitassem a construção de políticas públicas para as mulheres. São pensamentos que devem ser oferecidos aos governantes, na crença de que os meios de colocá-los em prática estavam ao alcance de tal poder. A socióloga feminista vai mais além, ao distinguir que o espaço doméstico, mesmo sendo um sítio eminentemente feminino, não era o lugar de privacidade, haja vista que se inseria em um universo do trabalho não reconhecido, não pago e invisível socialmente.

Valadares (2007, p. 58), semelhantemente a Saffioti, enfatiza que os embates contra a opressão da mulher devem se fixar “na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo/gênero, de raça e de classe”. Para tanto, é preciso “concentrar seus esforços no chamamento às ações concretas de luta em todos os terrenos da sociedade perpassada pelo gênero” (VALADARES, 2007, p. 60).

Se aqui coloco o conceito da “radicalidade”, para falar sobre o território feminino violentado, entrelaçado nos pressupostos dessas duas feministas, é porque, na esteira de tal compreensão emerge a possibilidade de quebrar o elo estrutural e cultural que envolve as assimétricas questões sobre gênero, classes, raças e gerações. Utopia ou não, as autoras colocam à nossa reflexão, a importância dessa ruptura já que é por intermédio dela que o ser feminino pode encontrar sua real liberdade. Na adoção da teoria marxista vinculada à emancipação, incorporam a noção de radicalidade como um processo social que pudesse tornar possível a instauração de um novo modelo, e que esse fosse de encontro aos padrões cerceadores que recaem sobre as inúmeras vivências opressoras do ser feminino. Por conseguinte, o objetivo da “radicalidade” se pauta na construção de outro tipo de vivência social que possa superar qualquer espécie de cerceamento aos direitos essenciais os quais devem ser outorgados aos seres humanos. Tais requisitos levam a um pensar coletivo, visando, sobremaneira, ao desenvolvimento tanto pessoal quanto cultural e político da mulher.

Diante das altas taxas dos feminicídios, talvez, pelas permanências das reivindicações, os fatos revelarem que, em torno deles surgiram condições que tornaram possível a elaboração de políticas públicas, em prol das causas feministas. Tais políticas, apesar de até então não contemplarem, na sua plenitude, os anseios desse grupo, seguem dando sustentação aos avanços permitindo, de certa maneira, que as vozes feministas ecoem com as suas demandas emancipatórias.

A *Lei Maria da Penha*,⁷³ ilustra esse cenário de mudanças o qual vem se desenhando, com relação à proteção das mulheres. Entretanto, a violência por causas sexistas, nas suas mais diversas formas, não deixa esquecer que o mundo continua sob o “poder do pai”, apesar de que

⁷³ A *Lei Maria da Penha*, Criada e promulgada em 2006, no Brasil, com o objetivo de coibir a violência dos homens contra as mulheres. Originada da denúncia de nº12. 051/OEA, de Maria da Penha Maia Fernandes, cidadã brasileira que, diante das repetidas tentativas de homicídio advinda do seu marido, decidiu, enfim, denunciá-lo. Em razão desse fato, *O Centro pela Justiça pelo Direito internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher* (CLADEM), junto à mulher ofendida, formalizaram uma denúncia à *Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA*, órgão responsável pela não interrupção de comunicações decorrentes de violação desses acordos internacionais. O marido foi punido, somente depois de 19 anos de julgamento, e ficou, apenas, dois anos em regime penitenciário fechado.

muitas das amarras do passado já foram rompidas e confrontadas pelas mulheres e, fazendo justiça, por uma parcela, ainda que não muito grande, do universo masculino. O fato é que, tal condição, prejudica ambos os sexos, todavia, recai em proporção considerável sobre as mulheres. “O sexismo não é somente uma ideologia, reflete também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Esse é um fenômeno universal, visto que, socializada para desenvolver comportamentos conciliadores, tal categoria é anulada com relação ao poder, e a cultura falocêntrica.

Nos constantes embates travados, quer na casa, quer na rua, as resistências aos tantos padrões androcêntricos, cerceadores das suas aspirações e desejos, se evidenciam. Essas ações de resistência não têm sido fáceis de serem enfrentadas pelas mulheres sem o aporte efetivo da sociedade. O que se presencia, dentre as várias maneiras de enfrentamento, é que essa condição também é ambígua, isso é, ou a mulher rompe com o silêncio e se faz parceira das atitudes libertárias, percurso que desfaz os nós da opressão; ou, como em muitos casos, o uso da violência se insere entre as partes, condição que não tem sido incomum, até porque, nem sempre a sociedade, com as suas leis, vem dando conta dos acontecimentos relacionados a tais ações.

Nesse sentido, os dados veiculados pelo Mapa da Violência (2012), unidos às ideias acima expostas, induzem a alguns questionamentos: por que as estatísticas com relação às mortes de mulheres, em nosso país, não diminuíram após a Lei Maria da Penha? O que esses corpos mortos representam para o sistema jurídico e para a sociedade brasileira? Por quais motivos essas mulheres estão sendo mortas? Paixão? Poder? Misoginia? Que linguagem o feminicídio enuncia, a coisificação ou objetivação dos corpos femininos, a cumplicidade com o silêncio, a desumanização globalizada, na qual a mentalidade e a cultura dominante estão sobre a égide da força do patriarcado? A impunidade, produzindo e reproduzindo atos violentos sobre os corpos das mulheres?

Nesse particular, retomo o conceito de dominação-exploração no qual se imprime a ordem patriarcal de gênero, cristalizada e legitimada, como uma condição que, conforme Saffioti (2001), não precisa de ratificação, já que o masculino encontra, na maioria das vezes, um modo de realizar o seu almejado projeto de dominação-exploração sobre a mulher, ou por meio da sua força ou por meio da persuasão, do medo e do silenciamento. É aqui, diante do silêncio, que a pretensa inocência toma corpo, porquanto, a insistência no essencialismo e na vitimização, pode ser um empecilho para a tão sonhada emancipação feminina.

Com essas ideias em discussão, é preciso tomar cuidado no conceito de vitimização. Isso porque, se por um lado a mulher reage às violências relacionadas aos comportamentos forjados no poder patriarcal; por outro lado, talvez, pela sua própria condição de não sujeito – considerando, especialmente, as questões que organizam o gênero, nas instâncias sociais –, ela, por se movimentar em um pedaço bem menor desse real poder, sente-se fragilizada e amedrontada em encarar as lutas que se inserem nesse campo, ao longo dos séculos. Os comportamentos conflitantes se evidenciam, revelando que, uma mesma protagonista, pode adotar caminhos distintos, com relação às violências sofridas e reproduzidas, no percurso da sua vida. Exemplos desse comportamento estão em muitas das denúncias que, ao tempo que são formalizadas, pelas mulheres nas instâncias legais de proteção, são, ao mesmo tempo, retiradas, por conta do medo ou das conveniências das protagonistas da ação. Nos pressupostos fundamentados por diferentes autoras feministas, a exemplo de Chauí (1985) e (Saffioti, 1976), tal situação configura uma ideologia de dominação social, que outorga ao masculino os privilégios nas suas diversas instâncias sociais.

Conforme Chauí, a violência contra a mulher está pautada em convicções políticas de dominação do masculino que vem sendo não somente produzida, mas, reproduzida pelo homem e, igualmente, pela mulher. Tal ideologia descreve essa última categoria como inferior ao masculino, situando a mulher, muitas vezes, como cúmplice, tanto nas agressões sofridas, quanto naquelas que ela pratica. Por ser tal grupo humilhado e a sua subjetividade desconsiderada, ele participa dessa cumplicidade por não ter opção. Sob a égide da dominação do masculino, por ser tratada como objeto e não como sujeito, a mulher se torna um ser passivo, silenciando-se e subordinando-se à vontade do seu algoz. Esse, com a sua força, oprime, domina e explora seu corpo.

Nesse contorno, por meio da violência engendrada nos discursos masculinos, as diferenças se transformam em desigualdades, sustentando a hierarquia e as assimetrias aí existentes. “Cremos que a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências decorre do modo como foram postas pela sociedade moderna como sujeitos, investidas de uma subjetividade muito peculiar e dramática” (CHAUÍ, 1985, p. 47).

O pressuposto aqui delineado defende que o discurso masculino sobre o corpo feminino não é uma linguagem apenas produzida pelo homem, visto que, nele coexiste uma ótica feminina comprometida nesse processo, desde quando, o silêncio das mulheres vem corroborando com a referida situação. Pondo em discussão o significado da palavra liberdade, entende que o ser humano se habituou a pensar tal condição como um ato puro da vontade no

qual as escolhas realizadas afirmam o que é desejado e rechaçam aquilo que não o interessa. Para Chauí (1985, p. 36), melhor seria se o sujeito refletisse o significado que esse termo encerra já que, a liberdade deve ser considerada como “aptidão para transformar os dados brutos de nossa experiência em reflexão sobre a sua origem e lhes dar um sentido novo”.

Já Saffioti (1976), ao falar sobre a vitimização, não aceita a ideia de que as mulheres sejam “cúmplices da violência”, como discorre a filósofa. Na sua perspectiva marxista, enfatiza que a dominação masculina advém do poder patriarcal, presentes nos sistemas capitalistas. A mulher se submete ao poder do macho, não por ser cúmplice, mas, porque é forçada a ele ceder, visto que, mesmo sendo definida como sujeito, ela não tem poder suficiente para escolher entre o consentir e o não consentir. Diante da força maior do masculino, o feminino é forçado a desistir. Fundamentada nesse pensamento, ao defender a condição de dominação-exploração, no cerne do regime patriarcal, admite que, nessa singular condição, a categoria mulher se subordina aos desejos do masculino como se esse fosse o seu destino natural. “As próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo” (SAFFIOTI, 1976, p. 57).

Para a feminista marxista, o socialismo sempre se preocupou com os problemas das mulheres e, por conta disso não as excluem de qualquer atividade dentro da sociedade. Admite que, a solução para a emancipação feminina deve ser baseada na destruição do capitalismo, porquanto, tal regime, ao outorgar poder ao capital, cria obstáculos para o verdadeiro desenvolvimento de homens e mulheres. Entretanto, mesmo diante desse pensar, ressalta que qualquer ética socialista não deve menosprezar a condição singular na qual a existência feminina está inserida. “O descompasso entre as instituições no que tange à mulher exige uma intervenção racional na realidade social se, de fato, se deseja promover a emancipação feminina” (SAFFIOTI, 1976, p. 83).

Coloco-me, em frente a esses pressupostos e observo como o entendimento das questões concernentes à vitimização da mulher é complexo. Existem hábitos, aí consolidados, que revelam como tais costumes, pautados na cultura patriarcal, se fixam em terrenos movediços e, sendo assim, impõe-se uma mudança de comportamento da categoria na qual a cumplicidade com o silêncio deve dar espaço à consciência da denúncia. Tais transformações, sejam elas no âmbito privado ou no público, devem abranger as questões relacionadas às “obrigações”, visto que, para sair desse processo que a coloca no lugar de vítima, os deveres e os direitos devem ser repartidos de forma equânime, entre os sexos. Como tal perspectiva está longe de ser alcançada, os problemas do feminino, nesse campo inseridos, não abrangem

somente a dimensão econômica. Mesmo quando economicamente emancipadas, as mulheres continuam sofrendo certas injunções que não se manifestam apenas diante da condição “natural”, mas, de toda a contribuição da cultura que está associada ao seu modo de vida.

Nessa instância, pertinente retomar a *Lei Maria da Penha*, na qual as estatísticas demonstram que, no sexto ano de sua vigência, as mulheres continuam sendo vítimas de agressões, independentemente da idade. O registro desse tipo de homicídios no Brasil, divulgado pelo *Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2012),⁷⁴ traz ao conhecimento da população números alarmantes de crimes sexistas. Nas fontes atualizadas do referido mapa, em 2012, o registro total desses assassinatos passou de 49.992 para 52.260. O histórico entre os anos de 1980/2010 mostra que perto de 91 mil mulheres, nesses últimos trinta anos, foram assassinadas em nosso país. O número de mortes, a partir de 1980, passou de 1.353 para 4.297 e, essa estatística, segundo a fonte pesquisada, representa um aumento de 217%, mais que triplicando o número de mulheres vítimas de assassinatos.

O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) divulgou, em setembro de 2013, um estudo preliminar no qual registrava entre os anos de 2009 e 2011, no Brasil, 16,9 mil feminicídios, ou seja, mortes de mulheres por conflito de gênero, após a validade e a aplicação da referida lei. Esse número, segundo a entidade, indica uma taxa de 5,8 casos para cada grupo de 100 mil mulheres.

Tais delitos, comumente, são praticados pelos próprios maridos ou companheiros e, da mesma forma, pelos ex- maridos e ex-companheiros. As mulheres jovens, de acordo com a referida investigação, são as maiores vítimas e, mais da metade dessas mortes, atingem aquelas na faixa etária de 20 a 39 anos. Um dado de grande relevância, revelado pela pesquisa, diz respeito às mulheres pobres e negras, categorias que incluem as maiores vítimas desse tipo de crime, fundamentalmente nas regiões com menor grau de escolaridade, o Nordeste (87%) e o Centro-Oeste (68%). Esse documento, além de trazer uma estatística inquietante, relacionada à violência contra as mulheres, defende que a morte é apenas a ponta de todo esse processo, pois, existe um universo de coação e brutalidade omitidas, silenciadas e não declaradas, no espaço privado, isto é no lar.

É visível, diante dos fatos comprovados pelas estatísticas, que não se tem tempo a perder com crimes imersos nesse contexto de violência de gênero. É fato que, tal tipo de

⁷⁴ Mapa estatístico, elaborado por Julio Jacob Waiselfisz (2012), com a autorização do Ministério da Justiça Brasileira, e em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (CEBELA), Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO) e Instituto Sangari.

violência ao se fixar nas esferas sociais, concedeu aos homens o poder de certas condutas opressoras, muitas delas sob a anuência da sociedade. Esse poder vem sendo exercido, desde tempos remotos, sobre as classes mais vulneráveis, quais sejam as mulheres, os idosos, as crianças e os adolescentes, de ambos os sexos (SAFFIOTI, 2001). Estabelecida à supremacia, os conceitos foram legitimados dentro de uma perspectiva hegemônica, androcêntrica.

Ao abordar esse ponto, reafirmo que a diferença sexual é uma desigualdade que deve ser combatida sob a compreensão de uma política de igualdade na qual se posicione os embates inseridos nas questões vinculadas ao campo das discussões entre a liberdade e a sujeição. Tal debate requer uma atitude emergente e alargada, visto que, ele problematiza não somente o âmbito jurídico, mas, igualmente o âmbito político, social e econômico. Se, por uma dimensão, os contraceptivos romperam as barreiras, até então, fixadas sobre o corpo feminino, por outra dimensão, o poder patriarcal continua presente, demonstrando o quão é difícil existir em um corpo de mulher.

Nesse particular, em um documentário intitulado *Réponse de Femmes: Notre corps, Notre Sexe*⁷⁵, Agnès Varda (1975) expõe o quão controverso é tal existir. A cineasta belga traz à tona as críticas que recaem sobre o corpo de tal categoria e, ao utilizar como ferramenta a voz de um grupo de mulheres, de variadas faixas etárias, expressa: “Loucas! nos é dito ‘se esconda, cubra o seu sexo’”; sendo assim, as mulheres são compelidas a ocultarem os seus corpos. Entretanto, essa mesma sociedade que cobra o ocultamento corporal, do mesmo modo se manifesta em sentido contrário, dizendo: “se mostre, seu corpo vende”. Decidam-se, mulheres! É com esse desabafo verbal que, por intermédio das imagens, põe em discussão as ambiguidades estabelecidas em torno da corporeidade feminina.

É o ser ou não ser, condições expostas no “conflito” do feminino, tão bem demarcadas por Badinter (2011) – ser ou não ser mãe; ser ou não ser nutriz; ser ou não ser mulher sujeito ou mulher objeto; ser ou não ser subordinada; ser ou não ser emancipada –, carimbando os conflitos que imprimem marcas, nas experiências vividas pelo feminino.

As meninas, do mesmo modo que as mulheres adultas, tornam-se alvo das violências que se instituem na instância corporal. Dessa maneira, alargam-se os caminhos que levam às várias formas dos abusos e explorações sexuais. Esses dois termos, apesar de terem componentes comuns, merecem ser diferenciados. No abuso sexual, o adulto se utiliza do corpo

⁷⁵ *Resposta de Mulheres: Nossos corpos. Nosso Sexo*. (Tradução livre da pesquisadora).

de uma criança ou de uma adolescente para a sua satisfação sexual; na exploração, ao que se visa é o ganho financeiro que esse objeto pode garantir para o seu investidor.

Tal diferenciação, inserida no documento intitulado *Abuso Sexual Infantil y Explotación Comercial Infantil em América Latina El Caribe - Informe Genérico Situacional Save the Children – Suécia, Bogotá, D.C., 13 de diciembre de 2006*, traz à compreensão de que, tanto em uma situação quanto na outra, presencia-se uma série de comportamentos nos quais o consentimento do ser abusado ou explorado sexualmente, pode ou não estar presente, durante o ato. Contudo, com a anuência ou não, o fato é que nos noticiários e nos depoimentos concedidos pelas vítimas de tal ação, fica explícito que o agressor, ao usar da sua autoridade diante da pessoa sacrificada, o faz por intermédio de um tipo de violência na qual a coação se evidencia, demonstrando uma forma de poder que denuncia as desigualdades de gênero e de geração.

É fato que, na maioria das vezes, o abuso sexual infantil é praticado no interior do ambiente familiar e que os agressores, geralmente, são os homens adultos, membros desse grupo. São os pais biológicos ou não, a exemplo dos padrastos, os irmãos, os padrinhos, que escolhem as crianças e as adolescentes, geralmente femininas, para a satisfação dos seus prazeres e desejos sexuais. Por ser um problema de difícil enfrentamento, as protagonistas se calam, porquanto, tal denúncia expõe a violência presente no espaço intrafamiliar, o qual não deve ser maculado. Todavia, esse pacto de silêncio se estabelece não somente entre o algoz e sua vítima, mas também entre os outros integrantes desse específico grupo.

Esta é uma situação na qual existe um obstáculo a ser vivido, essencialmente, pela própria mãe do ser violentado, ao constatar que a violência adveio por parte do seu próprio companheiro. Tal personagem, frequentemente, escolhe a cegueira e nega a situação. Ademais, por não poder suportar o peso da realidade, passa a proteger o lado mais forte, ou seja, o “seu” macho. São atitudes reveladoras de sentimentos ambíguos imersos nesse conflito familiar e conjugal.

Se no território materno a indignação, o ciúme, a culpa e a desilusão se fazem presentes, diante da possibilidade da ruptura da unidade familiar, no universo vulnerável e frágil da criança ou da adolescente se estabelece uma situação traumática, diante da violência imposta que envolve tanto o seu corpo quanto a sua sexualidade. Nesse espaço do desamparo, as sensações conflitantes, igualmente, se fazem presentes. O medo, a raiva, também a culpa que advém de um prazer interdito, também se evidenciam, ajudando a garantir o silêncio dessas meninas-mulheres.

São comportamentos que indicam como a dominação masculina e a sujeição feminina, naturalizam não apenas a produção desse modo de violência, mas, sobretudo, contribuem para que tais atitudes covardes, abusivas, assimétricas, continuem a ser reproduzidas pelo poder do masculino, nesses tempos paradoxais, marcados pelas espetacularizações e, igualmente pelos embates em prol dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, também esse ato está vinculado ao consumo do outro, a um canibalismo mediante o qual o outro perece como vontade autônoma, e sua oportunidade de existir somente persiste se é apropriada e incluída no corpo de quem o devorou. O resto da sua existência persiste somente como parte do projeto do dominador (SEGATO, 2005, p. 270).

Retomo as ideias de Segato (2005), no entendimento de que existe uma clarividência com relação ao estupro, visto que, em um único ato, essa brutal ação une a dominação e a sujeição física, moral e psicológica do ser violentado. Tal procedimento tem o poder de aniquilar o outro, porque nele estão às subjetividades inclusas na sexualidade humana, cuja condição, doravante prejudicada, demonstra “que não existe poder soberano que seja somente físico” (SEGATO, 2005, p. 271), visto que esse tipo de violência – pautada no controle de uma vontade sobre a outra –, traz no seu cerne uma assinatura a qual identifica o estilo dos seus autores. Esse carimbo enuncia não apenas os rastros do indivíduo que pratica tais atos, mas, igualmente, sua posição e seus interesses, nas sociedades em que vivem. Logo, o estupro é um enunciado no qual o seu autor emite as suas mensagens que se calcam em dois eixos de interlocução, quando nas conversas com as suas vítimas (SEGATO, 2005).

No primeiro, denominado pela autora de eixo vertical, o algoz prega o seu discurso sobre a vítima. Essa comunicação inclui um aspecto punitivo e agressivo, no qual ele se situa com um perfil moralizador, admitindo que o destino de toda mulher é o de ser contida, disciplinada e servil, daí a justificativa da agressão. No segundo, nominado de eixo horizontal – condição que a autora observou quando na sua investigação com os presidiários de Brasília –, o agressor instrui os seus iguais, mostrando como é importante possibilitar o ingresso da sua potencial vítima na sociedade em que ele vive. Admite que esse seja um instrumento de persuasão, no qual pode conseguir a confiança da mulher. A partir de então, o ato se torna mais fácil, e a fêmea violentada passa a se comportar como uma vítima sacrificada em um ritual que se repete, diante da soberania do agressor. Com tal atitude, o carrasco mostra a seus pares o poder da sua agressividade. Esse comportamento enfatiza a força que esse indivíduo detém na irmandade em que se inclui e, com isso, ele consegue uma posição de destaque dentro de um

grupo “que somente reconhece uma linguagem hierárquica e uma organização piramidal” (SEGATO, 2005, p. 272).

Nesse contexto, estrutura uma vinculação que relaciona tais comportamentos a uma ordem simbólica, gestada pelo agressor e sua fratria, na qual a desigualdade entre os seres se organiza, estabelecendo os inúmeros cenários da vida social. Tais situações, regidas pela assimetria de gênero ganharam, nos últimos anos, uma repercussão considerável, na luta a favor dos direitos das mulheres, considerando o aumento dos abusos sexuais e de outras tantas violações que vêm desaguando sobre a estrutura corporal do feminino.

Ao elaborar um pensamento, vinculado às diferenciadas formas de agressões, que recaem sobre o corpo da mulher, volto meus olhos para os conceitos de alteridade e ética, entendendo que, por intermédio dessas duas condições, aprofundam-se os debates sobre as questões que envolvem as violências, sejam sexistas ou não. Na perspectiva de evidenciar e aprender com o olhar do outro, adoto as ideias de Segato (2006). Ao analisar o relativismo da antropologia, com relação às leis, à moralidade e aos costumes, constrói um pensamento que vai de encontro aos inaceitáveis códigos, muitas vezes consolidados em uma determinada fratria, contrários ao universalismo dos direitos humanos. Tal pressuposto, nada mais é do que dizer que, os “costumes próprios”, de cada grupo ou comunidade, não devem contradizer os direitos humanos universais. Essas são noções as quais rebatem os códigos que se sustentam no poder falocêntrico, condição na qual as hierarquias e as assimetrias, aí contidas, se apoderam dos corpos das mulheres, independentemente dos espaços, até então conquistados, por tal grupo.

Neste sentido, traz à reflexão o conceito do “impulso ou desejo ético”, defendendo que, por seu intermédio, emerge a oportunidade de cada indivíduo desfraldar as suas bandeiras, indo de encontro às leis e condutas, configuradas como imorais. Essas, ainda no século XXI, se mantêm em atividade, diante de certas situações que se estruturam sob a égide das coações e das violências, a exemplo do caso acima relatado, que envolveu uma fratria de homens, confinados a certo presídio de Brasília. “O impulso ético é o que nos permite abordar criticamente a lei e a moral e considerá-las inadequadas” (SEGATO 2006, p. 8).

É, na assimilação e na prática dessas ideias que a humanidade, munida do desejo ou do impulso, tem a obrigação de contestar os códigos “morais”, das diferentes comunidades, quando essas não respeitam as interpelações e as vontades do outro. É, por intermédio da pulsão ética que o indivíduo tem a oportunidade de refletir sobre as necessidades do próximo, e por em discussão os comportamentos automatizados que, normalmente, fazem parte da personalidade humana. Inserido em tal concepção, o sujeito pode detectar os mecanismos

autômatos próprios à sua vida, e desativá-los, ao perceber o quão inadequados são, para a existência humana.

Se, por um lado, certas leis, códigos ou costumes de determinados grupos, caminham de encontro aos direitos humanos, por outro lado, a ética se faz presente quando abriga no seu cerne a inquietude, marchando, em constante movimento, contra tais agressões. “Se a moral e a lei são substantivas, a ética é pulsional, um impulso vital; se a moral e a lei são estáveis, a ética é inquieta” (SEGATO, 2006, p.9).

Nesta perspectiva, a ética, como a ciência da moral, tem como objetivo almejar o bem estar do outro, percorrendo as estradas que a leve ao encontro da verdade. No bojo das suas acepções, em espaços diferenciados, conduz a humanidade a uma vida em conformidade com os propósitos por ela defendidos. Esses devem estar em constante revisão, com as moralidades que orientam as leis sociais. Com tal visão, surge a “ética da insatisfação”. Tal conduta, ao estruturar as bases dos direitos humanos, se posiciona como um embate permanente, na vida do sujeito ético, entendendo que, de mãos dadas a ela, o indivíduo tem a possibilidade de estranhar o seu próprio universo, quando esse esquece ou negligencia que o seu olhar deve se pautar em conhecer, por meio do mundo do outro, o seu próprio mundo.

É pela insatisfação ética que a pessoa ou um grupo corporifica uma atitude filosófica, encarnando-a, como um valor, visto que, no bojo dela, o sujeito se move em busca da alteridade, mostrando-se fraterno e sensível à existência e as dores do outro.

Uno-me as ideias da referida autora e, também considero que essa é a verdadeira guinada da deontologia, pois, ao dirigir o nosso olhar para o outro, surge a possibilidade de nos conhecermos, no olhar desse outro. Dessa forma, podemos refletir sobre as condições da nossa própria vida.

Por conseguinte, revisito o diálogo entre o eu e o outro e retomo as questões relacionadas ao engajamento, temas delineados no primeiro capítulo, na percepção de que, por intermédio dessas conversas ao lado do dito comprometimento, possam surgir condutas morais sensíveis e engajadas à existência alheia.

Enfim, responsabilidade e abertura são os princípios do “eu” ético (SEGATO, 2006, p.11), visto que, se existe um jogo entre as práticas e as legitimidades das leis, a ética, como fundamento, deve mostrar os caminhos que possam conduzir o ser humano ao capital concreto e simbólico, contido no âmago das leis e dos costumes que sustentam os direitos e os deveres humanos.

Portanto, para investigar o porquê de o corpo feminino permanecer imerso em territórios de dominação-exploração (BOURDIEU, 2010; SAFFIOTI, 2001), nesse século de tantas conquistas, é necessário compreender uma prática que, conforme Bourdieu (2010, p. 144), “vincula a dominação do princípio masculino (ativo e penetrante) sobre o princípio feminino (passivo penetrado)”. Para tal entendimento é pertinente adentrar aos estudos sobre o patriarcado, tema tratado a seguir, pela necessidade de se aprofundar a análise crítica em assunto tão complexo e desafiador.

Mas, fica aqui uma interpelação: a ética é um fenômeno cultural ou ela é estruturada na formação do caráter e da personalidade, de cada indivíduo em particular?

6.3 DIÁLOGOS FEMINISTAS: AS IDENTIDADES NA DIMENSÃO DO CONTRATO SEXUAL E DA ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO

A construção da diferença entre os sexos enquanto diferença entre liberdade e a sujeição não é fundamental apenas para uma célebre história política. A estrutura de nossa sociedade e de nossas vidas cotidianas incorpora a concepção patriarcal de diferença sexual (PATEMAN, 1993, p. 22).

Considerando que toda a atuação do ser humano põe a corporeidade no cerne das relações por ele estabelecidas, busco, neste capítulo, entender em que medida as dimensões patriarcais, ao longo dos anos, influenciaram as transformações do corpo feminino.

Nesse sentido, estruturo um diálogo entre duas pensadoras feministas. Pautando-me nas ideias de Carole Pateman (1993), com o seu “contrato sexual”, trago o conceito do patriarcado “moderno”, ao tempo em que recorro a Heleieth Saffioti (2004), com a sua “ordem patriarcal de gênero”, endossando e reforçando os pensamentos de Pateman.

Unindo os pressupostos, uma nova perspectiva emerge com relação a pensar o patriarcado, entendendo essa condição como uma organização social viva e atuante, que segue dominando e oprimindo o ser feminino, no curso da “História das mulheres”.⁷⁶

⁷⁶ Desde as últimas décadas do século XX, a “História das Mulheres”, emerge como um novo campo de investigação histórica. Influenciados pelos novos interesses sociais e pelas reivindicações feministas, tais estudos vêm motivando a História a lançar um novo olhar para os problemas femininos, nos quais as inter-relações construídas socialmente, ou seja, as questões sobre gênero têm o seu espaço de consideração e investigação. Esses estudos abrangem questões relativas à sexualidade, ao trabalho, a violência física e simbólica, dentre outros temas, relativos aos embates empreendidos por essa categoria.

Recorro às ideias dessas autoras por entender que a cultura patriarcal, aliada a uma ideologia capitalista e fetichista, continua apostando nas relações desiguais não tolerando a ideia de simetria entre os seres, apesar de, nos tempos atuais, sua força estar comprometida, essencialmente pelas ações positivas dos movimentos feministas.

Ao me deter na complexidade de tal noção percebo quão difícil é empreender esse caminho, considerando as mutações advindas das tramas envoltas nos diferentes contextos históricos, sobretudo, no que tange as questões vinculadas aos estudos de gênero. Nelas, desaguam os acontecimentos do passado que se articulam ao presente, historicizando as dimensões que definem as hierarquias entre os sexos, nas quais o corpo feminino se situa como protagonista. São pensamentos que corroboram com a História do Tempo Presente, ponto de referência no qual a tese se inclui.

Defronto-me com essa árdua tarefa e compreendo a relevância em fundamentar como os fatos, ao produziram sentidos, situaram o corpo feminino em condição tanto de submissão quanto de emancipação.

O meu primeiro caminho, gerado pelos estudos de Carole Pateman (1993), trata o assunto pelo viés enunciado do *contrato original*.⁷⁷

Pateman (1993, p. 15), vai de encontro ao modo como esse pacto foi posto em prática e estrutura uma crítica no entendimento de que, mesmo sendo “um pacto sexual-social, a história do contrato sexual tem sido sufocada”. Nas palavras da pensadora é preciso decodificar o significado do acordo considerando que nele foi ignorado o contrato sexual, comportamento que fortaleceu o patriarcado, porquanto, a liberdade, nele impressa, coube apenas às realidades do masculino. Na contraposição das ideias do *contrato original*, defende que tal instrumento mantinha um silêncio sepulcral com relação ao *contrato sexual*. Dito de outro modo: o *contrato original* nada mais é do que um pacto sexual-social que dá ao masculino o direito de lei. É um pacto que, com a sua tirania e a sua cultura opressora, configura o caminho com o qual “o patriarcado moderno” se constrói, visto que, a sociedade civil, contemporânea, continua ancorada em um modelo de coação “velado”, agora edificado tanto no poder do masculino quanto do parentesco e da “fraternidade”, atribuída ao feminino (PATEMAN, 1993). (Grifos meus).

⁷⁷ Formulado pelos teóricos do século XVII e XVIII, a exemplo de Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778), tal acordo imprimia uma história de liberdade equitativa entre os indivíduos, sob a égide de proteção do Estado.

Se, por uma dimensão, o contrato social defendeu a liberdade universal, civil, por outra dimensão, a depreciação do contrato sexual, pelos próprios teóricos que o formulou, fez dele um espaço de sujeição das mulheres. O feminino ao ser excluído, ao longo da existência, traduziu a sua história na sujeição e na dominação.

Um fator relevante para essa omissão histórica se fixa nas questões relativas ao público e ao privado, ou seja, o contrato social é tratado como uma importante constituição dos direitos civis do ser humano, logo, referente à área política, pública; enquanto que a área privada não é encarada como sendo política. Se, do contrato original nasce à sociedade civil “a história do contrato sexual deve ser contada a fim de esclarecer como o domínio privado é estabelecido e por que a separação da esfera pública é necessária” (PATEMAN, 1993, p. 29).

Nos pressupostos apresentados, fica explícito que as relações entre os homens e as mulheres – a exemplo do contrato matrimonial, uma instância considerada como privada –, estão situadas em uma esfera irrelevante, não política, para o contrato original. “O patriarcado contratual moderno tanto nega quanto pressupõe a liberdade das mulheres, e não funciona sem esse pressuposto” (PATEMAN, 1993, p. 339).

Ao defender as suas ideias revela que a sociedade civil, resultante desse pacto, se sustenta no patriarcalismo: “a liberdade civil depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 19). Entende-se, que o *patriarcado moderno* traz no seu bojo a irreal ideia de emancipação, com relação ao ser feminino. Tal autonomia é mantida por conta do domínio, da obediência e da supremacia do pai, isto é, do masculino. Questiona-se, aqui, a concepção de uma feminilidade autônoma, de uma liberdade real, referente ao feminino, na qual a história a ela contradiz.

Na argumentação, enfatiza que os pensadores políticos não perceberam que havia um hiato no contrato, por ter sido elaborado em tempos nos quais a nova ordem civil, então vigente, consolidou a destruição do regime paterno, ou seja, do patriarcado.

Nessa fase da História, o direito político, entendido como direito paterno, perdia o seu espaço, em frente a uma visão moderna de sociedade. Esse fato não foi suficiente, visto que a sociedade civil, com a sua postura patriarcal, continuou interpretando o patriarcado no sentido textual do termo, entendendo como o regime paterno.

Tal atitude resultou na “metade perdida da história” (PATEMAN, 1993, p. 17), possibilitando, por um lado que os filhos homens se libertassem do pátrio poder, mas, por outro

lado esses mesmos seres não se interessaram apenas em subverter o regime paterno e, diante da liberdade conquistada, asseguraram para si, as mulheres.

Dessa maneira, o pacto original se configurou em um contrato social e sexual. Sexual porque, ao tempo em que outorga ao homem o direito político sobre as mulheres ele, igualmente, doa ao masculino o poder de usar o corpo feminino, de acordo com os seus desejos e conveniências. O contrato, assim formatado, não se contrapõe ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constituiu o patriarcado moderno.

Foram fatos que resultaram na exclusão do feminino no espaço público, já que, se por uma dimensão, a mulher, com a sua natureza subordinada, não teria meios de participar de um *locus* no qual a liberdade e a igualdade eram consideradas como princípios. Por outra dimensão, a divisão público-privado, também acarretou consequências na esfera doméstica, instância destinada às mulheres. Esta, invisível para a sociedade civil, foi esquecida, fundamentalmente, nas discussões sobre gêneros.

Assimilo que, se tal “fraternidade”, estabelecida nas instâncias dos bens simbólicos ou não, é bem maior para a mulher. O corpo feminino, com as suas atividades quer sexuais, quer laborais, ou aquelas inseridas na economia do cuidado, pode, por comodidade ou por opressão, se posicionar no espaço da sedução/subordinação. Dessa forma, os recursos aplicados, não importam se físicos, psicológicos ou sentimentais, requerem muito mais esforços do feminino do que aqueles utilizados pelo masculino. Orientada a gerir o “capital simbólico da família” (BOURDIEU, 2010, p. 119), a mulher fixa essa condição na sua própria vida e, na consolidação de tal *habitus*, possibilita a perpetuação das diferenças, entre os sexos. A sexualidade não foge a essa ordem, pois, seu corpo, muitas vezes, permanece na ordem da sujeição e do desejo do outro, independentemente da idade. São fatos que fazem parte da “História das Mulheres”, mas que, de forma semelhante, ocupam o (in) consciente falocêntrico.

A abstração histórica do *Contrato Original* impôs a dicotomia do público-privado, marginalizando o feminino, tanto na esfera pública quanto na esfera doméstica privada/doméstica (PATEMAN, 1993). Esses fatores definiram uma divisão sexual, sempre em desvantagem para as mulheres, visto que, mesmo no âmbito do lar essa categoria estava subordinada às ordens chefiadas pelo masculino. Com esse pensamento, elabora uma severa crítica a determinadas correntes feministas, a exemplo das feministas liberais, no que concerne a relação entre o patriarcado e o *Contrato Original*, afirmando que esse assunto tem sido pouco explorado, por alguns desses grupos.

Nesse pensar, admite que, como a política liberal feminista não considera a relação existente entre o contrato e o patriarcado, oportuniza a união do liberalismo ao patriarcalismo, visto que, a dita divisão, com as suas ciladas inclusas, impede que seja revelado um modelo de consolidação da divisão sexual, com os suas obrigações sociais, impostas aos sexos. É com esse entendimento que defende que o sujeito feminino não existe do ponto de vista autônomo, haja vista que os argumentos, conservadores e patriarcais, estão implícitos no bojo daquilo que se considerou nominar da “natureza da mulher”.

Ao analisar o pensamento dessa teórica feminista, a primeira constatação é que o patriarcado não pode ser ignorado, na contemporaneidade. As evidências mostram que, se o pátrio poder está em desuso, nesses tempos híbridos e paradoxais, à visão “moderna” do patriarcado continua seguindo o seu curso, haja vista a persistência das desigualdades, entre os sexos, os gêneros, as classes sociais e as etnias. Se a força do capital se estabelece como a mola mestra que estrutura as sociedades consumistas e androcêntricas ocidentais, tal cultura não está apenas arraigada em um imaginário localizado nos tempos passados, mas, em uma perspectiva presente, que orienta uma hegemonia sob o julgo do masculino, perpetuando os seus privilégios, ao entender a identificação do feminino com a sua ordem natural-biológica.

Tal corpo, ao ser estruturado sob uma ordenação do poder, quer da estética, da reprodução, da economia do cuidado ou do capital, pode ser manuseado, dominado-explorado, amortecido ou fragmentado, pela intolerância de um regime que, ao longo dos tempos, incentiva a sociedade a outorgar ao masculino a força e a potência viril, “própria da sua natureza”. São condições contrárias à fraternidade ou à docilidade-passividade do feminino, exigência social que, até os dias atuais, por hábito ou por força, seguem seu curso “natural”, sendo exercitadas por ambas as partes. “A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 75). Nesse desencontro entre a *Anima* e o *Animus*, o patriarcado sustenta não somente a violência física de um corpo ferido, mas, na mesma direção, a violência emocional, psicológica, sexual e institucional. Que bem o diga a defesa da honra que, mesmo inserida em lei (assunto aludido no terceiro capítulo), as sociedades patriarcais, por vezes, a ignora, expondo, sem pudor, a opressão do masculino sobre o feminino, como sustentáculo da organização patriarcal de gênero.

Tal regime não atua particularmente no âmbito privado ou na esfera doméstica. Ele perpassa esse espaço, onde, talvez, a sua prática é mais visível, e segue representando os seus propósitos influenciando toda a rede social. Ao construir suas peculiares estratégias

transformam-se em *locus* de dominação, nos quais as forças simbólicas e materiais, entre os sexos, se inscrevem.

Alargando os campos de atuação, o poder de dominação patriarcal, aliado ao capital, quer no público quer no privado, revela que, a diferença anatômica construída socialmente, traz à tona tanto o manifesto ou o dito, nas suas categorizações, quanto o não manifesto, ou o não dito, nas suas interioridades. São condições que se pautam nas representações sociais que ordenam os comportamentos e as percepções do que é ser macho e do que é ser fêmea. “A representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade” (SAFFIOTI, 2000, p.74).

A segunda assertiva me leva a perguntar se a fraternidade, por ela defendida, é ou não é uma situação deontológica do feminino? Se assim me coloco é porque diante dos pressupostos que afirmam a “queda do pai”, na contemporaneidade, encontro-me inquirindo que força é essa outorgada a um novo “pai”, criada e mantida pelo *patriarcado moderno que* – mesmo a despeito das inegáveis conquistas das mulheres, nessas últimas cinco décadas –, continua exercendo a sua supremacia entre os sexos, sob a anuência do amor ao próximo?

As interrogações não subestimam a “derrota do patriarca”, até porque as questões, até então expostas, posicionam o meu olhar no sentido de que é necessário considerar os contextos das conquistas e das permanências nos seus diversos aspectos. Identidades, subversões, presente e passado, requerem atenção crítica nas perspectivas emancipatórias. É nesse percurso que a terceira constatação emerge, revelando quão impossível é negar ou não valorar os movimentos feministas – compostos por todas as categorias sociais e sexuais, nas suas diversas correntes de pensamento – no enfrentamento das lutas que tinham e continuam tendo, como objetivo, a minimização das desigualdades de gênero, das sexualidades das performances, apoiando-se, sobremaneira, nas argumentações naturalizadas.

Nesse particular, um aspecto a ser aqui delineado se pauta em compreender que, se o liberalismo clássico, do passado, mesmo na defesa da liberdade individual, se calou diante da dubiedade do referido contrato, novas ideias, na contemporaneidade, vêm sendo elaboradas por essa corrente feminista, nas quais o bem-comum se revela, sem que sejam outorgados privilégios para determinados grupos, acarretando prejuízos para outros. As lutas contra as discriminações sejam de raça, etnia, classe ou gênero, são predicados que aí se destacam já que, o respeito ao sujeito social é o pressuposto maior no qual se ancoram as políticas feministas, quer liberal, quer se pautando em outras tantas convicções.

Percebo que, por um lado, as conquistas abriram as cancelas que aprisionaram as mulheres e imprimiram um novo rumo para o feminismo ou os feminismos. Por outro lado, os embates reais do cotidiano, refletem a verdade do conteúdo discriminatório presente no contrato original, tão criticado por Pateman. Seus postulados, tanto faz se na área do trabalho, das relações sociais ou na instância da corporeidade – abrangendo, por exemplo, os Direitos reprodutivos e sexuais da mulher, o tráfico escravizado da indústria do sexo, da pornografia e dos corpos “aviões” (SAFFIOTI, 2004, p. 15), dentre outras situações já comentadas, em textos anteriores a este –, comprovam que a cultura patriarcal ainda está fincada, nos dias atuais, em um solo cujo domínio é exercido por uma das partes, isto é, pelo masculino, heterossexual, mas, que também, tem em certa parcela do feminino, a sua aceitação.

É com tal conotação que o patriarcado, de mãos dadas ao capitalismo, explora os corpos trabalhadores, detém a guarda e o direito dos corpos das mulheres, faz pouco caso dos corpos anciãos, esquece os corpos deficientes e mutilados, abjetiva os corpos *queers*, performáticos, haja vista que, como subordinadas, tais categorias, de um modo geral, perdem a sua visibilidade social.

Com essas ponderações a dialética entre sujeição e liberdade não pode ser obscurecida, ela é peça chave nesta discussão, da mesma forma que o hoje e o amanhã. Assim, é preciso não perder de vista o objetivo de firmar um posicionamento político no qual as relações entre os seres não se situem apenas no campo da subordinação.

Nessa perspectiva, o sujeito com seu corpo, integrados à sociedade, devem caminhar em direção de uma autonomia compactuada, na qual as condições sociais da sua liberdade sejam mantidas, não importando em estar encarnado nas relações binárias, *queers*, travestidas, performáticas, ou outras tantas categorias. Assim sendo, as identidades, com as suas subjetividades, como elementos de contestações e insurgências, são vetores para entender que os seres humanos devem ser livres para expressar suas opiniões, e escolher o seu modo de vida, seja lá em qualquer direção ou orientação sexual.

É imperativo que, tais escolhas estejam pautadas em causas justificáveis e em atos que não prejudiquem ao próximo. Talvez, seja desse modo que, as diferentes experiências de vida, encontrem os seus verdadeiros espaços, sem danificar os discriminar os outros.

Como as desigualdades de gênero perpassam as históricas conquistas dos movimentos feministas e se mantêm presente, no século vigente, a abordagem sobre tal tema faz eco com ideias de Saffioti (2004, p. 54): “integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a

ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada”.

Corroborando com os postulados aqui imprimidos, entendo que os pensadores que distinguem ou negam a ideia de que o contrato original e o patriarcado não estão em conformação, alienaram-se ou não perceberam como as relações patriarcais, com as suas hierarquias cristalizadas, solidificadas e inseridas em uma estrutura de força, influenciam toda a sociedade civil e, igualmente o Estado.

Em frente à realidade hegemônica que coloca os corpos em desvantagens, entre si, vejo a importância de revisitar as ideias marxistas sobre a emancipação política e a emancipação humana, enfatizando o entendimento da necessidade de uma nova organização social que tenha como meta a consolidação dos direitos civis, na qual o respeito às diferenças se estabeleça como chave dessa nova condição. Assimilo que essa atitude está na dependência das políticas sociais que, quando bem formuladas e, de fato, postas em prática, podem auxiliar a um novo olhar, consciente da singularidade de cada ser, condição que possibilita rechaçar as assimetrias advindas do poder hegemônico que se posiciona a favor do masculino, heterossexual e branco, ainda tão valorizado, porquanto, formatado, cristalizado e solidificado, ao longo do Tempo Presente.

Se o contrato original tem, na sua origem, um caráter masculino, já que é um contrato entre homens, permite colocar a mulher e o seu corpo subordinados a esse poder. A diferença sexual, como justificativa às desigualdades de direitos e deveres, deve ser entendida no âmbito das lutas políticas. Essa concepção equivale a dizer que, nesse espaço, as ações empreendidas pelas várias agências sociais, devem obrigações à sociedade civil, no sentido de considerar esses embates como um processo coletivo que, de fato, possa enfrentar as condições de desigualdades carimbadas e legitimadas, sob a lei do pai.

Vê-se que, se essas regras discriminatórias permanecem explícitas evidenciam que a condição patriarcal, seja do passado, seja do presente, continua em ação. É preciso urgência na sua nomeação e no seu combate, ações que devem ser calcadas na insistência ao respeito às diversidades, aos desejos e aos direitos de cada sujeito, vinculando-os à construção da sua existência e das relações com o Outro.

De novo, as questões concernentes ao público e ao privado emergem no bojo desse tópico plural e complexo. Essas instâncias, podem ser consideradas como distintas para fins

analíticos, no entanto, são inseparáveis quando se quer compreender o todo social (SAFFIOTI, 2004).

Parafrazeando Saffioti (2004, p. 56) e unindo o seu pensamento ao de Pateman (1993): “o pátria *potestas* cedeu espaço, não a mulher, mas aos filhos. O patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual”.

Se a casa e a rua, o feminino e o masculino se entrelaçam trazendo à tona o patriarcado, independentemente da forma configurada – antiga ou dos tempos atuais –, é porque o seu poder de metamorfose me leva a refletir como as questões do presente, sobre as desigualdades, sejam de gênero, de classe social, de raça/etnia, de geração, a ele se vinculam. Considerando que é uma relação civil e não apenas privada, ao se revelar uma hierarquia que perpassa todas as instâncias sociais, torna visível que, tal regime, ao se corporificar, traz as representações sociais embutidas em uma estrutura de poder que se ancora tanto na ideologia da violência ou da fraternidade, “Amar o outro não constitui uma obrigação, mesmo porque o amor não nasce da imposição. Respeitar o outro sim, constitui um dever do cidadão, seja este outro mulher, negro, pobre” (SAFFIOTI, 2004, p. 78). E amplo: homossexual, heterossexual, bissexual, travesti, *queer*, performático, ou qualquer outra categoria, considerada como subalterna, para o sistema patriarcal.

Acreditando que, como a “ordem patriarcal de gênero” está impregnada nas sociedades, fixo uma posição na qual a ideologia patriarcal não pode ser compreendida como algo irreal ou até mesmo como uma ordem do passado. É com tal visão que, as ideias de Saffioti (2004), unidas aos pensamentos de Pateman (1993), também critica as feministas que colocaram na sombra o nome *patriarcado*. Recusando a aceitar tal concepção justifica que, se assim for entendida, a ideologia patriarcal, pautada na exploração-dominação, pode ser considerada como natural.

A questão é clara, os sistemas patriarcais ao lado da lógica cruel do capital, no contexto globalizado da atualidade, estão ativos, pois, ao hierarquizarem os corpos e produzirem as desigualdades sociais, devem ser não somente nomeados, mas, igualmente repelidos, nas relações entre os sujeitos.

Não me proponho a adentrar nas querelas das discordâncias entre as correntes feministas relacionadas a esse viés, nem tampouco defendo que as tramas que envolvem tal enredo estejam posicionadas, apenas, nas intransigentes imposições desse particular regime. Contudo, é fato que, se nas sociedades contemporâneas tal nomeação não está sob a égide exclusiva do poder paterno, como no passado, ela continua legitimando, ao masculino, o poder

do “direito sexual” (SAFFIOTI, 2004, p. 56). Este, mesmo a despeito de estar “atenuado”, nessa era paradoxal, prossegue o seu percurso, agindo e mantendo muitos dos vínculos convencionais do passado.

Os assustadores índices de violência contra as mulheres, com seus hediondos crimes sexistas, não ocultam a assimetria hierárquica nas relações entre os sexos. O alcance dessa realidade merece cuidado ao versar sobre a trajetória das conquistas femininas, na medida em que, tal regime com as suas transformações, ao longo dos anos, manteve a sua força alicerçada na violência, tanto consentida quanto não consentida, sobre o corpo da mulher. Mais uma razão de se ter cautela ao falar na vitimização ou no essencialismo tema que, por sua importância, já foi aqui delineado, anteriormente, nesta tese.

Sem dúvida, tal regime não se estrutura de forma igual. As diferentes dimensões de força, exercido dos homens sobre as mulheres, se diferenciam de lugar para lugar, porém, o caráter do fenômeno é o mesmo em todo o mundo, isto é, “apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização” (SAFFIOTI, 2004, p. 101).

A cultura sexista, construída anatomicamente, traz no seu enunciado a inferioridade do feminino e a sua submissão aos desejos do masculino. Se, muitas mulheres a ela se cala, ou pela força física do seu opositor, por medo, por conveniência, ou, como defende Pateman (1993), “por fraternidade”, essa condição, ao tempo em que reforça a diferença na ordem natural, ratifica as características patriarcais. São fatos que põem à prova mais um paradoxo inerente a este século, dito como libertário, no qual as subversões e as performances se revelam de forma simbiótica, trazendo à tona as novas cenas, os novos cenários, as novas sujeições e modelos corporais.

As estatísticas têm mostrado que as assimetrias entre os sexos se manifestam e se reproduzem, concretamente, no seio das variadas organizações sociais. Não são condições construídas de forma obsessiva ou persecutória, pelas ações e denúncias feministas, visto que, em frente às novas configurações do patriarcado “moderno e fraternal”, urge entender, de uma vez por todas, as contradições nas quais tais situações se posicionam. Ademais, não vejo como assimilar tal tema dissociando o social, do sexual, do econômico e do político. Compreendo a sociedade como uma totalidade e, é nesse todo que a “ordem patriarcal de gênero” se insere, influenciando tanto o masculino quanto o feminino, na sua ótica de dominação-exploração. Tal ordem, impregnada dos sistemas simbólicos, existem desde as sociedades ditas como primitivas, a exemplo daquelas de caça e coleta. A História narra que, há sete milênios, muitos atos foram materializados, dentre eles a matança seletiva dos fetos femininos, com o objetivo

claro de colocar a mulher em situação inferior a do homem, tanto na produção quanto na reprodução (SAFFIOTI, 2000).

Destarte, não se pode negar que as sociedades contemporâneas ocidentais, capitalistas e consumistas, vivem o jugo de um regime patriarcal moderno. Mesmo a despeito da sua força cerceadora, da violência incontestada, nele imprimida, muitas trilhas e alguns caminhos já estão sendo abertos nesse longo percurso de dominação-exploração, violência, silêncio e denúncia, condições nas quais o feminino está envolto.

Nessa perspectiva emancipatória, o nó apregoado por Saffioti (2001) – responsável pelas dinâmicas sociais de desigualdades, que amarra classe, gênero e raça, na relação estrutural entre o patriarcado, o capitalismo, e racismo – talvez, possa ser desatado, conduzindo o ser humano a um ponto de igualdade social, considerando que, “uma sociedade igualitária prescinde de ideologias, mas nunca as sociedades clivadas por desigualdades sociais (a redundância é proposital) o farão” (SAFFIOTI, 2000, p. 74).

Admito que, ao seguir tal rumo, absorvo como as lutas femininas e feministas, demarcadas nos séculos XX e as que a essas seguiram, então no século XXI, concretizaram as muitas conquistas das mulheres, na *práxis* social, mas, do mesmo modo, se defrontaram e, ainda, se confrontam com as discriminações que aí insistem em permanecer. Definindo a sua história, a categoria vem aprendendo que os embates contra as imposições patriarcais, fundamentalmente aquelas vinculadas ao corpo – nas quais as incertezas, as incompletudes, as inquietações, o permitido, o interdito, as conquistas e os retrocessos, se mantêm presentes –, devem ter as suas pautas reivindicatórias específicas. Dessa forma, ao se ancorarem em ações que possam pressionar a sociedade e ao poder político, as conjugações que emanam das diversificadas representações sociais/corporais, com seus direitos e deveres, próprios a todos os seres humanos, podem ser aceitas com consciência e determinação,

Calcada nesses entendimentos, percebo o alcance dos protestos, não importando se antigo, ou seja, os das mulheres naturalizadas e, especificamente, consideradas como o sujeito do feminismo, ou dos atuais movimentos sociais, os quais defendem a performatividade para os corpos – independentemente de a biologia os incluir em um corpo masculino ou feminino –, como sujeito do feminismo.

O que aí está em jogo é a liberdade do indivíduo, na qual as escolhas, as predileções, as obrigações sociais, relacionadas a si próprio e ao próximo – condições pautadas em qualquer sociedade dita como democrática –, devem ser muito bem dimensionadas.

Dessa forma, a meu ver, ser feminista implica em estar consciente da luta coletiva contra o patriarcado, porquanto, esse é o desafio maior para que a categoria feminina, a qual me incluo, e a masculina ou performática, com as quais me relaciono como sujeito social possam, de fato, alcançarem a almejada situação emancipatória.

7 (IN) QUIETUDES, (IN) CERTEZAS, (IN) CONCLUSÕES

Em torno da inflação erótica actual e da pornografia, uma espécie de denúncia unânime reconcilia as feministas, os moralistas, os estetas, escandalizados pelo aviltamento do ser humano reduzido à categoria de objecto e pelo sexo-máquina que faz desaparecer as relações de sedução num deboche repetitivo e sem mistério (LIPOVETSKY, 1983, p. 28).

Na perspectiva de compreender as dualidades e as controvérsias, advindas dos corpos femininos, enveredei nas interlocuções provocativas do tema, essencialmente aquelas vinculadas às questões da emancipação e da subordinação, da categoria mulher, considerando, sobretudo, as conquistas femininas e feministas, dessas últimas cinco décadas.

Inseridos ao longo da história, em espaços nos quais os direitos humanos, nem sempre, os contemplaram, o estudo de tais objetos se posicionou tanto na ordem da natureza quanto na ordem da cultura.

No referido estudo, as manifestações mostraram-me que, por um lado, as incontestáveis conquistas emancipatórias se distinguiram. Por outro lado, as promessas não cumpridas, ao mesmo tempo, se declararam, evidenciando as permanências com as suas antigas sujeições.

Tanto o protagonismo quanto a coadjuvância, puseram às claras as ambiguidades próprias aos objetos pesquisados, os quais, na contemporaneidade, continuam seguindo os seus percursos em constantes duelos entre a aparência e a essência, a ética e a estética, a natureza e a cultura, a “normalidade” e a transgressão, a liberdade e a dominação.

Neste contexto, manifesto quão fundamental foram os pressupostos de Saffioti (2001), na elaboração deste trabalho. Os sentidos das suas palavras imprimiram, em mim, forte efeito. Ao falar sobre dominação-exploração, identidade-diferença, me fez definir conceitos, relacionar os fatos, acumular conhecimentos. Na sua posição, político-ideológica, tendo como base a teoria marxista, abriu os meus olhos para incluir categorias como classe, sexo e etnia no entendimento da corporeidade feminina. Expondo a teoria do patriarcado e, cunhando o conceito “da ordem patriarcal de gênero”, para analisar o problema social da violência doméstica e sexual contra as mulheres, me fez ver como é preciso estar atenta e caminhar de encontro ao pensamento androcêntrico, pautado em padrões sexistas, ainda tão marcantes, nos dias atuais. Contudo, mesmo em frente as assimetrias entre os sexos, o seu olhar revela que não é apropriado colocar a categoria mulher em uma posição de vitimização, pois o silêncio que,

muitas vezes, envolve as suas ações pode ser uma forma de conveniência, vivida em comum acordo entre os sexos, dentro de uma relação.

Dentre os muitos conceitos concernentes a tal pensadora, um foi essencial, no sentido de me fazer entender a importância em seguir, de forma coerente e argumentativa, com as minhas proposições, porque, conforme a socióloga, o medo não condiz com o enfrentamento. Nesta tese plural, foi preciso enfrentar as polêmicas que as temáticas feministas costumam provocar, independentemente de elas estarem expostas em um trabalho acadêmico ou não. Assim, me encorajei a adentrar os mecanismos da exploração das mulheres, encarando a relação estrutural do capitalismo, do patriarcado, do racismo e das questões sobre gênero. Com igual valor os pressupostos de Debord (1997), foram essenciais no entendimento da vinculação da subordinação à teoria marxista da alienação, visto que, o corpo, quando imerso nas sociedades ocidentais do espetáculo, circula no mundo imaginário da perfeição, alienando-se da sua realidade. Por outro lado, os pensamentos feministas desconstrucionistas, a exemplo daqueles inerentes aos pressupostos de Judith Butler (2010), me conduziram a novos horizontes, fazendo-me refletir quem é mesmo o sujeito do feminismo, já que a categoria mulher não está dando conta das tantas representações aí inseridas.

Neste sentido, elenco as principais considerações e reflexões, nas quais participam as minhas (in) quietudes, (in) certezas e (in) conclusões que, semelhantemente aos corpos da pesquisa, se incorporaram ao meu estudo, então historicizado.

O Método: *Só sei que nada sei* [SÓCRATES, 470 – 399. C]. Se, nas ideias socráticas, a “dúvida metódica” se instalou conduzindo o filósofo a admitir que “só sabia que nada sabia”, reconheço que, no decorrer da tese, as hesitações se acumularam e os diálogos se interpuseram entre as percepções e as incertezas. Em frente aos inúmeros questionamentos, nesse espaço configurado e, por intermédio dos aprendizados e das vacilações, concernentes ao tema, reitero a pertinência da aplicação do método maiêutico, neste estudo investigativo e questionador.

Nesta circunstância, exponho as principais revelações advindas desta escolha:

Se, por uma dimensão, diante da polissemia do tema, as interpelações emergiram, a todo instante, por outra dimensão, as ideias, de forma concomitante, eram paridas por conta do exercício do pensar, do ponderar, do intuir, do suspeitar. Com os obstáculos pautados nas dualidades, na qual o tema está imerso, os questionamentos, as prudências, as dúvidas e as proposições elaboradas, constituíram-se em condições obrigatórias no enfrentamento das observâncias metodológicas a serem cumpridas, no curso deste trabalho.

Tal opção foi um desafio e, diante do caminho percorrido, muitos atalhos se fizeram presentes, dificultando, mas, igualmente, possibilitando a construção das representações, as quais manifestavam os paradoxos, aí estabelecidos.

Os discursos presentes, calcados na dialética entre a consciência e a alienação, condições próprias aos diálogos socráticos, posicionaram os corpos femininos como mutantes, duais, polissêmicos, nos quais tanto a subordinação, com as obediências aos dispositivos cerceadores sociais, a eles impostos, quanto à emancipação, por conta das lutas, das resistências, foram movimentos que aqui se destacaram, corroborando com os percursos históricos das mulheres, ao longo das suas existências.

Diante do esforço dispendido, o brotar das ideias foi comprometido com a humildade científica e com a irrestrita atenção à vigilância epistemológica. Tais cuidados revelaram as armadilhas que estavam dispostas ao longo do caminho, visto que, as lembranças foram povoadas pelas lutas políticas, sociais e culturais que influenciaram as gerações, essencialmente aquelas dos anos de 1960/1970, das quais fui protagonista.

Do silenciamento advindo do temor ou das conformidades, convenientes ou não, das vulnerabilidades presentes nesse singular campo e, por não existir um comportamento unificado, entre as mulheres, com relação aos seus corpos e suas representações, a exigência de tomar distância do essencialismo e da vitimização, ciladas nas quais, em muitas situações, a pesquisa poderia se enquadrar e se incluir, se constituiu em condição vital para a elaboração deste trabalho.

Esses embates, ao se aportarem em uma consciência cartográfica, colocaram-me à prova, mostrando-me que não era possível suprimir qualquer herança, ou apagar as origens, o passado, a História.

Objetivos: mulher sujeito ou mulher objeto? Ao posicionar a pesquisa na História do Tempo Presente, os questionamentos, com as possíveis ponderações e justificativas, possibilitaram-me entender tanto o espaço da emancipação quanto o da subordinação desses corpos, considerando as lutas sociais, culturais, científicas e tecnológicas, nos quais eles se inseriram, no período estimado. Com tal perspectiva, lancei um olhar plural sobre o tema e, na busca das razões concernentes às dualidades aí contidas, levei em conta as atitudes da referida categoria, visto que, essas estão situadas numa contemporaneidade repleta de avanços e, igualmente de permanências e/ou retrocessos. Nesta direção, a pesquisa revelou um fato, por mim considerado como fundamental: para tal categoria viver a almejada emancipação é preciso

seguir caminhos que a desvie da perversa cultura do capital, fixada no consumismo, na espetacularização das imagens e na insensibilidade das emoções, dos sentimentos e dos afetos. Por conseguinte, as concepções demonstraram que, enquanto submissos às tramas do espetáculo do capital, os corpos femininos, continuarão aprisionados nas teias da sua sujeição, condição que, definitivamente, os afastam da autonomia.

A pesquisa declarou que, para as sociedades se estruturarem de forma justa, na sua organização e distribuição dos seus bens, tanto materiais quanto simbólicos, é necessário que elas outorguem as mesmas oportunidades a todos os seus membros, independentemente do sexo, da classe, do desejo sexual, do gênero, da geração e das performances postas em prática, pelos sujeitos sociais. Entretanto, tal conduta, somente se mostra possível de se concretizar, quando as organizações sociais não estiverem mergulhadas nos laços dos reclames midiáticos, enganosos e espetaculosos, na diferença biológica, entre os seres, gerando as violências e/ou os feminicídios, e no silenciamento, por vezes cômodo, exercitado por uma parcela das mulheres.

Neste particular, foi notória a necessidade de repensar as representações inclusas nesses corpos, inquerindo em entender em que medida os embates, travados nas diferenciadas instâncias, têm o poder de afastar ou de aproximar essa categoria das representações corporais coisificadas, dos dias atuais.

Incorporando essas ideias, o paradigma vinculado à “peça faltosa”, da anatomia feminina, mostrou que tal supressão vem sendo, até então, mais um motivo para a sua submissão.

Com tal sentido, parte da referida categoria vem se esforçando em quebrar tal paradigma, consciente do seu lugar social e prossegue hasteando as suas bandeiras reivindicatórias, sobretudo, na busca do direito às oportunidades, relacionadas à sua verdadeira essência. Todavia, como tudo tem o seu revés, a pesquisa, do mesmo modo, revelou como as sociedades espetacularizadas, patriarcais e atuantes, inseridas em uma contemporaneidade paradoxal – na qual os universos visuais, tecnológicos, midiáticos, tornaram-se, por vezes, experimentais – ao forjarem um padrão fetichizado de corpo, para o feminino, trazem à mostra, a cumplicidade de outra parcela da categoria mulher que, ao se submeter aos encantos sedutores desses objetos, então coisificados e fetichizados, se une à ideia do lucro, proporcionado por tal “mercadoria”. Os corpos femininos, se posicionados nas instâncias da dominação-exploração, passam a ser como “coisas” homogeneizadas, manipuláveis e mercantilizadas. As mulheres bonecas, as virgindades vendidas, os *Big Brothers*, os *Reality shows*, e outras tantas situações, aqui expostas, dão a ilusão de um mundo real e, nele, os seres femininos, ao tempo em que são espectadores, são igualmente, vítimas e cúmplices de um *ethos*, ao qual se habituaram. Tais

universos se tornam parceiros de um cotidiano privado de sentido, no qual a banalização encontra o seu real espaço.

Com tal entendimento, a tese, percorreu caminhos reveladores que demonstraram como as mulheres contemporâneas, quando mergulhadas no êxtase das representações espetacularizadas do “aqui e do agora”, podem ser protagonistas, quer na vida particular, quer na pública, de uma espécie de transe embutido nas culturas das aparências. Nessa experiência, elas passam a fazer parte de um coletivo torporizado, alienado, no qual nenhuma parcela da vida social, a ele fica imune.

Por conseguinte, esta tese, diante do seu estilo ensaístico, se propôs a gerar ideias e uma linguagem própria, nas quais as seduções, as belezas, as feiuras, as pornografias, os prazeres, os desprazeres, os fetiches, isso é, as trocas simbólicas entre os corpos, ao se entrecruzarem, convidaram o (a) leitor (a) a uma permanente reflexão, relacionada ao tema exposto, visto que, ao transitarem por mundos repletos de possibilidades, tanto fascinantes como apavorantes, os corpos femininos, puseram à tona, as suas controvérsias de acordo com a existência de quem o encarna.

SUPOSIÇÕES: A consonância entre a aparência e a essência. Sobre o império das mídias, os corpos reais, os “irreais” e aqueles considerados como transgressores, performáticos ou abjetos, foram aqui decompostos. Ao se movimentarem em torno das questões relativas à subordinação e à emancipação, conduziram à análise do que havia de verdadeiro entre a aparência e a essência nas vidas dessas protagonistas. Esta proposição fez sentido no entendimento de que, se esse é o lugar de encarnação do indivíduo, porquanto, se situa como exclusivo e o seu sem igual, necessário se faz em ter cautela com as manifestações dos desejos, nos quais as sensações, as emoções, os afetos, os deleites e as dores, aí se fixam, cuidando, sobretudo, para que tais condições, diante do espetáculo integrado, não sejam banalizadas.

A despeito de caminhar ancorada na História do Tempo Presente, inseri os processos sociais, da atualidade, em uma visão que prezasse a liberdade individual, insistindo em rechaçar a ideia de um corpo feminino imbuído dos mecanismos de produção e reprodução de representações sociais fetichizadas, acontecimento que vem comprometendo as conquistas feministas e femininas, até aqui delineadas, com esforço e determinação das suas atrizes.

Ciente da era tecnológica, na qual todos os corpos estão imersos (sejam eles femininos, masculinos, performáticos, “abjetos” ou ciborgues), os eventos científicos se notabilizaram. Ao manifestar os efeitos práticos, daí advindos, tanto nas instâncias emancipatórias quanto nas

subordinatórias, as escolhas e os roteiros escolhidos, por cada protagonista ou por cada grupo, em particular, fizeram sentido. Com o mesmo peso, alertei para a necessidade de destronar a visão corporal hegemônica do masculino heterossexual e branco que, ainda, permanece viva no imaginário das sociedades ocidentais.

As acepções originadas registraram a vinculação da corporeidade à comunicação, ao sistema econômico vigente, ao consumismo – no qual o luxo e o lixo e se fazem presentes –, e a um novo contrato sexual, no qual a assimetria e a hierarquia não ocupem qualquer espaço, nas relações entre as pessoas. O alcance dado aos temas expostos se posicionou por entre a moralidade e a ética, na esperança de repensar o que pode ser incluído e excluído, socialmente, neste universo globalizado e multicultural.

As condições que conferiram significados e demarcaram o modo da construção deste trabalho envolveram questões nas quais, os fatos, com as suas mutações e inovações, apelaram para novas maneiras de (re) pensar a sociedade com as suas relações. Portanto, foi relevante pesquisar como as mulheres se relacionam com o seu próprio corpo e, de igual modo, com o corpo do Outro. Entendo que tal comportamento deve se pautar nos princípios éticos que nortearam as conquistas emancipatórias dos seres humanos, essencialmente neste trabalho, da categoria mulher que, no seu dia a dia, deve continuar caminhando em direção à manutenção e ao alargamento das suas representações.

Ao revelar as idiosincrasias, inseridas nesses corpos, voltei ao meu próprio corpo e observei como as concepções expostas, exigiram de mim o comprometimento de colocar em pauta as verdadeiras necessidades humanas.

Por isso que, o alcance dado aos fenômenos da violência, quer de gênero, física, simbólica, e institucional, condições entendidas como manifestações globalizadas, por um lado trouxe à tona como os corpos sujeitos à dominação, caminham de mãos dadas, de maneira voluntária ou não, à lógica cruel do capitalismo, e esta se fundamenta sob a égide de uma escrita escravagista, exploradora. Por outro lado, quando mergulhados nas expressões do espetáculo integrado (DEBORD, 1997), os objetos, ao se engendram nas tramas consumistas, fazem da busca da “beleza absoluta”, o seu motor de combustão.

Pautada nestas constatações, a tese defendeu que, as ações de sujeição feminina aos cânones da perfeição corporal, violentam e minimizam as conquistas individuais e coletivas, condições que põem às claras os retrocessos relacionados à cidadania social, de tal categoria. Com tal entendimento, ao se movimentarem em diferentes territórios, quer privado quer

público, os espaços explorados por esses corpos se configuraram em sítios simbólicos, na construção das identidades e dos estilos de vida, no que concerne ao feminino.

INDAGAÇÕES: A liberdade do real e a força da disciplina fetichizada. Em frente às reais condições, tanto emancipatórias quanto as situadas no campo da dominação-exploração, nas quais os corpos femininos estão inseridos, e, considerando os valores estabelecidos, diante das sociedades fetichizadas, dos dias atuais, volto à história do feminino e do feminismo, na tentativa de dar uma resposta à indagação da tese: é possível dizer que o corpo da mulher brasileira, na História do Tempo Presente é, de fato, só seu?

Os registros dos fatos revelaram que, tais objetos seguem abarcando tanto os avanços quanto os retrocessos, ao longo dos séculos. Dessa forma, ele se situa em um campo no qual as dúvidas se enunciam, a toda hora. Dos pressupostos aristotélicos, impostos pela *causa material*, à medicina dos humores de Galeno, com a ideia do “sexo único”, os corpos das mulheres prosseguiram as suas trajetórias por entre a dicotomia cartesiana, o inconsciente freudiano e o revolucionário advento da pílula, aportando-se, agora, nas discussões relacionadas às suas performatividades e abjeções.

Sob a égide dos avanços biotecnológicos, muitos deles procedentes, em particulares situações, mas, igualmente improcedentes em outras condições, os corpos femininos prosseguem com os seus singulares procedimentos. Foi visto aqui que das técnicas cirúrgicas e cosméticas, por vezes abusivas e desnecessárias, dos exagerados regimes alimentares, até a adição de determinados fármacos, sem se importar com as suas consequências, tais objetos se posicionaram na condição de sujeição. Ao se tornarem reféns da violência, silenciando-se quando maltratados e fragilizados, física e simbolicamente, revelaram como as estruturas disciplinares, com os seus dispositivos opressores, sociais e culturais, continuam desaguando por sobre sua estrutura, particular, porém globalizada, coletivizada. Unindo as atitudes alienadas, de certa parcela do feminino, às fontes cerceadoras, próprias das sociedades dos espetáculos e os reais impactos das novas tecnologias, comunicativas, midiáticas e científicas, é visível que os corpos das mulheres não pairam sozinhos no universo. Por estar imerso em fronteiras nas quais o orgânico e o pós-orgânico se adentram e, por transitar entre terrenos movediços, nos quais os seus limites são gelatinosos, os espaços de desempenho, desses emblemáticos objetos, mostraram que eles não podem ser considerados como estruturas autônomas.

Por conseguinte, ao tempo em que é sujeito também é objeto; ao estar com o “eu”, se insere no “outro”; ao ser encarnação, se transforma em imagem, demonstrando que eles nos pertencem, muito menos do que aquilo que acreditamos estar em nosso domínio. Revisito a

ideia dos problemas retorcidos (RITTEL; WEBER, 1973) mencionados no terceiro capítulo e, com tal concepção, deduzo: “ainda irá correr muita água por baixo da ponte” (STUDART, 1999, p. 36), para que os nossos corpos, de fato, se emancipem, das pressões a eles impostas e, de fato e de direito, sejam somente nossos. Sejam livres, sem artifícios.

(IN) QUIETUDES: A Instigação e a rebelião. Nas diferentes etapas deste trabalho, os encantos, os desencantos, os desconfortos e as indignações, emergiram à minha consciência e fizeram-me adentrar às diferentes formas de encontros e de desencontros, entre os corpos. Instigada pelo tema, as inquietações constituíram-se em impulsos para a construção de pensamentos que, pautados nos Direitos Humanos, apelassem para o respeito às diferenças.

Por conseguinte, no meu trajeto, o inconformismo com a subordinação se aliou a uma atitude de resistência, no sentido de marchar contra a “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004), na esperança de que, na consolidação dos espaços conquistados ou na busca daqueles ainda não dominados, a mulher-sujeito, na sua totalidade, agora, possa entender a importância de ser, de fato, in-divíduo, no processo da sua emancipação e/ou libertação, dentro das epistemes e práxis feministas.

As ideias elaboradas declararam que, se, a cultura, por intermédio dos mitos e dos ritos, quer nos lugares sagrados, quer nos profanos, possibilita apontar a propriedade de cada território corporal e, estabelecendo os diferenciados laços e entrelaços sociais comunicativos, elas podem confirmar ou negar as heranças e as tradições, a sujeição ao controle ou a liberdade emancipatória. É essencial repensar o modo como às representações corporais femininas se situam, diante do universo cultural dominador, no qual os nossos corpos continuam imersos, visto que, tal mundo, continua disfarçado sob o manto de um patriarcado “fraterno”, porém, opressor e explorador.

Tais constatações mostram a intensidade dos fenômenos sociais que eclodem nessa era paradoxal, na qual, os corpos femininos, na sua epifania, interagem nas suas trocas sociais, sexuais, territoriais, culturais, ao lado dos seus fantasmas, das suas incompletudes, das suas neuroses. É assim que, o fetichismo com as suas magias, ao atingir seus alvos, põe à prova as minhas inquietudes com relação ao seu devir.

(IN) CERTEZAS, (IN) CONCLUSÕES: Liberdade (Hedonismo?). Subordinação (Controle?). Na elaboração desta pesquisa não tive a intenção de julgar ou definir o que é errado ou certo nas opções realizadas pelas mulheres, com relação aos seus corpos, contudo, muitas das formulações aqui expostas são difíceis de serem respondidas, mas, tal fato pode não

ter uma importância maior, porquanto, o que importa não são as respostas a serem dadas, já que algumas interlocuções, nem sempre, são passíveis de serem decodificadas.

Todavia, defino algumas incertezas e inconclusões que se dispuseram como situações desafiadoras, visto que, guiaram as minhas reflexões, ao longo de todo este trabalho:

Se a cultura inventa e promove ideias que funcionam como mola mestra das revoluções dos corpos; se defendemos as liberdades nas escolhas; se advogamos a favor dos direitos humanos universais; se a independência das práticas corporais, muitas vezes, é um fosso de banalidades; se a estética demanda a ética; se nos unimos aos comportamentos desobedientes e transgressores, na defesa da cidadania, fica aqui um questionamento final, no qual, talvez, seja de bom alvitre elevar os nossos sentidos, sem tomar qualquer distância: É possível defender que, entre os deslocamentos próprios da sujeição e da emancipação, o sujeito social deve ter a liberdade de fazer com o seu corpo o que ele bem quiser?

Talvez?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Sobre a indústria da cultura**. Angelus Novus. Coimbra, 2003.
- ALMEIDA FILHO, N. de. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 1997, v. 2, n. 1/2, p. 5-20.
- ALMEIDA FILHO, N. de. Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300004. Acesso em: 09 set. 2013.
- A PELE que habito. Direção: Pedro Almodóvar. Produção: Buena Vista Internacional; Canal + España; El Deseo S.A.; Televisión Espanõla. Produção executiva: Augustin Almodóvar e Esther Garcia. Roteiro: Pedro Almodóvar; Augustin Almodóvar; Thierry Jouquet. Intérpretes: Antônio Banderas; Marisa Paredes; Elena Anaya; Jan Cornet; Roberto Álamo. [S.l.]: El Deseo S.A., 2011. 1 filme (117 min.), son., color.
- ALVES, J. E. D. O. 8 de março e o empoderamento das mulheres brasileiras. **Revista EcoDebate: Cidadania e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2014. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2014/03/07/o-8-de-marco-e-o-empoderamento-das-mulheres-brasileiras-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-> Acesso em 9 mar.2014.
- ALVES, A. E. Desvirginando 2013. As atrações da edição e a comprovação que você queria (seu incrédulo!). Entre nós. **Playboy**, São Paulo, n. 452, p. 10, jan. 2013.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. Contexto, 2009. p. 45-77.
- ARAÚJO, L. E a publicidade começa a divorciar-se da mulher. **OUTRAS MÍDIAS**, 25 set. 2013. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/e-publicidade-comeca-a-divorciar-se-da-mulher>>. Acesso em: 26 set. 2013.
- BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BÁRTOLO, J. **Corpo e Sentido. Estudos Intersemióticos**. Covilhã: Livros Labcom, 2007.
- BASKERVILLE, Nelson; SÁ, Leo Moreira. **Lou & Leo**. Centro cultural São Paulo, out. 2013. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/>>. Acesso em: 30 maio. 2013. (OBS SILVANA: peça de teatro: Diretor - BASKERVILLE, Nelson;. Ator - SÁ, Leo Moreira. Local e Data - Centro cultural São Paulo, out. 2013)
- BAUDRILLARD, J. **Telemorfose**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- _____. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BAUMAN, Z. O Segredo mais bem guardado da sociedade de consumidores. In: **Vida para Consumo**. RJ: Jorge Zahar, 2008, p. 7-35.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos**. Tradução Sérgio Millet. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **O Segundo Sexo. 2** A Experiência vivida. Tradução Sérgio Millet. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1960.

_____. **A Força da Idade.** Tradução Sérgio Millet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BERNSTEIN, S.; MILZA, P. **Conclusão.** In: CHAVEAU, A. TÉTART, PH. (Orgs). Questões para a história do presente. Tradução: Ilka Stern Cohen Bauru: EDUSC, 1999.

BERTOLOTTO, R.; PIOTO, L. **Laerte diz que o banheiro é o altar dos heterossexuais.** Uol Notícias Cotidiano. 31 maio 2013. Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/31/laerte-diz-que-banheiro-e-o-altar-dos-heterossexuais.htm>>. Acesso em: 20 jun.2014.

BIRMAN, J. **Gramática do Erotismo:** a feminilidade e sua forma de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Psicanálise e Sexualidade.** Palestra Magna da V Semana de Psicologia. Boletim do Instituto de Psicologia / UFRJ. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/boletimip/index.php?option=com_content&task=view&>. Acesso em: 27 abr. 2012.

BLUM L. M. At the Breast. Ideologies of breastfeeding and motherhood in the contemporary United State. Boston: Beacon Press, 1999. In: BADINTER, E. **O conflito:** a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIER, P. **A Dominação Masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASILEIRA que vai leiloar virgindade abre o jogo no SuperPop. **Rede TV** Programa SuperPop. São Paulo: 4 out. 2012. Programa de TV.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUBER, M. **Eu e Tu.** Tradução Newton Aquiles Von Zuben .São Paulo: Centauro, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero.** Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

_____. Entrevista a Judith Butler y Beatriz Preciado. **Têtu.** n. 138, nov. 2008. Disponível em:<<http://artilleriainmanente.blogspot.mx>>. Acesso em 18 dez. 2013.

CABRAL, João de Pina. **Sem palavras:** etnografia, hegemonia e quantificação. **Mana,** v. 14, n. 1, p. 61-86, 2008.

CALLIGARIS, C. Um casal bem normal. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 3 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/131973-um-casal-bem-normal.shtml>>. Acesso em: 02 jul.2014.

CAMPBELL, J; MOYERS, B.; FLOWERS, B. S. (Org.). **O Poder do Mito.** Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CASANOVA, P. G. **Interdisciplina e Complexidade**. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASAULA, E. El Tiempo En El Cuerpo y el Cuerpo de Nuestro Tiempo. In: **Gaceta de Psiquiatria Universitária**, Universidad de Chile – Faculdade de Medicina. Temas e Controvérsias, año 5, v. 5, n. 4, Diciembre de 2009, p. 516-524. Disponível em: <<http://www.gacetadepsiquiatriauniversitaria.cl/ediciones/a5vol5n4dic2009/pdf/GPU%202009-4.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2013.

CASTRO, A. L.; BUENO, M. L. Apresentação. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. (Org.). **Corpo Território da Cultura**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 9 -10.

CASTRO, M. G. Nota sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, 7 de out. 2011.

CASTRO, M. G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. **Estudos Feministas**, n. 0/92, 1992. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14980.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. **Debates sobre gênero e patriarcado em construções de Therborn**. In: MENEZES, J. E.; CASTRO, M. G. (Orgs). Família, População, Sexo e Poder: entre saberes e polêmicas. São Paulo: Paulinas 2009. p. 49 - 71.

_____. **Por uma Epistemologia Interdisciplinar no Campo das humanidades**. Elaboração original para: 3ª Mesa Redonda do Encontro Interdisciplinar: Múltiplos Olhares para a Construção de uma Política de Fomento à Pesquisa – promoção da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia/ Câmara Interdisciplinar de Assessoramento e Avaliação e Secretária de Ciências e Tecnologia e Inovação (SECTI) “Panorama da Pesquisa Interdisciplinar e Desafios Para o Seu Fomento II” – Salvador, 29 de julho de 2010 – a ser publicado.

_____. **Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador**. Estudos Feministas, 57, n. 0/92. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14980.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. Interdisciplinaridade e os estudos sobre família-notas, decolando de leituras da produção/prática do programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL. **REPEJI/Revista do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura**, ed. 5, ano 3, Set. Dez. 2012. Disponível em: <http://www.ucsal.br/download/pos_graduacao/familia/REPJI_ed05.pdf>. Acesso em: Out. 2013.

_____. **As Faces do Feminismo**. São Paulo: Ed. Anita, 2007.

CAVALCANTI, V. R. S.; BARBOSA, C. de F.; CALDEIRA, B. M. dos S. Ética do Cuidar e Relações de Gênero: Práticas Familiares e Representações da Divisão do Tempo. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.17, n.32, 2012, p. 189-204. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/4934/4123>. Acesso em: 15 abr.2013.

CAVALCANTI, V. R. S.; CALDEIRA, B. M. S. “Quando falam As mulheres”. Empoderamento Feminino ou Redimensionamento da Feminização da Pobreza? **Bahia Análise & Dados**, v. 20, p. 629 -647, 2010.

- CAVALCANTI, V. R. S. A contramaré da exclusão, pobreza e trabalho: Visibilidade da condição feminina no Brasil. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 84-110
- CAVALCANTI, V. R. S. Voces femeninas: historia y organizaciones representativas en Brasil (1975/2002). Tese de doutorado. Universidade de Leon, 2013.
- CHAUÍ, M. Participando do debate Sobre Mulher e Violência. In: CHAUÍ, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Vol. 4
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CORRBIN, A. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO G. **História do Corpo**. Tradução João Batista Kreuch, Jaime Clasen. Vol. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-10.
- CORRÊA, R. L. T. **Cultura e Diversidade**. Curitiba: Ibpex:2008.
- COTT, F. N. A Mulher moderna. O estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**: o século XX. Tradução Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Vol 5: Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991.
- COURT, P. M. Família e Sociedade contemporâneas. In: PETRINI, J. C., Cavalcanti, V. R. S., (Orgs.). **Família, Sociedade e Subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COURTINE, J. J. Introdução. In: CORBIN, A., COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G **História do Corpo**. Tradução Ephraim Ferreira Alves Vol. 3: As mutações do olhar: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-12.
- COUTINHO, L. **Laerte em carne, osso e minissaia**. Entrevista ao jornalista Guss de Lucca, IG. São Paulo, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/laerte-em-carne-osso-e-minissaia/n1237811802611.html>>. Acesso em: 12 out. 2013.
- _____. Laerte Em Trânsito. Entrevista concedida ao jornalista Fernando de Barros E. Silva. **Revista Piauí**_79, ano 7, abr. 2013, p. 16-25.
- CRUZ, C. T.; BARROS, N. F. de; HOEHNE, L. E. Evidências sobre o uso de práticas alternativas e complementares no tratamento convencional de neoplasias mamárias. **Revista Brasileira de Cancerologia**. 2009, v. 55, n. 3, p. 237-246. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_55/v03/pdf/41_artigo5.pdf>. Acesso em: 22 nov 2012.
- CUNHA E SILVA, P. **O lugar do corpo**. Instituto Piaget, 1999.
- DA SILVEIRA, N. O Mundo das Imagens. Editora Ática. São Paulo, 2001
- DAMATTA, R. **A casa & a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Brasiliense. São Paulo. 1985.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELORENZO, A. **Portal Fórum**. Violência contra a mulher registra 5,6 mil feminicídios a cada ano. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/09/violencia-contra-a-mulher-brasil-registra-56-mil-femicidios-a-cada>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

DEL PRIORI, M. Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino. In: DEL PRIORI, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed., São Paulo: Contexto, 2009. p. 78-114.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2. ed. São Paulo, 1979.

ECO, H. **História da beleza**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **História da Feiura**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Como se faz uma Tese**. São Paulo. Perspectiva, 1997.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENTRALGO, P. L. **El Cuerpo Humano – Teoria Actual**. Madrid: Calpe, 1989.

_____. **Corpo e Alma: Estrutura Dinâmica do corpo humano**. Almedina. Coimbra, 2003.

_____. **La Relación Médico - Enferma**. Madrid: Alianza Editorial S. A, 1983.

FAURE, O. O olhar dos Médicos. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO G. **História do Corpo**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Vol. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 7-10.

FERNANDES, M. H. Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista. In: Cintra, E. U. (Org.). **O corpo, o eu e o outro em psicanálise**. Goiânia: Dimensão, 2006. Disponível em: <http://www.detaileventos.com.br/psicossomatica/Jornal_Simp%C3%B3sio_MH_Fernades.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

FÉRRER, F. A. **Proposta Pedagógica do Bispo Azeredo Coutinho para a Educação de Rapazes e Raparigas no Brasil Colônia (1789-1802)**. Disponível em: <[http://www.institutoceara.org.br/asp/imagens/revporano/1995/1995-proposta-pedagogica-do-bispo-azeredo-coutinho-para-a-educacao-de-rapazes-e-raparigas-no-brasil-colonia\(1789-1802\)](http://www.institutoceara.org.br/asp/imagens/revporano/1995/1995-proposta-pedagogica-do-bispo-azeredo-coutinho-para-a-educacao-de-rapazes-e-raparigas-no-brasil-colonia(1789-1802))>. Acesso em: 20 ago. 2013.

FERRY, L. **Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização**. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FILHO, D. **Malu Mulher**. Rio de Janeiro: Série televisiva da Rede Globo de Televisão. 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980.

FILHO, J. M. A defesa das mulheres foi a tônica da Marcha das Vadias. Marcha das Vadias recebe apoio ao longo do cortejo. **Jornal A TARDE**. Caderno ESPECIAL. Salvador, 3 jul. 2014.

- FINOTTI, I. Cartunista Laerte diz que amigos fingem que nada mudou. **Folha de S. Paulo**. 4 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>>. Acesso em 20 jun., 2014.
- FISHMAN, P. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In: OSTERMAN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero, Sexualidade**: clássicos traduzidos. Tradução Ana Cristina Osterman, Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p.31-47.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J.A. Guilhon Albuquerque. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- _____. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J.A. Guilhon Albuquerque. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Tradução Roberto Machado. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREIRES, L. F. A Revolução do Topless. **Playboy**, n. 449, out. 2012, p.73-75.
- FREYRE, G. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FREUD, S. Um caso de Histeria. Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos. VII. Sigmund Freud: Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FRIEDAN, B. A Mística Feminina. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971. Título de: The Feminine Mystique. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374147.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- FRÓES, F. P. Frase de Francisca Prager Fróes. Disponível em: <<http://kdfrases.com/frase/124801>>. Acesso em 27.fev.2014. Acesso em 31 jul. 2014.
- G1 COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Manifestantes do FEMEN realizam ato seminuas em Paris. G1, MUNDO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/09/manifestantes-do-femen-realizam-ato-seminuas-em-paris.html>>. Acesso em: 28 de setembro de 2013.
- GAGNON, J. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Tradução Lucia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. Ninguém nasce Gay. Entrevista concedida a Revista Época. Revista Época. 08 de maio de 2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI54038-15228,00-NINGUEM+NASCE+GAY.html>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- GALVÃO, D. M. P. G. Amamentação Bem Sucedida: Alguns Fatores Determinantes. Lusociência - ed: técnicas e científicas, 2006.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GODOY, T. F. de. 1967: A Mulher Brasileira em Foco **Revista Realidade**. In: 7º Interprogramas de MESTRADO, 2014. p.1-14. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Talita-Franco-de-Godoy.pdf>>. Acesso em 23 set. 2013.

GÓES, M. Gritos que fizeram história. **VEJA Especial Mulher**, ed. 2166, ano 43, jun. 2010, p. 18-20 e 22.

GOLDENBERG, M. (Org). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

_____. Gênero e Corpo na Cultura Brasileira. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 65-80. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a06>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. **Nu e Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca...** Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

_____. **Linguagens Corporais**. A civilização das formas: o corpo como valor. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1156>. Acesso em: 23.set. 2013.

GOLFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GRANGER, G. G. Introdução. In: DESCARTES, René: **Discurso do Método. Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. Tradução: J. Guinsburg, Bento Prado Júnior. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

GREGOTTI, V. **Território da Arquitetura**. Tradução Berta Waldman. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HALL, S. C.; NORDBY, J. V. **Introdução À Psicologia Junguiana**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. 14.ed. Cultriz, 2005.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: Haraway D.; Kunzru H.; Tadeu T. (Org. e trad.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARDING, S. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HEILBORN, M. L. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **Cadernos Cepia**, v. 5, p. 73-92, 2002. Disponível em: <www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=104>. Acesso em: out. 2013.

HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde & Doença**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914–1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. O Presente como História. In: HOBSBAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O Novo século: Entrevista a Antônio Polito.** Tradução do italiano para o inglês Allan Cameon. Tradução do inglês para o português Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2922.

ABUSO Sexual Infantil y Explotación Comercial Infantil em América Latina El Caribe. Informe Genérico Situacional. Save the Children - Suécia, Bogotá, 13 de dic. de 2006. Disponível em: <http://www.catedradh.unesco.unam.mx/BibliotecaV2/Documentos/Trata/Informes/Abuso_infantil.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 23/09/2013.

_____. Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2296&busca=1&t=censo-2010-mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-ampliam-nivel-ocupacao>. Acesso em: 10 jul. 2014.

INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY (ISAPS): Statistics on Cosmetic Procedures Worldwide. More than 23 Million Cosmetic Procedures Performed in 2013. Disponível em: <[http://www.isaps.org/Media/Default/Current%20News/ISAPS%202013%20Statistic%20Release%20FINAL%20\(2\).pdf](http://www.isaps.org/Media/Default/Current%20News/ISAPS%202013%20Statistic%20Release%20FINAL%20(2).pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). IPEA revela dados inéditos sobre a violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873>.

IRIART, J.A.B. Concepções e representações da saúde e da doença: contribuições da antropologia da saúde para a saúde coletiva. Salvador: UFBA/ISC, 2003

JODELET, D. **As Representações Sociais:** um domínio em expansão. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

JÚNIOR, M. C. Inibidores de Apetite: proibição é contestada. **Jornal de Medicina. CFM.** Out. 2011, p. 8.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da Personalidade.** Tradução Frei Valdemar de Amaral. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **O Eu e o Inconsciente.** Tradução Dora Ferreira da Silva. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Fundamentos da Psicologia Analítica.** Tradução Araceli Elman. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O Homem e Seus Símbolos.** 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1964.

_____. **A Natureza da Psique.** Tradução Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. Tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Civilização em Transição**. Petrópolis: Vozes, 1993.

KEHL, M. R. **Deslocamento do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KEMP, K. Identidade Cultural. In: GUERREIROS, Silas (Org). **Antropos e Psique. o outro e sua subjetividade**. São Paulo: Olho d'Água, 2001, p. 65 -85.

LAERTE, C.; SILVA, F. de B. E. Laerte em Trânsito. **Revista Piauí_79**, ano 7, abr. 2013.

LAFFORGUE, E. **São estas tatuagens mais dolorosas do mundo?** Tribos etíopes e sudaneses mostram os seus padrões intrincados levantadas criados usando Espinhos. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2561949/Ethiopian-Sudanese-tribes-intricate-raised-patterns-created-using-THORNS.html>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

LANGER, M. **Maternidade e sexo**: estudo psicanalítico e psicossomático. Tradução Maria Nestrovsky Folberg. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

LAKOFF, R. Linguagem e lugar de mulher. In: LAKOFF, R. **Linguagem, Gênero, Sexualidade**: clássicos traduzidos. Tradução Ana Cristina Osterman, Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, D. **Antropologia do Corpo e modernidade**. Tradução Fábio Dos Santos Creder Lopes. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A Sociologia do Corpo**. Tradução Sonia M. S. Fuhrmann. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEE, R. J. C. **Todas as Mulheres do Mundo**. Produção Rita Lee. Rio de Janeiro: Som Livre, 1993. 1 disco sonoro.

LEONI, M. Intervenções radicais. **Revista Veja**, ed. 2328, ano 46, n. 27, 3 jul. 2013.

LINS, R. N. **O Livro do Amor**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

LIPOVETSKY, G. **A era do Vazio**. Tradução Miguel Serras Pereira, Ana Luísa Faria. Relógio D'Água, 1983.

_____. **Os tempos hipermodernos**. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LISONDO, A. B. D. Homossexualidade, Meios de Comunicação e Psicanálise. In: TAVARES, J. Homossexualidade no Divã. **Psique Ciência & Vida**, ano 7, n. 86, fev. 2013, p. 36 -37.

LUCCA, G. de. Laerte em carne, osso e minissaia. **iG**. São Paulo. 26 out. 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/laerte-em-carne-osso-e-minissaia/n1237811802611.html>. Acesso em: 20 jun. 2014.

- LOPES, P. **Cartunista Laerte anuncia que agora não é homem nem mulher**. 6 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.paulopes.com.br/2010/11/cartunista-laerte-anuncia-que-agora-nao.html#.U6n6oPldVIY>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- LOURO, G. L. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. LUZIO, M. O corpo como um templo: Escarificação. In: Martins, C. Cicatrizes para a vida. **EXPRESSO**. n. 21. 22 jun. 2013, p. 31.
- MACHADO, R. **Foucault, a Ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MAFFESOLI, M. **No Fundo das Aparências**. Tradução Bertha Halpern Gurovitz. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. **O mistério da Conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- MAIA, M. C. **Cartunista Laerte aciona Secretaria da Justiça contra pizzaria que o barrou no banheiro feminino**. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/cartunista-laerte-processa-pizzaria-que-o-impediu-de-usar-o-banheiro-feminino>>. Acesso em: 20 jun.2014.
- MALU Mulher**. Programa de TV. Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher/episodios.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- MANIFESTO - MARCHA DAS VADIAS DO RIO DE JANEIRO 2014. Disponível em: <<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/2014/08/normal-0-false-false-false-es-mx-jax.html>>MANIFESTO ->.
- MARGUERITTE, V. **La Garçonne**. Paris: Flammarion, 1922.
- MARTINS, C. Marcados para a vida. In: Martins, C. Cicatrizes para a vida. **EXPRESSO**. n. 21. 22 jun. 2013, p. 26.
- MARX, K. **O Capital**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Volume 1. Livro Primeiro. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MATOS, M. I. S. de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MELLO, H. P de. Número de mulheres chefes de família dobra em 10 anos, aponta IBGE. Entrevista à jornalista Alessandra Saraiva. **Jornal Valor**, 18 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514645-numero-de-mulheres-que-sao-chefes-de-familia-dobra-em-10-anos-aponta-ibge>>. Acesso em: 25 out. 2012.
- MENDES, J. C.; BECKER, S. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 143-165, jan./abr. 2011.

MENEZES, J. E. X. de. Usos Foucaultianos da Categoria Família. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Orgs). **Família em mudanças**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p. 291-309.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural. Um Marxista Obstinado Contra a Crise Estrutural. Entrevista concedida a jornalista Débora Alcântara. **Jornal A TARDE**. CADERNO + 2, 2012, p. 3, **13 jun. 2011**.

MIGLIORINE, C. Like a Virgin? **Playboy**, n. 452, jan. 2013, p. 86.

_____. **O corpo é meu e faço dele o que quiser**. Entrevista ao jornalista Jonathan Pereira do EGO Notícias. São Paulo. Disponível em <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2013/01/o-corpo-e-meue-faco-dele-o-que-quiser-afirma-irgem-da-playboy.html>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MIND, S. **Insatisfeitas com o espelho? Pesquisa afirma que 54% das mulheres estão insatisfeitas com o seu próprio corpo**. Disponível em: <http://www.sophiamind.com/wp-content/uploads/SophiaMind_Fitness_POR.pdf>. Acesso em: 04 abril. 2014.

MORIN, E. **Meu Caminho**. Entrevistas com Djénane Karih Tager. Tradução Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A Sociedade em Busca de Valores**. Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo. Tradução Luís M. Couceiro Feio. Paris: Institut du Menagement d'EDF et de GDF, 1996.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D.(Org). **As Representações Sociais: um domínio em expansão**. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MURARO, R. M. A Mulher Brasileira e a Sociedade de Consumo. In: FRIEDAN, B. **A Mística Feminina**: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Vozes Limitada. Petrópolis, 1971. Tradução de: The Feminine Mystique. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374147.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

NETO, E. L.G. R. Com fecundidade abaixo do nível de reposição, país fez transição demográfica. **Folha de São Paulo**, 18 out. 2012. Disponível em: <<http://demografianordeste.blogspot.com.br/2012/10/eduardo-rios-neto-para-folha-de-sp-com.html>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

NIETZSCHE, F. W. **Obras Completas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NOVAES, J. de V. A Moral da Beleza. In: Paraísos Artificiais: a indústria da beleza e do comportamento tem criado uma cultura de intolerância cada vez maior a quem foge dos padrões. **Caros Amigos**, ano XVII, n. 63, jul. 2013, p. 5.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: PRIORI, M. D. (Org.) **Histórias de Mulheres no Brasil**.; 9. ed., São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVIERI, L. De amor tecida. **O relato de uma mulher que superou o medo e a doença**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.

O PASQUIM: Entrevista de Leila Diniz. **O Pasquim**, n. 22, 26 nov. 1969. Rio de Janeiro

PAGLIA, C. **Personas Sexuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PARISOLI, M. M. M. **Pensar o corpo**. Tradução Lúcia M Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, M. A família Triunfante. In: PERROT, M (Org.). **História da vida privada 4: Da revolução Francesa à primeira Guerra**. Tradução Denise Bottmann São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESSOA, F.; SOARES, B.; ZENITH, R. (Org.). **O Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PLATÃO. **Diálogos**. Tradução José Cavalcanti de Souza, Jorge Paleikat, João Cruz Costa. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **A República**. Tradução Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PONTY, M. **Signos**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991.

PORTAL DE NOTÍCIAS, **Senado Federal**. Lei obriga a reconstrução mamária. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/05/07/lei-obriga-reconstrucao-de-mama>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

PRADO, A. Com Licença Poética. **Bagagem**. Siciliano, São Paulo, 1993, p. 11.

PRECIADO, B. **Texto Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe S.A., 2008. _____. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, Apr. 2011.

_____. Entrevista a Judith Butler y Beatriz Preciado. Tradução da entrevista realizada por Ursula Del Aguila. **Têtu**, n. 138, 2008. Disponível em: <<http://artilleriainmanente.blogspot.mx>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

_____. Liberar o feminismo das políticas identitárias. Feminismo amnésico. **Libération**. 9 mai. 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/liberar-o-feminismo-das-politicas-identitarias/>>. Acesso em 31 mai. 2014.

_____. Multidões queer: notas para uma política de “anormais”. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, jan-abril/2011, p. 11-20.

RAGO, E. J. **Francisca Pragner Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931)**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. vol.13 n.3. Rio de Janeiro/May/June 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008003000&script=arttext>. Acesso em: 27 fev. 2014.

RAMOS, C. M. A. Tatuagem e Globalização: Uma incorporação dialógica em tempos de globalização. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. (Orgs.). **Corpo, Território e Cultura**. São Paulo: Annablume, 2005.

RAMOS, D. G. **A Psique do Corpo**. Uma compreensão simbólica da doença. São Paulo: Summus, 1994.

PARTEIRA mostra na prática detalhes sobre o seu ofício. **REVISTA REALIDADE**, Coluna GENTE, n, 10, 1967, p. 68.

A viajante Solitária. Os caminhos da liberdade de Malu Mulher, a nova heroína da televisão, e a vida de um grupo cada vez maior: o das mulheres descasadas. **REVISTA VEJA**, Coluna Especial. n. 567, 18 jul.1979.

RITTEL, H. W. J; WEBBER, M. M. **Dilemas de Uma Teoria de Planeación**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/46231602/4-Rittel-Webber-Dilemas-Teoria-Planeacion>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

RIOUX, J. P. Pode-se Fazer uma História do Presente? In: CHAUVEAU A.; TÉTART P. (Orgs); **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUZEAU, S. A. Massacres. O corpo e a guerra. In: **História do Corpo**. Vol. 3: As mutações do olhar: O Século XX. Tradução e Revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

RUBIN, D. Sexo e Saúde. 50 anos de liberdade. As herdeiras de uma revolução. **Veja Edição Especial Mulher**, ano 43, n. 2166, jun. 2010, p. 55–57.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Caderno Pagu**, v. 16, 2001. p. 115-136.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **A Mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais**. São Paulo: PUC. 1997. Disponível em:<www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. A violência disseminada. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo perspectiva**, vol. 13, n. 4, oct./dec. 1999.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? In: **Crítica Marxista**, n. 11, 2000. p. 71-75. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/04helei.pdf>. Acesso em: 30 jun.2014.

SANTAELLA, L. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANT'ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. L. (Org). **Corpo e História**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2006,

_____. As Infinitas Descobertas do Corpo. **Cadernos Pagu**, v.14, 2000, p. 235-249.

_____. Horizontes do Corpo. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. (Orgs.) **Corpo território da Cultura**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, S. **Dores no Corpo/ Dores na Alma**: Uma reflexão sobre a experiência corporal e familiar de mulheres mastectomizadas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador, Ba. 2010. 194 f.

_____. O Corpo Feminino Visto pelo Olhar e do Dito e do “Não Dito”. **Revista Eletrônica Cordis, História, Corpo e Saúde**, n. 7, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistacordis/apresentacao_ed_atual.html>. Acesso em: 10 out.2013.

SARTI, C. Algumas questões sobre Família e Políticas Sociais. In: JACQUET C.; COSTA, L. F. (Orgs). **Família em Mudanças**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **EXIT!**, n.12, nov. 2014. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 13. fev. 2014.

_____. **Simone de Beauvoir hoje**: notas críticas sobre uma clássica do feminismo, mar. 2012. Disponível em: <<http://o-beco.planetalix.pt/roswitha-scholz 16.htm>>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. O tabu da abstração no feminismo. Como se esquece o universal do patriarcado produtor de mercadorias. Tradução Boaventura Antunes **EXIT!**, n. 8, jul. 2011. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholtz 15.htm>>. Acesso em: 27 jul.2014.

SCHWAB, K. **The Global Gender Gap Report 2013**. Preface. World Economic Forum, 2013. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SCRUTON, R. **Beleza**. Tradução Hugo Langone. São Paulo: É Realizações, 2013.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, v. 13, n.2, Maio/ago. 2005.

_____. **Que És Um Feminicídio**. Notas Para Un Debate Emergente. Série Antropologia. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cimac.org.mx/cedoc/indesol/por_acceso_a_just_para_mujeres_16_dias_activismo/3_una_mirada_al_feminicidio/3_8_que_es_un_feminicidio_feminicidio_y_patriarcado_rita_segato.pdf>. Acesso em: 9 jul.2014.

_____. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, vol.1, n. 1, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jul.2014.

_____. Não só houve um aumento nos assassinatos de mulheres, mas na crueldade desses crimes também, diz antropóloga. Entrevista à jornalista Marisa Sanematsu. **Portal Compromisso e Atitude**, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/nao-so-houve-um-aumento-nos-assassinatos-de-mulheres-mas-na-crueldade-desses-crimes-tambem-diz-antropologa>>. Acesso em: 9 julho 2014.

SHEVCHENKO, I. A Revolução do Topless. Entrevista concedida ao Jornalista Luan Flávio Freires. *PLAYBOY*, n. 449, out. 2012, p.75.

_____. As Mulheres do Femen. *Globo News Television*. 14 mar. 2014.

SILVA, C. da. A Arte de Ser Mulher. Um guia moderno para o seu comportamento. **Cláudia**.

SILVEIRA, N. **O Mundo das Imagens**. São Paulo: Ática, 2001.

SINGLY, F. de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Uns com os Outros: quando o individualismo cria laços**. Tradução Magda Bigotte Figueiredo. Lisboa, Instituto Piaget. 2003.

TARGETSP. Número de cirurgias plásticas entre adolescentes aumenta 141% em 4 anos. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA**. ago. 2013. Disponível em: <<http://www2.cirurgiaplastica.org.br/numero-de-cirurgias-plasticas-entre-adolescentes-aumenta-141-em-4-anos/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

SÓCRATES. **Defesa de Sócrates/ Platão**. Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates; Apologia de Sócrates/Xenofonte. As nuvens/ Aristófanos. Traduções Jaime Bruna, Líbero Rangel de Andrade, Gilda Maria Reale Starzynski. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. Livro V de A República. In: **A República / Platão**. Tradução: Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 229-230.

TERAPIA DE RISCO. Direção: Steven Soderberg. Roteiro: Scott Burns. Intérpretes:Rooney Mara; Channing Tatum; Jude Law; Catherine Zera-Jones. Diamond Films. 2013. Filme.

SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. de. Apresentação In: SANTOS, M. I. de M.; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 11 -12.

SOIHET, R. Preconceitos nas Charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v 9, n. 14, 2007. p. 39–53. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhus.br/PDF14/rachel%20soihet.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: Priori, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SONTAG, S. **A Doença como Metáfora**. Tradução Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984

SPINOZA, B. de. **Ética**. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STUDART, H. **Mulher, a quem pertence teu corpo?** Uma reflexão sobre a sexualidade feminina. Petrópolis: Vozes, 1990.

THÉBAUD, F. **História das mulheres no ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991.

UOL. Marcha das vadias no Brasil. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/110618marchadf_album.htm>. Acesso em: 02 out. 2013.

VALADARES, L. K. **As Faces do Feminismo**. São Paulo: Anita, 2007.

VARDA, A. **Réponse de Femmes**: Notre corps, Notre Sexe. Documentário. 1975. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Zi4vRodaFY8&list=PLplM5BfTGnyjEguTGqUwp3wn8phmQqbJq&index=3>>. Acesso em: 04 out. 2013.

VELOSO, C. E. T. Sampa. In: VELOSO, C. E. T. **Muito, lado 2** (Dentro da Estrela Azul) Caetano Veloso e a outra Banda da Terra. Direção de Produção: Caetano Veloso. Coordenação de produção: Roberto Santana. São Paulo: PHILIPS, 1978. LP.

_____. Dom de Iludir. In: VELOSO, C. E. T. **Totalmente Demais, lado 2**. Direção artística, produção musical: Projeto Mazola. Assistente de produção: Antônio Foguete. Distribuição: PolyGram Discos. PHILIPS, Brasil, 1986. DVD.

VILLAÇA, N. **A edição do corpo**: tecnociência, artes e moda. 2. ed. São Paulo: Estação das letras e Cores Editora Ltda., 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso em: Fev. 2014.

WINTER, S. O Seio não é um objeto sexual. É uma arma de protesto. Entrevista concedida à jornalista Gabriela Loureiro. **VEJA**. 16 jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/o-seio-nao-e-um-objeto-sexual-e-uma-arma-de-protesto>>. Acesso em: 15 set. 2013.

WILDE, O. **O retrato de Dorian Gray**. Tradução: Paulo Schiller. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

WOLFF, C. S.; POSSAS, L. M. V. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, set. dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300007>. Acesso em: 12 out. 2012.

YARAK, A.; ROSA, G. **Começou a Temporada de Cirurgia Plástica**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticias/saude/comecou-a-temporada-de-cirurgia-plastica>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

* Figura da capa interna. Welt Ausstellung der Fotografie. – Hamburg, Verlag Gruner; Jahr GmbH Co, 1968.